



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1885

Segunda-feira - 07 de Dezembro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Garuva	191	Passo de Torres.....	467
Alto Bela Vista.....	36	Gaspar	194	Paulo Lopes	468
Anchieta	37	Grão Pará	195	Penha.....	469
Antônio Carlos	40	Guaraciaba.....	196	Peritiba.....	470
Arabutã	42	Guaramirim.....	197	Pinheiro Preto	475
Ascurra.....	43	Herval d'Oeste	199	Pomerode.....	479
Atalanta.....	49	Ilhota	201	Ponte Serrada	484
Balneário Piçarras.....	50	Imarui	209	Porto Belo.....	485
Balneário Rincão	51	Imbituba	210	Porto União.....	486
Barra Velha.....	57	Indaial.....	214	Rio do Sul.....	492
Benedito Novo	60	Iomerê	246	Salto Veloso.....	590
Biguaçu	62	Ipumirim	250	Santiago do Sul.....	594
Blumenau	64	Irineópolis	264	São Bento do Sul.....	595
Bom Retiro	70	Itá	269	São João do Oeste	602
Botuvera.....	71	Itapiranga.....	270	São João do Sul	604
Braço do Trombudo	72	Itapoá	271	São José.....	608
Brunópolis	75	Ituporanga	277	São José do Cedro.....	611
Brusque.....	77	Jacinto Machado	280	São Lourenço do Oeste.....	612
Caçador.....	83	Joaçaba	283	São Miguel da Boa Vista	621
Camboriú.....	126	José Boiteux	293	São Miguel do Oeste.....	622
Campo Alegre	127	Lacerdópolis.....	294	São Pedro de Alcântara.....	623
Campo Erê.....	136	Lages	306	Schroeder	625
Campos Novos.....	137	Laguna	308	Serra Alta	644
Canoinhas.....	141	Lebon Regis.....	315	Sul Brasil	650
Capinzal	146	Leoberto Leal.....	318	Tigrinhos	673
Catanduvas.....	156	Luzerna	319	Timbé do Sul	674
Caxambu do Sul.....	157	Macieira.....	353	Timbó	675
Chapadão do Lageado	159	Mafra	355	Treze Tilias	678
Cocal do Sul.....	160	Maravilha.....	356	Trombudo Central.....	680
Concórdia	161	Massaranduba.....	357	Tunápolis	684
Coronel Martins.....	164	Modelo	367	União do Oeste	689
Corupá	166	Monte Carlo	368	Urussanga	694
Curitibanos	167	Morro da Fumaça	369	Vargeão.....	696
Flor do Sertão	168	Navegantes.....	371	Videira.....	698
Forquilha.....	169	Nova Trento	383	Vitor Meireles.....	704
Fraiburgo.....	170	Novo Horizonte	386	Xanxerê.....	705
Frei Rogério	185	Orleans	387	Xaxim.....	706
Galvão.....	186	Ouro	388		
Garopaba.....	187	Palhoça	441		

Associações

AMERIOS.....	707	EGEM	707
--------------	-----	------------	-----

Consórcios

ARIS	708	CIGAMERIOS	715
CIGA	711	CIS/AMERIOS	717
CIMCATARINA.....	712	CIASS.....	718
CIS/AMMVI.....	714		
CPIMMOC	715		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 1/2015 SIMA

CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL Nº 1/2015

UNIFLEX ESTADUAL COPARTICIPAÇÃO 50%

PLANO REFERÊNCIA - ACOMODAÇÃO COLETIVA

CLÁUSULA 1ª - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE

a) QUALIFICAÇÃO DA OPERADORA

Unimed: Unimed Joaçaba Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ: 01356020/0001-62 Registro da Operadora na ANS nº 301744
Classificação: Cooperativa Médica
Endereço: Av XV de Novembro, 125 CEP. 89600-000
Bairro: Centro Cidade Joaçaba/SC

b) QUALIFICAÇÃO DO(A) CONTRATANTE

Razão Social: SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA - SIMA
Nome Fantasia: SIMA
CNPJ: 82.939.398/0001-90
Endereço: Praça João Macagnan
Nº: 322 Complemento: Bairro: Centro
Cidade: Agua Doce UF: SC

c) NOME COMERCIAL DO PLANO: Uniflex Estadual Coparticipação 50%

Nº DO REGISTRO NA ANS: 435.117/01-7

d) TIPO DE CONTRATAÇÃO: O presente contrato observa o Regime de Contratação Coletivo Empresarial, entendido como aquele que oferece cobertura da atenção a saúde prestada à população delimitada e vinculada à pessoa jurídica CONTRATANTE por relação empregatícia ou estatutária.

e) SEGMENTAÇÃO ASSISTENCIAL DO PLANO DE SAÚDE: Plano-Referência previsto na Lei 9656/98, que abrange as segmentações ambulatorial e hospitalar com obstetrícia e acomodação coletiva.

f) ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO DE SAÚDE

A área de abrangência geográfica do presente contrato é estadual, compreende todos os municípios do Estado de Santa Catarina.

g) ÁREA DE ATUAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE

A área de atuação do presente contrato se limita a um único estado: Santa Catarina.

h) PADRÃO DE ACOMODAÇÃO EM INTERNAÇÃO

A internação se dará em quarto coletivo.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese do beneficiário optar por acomodação hospitalar superior à contratada, ou fizer qualquer outra espécie de acordo que transcenda os limites deste contrato, deverá arcar com a diferença de preço e a complementação dos honorários médicos e hospitalares, de acordo com o sistema de livre negociação, diretamente com o médico e hospital, não remanescendo assim qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

Parágrafo Segundo. Enquanto não houver disponibilidade do tipo de leito hospitalar contratado, é garantido ao beneficiário acesso à acomodação de nível superior, sem ônus adicional.

i) FORMAÇÃO DE PREÇO

Trata-se de um plano de assistência à saúde com os valores pré-estabelecidos para contraprestação pecuniária mensal, a ser paga pelo (a) CONTRATANTE, antes e independentemente da efetiva utilização das coberturas contratadas.

CLÁUSULA 2ª – ATRIBUTOS DO CONTRATO

Trata-se de um Plano Privado de Assistência à Saúde, definido no inciso I do artigo 1º da Lei 9656 de 03 de junho de 1998, de prestação de serviços continuada, a preço pré-estabelecido, por prazo indeterminado, com cobertura de custos de assistência ambulatorial e hospitalar com obstetrícia na segmentação referência. A cobertura será dada para o tratamento das doenças definidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID-10), limitada pelos procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigente à época do evento. Os procedimentos serão prestados por profissionais ou serviços de saúde integrantes da rede própria ou credenciada pela CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro. O presente contrato é de adesão, bilateral, gerando direitos e obrigações individuais para ambas as partes, na forma do Código Civil Brasileiro, também estando sujeito às disposições do Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA 3ª - CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

I – CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DA PESSOA JURÍDICA CONTRATANTE

O Plano coletivo empresarial se destina às pessoas jurídicas que mantêm vínculo empregatício ou estatutário com o beneficiário titular.

Parágrafo Primeiro. Por ocasião da contratação do plano de saúde o(a) CONTRATANTE deve atender às condições de admissão e prazos abaixo:

a) Comprovar a sua legitimidade mediante a apresentação dos documentos abaixo listados:

· Cópia do: contrato social com a última alteração, devidamente registrada no órgão competente, cartão do CNPJ, comprovante de endereço e telefone;

b) Apresentar:

· a relação dos funcionários inscritos no FGTS;

c) Preencher e assinar:

· Contrato e Proposta de Contratação;

d) o número mínimo estabelecido para assinatura e manutenção deste contrato é de 10 (dez) beneficiários.

Parágrafo Segundo. O(A) CONTRATANTE informará a CONTRATADA a relação dos beneficiários a serem inscritos no plano de saúde, através do Formulário Cadastral, podendo incluir novos beneficiários ou excluir a qualquer momento, observados os prazos de carências a serem cumpridos e condições de admissão.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA reserva-se o direito de exigir

a comprovação das informações fornecidas pelo(a) CONTRATANTE, inclusive os comprovantes legais que atestem a condição de dependência.

Parágrafo Quarto. É de responsabilidade do (a) CONTRATANTE manter atualizada, através do Formulário Cadastral de inclusão, quaisquer alterações dos dados cadastrais dos beneficiários titulares e dependentes (endereço, telefone, documentação, dentre outras). O CONTRATANTE também fica obrigado a fornecer a qualquer momento informações para, atualizar ou complementar os dados junto a CONTRATADA, de forma a dar cumprimento às obrigações perante o órgão regulador do setor, incluindo do CPF dos dependentes inscritos no plano, cuja informação se torna obrigatória a partir dos 18 (dezoito) anos.

Parágrafo Quinto. Os Formulários Cadastrais serão também assinados pelos beneficiários titulares, ficando o (a) CONTRATANTE responsável por fornecer uma via do contrato aos beneficiários titulares.

II - CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DOS BENEFICIÁRIOS

São considerados beneficiários titulares do plano de saúde aqueles vinculados à pessoa jurídica CONTRATANTE por relação empregatícia ou estatutária, conforme informações prestadas nos Formulários Cadastrais preenchidos pelos interessados:

- Entende-se como relação empregatícia ou estatutária os empregados/funcionários da pessoa jurídica CONTRATANTE que mantêm vínculo laboral;

Também são considerados beneficiários titulares do plano de saúde os:

- a) sócios da pessoa jurídica contratante;
- b) administradores da pessoa jurídica contratante;
- c) trabalhadores temporários;
- d) estagiários e menores aprendizes;
- e) demitidos e aposentados conforme disposto nos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98;
- f) quando o plano for contratado na forma da Lei 8.666/93, a pessoa jurídica contratante poderá inscrever:
 - os aposentados a ela vinculados
 - os agentes políticos;

Parágrafo Primeiro. Também poderão ser inscritos os dependentes do beneficiário titular abaixo indicados:

- a) o cônjuge;
- b) a companheira ou companheiro, havendo união estável, sem eventual concorrência com o cônjuge;
- c) os filhos solteiros até 24 anos incompletos;
- d) os enteados solteiros até 24 anos incompletos;
- e) a criança ou adolescente solteiro, até 24 anos incompletos, sob a guarda, tutela ou curatela do beneficiário titular por força de decisão judicial;
- f) incapazes a partir de 24 anos: filhos e aqueles sob curatela do beneficiário titular.

Parágrafo Segundo. O ingresso dos dependentes dependerá da inscrição do beneficiário titular no plano.

Parágrafo Terceiro. É assegurada a inscrição de recém nascido filho natural ou adotivo, sob guarda ou tutela, filho do titular ou de seu dependente, desde que atendidas as condições abaixo:

1. Filho natural – a inscrição deverá ser realizada em até 30 dias após o nascimento;
2. Filho adotivo e menor sob guarda ou tutela – a inscrição deverá ser realizada em até 30 dias da tutela ou guarda;
3. Deve atender os critérios de elegibilidade (grau de dependência) estabelecida nesta cláusula;
4. Sem imposição de carências quando o pai ou a mãe tenham

cumprido o prazo de carência máxima de 180 dias;

5. Com aproveitamento das carências já cumpridas pelo titular, quando o pai ou a mãe não tiverem cumprido o prazo de carência máxima de 180 dias;
6. Sem análise de doenças ou lesões preexistentes;
7. Seja apresentada a certidão de nascimento ou termo de guarda ou tutela;
8. Seja paga a inscrição e a mensalidade do recém nascido no vencimento.

Parágrafo Quarto. Também é assegurada a inscrição de menor de 12 (doze) anos adotado, sob guarda ou tutela e filho cuja paternidade tenha sido reconhecida judicial ou extrajudicialmente, desde que atendidas as condições abaixo:

1. A inscrição deve ser realizada em até 30 dias a contar da guarda, tutela ou adoção ou reconhecimento da paternidade;
2. Filho adotivo e sob guarda ou tutelado: com aproveitamento das carências já cumpridas pelo adotante (pai ou mãe) ou responsável legal;
3. Reconhecimento da paternidade: com aproveitamento das carências já cumpridas pelo pai;
4. Deve atender os critérios de elegibilidade (grau de dependência) estabelecida nesta cláusula
5. Sem análise de doenças ou lesões preexistentes;
6. Seja apresentada a certidão de nascimento, termo de guarda ou tutela, ou sentença transitada em julgado em processo de reconhecimento da paternidade;
7. Seja paga a inscrição e a mensalidade no vencimento.

Parágrafo Quinto. A inscrição dos beneficiários no plano deve ser comunicada pelo(a) CONTRATANTE a CONTRATADA.

Parágrafo Sexto. A inscrição do beneficiário titular e dependentes, fica condicionada a apresentação e preenchimento da documentação abaixo, podendo ser necessários outros documentos não listados, em atendimento as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar:

1) Preencher e assinar:

- Formulário de Cadastro, um para cada titular com ou sem dependentes, assinado pelo titular e CONTRATANTE;
- Carta de Orientação ao Beneficiário;
- Declaração de Saúde, preenchida e assinada por cada um dos beneficiários inscritos (titular e dependente);
- O Termo de Formalização de Cobertura Parcial Temporária.

2) Apresentar:

TITULAR:

- Cópia do CPF, CNS, RG ou RIC;
- Comprovante de residência e telefone atualizados em nome do titular ou outro documento que comprove. Abaixo exemplos de comprovante de residência:
 - Conta de água, luz ou telefone
 - Contrato de Locação
 - Declaração de endereço
 - Comprovante de vínculo com a Pessoa Jurídica Contratante:
- a) Funcionários:
 - Cópia da Carteira de Trabalho (página da qualificação civil e página onde consta o registro do vínculo); ou
 - Cópia da Ficha de Registro do Empregado – assinada e carimbada pela empresa; ou
 - Contra cheque, folha de pagamento.
- b) Temporário, estagiário ou menor aprendiz:
 - Contrato de Trabalho; ou
 - Carteira de Trabalho (página da qualificação civil e página onde consta o registro).
- c) Sócios:

- Contrato Social
- d) Administradores:
 - Cópia da última alteração do contrato social da pessoa jurídica;
- e) Agente Político
 - Documento de Diplomação – que comprove a sua nomeação ao cargo.

DEPENDENTES:

- Esposa: Cópia CPF, CNS, RG ou RIC e Certidão de Casamento;
- Companheira: Cópia CPF, CNS, RG ou RIC e Escritura Pública ou Declaração Particular (assinada pelo casal e por mais duas testemunhas reconhecidas em cartório);
- Filhos menores de 18 anos: Cópia CNS, Cópia da Certidão de Nascimento e CPF quando disponível;
- Filhos a partir de 18 anos: Cópia do CPF, CNS e RG ou RIC;
- Filhos Adotivos: Mesma documentação prevista para filhos menores e a partir dos 18 anos e se ainda não tiver Certidão de Nascimento, apresentar o termo de guarda para fins de adoção;
- Filho menor de 12 (doze) anos cuja paternidade tenha sido reconhecida judicial ou extrajudicialmente: Mesma documentação prevista para filhos menores de 18 anos e sentença transitada em julgado em processo de reconhecimento da paternidade;
- Enteados: Mesma documentação prevista para filhos menores e a partir dos 18 anos e comprovação de convivência do casal;
- Criança ou adolescente solteiro até 24 anos incompletos: Mesma documentação prevista para filhos menores e a partir dos 18 anos e documento de decisão judicial que comprove a guarda, tutela ou curatela do beneficiário titular;
- Incapazes a partir de 24 anos: filhos e aqueles sob curatela do beneficiário titular: Mesma documentação prevista para filhos a partir dos 18 anos e Termo de Curatela.

CLÁUSULA 4ª - COBERTURAS E PROCEDIMENTOS GARANTIDOS

O beneficiário titular e seus dependentes regularmente inscritos no Plano de Saúde têm direito ao atendimento médico, ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, executados nos hospitais, clínicas e laboratórios integrantes da rede própria ou credenciada da CONTRATADA, por médicos cooperados e profissionais de saúde devidamente habilitados pelo Conselho de Classe. O atendimento será realizado de acordo com os procedimentos médicos referenciados pela Agência Nacional de Saúde (ANS) no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, devendo ser assegurado independentemente da circunstância e local de origem daquele, respeitados os limites de carência estabelecidos neste contrato, área de abrangência e atuação, segmentação e a cláusula de exclusão de coberturas. E incluirá:

- 1) assistência à saúde, com cobertura médico-hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, realizados exclusivamente no Brasil, respeitada a abrangência geográfica do plano e as exigências mínimas estabelecidas em Lei;
- 2) consultas médicas, em número ilimitado, em clínicas médicas básicas e especializadas, inclusive obstétricas para pré-natal, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;
- 3) cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar, desde que não se caracterize como internação, listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;
- 4) cobertura de serviços de apoio diagnóstico, previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação ambulatorial, solicitados pelo

cirurgião-dentista assistente com a finalidade de auxiliar e complementar o diagnóstico odontológico, executados na rede própria ou credenciada da CONTRATADA;

5) cobertura de medicamentos registrados e regularizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, desde que utilizados durante a execução dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos em regime ambulatorial e previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

6) cobertura de consultas/sessões de: fisioterapia (procedimentos de reeducação e reabilitação física) fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia e nutrição, solicitados pelo médico assistente e realizada pelo profissional devidamente habilitado e integrante da rede prestadora de serviços da CONTRATADA, de acordo com o previsto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS;

7) sessões de psicoterapia solicitada pelo médico assistente e realizada pelo profissional devidamente habilitado e integrante da rede prestadora de serviços da CONTRATADA, de acordo com o número de sessões previstas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS;

8) ações de Planejamento Familiar, conforme Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, que envolvem as atividades de educação, aconselhamento e atendimento clínico, observando as seguintes definições:

a) planejamento familiar: conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal;

b) concepção: fusão de um espermatozóide com um óvulo, resultando na formação de um zigoto;

c) anticoncepção: prevenção da concepção por bloqueio temporário ou permanente da fertilidade;

d) atividades educacionais: são aquelas executadas por profissional de saúde habilitado mediante a utilização de linguagem acessível, simples e precisa, com o objetivo de oferecer aos beneficiários os conhecimentos necessários para a escolha e posterior utilização do método mais adequado e propiciar a reflexão sobre temas relacionados à concepção e à anticoncepção, inclusive à sexualidade, podendo ser realizadas em grupo ou individualmente e permitindo a troca de informações e experiências baseadas na vivência de cada indivíduo do grupo;

e) aconselhamento: processo de escuta ativa que pressupõe a identificação e acolhimento das demandas do indivíduo ou casal relacionadas às questões de planejamento familiar, prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - DST/AIDS e outras patologias que possam interferir na concepção/parto; e

f) atendimento clínico: realizado após as atividades educativas, incluindo anamnese, exame físico geral e ginecológico para subsidiar a escolha e prescrição do método mais adequado para concepção ou anticoncepção.

9) cobertura ambulatorial obrigatória para os seguintes procedimentos, conforme Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

a) hemodiálise e diálise peritoneal ambulatorial contínua (CAPD);

b) quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica, necessitem ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de Saúde, conforme prescrição do médico assistente;

c) medicamentos de uso domiciliar para: terapia antineoplásica oral e os medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso, conforme prescrição do médico assistente, respeitadas as diretrizes de utilização e Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

d) radioterapia: listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação ambulatorial;

e) procedimentos de hemodinâmica ambulatoriais: listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para a segmentação ambulatorial e que não necessitem de internação e de apoio de estrutura hospitalar por período superior a 12 (doze) horas ou unidade de terapia intensiva e unidades similares;

f) hemoterapia ambulatorial;

g) cirurgias oftalmológicas ambulatoriais, respeitadas as diretrizes de utilização e Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

10) participação do médico anestesiológista, quando houver indicação clínica, nos procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

11) atendimento psiquiátrico, de acordo com as diretrizes seguintes:

a) a atenção prestada aos portadores de transtornos mentais deverá priorizar o atendimento ambulatorial e em consultórios, utilizando a internação psiquiátrica apenas como último recurso terapêutico e sempre que houver indicação do médico assistente;

b) internação psiquiátrica: custeio integral de até 30 (trinta) dias de internação contínuos ou não, nos 12 (doze) meses de vigência, contados da data de adesão do beneficiário ao plano, em regime de internação hospitalar ou hospital-dia, em hospital integrante da rede própria ou credenciada da Contratada;

ü ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias acima previsto, os atendimentos serão realizados mediante pagamento de coparticipação estabelecida na cláusula Mecanismos de Regulação;

ü Estão cobertos os procedimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos mentais, inclusive aqueles necessários ao atendimento das lesões auto-infligidas;

c) hospital-dia para transtornos mentais é o recurso intermediário entre a internação e o ambatório, que deve desenvolver programas de atenção e cuidados intensivos por equipe multiprofissional, visando substituir a internação convencional, e proporcionar ao beneficiário a mesma amplitude de cobertura oferecida em regime de internação hospitalar.

d) a cobertura em hospital-dia para transtornos mentais, será prestada de acordo com o previsto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as

Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS.

12) todas as modalidades de internação hospitalar em número ilimitado de dias (que necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar), incluindo centro de terapia intensiva ou similar, hospital dia e clínicas básicas e especializadas integrantes da rede própria ou credenciada da CONTRATADA, sendo vedada à limitação de prazo, valor máximo e quantidade de internações, a critério do médico assistente;

13) despesas relativas a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação do paciente durante o período de internação;

14) toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados;

15) cobertura do atendimento por outros profissionais de saúde, de forma ilimitada durante o período de internação hospitalar, quando indicado pelo médico assistente;

16) exames complementares indispensáveis ao controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar e listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

17) órteses e próteses ligados aos atos cirúrgicos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento e regularizadas junto à ANVISA;

a) é de responsabilidade do médico ou cirurgião dentista assistente a prerrogativa de determinar as características (tipo, matéria-prima e dimensões) das órteses, próteses e materiais especiais – OPME necessários à execução dos procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

b) o profissional requisitante deve, quando assim solicitado pela operadora de plano de saúde, justificar clinicamente a sua indicação e oferecer pelo menos 03 (três) marcas de produtos de fabricantes diferentes, quando disponíveis, dentre aquelas regularizadas junto à ANVISA, que atendam às características especificadas; e

c) em caso de divergência entre o profissional requisitante e a operadora, a decisão caberá a um profissional escolhido de comum acordo entre as partes, através do mecanismo de junta médica, com as despesas arcadas pela operadora.

18) tratamento das complicações clínicas e cirúrgicas decorrentes de procedimentos não cobertos, tais como, procedimentos estéticos, inseminação artificial, transplantes não cobertos, entre outros, respeitada a segmentação do plano, os prazos de carência, a Cobertura Parcial Temporária – CPT e desde que o procedimento solicitado conste do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

a) entende-se como complicação os eventos não previstos na realização do tratamento ou os previstos que não acontecem de maneira sistemática;

b) Procedimentos necessários ao seguimento de eventos excluídos da cobertura (como internação em leito de terapia intensiva após transplante não coberto) não são considerados tratamento de complicações, mas parte integrante do procedimento inicial, não havendo obrigatoriedade de sua cobertura por parte das operadoras de planos de assistência à saúde.

19) estão cobertos os exames pré e pós-operatórios constantes no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, relacionados às cirurgias cobertas ou não;

20) cobertura de atendimentos caracterizados como de urgência e emergência conforme disposto na cláusula de Atendimento de Urgência e Emergência, Remoção e Reembolso;

21) é assegurada a cobertura de um acompanhante durante o período de internação, incluindo despesas com acomodação e alimentação conforme dieta geral do hospital, nos casos abaixo; ressalvada contra-indicação do médico assistente e na internação em UTI ou similar, onde não é permitido o acompanhante.

- a) crianças e adolescentes menores de 18 (dezoito) anos;
- b) idosos a partir dos 60 (sessenta) anos de idade; e
- c) pessoas portadoras de deficiências.

22) as cirurgias odontológicas buco-maxilo-faciais constantes no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação hospitalar, realizadas por profissional habilitado pelo seu Conselho de Classe e devidamente credenciado e integrante da rede prestadora de serviços da CONTRATADA, incluindo a cobertura de exames complementares e fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem, alimentação, órteses, próteses e demais materiais, ligados ao ato cirúrgico, utilizados durante o período de internação hospitalar;

23) cobertura da estrutura hospitalar necessária à realização dos procedimentos odontológicos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação odontológica, passíveis de realização em regime ambulatorial, mas que por imperativo clínico necessitem de internação hospitalar:

a) inclui a cobertura de exames complementares solicitados pelo cirurgião-dentista assistente habilitado pelo respectivo conselho de classe, desde que restritos à finalidade de natureza odontológica, o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem e alimentação, utilizados durante o período de internação hospitalar. Os honorários e materiais utilizados pelo cirurgião-dentista não estão incluídos na cobertura do plano de saúde;

b) a necessidade da internação por imperativo clínico que se impõem em função das necessidades do beneficiário, com vistas à diminuição dos riscos decorrentes de uma intervenção, é determinada pelo cirurgião-dentista, que irá avaliar e justificar a necessidade do suporte hospitalar para a realização do procedimento odontológico, assegurando as condições adequadas para a execução dos procedimentos, assumindo as responsabilidades técnicas e legais pelos atos praticados.

24) cobertura para remoção do paciente, comprovadamente necessária e indicada pelo médico assistente, para outro estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos neste contrato, conforme cláusula de Atendimento de Urgência e Emergência, Remoção e Reembolso;

25) procedimentos abaixo relacionados, considerados especiais, mesmo quando realizados ambulatoriamente, cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar e listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento:

- a) hemodiálise e diálise peritoneal ambulatorial contínua (CAPD);
- b) quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do

câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica necessitem, conforme prescrição do médico assistente, ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de Saúde;

c) medicamentos de uso domiciliar para: terapia antineoplásica oral e os medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso, conforme prescrição do médico assistente, respeitadas as diretrizes de utilização e Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

d) radioterapia: listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação ambulatorial e hospitalar;

e) hemoterapia;

f) nutrição parenteral ou enteral;

g) procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

h) embolizações listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

i) radiologia intervencionista;

j) exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;

k) procedimentos de reeducação e reabilitação física, listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

l) acompanhamento clínico no pós-operatório imediato, mediato e tardio dos pacientes submetidos a transplante listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, exceto o fornecimento de medicação de manutenção;

26) cirurgia plástica reconstrutiva de mama para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnicas de tratamento de câncer, incluindo cirurgia da mama contralateral;

27) cirurgia plástica reparadora de órgãos e funções, listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

28) atendimento obstétrico acrescido dos procedimentos relativos ao pré-natal, assistência ao parto e puerpério, observadas as especificações abaixo:

a) cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo e sob guarda ou tutela do titular ou de seu dependente inscrito no plano, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto ou 30 (trinta dias) da guarda ou tutela, desde que o pai ou a mãe do recém nascido tenham cumprido o prazo de carência máxima de 180 dias, vedada alegação de doença ou lesão preexistente. Ultrapassado o prazo estabelecido, cessa a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao atendimento, salvo se o dependente estiver inscrito no plano, conforme prevê a Cláusula Condições de Admissão;

b) cobertura das despesas de um acompanhante indicado pela mulher durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, incluindo: paramentação, acomodação e alimentação de acordo com a dieta geral do hospital; ressalvada contra-indicação do médico assistente e na internação em UTI ou similar, onde não é permitido

o acompanhante;

ü entende-se como pós-parto imediato as primeiras 48 (quarenta e oito) horas após o parto, salvo contra-indicação do médico assistente ou até 10 dias, quando indicado pelo médico assistente;

29) transplante de córnea e rim, observadas as especificações abaixo:

I. nos transplantes de córnea e rim, as despesas de procedimentos vinculados, entendidos estes como os necessários à realização do transplante, incluindo:

- a. despesas assistenciais com doadores vivos;
- b. medicamentos utilizados durante a internação;
- c. acompanhamento clínico no pós-operatório imediato, mediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção;
- d. despesas de captação, transporte e preservação dos órgãos na forma de ressarcimento ao SUS (Sistema Único de Saúde).

II. os transplantes de córnea e rim provenientes de doador cadáver, conforme Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, desde que o beneficiário esteja cadastrado em uma das Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos integrantes do Sistema Nacional de Transplantes.

30) transplantes autólogos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

31) transplante de medula óssea: alogênico e autólogo, de acordo com o previsto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS.

CLÁUSULA 5ª – EXCLUSÃO DE COBERTURA

Não gozam de cobertura, as despesas decorrentes de:

- a) tratamento clínico ou cirúrgico experimental, que:
 - ü empregam medicamentos, produtos para a saúde ou técnicas não registrados/não regularizados no país;
 - ü são considerados experimentais pelo Conselho Federal de Medicina – CFM ou pelo Conselho Federal de Odontologia- CFO; ou
 - ü cujas indicações não constem da bula/manual registrada na ANVISA (uso off-label).
- b) procedimentos clínicos e cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim, ou seja, aqueles que não visam restauração parcial ou total da função de órgão ou parte do corpo humano lesionada, seja por enfermidade, traumatismo ou anomalia congênita;
- c) inseminação artificial entendida como técnica de reprodução assistida que inclui a manipulação de oócitos e espermatozoides para alcançar a fertilização, por meio de injeções de espermatozoides intracitoplasmáticas, transferência intrafalopiana de gameta, doação de oócitos, indução da ovulação, concepção póstuma, recuperação espermática ou transferência intratubária do zigoto, entre outras técnicas;
- d) métodos contraceptivos, não previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento.
- e) tratamento de rejuvenescimento ou para redução de peso em clínicas de emagrecimento, spas, clínicas de repouso e estâncias hidrominerais;
- f) fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde importados não nacionalizados, são aqueles produzidos fora do território nacional e sem registro vigente na ANVISA;
- g) fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar: aqueles prescritos pelo médico assistente para administração em ambiente externo ao de unidade de saúde (tais como: hospitais, ambulatorios, clínicas), com exceção dos medicamentos antineoplásicos orais para uso domiciliar, assim como medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes de uso domiciliar

relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso;

h) fornecimento de medicamentos prescritos durante a internação hospitalar cuja eficácia e/ou efetividade tenham sido reprovadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - CONITEC;

i) fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico: prótese como qualquer dispositivo permanente ou transitório que substitua total ou parcialmente um membro, órgão ou tecido, e órtese qualquer dispositivo permanente ou transitório, incluindo materiais de osteossíntese, que auxilie as funções de um membro, órgão ou tecido, sendo não ligados ao ato cirúrgico aqueles dispositivos cuja colocação ou remoção não requeiram a realização de ato cirúrgico;

j) fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios que não constarem, na data do evento, na relação constante no endereço eletrônico da ANVISA na Internet (www.anvisa.gov.br);

k) tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

l) casos de cataclismo, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;

m) estabelecimentos para acolhimento de idosos e pessoas com deficiência ou necessidades especiais, caracterizando atendimentos que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar;

n) transplantes, à exceção dos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

o) consultas e exames periódicos, admissional, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, que são de responsabilidade do empregador conforme determina a NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, do Ministério do Trabalho;

p) consultas, internações e demais atendimentos domiciliares;

q) tratamentos odontológicos, exceto as cirurgias buco-maxilo-faciais previstos para segmentação hospitalar que necessitem de ambiente hospitalar e os procedimentos odontológicos previstos para segmentação odontológica passíveis de realização ambulatorial, que por imperativo clínico necessitem de ambiente hospitalar (listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento);

r) os honorários e materiais utilizados pelo cirurgião dentista, para os procedimentos previstos para segmentação odontológica, realizados em ambiente hospitalar por imperativo clínico;

s) remoções não previstas na cláusula de “Atendimento de Urgência e Emergência, Remoção e Reembolso” prevista em normativo da Agência Nacional de Saúde Suplementar, vigente na data do evento;

t) todos os procedimentos médicos e hospitalares não listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

u) procedimentos cujo beneficiário não atenda as diretrizes de utilização estabelecidas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigentes à época do evento;

v) procedimentos realizados fora da área de abrangência geográfica estabelecida neste contrato.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA não se responsabiliza pelo pagamento de despesas extraordinárias, sejam realizadas pelo beneficiário internado ou seu acompanhante, como por exemplo: medicamentos não prescritos pelo médico assistente, ligações telefônicas, produtos de higiene e perfumaria diferentes dos disponibilizados pelo hospital, alimentação diferente da ofertada na dieta geral do hospital, etc.

Parágrafo Segundo. A responsabilidade pelo pagamento das despesas extraordinárias será exclusivamente do beneficiário, que deverá efetuar o respectivo pagamento diretamente ao prestador do atendimento.

CLÁUSULA 6ª - DURAÇÃO DO CONTRATO

O início de vigência do contrato dar-se-á na data da assinatura pelo (a) CONTRATANTE ou conforme negociação entre as partes, desde que até o início da vigência estabelecida não tenha ocorrido nenhum pagamento.

Parágrafo Primeiro. A vigência para cada um dos beneficiários, contudo, subordina-se ao recebimento pela CONTRATADA do respectivo formulário cadastral, iniciando-se na data indicada no campo específico daquele documento.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA poderá estabelecer uma data limite para recebimento dos formulários cadastrais, a fim de que surtam efeitos no mês subsequente, respeitadas as carências contratuais.

Parágrafo Terceiro. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses de vigência.

Parágrafo Quarto. Alcançado o termo final de vigência inicialmente previsto, no silêncio das partes, o presente contrato prorrogase automaticamente por tempo indeterminado, sem cobrança de qualquer taxa ou valor a título de renovação.

CLÁUSULA 7ª - PERÍODOS DE CARÊNCIA

Para que possam beneficiar-se dos serviços, os beneficiários devem cumprir os períodos de carência abaixo relacionados, contados a partir da data da inscrição do beneficiário no plano:

	CARÊNCIAS
• Urgência e Emergência	24 horas
• Consultas médicas	30 dias
• Exames: laboratoriais, anatomopatológicos e citológicos, raio - x simples e contrastados, eletrocardiograma, eletroencefalograma, ultra-sonografia	30 dias
• Consultas/sessões de Fisioterapia	90 dias
• Parto a Termo	300 dias
• Consultas/Sessões com: fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, nutricionista e psicoterapia	180 dias
• Todos as demais coberturas	180 dias

Parágrafo Primeiro. Não será exigido o cumprimento dos períodos de carências nos contratos com número de participantes igual ou superior a 30 (trinta) beneficiários, desde que o pedido de ingresso do titular e seus dependentes no plano seja formalizado à Contratada:

1. Em até 30 dias da celebração do contrato; ou
2. Em até 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica Contratante.

Parágrafo Segundo. O prazo de 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica contratante será contado a partir do 1º dia subsequente ao vencimento do contrato de experiência com prazo determinado.

Parágrafo Terceiro. Os beneficiários titulares e dependentes que formalizarem o seu pedido de ingresso no plano fora dos prazos acima previstos, independente do número de participantes, cumpram os períodos normais de carências estabelecidas neste contrato, exceto os dependentes recém-nascidos inscritos conforme Cláusula Condições de Admissão.

Parágrafo Quarto. Na eventualidade da redução do número de beneficiários inscritos para menos de 30 (trinta), as novas inclusões, ainda que formalizadas dentro do prazo de 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica Contratante, passam a cumprir as

carências normais estabelecidas nesta cláusula.

Parágrafo Quinto. Quando se tratar de beneficiário(s) proveniente(s), de forma ininterrupta, de outro plano da CONTRATADA em pré-pagamento, haverá aproveitamento das carências já cumpridas no plano anterior, ressalvadas as modificações de cobertura, como nas hipóteses de ampliação da área geográfica ou acomodação hospitalar superior.

Parágrafo Sexto. O direito ao atendimento na nova abrangência geográfica ou acomodação hospitalar superior, conforme o caso, só será possível após o cumprimento das carências acima mencionadas.

CLÁUSULA 8ª – DOENÇAS E LESÕES PREEXISTENTES

O contrato coletivo observa as seguintes condições para coberturas de doenças ou lesões preexistentes:

- a. Número de participantes menor que 30 (trinta) – Com análise de Doença e Lesão Preexistente; e
- b. Número de participantes maior ou igual a 30 (trinta) - Sem análise de Doença e Lesão Preexistente, desde que o pedido de ingresso do titular e seus dependentes no plano, seja formalizado à Contratada:

1. Em até 30 dias da celebração do contrato; ou
2. Em até 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica Contratante.

O prazo de 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica contratante será contado a partir do 1º dia subsequente ao vencimento do contrato de experiência com prazo determinado.

Parágrafo Primeiro. Os beneficiários titulares e dependentes inscritos fora dos prazos acima previstos, independente do número de participantes no contrato, ficam sujeitos à análise de Doença e Lesão Preexistente, exceto os dependentes recém-nascidos e menores de 12 anos: tutelados, sob guarda, adotados e com reconhecimento de paternidade, inscritos conforme Cláusula Condições de Admissão.

Parágrafo Segundo. Na eventualidade da redução do número de beneficiários inscritos para menos de 30 (trinta), as novas inclusões, ainda que formalizadas dentro do prazo de 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica Contratante, ficam sujeitas à análise de Doença ou Lesão Preexistente.

Parágrafo Terceiro. Os beneficiários titulares e dependentes devem preencher e assinar o formulário de Declaração de Saúde, observadas as condições e regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar estabelecidas em normativos vigentes na data da contratação do plano ou inscrição de dependente(s).

Parágrafo Quarto. No preenchimento da declaração de saúde, os beneficiários titulares e dependentes devem registrar sua atual condição de saúde e eventuais doenças ou lesões preexistentes, de que saibam ser portadores ou sofrendores no ato da contratação do plano de saúde e na inscrição de dependentes. Assegurado o direito de fazer a entrevista qualificada, sem ônus financeiro, por um médico indicado pela CONTRATADA, pertencente à rede cooperada da mesma, ou por outro médico de sua escolha, não pertencente à rede cooperada da CONTRATADA, devendo neste caso, assumir o ônus financeiro da entrevista.

Parágrafo Quinto. O objetivo da entrevista qualificada é orientar o beneficiário para o correto preenchimento da Declaração de Saúde, onde são declaradas as doenças ou lesões que o beneficiário saiba ser portador ou sofrendor, no momento da contratação ou

adesão ao plano privado de assistência à saúde, além de esclarecer questões relativas aos direitos de cobertura e consequências da omissão de informações.

Parágrafo Sexto. Com base na avaliação das declarações de saúde, a CONTRATADA poderá solicitar aos beneficiários, a realização de uma perícia médica com um profissional indicado pela CONTRATADA, que poderá ser ou não acompanhada de exame. Os custos do médico e dos exames, neste caso, ficam por conta da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo. Quando for necessária a realização de exames complementares para auxiliar na avaliação do médico perito, será entregue aos beneficiários uma guia para realização destes exames. O resultado deve acompanhar a Declaração de Saúde a ser entregue ao médico durante a avaliação.

Parágrafo Oitavo. Sendo constatada por perícia ou na entrevista qualificada ou através de declaração expressa do beneficiário, a existência de doença ou lesão que possa gerar necessidade de eventos cirúrgicos, uso de leitos de alta tecnologia e de procedimentos de alta complexidade, a CONTRATADA oferecerá ao beneficiário, obrigatoriamente, a Cobertura Parcial Temporária.

a) Cobertura Parcial Temporária (CPT): Consiste na suspensão pelo prazo ininterrupto de até 24 (vinte e quatro) meses, da cobertura de eventos cirúrgicos, leitos de alta tecnologia e procedimentos de alta complexidade, listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, relacionados às doenças e lesões preexistentes, declaradas pelo beneficiário ou seu representante legal, consoante especificações do "Anexo de Exclusões por Preexistência", contados a partir da contratação ou da adesão ao plano. Findo o prazo de até 24 (vinte e quatro) meses da contratação ou adesão ao plano, a cobertura assistencial passará a ser integral, conforme a segmentação contratada, prevista na Lei nº 9.656, de 1998 e resoluções.

Parágrafo Nono. A Cobertura Parcial Temporária será formalizada através da assinatura do Termo de Formalização da Cobertura Parcial Temporária, que será anexada ao presente contrato. Os procedimentos de alta complexidade em período de Cobertura Parcial Temporária encontram-se especificados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, disponível no site www.ans.gov.br.

Parágrafo Décimo. Se na contratação ou adesão ao plano, tiver sido constatada a existência de doença ou lesão preexistente do beneficiário e a CONTRATADA deixar de oferecer no momento da adesão contratual a Cobertura Parcial Temporária, não caberá alegação de omissão de informação na Declaração de saúde e nem aplicação posterior de Cobertura Parcial Temporária.

Parágrafo Décimo Primeiro. A CONTRATADA poderá comprovar o conhecimento prévio do beneficiário sobre sua condição de saúde quanto à doença ou lesão preexistente durante o período de 24 meses, contados a partir da inscrição do beneficiário no plano. Não caberá a alegação de omissão de doença ou lesão preexistente caso a CONTRATADA tenha realizado qualquer tipo de exame ou perícia médica para admissão do beneficiário, no plano.

Parágrafo Décimo Segundo. A omissão da doença ou lesão preexistente na época da contratação ou adesão ao plano poderá ser caracterizada como comportamento fraudulento do beneficiário, cabendo a CONTRATADA o ônus da prova do conhecimento prévio do beneficiário da doença ou lesão preexistente na contratação do plano. É vedada a negativa de cobertura assistencial, assim como a suspensão ou rescisão unilateral do contrato em razão da omissão de doença ou lesão preexistente, até a publicação do encerramento do processo administrativo pela ANS.

Parágrafo Décimo Terceiro. A CONTRATADA irá comunicar ao beneficiário a alegação de omissão de doença ou lesão preexistente não declarada na ocasião da contratação ou adesão ao plano, através do Termo de Comunicação e oferecerá obrigatoriamente ao beneficiário a Cobertura Parcial Temporária, pelos meses restantes até completar 24 meses da assinatura ou adesão ao plano. Em caso de recusa do beneficiário, por uma das opções oferecidas pela CONTRATADA, esta solicitará a abertura do processo administrativo diante da ANS por indício de fraude.

Parágrafo Décimo Quarto. Após o recebimento da comunicação e recusa do beneficiário, a CONTRATADA encaminhará a documentação pertinente à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, requerendo abertura de processo administrativo para verificação da sua procedência ou não. A CONTRATADA poderá utilizar-se de qualquer documentação para comprovar a omissão de doença ou lesão preexistente.

Parágrafo Décimo Quinto. Comprovada a alegação de omissão de doença ou lesão preexistente, o beneficiário e o(a) CONTRATANTE passam a ser responsáveis pelo pagamento das despesas efetuadas com a assistência médica hospitalar, relacionadas com a doença ou lesão preexistente que seriam objeto de Cobertura Parcial Temporária, a partir do momento de sua notificação, além da exclusão do beneficiário que foi parte do processo de omissão.

CLÁUSULA 9ª - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, REMOÇÃO E REEMBOLSO

O atendimento de urgência, emergência, remoção e reembolso observará as condições abaixo e atualizações estabelecidas em normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, vigentes na data do evento.

I – Atendimento de urgência e emergência:

Para efeito da presente cláusula, considera-se:

- a) Emergência: os atendimentos que implicarem em risco imediato de morte ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente;
- b) Urgência: os atendimentos resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional.

Parágrafo Primeiro. Após 24 (vinte e quatro) horas da inscrição do beneficiário no plano (titular ou dependente, conforme o caso), é assegurada a cobertura dos procedimentos de urgência e emergência, inclusive para aqueles que envolvam internação hospitalar.

Parágrafo Segundo. Quando envolver acordo de cobertura parcial temporária, por doenças e lesões preexistentes, a cobertura do atendimento de urgência e emergência para os eventos cirúrgicos, leitos de alta tecnologia e procedimentos de alta complexidade listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e relacionados a doenças ou lesão preexistente ficam limitados as primeiras 12 (doze) horas em regime ambulatorial. Se, na continuidade do atendimento, for necessária a realização de procedimentos cirúrgicos, ou uso de leitos de alta tecnologia ou a realização de procedimentos de alta complexidade relacionados à doença ou lesão preexistente em período de cobertura parcial temporária exclusivos da cobertura hospitalar, a responsabilidade financeira da CONTRATADA cessará a partir da internação, ainda que ela se efetive dentro do período de 12 horas e assegurará a remoção nas condições previstas no inciso abaixo.

II – Remoção:

A CONTRATADA garantirá a cobertura da remoção do paciente nas situações abaixo descritas, em ambulância com os recursos

necessários a fim de garantir a manutenção da vida, para outro hospital.

Parágrafo Primeiro. Após atendimentos classificados como urgência ou emergência a CONTRATADA garantirá a cobertura da remoção do paciente nas seguintes situações:

1. se caracterizada pelo médico assistente a falta de recursos da unidade para continuidade do atendimento, a CONTRATADA garantirá a sua remoção para uma unidade hospitalar própria ou contratada, mais próxima, que disponha dos recursos necessários para o atendimento, sem ônus para o(a) CONTRATANTE; e

2. quando for necessária a realização de eventos cirúrgicos, ou uso de leitos de alta tecnologia ou a realização de procedimentos de alta complexidade relacionados a doença ou lesão preexistente em período de cobertura parcial temporária, caberá à CONTRATADA o ônus e a responsabilidade da remoção do paciente para uma unidade do SUS mais próxima, que disponha dos recursos necessários para garantir a continuidade do atendimento. A responsabilidade da Operadora só cessará após o efetivo registro do paciente na Unidade do Sistema Único de Saúde – SUS.

Parágrafo Segundo. Quando envolver acordo de cobertura parcial temporária e o paciente ou seus responsáveis optarem, mediante assinatura de termo de responsabilidade, pela continuidade do atendimento em unidade não integrante do SUS, a CONTRATADA estará desobrigada da responsabilidade médica e do ônus financeiro da remoção.

Parágrafo Terceiro. Nos casos de remoção para uma unidade do SUS, quando não possa haver remoção por risco de morte, estando o beneficiário em período de cobertura parcial temporária, o(a) CONTRATANTE e o prestador do atendimento devem negociar entre si a responsabilidade financeira da continuidade da assistência, desobrigando-se, assim, a CONTRATADA desse ônus.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA garantirá a remoção do beneficiário que tiver cumprido o período de carências para internação hospitalar, mediante autorização do médico assistente e consentimento do próprio beneficiário ou de seu responsável. A remoção será assegurada nas situações abaixo descritas:

1) Quando o beneficiário estiver dentro da área de atuação e abrangência de cobertura do plano de saúde:

a) De hospital ou pronto atendimento do SUS, para um hospital da rede vinculado ao respectivo plano de saúde;

b) De hospital ou pronto atendimento particular ou público, não integrante da rede da operadora, para um hospital da rede vinculado ao respectivo plano de saúde;

c) De hospital ou pronto atendimento da rede do respectivo plano de saúde, para outro hospital da rede, vinculado ao respectivo plano de saúde mais próximo, quando caracterizada pelo médico assistente, a falta de recursos para continuidade de atenção ao beneficiário na unidade de saúde de origem.

d) De clínica ou consultório público ou privado para um hospital da rede vinculado ao respectivo plano de saúde, somente em caso de indisponibilidade ou inexistência de unidade hospitalar ou pronto atendimento no município onde o paciente foi atendido, conforme regras estabelecidas na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar vigente na data do evento.

2) Quando o beneficiário estiver fora da área de atuação e abrangência de cobertura do plano:

a) de hospital ou pronto-atendimento privado ou público, localizado fora da área de atuação do respectivo plano de saúde, para hospital credenciado e vinculado ao respectivo plano de saúde apto a realizar o devido atendimento, quando o evento que originou a necessidade do serviço tenha ocorrido dentro da área de atuação do plano de saúde.

b) de hospital ou pronto-atendimento privado ou público, localizado fora da área de atuação do plano de saúde, para hospital credenciado na área de atuação e abrangência de cobertura e vinculado ao respectivo plano de saúde apto a realizar o devido atendimento, em caso de indisponibilidade ou inexistência de unidade hospitalar ou pronto atendimento no município demandado pelo beneficiário e/ou área de atuação do plano, conforme regras estabelecidas na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar vigente na data do evento.

Parágrafo Quinto. Quando o paciente estiver internado em uma unidade hospitalar, que não possua o recurso para realizar determinados exames ou procedimentos, indispensáveis para controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, a CONTRATADA garantirá a sua remoção para outro estabelecimento.

III - Reembolso:

Considerando que o referido plano de saúde não possui característica de livre escolha de prestadores para atendimento, os beneficiários inscritos pelo(a) CONTRATANTE terão assegurado o direito ao reembolso de atendimento somente nas situações e condições abaixo, quando devidamente comprovados:

Parágrafo Primeiro. Reembolso em conformidade com disposto no inciso VI do artigo 12 da Lei 9656/98 em caso de atendimento de urgência e emergência:

a) Quando não for possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados pela CONTRATADA que fazem parte da rede de atendimento do respectivo plano e desde que o atendimento tenha sido realizado dentro da área de abrangência geográfica e atuação do plano.

b) O reembolso será nos limites das obrigações contratuais, observadas as carências, cobertura parcial temporária, área de abrangência e atuação do plano, segmentação e Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente a época do evento. O valor será de acordo com os valores praticados pela CONTRATADA junto à rede de prestadores do respectivo plano.

Parágrafo Segundo. Reembolso em caso de inexistência ou indisponibilidade de prestador em conformidade com a Resolução Normativa nº 259 ou outra norma que venha a substituí-la, para o atendimento de urgência e emergência e/ou eletivo, conforme abaixo:

a) Atendimento de urgência ou emergência: em caso de inexistência ou indisponibilidade de prestador de serviço assistencial da rede de atendimento do plano no município onde foi realizado o atendimento, desde que o município faça parte da área de abrangência e atuação do plano.

b) Atendimento eletivo em caso de inexistência ou indisponibilidade de prestador de serviço assistencial, do respectivo plano no município onde foi requerido o atendimento pelo beneficiário, desde que:

1. O beneficiário ou seu responsável tenham comunicado previamente a CONTRATADA, através de um dos canais indicados no verso do cartão do plano de saúde, quanto a necessidade de atendimento e dificuldade de agendamento em razão da inexistência ou indisponibilidade de prestador de serviço assistencial da rede de atendimento deste plano;

2. A CONTRATADA não tenha assegurado o atendimento solicitado pelo beneficiário ou responsável nos prazos e condições estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar em normativos vigentes;

3. O município onde foi realizado o atendimento faça parte da área de abrangência e atuação do plano.

Parágrafo Terceiro. O atendimento eletivo solicitado será assegurado pela CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar em normativos vigentes na data da demanda, em qualquer prestador ou médico da rede assistencial do plano, habilitado para o atendimento e, não necessariamente, um prestador ou médico específico escolhido pelo beneficiário.

Parágrafo Quarto. A contagem do prazo para garantia do atendimento, se inicia na data da solicitação do serviço ou atendimento mediante contato do beneficiário ou responsável com a CONTRATADA/OPERADORA.

Parágrafo Quinto. A solicitação de reembolso, deverá ser formalizada pelo (a) CONTRATANTE ou beneficiário, junto a CONTRATADA no prazo máximo de 1(um) ano da data do atendimento ou da alta. Deverá ser anexada a respectiva solicitação a documentação original relativa às despesas efetuadas (cópia da conta do atendimento, documento fiscal que deverá conter CNPJ/CPF do profissional ou estabelecimento que realizou o atendimento). Necessário apresentar também:

- a) Em caso de atendimento de urgência ou emergência: declaração do médico assistente atestando e comprovando que se tratava de uma situação de urgência ou emergência; ou
- b) Em caso de atendimento eletivo: número do protocolo fornecido pela CONTRATADA na solicitação de serviço ou atendimento realizado pelo beneficiário ou responsável.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA terá o prazo adicional máximo de 30 (trinta) dias para análise da documentação e eventual reembolso do valor devido, descontadas as coparticipações previstas na cláusula Mecanismos de Regulação.

CLÁUSULA 10ª - MECANISMOS DE REGULAÇÃO

Para realização das coberturas assistenciais contratadas, os beneficiários devem observar os mecanismos de regulação adotados pela CONTRATADA, para gerenciar e regular a demanda de utilização de serviços prestados. Observando ainda, as atualizações estabelecidas em normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, vigentes na data do evento.

I. Coparticipação

É a participação financeira na despesa assistencial a ser paga pelo beneficiário, após a realização dos procedimentos e condições abaixo, observados os limites estabelecidos nos normativos vigentes.

Parágrafo Primeiro. Os atendimentos serão realizados mediante coparticipação de 50% (cinquenta por cento) do custo dos serviços abaixo listados, limitados a um valor máximo de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por serviço realizado:

- a) consulta de puericultura, demais consultas médicas em consultório e pronto socorro;
- b) exames e procedimentos de diagnose, realizados em consultórios médicos, clínicas, laboratórios e hospitais em regime ambulatorial, incluindo materiais, medicamentos, honorários e taxas relacionadas à execução do exame;
- c) consultas/sessões realizadas por profissionais de saúde,

previstas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigentes à época do evento, tais como: fisioterapia, acupuntura, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, nutricionista e psicoterapia, realizadas em regime ambulatorial, incluindo materiais, medicamentos, honorários e taxas relacionadas à execução dos procedimentos.

d) Terapia antineoplásica oral de uso domiciliar e os medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes de uso domiciliar relacionados ao tratamento antineoplásico. A incidência da coparticipação será por cada medicamento solicitado e fornecido.

Parágrafo Segundo. Sempre que houver uma atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde, publicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e forem inclusos procedimentos e/ou medicamentos, não listados acima e também não contemplados no rol anterior, incidirá a cobrança de coparticipação sobre as novas coberturas ambulatoriais incluídas.

Parágrafo Terceiro. Na internação psiquiátrica, caso sejam ultrapassados os prazos definidos na cláusula de Coberturas e Procedimentos Garantidos, haverá controle mediante coparticipação, equivalente a R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por diária efetivamente realizada, estando esta limitada ao valor máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor total da conta.

Parágrafo Quarto. Os valores serão reajustados anualmente conforme condições estabelecidas na Cláusula de Reajuste.

Parágrafo Quinto. Os valores apurados a títulos de coparticipação serão cobrados com a mensalidade do plano de saúde.

Parágrafo Sexto. A inadimplência dos valores apurados a títulos de coparticipação sujeitará o CONTRATANTE às mesmas penalidades impostas à inadimplência das mensalidades.

II. Cartão De Identificação

A CONTRATADA fornecerá ao beneficiário titular e respectivos dependentes o cartão individual de identificação, com prazo de validade, e cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade oficialmente reconhecido, assegura o gozo dos direitos e vantagens deste contrato.

Parágrafo Primeiro. Antes da primeira utilização do cartão, inclusive nas renovações, este deverá ser desbloqueado pelo beneficiário titular do plano, conforme orientações constantes na etiqueta do cartão.

Parágrafo Segundo. Em caso de exclusão de beneficiários, rescisão, resolução ou resilição deste contrato, é obrigação do(a) CONTRATANTE devolver os respectivos cartões individuais de identificação, sob pena de responder pelos prejuízos resultantes de seu uso indevido.

Parágrafo Terceiro. Ocorrendo a perda ou extravio do cartão individual de identificação, o(a) CONTRATANTE deverá comunicar imediatamente à CONTRATADA, por escrito, sob pena de responder pelos prejuízos que advierem de sua indevida utilização. O custo da emissão de uma segunda via do cartão é de R\$ 15,00 (quinze reais), podendo ser reajustado conforme condições estabelecidas na Cláusula de Reajuste.

III. Condições de Atendimento e Autorização Prévia

Os serviços contratados serão prestados na forma abaixo descrita e a autorização prévia ocorrerá de forma a viabilizar o cumprimento dos prazos de atendimentos estabelecidos em normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, vigentes na data da solicitação.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA autorizará medicamentos e materiais (inclusive órteses e próteses cirúrgicas) de preferência nacionais, com certificados de boas práticas, conforme exigência da ANVISA, (somente autorizando os importados nacionalizados, caso não existam similares nacionais). As eventuais divergências serão dirimidas pelo mecanismo de junta médica, abaixo previsto.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA poderá divergir da solicitação do médico assistente ou do cirurgião dentista assistente, utilizando-se de Junta Médica (constituída pelo médico ou cirurgião dentista solicitante, médico da operadora e por um terceiro profissional, escolhido de comum acordo pelos dois profissionais acima nomeados, sendo os honorários do terceiro médico custeados pela CONTRATADA) conforme previsto em normativo da Agência Nacional de Saúde Suplementar vigente na data do evento, tendo como base os protocolos médicos oficiais e medicina baseada em evidência.

Parágrafo Terceiro. O atendimento e autorização observará:

I. Consultas Médicas: Os beneficiários são atendidos no consultório, dos médicos cooperados, indicados na relação divulgada pela CONTRATADA, observado o horário normal de seus consultórios e com agendamento prévio. As consultas em pronto socorro na rede credenciada serão prestadas pelo médico que estiver de plantão;

II. Consultas/Sessões com: fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo e nutricionista: são realizadas pelos profissionais credenciados ou contratados que integram a rede prestadora de serviços da CONTRATADA, mediante solicitação/indicação escrita do médico assistente e apresentação da Guia de Solicitação de Serviços com autorização prévia da CONTRATADA, respeitado o limite de uso estabelecido no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização, vigentes à época do evento;

III. Sessões de psicoterapia: são realizadas pelos profissionais cooperados, credenciados ou contratados que integram a rede prestadora de serviços da CONTRATADA, mediante solicitação/indicação escrita do médico assistente e apresentação da Guia de Solicitação de Serviços com autorização prévia da CONTRATADA, respeitado o limite de uso estabelecido no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização, vigentes à época do evento;

IV. Atendimentos ambulatoriais, internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas: são realizados por médicos cooperados nos estabelecimentos de saúde que integram a rede prestadora de serviços da CONTRATADA, mediante apresentação da Guia de Solicitação de Serviços, emitida pelo médico assistente ou cirurgião dentista, previamente autorizada pela CONTRATADA (salvo nas hipóteses de urgência ou emergência), respeitado o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização (quando houver), vigentes à época do evento. Em caso de divergência médica, será aplicado mecanismo de junta médica acima previsto;

V. Os exames complementares e serviços auxiliares: devem ser executados nos prestadores de serviços que integram a rede prestadora de serviços da CONTRATADA, mediante apresentação da Guia de Solicitação de Serviços, emitida pelo médico assistente ou cirurgião dentista, previamente autorizada pela CONTRATADA, respeitado o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização (quando houver), vigentes à época do evento;

VI. Cirurgia buco-maxilo-facial: é realizada por profissional devidamente habilitado e integrante da rede de prestadores de serviços da CONTRATADA, mediante apresentação da Guia de Solicitação de Serviços, emitida pelo médico assistente ou cirurgião dentista, previamente autorizada pela CONTRATADA (salvo nas hipóteses de

urgência ou emergência);

VII. Medicamentos de uso domiciliar para: terapia antineoplásica oral e os medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso: o fornecimento será indicado pela CONTRATADA, mediante apresentação da Guia de Solicitação de Serviço e Receituário, ambos emitidos pelo médico assistente e previamente autorizados pela CONTRATADA, respeitado o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização, vigentes à época do evento.

VIII. Terapia imunobiológica endovenosa ou subcutânea para tratamento de artrite reumatoide: a CONTRATADA indicará o fornecimento e/ou estabelecimento para realização do serviço, mediante apresentação da Guia de Solicitação de Serviço e Receituário, ambos emitidos pelo médico assistente e previamente autorizados pela CONTRATADA, respeitado o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização, vigentes à época do evento.

Parágrafo Quarto. As regras acima não se aplicam ao serviço de urgência ou emergência, estando assegurado liberação imediata dos procedimentos.

Parágrafo Quinto. Nos casos de urgência e emergência, o beneficiário, ou quem responda por ele, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de internação, para providenciar a autorização da CONTRATADA, sob pena da CONTRATADA não se responsabilizar por qualquer despesa.

Parágrafo Sexto. Para realização de procedimentos que necessitem de autorização prévia, o beneficiário, ou quem responda por ele, deve dirigir-se a um escritório de autorização na Unimed mais próxima, munido de cartão de identificação do plano, carteira de identidade e a guia com a solicitação do procedimento.

Parágrafo Sétimo. Sempre que houver dificuldade no agendamento do serviço ou atendimento, seja por indisponibilidade ou inexistência de prestador de serviço assistencial da rede de atendimento do plano, o beneficiário ou seu responsável deverá comunicar à CONTRATADA, através do telefone informado no verso do cartão do plano de saúde, para o agendamento do atendimento, observadas as regras abaixo:

a) O atendimento solicitado será assegurado pela CONTRATADA em município integrante da área de abrangência e atuação do plano, nos prazos e condições estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar em normativos vigentes na data da solicitação, em qualquer prestador ou médico da rede assistencial do plano, habilitado para o atendimento e, não necessariamente, um prestador ou médico específico escolhido pelo beneficiário;

b) A contagem do prazo para garantia do atendimento, se inicia na data da solicitação do serviço ou atendimento pelo beneficiário ou responsável à CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo. Os beneficiários com mais de 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes, lactentes e crianças até 5 (cinco) anos têm prioridade na marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos em relação aos demais beneficiários.

Parágrafo Nono. Os serviços ora contratados são prestados exclusivamente pelos profissionais e entidades constantes na relação divulgada no Guia eletrônico através do site www.unimed.coop.br/joacaba, sob a indicação de Rede ES01. O plano não inclui quaisquer prestadores não integrantes da lista do "site".

Parágrafo Décimo. Em cumprimento ao disposto na Resolução

Normativa nº 365/14, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ou outra que a substitua. Informamos que as substituições de prestadores não hospitalares ocorridas na rede assistencial acima mencionada ficarão disponíveis através do endereço: www.unimed.coop.br/joacaba e na Central de Atendimento da Operadora que poderá ser contatada através do telefone informado no cabeçalho deste contrato e verso do cartão.

Parágrafo Décimo Primeiro. A manutenção da rede hospitalar implica em compromisso com os beneficiários e devem observar as normas abaixo estabelecidas no art. 17 da Lei 9656/98:

I. É facultada a substituição de entidade hospitalar, desde que por outro equivalente e mediante comunicação aos beneficiários e à ANS com trinta dias de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor.

II. Na hipótese da substituição do estabelecimento hospitalar ocorrer por vontade da CONTRATADA durante período de internação do beneficiário, o estabelecimento obriga-se a manter a internação e a CONTRATADA, a pagar as despesas até a alta hospitalar, a critério médico, na forma do contrato.

III. Nos casos de substituição ou suspensão temporária do estabelecimento hospitalar em decorrência de intervenção pública, sanitária ou fiscal, a CONTRATADA arcará com a responsabilidade pela transferência do beneficiário internado para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuidade da assistência, sem ônus adicional para o beneficiário.

IV. Em caso de redimensionamento da rede hospitalar por redução ou substituição por vontade da CONTRATADA, esta deverá solicitar à ANS autorização expressa para redimensionamento de rede e posteriormente deverá comunicar ao CONTRATANTE.

V. A redução do número de prestadores da rede do plano não implica em qualquer direito de redução dos valores de mensalidade fixados.

CLÁUSULA 11ª – FORMAÇÃO DE PREÇO E MENSALIDADE

Trata-se de um plano de assistência à saúde com os valores pré-estabelecidos para contraprestação pecuniária mensal, a ser paga pelo (a) CONTRATANTE, antes e independentemente da efetiva utilização das coberturas contratadas.

Parágrafo Primeiro. Não poderá haver distinção quanto ao valor da contraprestação pecuniária entre os beneficiários que vierem a ser incluídos no contrato e aqueles já vinculados, ressalvados os beneficiários inscritos na condição de demitido ou aposentado, conforme artigos 30 e 31 da Lei 9656/98 que deverão adotar o valor integral estabelecido na tabela de preços/custos com 10 (dez) faixas etárias quando o contrato de ativos adotar o critério de aglutinação de faixas etárias com preço único ou inferior a 10 (dez) faixa etárias ou houver participação do empregador no custeio do plano.

Parágrafo Segundo. O (A) CONTRATANTE pagará à CONTRATADA por beneficiário inscrito:

- a) a título de inscrição e mensalidade, os valores relacionados na Proposta de Contratação; e
- b) as coparticipações previstas na Cláusula Mecanismos de Regulação.

Parágrafo Terceiro. A pessoa jurídica CONTRATANTE, independente da participação total ou parcial no custo da mensalidade, fica responsável pelo pagamento integral dos valores a que se refere esta cláusula, até o quinto dia útil de cada mês.

Parágrafo Quarto. Os beneficiários inscritos no plano na condição de demitido ou aposentado, conforme previsto nos artigos 30 e 31

da Lei 9656/98, ficam responsáveis pelo pagamento integral dos valores a que se refere esta cláusula.

Parágrafo Quinto. O valor da coparticipação dos beneficiários nos custos assistenciais, quando for o caso, se dará pela aplicação do percentual e/ou quantias previstas sobre a tabela de referência da CONTRATADA, vigente na data do vencimento da fatura, que considerará os custos dos serviços executados.

Parágrafo Sexto. O extrato de serviços prestados fornecido pela CONTRATADA destina-se a identificar a utilização e a respectiva participação nos custos dos beneficiários. Se houver dúvidas quanto às informações do extrato de serviços prestados, o(a) CONTRATANTE pode solicitar a CONTRATADA os esclarecimentos necessários.

Parágrafo Sétimo. Se a CONTRATANTE não receber documento que possibilite realizar o pagamento de sua obrigação até cinco dias antes do respectivo vencimento, deverá solicitá-lo diretamente à CONTRATADA, para que não se sujeite a consequência da mora.

Parágrafo Oitavo. Ocorrendo impontualidade no pagamento das prestações, serão cobrados juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor do débito atualizado.

Parágrafo Nono. Tratando-se de contrato na modalidade de pré-pagamento, ainda que não haja utilização efetiva dos serviços no período de inadimplência, permanecerá o(a) CONTRATANTE e/ou os beneficiários inscritos na condição de demitido ou aposentado responsável pelo pagamento das respectivas parcelas e das coparticipações relativos aos atendimentos realizados.

Parágrafo Décimo. A CONTRATADA reserva-se o direito de realizar a cobrança em decorrência de coparticipação em até 60 dias após o recebimento da cobrança relativa ao serviço realizado.

Parágrafo Décimo Primeiro. Em atenção ao disposto no § 1º do artigo 15 da RN nº 279, de 2011, foi adotado o seguinte critério para a determinação do preço único e da participação do empregador:

a) O critério adotado para definição de preço único ou para aglutinação inferior a 10 faixas etárias tem como base o cálculo da receita média per capita do intervalo de faixas a serem unificadas. Sobre a receita per capita calculada há também um acréscimo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) para cada faixa etária aglutinada, a título de margem de segurança, em virtude do risco de alteração na idade média do grupo após a contratação e para compensar a perda dos reajustes por mudança de faixas etárias que ocorreriam anualmente.

b) O cálculo da receita média per capita das faixas que serão aglutinadas é realizado através da média simples, obtida da seguinte forma: soma-se o valor da mensalidade de cada um dos beneficiários a serem inscritos nas faixas etárias que serão unificadas, obtendo a receita total desse grupo, que é dividida pelo número total de beneficiários dessas faixas.

c) A participação do empregador no custeio do plano de saúde se dará conforme descrito na Proposta de Contratação, campo rateio de custos.

CLÁUSULA 12ª - REAJUSTE

Os valores das contraprestações pecuniárias definidas na Proposta de Contratação e na tabela de preços para as novas adesões deste contrato, bem como as verbas a que se refere à Cláusula Mecanismos de Regulação serão reajustados a cada 12 (doze) meses conforme parâmetros abaixo:

I. Contrato com 30 (trinta) ou mais beneficiários:

a) Reajuste conforme a variação positiva do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado – FGV), ou por outro índice que o substitua no caso de sua extinção, acumulado no período de análise do contrato (a cada doze meses, contados a partir do início da vigência), somado ao Índice de Reajuste Técnico – IRT%, apurado no período, caso a sinistralidade do(s) contrato(s) da Contratante atinja patamar superior a 70% (setenta por cento).

b) A apuração de beneficiários será realizada anualmente conforme parâmetros abaixo:

· Na primeira apuração será considerada a quantidade de beneficiários na assinatura do contrato;

· Para as apurações seguintes, será considerada a quantidade de beneficiários no último aniversário do contrato.

c) O IGPM e o Índice de Reajuste Técnico serão apurados no período de 12 meses consecutivos, com uma defasagem de 4 (quatro) meses em relação ao período de aplicação do reajuste do contrato.

II. Contrato com menos de 30 (trinta) beneficiários:

a) Quando o número de beneficiários do contrato for inferior a 30 (trinta), o reajuste anual será apurado considerando o agrupamento de todos os contratos coletivos da Contratada com menos de 30 (trinta) beneficiários, conforme estabelecido em Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar. A apuração de beneficiários será realizada anualmente conforme parâmetros abaixo:

· Na primeira apuração será considerada a quantidade de beneficiários na assinatura do contrato;

· Para as apurações seguintes, será considerada a quantidade de beneficiários no último aniversário do contrato.

b) O índice de reajuste para contratos com menos de 30 (trinta) beneficiários será em conformidade com o IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado – FGV), ou por outro que o substitua no caso de sua extinção, somado ao Índice de Reajuste Técnico - IRT, caso a sinistralidade do agrupamento de contratos atinja patamar superior a 70% (setenta por cento), seguindo os parâmetros abaixo:

· O IGPM e o Índice de Reajuste Técnico serão apurados no período de 12 meses consecutivos, com uma defasagem de 4 (quatro) meses em relação ao início do período de aplicação do reajuste do agrupamento.

· O cálculo do Índice de Reajuste Técnico – IRT será realizado com base na seguinte fórmula:

Onde,
SIN: é a sinistralidade ou índice de utilização do agrupamento de contratos em percentual.
A multiplicação por 100 é apenas para transformar o índice em percentual.

· Portanto, quando a sinistralidade do agrupamento superar o patamar de 70% (setenta por cento) o índice de reajuste contratual será composto pela soma do índice de reajuste técnico e do IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, (IRT% + IGPM).

c) A CONTRATADA divulgará o índice de reajuste apurado no portal corporativo até o 1º dia útil do mês de maio de cada ano, bem como a relação dos contratos agrupados. O índice apurado será aplicado no período de maio do ano corrente até abril do ano seguinte, na data de aniversário de cada contrato.

III. Contrato exclusivamente para manutenção de ex-empregados

(demitidos ou aposentados):

a) Quando se tratar de contrato exclusivamente para manutenção de ex-empregados, previstos nos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98, o índice de reajuste será apurado considerando a sinistralidade (nos termos do inciso I) somada a variação do índice previsto, em todos os contratos da carteira de planos exclusivos de ex-empregados de forma unificada. Não se aplica o disposto no inciso II.

b) O percentual de reajuste aplicado à carteira de ex-empregados será divulgado pela CONTRATADA em seu Portal Corporativo na Internet em até 30 (trinta) dias após a sua aplicação.

Parágrafo Primeiro. Só poderá ser aplicado um único reajuste contratual a cada 12 (doze) meses, ressalvados os reajustes por mudança de faixa etária.

Parágrafo Segundo. Não poderá haver aplicação de percentuais de reajuste diferenciados dentro de um mesmo plano em um determinado contrato.

Parágrafo Terceiro. O percentual de reajuste aplicado às contraprestações pecuniárias será comunicado a Agência Nacional de Saúde Suplementar conforme determina a legislação competente.

CLÁUSULA 13ª - REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA

As mensalidades serão automaticamente reajustadas em razão da idade do beneficiário, no mês seguinte ao de seu aniversário, de acordo com os parâmetros abaixo indicados:

Faixa Etária	Percentual de reajuste
00 A 18	0,00%
19 A 23	25,00%
24 A 28	26,40%
29 A 33	18,35%
34 A 38	17,65%
39 A 43	18,18%
44 A 48	16,15%
49 A 53	13,58%
54 A 58	16,62%
59 ou +	28,50%

Parágrafo Único. O cálculo das variações por faixa etária observa os parâmetros abaixo, definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar:

a. o valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a 6 (seis) vezes o valor da primeira faixa etária;
b. a variação acumulada entre a sétima e décima faixas etárias não poderá ser superior a variação acumulada entre a primeira e sétima faixas.

CLÁUSULA 14ª - REGRAS PARA PLANOS COLETIVOS

O presente contrato observa o Regime de Contratação Coletivo Empresarial, entendido como aquele que oferece cobertura da atenção a saúde prestada à população delimitada e vinculada à pessoa jurídica CONTRATANTE por relação empregatícia ou estatutária.

I – MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE PARA EX-EMPREGADOS

No caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa ou aposentado do titular, é assegurado ao beneficiário titular o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial (mesma segmentação e cobertura, rede assistencial, padrão de acomodação em

internação, área geográfica de abrangência e fator moderador) que gozava durante a vigência do contrato de trabalho, desde que:

a) já contribuisse financeiramente para o plano de saúde antes da extinção do vínculo empregatício, ainda que o pagamento de contribuição não esteja ocorrendo no momento da demissão ou exoneração sem justa causa.

· Entende-se como contribuição: qualquer valor pago pelo empregado, inclusive com desconto em folha de pagamento, para custear parte ou a integralidade da mensalidade de seu plano privado de assistência à saúde oferecido pelo empregador em decorrência de vínculo empregatício. Não é considerada contribuição à coparticipação ou franquia paga única e exclusivamente em procedimentos, como fator de moderação, na utilização dos serviços de assistência médica e nem os valores pagos relativos a mensalidade do plano de saúde dos dependentes e agregados;

b) a (o) CONTRATANTE formalize, por escrito, ao titular, questionamento quanto ao seu interesse de permanência no plano, no ato da rescisão, comunicando a decisão à CONTRATADA;

c) opção pela manutenção do plano seja efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da comunicação do direito ao benefício, que deverá ser formalizada no ato da comunicação do aviso prévio, a ser cumprido ou indenizado, ou da comunicação da aposentadoria;

d) encaminhe o formulário com a opção de manutenção do plano devidamente preenchido e assinado;

e) a partir da opção de manutenção do plano, na condição de ex-empregado, assuma o pagamento integral da mensalidade por faixa etária, coparticipação e incluindo, quando houver, os valores relativos ao agravamento, decorrente de doença ou lesão preexistente.

Parágrafo Primeiro. O valor da contraprestação pecuniária a ser paga pelo ex-empregado deverá corresponder ao valor integral estabelecido na tabela de custos por faixa etária com as devidas atualizações. É permitido ao empregador subsidiar o plano ou promover a participação dos empregados ativos no seu financiamento, devendo o valor correspondente ser explicitado aos beneficiários.

Parágrafo Segundo. Os beneficiários que se encontram em período de carência ou Cobertura Parcial Temporária (CPT), na data da rescisão do contrato de trabalho, cumprirão o período restante, contado a partir da data da sua inscrição na condição de ex-empregado.

Parágrafo Terceiro. O tempo de permanência do beneficiário no plano de saúde na condição de ex-empregado será de:

a) Para os demitidos ou exonerados sem justa causa:

· um terço do tempo de contribuição nos planos de saúde em pré-pagamento, contratados pelo(a) Contratante, mesmo que em operadoras diferentes, sem interrupção, observando-se o mínimo de seis e máximo de vinte e quatro meses.

b) Para os aposentados com rescisão do contrato de trabalho:

· se tiver contribuído por 10 (dez) anos ou mais nos planos de saúde em pré-pagamento contratados pelo(a) Contratante, mesmo que em operadoras diferentes, sem interrupção: de forma vitalícia.
· se tiver contribuído por menos de 10 (dez) anos nos planos de saúde em pré-pagamento contratados pelo(a) Contratante, mesmo que em operadoras diferentes, sem interrupção: à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição.

Parágrafo Quarto. Ao empregado aposentado que continuar trabalhando na mesma empresa e venha a ser demitido é garantido o direito de manter sua condição de beneficiário observado o disposto no artigo 31 da Lei nº 9.656, de 1998. O direito a manutenção do plano será exercido pelo ex-empregado aposentado no momento em que se desligar do empregador. O direito de manutenção também é garantido aos dependentes do empregado aposentado que continuou trabalhando na mesma empresa e veio a falecer antes

do exercício do direito previsto no artigo 31, da Lei nº 9.656, de 1998.

Parágrafo Quinto. A manutenção no plano é extensiva aos dependentes que estiverem inscritos no plano na ocasião da rescisão do contrato de trabalho do titular desde que atendidas às condições de dependência previstas na Cláusula Condições de Admissão.

Parágrafo Sexto. No período de manutenção da condição de beneficiário, somente poderão ser incluídos novo cônjuge e novos filhos do ex-empregado.

Parágrafo Sétimo. Em caso de morte do titular, o direito de permanência é assegurado aos dependentes cobertos pelo plano, conforme condições acima.

Parágrafo Oitavo. As eventuais alterações no plano de saúde obtidas pelos empregados ativos em decorrência de negociações coletivas de trabalho também são aplicáveis aos beneficiários inativos inscritos neste plano.

Parágrafo Nono. O beneficiário e seus dependentes perderão automaticamente o benefício:

a) pelo decurso dos prazos previstos para manutenção do plano na condição de demitido;

b) em caso de admissão em novo emprego. Entende-se como novo emprego: novo vínculo profissional que possibilite o ingresso do ex-empregado em um plano de assistência à saúde coletivo empresarial, coletivo por adesão ou de autogestão; ou

c) no cancelamento do plano de saúde contratado pela CONTRATANTE para empregados ativos e ex-empregados.

Parágrafo Décimo. É assegurado ao ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa ou aposentado ou seus dependentes vinculados ao plano, durante o período de manutenção da condição de beneficiário garantida pelos artigos 30 e 31 da Lei nº 9656, de 1998, o direito de exercer a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão, em operadoras nos termos do disposto no artigo 28 da RN nº 279, de 2011, c.c artigo 7º - C da RN nº 186, de 2009, e suas posteriores alterações.

II - ABSORÇÃO DE CARÊNCIAS EM CASO DE RESCISÃO DESTES CONTRATO

Em caso de cancelamento deste contrato, a CONTRATADA disponibilizará para os beneficiários (titulares e dependentes) inscritos, um plano de assistência à saúde na modalidade individual ou familiar, descontadas as carências já cumpridas neste contrato. Considera-se na contagem de prazos de carências, o tempo de permanência dos beneficiários no plano cancelado.

Parágrafo Primeiro. Os beneficiários devem fazer a sua opção pelo plano individual ou familiar, no prazo máximo de 30 dias após o cancelamento deste contrato.

Parágrafo Segundo. É de responsabilidade da (o) CONTRATANTE comunicar aos beneficiários o cancelamento deste contrato e do benefício disposto nesta cláusula, em tempo hábil para o cumprimento do prazo de opção acima mencionado.

CLÁUSULA 15ª - CONDIÇÕES DA PERDA DA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO

Será excluído do contrato o beneficiário titular, juntamente com seus dependentes, quando:

a) por solicitação do (a) CONTRATANTE, mediante comunicação

escrita remetida à CONTRATADA;

b) perder o vínculo com o (a) CONTRATANTE que lhe garante a condição de beneficiário do plano, ressalvados os casos previstos nos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98, para funcionários demitidos e aposentados, observadas as normas estabelecidas na Cláusula Regras para Planos Coletivos;

c) por fraude, por esta entendida a omissão de doença e lesão preexistente, permitir o uso indevido do cartão individual de identificação (como por exemplo permitir a sua utilização por terceiros), seu ou de seus dependentes seja por dolo ou culpa, entre outras;

d) não for apresentada documentação requerida pela CONTRATADA, seja em decorrência legal ou para comprovação do vínculo com o (a) CONTRATANTE;

e) o contrato for rescindido, conforme prevê Cláusula Suspensão ou Rescisão Contratual;

f) se tratar de demitido ou aposentado vinculado ao contrato na condição prevista nos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98 e ocorrer o atraso no pagamento das mensalidades superior a 60 (sessenta) dias, ininterruptos ou não, nos últimos 12 (doze) meses de vigência, desde que o beneficiário (titular) tenha sido comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência, implicará na suspensão do atendimento ou na exclusão, do beneficiário e dependente em atraso, a critério da CONTRATADA;

Parágrafo Primeiro. Também serão excluídos os dependentes que perderem a condição que lhes assegurou o direito de inscrição, conforme Cláusula Condições de Admissão.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA reserva-se o direito de exigir a qualquer momento os comprovantes legais, capazes de atestar as condições de Vínculo dos beneficiários titulares com o(a) CONTRATANTE e a condição de dependência dos beneficiários dependentes com o titular.

Parágrafo Terceiro. Os beneficiários dependentes inscritos no plano conforme cláusula de Condições de Admissão, que perderem a condição de dependência, poderão exercer a portabilidade especial de carências nos termos da legislação vigente, em até 60 (sessenta) dias a contar da data da perda do direito, para um plano individual ou familiar ou coletivo por adesão, descontadas os prazos de carência e cobertura parcial temporária já cumprida neste contrato.

Parágrafo Quarto. Terminado o prazo estabelecido para manutenção dos beneficiários na condição de ex-empregado, os titulares e respectivos dependentes, inscritos nesta condição, serão excluídos do contrato, mediante aviso prévio. Estes poderão exercer a portabilidade especial de carências nos termos da legislação vigente, que deverá ser requerida no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término do período de manutenção da condição de beneficiário garantida pelos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98.

Parágrafo Quinto. O (A) CONTRATANTE deve informar as exclusões à CONTRATADA, que poderá estabelecer data limite para que surtam efeito no mês subsequente.

CLÁUSULA 16ª - SUSPENSÃO OU RESCISÃO CONTRATUAL

O atraso do pagamento dos valores devidos, relativos a mensalidades e coparticipação, superior a 60 (sessenta) dias, ininterruptos ou não, nos últimos 12 (doze) meses do contrato, implicará na suspensão ou rescisão, a critério da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro. O presente contrato rescindir-se-á, também:

Imotivadamente – Somente após a vigência mínima de 12 (doze) meses:

1. por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso prévio, por escrito de 60 (sessenta) dias.

Motivadamente – A qualquer tempo, mediante aviso prévio, por escrito de 30 (trinta) dias:

1. se qualquer das partes infringir as cláusulas do presente instrumento;

2. por fraude, assim considerada, entre outras circunstâncias, a omissão ou distorção de informações por parte do(a) CONTRATANTE;

3. se a pessoa jurídica contratante encerrar suas atividades;

4. se não for mantido o número mínimo de beneficiários estabelecido para manutenção deste contrato, conforme mencionado nas Condições de Admissão da Pessoa Jurídica Contratante, ressalvado o disposto no parágrafo abaixo.

Parágrafo Segundo. Durante o período de aviso prévio do contrato para rescisão, não serão admitidas inscrições de novos beneficiários.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de redução do número de beneficiários ficar abaixo do limite estabelecido nas Condições de Admissão da Pessoa Jurídica Contratante, a CONTRATADA poderá, a seu critério, manter vigência temporária adicional, para que seja reconstituído o mínimo contratualmente estabelecido. Caberá ao (à) CONTRATANTE pagar o equivalente à média per capita das mensalidades, multiplicada pelo número de beneficiários faltantes.

Parágrafo Quarto. Em quaisquer das hipóteses de suspensão ou rescisão contratual, havendo beneficiários em período de internação, esta não será suspensa, porém a CONTRATADA não se responsabiliza pelas despesas ocorridas após a data de cancelamento, cabendo estas ao(a) CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto. Caso a rescisão do contrato por iniciativa do(a) CONTRATANTE ocorra antes de completados 12 meses de vigência do contrato, o (a) CONTRATANTE sujeitar-se-á ao pagamento de multa pecuniária, equivalente a 10% (dez por cento) do valor das mensalidades restantes.

CLÁUSULA 17ª - DISPOSIÇÕES GERAIS

I – DOCUMENTOS PERTINENTES AO PLANO DE SAÚDE

Integram este contrato, para todos os fins de direito, a Proposta de Contratação, os Formulários Cadastrais, o Manual de Orientação para Contratação de Plano de Saúde, o Guia de Leitura Contratual, as Cartas de Orientação ao Beneficiário, as Declarações de Saúde, o Termo de Formalização de Cobertura Parcial Temporária.

Parágrafo Único. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, eventuais alterações publicadas em normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar que modifiquem o instrumento jurídico originalmente firmado e se aplicam automaticamente aos contratos vigentes, sem determinação de formalização de aditamento contratual por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

II – INDICAÇÃO DE REDE EM FUNÇÃO DA LIMITAÇÃO DE RECURSOS REGIONAIS

Em razão das limitações de recursos estaduais, o procedimento abaixo relacionado será realizado exclusiva e necessariamente nos prestadores de serviços abaixo. A indicação dos prestadores não amplia a área de abrangência geográfica definida no contrato:

Transplante de Medula Óssea: Alogênico e Autólogo
· Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
Av. Professor Annes Dias, 295, Centro Porto Alegre/RS
(51) 3214-8297 / (51) 3214-8526

· Hospital Erasto Gaertner
Rua Dr. Ovande do Amaral 201, Jardim das Américas Curitiba/PR

(41) 3361-5000

III - SIGILO MÉDICO

Compromete-se o(a) CONTRATANTE a observar e atender a legislação relativa ao sigilo médico.

IV – RECLAMAÇÕES

As reclamações ou sugestões sobre qualquer um dos serviços prestados devem ser encaminhadas à CONTRATADA, através dos canais de comunicação SAC ou Ouvidoria, informados no verso do cartão de identificação do plano de saúde entregue ao(s) beneficiário(s), ou ainda, serem remetidas por meio de correspondência.

CLÁUSULA 18ª - FORO

Fica eleito o foro da Comarca do (a) CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem as partes assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de dezembro de 2015

ELIAS VIECELI	LUIZ ANTÔNIO DESKA
Presidente do SIMA	UNIMED
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB/SC 27419

CONTRATO Nº 2/2015 SIMA

CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL Nº. 2/2015

UNIFLEX NACIONAL – COPARTICIPAÇÃO 50%
PLANO REFERÊNCIA - ACOMODAÇÃO COLETIVA

CLÁUSULA 1ª - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE

a) QUALIFICAÇÃO DA OPERADORA

Unimed: Unimed Joaçaba Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ: 01356020/0001-62 Registro da Operadora na ANS nº 301744
Classificação: Cooperativa Médica
Endereço: Av XV de Novembro, 125 CEP. 89600-000
Bairro: Centro Cidade: Joaçaba/SC

b) QUALIFICAÇÃO DO(A) CONTRATANTE

Razão Social: SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA - SIMA
Nome Fantasia: SIMA
CNPJ: 82.939.398/0001-90
Endereço: Praça João Macagnan
Nº: 322 Complemento: Bairro: Centro
Cidade: Agua Doce UF: SC

c) NOME COMERCIAL DO PLANO: Uniflex Nacional Coparticipação 50%

Nº DO REGISTRO NA ANS: 435.147/01-9

d) TIPO DE CONTRATAÇÃO: O presente contrato observa o Regime de Contratação Coletivo Empresarial, entendido como aquele que oferece cobertura da atenção a saúde prestada à população delimitada e vinculada à pessoa jurídica CONTRATANTE por relação empregatícia ou estatutária.

e) SEGMENTAÇÃO ASSISTENCIAL DO PLANO DE SAÚDE: Plano-Referência previsto na Lei 9656/98, que abrange as segmentações ambulatorial e hospitalar com obstetrícia e acomodação coletiva.

f) ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO DE SAÚDE
A área de abrangência geográfica do presente contrato é nacional, compreendendo todo território nacional.

g) ÁREA DE ATUAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE
A área de atuação do presente contrato é todo o território nacional.

h) PADRÃO DE ACOMODAÇÃO EM INTERNAÇÃO
A internação se dará em quarto coletivo.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese do beneficiário optar por acomodação hospitalar superior à contratada, ou fizer qualquer outra espécie de acordo que transcenda os limites deste contrato, deverá arcar com a diferença de preço e a complementação dos honorários médicos e hospitalares, de acordo com o sistema de livre negociação, diretamente com o médico e hospital, não remanescendo assim qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

Parágrafo Segundo. Enquanto não houver disponibilidade do tipo de leito hospitalar contratado, é garantido ao beneficiário acesso à acomodação de nível superior, sem ônus adicional.

i) FORMAÇÃO DE PREÇO

Trata-se de um plano de assistência à saúde com os valores pré-estabelecidos para contraprestação pecuniária mensal, a ser paga pelo (a) CONTRATANTE, antes e independentemente da efetiva utilização das coberturas contratadas.

CLÁUSULA 2ª – ATRIBUTOS DO CONTRATO

Trata-se de um Plano Privado de Assistência à Saúde, definido no inciso I do artigo 1º da Lei 9656 de 03 de junho de 1998, de prestação de serviços continuada, a preço pré-estabelecido, por prazo indeterminado, com cobertura de custos de assistência ambulatorial e hospitalar com obstetrícia na segmentação referência. A cobertura será dada para o tratamento das doenças definidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID-10), limitada pelos procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigente à época do evento. Os procedimentos serão prestados por profissionais ou serviços de saúde integrantes da rede própria ou credenciada pela CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro. O presente contrato é de adesão, bilateral, gerando direitos e obrigações individuais para ambas as partes, na forma do Código Civil Brasileiro, também estando sujeito às disposições do Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA 3ª - CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

I – CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DA PESSOA JURÍDICA CONTRATANTE

O Plano coletivo empresarial se destina as pessoas jurídicas que mantêm vínculo empregatício ou estatutário com o beneficiário titular.

Parágrafo Primeiro. Por ocasião da contratação do plano de saúde o(a) CONTRATANTE deve atender às condições de admissão e prazos abaixo:

a) Comprovar a sua legitimidade mediante a apresentação dos documentos abaixo listados:
· Cópia do: contrato social com a última alteração, devidamente registrada no órgão competente, cartão do CNPJ, comprovante de endereço e telefone;

b) Apresentar:
· a relação dos funcionários inscritos no FGTS;

c) Preencher e assinar:
· Contrato e Proposta de Contratação;

d) o número mínimo estabelecido para assinatura e manutenção deste contrato é de 10 (dez) beneficiários.

Parágrafo Segundo. O(A) CONTRATANTE informará a CONTRATADA a relação dos beneficiários a serem inscritos no plano de saúde, através do Formulário Cadastral, podendo incluir novos beneficiários ou excluir a qualquer momento, observados os prazos de carências a serem cumpridos e condições de admissão.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA reserva-se o direito de exigir a comprovação das informações fornecidas pelo(a) CONTRATANTE, inclusive os comprovantes legais que atestem a condição de dependência.

Parágrafo Quarto. É de responsabilidade do (a) CONTRATANTE manter atualizada, através do Formulário Cadastral de inclusão, quaisquer alterações dos dados cadastrais dos beneficiários titulares e dependentes (endereço, telefone, documentação, dentre outras). O CONTRATANTE também fica obrigado a fornecer a qualquer momento informações para, atualizar ou complementar os dados junto a CONTRATADA, de forma a dar cumprimento às obrigações perante o órgão regulador do setor, incluindo do CPF dos dependentes inscritos no plano, cuja informação se torna obrigatória a partir dos 18 (dezoito) anos.

Parágrafo Quinto. Os Formulários Cadastrais serão também assinados pelos beneficiários titulares, ficando o (a) CONTRATANTE responsável por fornecer uma via do contrato aos beneficiários titulares.

II - CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DOS BENEFICIÁRIOS

São considerados beneficiários titulares do plano de saúde aqueles vinculados à pessoa jurídica CONTRATANTE por relação empregatícia ou estatutária, conforme informações prestadas nos Formulários Cadastrais preenchidos pelos interessados:

· Entende-se como relação empregatícia ou estatutária os empregados/funcionários da pessoa jurídica CONTRATANTE que mantêm vínculo laboral;

Também são considerados beneficiários titulares do plano de saúde os:

a) sócios da pessoa jurídica contratante;
b) administradores da pessoa jurídica contratante;
c) trabalhadores temporários;
d) estagiários e menores aprendizes;
e) demitidos e aposentados conforme disposto nos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98;
f) quando o plano for contratado na forma da Lei 8.666/93, a pessoa jurídica contratante poderá inscrever:

· os aposentados a ela vinculados
· os agentes políticos;

Parágrafo Primeiro. Também poderão ser inscritos os dependentes do beneficiário titular abaixo indicados:

a) o cônjuge;
b) a companheira ou companheiro, havendo união estável, sem eventual concorrência com o cônjuge;
c) os filhos solteiros até 24 anos incompletos;
d) os enteados solteiros até 24 anos incompletos;
e) a criança ou adolescente solteiro, até 24 anos incompletos, sob a guarda, tutela ou curatela do beneficiário titular por força de decisão judicial;
f) incapazes a partir de 24 anos: filhos e aqueles sob curatela do beneficiário titular.

Parágrafo Segundo. O ingresso dos dependentes dependerá da inscrição do beneficiário titular no plano.

Parágrafo Terceiro. É assegurada a inscrição de recém nascido filho natural ou adotivo, sob guarda ou tutela, filho do titular ou de seu dependente, desde que atendidas as condições abaixo:

1. Filho natural – a inscrição deverá ser realizada em até 30 dias após o nascimento;
2. Filho adotivo e menor sob guarda ou tutela – a inscrição deverá ser realizada em até 30 dias da tutela ou guarda;
3. Deve atender os critérios de elegibilidade (grau de dependência) estabelecida nesta cláusula;
4. Sem imposição de carências quando o pai ou a mãe tenham cumprido o prazo de carência máxima de 180 dias;
5. Com aproveitamento das carências já cumpridas pelo titular, quando o pai ou a mãe não tiverem cumprido o prazo de carência máxima de 180 dias;
6. Sem análise de doenças ou lesões preexistentes;
7. Seja apresentada a certidão de nascimento ou termo de guarda ou tutela;
8. Seja paga a inscrição e a mensalidade do recém nascido no vencimento.

Parágrafo Quarto. Também é assegurada a inscrição de menor de 12 (doze) anos adotado, sob guarda ou tutela e filho cuja paternidade tenha sido reconhecida judicial ou extrajudicialmente, desde que atendidas as condições abaixo:

1. A inscrição deve ser realizada em até 30 dias a contar da guarda, tutela ou adoção ou reconhecimento da paternidade;
2. Filho adotivo e sob guarda ou tutelado: com aproveitamento das carências já cumpridas pelo adotante (pai ou mãe) ou responsável legal;
3. Reconhecimento da paternidade: com aproveitamento das carências já cumpridas pelo pai;
4. Deve atender os critérios de elegibilidade (grau de dependência) estabelecida nesta cláusula
5. Sem análise de doenças ou lesões preexistentes;
6. Seja apresentada a certidão de nascimento, termo de guarda ou tutela, ou sentença transitada em julgado em processo de reconhecimento da paternidade;
7. Seja paga a inscrição e a mensalidade no vencimento.

Parágrafo Quinto. A inscrição dos beneficiários no plano deve ser comunicada pelo(a) CONTRATANTE a CONTRATADA.

Parágrafo Sexto. A inscrição do beneficiário titular e dependentes, fica condicionada a apresentação e preenchimento da documentação abaixo, podendo ser necessários outros documentos não listados, em atendimento as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar:

1) Preencher e assinar:

- Formulário de Cadastro, um para cada titular com ou sem dependentes, assinado pelo titular e CONTRATANTE;
- Carta de Orientação ao Beneficiário;
- Declaração de Saúde, preenchida e assinada por cada um dos beneficiários inscritos (titular e dependente);
- O Termo de Formalização de Cobertura Parcial Temporária.

2) Apresentar:

TITULAR:

- Cópia do CPF, CNS, RG ou RIC;
 - Comprovante de residência e telefone atualizados em nome do titular ou outro documento que comprove. Abaixo exemplos de comprovante de residência:
 - Conta de água, luz ou telefone
 - Contrato de Locação
 - Declaração de endereço
 - Comprovante de vínculo com a Pessoa Jurídica Contratante:
- a) Funcionários:
- Cópia da Carteira de Trabalho (página da qualificação civil e página onde consta o registro do vínculo); ou
 - Cópia da Ficha de Registro do Empregado – assinada e carimbada pela empresa; ou
 - Contra cheque, folha de pagamento.
- b) Temporário, estagiário ou menor aprendiz:
- Contrato de Trabalho; ou
 - Carteira de Trabalho (página da qualificação civil e página onde consta o registro).
- c) Sócios:
- Contrato Social
- d) Administradores:
- Cópia da última alteração do contrato social da pessoa jurídica;
- e) Agente Político
- Documento de Diplomação – que comprove a sua nomeação ao cargo.

DEPENDENTES:

- Esposa: Cópia CPF, CNS, RG ou RIC e Certidão de Casamento;
- Companheira: Cópia CPF, CNS, RG ou RIC e Escritura Pública ou Declaração Particular (assinada pelo casal e por mais duas testemunhas reconhecidas em cartório);
- Filhos menores de 18 anos: Cópia CNS, Cópia da Certidão de Nascimento e CPF quando disponível;
- Filhos a partir de 18 anos: Cópia do CPF, CNS e RG ou RIC;
- Filhos Adotivos: Mesma documentação prevista para filhos menores e a partir dos 18 anos e se ainda não tiver Certidão de Nascimento, apresentar o termo de guarda para fins de adoção;
- Filho menor de 12 (doze) anos cuja paternidade tenha sido reconhecida judicial ou extrajudicialmente: Mesma documentação prevista para filhos menores de 18 anos e sentença transitada em julgado em processo de reconhecimento da paternidade;
- Enteados: Mesma documentação prevista para filhos menores e a partir dos 18 anos e comprovação de convivência do casal;
- Criança ou adolescente solteiro até 24 anos incompletos: Mesma documentação prevista para filhos menores e a partir dos 18 anos e documento de decisão judicial que comprove a guarda, tutela ou curatela do beneficiário titular;
- Incapazes a partir de 24 anos: filhos e aqueles sob curatela do beneficiário titular: Mesma documentação prevista para filhos a partir dos 18 anos e Termo de Curatela.

CLÁUSULA 4ª - COBERTURAS E PROCEDIMENTOS GARANTIDOS

O beneficiário titular e seus dependentes regularmente inscritos no Plano de Saúde têm direito ao atendimento médico, ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, executados nos hospitais, clínicas e laboratórios integrantes da rede própria ou credenciada da CONTRATADA, por médicos cooperados e profissionais de saúde

devidamente habilitados pelo Conselho de Classe. O atendimento será realizado de acordo com os procedimentos médicos referenciados pela Agência Nacional de Saúde (ANS) no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, devendo ser assegurado independentemente da circunstância e local de origem daquele, respeitados os limites de carência estabelecidos neste contrato, área de abrangência e atuação, segmentação e a cláusula de exclusão de coberturas. E incluirá:

1) assistência à saúde, com cobertura médico-hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, realizados exclusivamente no Brasil, respeitada a abrangência geográfica do plano e as exigências mínimas estabelecidas em Lei;

2) consultas médicas, em número ilimitado, em clínicas médicas básicas e especializadas, inclusive obstétricas para pré-natal, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

3) cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar, desde que não se caracterize como internação, listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

4) cobertura de serviços de apoio diagnóstico, previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação ambulatorial, solicitados pelo cirurgião-dentista assistente com a finalidade de auxiliar e complementar o diagnóstico odontológico, executados na rede própria ou credenciada da CONTRATADA;

5) cobertura de medicamentos registrados e regularizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, desde que utilizados durante a execução dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos em regime ambulatorial e previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

6) cobertura de consultas/sessões de: fisioterapia (procedimentos de reeducação e reabilitação física) fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia e nutrição, solicitados pelo médico assistente e realizada pelo profissional devidamente habilitado e integrante da rede prestadora de serviços da CONTRATADA, de acordo com o previsto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS;

7) sessões de psicoterapia solicitada pelo médico assistente e realizada pelo profissional devidamente habilitado e integrante da rede prestadora de serviços da CONTRATADA, de acordo com o número de sessões previstas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS;

8) ações de Planejamento Familiar, conforme Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, que envolvem as atividades de educação, aconselhamento e atendimento clínico, observando as seguintes definições:

a) planejamento familiar: conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal;

b) concepção: fusão de um espermatozóide com um óvulo, resultando na formação de um zigoto;

c) anticoncepção: prevenção da concepção por bloqueio temporário

ou permanente da fertilidade;

d) atividades educacionais: são aquelas executadas por profissional de saúde habilitado mediante a utilização de linguagem acessível, simples e precisa, com o objetivo de oferecer aos beneficiários os conhecimentos necessários para a escolha e posterior utilização do método mais adequado e propiciar a reflexão sobre temas relacionados à concepção e à anticoncepção, inclusive à sexualidade, podendo ser realizadas em grupo ou individualmente e permitindo a troca de informações e experiências baseadas na vivência de cada indivíduo do grupo;

e) aconselhamento: processo de escuta ativa que pressupõe a identificação e acolhimento das demandas do indivíduo ou casal relacionadas às questões de planejamento familiar, prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - DST/AIDS e outras patologias que possam interferir na concepção/parto; e

f) atendimento clínico: realizado após as atividades educativas, incluindo anamnese, exame físico geral e ginecológico para subsidiar a escolha e prescrição do método mais adequado para concepção ou anticoncepção.

9) cobertura ambulatorial obrigatória para os seguintes procedimentos, conforme Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

a) hemodiálise e diálise peritoneal ambulatorial contínua (CAPD);

b) quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica, necessitem ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de Saúde, conforme prescrição do médico assistente;

c) medicamentos de uso domiciliar para: terapia antineoplásica oral e os medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso, conforme prescrição do médico assistente, respeitadas as diretrizes de utilização e Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

d) radioterapia: listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação ambulatorial;

e) procedimentos de hemodinâmica ambulatoriais: listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para a segmentação ambulatorial e que não necessitem de internação e de apoio de estrutura hospitalar por período superior a 12 (doze) horas ou unidade de terapia intensiva e unidades similares;

f) hemoterapia ambulatorial;

g) cirurgias oftalmológicas ambulatoriais, respeitadas as diretrizes de utilização e Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

10) participação do médico anesthesiologista, quando houver indicação clínica, nos procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

11) atendimento psiquiátrico, de acordo com as diretrizes seguintes:

a) a atenção prestada aos portadores de transtornos mentais deverá priorizar o atendimento ambulatorial e em consultórios, utilizando a internação psiquiátrica apenas como último recurso terapêutico e sempre que houver indicação do médico assistente;

b) internação psiquiátrica: custeio integral de até 30 (trinta) dias de internação contínuos ou não, nos 12 (doze) meses de vigência, contados da data de adesão do beneficiário ao plano, em regime de internação hospitalar ou hospital-dia, em hospital integrante da rede própria ou credenciada da Contratada;

ü ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias acima previsto, os atendimentos serão realizados mediante pagamento de coparticipação estabelecida na cláusula Mecanismos de Regulação;

ü Estão cobertos os procedimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos mentais, inclusive aqueles necessários ao atendimento das lesões auto-infligidas;

c) hospital-dia para transtornos mentais é o recurso intermediário entre a internação e o ambulatório, que deve desenvolver programas de atenção e cuidados intensivos por equipe multiprofissional, visando substituir a internação convencional, e proporcionar ao beneficiário a mesma amplitude de cobertura oferecida em regime de internação hospitalar.

d) a cobertura em hospital-dia para transtornos mentais, será prestada de acordo com o previsto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS.

12) todas as modalidades de internação hospitalar em número ilimitado de dias (que necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar), incluindo centro de terapia intensiva ou similar, hospital dia e clínicas básicas e especializadas integrantes da rede própria ou credenciada da CONTRATADA, sendo vedada à limitação de prazo, valor máximo e quantidade de internações, a critério do médico assistente;

13) despesas relativas a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação do paciente durante o período de internação;

14) toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados;

15) cobertura do atendimento por outros profissionais de saúde, de forma ilimitada durante o período de internação hospitalar, quando indicado pelo médico assistente;

16) exames complementares indispensáveis ao controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar e listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

17) órteses e próteses ligados aos atos cirúrgicos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento e regularizadas junto à ANVISA;

a) é de responsabilidade do médico ou cirurgião dentista assistente a prerrogativa de determinar as características (tipo, matéria-prima e dimensões) das órteses, próteses e materiais especiais – OPME necessários à execução dos procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

b) o profissional requisitante deve, quando assim solicitado pela

operadora de plano de saúde, justificar clinicamente a sua indicação e oferecer pelo menos 03 (três) marcas de produtos de fabricantes diferentes, quando disponíveis, dentre aquelas regularizadas junto à ANVISA, que atendam às características especificadas; e

c) em caso de divergência entre o profissional requisitante e a operadora, a decisão caberá a um profissional escolhido de comum acordo entre as partes, através do mecanismo de junta médica, com as despesas arcadas pela operadora.

18) tratamento das complicações clínicas e cirúrgicas decorrentes de procedimentos não cobertos, tais como, procedimentos estéticos, inseminação artificial, transplantes não cobertos, entre outros, respeitada a segmentação do plano, os prazos de carência, a Cobertura Parcial Temporária – CPT e desde que o procedimento solicitado conste do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

a) entende-se como complicação os eventos não previstos na realização do tratamento ou os previstos que não acontecem de maneira sistemática;

b) Procedimentos necessários ao seguimento de eventos excluídos da cobertura (como internação em leito de terapia intensiva após transplante não coberto) não são considerados tratamento de complicações, mas parte integrante do procedimento inicial, não havendo obrigatoriedade de sua cobertura por parte das operadoras de planos de assistência à saúde.

19) estão cobertos os exames pré e pós-operatórios constantes no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, relacionados às cirurgias cobertas ou não;

20) cobertura de atendimentos caracterizados como de urgência e emergência conforme disposto na cláusula de Atendimento de Urgência e Emergência, Remoção e Reembolso;

21) é assegurada a cobertura de um acompanhante durante o período de internação, incluindo despesas com acomodação e alimentação conforme dieta geral do hospital, nos casos abaixo; ressalvada contraindicação do médico assistente e na internação em UTI ou similar, onde não é permitido o acompanhante.

a) crianças e adolescentes menores de 18 (dezoito) anos;
b) idosos a partir dos 60 (sessenta) anos de idade; e
c) pessoas portadoras de deficiências.

22) as cirurgias odontológicas buco-maxilo-faciais constantes no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação hospitalar, realizadas por profissional habilitado pelo seu Conselho de Classe e devidamente credenciado e integrante da rede prestadora de serviços da CONTRATADA, incluindo a cobertura de exames complementares e fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem, alimentação, órteses, próteses e demais materiais, ligados ao ato cirúrgico, utilizados durante o período de internação hospitalar;

23) cobertura da estrutura hospitalar necessária à realização dos procedimentos odontológicos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação odontológica, passíveis de realização em regime ambulatorial, mas que por imperativo clínico necessitem de internação hospitalar:

a) inclui a cobertura de exames complementares solicitados pelo cirurgião-dentista assistente habilitado pelo respectivo conselho de classe, desde que restritos à finalidade de natureza odontológica, o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem e alimentação, utilizados

durante o período de internação hospitalar. Os honorários e materiais utilizados pelo cirurgião-dentista não estão incluídos na cobertura do plano de saúde;

b) a necessidade da internação por imperativo clínico que se impõem em função das necessidades do beneficiário, com vistas à diminuição dos riscos decorrentes de uma intervenção, é determinada pelo cirurgião-dentista, que irá avaliar e justificar a necessidade do suporte hospitalar para a realização do procedimento odontológico, assegurando as condições adequadas para a execução dos procedimentos, assumindo as responsabilidades técnicas e legais pelos atos praticados.

24) cobertura para remoção do paciente, comprovadamente necessária e indicada pelo médico assistente, para outro estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos neste contrato, conforme cláusula de Atendimento de Urgência e Emergência, Remoção e Reembolso;

25) procedimentos abaixo relacionados, considerados especiais, mesmo quando realizados ambulatoriamente, cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar e listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento:

a. hemodiálise e diálise peritoneal ambulatorial contínua (CAPD);

b. quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica necessitem, conforme prescrição do médico assistente, ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de Saúde;

c. medicamentos de uso domiciliar para: terapia antineoplásica oral e os medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso, conforme prescrição do médico assistente, respeitadas as diretrizes de utilização e Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

d. radioterapia: listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação ambulatorial e hospitalar;

e. hemoterapia;

f. nutrição parenteral ou enteral;

g. procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

h. embolizações listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

i. radiologia intervencionista;

j. exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;

k. procedimentos de reeducação e reabilitação física, listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

l. acompanhamento clínico no pós-operatório imediato, mediato e tardio dos pacientes submetidos a transplante listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do

evento, exceto o fornecimento de medicação de manutenção;

26) cirurgia plástica reconstrutiva de mama para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnicas de tratamento de câncer, incluindo cirurgia da mama contralateral;

27) cirurgia plástica reparadora de órgãos e funções, listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

28) atendimento obstétrico acrescido dos procedimentos relativos ao pré-natal, assistência ao parto e puerpério, observadas as especificações abaixo:

a) cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo e sob guarda ou tutela do titular ou de seu dependente inscrito no plano, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto ou 30 (trinta dias) da guarda ou tutela, desde que o pai ou a mãe do recém nascido tenham cumprido o prazo de carência máxima de 180 dias, vedada alegação de doença ou lesão preexistente. Ultrapassado o prazo estabelecido, cessa a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao atendimento, salvo se o dependente estiver inscrito no plano, conforme prevê a Cláusula Condições de Admissão;

b) cobertura das despesas de um acompanhante indicado pela mulher durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, incluindo: paramentação, acomodação e alimentação de acordo com a dieta geral do hospital; ressalvada contra-indicação do médico assistente e na internação em UTI ou similar, onde não é permitido o acompanhante;

ü entende-se como pós-parto imediato as primeiras 48 (quarenta e oito) horas após o parto, salvo contra-indicação do médico assistente ou até 10 dias, quando indicado pelo médico assistente;

29) transplante de córnea e rim, observadas as especificações abaixo:

I. nos transplantes de córnea e rim, as despesas de procedimentos vinculados, entendidos estes como os necessários à realização do transplante, incluindo:

- despesas assistenciais com doadores vivos;
- medicamentos utilizados durante a internação;
- acompanhamento clínico no pós-operatório imediato, mediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção;
- despesas de captação, transporte e preservação dos órgãos na forma de ressarcimento ao SUS (Sistema Único de Saúde).

II. os transplantes de córnea e rim provenientes de doador cadáver, conforme Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, desde que o beneficiário esteja cadastrado em uma das Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos integrantes do Sistema Nacional de Transplantes.

30) transplantes autólogos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

31) transplante de medula óssea: alogênico e autólogo, de acordo com o previsto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS.

CLÁUSULA 5ª – EXCLUSÃO DE COBERTURA

Não gozam de cobertura, as despesas decorrentes de:

- tratamento clínico ou cirúrgico experimental, que:
 - ü empregam medicamentos, produtos para a saúde ou técnicas não registrados/não regularizados no país;

ü são considerados experimentais pelo Conselho Federal de Medicina – CFM ou pelo Conselho Federal de Odontologia- CFO; ou
ü cujas indicações não constem da bula/manual registrada na ANVISA (uso off-label).

b) procedimentos clínicos e cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim, ou seja, aqueles que não visam restauração parcial ou total da função de órgão ou parte do corpo humano lesionada, seja por enfermidade, traumatismo ou anomalia congênita;

c) inseminação artificial entendida como técnica de reprodução assistida que inclui a manipulação de oócitos e espermatozoides para alcançar a fertilização, por meio de injeções de espermatozoides intracitoplasmáticas, transferência intrafalopiana de gameta, doação de oócitos, indução da ovulação, concepção pós-tutela, recuperação espermática ou transferência intratubária do zigoto, entre outras técnicas;

d) métodos contraceptivos, não previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento.

e) tratamento de rejuvenescimento ou para redução de peso em clínicas de emagrecimento, spas, clínicas de repouso e estâncias hidrominerais;

f) fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde importados não nacionalizados, são aqueles produzidos fora do território nacional e sem registro vigente na ANVISA;

g) fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar: aqueles prescritos pelo médico assistente para administração em ambiente externo ao de unidade de saúde (tais como: hospitais, ambulatorios, clínicas), com exceção dos medicamentos antineoplásicos orais para uso domiciliar, assim como medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes de uso domiciliar relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso;

h) fornecimento de medicamentos prescritos durante a internação hospitalar cuja eficácia e/ou efetividade tenham sido reprovadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - CONITEC;

i) fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico: prótese como qualquer dispositivo permanente ou transitório que substitua total ou parcialmente um membro, órgão ou tecido, e órtese qualquer dispositivo permanente ou transitório, incluindo materiais de osteossíntese, que auxilie as funções de um membro, órgão ou tecido, sendo não ligados ao ato cirúrgico aqueles dispositivos cuja colocação ou remoção não requeiram a realização de ato cirúrgico;

j) fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios que não constarem, na data do evento, na relação constante no endereço eletrônico da ANVISA na Internet (www.anvisa.gov.br);

k) tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

l) casos de cataclismo, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;

m) estabelecimentos para acolhimento de idosos e pessoas com deficiência ou necessidades especiais, caracterizando atendimentos que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar;

n) transplantes, à exceção dos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

o) consultas e exames periódicos, admissional, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, que são de responsabilidade do empregador conforme determina a NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, do Ministério do Trabalho;

p) consultas, internações e demais atendimentos domiciliares;

q) tratamentos odontológicos, exceto as cirurgias buco-maxilo-faciais previstos para segmentação hospitalar que necessitem de ambiente hospitalar e os procedimentos odontológicos previstos para segmentação odontológica passíveis de realização ambulatorial, que por imperativo clínico necessitem de ambiente hospitalar (listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento);

r) os honorários e materiais utilizados pelo cirurgião dentista, para os procedimentos previstos para segmentação odontológica,

realizados em ambiente hospitalar por imperativo clínico;
 s) remoções não previstas na cláusula de "Atendimento de Urgência e Emergência, Remoção e Reembolso" prevista em normativo da Agência Nacional de Saúde Suplementar, vigente na data do evento;
 t) todos os procedimentos médicos e hospitalares não listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;
 u) procedimentos cujo beneficiário não atenda as diretrizes de utilização estabelecidas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigentes à época do evento;
 v) procedimentos realizados fora da área de abrangência geográfica estabelecida neste contrato.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA não se responsabiliza pelo pagamento de despesas extraordinárias, sejam realizadas pelo beneficiário internado ou seu acompanhante, como por exemplo: medicamentos não prescritos pelo médico assistente, ligações telefônicas, produtos de higiene e perfumaria diferentes dos disponibilizados pelo hospital, alimentação diferente da ofertada na dieta geral do hospital, etc.

Parágrafo Segundo. A responsabilidade pelo pagamento das despesas extraordinárias será exclusivamente do beneficiário, que deverá efetuar o respectivo pagamento diretamente ao prestador do atendimento.

CLÁUSULA 6ª - DURAÇÃO DO CONTRATO

O início de vigência do contrato dar-se-á na data da assinatura pelo (a) CONTRATANTE ou conforme negociação entre as partes, desde que até o início da vigência estabelecida não tenha ocorrido nenhum pagamento.

Parágrafo Primeiro. A vigência para cada um dos beneficiários, contudo, subordina-se ao recebimento pela CONTRATADA do respectivo formulário cadastral, iniciando-se na data indicada no campo específico daquele documento.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA poderá estabelecer uma data limite para recebimento dos formulários cadastrais, a fim de que surtam efeitos no mês subsequente, respeitadas as carências contratuais.

Parágrafo Terceiro. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses de vigência.

Parágrafo Quarto. Alcançado o termo final de vigência inicialmente previsto, no silêncio das partes, o presente contrato prorrogase automaticamente por tempo indeterminado, sem cobrança de qualquer taxa ou valor, a título de renovação.

CLÁUSULA 7ª - PERÍODOS DE CARÊNCIA

Para que possam beneficiar-se dos serviços, os beneficiários devem cumprir os períodos de carência abaixo relacionados, contados a partir da data da inscrição do beneficiário no plano:

	CARÊNCIAS
• Urgência e Emergência	24 horas
• Consultas médicas	30 dias
• Exames: laboratoriais, anatomopatológicos e citológicos, raio - x simples e contrastados, eletrocardiograma, eletroencefalograma, ultrassonografia	30 dias
• Consultas/sessões de Fisioterapia	90 dias
• Parto a Termo	300 dias
• Consultas/Sessões com: fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, nutricionista e psicoterapia	180 dias
• Todos as demais coberturas	180 dias

Parágrafo Primeiro. Não será exigido o cumprimento dos períodos de carências nos contratos com número de participantes igual ou superior a 30 (trinta) beneficiários, desde que o pedido de ingresso do titular e seus dependentes no plano, seja formalizado à Contratada:

1. Em até 30 dias da celebração do contrato; ou
2. Em até 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica Contratante.

Parágrafo Segundo. O prazo de 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica contratante será contado a partir do 1º dia subsequente ao vencimento do contrato de experiência com prazo determinado.

Parágrafo Terceiro. Os beneficiários titulares e dependentes que formalizarem o seu pedido de ingresso no plano fora dos prazos acima previstos, independente do número de participantes, cumpram os períodos normais de carências estabelecidas neste contrato, exceto os dependentes recém-nascidos inscritos conforme Cláusula Condições de Admissão.

Parágrafo Quarto. Na eventualidade da redução do número de beneficiários inscritos para menos de 30 (trinta), as novas inclusões, ainda que formalizadas dentro do prazo de 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica Contratante, passam a cumprir as carências normais estabelecidas nesta cláusula.

Parágrafo Quinto. Quando se tratar de beneficiário(s) proveniente(s), de forma ininterrupta, de outro plano da CONTRATADA em pré-pagamento, haverá aproveitamento das carências já cumpridas no plano anterior, ressalvadas as modificações de cobertura, como nas hipóteses de ampliação da área geográfica ou acomodação hospitalar superior.

Parágrafo Sexto. O direito ao atendimento na nova abrangência geográfica ou acomodação hospitalar superior, conforme o caso, só será possível após o cumprimento das carências acima mencionadas.

CLÁUSULA 8ª - DOENÇAS E LESÕES PREEXISTENTES

O contrato coletivo observa as seguintes condições para coberturas de doenças ou lesões preexistentes:

- a. Número de participantes menor que 30 (trinta) – Com análise de Doença e Lesão Preexistente; e
- b. Número de participantes maior ou igual a 30 (trinta) - Sem análise de Doença e Lesão Preexistente, desde que o pedido de ingresso do titular e seus dependentes no plano, seja formalizado à Contratada:

1. Em até 30 dias da celebração do contrato; ou
2. Em até 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica Contratante.

O prazo de 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica contratante será contado a partir do 1º dia subsequente ao vencimento do contrato de experiência com prazo determinado.

Parágrafo Primeiro. Os beneficiários titulares e dependentes inscritos fora dos prazos acima previstos, independente do número de participantes no contrato, ficam sujeitos à análise de Doença e Lesão Preexistente, exceto os dependentes recém-nascidos e menores de 12 anos: tutelados, sob guarda, adotados e com reconhecimento de paternidade, inscritos conforme Cláusula Condições de Admissão.

Parágrafo Segundo. Na eventualidade da redução do número de beneficiários inscritos para menos de 30 (trinta), as novas inclusões, ainda que formalizadas dentro do prazo de 30 dias da vinculação do titular à pessoa jurídica Contratante, ficam sujeitas à análise de Doença ou Lesão Preexistente.

Parágrafo Terceiro. Os beneficiários titulares e dependentes devem preencher e assinar o formulário de Declaração de Saúde, observadas as condições e regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar estabelecidas em normativos vigentes na data da contratação do plano ou inscrição de dependente(s).

Parágrafo Quarto. No preenchimento da declaração de saúde, os beneficiários titulares e dependentes devem registrar sua atual condição de saúde e eventuais doenças ou lesões preexistentes, de que saibam ser portadores ou sofrendores no ato da contratação do plano de saúde e na inscrição de dependentes. Assegurado o direito de fazer a entrevista qualificada, sem ônus financeiro, por um médico indicado pela CONTRATADA, pertencente à rede cooperada da mesma, ou por outro médico de sua escolha, não pertencente à rede cooperada da CONTRATADA, devendo neste caso, assumir o ônus financeiro da entrevista.

Parágrafo Quinto. O objetivo da entrevista qualificada é orientar o beneficiário para o correto preenchimento da Declaração de Saúde, onde são declaradas as doenças ou lesões que o beneficiário saiba ser portador ou sofrendor, no momento da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, além de esclarecer questões relativas aos direitos de cobertura e consequências da omissão de informações.

Parágrafo Sexto. Com base na avaliação das declarações de saúde, a CONTRATADA poderá solicitar aos beneficiários, a realização de uma perícia médica com um profissional indicado pela CONTRATADA, que poderá ser ou não acompanhada de exame. Os custos do médico e dos exames, neste caso, ficam por conta da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo. Quando for necessária a realização de exames complementares para auxiliar na avaliação do médico perito, será entregue aos beneficiários uma guia para realização destes exames. O resultado deve acompanhar a Declaração de Saúde a ser entregue ao médico durante a avaliação.

Parágrafo Oitavo. Sendo constatada por perícia ou na entrevista qualificada ou através de declaração expressa do beneficiário, a existência de doença ou lesão que possa gerar necessidade de eventos cirúrgicos, uso de leitos de alta tecnologia e de procedimentos de alta complexidade, a CONTRATADA oferecerá ao beneficiário, obrigatoriamente, a Cobertura Parcial Temporária.

a) Cobertura Parcial Temporária (CPT): Consiste na suspensão pelo prazo ininterrupto de até 24 (vinte e quatro) meses, da cobertura de eventos cirúrgicos, leitos de alta tecnologia e procedimentos de alta complexidade, listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, relacionados às doenças e lesões preexistentes, declaradas pelo beneficiário ou seu representante legal, consoante especificações do "Anexo de Exclusões por Preexistência", contados a partir da contratação ou da adesão ao plano. Findo o prazo de até 24 (vinte e quatro) meses da contratação ou adesão ao plano, a cobertura assistencial passará a ser integral, conforme a segmentação contratada, prevista na Lei nº 9.656, de 1998 e resoluções.

Parágrafo Nono. A Cobertura Parcial Temporária será formalizada através da assinatura do Termo de Formalização da Cobertura Parcial Temporária, que será anexada ao presente contrato. Os procedimentos de alta complexidade em período de Cobertura Parcial

Temporária encontram-se especificados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, disponível no site www.ans.gov.br.

Parágrafo Décimo. Se na contratação ou adesão ao plano, tiver sido constatada a existência de doença ou lesão preexistente do beneficiário e a CONTRATADA deixar de oferecer no momento da adesão contratual a Cobertura Parcial Temporária, não caberá alegação de omissão de informação na Declaração de saúde e nem aplicação posterior de Cobertura Parcial Temporária.

Parágrafo Décimo Primeiro. A CONTRATADA poderá comprovar o conhecimento prévio do beneficiário sobre sua condição de saúde quanto à doença ou lesão preexistente durante o período de 24 meses, contados a partir da inscrição do beneficiário no plano. Não caberá a alegação de omissão de doença ou lesão preexistente caso a CONTRATADA tenha realizado qualquer tipo de exame ou perícia médica para admissão do beneficiário, no plano.

Parágrafo Décimo Segundo. A omissão da doença ou lesão preexistente na época da contratação ou adesão ao plano poderá ser caracterizada como comportamento fraudulento do beneficiário, cabendo a CONTRATADA o ônus da prova do conhecimento prévio do beneficiário da doença ou lesão preexistente na contratação do plano. É vedada a negativa de cobertura assistencial, assim como a suspensão ou rescisão unilateral do contrato em razão da omissão de doença ou lesão preexistente, até a publicação do encerramento do processo administrativo pela ANS.

Parágrafo Décimo Terceiro. A CONTRATADA irá comunicar ao beneficiário a alegação de omissão de doença ou lesão preexistente não declarada na ocasião da contratação ou adesão ao plano, através do Termo de Comunicação e oferecerá obrigatoriamente ao beneficiário a Cobertura Parcial Temporária, pelos meses restantes até completar 24 meses da assinatura ou adesão ao plano. Em caso de recusa do beneficiário, por uma das opções oferecidas pela CONTRATADA, esta solicitará a abertura do processo administrativo diante da ANS por indício de fraude.

Parágrafo Décimo Quarto. Após o recebimento da comunicação e recusa do beneficiário, a CONTRATADA encaminhará a documentação pertinente à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, requerendo abertura de processo administrativo para verificação da sua procedência ou não. A CONTRATADA poderá utilizar-se de qualquer documentação para comprovar a omissão de doença ou lesão preexistente.

Parágrafo Décimo Quinto. Comprovada a alegação de omissão de doença ou lesão preexistente, o beneficiário e o(a) CONTRATANTE passam a ser responsáveis pelo pagamento das despesas efetuadas com a assistência médica hospitalar, relacionadas com a doença ou lesão preexistente que seriam objeto de Cobertura Parcial Temporária, a partir do momento de sua notificação, além da exclusão do beneficiário que foi parte do processo de omissão.

CLÁUSULA 9ª - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, REMOÇÃO E REEMBOLSO

O atendimento de urgência, emergência, remoção e reembolso observará as condições abaixo e atualizações estabelecidas em normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, vigentes na data do evento.

I – Atendimento de urgência e emergência:

Para efeito da presente cláusula, considera-se:

a) Emergência: os atendimentos que implicarem em risco imediato de morte ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente;

b) Urgência: os atendimentos resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional.

Parágrafo Primeiro. Após 24 (vinte e quatro) horas da inscrição do beneficiário no plano (titular ou dependente, conforme o caso), é assegurada a cobertura dos procedimentos de urgência e emergência, inclusive para aqueles que envolvam internação hospitalar.

Parágrafo Segundo. Quando envolver acordo de cobertura parcial temporária, por doenças e lesões preexistentes, a cobertura do atendimento de urgência e emergência para os eventos cirúrgicos, leitos de alta tecnologia e procedimentos de alta complexidade listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e relacionados a doenças ou lesão preexistente ficam limitados as primeiras 12 (doze) horas em regime ambulatorial. Se, na continuidade do atendimento, for necessária a realização de procedimentos cirúrgicos, ou uso de leitos de alta tecnologia ou a realização de procedimentos de alta complexidade relacionados à doença ou lesão preexistente em período de cobertura parcial temporária exclusivos da cobertura hospitalar, a responsabilidade financeira da CONTRATADA cessará a partir da internação, ainda que ela se efetive dentro do período de 12 horas e assegurará a remoção nas condições previstas no inciso abaixo.

II – Remoção:

A CONTRATADA garantirá a cobertura da remoção do paciente nas situações abaixo descritas, em ambulância com os recursos necessários a fim de garantir a manutenção da vida, para outro hospital.

Parágrafo Primeiro. Após atendimentos classificados como urgência ou emergência a CONTRATADA garantirá a cobertura da remoção do paciente nas seguintes situações:

1. se caracterizada pelo médico assistente a falta de recursos da unidade para continuidade do atendimento, a CONTRATADA garantirá a sua remoção para uma unidade hospitalar própria ou contratada, mais próxima, que disponha dos recursos necessários para o atendimento, sem ônus para o(a) CONTRATANTE; e

2. quando for necessária a realização de eventos cirúrgicos, ou uso de leitos de alta tecnologia ou a realização de procedimentos de alta complexidade relacionados a doença ou lesão preexistente em período de cobertura parcial temporária, caberá à CONTRATADA o ônus e a responsabilidade da remoção do paciente para uma unidade do SUS mais próxima, que disponha dos recursos necessários para garantir a continuidade do atendimento. A responsabilidade da Operadora só cessará após o efetivo registro do paciente na Unidade do Sistema Único de Saúde – SUS.

Parágrafo Segundo. Quando envolver acordo de cobertura parcial temporária e o paciente ou seus responsáveis optarem, mediante assinatura de termo de responsabilidade, pela continuidade do atendimento em unidade não integrante do SUS, a CONTRATADA estará desobrigada da responsabilidade médica e do ônus financeiro da remoção.

Parágrafo Terceiro. Nos casos de remoção para uma unidade do SUS, quando não possa haver remoção por risco de morte, estando o beneficiário em período de cobertura parcial temporária, o(a) CONTRATANTE e o prestador do atendimento devem negociar entre si a responsabilidade financeira da continuidade da assistência, desobrigando-se, assim, a CONTRATADA desse ônus.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA garantirá a remoção do beneficiário que tiver cumprido o período de carências para internação hospitalar, mediante autorização do médico assistente e consentimento do próprio beneficiário ou de seu responsável. A remoção será assegurada nas situações abaixo descritas:

1) Quando o beneficiário estiver dentro da área de atuação e abrangência de cobertura do plano de saúde:

a) De hospital ou pronto atendimento do SUS, para um hospital da rede vinculado ao respectivo plano de saúde;

b) De hospital ou pronto atendimento particular ou público, não integrante da rede da operadora, para um hospital da rede vinculado ao respectivo plano de saúde;

c) De hospital ou pronto atendimento da rede do respectivo plano de saúde, para outro hospital da rede, vinculado ao respectivo plano de saúde mais próximo, quando caracterizada pelo médico assistente, a falta de recursos para continuidade de atenção ao beneficiário na unidade de saúde de origem.

d) De clínica ou consultório público ou privado para um hospital da rede vinculado ao respectivo plano de saúde, somente em caso de indisponibilidade ou inexistência de unidade hospitalar ou pronto atendimento no município onde o paciente foi atendido, conforme regras estabelecidas na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar vigente na data do evento.

2) Quando o beneficiário estiver fora da área de atuação e abrangência de cobertura do plano:

a) de hospital ou pronto-atendimento privado ou público, localizado fora da área de atuação do respectivo plano de saúde, para hospital credenciado e vinculado ao respectivo plano de saúde apto a realizar o devido atendimento, quando o evento que originou a necessidade do serviço tenha ocorrido dentro da área de atuação do plano de saúde.

b) de hospital ou pronto-atendimento privado ou público, localizado fora da área de atuação do plano de saúde, para hospital credenciado na área de atuação e abrangência de cobertura e vinculado ao respectivo plano de saúde apto a realizar o devido atendimento, em caso de indisponibilidade ou inexistência de unidade hospitalar ou pronto atendimento no município demandado pelo beneficiário e/ou área de atuação do plano, conforme regras estabelecidas na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar vigente na data do evento.

Parágrafo Quinto. Quando o paciente estiver internado em uma unidade hospitalar, que não possua o recurso para realizar determinados exames ou procedimentos, indispensáveis para controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, a CONTRATADA garantirá a sua remoção para outro estabelecimento.

III - Reembolso:

Considerando que o referido plano de saúde não possui característica de livre escolha de prestadores para atendimento, os beneficiários inscritos pelo(a) CONTRATANTE terão assegurado o direito ao reembolso de atendimento somente nas situações e condições abaixo, quando devidamente comprovados:

Parágrafo Primeiro. Reembolso em conformidade com disposto no inciso VI do artigo 12 da Lei 9656/98 em caso de atendimento de urgência e emergência:

a) Quando não for possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados pela CONTRATADA que fazem parte da rede de atendimento do respectivo plano e desde que o atendimento tenha sido realizado dentro da área de abrangência geográfica e atuação do plano.

b) O reembolso será nos limites das obrigações contratuais,

observadas as carências, cobertura parcial temporária, área de abrangência e atuação do plano, segmentação e Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente a época do evento. O valor será de acordo com os valores praticados pela CONTRATADA junto à rede de prestadores do respectivo plano.

Parágrafo Segundo. Reembolso em caso de inexistência ou indisponibilidade de prestador em conformidade com a Resolução Normativa nº 259 ou outra norma que venha a substituí-la, para o atendimento de urgência e emergência e/ou eletivo, conforme abaixo:

a) Atendimento de urgência ou emergência: em caso de inexistência ou indisponibilidade de prestador de serviço assistencial da rede de atendimento do plano no município onde foi realizado o atendimento, desde que o município faça parte da área de abrangência e atuação do plano.

b) Atendimento eletivo em caso de inexistência ou indisponibilidade de prestador de serviço assistencial, do respectivo plano no município onde foi requerido o atendimento pelo beneficiário, desde que:

1. O beneficiário ou seu responsável tenham comunicado previamente a CONTRATADA, através de um dos canais indicados no verso do cartão do plano de saúde, quanto a necessidade de atendimento e dificuldade de agendamento em razão da inexistência ou indisponibilidade de prestador de serviço assistencial da rede de atendimento deste plano;

2. A CONTRATADA não tenha assegurado o atendimento solicitado pelo beneficiário ou responsável nos prazos e condições estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar em normativos vigentes;

3. O município onde foi realizado o atendimento faça parte da área de abrangência e atuação do plano.

Parágrafo Terceiro. O atendimento eletivo solicitado será assegurado pela CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar em normativos vigentes na data da demanda, em qualquer prestador ou médico da rede assistencial do plano, habilitado para o atendimento e, não necessariamente, um prestador ou médico específico escolhido pelo beneficiário.

Parágrafo Quarto. A contagem do prazo para garantia do atendimento, se inicia na data da solicitação do serviço ou atendimento mediante contato do beneficiário ou responsável com a CONTRATADA/OPERADORA.

Parágrafo Quinto. A solicitação de reembolso, deverá ser formalizada pelo (a) CONTRATANTE ou beneficiário, junto a CONTRATADA no prazo máximo de 1(um) ano da data do atendimento ou da alta. Deverá ser anexada a respectiva solicitação a documentação original relativa às despesas efetuadas (cópia da conta do atendimento, documento fiscal que deverá conter CNPJ/CPF do profissional ou estabelecimento que realizou o atendimento). Necessário apresentar também:

a) Em caso de atendimento de urgência ou emergência: declaração do médico assistente atestando e comprovando que se tratava de uma situação de urgência ou emergência; ou

b) Em caso de atendimento eletivo: número do protocolo fornecido pela CONTRATADA na solicitação de serviço ou atendimento realizado pelo beneficiário ou responsável.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA terá o prazo adicional máximo de 30 (trinta) dias para análise da documentação e eventual reembolso do valor devido, descontadas as coparticipações previstas na cláusula Mecanismos de Regulação.

CLÁUSULA 10ª - MECANISMOS DE REGULAÇÃO

Para realização das coberturas assistenciais contratadas, os beneficiários devem observar os mecanismos de regulação adotados pela CONTRATADA, para gerenciar e regular a demanda de utilização de serviços prestados. Observando ainda, as atualizações estabelecidas em normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, vigentes na data do evento.

I. Coparticipação

É a participação financeira na despesa assistencial a ser paga pelo beneficiário, após a realização dos procedimentos e condições abaixo, observados os limites estabelecidos nos normativos vigentes.

Parágrafo Primeiro. Os atendimentos serão realizados mediante coparticipação de 50% (cinquenta por cento) do custo dos serviços abaixo listados, limitados a um valor máximo de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por serviço realizado:

a) consulta de puericultura, demais consultas médicas em consultório e pronto socorro;

b) exames e procedimentos de diagnose, realizados em consultórios médicos, clínicas, laboratórios e hospitais em regime ambulatorial, incluindo materiais, medicamentos, honorários e taxas relacionadas à execução do exame;

c) consultas/sessões realizadas por profissionais de saúde, previstas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigentes à época do evento, tais como: fisioterapia, acupuntura, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, nutricionista e psicoterapia, realizadas em regime ambulatorial, incluindo materiais, medicamentos, honorários e taxas relacionadas à execução dos procedimentos.

d) Terapia antineoplásica oral de uso domiciliar e os medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes de uso domiciliar relacionados ao tratamento antineoplásico. A incidência da coparticipação será por cada medicamento solicitado e fornecido.

Parágrafo Segundo. Sempre que houver uma atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde, publicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e forem inclusos procedimentos e/ou medicamentos, não listados acima e também não contemplados no rol anterior, incidirá a cobrança de coparticipação sobre as novas coberturas ambulatoriais incluídas.

Parágrafo Terceiro. Na internação psiquiátrica, caso sejam ultrapassados os prazos definidos na cláusula de Coberturas e Procedimentos Garantidos, haverá controle mediante coparticipação, equivalente a R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por diária efetivamente realizada, estando esta limitada ao valor máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor total da conta.

Parágrafo Quarto. Os valores serão reajustados anualmente conforme condições estabelecidas na Cláusula de Reajuste.

Parágrafo Quinto. Os valores apurados a títulos de coparticipação serão cobrados com a mensalidade do plano de saúde.

Parágrafo Sexto. A inadimplência dos valores apurados a títulos de coparticipação sujeitará o CONTRATANTE às mesmas penalidades impostas à inadimplência das mensalidades.

II. Cartão De Identificação

A CONTRATADA fornecerá ao beneficiário titular e respectivos dependentes o cartão individual de identificação, com prazo de validade, e cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade oficialmente reconhecido, assegura o gozo dos direitos e

vantagens deste contrato.

Parágrafo Primeiro. Antes da primeira utilização do cartão, inclusive nas renovações, este deverá ser desbloqueado pelo beneficiário titular do plano, conforme orientações constantes na etiqueta do cartão.

Parágrafo Segundo. Em caso de exclusão de beneficiários, rescisão, resolução ou resilição deste contrato, é obrigação do(a) CONTRATANTE devolver os respectivos cartões individuais de identificação, sob pena de responder pelos prejuízos resultantes de seu uso indevido.

Parágrafo Terceiro. Ocorrendo a perda ou extravio do cartão individual de identificação, o(a) CONTRATANTE deverá comunicar imediatamente à CONTRATADA, por escrito, sob pena de responder pelos prejuízos que advierem de sua indevida utilização. O custo da emissão de uma segunda via do cartão é de R\$ 15,00 (quinze reais), podendo ser reajustado conforme condições estabelecidas na Cláusula de Reajuste.

III. Condições de Atendimento e Autorização Prévia

Os serviços contratados serão prestados na forma abaixo descrita e a autorização prévia ocorrerá de forma a viabilizar o cumprimento dos prazos de atendimentos estabelecidos em normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, vigentes na data da solicitação.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA autorizará medicamentos e materiais (inclusive órteses e próteses cirúrgicas) de preferência nacionais, com certificados de boas práticas, conforme exigência da ANVISA, (somente autorizando os importados nacionalizados, caso não existam similares nacionais). As eventuais divergências serão dirimidas pelo mecanismo de junta médica, abaixo previsto.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA poderá divergir da solicitação do médico assistente ou do cirurgião dentista assistente, utilizando-se de Junta Médica (constituída pelo médico ou cirurgião dentista solicitante, médico da operadora e por um terceiro profissional, escolhido de comum acordo pelos dois profissionais acima nomeados, sendo os honorários do terceiro médico custeados pela CONTRATADA) conforme previsto em normativo da Agência Nacional de Saúde Suplementar vigente na data do evento, tendo como base os protocolos médicos oficiais e medicina baseada em evidência.

Parágrafo Terceiro. O atendimento e autorização observará:

I. Consultas Médicas: Os beneficiários são atendidos no consultório dos médicos cooperados, indicados na relação divulgada pela CONTRATADA, observado o horário normal de seus consultórios e com agendamento prévio. As consultas em pronto socorro na rede credenciada serão prestadas pelo médico que estiver de plantão;

II. Consultas/Sessões com: fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo e nutricionista: são realizadas pelos profissionais credenciados ou contratados que integram a rede prestadora de serviços da CONTRATADA, mediante solicitação/indicação escrita do médico assistente e apresentação da Guia de Solicitação de Serviços com autorização prévia da CONTRATADA, respeitado o limite de uso estabelecido no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização, vigentes à época do evento;

III. Sessões de psicoterapia: são realizadas pelos profissionais cooperados, credenciados ou contratados que integram a rede prestadora de serviços da CONTRATADA, mediante solicitação/indicação escrita do médico assistente e apresentação da Guia de Solicitação

de Serviços com autorização prévia da CONTRATADA, respeitado o limite de uso estabelecido no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização, vigentes à época do evento;

IV. Atendimentos ambulatoriais, internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas: são realizados por médicos cooperados nos estabelecimentos de saúde que integram a rede prestadora de serviços da CONTRATADA, mediante apresentação da Guia de Solicitação de Serviços, emitida pelo médico assistente ou cirurgião dentista, previamente autorizada pela CONTRATADA (salvo nas hipóteses de urgência ou emergência), respeitado o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização (quando houver), vigentes à época do evento. Em caso de divergência médica, será aplicado mecanismo de junta médica acima previsto;

V. Os exames complementares e serviços auxiliares: devem ser executados nos prestadores de serviços que integram a rede prestadora de serviços da CONTRATADA, mediante apresentação da Guia de Solicitação de Serviços, emitida pelo médico assistente ou cirurgião dentista, previamente autorizada pela CONTRATADA, respeitado o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização (quando houver), vigentes à época do evento;

VI. Cirurgia buco-maxilo-facial: é realizada por profissional devidamente habilitado e integrante da rede de prestadores de serviços da CONTRATADA, mediante apresentação da Guia de Solicitação de Serviços, emitida pelo médico assistente ou cirurgião dentista, previamente autorizada pela CONTRATADA (salvo nas hipóteses de urgência ou emergência);

VII. Medicamentos de uso domiciliar para: terapia antineoplásica oral e os medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso: o fornecimento será indicado pela CONTRATADA, mediante apresentação da Guia de Solicitação de Serviço e Receituário, ambos emitidos pelo médico assistente e previamente autorizados pela CONTRATADA, respeitado o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização, vigentes à época do evento.

VIII. Terapia imunobiológica endovenosa ou subcutânea para tratamento de artrite reumatoide: a CONTRATADA indicará o fornecimento e/ou estabelecimento para realização do serviço, mediante apresentação da Guia de Solicitação de Serviço e Receituário, ambos emitidos pelo médico assistente e previamente autorizados pela CONTRATADA, respeitado o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização, vigentes à época do evento.

Parágrafo Quarto. As regras acima não se aplicam ao serviço de urgência ou emergência, estando assegurado liberação imediata dos procedimentos.

Parágrafo Quinto. Nos casos de urgência e emergência, o beneficiário, ou quem responda por ele, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de internação, para providenciar a autorização da CONTRATADA, sob pena da CONTRATADA não se responsabilizar por qualquer despesa.

Parágrafo Sexto. Para realização de procedimentos que necessitem de autorização prévia, o beneficiário, ou quem responda por ele, deve dirigir-se a um escritório de autorização na Unimed mais próxima, munido de cartão de identificação do plano, carteira de identidade e a guia com a solicitação do procedimento.

Parágrafo Sétimo. Sempre que houver dificuldade no agendamento do serviço ou atendimento, seja por indisponibilidade ou inexistência de prestador de serviço assistencial da rede de atendimento do

plano, o beneficiário ou seu responsável deverá comunicar à CONTRATADA, através do telefone informado no verso do cartão do plano de saúde, para o agendamento do atendimento, observadas as regras abaixo:

a) O atendimento solicitado será assegurado pela CONTRATADA em município integrante da área de abrangência e atuação do plano, nos prazos e condições estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar em normativos vigentes na data da solicitação, em qualquer prestador ou médico da rede assistencial do plano, habilitado para o atendimento e, não necessariamente, um prestador ou médico específico escolhido pelo beneficiário;

b) A contagem do prazo para garantia do atendimento, se inicia na data da solicitação do serviço ou atendimento pelo beneficiário ou responsável à CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo. Os beneficiários com mais de 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes, lactentes e crianças até 5 (cinco) anos têm prioridade na marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos em relação aos demais beneficiários.

Parágrafo Nono. Os serviços ora contratados são prestados exclusivamente pelos profissionais e entidades constantes na relação divulgada no Guia eletrônico através do site www.unimed.coop.br/joacaba, sob a indicação de Rede NA04. O plano não inclui quaisquer prestadores não integrantes da lista do "site", conforme previsto na Cláusula Condições Gerais.

Parágrafo Décimo. Em cumprimento ao disposto na Resolução Normativa nº 365/14, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ou outra que a substitua. Informamos que as substituições de prestadores não hospitalares ocorridas na rede assistencial acima mencionada ficarão disponíveis através do endereço: www.unimed.coop.br/joacaba e na Central de Atendimento da Operadora que poderá ser contatada através do telefone informado no cabeçalho deste contrato e verso do cartão.

Parágrafo Décimo Primeiro. A manutenção da rede hospitalar implica em compromisso com os beneficiários e devem observar as normas abaixo estabelecidas no art. 17 da Lei 9656/98:

I. É facultada a substituição de entidade hospitalar, desde que por outro equivalente e mediante comunicação aos beneficiários e à ANS com trinta dias de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor.

II. Na hipótese da substituição do estabelecimento hospitalar ocorrer por vontade da CONTRATADA durante período de internação do beneficiário, o estabelecimento obriga-se a manter a internação e a CONTRATADA, a pagar as despesas até a alta hospitalar, a critério médico, na forma do contrato.

III. Nos casos de substituição ou suspensão temporária do estabelecimento hospitalar em decorrência de intervenção pública, sanitária ou fiscal, a CONTRATADA arcará com a responsabilidade pela transferência do beneficiário internado para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuação da assistência, sem ônus adicional para o beneficiário.

IV. Em caso de redimensionamento da rede hospitalar por redução ou substituição por vontade da CONTRATADA, esta deverá solicitar à ANS autorização expressa para redimensionamento de rede e posteriormente deverá comunicar ao CONTRATANTE.

V. A redução do número de prestadores da rede do plano não implica em qualquer direito de redução dos valores de mensalidade fixados.

CLÁUSULA 11ª – FORMAÇÃO DE PREÇO E MENSALIDADE

Trata-se de um plano de assistência à saúde com os valores

pré-estabelecidos para contraprestação pecuniária mensal, a ser paga pelo (a) CONTRATANTE, antes e independentemente da efetiva utilização das coberturas contratadas.

Parágrafo Primeiro. Não poderá haver distinção quanto ao valor da contraprestação pecuniária entre os beneficiários que vierem a ser incluídos no contrato e aqueles já vinculados, ressalvados os beneficiários inscritos na condição de demitido ou aposentado, conforme artigos 30 e 31 da Lei 9656/98 que deverão adotar o valor integral estabelecido na tabela de preços/custos com 10 (dez) faixas etárias quando o contrato de ativos adotar o critério de aglutinação de faixas etárias com preço único ou inferior a 10 (dez) faixa etárias ou houver participação do empregador no custo do plano.

Parágrafo Segundo. O (A) CONTRATANTE pagará à CONTRATADA por beneficiário inscrito:

a) a título de inscrição e mensalidade, os valores relacionados na Proposta de Contratação; e
b) as coparticipações previstas na Cláusula Mecanismos de Regulação.

Parágrafo Terceiro. A pessoa jurídica CONTRATANTE, independente da participação total ou parcial no custo da mensalidade, fica responsável pelo pagamento integral dos valores a que se refere esta cláusula, até o quinto dia útil de cada mês.

Parágrafo Quarto. Os beneficiários inscritos no plano na condição de demitido ou aposentado, conforme previsto nos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98, ficam responsáveis pelo pagamento integral dos valores a que se refere esta cláusula.

Parágrafo Quinto. O valor da coparticipação dos beneficiários nos custos assistenciais, quando for o caso, se dará pela aplicação do percentual e/ou quantias previstas sobre a tabela de referência da CONTRATADA, vigente na data do vencimento da fatura, que considerará os custos dos serviços executados.

Parágrafo Sexto. O extrato de serviços prestados fornecido pela CONTRATADA destina-se a identificar a utilização e a respectiva participação nos custos dos beneficiários. Se houver dúvidas quanto às informações do extrato de serviços prestados, o(a) CONTRATANTE pode solicitar a CONTRATADA os esclarecimentos necessários.

Parágrafo Sétimo. Se a CONTRATANTE não receber documento que possibilite realizar o pagamento de sua obrigação até cinco dias antes do respectivo vencimento, deverá solicitá-lo diretamente à CONTRATADA, para que não se sujeite a consequência da mora.

Parágrafo Oitavo. Ocorrendo impontualidade no pagamento das prestações, serão cobrados juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor do débito atualizado.

Parágrafo Nono. Tratando-se de contrato na modalidade de pré-pagamento, ainda que não haja utilização efetiva dos serviços no período de inadimplência, permanecerá o(a) CONTRATANTE e/ou os beneficiários inscritos na condição de demitido ou aposentado responsável pelo pagamento das respectivas parcelas e das coparticipações relativos aos atendimentos realizados.

Parágrafo Décimo. A CONTRATADA reserva-se o direito de realizar a cobrança em decorrência de coparticipação em até 60 dias após o recebimento da cobrança relativa ao serviço realizado.

Parágrafo Décimo Primeiro. Em atenção ao disposto no § 1º do artigo 15 da RN nº 279, de 2011, foi adotado o seguinte critério para

a determinação do preço único e da participação do empregador:

a) O critério adotado para definição de preço único ou para aglutinação inferior a 10 faixas etárias tem como base o cálculo da receita média per capita do intervalo de faixas a serem unificadas. Sobre a receita per capita calculada há também um acréscimo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) para cada faixa etária aglutinada, a título de margem de segurança, em virtude do risco de alteração na idade média do grupo após a contratação e para compensar a perda dos reajustes por mudança de faixas etárias que ocorreriam anualmente.

b) O cálculo da receita média per capita das faixas que serão aglutinadas é realizado através da média simples, obtida da seguinte forma: soma-se o valor da mensalidade de cada um dos beneficiários a serem inscritos nas faixas etárias que serão unificadas, obtendo a receita total desse grupo, que é dividida pelo número total de beneficiários dessas faixas.

c) A participação do empregador no custeio do plano de saúde se dará conforme descrito na Proposta de Contratação, campo rateio de custos.

CLÁUSULA 12ª - REAJUSTE

Os valores das contraprestações pecuniárias definidas na Proposta de Contratação e na tabela de preços para as novas adesões deste contrato, bem como as verbas a que se refere à Cláusula Mecanismos de Regulação serão reajustados a cada 12 (doze) meses conforme parâmetros abaixo:

I. Contrato com 30 (trinta) ou mais beneficiários:

a) Reajuste conforme a variação positiva do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado – FGV), ou por outro índice que o substitua no caso de sua extinção, acumulado no período de análise do contrato (a cada doze meses, contados a partir do início da vigência), somado ao Índice de Reajuste Técnico – IRT%, apurado no período, caso a sinistralidade do(s) contrato(s) da Contratante atinja patamar superior a 70% (setenta por cento).

b) A apuração de beneficiários será realizada anualmente conforme parâmetros abaixo:

· Na primeira apuração será considerada a quantidade de beneficiários na assinatura do contrato;

· Para as apurações seguintes, será considerada a quantidade de beneficiários no último aniversário do contrato.

c) O IGPM e o Índice de Reajuste Técnico serão apurados no período de 12 meses consecutivos, com uma defasagem de 4 (quatro) meses em relação ao período de aplicação do reajuste do contrato.

II. Contrato com menos de 30 (trinta) beneficiários:

a) Quando o número de beneficiários do contrato for inferior a 30 (trinta), o reajuste anual será apurado considerando o agrupamento de todos os contratos coletivos da Contratada com menos de 30 (trinta) beneficiários, conforme estabelecido em Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar. A apuração de beneficiários será realizada anualmente conforme parâmetros abaixo:

· Na primeira apuração será considerada a quantidade de beneficiários na assinatura do contrato;

· Para as apurações seguintes, será considerada a quantidade de beneficiários no último aniversário do contrato.

b) O índice de reajuste para contratos com menos de 30 (trinta) beneficiários será em conformidade com o IGPM (Índice Geral de

Preços de Mercado – FGV), ou por outro que o substitua no caso de sua extinção, somado ao Índice de Reajuste Técnico - IRT, caso a sinistralidade do agrupamento de contratos atinja patamar superior a 70% (setenta por cento), seguindo os parâmetros abaixo:

· O IGPM e o Índice de Reajuste Técnico serão apurados no período de 12 meses consecutivos, com uma defasagem de 4 (quatro) meses em relação ao início do período de aplicação do reajuste do agrupamento.

Onde,
SIN: é a sinistralidade ou índice de utilização do agrupamento de contratos em percentual.

A multiplicação por 100 é apenas para transformar o índice em percentual.

· Portanto, quando a sinistralidade do agrupamento superar o patamar de 70% (setenta por cento) o índice de reajuste contratual será composto pela soma do índice de reajuste técnico e do IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, (IRT% + IGPM).

c) A CONTRATADA divulgará o índice de reajuste apurado no portal corporativo até o 1º dia útil do mês de maio de cada ano, bem como a relação dos contratos agrupados. O índice apurado será aplicado no período de maio do ano corrente até abril do ano seguinte, na data de aniversário de cada contrato.

III. Contrato exclusivamente para manutenção de ex-empregados (demitidos ou aposentados):

a) Quando se tratar de contrato exclusivamente para manutenção de ex-empregados, previstos nos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98, o índice de reajuste será apurado considerando a sinistralidade (nos termos do inciso I) somada a variação do índice previsto, em todos os contratos da carteira de planos exclusivos de ex-empregados de forma unificada. Não se aplica o disposto no inciso II.

b) O percentual de reajuste aplicado à carteira de ex-empregados será divulgado pela CONTRATADA em seu Portal Corporativo na Internet em até 30 (trinta) dias após a sua aplicação.

Parágrafo Primeiro. Só poderá ser aplicado um único reajuste contratual a cada 12 (doze) meses, ressalvados os reajustes por mudança de faixa etária.

Parágrafo Segundo. Não poderá haver aplicação de percentuais de reajuste diferenciados dentro de um mesmo plano em um determinado contrato.

Parágrafo Terceiro. O percentual de reajuste aplicado às contraprestações pecuniárias será comunicado a Agência Nacional de Saúde Suplementar conforme determina a legislação competente.

CLÁUSULA 13ª - REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA

As mensalidades serão automaticamente reajustadas em razão da idade do beneficiário, no mês seguinte ao de seu aniversário, de acordo com os parâmetros abaixo indicados:

Faixa Etária	Percentual de reajuste
00 A 18	0,00%
19 A 23	25,00%
24 A 28	26,40%
29 A 33	18,35%
34 A 38	17,65%
39 A 43	18,18%

44 A 48	16,15%
49 A 53	13,58%
54 A 58	16,62%
59 ou +	28,50%

Parágrafo Único. O cálculo das variações por faixa etária observa os parâmetros abaixo, definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar:

- a. o valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a 6 (seis) vezes o valor da primeira faixa etária;
- b. a variação acumulada entre a sétima e décima faixas etárias não poderá ser superior a variação acumulada entre a primeira e sétima faixas.

CLÁUSULA 14ª - REGRAS PARA PLANOS COLETIVOS

O presente contrato observa o Regime de Contratação Coletivo Empresarial, entendido como aquele que oferece cobertura da atenção a saúde prestada à população delimitada e vinculada à pessoa jurídica CONTRATANTE por relação empregatícia ou estatutária.

I – MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE PARA EX-EMPREGADOS

No caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa ou aposentado do titular, é assegurado ao beneficiário titular o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial (mesma segmentação e cobertura, rede assistencial, padrão de acomodação em internação, área geográfica de abrangência e fator moderador) que gozava durante a vigência do contrato de trabalho, desde que:

a) já contribuisse financeiramente para o plano de saúde antes da extinção do vínculo empregatício, ainda que o pagamento de contribuição não esteja ocorrendo no momento da demissão ou exoneração sem justa causa.

· Entende-se como contribuição: qualquer valor pago pelo empregado, inclusive com desconto em folha de pagamento, para custear parte ou a integralidade da mensalidade de seu plano privado de assistência à saúde oferecido pelo empregador em decorrência de vínculo empregatício. Não é considerada contribuição à coparticipação ou franquia paga única e exclusivamente em procedimentos, como fator de moderação, na utilização dos serviços de assistência médica e nem os valores pagos relativos a mensalidade do plano de saúde dos dependentes e agregados;

b) a (o) CONTRATANTE formalize, por escrito, ao titular, questionamento quanto ao seu interesse de permanência no plano, no ato da rescisão, comunicando a decisão à CONTRATADA;

c) opção pela manutenção do plano seja efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da comunicação do direito ao benefício, que deverá ser formalizada no ato da comunicação do aviso prévio, a ser cumprido ou indenizado, ou da comunicação da aposentadoria;

d) encaminhe o formulário com a opção de manutenção do plano devidamente preenchido e assinado;

e) a partir da opção de manutenção do plano, na condição de ex-empregado, assuma o pagamento integral da mensalidade por faixa etária, coparticipação e incluindo, quando houver, os valores relativos ao agravado, decorrente de doença ou lesão preexistente.

Parágrafo Primeiro. O valor da contraprestação pecuniária a ser paga pelo ex-empregado deverá corresponder ao valor integral estabelecido na tabela de custos por faixa etária com as devidas atualizações. É permitido ao empregador subsidiar o plano ou promover a participação dos empregados ativos no seu financiamento, devendo o valor correspondente ser explicitado aos beneficiários.

Parágrafo Segundo. Os beneficiários que se encontram em período

de carência ou Cobertura Parcial Temporária (CPT), na data da rescisão do contrato de trabalho, cumprirão o período restante, contado a partir da data da sua inscrição na condição de ex-empregado.

Parágrafo Terceiro. O tempo de permanência do beneficiário no plano de saúde na condição de ex-empregado será de:

a) Para os demitidos ou exonerados sem justa causa:

· um terço do tempo de contribuição nos planos de saúde em pré-pagamento, contratados pelo(a) Contratante, mesmo que em operadoras diferentes, sem interrupção, observando-se o mínimo de seis e máximo de vinte e quatro meses.

b) Para os aposentados com rescisão do contrato de trabalho:

· se tiver contribuído por 10 (dez) anos ou mais nos planos de saúde em pré-pagamento contratados pelo(a) Contratante, mesmo que em operadoras diferentes, sem interrupção: de forma vitalícia.

· se tiver contribuído por menos de 10 (dez) anos nos planos de saúde em pré-pagamento contratados pelo(a) Contratante, mesmo que em operadoras diferentes, sem interrupção: à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição.

Parágrafo Quarto. Ao empregado aposentado que continuar trabalhando na mesma empresa e venha a ser demitido é garantido o direito de manter sua condição de beneficiário observado o disposto no artigo 31 da Lei nº 9.656, de 1998. O direito a manutenção do plano será exercido pelo ex-empregado aposentado no momento em que se desligar do empregador. O direito de manutenção também é garantido aos dependentes do empregado aposentado que continuou trabalhando na mesma empresa e veio a falecer antes do exercício do direito previsto no artigo 31, da Lei nº 9.656, de 1998.

Parágrafo Quinto. A manutenção no plano é extensiva aos dependentes que estiverem inscritos no plano na ocasião da rescisão do contrato de trabalho do titular desde que atendidas às condições de dependência previstas na Cláusula Condições de Admissão.

Parágrafo Sexto. No período de manutenção da condição de beneficiário, somente poderão ser incluídos novo cônjuge e novos filhos do ex-empregado.

Parágrafo Sétimo. Em caso de morte do titular, o direito de permanência é assegurado aos dependentes cobertos pelo plano, conforme condições acima.

Parágrafo Oitavo. As eventuais alterações no plano de saúde obtidas pelos empregados ativos em decorrência de negociações coletivas de trabalho também são aplicáveis aos beneficiários inativos inscritos neste plano.

Parágrafo Nono. O beneficiário e seus dependentes perderão automaticamente o benefício:

a) pelo decurso dos prazos previstos para manutenção do plano na condição de demitido;

b) em caso de admissão em novo emprego. Entende-se como novo emprego: novo vínculo profissional que possibilite o ingresso do ex-empregado em um plano de assistência a saúde coletivo empresarial, coletivo por adesão ou de autogestão; ou

c) no cancelamento do plano de saúde contratado pela CONTRATANTE para empregados ativos e ex-empregados.

Parágrafo Décimo. É assegurado ao ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa ou aposentado ou seus dependentes vinculados ao plano, durante o período de manutenção da condição de beneficiário garantida pelos artigos 30 e 31 da Lei nº 9656, de 1998, o direito de exercer a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão, em

operadoras nos termos do disposto no artigo 28 da RN nº 279, de 2011, c.c artigo 7º - C da RN nº 186, de 2009, e suas posteriores alterações.

II - ABSORÇÃO DE CARÊNCIAS EM CASO DE RESCISÃO DESTE CONTRATO

Em caso de cancelamento deste contrato, a CONTRATADA disponibilizará para os beneficiários (titulares e dependentes) inscritos, um plano de assistência à saúde na modalidade individual ou familiar, descontadas as carências já cumpridas neste contrato. Considera-se na contagem de prazos de carências, o tempo de permanência dos beneficiários no plano cancelado.

Parágrafo Primeiro. Os beneficiários devem fazer a sua opção pelo plano individual ou familiar, no prazo máximo de 30 dias após o cancelamento deste contrato.

Parágrafo Segundo. É de responsabilidade da (o) CONTRATANTE comunicar aos beneficiários o cancelamento deste contrato e do benefício disposto nesta cláusula, em tempo hábil para o cumprimento do prazo de opção acima mencionado.

CLÁUSULA 15ª - CONDIÇÕES DA PERDA DA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO

Será excluído do contrato o beneficiário titular, juntamente com seus dependentes, quando:

- a) por solicitação do (a) CONTRATANTE, mediante comunicação escrita remetida à CONTRATADA;
- b) perder o vínculo com o (a) CONTRATANTE que lhe garante a condição de beneficiário do plano, ressalvados os casos previstos nos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98, para funcionários demitidos e aposentados, observadas as normas estabelecidas na Cláusula Regras para Planos Coletivos;
- c) por fraude, por esta entendida a omissão de doença e lesão preexistente, permitir o uso indevido do cartão individual de identificação (como por exemplo permitir a sua utilização por terceiros), seu ou de seus dependentes seja por dolo ou culpa, entre outras;
- d) não for apresentada documentação requerida pela CONTRATADA, seja em decorrência legal ou para comprovação do vínculo com o (a) CONTRATANTE;
- e) o contrato for rescindido, conforme prevê Cláusula Suspensão ou Rescisão Contratual;
- f) se tratar de demitido ou aposentado vinculado ao contrato na condição prevista nos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98 e ocorrer o atraso no pagamento das mensalidades superior a 60 (sessenta) dias, ininterruptos ou não, nos últimos 12 (doze) meses de vigência, desde que o beneficiário (titular) tenha sido comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência, implicará na suspensão do atendimento ou na exclusão, do beneficiário e dependente em atraso, a critério da CONTRATADA;

Parágrafo Primeiro. Também serão excluídos os dependentes que perderem a condição que lhes assegurou o direito de inscrição, conforme Cláusula Condições de Admissão.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA reserva-se o direito de exigir a qualquer momento os comprovantes legais, capazes de atestar as condições de Vínculo dos beneficiários titulares com o(a) CONTRATANTE e a condição de dependência dos beneficiários dependentes com o titular.

Parágrafo Terceiro. Os beneficiários dependentes inscritos no plano conforme cláusula de Condições de Admissão, que perderem a condição de dependência, poderão exercer a portabilidade especial de carências nos termos da legislação vigente, em até 60 (sessenta) dias a contar da data da perda do direito, para um plano individual

ou familiar ou coletivo por adesão, descontadas os prazos de carência e cobertura parcial temporária já cumprida neste contrato.

Parágrafo Quarto. Terminado o prazo estabelecido para manutenção dos beneficiários na condição de ex-empregado, os titulares e respectivos dependentes, inscritos nesta condição, serão excluídos do contrato, mediante aviso prévio. Estes poderão exercer a portabilidade especial de carências nos termos da legislação vigente, que deverá ser requerida no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término do período de manutenção da condição de beneficiário garantida pelos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98.

Parágrafo Quinto. O (A) CONTRATANTE deve informar as exclusões à CONTRATADA, que poderá estabelecer data limite para que surtam efeito no mês subsequente.

CLÁUSULA 16ª - SUSPENSÃO OU RESCISÃO CONTRATUAL

O atraso do pagamento dos valores devidos, relativos a mensalidades e coparticipação, superior a 60 (sessenta) dias, ininterruptos ou não, nos últimos 12 (doze) meses do contrato, implicará na suspensão ou rescisão, a critério da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro. O presente contrato rescindir-se-á, também:

Imotivadamente – Somente após a vigência mínima de 12 (doze) meses:

1. por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso prévio, por escrito de 60 (sessenta) dias.

Motivadamente – A qualquer tempo, mediante aviso prévio, por escrito de 30 (trinta) dias:

1. se qualquer das partes infringir as cláusulas do presente instrumento;
2. por fraude, assim considerada, entre outras circunstâncias, a omissão ou distorção de informações por parte do(a) CONTRATANTE;
3. se a pessoa jurídica contratante encerrar suas atividades;
4. se não for mantido o número mínimo de beneficiários estabelecido para manutenção deste contrato, conforme mencionado nas Condições de Admissão da Pessoa Jurídica Contratante, ressalvado o disposto no parágrafo abaixo.

Parágrafo Segundo. Durante o período de aviso prévio do contrato para rescisão, não serão admitidas inscrições de novos beneficiários.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de redução do número de beneficiários ficar abaixo do limite estabelecido nas Condições de Admissão da Pessoa Jurídica Contratante, a CONTRATADA poderá, a seu critério, manter vigência temporária adicional, para que seja reconstituído o mínimo contratualmente estabelecido. Caberá ao (à) CONTRATANTE pagar o equivalente à média per capita das mensalidades, multiplicada pelo número de beneficiários faltantes.

Parágrafo Quarto. Em quaisquer das hipóteses de suspensão ou rescisão contratual, havendo beneficiários em período de internação, esta não será suspensa, porém a CONTRATADA não se responsabiliza pelas despesas ocorridas após a data de cancelamento, cabendo estas ao(a) CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto. Caso a rescisão do contrato por iniciativa do(a) CONTRATANTE ocorra antes de completados 12 meses de vigência do contrato, o (a) CONTRATANTE sujeitar-se-á ao pagamento de multa pecuniária, equivalente a 10% (dez por cento) do valor das mensalidades restantes.

CLÁUSULA 17ª - DISPOSIÇÕES GERAIS

I – DOCUMENTOS PERTINENTES AO PLANO DE SAÚDE

Integram este contrato, para todos os fins de direito, a Proposta de Contratação, os Formulários Cadastrais, o Manual de Orientação para Contratação de Plano de Saúde, o Guia de Leitura Contratual, as Cartas de Orientação ao Beneficiário, as Declarações de Saúde, o Termo de Formalização de Cobertura Parcial Temporária.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, eventuais alterações publicadas em normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar que modifiquem o instrumento jurídico originalmente firmado e se aplicam automaticamente aos contratos vigentes, sem determinação de formalização de aditamento contratual por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

II – REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

A possibilidade de escolha do(a) CONTRATANTE é restrita aos prestadores de serviços listados no sítio indicado na cláusula Mecanismos de Regulação. O Plano não inclui quaisquer prestadores não integrantes da lista do “site”, como por exemplo:

- Brasília (DF): Hospital Santa Lúcia; Fundação Zerbini; HCBR - Hospital do Coração; Hospital Anchieta;
- Guarulhos (SP): Hospital Carlos Chagas S/A;
- Porto Alegre (RS): Hospital Moinhos de Vento e Hospital Mãe de Deus;
- Recife (PE): Centro Hospital Albert Sabin, Hospital Memorial São José, Hospital Santa Joana, Hospital Esperança, Hospital Real Português e HOPE - Hospital de Olhos de Pernambuco;
- Rio de Janeiro (RJ): Hospital de Clínicas de Niterói LTDA; Hospital Pasteur; Casa de Saúde Laranjeiras, Casa de Saúde São José, Clínica Bambina, Clínica Pediátrica da Barra, DH - Day Hospital, Hospital Barra D'Or Medise, Hospital Integrado Gávea, Hospital de Clínicas Rio Mar Barra Ltda., IGASE - Hospital São Lucas, Instituto Minnesota (Vila Serena), Procardíaco – Pronto Socorro Cardiológico, Protocolo Pronto Socorro, Clínica Cardiológica, Hospital Quinta D'Or, Hospital Copa D'Or, Hospital Samaritano, Casa de Saúde Santa Lucia, Sociedade Beneficente Israelita do RJ;
- Salvador (BA): Clínica Infantil de Urgência Ltda – PROBABY; Fundação José Silveira - Hospital Santo Amaro, Hospital Aliança, Hospital CPI (Pediátrico), Hospital Espanhol, Hospital Português, Hospital Salvador, Monte Tabor – Centro Italo-Brasileiro de Promoção Sanitária – Hospital São Rafael, Hospital Santa Mônica e Brasil Memorial S/A;
- São Bernardo do Campo (SP): Hospital e Maternidade Assunção S/A, Hospital Príncipe Humberto S/A e Neomater S/C Ltda.
- São José do Rio Preto (SP): Sociedade Portuguesa de Beneficência;
- São Paulo (SP): Hospital e Maternidade Brasil; Hospital Beneficência Portuguesa, Fundação Antônio Prudente - Hospital A.C. Camargo, Hospital Anchieta, Hospital e Maternidade Santa Joana S.A., Hospital São Luiz - Unidade Itaim, Hospital e Maternidade São Luiz - Unidade Morumbi; Hospital e Maternidade São Luiz - Unidade Tatuapé; Hospital Santa Catarina, Hospital Sírio Libanês, Hospital Albert Einstein, Hospital Nove de Julho S.A, Incor – Instituto do Coração, Pronto Socorro Infantil Sabara S.A, Pro-Matre Paulista S.A., Fundação Adib Jatene (Dante Pazzanese), Hospital Alemão Oswaldo Cruz, Hospital do Coração, Hospital Edmundo Vasconcelos (Gastroclínica), Hospital Samaritano, Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (Santa Isabel), Hospital Cidade Jardim Ltda, Hospital e Maternidade São Camilo - Pompéia;
- Sobral (CE): Santa Casa Misericórdia de Sobral;
- Manaus (AM): Hospital Santa Julia Ltda;
- Porto Velho (RO): CEOF – Centro Especializado em Oftalmologia;

Parágrafo Segundo. Por ser a CONTRATADA cooperativa integrante de Sistema Nacional Unimed, é possível que prestadores de serviços não incluídos no endereço eletrônico acima referido, tenham

contrato de prestação de serviços com outras cooperativas médicas integrantes do Sistema Unimed, o que não implica em obrigação da CONTRATADA em prestar serviços nos referidos prestadores.

III - SIGILO MÉDICO

Compromete-se o(a) CONTRATANTE a observar e atender a legislação relativa ao sigilo médico.

IV - RECLAMAÇÕES

As reclamações ou sugestões sobre qualquer um dos serviços prestados devem ser encaminhadas à CONTRATADA, através dos canais de comunicação SAC ou Ouvidoria, informados no verso do cartão de identificação do plano de saúde entregue ao(s) beneficiário(s), ou ainda, serem remetidas por meio de correspondência.

CLÁUSULA 18ª - FORO

Fica eleito o foro da Comarca do (a) CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem as partes assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de dezembro de 2015

ELIAS VIECELI	LUIZ ANTÔNIO DESKA
Presidente do SIMA	UNIMED
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB/SC 27419

LEI Nº 2.398/2015

LEI Nº 2.398/2015 – DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Departamento de Esportes.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o seguinte elemento despesa 3.3.90.00.00.0679/216 Aplicações Diretas com a seguinte

classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE

27.812.0016.1.016 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DEST. AO ESPORTE

3.3.90.00.00.0679/216AplicaçõesDiretas.....
R\$ 20.000,00

Art. 3º. Para atender o disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizada a anular parcialmente o seguinte elemento de despesa.

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.364.0012.2.028 MANUTENÇÃO DE ENSINO DE 3. GRAU E PROFISSIONALIZANTE

3.3.90.00.00.0679/77AplicaçõesDiretas.....
R\$ 20.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de dezembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 85/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 85/2015

PREGÃO PRESENCIAL 63/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 85/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 63/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material de limpeza para a Secretaria de Educação Cultura e Esporte e Escolas da Rede Municipal de Ensino, o qual será processado e julgado no dia 17 de dezembro de 2015 às 13h30 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 04 de dezembro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 86/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 86/2015

PREGÃO PRESENCIAL 64/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 86/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 64/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material de expediente para a Secretaria de Educação Cultura e Esporte e Escolas da Rede Municipal de Ensino, o qual será processado e julgado no dia 18 de dezembro de 2015 às 09h00 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 04 de dezembro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 011/2015

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº. 011/2015

O Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, Senhor Novelli Sganzerla, no uso de suas atribuições, com base nos itens 10.12 e 10.16 do Edital n. 011/2015, RETIFICA a publicação do Edital nº 011/2015 nos seguintes termos:

5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Onde se lê:

5.2 Da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha

As provas escritas objetivas de múltipla escolha serão realizadas na cidade de Água Doce, SC, com data previstas para o dia 10 de janeiro de 2016 (domingo), às 9h (nove horas), com duração de 3h (três horas) para sua realização.

Leia-se:

5.2 Da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha

As provas escritas objetivas de múltipla escolha serão realizadas na cidade de Água Doce, SC, com data previstas para o dia 17 de janeiro de 2016 (domingo), às 8h (oito horas), com duração de 3h (três horas) para sua realização.

6. DAS DISPOSIÇÕES ACERCA DA SEGUNDA ETAPA

6.1 Da avaliação de títulos

Onde se lê:

6.1.17 Não receberá pontuação o candidato que apresentar diplomas ou certificados que não comprovem que o curso foi realizado de acordo com as normas do CNE, ou seja, sem a declaração da instituição referida nos subitens 5.3.15 e 5.3.16.

Leia-se:

6.1.17 Não receberá pontuação o candidato que apresentar diplomas ou certificados que não comprovem que o curso foi realizado de acordo com as normas do CNE.

6. DAS DISPOSIÇÕES ACERCA DA PROVA PRÁTICA

6.2 Da prova prática

Onde se lê:

6.2.4 A prova prática terá sua realização no dia 09 de janeiro de 2016, quando já terá sido divulgada a relação dos candidatos com inscrições deferidas, em horários e locais diversos, de acordo com cada cargo, conforme estabelecido em Edital a ser publicado em 07 de janeiro de 2016.

Leia-se:

6.2.4 A prova prática terá sua realização no dia 16 de janeiro de 2016, quando já terá sido divulgada a relação dos candidatos com inscrições deferidas, em horários e locais diversos, de acordo com

cada cargo, conforme estabelecido em Edital a ser publicado em 07 de janeiro de 2016.

6. DAS DISPOSIÇÕES ACERCA DA PROVA PRÁTICA

6.2 Da prova prática

Onde se lê:

6.2.5 Todos os candidatos com inscrições deferidas para os cargos assinalados no item 5.3.1 serão convocados para esta fase e deverão comparecer no local indicado para realização da prova 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para seu início:

- a) munidos de documento de identidade; caso contrário, não poderão efetuar a referida prova;
- b) trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

Leia-se:

6.2.5 Todos os candidatos com inscrições deferidas para os cargos assinalados no item 6.2.1 serão convocados para esta fase e deverão comparecer no local indicado para realização da prova 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para seu início:

- a) munidos de documento de identidade; caso contrário, não poderão efetuar a referida prova;
- b) trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

6. DAS DISPOSIÇÕES ACERCA DA PROVA PRÁTICA

6.2 Da prova prática

Onde se lê:

6.2.16 Os resultados das provas práticas serão divulgados no dia 14 de janeiro de 2014, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, fax ou e-mail.

Leia-se:

6.2.16 Os resultados das provas práticas serão divulgados no dia 21 de janeiro de 2016, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, fax ou e-mail.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

Onde se lê:

9.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de mais (dois) dias úteis, vide cronograma (Anexo IV), a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio, conforme modelo do Anexo VI.

Leia-se:

9.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de (dois) dias úteis, vide cronograma (Anexo IV), a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio, conforme modelo do Anexo VI.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

Onde se lê:

9.3 A interposição de recursos poderá ser feita somente via protocolo, apenas no prazo recursal, à Funoesc, no seguinte endereço: Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado à Rua Getúlio Vargas, n. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar, no horário das 07h30min às 17h no mês de dezembro e das 13h às 19h no mês de janeiro.

Leia-se:

9.3 A interposição de recursos poderá ser feita somente via protocolo, apenas no prazo recursal, à Funoesc, no seguinte endereço: Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado à Rua Getúlio Vargas, n. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, 89600-000, setor de Protocolo, 1º andar, no horário das 07h30min às 17h no mês de dezembro e das 7h às 13h no mês de janeiro.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

Onde se lê:

9.5 Não será aceito recurso por meios diversos ao que determina o subitem 8.3 deste Edital.

Leia-se:

9.5 Não será aceito recurso por meios diversos ao que determina o subitem 9.3 deste Edital.

ANEXO IV – CRONOGRAMA / ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

Onde se lê:

	Prazo Previsto
Prazo para entrega da solicitação de condições especiais para realização da prova objetiva	27/11/2015 a 15/12/2015
Prazo para entrega da solicitação de condições especiais para realização da prova objetiva	18/12/2015
Realização das provas práticas	09/01/2016
Realização das provas objetivas	10/01/2016 às 9h
Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares	11/01/2016
Prazo de recursos quanto aos gabaritos oficiais preliminares	12/01/2016 e 13/01/2016
Divulgação dos gabaritos oficiais definitivos	14/01/2016
Divulgação e resultado oficial preliminar das provas objetivas/práticas e análise de títulos	14/01/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto ao resultado oficial preliminar das provas objetivas/práticas e análise de títulos	15/01/2016 e 18/01/2016
Divulgação do resultado oficial definitivo das provas objetivas/práticas e avaliação de títulos após recurso	19/01/2016
Divulgação e publicação do resultado oficial da classificação final oficial preliminar do concurso público	19/01/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto ao resultado da classificação final oficial preliminar do concurso público	20/01/2016 e 21/01/2016
Divulgação e publicação do resultado final e homologação do concurso público	22/01/2016

Leia-se:

	Prazo Previsto
--	----------------

Prazo para solicitação de condições especiais para realização das provas objetivas	16/12/2015
Realização das provas práticas	16/01/2016
Realização das provas objetivas	17/01/2016 às 8h
Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares	18/01/2016
Prazo de recursos quanto aos gabaritos oficiais preliminares	19/01/2016 e 20/01/2016
Divulgação dos gabaritos oficiais definitivos	21/01/2016
Divulgação e resultado oficial preliminar das provas objetivas/práticas e análise de títulos	21/01/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto ao resultado oficial preliminar das provas objetivas/práticas e análise de títulos	22/01/2016 e 25/01/2016
Divulgação do resultado oficial definitivo das provas objetivas/práticas e avaliação de títulos após recurso	26/01/2016
Divulgação e publicação do resultado oficial da classificação final oficial preliminar do concurso público	26/01/2016
Prazo de recebimento dos recursos quanto ao resultado da classificação final oficial preliminar do concurso público	27/01/2016 e 28/01/2016
Divulgação e publicação do resultado final e homologação do concurso público	29/01/2016

Ficam as demais disposições do Edital supramencionado inalteradas.

Retifica-se.

Água Doce, 04 de dezembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2085, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder trinta (30) dias férias ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, ALTAIR REKSHAUSE, ocupante do cargo de GERENTE DE TRANSPORTES, lotado na Gerência de Transportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 22/12/14 a 21/12/2015, período de gozo de 07 de dezembro de 2015 a 05 de janeiro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Alto Bela Vista/SC, em 04 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2086, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder trinta (30) dias de férias regulamentar ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, RONEI PALLAS, ocupante do cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE TRANSPORTES, lotado na Gerência de Transportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 04/03/2014 à 03/03/2015, período de gozo de 07 à 21 de dezembro de 2015.

Art. 3º Período aquisitivo de 04/03/2015 à 03/03/2016, período de gozo de 22 de dezembro de 2015 à 05 de janeiro de 2016.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Alto Bela Vista/SC, em 04 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 147 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, MAIRA ZAHLE, ocupante do Cargo Efetivo de TELEFONISTA, no período de oito (8) dias, a contar da presente data, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Gabriel Manfro CRM SC 9018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município por oito (8) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 01 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS FMAS NOVEMBRO 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

PROCESSO Nº 22/2015 HOMOLOGAÇÃO: 17/11/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de 52 uniformes que serão utilizados pelos beneficiários do programa bolsa família, participantes do projeto de Dança da Assistência Social no curso de Capoeira, pago com recursos do IGD/PBF.

CONTRATADO: ZOOM INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTD

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.598,40 (três mil quinhentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

PROCESSO Nº 21/2015 HOMOLOGAÇÃO: 27/11/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de Material de Expediente para uso na APAE, de acordo com o repasse da Assistência Social, EADE.

CONTRATADO: PAPELARIA E BAZAR BOM JESUS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.656,84 (um mil seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos)

CONTRATADO: CLEBER TADEU BRIDI

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.708,50 (um mil setecentos e oito reais e cinquenta centavos)

Anchieta, 07/12/2015

ARI PRESTES DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS FMS NOVEMBRO 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

PROCESSO Nº 27/2015 HOMOLOGAÇÃO: 24/11/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de peças (guia válvula, bomba de agua, anéis, amortecedor, patilha de freio etc) e prestação de serviço para (plainar cabeçote, retificar válvulas limpeza de bico injetor etc) para manutenção veiculo Corsa Hatch MJH-8388 ANO MODELO 2011/2012 sendo que o mesmo apresenta problemas como perca de potencia consumo de agua excessivo, falta de feio e barulhos fortes ao passar por buracos, pago com recursos próprios.

CONTRATADO: E.DURIGON TRANSPORTES EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.416,98 (cinco mil quatrocentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos)

Anchieta, 07/12/2015

MAGLI ROSCETE - Gestora Do Fms

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 001/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada...: AUTO POSTO ANCHIETA LTDA

Valor : 9.999,90 (nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos)

Vigência : Início: 27/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2014

Recursos : Dotação: 2.101.3.3.90.00.00.00.00 (15)

Objeto : 1º Termo Aditivo ao CT 001/2015 Ref: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC.

Anchieta, 7 de Dezembro de 2015

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS HOSPITAL NOVEMBRO 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

PROCESSO Nº 14/2015 HOMOLOGAÇÃO: 27/11/2015

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa para o fornecimento de marmita nº.8 (feijão, arroz, carne, massas etc) para a alimentação de pacientes em observação por 24hrs e funcionários que trabalham mais de 12hrs em regime de plantão aos finais de semana, pelo período de até 12 (doze) apos a homologação

CONTRATADO: ELISANGELA APARECIDA DA SILVA 16577336881

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

PROCESSO Nº 15/2015 HOMOLOGAÇÃO: 30/11/2015

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

OBJETO: Aquisição de medicamento e material medico cirúrgico para ser utilizado nos pacientes atendidos pelo pronto atendimento e que necessitam ficar em observação por um período de 24h no Hospital Municipal Anchietaense.

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE

MEDICAMENTOS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.580,50 (nove mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta centavos)

Anchieta, 07/12/2015

RITA BRESSAN DE LIMA - Diretora Administrativa

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS PREFEITURA NOVEMBRO 2015

TOMADA DE PREÇO Nº 2/2015

PROCESSO Nº 76/2015 HOMOLOGAÇÃO: 20/11/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessária para "Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Drenagem Pluvial com área total de 9.032,66m2" e construção de uma ponte com 52,8m2, no Município de Anchieta/SC, conforme Convenio do Fundam Nº 2015TR001366 que celebram o Estado de Santa Catarina e o Município de Anchieta.

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 819.624,07 (oitocentos e dezenove mil seiscentos e vinte e quatro reais e sete centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015

PROCESSO Nº 75/2015 HOMOLOGAÇÃO: 20/11/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e moveis novos (Computador, Notebook, Impressora, DVD, Mesa de Som, Microfone, TV, Datashow etc.), para serem utilizados pelas escolas municipais do ensino Fundamental e Infantil da rede municipal de Educação, pago com recursos do Salario Educação e Superávit do Salario Educação.

CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.346,00 (quatro mil trezentos e quarenta e seis reais)

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.558,00 (dois mil quinhentos e cinquenta e oito reais)

CONTRATADO: MB CATARINENSE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.778,00 (um mil setecentos e setenta e oito reais)

CONTRATADO: JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.058,00 (sete mil e cinquenta e oito reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

CONTRATADO: KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.306,00 (um mil trezentos e seis reais)

CONTRATADO: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais)

=====

Anchieta, 07/12/2015

ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 002/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: ELOYR LUIZ SEGABINAZZI CASOTTI

Valor : 23.598,26 (vinte e três mil quinhentos e noventa e oito reais e vinte e seis centavos)

Vigência : Início: 04/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2014

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (176)

Objeto : 1º Termo Aditivo ao Contrato 002/2015, Ref: Aquisição de combustíveis para suprir as necessidades da secretaria de educação cultura e esporte do município de Anchieta/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 026/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAM-PONESA E DE

Valor : 3.969,60 (três mil novecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 04/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2015

Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (65)

Objeto : 2º Termo Aditivo ao Ctr. 026/2015 Ref: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 004/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 035/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME

Valor : 1.700,00 (um mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 20/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de equipamentos e moveis novos (Computador, Notebook, Impressora, DVD, Mesa de Som, Microfone, TV, Datashow etc.), para serem utilizados pelas escolas municipais do ensino Fundamental e Infantil da rede municipal de Educação, pago com recursos do Salario Educação e Superávit do Salario Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 036/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME

Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência : Início: 20/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de equipamentos e moveis novos (Computador, Notebook, Impressora, DVD, Mesa de Som, Microfone, TV, Datashow etc.), para serem utilizados pelas escolas municipais do ensino Fundamental e Infantil da rede municipal de Educação, pago com recursos do Salario Educação e Superávit do Salario Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 037/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Valor : 7.058,00 (sete mil e cinquenta e oito reais)

Vigência : Início: 20/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de equipamentos e moveis novos (Computador, Notebook, Impressora, DVD, Mesa de Som, Microfone, TV, Datashow etc.), para serem utilizados pelas escolas municipais do ensino Fundamental e Infantil da rede municipal de Educação, pago com recursos do Salario Educação e Superávit do Salario Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 038/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME

Valor : 1.306,00 (um mil trezentos e seis reais)

Vigência : Início: 20/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de equipamentos e moveis novos (Computador, Notebook, Impressora, DVD, Mesa de Som, Microfone, TV,

Datashow etc.), para serem utilizados pelas escolas municipais do ensino Fundamental e Infantil da rede municipal de Educação, pago com recursos do Salário Educação e Superávit do Salário Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 039/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada.: MB CATARINENSE LTDA - ME

Valor : 1.778,00 (um mil setecentos e setenta e oito reais)

Vigência : Início: 20/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de equipamentos e moveis novos (Computador, Notebook, Impressora, DVD, Mesa de Som, Microfone, TV, Datashow etc.), para serem utilizados pelas escolas municipais do ensino Fundamental e Infantil da rede municipal de Educação, pago com recursos do Salário Educação e Superávit do Salário Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 040/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada.: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME

Valor : 4.346,00 (quatro mil trezentos e quarenta e seis reais)

Vigência : Início: 20/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de equipamentos e moveis novos (Computador, Notebook, Impressora, DVD, Mesa de Som, Microfone, TV, Datashow etc.), para serem utilizados pelas escolas municipais do ensino Fundamental e Infantil da rede municipal de Educação, pago com recursos do Salário Educação e Superávit do Salário Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 041/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada.: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Valor : 2.558,00 (dois mil quinhentos e cinquenta e oito reais)

Vigência : Início: 20/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de equipamentos e moveis novos (Computador, Notebook, Impressora, DVD, Mesa de Som, Microfone, TV, Datashow etc.), para serem utilizados pelas escolas municipais do ensino Fundamental e Infantil da rede municipal de Educação, pago com recursos do Salário Educação e Superávit do Salário Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 042/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada.: GAIA RODOVIAS LTDA

Valor : 819.624,07 (oitocentos e dezenove mil seiscentos e vinte e

quatro reais e sete centavos)

Vigência : Início: 20/11/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com

fornecimento de material e mão de obra necessária para "Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Drenagem Pluvial com área total de 9.032,66m2" e construção de uma ponte com 52,8m2, no Município de Anchieta/SC, conforme Convenio do Fundam Nº 2015TR001366 que celebram o Estado de Santa Catarina e o Município de Anchieta.

Anchieta, 7 de Dezembro de 2015

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 097/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 097/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº 060/2015 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de segurança com instalação e manutenção, para os automóveis, Unidade Básica de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Antônio Carlos /SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 17 de dezembro 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:00 às 13:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 04 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 098/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 098/2015; Modalidade: Tomada de Preço nº 08/2015; Tipo: Empreitada Por Menor Preço Global; Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada, na reforma e ampliação da edificação, sede do corpo de bombeiros militar do município de Antônio Carlos/SC, localizada na Rua 6 de novembro, Centro, com recursos do Funrebom, com área de 185,10 m². Entrega dos envelopes e abertura: Dia 22 de dezembro de 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:00 às 13:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 04 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 174/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 174/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 090/2015 - Pregão Presencial nº 054/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: OLIVEIRA CULTIVO E COMÉRCIO DE GRAMAS LTDA - ME; Objeto: Contratação de empresa para locação de caminhão basculante 6x4 truck e escavadeira hidráulica, na prestação de serviços por hora a serem utilizados na manutenção e conservação das estradas vicinais, do

município, de Antônio Carlos/SC. Prazo: 30/11/2015 – 30/11/2016. Valor: Empresa vencedora do item 1 no valor de R\$ 69,50 (Sessenta e Nove Reais e Cinquenta Centavos, este totalizando R\$ 69.500,00 (Sessenta e Nove Mil e Quinhentos Reais).

Antônio Carlos, 04 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 175/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 175/2015; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 054/2015 – Processo Licitatório nº 090/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: RS SABIAZINHO EXTRAÇÃO LTDA ME; Objeto: Contratação de empresa para locação de caminhão basculante 6x4 truck e escavadeira hidráulica, na prestação de serviços por hora a serem utilizados na manutenção e conservação das estradas vicinais, do município, de Antônio Carlos /SC. Prazo: 30/11/2015 – 30/11/2016. Valor: Empresa vencedora do item 2 no valor de R\$ 138,00 (Cento e Trinta e Oito Reais), este, totalizando R\$138.000,00 (Cento e Trinta e Oito Mil Reais).

Antônio Carlos, 04 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 178/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 178/2015; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 056/2015 – Processo Licitatório nº 092/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de recuperação de pavimentação asfáltica (tapa buraco) e execução de lombadas em todas as vias públicas de pavimentação asfáltica do Município de Antônio Carlos/SC. Prazo: 02/12/2015 – 02/12/2016. Valor: Empresa vencedora do item 1, este, totalizando o valor de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais).

Antônio Carlos, 04 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 179/2015, 180/2015 E 181/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 179/2015; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 055/2015 – Processo Licitatório nº 091/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: BR IND. E COM. PRÉ MOLDADOS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de tubos de concreto para uso da secretaria de obras, transportes e serviços públicos, na

manutenção e reparo nas estradas vicinais do Município de Antônio Carlos S/C. Prazo: 03/12/2015 – 03/12/2016. Valor: Empresa vencedora do item 1, totalizando o valor de R\$ 16.000,00 (Desesseis Mil Reais).

Ata de Registro de Preço nº. 180/2015; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 055/2015 – Processo Licitatório nº 091/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CIMENBLOC INDÚSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de tubos de concreto para uso da secretaria de obras, transportes e serviços públicos, na manutenção e reparo nas estradas vicinais do Município de Antônio Carlos S/C. Prazo: 03/12/2015 – 03/12/2016. Valor: Empresa vencedora do item 5, totalizando o valor de R\$ 4.400,00 (Quatro Mil e Quatrocentos Reais).

Ata de Registro de Preço nº. 181/2015; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 055/2015 – Processo Licitatório nº 091/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CC ARTEFATOS DE CONCRETOS LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de tubos de concreto para uso da secretaria de obras, transportes e serviços públicos, na manutenção e reparo nas estradas vicinais do Município de Antônio Carlos S/C. Prazo: 03/12/2015 – 03/12/2016. Valor: Empresa vencedora dos itens: 2,3,4,6,7 e 8 totalizando o valor de R\$ 56.830,00 (Cinquenta e Seis Mil e Oitocentos e Trinta Reais).

Antônio Carlos, 04 de dezembro de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI LEGISLATIVA 202/2015

LEI LEGISLATIVA Nº 202/2015

Denomina "RUA PEDRO BESEN" e dá outras providências.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA PEDRO BESEN, o logradouro com início no lado ímpar da Rua São Francisco de Assis, com 280,00 (duzentos e oitenta) metros de extensão e 8,00 (oito) metros de largura, na Localidade Guiomar de Dentro, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 27 de outubro de 2015.
ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT
Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, no dia 29 de outubro de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

LEI LEGISLATIVA 206/2015

LEI LEGISLATIVA Nº 206/2015

Denomina "RUA BLÁSIO GUESSER" e dá outras providências.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA BLASIO GUESSER, o logradouro com início no lado par da Rua Nilton Olegário Schmitz (coordenadas 27°30'05.36"S e 48°46'42.83"O), tendo 1.700,00 (mil e setecentos) metros de extensão, até a Rua São Francisco de Assis (coordenadas 27°30'02.96"S e 48°46'42.83"O) e 8,00 (oito) metros de largura, na Localidade de Guiomar neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 27 de outubro de 2015.
ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT
Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, no dia 29 de outubro de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

ANEXO I
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO RUA BLASIO GUESSER

Arabutã

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 49/2015

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2015.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preços de medalhas e troféus para premiação de equipes e atletas nos diversos eventos promovidos pela Diretoria de Esportes, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo ao Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 08h do dia 21 de dezembro de 2015, sendo que na mesma data, às 08h30 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br. Arabutã/SC, 04 de dezembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 50/2015

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2015.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preços para prestação de serviços de arbitragem, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo I. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 08h do dia 22 de dezembro de 2015, sendo que na mesma data, às 08h30 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br. Arabutã/SC, 04 de dezembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2787, de 16/11/2015

DECRETO Nº 2787, de 16 de Novembro de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 901,80, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013806	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ
Valor: (901,80)	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013806	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ
Valor: (901,80)	

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 16 de Novembro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em, 16 de Novembro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2789, de 27/11/2015

DECRETO Nº 2789, de 27 de Novembro de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar Por Provável Excesso de Arrecadação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014 e Lei N.º 1431, de 27 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 700.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.1005	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DO ENSINO INFANTI
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00018100	Oper. Créd. Interna p/Educação Básica
	Valor: (700.000,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do provável excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 27 de Novembro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em, 27 de Novembro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2790, de 27/11/2015

DECRETO Nº 2790, de 27 de Novembro de 2015.

Institui o Regulamento Para Realização de Processo Seletivo Simplificado no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, com fundamento na Lei 1053 de 23 de março de 2007 e,

CONSIDERANDO que a contratação por tempo determinado pela Administração Pública deve ocorrer apenas em situações de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público de Santa Catarina proveniente do Inquérito Civil nº 06.2010.00006645-3, e

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de regulamentar a realização do Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária e de excepcional interesse público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Regulamento para a realização de Processo Seletivo Simplificado para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público nos órgãos do Poder Executivo, para a contratação de pessoal por tempo determinado no Serviço Público Municipal de Ascurra, estabelecido na forma anexa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 2535, de 30 de outubro de 2013.

Município de Ascurra, em 27 de novembro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito de Ascurra/SC.

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar.

Município de Ascurra/SC, 27 de novembro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores e ou empregados por tempo determinado, nas hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público no

Município de Ascurra.

Art. 2º - O Processo Seletivo Simplificado terá validade de até 01 (um) ano, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, atendendo o interesse público.

Parágrafo Único – O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado deverá constar do instrumento convocatório (Edital), e sua eventual prorrogação se dará por meio de decreto.

Art. 3º - O Processo Seletivo Simplificado será de provas (escritas e/ou práticas), ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, desde que expressamente previsto no Edital, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

DOS EDITAIS

Art. 4º - Observar-se-ão, na realização dos Processos Seletivos Simplificados as seguintes normas:

I – a abertura de Processo Seletivo Simplificado se dará por edital publicado no Órgão Oficial (DOM – Diário Oficial dos Municípios) e no site do Município com antecedência mínima de quinze (15) dias, de que constem:

a - O número de vagas oferecidas ou CR (Cadastro de Reserva) , denominação dos cargos e respectivos vencimentos;

b - O tipo de Processo Seletivo Simplificado, se de provas (escritas e/ou práticas), ou de provas e títulos;

c – Os títulos exigidos;

d – As condições para inscrição e provimento do cargo;

e – tipo, natureza e programa das provas;

f – A forma de julgamento das provas e dos títulos;

g – Os limites de pontos atribuídos a cada prova e aos títulos;

h – Os critérios e níveis de habilitação e classificação;

i – Os critérios de desempate;

j – O prazo, de inscrição;

k – a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;

l – a época da:

1 – realização das provas constando o dia, hora e local;

2 – publicação nominal das inscrições homologadas com o número de inscrição;

3 – publicação dos aprovados por ordem de classificação, número de inscrição e nome do candidato;

4 – apresentação das vagas, constando o dia, horário e local quando for o caso;

5 – o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, que não excederá a 01 (um) ano, a contar de sua homologação, prorrogável por igual período.

6 – O limite de idade para inscrição no Processo Seletivo Simplificado será no mínimo de 18 anos.

DOS CANDIDATOS

Art. 6º - São requisitos básicos para ingresso no Serviço Público Municipal:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho;

V - Idade mínima de 18 (dezoito) anos, podendo-se estabelecer idades máximas, nas condições estabelecidas no Edital.

VI - aptidão física e mental.

Parágrafo Único - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Art. 7º - As limitações de idade, de sexo, e os requisitos exigidos para o cargo em particular serão estabelecidos em função da natureza dos mesmos e das disposições legais e regulamentares que disciplinam o assunto.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º - As inscrições dos candidatos serão efetuadas no local, horário e dentro dos prazos fixados no Edital do Processo Seletivo Simplificado.

Parágrafo Único - Cada candidato poderá se inscrever somente para um cargo em cada Processo Seletivo Simplificado, e as provas serão realizadas simultaneamente para todos os cargos.

Art. 9º - No ato da inscrição, o candidato receberá um cartão de identificação, sem a apresentação do qual não lhe será permitido fazer as provas.

Art. 10 – As inscrições deverão ser efetuadas pela internet ou no local com endereço a ser fornecido no Edital do Processo Seletivo Simplificado.

§ 1º - em caso das inscrições serem efetuadas pela internet, será disponibilizado pelo município um local com terminal e internet para os

candidatos que tenham dificuldades ou não a possua, como também, um profissional habilitado, para auxiliar no processo de inscrição.

§ 2º - O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas na ficha de inscrição.

§ 3º - O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas no Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e que o fato seja constatado posteriormente.

§4º - Os requisitos relativos à escolaridade e/ou curso técnico, a inscrição na entidade profissional competente (Conselho Regional) e os demais requisitos ou habilitações exigidas, deverão ser comprovados no ato da posse, sob pena de revogação do ato da contratação e desclassificação do candidato, além da convocação do sucessor imediato na ordem de classificação, para assunção da vaga.

Art. 11 - O valor da inscrição para a participação no Processo Seletivo Simplificado que trata este Decreto será fixado no respectivo Edital.

Parágrafo único: O valor da inscrição poderá ser dispensado nos casos em que a seleção se limitar a análise de currículo.

DA COMISSÃO ESPECIAL

Art. 12 - – Para coordenar todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de no mínimo cinco (5) servidores municipais que, entre si escolherão o respectivo Presidente.

§ 1º - A Comissão Especial, mediante autorização do Chefe de Poder, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração das provas.

DAS PROVAS E TÍTULOS

Art. 13 - As provas poderão ser escritas e ou testes práticos, e ainda provas de títulos, dependendo da especificidade de cada cargo.

§ 1º - O teste prático deverá ser realizado para os cargos que exijam conhecimento específico em determinada área de atuação, com atividades pertinentes a sua função.

Art. 14 - As provas serão realizadas em dia, hora e local conforme previsão estabelecida no Edital.

Parágrafo Único - Os candidatos deverão estar no local, com antecedência mínima de trinta (30) minutos, portando obrigatoriamente o original da Carteira de Identidade, Cartão de Identificação e caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, se for o caso.

Art. 15 - Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

Art. 16 - Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do Processo Seletivo Simplificado:

- I – comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como não será permitida consulta de qualquer natureza, como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.
- II – ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia de fiscal.

Art. 17 - O local de prova será fiscalizado por elementos designados pela Comissão Especial, vedado o ingresso de pessoas estranhas.

Art. 18 - Nos Processos Seletivos Simplificados poderão ser considerados como títulos:

- a) frequência e conclusão de cursos, segundo a natureza e as exigências do cargo do concurso;
- b) experiência de trabalho;
- c) Artigos Publicados.

§ 1º - Os títulos deverão ser comprovados e ter direta relação com as atribuições do cargo em concurso.

§ 2º - Serão considerados títulos a participação do candidato em cursos de aperfeiçoamento (devidamente comprovados com certificados reconhecidos) na área afim ou de atuação do cargo ao qual pretende se inscrever, não podendo ter sido realizado a mais de cinco anos do último prazo para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

§ 3º - A contagem dos títulos se for o caso, será realizada em uma única etapa para cada cargo, no momento da homologação das inscrições, mediante comprovantes válidos juntados pelo candidato no ato de sua inscrição.

Art. 19 - Será considerado habilitado o candidato que:

- I – Obtiver a nota mínima de 03 (três) em cada prova;
- II – Obtiver média ponderada igual ou superior a 04 (quatro) no conjunto das provas.

§ 1º - As notas atribuídas às provas e os pontos atribuídos aos títulos, bem como a nota final, serão aproximados até décimos arredondados para um décimo das frações iguais ou superiores a cinco centésimos e desprezadas as inferiores.

§ 2º - Classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente das médias ponderadas obtidas no conjunto.

DA PUBLICAÇÃO, REVISÃO E RESULTADO FINAL

Art. 20 - Terminadas as avaliações das provas e dos títulos, serão divulgadas as notas por prova e a média final de cada candidato.

Art. 21 - No prazo de 03 (três) dias a contar da publicação referida no artigo anterior, o candidato poderá requerer revisão fundamentada

da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos títulos.

Art. 22 - Feita a revisão, será publicado com todas as eventuais alterações, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado.

Parágrafo Único – O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até 03 (três) dias após a publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 23 - Compete ao Chefe de Poder, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da publicação do resultado final, a homologação do processo seletivo simplificado, à vista do relatório apresentado pela Comissão Especial.

Art. 24 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

§ 1º - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior nota final na Prova Prática.
- b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- c) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- d) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- e) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- f) Maior idade.

§ 2º - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita ou prática, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

DOS RECURSOS E REVISÕES

Art. 25 - Da classificação preliminar dos candidatos e do gabarito oficial é cabível recurso endereçado à Comissão, uma única vez, no prazo comum de 02 (dois) dias.

§ 1º - O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.

§ 2º - Será possibilitada vista da prova e análise dos títulos que integram os currículos, na presença da Comissão, permitindo-se anotações.

§ 3º - No prazo de 02 (dois) dias a Comissão, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar com a nota corrigida.

§ 4º - Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de 01 (um) dia, cuja decisão deverá ser motivada.

§ 5º - Feita a revisão será publicado, com todas as eventuais alterações, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - A Comissão Especial poderá, a seu critério e justificadamente, antes da homologação final, suspender, alterar, anular ou cancelar o Processo Seletivo Simplificado, não assistindo aos candidatos o direito à indenização.

Art. 27 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Especial, mediante resolução.

Município de Ascurra em, 27 de novembro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito de Ascurra/SC.

Publicado o presente regulamento nos ternos da legislação vigente.

Município de Ascurra/SC, 27 de novembro de 2015..

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

EXTRATO 1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 97/2015

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 97/2015

Contratante: Município de Ascurra

CNPJ n. 83.102.772/0001-61

Contratada: SDR Empreiteira Ltda - ME

CNPJ n. 17.237.856/0001-88

Carta Convite n. 34/2015

Objeto: Execução de muro em bloco de cimento na Escola Municipal Tenente Coronel Amaro Medeiros de Vasconcelos.

Aditivo: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato administrativo 97/2015 até o dia 30/12/2015, em razão das contínuas chuvas

impossibilitarem a execução completa da obra.
Moacir Polidoro - Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 166/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 166, de 26 de Novembro de 2015.

Altera o disposto nos artigos 8 e 11 da Lei Complementar 127, de 21 de maio de 2012 (Código Sanitário Municipal).

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 8º da Lei Complementar 127 de 21 de maio de 2012 passa a ter a seguinte redação:

Art. 8º - Os técnicos e fiscais efetivos de vigilância sanitária lotados na Secretaria Municipal de Saúde Pública, devidamente capacitados e credenciados pela Diretoria de Vigilância Sanitária Municipal ou, na falta desta, pela Secretaria de Saúde do Município ou, ainda, na impossibilidade desta, pela Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, tem competência, no âmbito de suas atribuições, para exercerem as funções de vigilância e fiscalização sanitária.

Parágrafo único - A emissão das credenciais necessárias a realização das funções de vigilância e fiscalização sanitária será realizada com base na Lei Municipal 1.190, de 30 de setembro de 2010. EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Art. 2º - O artigo 11º da Lei Complementar 127 de 21 de maio de 2012 passa a ter a seguinte redação:

Art. 11 - Nenhuma autoridade sanitária poderá exercer as atribuições do seu cargo sem possuir a credencial de identificação fiscal, fornecida pela Diretoria de Vigilância Sanitária Municipal ou, na falta desta, pela Secretaria de Saúde do Município ou, ainda, na impossibilidade desta, pela Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual". EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015

Concorrência Publica: 2/2015

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Publica: 2/2015, conforme segue CONCESSÃO DE USO DO quiosque construído nas dependências da PRAÇA CENTRAL, situado no CENTRO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA CONFORME DECRETO Nº 047/2001. Julgamento: Maior Preço por Item. Abertura dia 22 de janeiro de 2016 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, no horário normal de expediente. Atalanta, 30 de novembro de 2015.

TARCISIO POLASTRI – Prefeito Municipal

LEI Nº 1454/2015

LEI Nº 1454/2015

“AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A CONCEDER ABONO SALARIAL AOS SEUS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal, do Município de Atalanta, autorizado a conceder abono salarial no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) aos servidores da Câmara de Vereadores, excetuando-se os cargos em Comissão e Agentes Políticos.

Parágrafo Único - O abono salarial de que trata o caput deste artigo será em parcela única a ser incluído na folha de pagamento do mês de dezembro de 2015.

Art. 2º - O valor pago a título de abono salarial de que trata a presente Lei, não servirá de base de cálculo para nenhuma vantagem ou gratificação adicional, também não se incorporando ao salário base, pagos a qualquer título.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento do Exercício de 2015, sob a rubrica:

Projeto Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Item de Despesa: 31.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de Recurso: 080 – Recursos Ordinários

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1.095/2009 de 15 de abril de 2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 04 de dezembro de 2015.

TARCÍSIO EDEGAR HILHESHEIM

Prefeito Municipal em Exercício

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 405/2015

PORTARIA N.º 405/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de CHEFE DE TRÂNSITO, com as atribuições a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Senhor CELSO SEVERINO, brasileiro, maior, portador do CPF 678.805.259-04, e inscrito na CI nº. 1483807 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 01 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Balneário Rincão

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 003/ 2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 003/ 2015

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público para Provimento de Cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Balneário Rincão, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

1. SÃO REQUISITOS PARA INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

- 1.1) Estar devidamente aprovado no concurso público e classificado dentro das vagas estabelecidas no Edital de Concurso n. 001/2015;
- 1.2) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º, Art. 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;
- 1.3) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- 1.4) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares (esta última para candidatos do sexo masculino);
- 1.5) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- 1.6) Possuir habilitação para o cargo pretendido, conforme o disposto na tabela de cargos, na data da posse;
- 1.7) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal;
- 1.8) Candidatos com deficiência – conforme Edital.

2. DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

2.1. O candidato relacionado no Anexo I do presente Edital, deverá comparecer na Secretaria Municipal de Educação de Balneário Rincão, sito à Av. Leoberto Leal, s/n – Centro – Balneário Rincão – SC, no dia 18 de dezembro de 2015, impreterivelmente às 08h para a assinatura do Termo de Interesse e escolha da vaga. (Anexo IV)

2.2. O não comparecimento do candidato implicará a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

2.3. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio (Anexo V), solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação, a disponibilidade de vaga, a validade do Concurso para o novo chamamento uma só vez.

2.4. O prazo de validade do Concurso será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por uma vez e igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão.

3. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

3.1. Os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, na Secretaria Municipal de Educação de Balneário Rincão, sito à Av. Leoberto Leal, s/n – Centro – Balneário Rincão – SC, no dia 06/01/2016, nos horários das 8h às 12h e das 13 às 17h.

3.2. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Item 3.3 implicará a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

3.3. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A POSSE

- 3.3.1) 01 (uma) Foto 3x4;
- 3.3.2) Carteira de Trabalho – CTPS
- 3.3.3) Cópia do Pis/Pasep;
- 3.3.4) CPF
- 3.3.5) Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada
- 3.3.6) Título de Eleitor;
- 3.3.7) Comprovante de quitação eleitoral/ declaração da Justiça Eleitoral;
- 3.3.8) Certidão de casamento ou nascimento se for solteiro;
- 3.3.9) Certidão de nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos;
- 3.3.10) Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- 3.3.11) Certificado de reservista para os homens;
- 3.3.12) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
- 3.3.13) Comprovante de Residência atual;
- 3.3.14) Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional.

- 3.3.15) Declaração/Relação de Bens assinada (Anexo II), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
3.3.16) Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública (Anexo III);
3.3.17) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício na Administração Pública (Anexo VI).
3.3.18) Atestado de aptidão física e mental.

4. DA AVALIAÇÃO MÉDICA

- 4.1. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:
4.2. Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer à Unidade de Saúde, em local, data e horário a ser informado quando da assinatura do termo de interesse de vaga, para apresentação dos exames e submissão à referida avaliação;
4.3. A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
4.4. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

5. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

- 5.1. A publicação dos atos de nomeação se dará na data de 11/01/2016, no mural do município, site oficial e jornal de circulação regional, e será termo inicial necessário para que seja dada posteriormente a posse do candidato.

6. DA POSSE

- 6.1. Cumpridas às exigências constantes neste Edital o candidato convocado deverá tomar posse no dia 04/02/2016 às 9h no Gabinete do Prefeito Municipal, sito a Rua Leoberto Leal.

- 6.2. A posse se dará perante o Prefeito, ou na ausência deste pelo Secretário Municipal de Administração.

Balneário Rincão (SC), 04 de dezembro de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2015

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 01/2015

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL			
INS	NOME	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8400136	ANA PAULA CASCAES SILVANO MELLER	APROVADO	1
8401257	MARIA HELENA VIEIRA	APROVADO	2
8400445	MARGARETE GARCIAS SILVESTRE	APROVADO	3
8401643	ENEARA MONTEGUTTI SILVEIRA	APROVADO	4
8401791	BEATRIZ FERNANDES PEDRO ALVES	APROVADO	5
8400168	BRUNA DA SILVA ALESSIO	APROVADO	6
8400708	MARILEIA DE MELLO	APROVADO	7
8400273	KARINA DE SOUZA	APROVADO	8
8401726	JANAINA ALVES DA LUZ	APROVADO	9
8401594	MARIA LUCIA CAMPOS CASTELLAN	APROVADO	10
8401678	ROZANGELA SILVEIRA	APROVADO	11
8400079	TATIANE PATRICIA DA LUZ	APROVADO	12
8400187	ALINE BORGES BISPO	APROVADO	13
8400134	ANDREA GUESSI CUSTODIO	APROVADO	14
8401135	REGIANI RECK DAVID	APROVADO	15

8400121	MARIA KARINA DOS REIS	APROVADO	16
8400956	JULIANA DE OLIVEIRA ZACCARON	APROVADO	17
8401389	DILCE GOMES SARTURI	APROVADO	18
8401333	THAIRINI TEIXEIRA FERNANDES	APROVADO	19
8400954	MARILIA DE OLIVEIRA ZACCARON	APROVADO	20

PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

INS	NOME	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8400966	ELIANE BOCIANOSKI	APROVADO	1
8401813	PRISCILA LUCIANO FERNANDES VALERIO	APROVADO	2
8400383	MARIA SALETE GONCALVES MAZUCO	APROVADO	3
8401179	ANDREA ROSSDEUTSCHER TCATCH	APROVADO	4
8400106	ANA CARLA JOAQUIM LIMA	APROVADO	5
8400836	ALBERTINA DE MEDEIROS ZEFERINO GRUNOW	APROVADO	6
8400648	JUCELIA MELO CARDOSO	APROVADO	7
8400696	CHAIANE MAXIMANO	APROVADO	8
8401409	ANDREIA CARLA STAKOWSKI DE SOUZA BORGES	APROVADO	9
8400111	TAIZE CARDOSO TORRES	APROVADO	10
8400851	DORIZETE CASAGRANDE FERNANDES	APROVADO	11
8401416	ROSANE RIBEIRO GOULART	APROVADO	12
8401524	ADRIANA PEDRO ESTACIO MAFFEI	APROVADO	13
8401251	AMANDA PATRICIO EZIQUIEL	APROVADO	14
8401725	ELEN MARCELINO JAQUES	APROVADO	15
8401576	KATE FABRE LOCATELLI	APROVADO	16
8401769	SUELEN DOS SANTOS	APROVADO	17
8401742	JESSICA KAROLINE BERNARDI	APROVADO	18
8400872	BARBARA TAVARES DAGOSTIN	APROVADO	19
8401902	JOSEANNY DE NAZARE PINHEIRO	APROVADO	20
8401278	DAIANE RAQUEL DOS SANTOS PEREIRA	APROVADO	21
8400109	ROSILANE PEDRO EZIQUIEL	APROVADO	22

NUTRICIONISTA

INS	NOME	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8400560	JOSI RAQUEL HEINEN	APROVADO	1

PROFESSOR III - ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES

INS	NOME	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8400224	ANA PAULA NAZARIO MARIOTTO	APROVADO	1

8400161	VAGNER DA SILVA BARROS	APROVADO	2
8401602	MARIA HELENA BORTOLUZZI CANTEIRO	APROVADO	3
8401160	JULIANA MIZIESKI MENDES	APROVADO	4

PROFESSOR III - ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA

INS	NOME	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8400597	ROBERTA MITCHELA BEZ BIROLO LOPES	APROVADO	1
8401851	TAMIRES DE MEDEIROS	APROVADO	2
8401561	FERNANDO FARIAS TOPANOTTI	APROVADO	3
8400306	ALINE DE BEM DE CARVALHO	APROVADO	4
8400443	FRANCIELLY PAGNAN	APROVADO	5
8400037	GREICE DOS SANTOS SILVEIRA	APROVADO	6
8401288	EDUARDO DALMOLIN ZACCARON	APROVADO	7

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR/ÔNIBUS

INS	NOME	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8401503	RAFAEL ROQUE ANTONIO	APROVADO	1
8400156	EVERTON RODRIGUES LEAL	APROVADO	2
8401299	EDER GERALDO RODOLFO	APROVADO	3

PROFESSOR III - ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS

INS	NOME	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8400371	RICARDO TEIXEIRA CANARIN	APROVADO	1

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:
() Não possuo bens a declarar () Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa

Endereço: _____

Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Apartamento

Endereço: _____

Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Terreno

Endereço: _____

Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Veículo

Tipo _____ Ano _____ Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual _____

Outros: _____

Fontes de renda _____

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

ANEXO III

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins, de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o número ... _____
Frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de... _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO V

TERMO DE DESISTÊNCIA DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o número ... _____
Frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, confirmo que não tenho interesse de tomar posse no Cargo de... _____, nos termos da legislação municipal em vigor e conforme edital.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO VI

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo público, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

RESOLUÇÃO Nº 011/2015

RESOLUÇÃO Nº 011/2015

Dispõe sobre a apreciação e aprovação das famílias selecionadas no Programa Cohab Cidadã.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 03 de Dezembro de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 30, de Agosto de 2013, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Balneário Rincão – CMAS, e

CONSIDERANDO o Decreto nº 54 de 07 de Outubro de 2013, onde este Conselho responde pela Política Municipal de Habitação.
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a listagem das famílias selecionadas para o Programa Cohab Cidadã, financiado pela COHAB de Santa Catarina para concessão de materiais de construção para reforma ou ampliação.

Art. 2º as famílias receberão a concessão dos materiais de construção, a Mão de obra será articulada pela família e haverá comprometimento formal em executar a obra conforme as orientações do engenheiro.

Parágrafo Único - Cada família poderá receber o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em materiais de construção.

Balneário Rincão, 03 de Dezembro de 2015.

Osana de Oliveira Gonçalves

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

EXTRATO DE ADITIVOS 11/2015

EXTRATO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 024/SAMAE/2015; RTM TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLE ME, OBJETO: Termo Aditivo ACRÉSCIMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ao contrato que tem por objeto a contratação de serviços de recomposição de lajotas, com fornecimento de material para o Samae de Balneário Rincão,. ASSINATURA: 01/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Marcos Ferreira Bortolon

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 045/SAMAE/2015; RJ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, OBJETO a prorrogação do prazo de entrega do Contrato Nº. 045/SAMAE/2015, que prevê o termino em 24/11/2015, para o dia 31/12/2015, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pelo engenheiro responsável e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 14/11//2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr HERNANE CRUZ MACHADO

Barra Velha

PREFEITURA

21º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012

21º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012
1ª fase e 2ª fase - Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, a 21ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos da 1ª e 2ª fase, do Concurso Público, conforme item 9.2, do Edital nº. 01/2012, para os seguintes cargos:

PREFEITURA

Nível Superior

Contador

Assistente Social

Nível Superior na Área de Saúde

Enfermeiro

Farmacêutico

Odontólogo

Psicólogo

Nível Médio Técnico

Técnico em Radiologia

Nível Médio

Agente Administrativo

Nível Fundamental

Auxiliar Administrativo

Motorista de Ambulância

EDUCAÇÃO

Nível Superior na área de Saúde

Equipe Multidisciplinar

Psicólogo

Nível Superior na Área Pedagógica

Professor de Matemática

Nível Médio

Professor de Educação Infantil

Nível Médio

Equipe Setorial Técnica Administrativa

Agente Administrativo

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no item 6.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;

f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

g) Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

h) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;

j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net);

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

l) Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.

n) Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net);

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames (com prazo máximo de 60 dias):

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,
- glicemia de jejum,
- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA,
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescentado o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescentados eletrocardiograma com laudo médico (com prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescentados Colesterol Total e Triglicerídeos (com prazo máximo de 30 dias).

2.4 Para os candidatos de ambos os sexos aos cargos de professores de educação física e cargos com função de Cozinheira, Zelador, Pedreiro, Carpinteiro, Eletricista, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Operador de Máquinas, Mecânico, Soldador, Vigia, Coveiro, Calceteiro, Roçador, Padeiro serão acrescentados exames radiológicos da coluna lombo-sacra e bacia (com prazo máximo de 30 dias).

2.5 Para os candidatos, de ambos sexos, aprovados para os cargos de Professor, serão acrescentados os seguintes exames:

- Laringoscopia indireta com laudo descritivo ou videolaringoscopia,
- Exame audiométrico;
- Exames de Sangue (RAST) para detecção de alergias:
- IGE Total,
- HX2 (ácaro, pó domiciliar);
- NX2 (fungus e leveduras),

2.6 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício (2014);

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. DO LOCAL E DATA DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 6.1, deverão se apresentar nos dias 07 e 08 de janeiro de 2016, no horário das 14h às 17h, na Secretaria de Administração e Finanças, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

6. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

6.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

DIA 07 DE JANEIRO DE 2016, DAS 14H ÀS 17H

PREFEITURA

Nível Superior

Contador

8º Thassia Borges

9º Gabriel Da Silva Martins

Assistente Social

11º Rosana Da Silva Neves

12º Mirele Aparecida Muniz Pereira

Nível Superior na Área de Saúde
Enfermeiro

24º Fernanda Pereira Botega

25º Charlene Deitos De Borba

26º Guilherme Marçal Freitag

27º Neila Passos De Mendonça Waldrigues

28º Camila Dias Baratz Brambilla

29º Isa Hermann

30º Gisele De Bem Teixeira De Oliveira

Farmacêutico

3º Sheronn Fernanda Giuradelli

Odontólogo

2º Juliana Soeth

Psicólogo

9º Aline Cristina Ferracioli

10º Claudia De Borba

Nível Médio Técnico

Técnico em Radiologia

7º Geferson Souza Luz

Nível Médio

Agente Administrativo

37º Gilmar Dias Da Fonseca Junior

38º Bruna Laís Linzmeyer Giese

39º Rodolfo Gabriel Pabst

40º Jonatas Koepp Ribeiro

41º Gabriel Dos Santos

42º Rosangela Regina Lother Cardoso

43º Emerson Ivan Favero Haus

44º Rafael Michereff

45º Carla Barella Do Prado

Nível Fundamental

Auxiliar Administrativo

30º Bruna Longo

31º Raquel Ferreira Tureck

32º Tatiane Estácio De Paula

33º Katiane Eccher

34º Igor Tchepurnoy Machado De Carvalho

35º Talita Finardi

36º Aline Quelbia Da Silva Sousa Wilk

37º Nayara Aparecida De Oliveira

38º Orlando Bastos

39º Telma Almeida Sossela

40º Silmara Fernandes Dos Santos

41º Rosanjela Aparecida Pereira Misva

42º Jean Barboza

43º Carolina Maria De Almeida

44º Gabriela Plathow De Salves

Motorista de Ambulância

8º Cleiton Monn

DIA 08 DE JANEIRO DE 2016, DAS 14H ÀS 17H

EDUCAÇÃO

Nível Superior na área de Saúde

Equipe Multidisciplinar

Psicólogo

11º Marilú Glasenapp Corrêa Ferreira

Nível Superior na Área Pedagógica

Professor de Matemática
9º Silvia Regina Vavassori

Nível Médio
Professor de Educação Infantil
145º Simone Carla Dgevieski
146º Marina Bittencourt
143º Simoni Lopes de Souza
Nível Médio
Equipe Setorial Técnica Administrativa
Agente Administrativo
45º Francis Christoffer Franke Do Prado
46º Silvia Regina Vavassori
47º Leila Cristiane De Lima
48º Elton Kelvin Schmeier
49º Stela Luzimari Pereira
50º Eliana Silmara Kugler Hentzschler

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1 e 2. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

7.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.barravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

7.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

7.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 01/2012, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

7.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim, assessorados pela Consulplan.

7.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pelo Município de Barra Velha, na 1º e 2ª fase, do Concurso Público previsto no Edital 01/2012, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

7.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 03 de dezembro de 2.015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Secretário Mun. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 928, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 928, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato MARIO CESAR LEAL para o cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, Nível 10.1, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio – SEPLAN.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 04 de dezembro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 74/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 74/2015

DATA: 03/12/2015 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE BUEIROS E DA REDE DE ESGOTOS DO MUNICÍPIO.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 000074/2015, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA, nomeados pela Portaria nº 157/2015. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas: COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA – EPP, CNPJ nº 79.374.005/0001-34, representada pelo Sr. RENE GILBERTO ZONTA, Rg nº 1.486.145-3 e CPF nº 487.892.089-00; CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, CNPJ nº 00.649.903/0001-06, representada pelo Sr. ELENÍ CLARA TAMANINI, Rg nº 5.498.816-0 e CPF nº 065.547.809-47; DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME, CNPJ nº 81.833.410/0001-15, representada pelo Sr. ROSANE GRAMKOW RADDATZ, Rg nº 2.798.951-8 e CPF nº 937.622.679-87 e PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP, CNPJ nº 00.556.052/0001-49, representada pelo Sr. FABIAN SILVEIRA DE MORAES, Rg nº 2.619.311 e CPF nº 757.874.589-15. As empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do edital, credenciando seus representantes legais conforme acima citado. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. Todas as licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços apresentados pelas empresas, os mesmos também foram disponibilizados a todos os presentes para serem rubricados. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema.

Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, todas foram consideradas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme Anexo desta ATA.

Ato contínuo abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em Anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas nos seus respectivos itens vencidos. Os documentos de

habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS, e portanto foram DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro abre espaço aos credenciados presentes para manifestação. Não houve manifestação e os licitantes desistem, portanto, ao prazo recursal. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente Ata. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 03/12/2015, às 09:28 horas.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	ROSE C. L. MENGARDA Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
-------------------------	--	-------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA – EPP

CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME

PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP,

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 75/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 75/2015

DATA: 04/12/2015 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA UTILIZAÇÃO NO REPARO DE PONTILHÕES DE MADEIRA E REDE DE ESGOTOS

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 75/2015, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA, nomeados pela Portaria nº 157/2015. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas: MADEIREIRA RIBEIRAO PRETO LTDA ME, CNPJ nº 85.145.571/0001-77, representada pelo Sr. BERTOLDO WOLLERT, Rg nº 3/R 2.029.044 e CPF nº 196.753.139-00 e CLOVIS ANDRE ROEDER – ME, CNPJ nº 21.787.889/0001-79, representada pelo Sr. CLOVIS ANDRE ROEDER, Rg nº 4.787.245 e CPF nº 075.034.449-08. As empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do

edital, credenciando seus representantes legais conforme acima citado. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. As licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços apresentados pelas empresas, os mesmos também foram disponibilizados a todos os presentes para serem rubricados. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema.

Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, todas foram consideradas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme Anexo desta ATA.

Ato contínuo abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em Anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada nos seus respectivos itens vencidos. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante melhor colocada esta HABILITADA, e portanto foi DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro abre espaço aos credenciados presentes para manifestação. Em seguida lavrou-se a presente Ata. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 04/12/2015, às 09h25m.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	ROSE C. L. MENGARDA Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
-------------------------	--	-------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

MADEIREIRA RIBEIRAO PRETO LTDA ME

CLOVIS ANDRE ROEDER - ME

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 223/2015

DECRETO Nº 223/2015 DE: 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 9.074,20 (Nove mil, setenta e quatro reais e vinte centavos) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado em fonte de recurso:

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.04.122.0002.2013	Amortização do Déficit Atuarial do RPPS	9.074,20
3.1.91.00/0.3.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	9.074,20

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 224/2015

DECRETO Nº 224/2015 DE: 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 5.365,54 (Cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.1.03.000000. A dotação abaixo relacionada:

02. PROCURADORIA GERAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0202.04.122.0002.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	5.365,54
3.1.90.00/0.1.03.000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.365,54

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 3263/2015

PORTARIA nº 3263 de 04 d dezembro de 2015

Torna sem efeito a Portaria nº 2828/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2828 de 20 de novembro de 2015, que prorrogava o tempo de contratação do servidor Marcelo dos Santos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3264/2015

PORTARIA nº 3264 de 04 d dezembro de 2015

Torna sem efeito a Portaria nº 2831/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2831 de 20 de novembro de 2015, que prorrogava o tempo de contratação do servidor Luciane Beatriz Claudino Garzo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3265/2015

PORTARIA nº 3265 de 04 de dezembro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Alessandro Garbelotto, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Superintendente de Saúde, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Integração Regional, a partir de 01/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3266/2015

PORTARIA nº 3266 de 04 de dezembro de 2015

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Alessandro Garbelotto, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor da UPA, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3267/2015

PORTARIA nº 3267 de 04 de dezembro de 2015

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Nacet Tomaz de Souza, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Saúde, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.203/2015

LEI Nº 8.203, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE LUTA CONTRA AS HEPATITES VIRAIS", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal de Luta Contra as Hepatites Virais, a ser realizada, anualmente, na última semana de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.204/2015

LEI Nº 8.204, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

DENOMINA DE "ERNO OTTO", PONTE LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Erno Otto, a ponte de concreto, em construção, localizada na Rua Rio Bonito, sobre o Ribeirão Itoupava, no Bairro Itoupava Central.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.205/2015

LEI Nº 8.205, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO CASA DE ACO-
LHIDA SÃO FELIPE NERI".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É declarada de utilidade pública, a Associação Casa

de Acolhida São Felipe Neri – Casa São Felipe Neri, CNPJ nº 22.528.347/0001-44, com sede e foro jurídico no município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.206/2015

LEI Nº 8.206, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

INSTITUI A "SEMANA DO ESPORTE RADICAL", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana do Esporte Radical, a ser realizada, anualmente, na primeira semana de abril.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.207/2015

LEI Nº 8.207, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

INSTITUI O "DIA DA ADOÇÃO ANIMAL", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia da Adoção Animal, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.208/2015

LEI Nº 8.208, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO MÉDICO OBSTETRA" E A "SEMANA DO PARTO SEGURO", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal do Médico Obstetra, a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de abril.

Art. 2º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana do Parto Seguro, a ser realizada, anualmente, na semana que abrange o dia 12 de abril.

Art. 3º Na Semana do Parto Seguro será realizada homenagem aos médicos obstetras com mais de 20 (vinte) anos de profissão, com expedição de moção de louvor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 10.808/2015

DECRETO N. 10.808, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

ENCERRA A INTERVENÇÃO NA OPERAÇÃO NO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO PROMOVIDA NOS TERMOS DO DECRETO N. 10.774, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 59, combinado com a alínea "o" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei Federal n. 8.987/95, na Lei Municipal n. 7.127/2007, no Decreto Municipal n. 8.460/2007,

CONSIDERANDO a manifestação conjunta dos interventores do Consórcio SIGA e da Empresa Nossa Senhora da Glória Ltda., objeto do Ofício SIGA/GLORIA/Interventor n. 001/2015, que recomenda o fim da intervenção decretada pelo Decreto n. 10.774/2015, com a devolução da administração do serviço aos seus respectivos representantes legais,

CONSIDERANDO a apresentação, por parte dos interventores, dos relatórios de prestação de contas relativos às ações tomadas pelo Poder Público durante o período de intervenção na operação no serviço de transporte coletivo, nos termos previstos na Lei Federal n. 8.987/1995,

DECRETA:

Art. 1º Fica encerrada a intervenção na operação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município, promovida por meio do Decreto n. 10.774, de 08 de novembro de 2015.

Art. 2º Em razão do termo final da intervenção, fica devolvida ao Consórcio SIGA e à Empresa Nossa Senhora da Glória Ltda., a plena administração do serviço, devendo seus representantes legais reassumir imediatamente as atividades operacionais e administrativas das mesmas, nos termos do Contrato de Concessão n. 224/2007.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2015**

Reunião Ordinária do dia 01 de dezembro de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Em FASE DE DISCUSSÃO EM 2º TURNO PARA OFERECIMENTO DE EMENDAS QUE NÃO ENVOLVAM O MÉRITO, A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 78, de autoria do

Vereador Ivan Naatz e outros, que "ACRESCENTA PARÁGRAFO 6º AO ARTIGO 27, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", DURANTE 3 (TRÊS) SESSÕES ORDINÁRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 124, DO REGIMENTO INTERNO.

Em FASE DE DISCUSSÃO EM 2º TURNO PARA OFERECIMENTO DE EMENDAS QUE NÃO ENVOLVAM O MÉRITO, A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 79, de autoria do Vereador Ivan Naatz e outros, que "ACRESCENTA INCISO IV AO ARTIGO 27, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", DURANTE 3 (TRÊS) SESSÕES ORDINÁRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 124, DO REGIMENTO INTERNO.

Em FASE DE DISCUSSÃO EM 2º TURNO PARA OFERECIMENTO DE EMENDAS QUE NÃO ENVOLVAM O MÉRITO, A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 80, de autoria do Vereador Robinson Soares e outros, que "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO III DO ARTIGO 27, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", DURANTE 3 (TRÊS) SESSÕES ORDINÁRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 124, DO REGIMENTO INTERNO.

Em FASE DE DISCUSSÃO EM 2º TURNO PARA OFERECIMENTO

DE EMENDAS QUE NÃO ENVOLVAM O MÉRITO, A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 81, de autoria do Vereador Marco Antônio Wanrowsky e outros, que "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 27, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", DURANTE 3 (TRÊS) SESSÕES ORDINÁRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 124, DO REGIMENTO INTERNO.

Aprovadas, em 1ª discussão e votação, as Emendas nºs 01 a 21 ao Projeto de Lei nº 6.931. Destino: à 2ª discussão e votação.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2426, 2427 e 2428. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 7.015 e 7.029.

Entrada da Mensagem nº 119/2015 – encaminhando Projeto de Lei, em regime de urgência, que "AUTORIZA A PERMUTA DE IMÓVEIS ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E CREMER ADMINISTRADORA DE BENS LTDA". Destino: às comissões de Constituição, Finanças e Mista.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Cezar João Cim, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE TURISMO, EVENTOS E CULTURA". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador Roberto Tribess, que "DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A EVENTOS, DATAS COMEMORATIVAS E FERIADOS DO MUNICÍPIO". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Marcos da Rosa, que "DISPÕE SOBRE A PRESENÇA DE INTÉRPRETE DE LIBRAS EM TODOS OS EVENTOS PÚBLICO OFICIAIS DO MUNICÍPIO". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, que "INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO À PATINAÇÃO, EM BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "INSTITUI O DIA DO TÉCNICO EM CONTABILIDADE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO E PARCERIA CULTURAL PARA PRODUÇÃO DO PROJETO LÂMPADA MÁGICA". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "DISPÕE SOBRE O USO DE SORO DE QUEIJO NA FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES OFTALMOLÓGICOS NOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "PROÍBE O ATO DE FUMAR NAS DEPENDÊNCIAS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS". Destino: processar e à Comissão de

Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO ÉTNICA, EM BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "DISPÕE SOBRE O CONCURSO LITERÁRIO ESTUDANTIL DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "DETERMINA A REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS ANTIDROGAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "INSTITUI O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO NO MUNICÍPIO E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "INSTITUI O SERVIÇO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PARA GESTANTES NO MUNICÍPIO E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CESTA BÁSICA POR SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "ESTABELECE REQUISITO PARA INSCRIÇÃO EM PROGRAMA HABITACIONAL DESENVOLVIDO PELO MUNICÍPIO OU COM O SEU CONCURSO". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "ESTABELECE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS ESTABELECIMENTOS QUE PRATICAM ATOS ILEGAIS". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "ESTABELECE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS ESTABELECIMENTOS QUE PRATICAM DISCRIMINAÇÃO POR PRECONCEITO DE RAÇA, DE COR OU DE SEXO". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2015

Reunião Extraordinária do dia 01 de dezembro de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 6.900. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Retirados da Ordem do Dia e transferidos para a próxima Sessão o Projeto de Decreto Legislativo nº 917; e os Projetos de Lei nºs 6.958 e 6.996; bem como todos os Requerimentos e Moções, além dos Requerimentos nºs 1859, 1860, 1861 e 1862/2015.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.921 e 6.951, Destino: à Comissão de Redação Final.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2015

Reunião Ordinária do dia 03 de dezembro de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Rejeitadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01 a 21 ao Projeto de Lei nº 6.931. Destino: ao arquivo.

Aprovado, em 1ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.931. Destino: à 2ª discussão e votação.

Entrada dos Requerimentos nºs 1894 e 1896/2015. Destino: à próxima Sessão.

Promulgada a Lei Complementar nº 1.010. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 920, de autoria da Mesa Diretora, que "APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1999". Destino: processar e à Comissão de Finanças.

Entrada das Mensagens nºs 122, 128 e 129/2015. Destino: trâmite urgentíssimo.

Entrada do Veto Total ao Projeto de Lei nº 6.928 (OF. GAPREF Nº 1081/2015). Destino: ao trâmite competente.

Entrada de Projeto de Resolução, de autoria da Mesa Diretora, que "REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO Nº 433, DE 9 DE SETEMBRO DE 2014". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projetos de Lei, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "INSTITUI O PROJETO TURISMO EDUCATIVO E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS"; que "CRIA O CERTIFICADO DE PROPRIEDADE AGRÍCOLA LEGAL – SELO-AGRÍCOLA E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS"; que "DETERMINA A INSTALAÇÃO

DE FILTROS DE ÁGUA NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO RAMO DE ALIMENTOS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU"; que "DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE EQUIPES E ATLETAS NOS CAMPEONATOS DE ESPORTES ORGANIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS"; que "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU"; que "DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE PSICOLOGIA ESCOLAR NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO"; que "DISPÕE SOBRE O PROJETO FÉRIAS, DURANTE O PERÍODO DE RECESSO ESCOLAR, NAS ESCOLAS MUNICIPAIS"; que "DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE ACUPUNTURA E HOMEOPATIA NAS UNIDADES DE SAÚDE E NOS HOSPITAIS MANTIDOS PELO PODER PÚBLICO OU A ELE CONVENIADOS"; que "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE CÂNCERES DE MAMA E DE COLO UTERINO", ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS"; que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 9º DA LEI Nº 7.127, DE 02 DE AGOSTO DE 2007". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2015

Reunião Extraordinária do dia 03 de dezembro de 2015.

Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovado, em única discussão e votação, o Requerimento nº 1498/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovados, em única discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 917 e 920. Destino: à Comissão de Redação Final.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2015

Reunião Extraordinária do dia 03 de dezembro de 2015.

Quinta-Feira - 18:40 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Acatado, em única discussão e votação, o Veto Total ao Projeto de

Lei nº 6.925. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.921 e 6.951. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.005 e a Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 518. Destino: incorporadas aos respectivos projetos.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Resolução nºs 511, 516, 517 e 518; os Projetos de Lei Complementar nºs 1.476, 1.509, 1.511 e 1.518; os Projetos de Lei nºs 6.919, 6.958, 6.963, 6.980, 6.982, 6.993, 6.996, 7.004, 7.005, 7.009, 7.017, 7.026, 7.053 e 7.054. Destino: à Comissão de Redação Final.

Rejeitados, em única discussão e votação, os Requerimentos nºs 1824, 1830, 1831, 1832, 1837 e 1861/2015. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1892, 1893, 1894, 1896 e 1897/2015; e da Moção nº 234. Destino: à Secretaria para providências.

Retirados os Requerimentos nºs 1774 e 1821/2015. Destino: ao arquivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2015

Reunião Extraordinária do dia 03 de dezembro de 2015.

Quinta-Feira - 19:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nº 917 e 920 e dos Projetos de Resolução nºs 511, 516, 517 e 518. Destino: publique-se. Aprovadas, também, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei Complementar nºs 1.476, 1.509, 1.511 e 1.518; e dos Projetos de Lei nºs 6.919, 6.958, 6.963, 6.980, 6.982, 6.993, 6.996, 7.004, 7.005, 7.009, 7.017, 7.026, 7.053 e 7.054. Destino: à sanção do Executivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Reunião Ordinária do dia 24 de novembro de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a cessão do Plenário à Câmara Mirim. Destino: comunique-se.

Retirado o Requerimento nº 1798/2015. Destino: ao arquivo.

Entrada do Requerimento nº 1810/2015 e das Moções nºs 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228 e 229/2015. Destino: à próxima Sessão.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 6.924, 6.999, 7.007, 7.008, 7.019 e 7.022.

Despachadas para a próxima sessão as demais matérias constantes da Ordem do Dia.

Entrada de dois Projetos de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Diretora, que concedem título de Cidadão Blumenauense. Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador Fábio Fiedler, que "INSTITUI A CAMPANHA DE INCENTIVO À CONSTRUÇÃO CIVIL DE SEGUNDO PAVIMENTO, ISENTA IMÓVEIS E IMPOSTO E TAXAS MUNICIPAIS E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador Roberto Tribess, que "ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 657, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Roberto Tribess, que "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESCOLA VERDE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada das Emendas nºs 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.513. Destino: à Comissão de Constituição.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Reunião Ordinária do dia 26 de novembro de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Em FASE DE DISCUSSÃO EM 2º TURNO PARA OFERECIMENTO DE EMENDAS QUE NÃO ENVOLVAM O MÉRITO, A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 78, de autoria do Vereador Ivan Naatz e outros, que "ACRESCENTA PARÁGRAFO 6º AO ARTIGO 27, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", DURANTE 3 (TRÊS) SESSÕES ORDINÁRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 124, DO REGIMENTO INTERNO.

Em FASE DE DISCUSSÃO EM 2º TURNO PARA OFERECIMENTO DE EMENDAS QUE NÃO ENVOLVAM O MÉRITO, A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 79, de autoria do Vereador Ivan Naatz e outros, que "ACRESCENTA INCISO IV AO ARTIGO 27, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", DURANTE 3 (TRÊS) SESSÕES ORDINÁRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 124, DO REGIMENTO INTERNO.

Em FASE DE DISCUSSÃO EM 2º TURNO PARA OFERECIMENTO DE EMENDAS QUE NÃO ENVOLVAM O MÉRITO, A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 80, de autoria do Vereador Robinsom Soares e outros, que "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO III DO ARTIGO 27, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", DURANTE 3 (TRÊS) SESSÕES ORDINÁRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 124, DO REGIMENTO INTERNO.

Em FASE DE DISCUSSÃO EM 2º TURNO PARA OFERECIMENTO DE EMENDAS QUE NÃO ENVOLVAM O MÉRITO, A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 81, de autoria do Vereador Marco Antônio Wanrowsky e outros, que "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 27, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", DURANTE 3 (TRÊS) SESSÕES ORDINÁRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 124, DO REGIMENTO INTERNO.

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 6.876. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.948 e 6.953. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as sessões do Plenário ao Partido Socialista Brasileiro – Blumenau e à Escola do Legislativo Fritz Müller. Destino: comunique-se.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.991. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.904. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.345. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação: Projeto de Resolução nº 513; Projeto de Decreto Legislativo nº 911; Projeto de Lei Complementar nº 1.345; Projetos de Lei nºs 6.904, 6.942, 6.960, 6.961, 6.970, 6.989, 6.991, 7000, 7002, 7003, 7010, 7020, 7021, 7025, 7027. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirado o Requerimento nº 1783/2015. Destino: ao arquivo.

Despachado para a próxima Sessão o Requerimento nº 1774/2015 e a Moção nº 213/2015.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1817, 1820, 1821, 1826, 1827 e 1828/2015, Destino: à Secretaria para providências.

Entrada de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que "DESTINA PARTE DO LUCRO DA OKTOBERFEST PARA RECONSTRUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

Processo Licitatório: Pregão nº 23/2015

Onde se lê: "EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015"

Leia-se: "EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015"

Matéria veiculada na edição do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº 1880 de 30/11/2015, pg. 219.

Mário Hildebrandt
Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço global

OBJETO: Operacionalização de canal de televisão, com locação e instalação de equipamentos compatíveis com o cabeamento e outros materiais já instalados na Câmara Municipal de Blumenau, inclusa a manutenção preventiva e corretiva com substituições de peças, serviço especializado para produção, veiculação dos programas e operação dos aparelhos e do sistema global de televisão, fornecimento dos demais aportes necessários, de acordo com as especificações constantes nos Anexos I e X do edital.

DATA DE ABERTURA: 17/12/2015

HORÁRIO: 09h

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, centro, Blumenau/SC

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13h às 19h, de 2ª a 6ª feira, através do telefone (47) 3231-1500 ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 07 de dezembro de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Retiro

PREFEITURA

942.12.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FERNANDA R. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 942/15 de 02.12.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 25 de novembro de 2015, a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de dezembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

943.12.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA N. B. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 943/15 de 02.12.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 27 de novembro de 2015, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de dezembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

96.15 - DEC SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO.SAMU

Decreto Nº 96/2015 de 03.12.2015.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2262/14 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro a seguinte dotação orçamentária:

12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.025.2211 - MANUTENÇÃO DO SAMU
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.1.90.00 - Aplicações diretas
Recurso 01.38.57.00 - Recursos SAMU R\$ 10.000,00
Total R\$ 10.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação da fonte de Recurso 01.38.57.00 – Recursos do SAMU, receita: 17.21.33.00.12 – SAMU, no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 03 de dezembro de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.848/2015

DECRETO Nº 1.848/2015

“Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2015.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.290/2014 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 18.300,00 (Dezoito mil e trezentos reais), conforme abaixo especificado:

04.00	-Secretaria de Educação
04.01	- Divisão de Educação
12-361-025-1.1	-Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais
4.4.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.36(448)	-Salário educação FR 36 R\$ 18.300,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 04/12/2015.

Botuverá, 04 de dezembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 22/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato do Oitavo Termo Aditivo do Contrato nº 22/2014

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Consórcio Múltiplos Catedral

Objeto: Fica prorrogada a vigência deste instrumento para até 16/04/2016, para fins de conclusão dos trabalhos exigidos pelo certame licitatório nº 42/2013.

PL66-PP36/2015-ESTUFA AGRÍCOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público o Processo Licitatório Nº66/2015, Pregão Presencial nº36/2015, tendo como objeto a aquisição de Estufa Agrícola, destinada para produção de mudas. Recebimento da documentação e propostas: Até as 9:00 Horas do dia 17/12/2015. Abertura e julgamento: dia 17/12/2015 às 9:30 horas, na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações: www.botuvera.sc.gov.br Fone/Fax:(47)3359-1170,3359-3200, e-mail: agricultura@botuvera.sc.gov.br, licitacao@botuvera.sc.gov.br
Botuverá-SC, 07 de Dezembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL67-PP37/2015-SRP-EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público o Processo Licitatório Nº67/2015, Pregão Presencial nº37/2015, REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de Equipamentos de Informática, destinados as secretarias administrativas da prefeitura e fundos. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 17/12/2015. Abertura e julgamento: dia 17/12/2015 às 14:30 horas, na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações: www.botuvera.sc.gov.br, Fone/Fax:(47)3359-1170,3359-3200, e-mail: agricultura@botuvera.sc.gov.br, licitacao@botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 07 de Dezembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0180/2015

PORTARIA Nº 0180/2015

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ALINE HORN DALABENETA, ocupante do cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 04/12/2015.

Botuverá (SC), 04 de Dezembro de 2015.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2015 FMAS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 05/03/2015 Válido até: 05/03/2016

Objeto da Compra: Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aroz parbolizado pct com 5kg (387)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Do Vale	0	8,9600	1
2	Farinha de Trigo (pct c/ 5kg) (350)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Nordeste	0	8,3800	1
3	Açúcar Refinado (pct c/ 5kg) (351)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Caravelas	0	8,0200	1
4	Fubá grosso (pct c/ 1kg) (352)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Sinha	0	1,6800	1
5	Farinha de mandioca (pct c/ 1kg) (353)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Santa Rita	0	4,0400	1
6	Feijão Preto (pct c/ 1kg) (355)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Cravil	0	3,9400	1
7	Sal refinado (pct c/ 1kg) (356)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Zizo	0	1,0300	1
8	MACARRÃO PARAFUSO C/ OVOS (PCT 1 KG) (306)	KG	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Nirifa	0	3,4500	1
9	Bolacha doce sabor leite pct 400 gr (388)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Isabela	0	3,0100	1
10	Óleo de soja refinado 900ml (359)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Coarno	0	2,9600	1
11	Café torrado e moído pact 500 gr (389)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Cabodo	0	6,5700	1
12	Sardinha em óleo comestível lata de 125 gr (390)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Pescador	0	3,0200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/03/2015		Válido até: 05/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Doce de frutas cremoso pote 400 gr (391)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAUILTDA (6001)	Oliveira	0	2.9300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/03/2015		Válido até: 05/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015
PROCESSO Nº 1/2015

(6001) - COOPREG.AGROPALTO VALE DO ITAJAI LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Março de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 854

LEI Nº 854 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR JOÃO DIDOMENICO, DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação financeira com a Associação Beneficente Lar João Didomenico, da cidade de Campos Novos, inscrito no CNPJ sob o nº 82.802.885/0001-07.

Art. 2º. Pelo presente Convênio a Associação Beneficente Lar João Didomenico se compromete em aceitar em suas dependências as crianças e adolescentes, de ambos os sexos, que forem encaminhados pelo município de Brunópolis, para abrigo.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar o valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais, a partir da assinatura de Convênio específico, vigorando de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º. O ente de que trata art.1º, desta lei, deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da legislação em vigor.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 6º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, SC, em 04 de dezembro de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

REGISTRADA E PUBLICADA NO DOM.

LEI MUN. Nº 855

LEI Nº. 855, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes do Município que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação financeira com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE da cidade de Curitiba, inscrito no CNPJ

sob o nº 83.453.183/0001-28.

Art. 2º. Pelo presente Convênio, a APAE, se compromete em aceitar em suas dependências os alunos que forem encaminhados pelo município de Brunópolis, para atendimento na educação especial naquela Entidade.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, a partir da assinatura de Convênio específico, vigorando de fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º. Os recursos de que trata esta Lei, serão utilizados exclusivamente na manutenção das atividades existentes.

Art.5º. A APAE deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da legislação em vigor.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias para o exercício do ano de 2016.

Art. 7º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis (SC), em 04 de dezembro de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

REGISTRADA E PUBLICADA NO DOM.

LEI MUN. Nº 856

LEI Nº. 856, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS - HOSPITAL "HÉLIO ANJOS ORTIZ" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes do Município que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de Cooperação Financeira, com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS - HOSPITAL "HELIO ANJOS ORTIZ", inscrita no CGC/MF sob nº 95.991.113/0001-02 com sede no Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O presente Convênio tem como objetivo o repasse de verbas, pelo Município de Brunópolis, à Fundação, para a manutenção e funcionamento do atendimento ambulatorial/emergencial de pacientes encaminhados pelo Município àquele Hospital.

Art. 3º. O município de Brunópolis repassará, mensalmente, à FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS, o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), vigorando de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das

despesas orçamentárias do orçamento do exercício de 2016.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis (SC), em 04 de dezembro de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

REGISTRADA E PUBLICADA NO DOM.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.406, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.406, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, atendendo as necessidades administrativas,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação do servidor Vilson Bohn, ocupante do cargo comissionado de Coordenador, para a Diretoria Geral de Infraestrutura – DGI, de acordo com o Anexo I-E da Lei Complementar nº 143/09 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.405, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.405, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Declara vacância de cargos públicos em virtude de aposentadoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a aposentadoria é motivo de vacância no cargo público, conforme disposto no inciso IV do art. 41 da Lei Complementar nº 147/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago os cargos públicos anteriormente ocupados pelos servidores abaixo indicado, por motivo de aposentadoria:

Nome	Descrição do cargo	Lotação	Data da vacância
Alzira Kempner	Professor	Secretaria da Educação	01/07/2015
Azenir Deichmann Lemes	Agente de Serviços Especiais	Secretaria da Educação	03/07/2015
Bernadete Wegner	Professor	Secretaria da Educação	27/07/2015
Catarina Tachini Moller	Professor	Secretaria da Educação	02/02/2015
Dorotea Maria Dada	Professor	Secretaria da Educação	02/02/2015
Iria Westarb	Agente de Serviços Especiais	Secretaria da Educação	01/10/2015
Joel Vinotti	Servente de Serviços Gerais		01/10/2015
José Pezzini	Agente de Obras	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	25/07/2015
Leonardo Oliari	Agente de Serviços Especiais	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	01/10/2015
Leopoldo Rodrigues	Agente de Serviços Especiais	Secretaria de Orçamento e Gestão	18/02/2015
Maria Helena Kormann	Professor	Secretaria da Educação	01/09/2015
Maria Ivone Crespi Noldin	Professor	Secretaria da Educação	01/10/2015
Marlene Ingrid Saueressig	Auxiliar de Enfermagem	Secretaria da Saúde	01/06/2015
Neusa Sapeli Teixeira	Professor	Secretaria da Educação	03/08/2015
Noeli Mattioli Fischer	Professor	Secretaria da Educação	01/07/2015
Odete Pavesi	Agente de Serviços Especiais	Secretaria da Saúde	01/10/2015
Patricia Albani Dadam Marchi	Professor	Secretaria da Educação	02/02/2015
Roseli da Silva	Servente de Serviços Gerais	Secretaria da Educação	01/11/2015
Salete Moraes de Souza	Agente de Serviços Especiais	Secretaria da Educação	01/07/2015

Sandra Lucia Fritzen	Enfermeiro	Secretaria da Saúde	01/05/2015
Sueli Pavesi	Agente de Serviços Especiais	Secretaria da Educação	25/07/2015
Terezinha dos Santos	Agente de Serviços Especiais	Secretaria de Orçamento e Gestão	01/10/2015
Vanilda Mafra Ghislandi	Enfermeiro	Secretaria da Saúde	01/09/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.707, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO nº 7.707, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre nova regulamentação para concessão do auxílio escolar aos servidores públicos efetivos do quadro de pessoal do Município de Brusque, suas Autarquias e Fundações Públicas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município, considerando o disposto no art. 79 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos termos deste decreto, auxílio-escolar, por meio de bolsa de estudo para cursos superiores, tecnólogos e de graduação, aos servidores públicos efetivos do quadro de pessoal do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, no interesse da Administração, visando à melhoria do serviço público, por intermédio do aprimoramento profissional.

Parágrafo único. O programa beneficiará servidores matriculados nos cursos de graduação nas áreas do conhecimento que estejam correlacionados com as atividades desempenhadas na Prefeitura Municipal de Brusque, ou de interesse da Administração.

Art. 2º Para fins do disposto na parte final do art. 79 da Lei Complementar nº 147/09, o Programa auxílio-escolar compreende 2,93% do número de servidores efetivos do Município de Brusque, o que corresponde a 60 (sessenta) vagas, das quais 17 (dezessete) serão destinadas para os cursos superiores de tecnólogo e 43 (quarenta e três) para os cursos de graduação, a serem preenchidas mediante publicação de editais, conforme disponibilidade de vagas, no 1º e 2º semestre de cada ano.

§ 1º A abertura de novos Editais, nos semestres subsequentes, fica condicionada à(s) vacância(s) advinda(s) da conclusão de cursos por servidores já beneficiados, à(s) qual(is) será(s) oferecida(s) por meio de edital da Escola de Administração Pública (ESAP), a ser publicado no 1º e 2º semestre de cada ano.

§ 2º O Prefeito Municipal poderá rever os percentuais previstos no caput deste artigo remanejando as bolsas a serem concedidas, considerando as disponibilidades financeiras e orçamentárias da fonte de custeio.

§ 3º Na eventualidade de não preenchimento das vagas em uma das categorias (curso superior tecnólogos e de graduação) fica admitido o remanejamento dos quantitativos estipulados no caput deste artigo.

Art. 3º O valor do auxílio será de 50% (cinquenta por cento) da mensalidade paga regularmente pelo beneficiário.

§ 1º O servidor terá lançado em folha de pagamento o valor correspondente ao percentual fixado da mensalidade e deve encaminhar cópia da sua quitação até o dia 15 de cada mês, ou no próximo dia útil, sob pena de suspensão do benefício para o mês seguinte. Havendo reincidência, o benefício será cancelado, e os valores já pagos serão restituídos à Prefeitura Municipal de Brusque.

§ 2º O valor do reembolso do auxílio-escolar refere-se apenas à mensalidade básica escolar, ou seja, não inclui valor de matrícula, taxas, multas, juros, serviços extracurriculares, etc.

Art. 4º Os pedidos de concessão do auxílio serão dirigidos à Escola de Administração Pública (ESAP), no período afixado em edital, acompanhados dos seguintes documentos:

- I – comprovante de matrícula, firmado pela instituição de ensino, que contenha a fase que o servidor irá cursar;
- II – declaração ou qualquer documentação que comprove que o estudante está em dia com as mensalidades de seu curso; e
- III – declaração do pretendente de que concorda expressamente com os termos e obrigações delineadas para a concessão do benefício.

Art. 5º Não poderão usufruir da benesse os servidores:

- I – punidos administrativamente com pena de suspensão nos dois anos anteriores ao pedido;

II – que estiverem em licença para tratamento de assuntos particulares ou à disposição de outros órgãos.

Art. 6º Para a formação das listas de classificação a seleção dos beneficiários será efetuada da seguinte forma:

I – 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas no semestre serão preenchidas com base nos seguintes critérios:

- a) 3 (três) pontos para cada promoção por desempenho funcional;
- b) 1 (um) ponto para cada ano completo (365 dias) de tempo de serviço;
- c) 1 (um) ponto para cada fase curricular integralmente concluída no curso em que está matriculado;
- d) avaliação socioeconômica, em caso de empate.

II – 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas no semestre serão preenchidas com base nos critérios socioeconômicos descritos em instrução normativa instituída pelo Secretário de Administração.

III - Na ocorrência de número impar de vagas, o maior percentual será preenchido com base nos critérios definidos no item I deste artigo.

IV - Caso o servidor fique classificado tanto no item I como no item II deste artigo, será automaticamente incluído como beneficiário no item I.

Art. 7º Após a instrução e seleção feita pela Escola de Administração Pública (ESAP) lavrar-se-á listas dos beneficiados para publicação.

Art. 8º O benefício será mantido durante o período de tempo previsto para a conclusão regular do curso desde que o servidor apresente, semestralmente, o comprovante de matrícula, histórico da faculdade e de quitação financeira, por meio de pedido de renovação do benefício. Parágrafo único. Concluído o curso, o servidor deverá apresentar o respectivo diploma à Escola de Administração Pública (ESAP) do Município de Brusque, para anotação nos assentamentos funcionais.

Art. 9º São causas que cessam automaticamente o benefício:

I – não-conclusão do curso no período de tempo previsto para o seu término regular, salvo motivo justificado;

II – punição administrativa com pena de suspensão;

III – punição administrativa com pena de demissão;

IV – desistência, mesmo que temporária, frequência insuficiente ou reprovação em mais de 03 (três) disciplinas ao longo de todo o curso;

V – concessão de licença para tratamento de interesses particulares ou cessão para outro órgão;

VI – aposentadoria, disponibilidade ou exoneração;

VII – não-comprovação do pagamento das mensalidades até o 15º dia do mês subsequente a quitação da mensalidade.

Parágrafo único. As situações previstas nos incisos II, IV, VI e VII obrigam o servidor beneficiário a ressarcir ao erário, o montante despendido pela Prefeitura Municipal de Brusque, com incidência de correção monetária, excepcionada a hipótese de aposentadoria por invalidez.

Art. 10. O servidor deverá permanecer na Prefeitura Municipal de Brusque, após a conclusão do curso, por período de tempo idêntico ao que foi beneficiado, sob pena de responder pela imediata restituição do investimento, em parcela única, atualizada monetariamente.

Art. 11. Ao Secretário de Orçamento e Gestão compete expedir as instruções que se fizerem necessárias para a plena efetivação deste Decreto.

Art. 12. A execução deste programa ficará afeta à Escola de Administração Pública (ESAP).

Art. 13. As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 6.284, de 19 de julho de 2010, e 7.486, de 29 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 147/2015DESPACHO

Extrato de despacho de anulação. Pregão n. 094/2015. Processo licitatório n. 147/2015. Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93; Súmulas n. 346 e 473 do STF. Brusque, 03 de dezembro de 2015. Signatário: Ivanor Mendonça, Secretário de Educação.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2015

PREGÃO nº 101/2015

Processo Licitatório nº 154/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de uniformes escolares (camisetas, jaquetas, calças, bermudas masculinas/femininas, moletons, etc) para a Rede Municipal de Ensino.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 18/12/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 07/12/2015

IVANOR DE MENDONÇA
Secretário de Educação

LEI COMPLEMENTAR Nº 249, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR nº 249, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

Reestrutura o Fundo de que trata a Lei Municipal nº 2.771/2004, atribuindo os honorários sucumbenciais aos Procuradores do Município efetivos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica reestruturado, na forma desta lei complementar, o Fundo Municipal da Procuradoria-Geral – FMPG de que trata a Lei Municipal nº 2.771, de 12 de abril de 2004, que passa a ser denominado de Fundo de Honorários Sucumbenciais – FHS, destinado exclusivamente ao recebimento e distribuição de honorários advocatícios de sucumbência devidos nas ações judiciais em que o Município for parte, nos termos da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994.

Art. 2º Os recursos do FHS serão distribuídos, em sua totalidade, entre os titulares do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município constantes do Anexo I, da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, observados os critérios de cálculo abaixo:

I – Apuração das cotas individuais através da divisão do saldo existente na conta do fundo no dia 20 de cada mês, descontadas eventuais acumulações individuais de que trata o § 1º, pela quantidade dos beneficiários que, na mesma data, preencham os requisitos do caput deste artigo e não estejam licenciados nas hipóteses dos incisos III e IV do art. 129, da Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009;

II – Repasse, até o último dia de cada mês, da cota individual ao respectivo titular do direito, observado o limite remuneratório do art. 102, XII, da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º Os recursos não repassados ao beneficiário do direito pela aplicação do inciso II serão acumulados individualmente para repasse nos meses subsequentes.

§ 2º Os afastamentos de que trata o art. 22 da Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009, bem como a nomeação do titular de cargo de provimento efetivo de Procurador do Município para o exercício de cargo comissionado ou atuação em qualquer poder, órgão, autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista do Município de Brusque não impedem a apuração, repasse ou acumulação dos honorários sucumbenciais ao beneficiário.

§ 3º Não incide contribuição previdenciária sobre os valores distribuídos na forma dessa lei.

§ 4º O saldo existente, em 24/09/2015, na conta do Fundo Municipal da Procuradoria Geral – FMPG de que trata a Lei Municipal nº 2771, de 12 de abril de 2004, provenientes de honorários sucumbenciais, bem como seus rendimentos e eventuais novos créditos efetuados no exercício de 2015, serão distribuídos aos beneficiários na forma deste artigo, no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º O FHS será fiscalizado pelo Conselho de Procuradores do Município, composto por todos os beneficiários de que trata o caput do art. 2º, cujas decisões serão tomadas por maioria simples, a quem compete eleger 2 (dois) representantes dentre seus membros, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, responsáveis pela movimentação e prestação de contas dos recursos do fundo.

Parágrafo único. Compete ainda ao Conselho de Procuradores do Município a expedição de eventuais atos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 4º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire, no todo ou em parte, dos beneficiários o direito à distribuição dos honorários advocatícios de que trata esta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei complementar correrão à conta das dotações próprias, ficando desde já autorizada a abertura de crédito adicional suplementar ou especial necessário ao seu cumprimento.

Art. 6º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.771, de 12 de abril de 2004.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.945, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

LEI nº 3.945, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dá nova redação ao caput do art. 2º e seu §5º, ao art. 8º, todos da Lei nº 2.582/2002, que dispõe sobre a criação da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI no município de Brusque, alterada pelas Leis nºs 2.630/2002, 2.734/2003, 2.884/2005 e 3.351/2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 2º e seu § 5º, e o art. 8º, todos da Lei nº 2.582, de 18 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis nºs 2.630/2002, 2.734/2003, 2.884/2005 e 3.351/2010, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º A JARI de Brusque, órgão colegiado responsável pelo julgamento de recursos de infrações de trânsito no território municipal, funcionará na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, e será composta por 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes, e um secretário a ser indicado pelo Secretário de Trânsito e Mobilidade, da seguinte forma:

.....
.....

§ 5º Aos membros da JARI e aos suplentes, quando substituírem os respectivos titulares, e ao secretário, será devida gratificação no valor de R\$ 394,00 (trezentos e noventa e quatro reais) por sessão que participarem, o qual será atualizado, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (I.N.P.C.)

.....
.....
.....

Art. 8º A Secretaria de Trânsito e Mobilidade do Município prestará apoio administrativo à JARI." (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2905/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2905/2015

Concede benefício de Pensão por morte a Ivete Turro e Leonardo Deison Turro

O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 6.308/10, e com fundamento no art. 1º,

§2º, art. 33, II, "a)", e art. 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação da pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03, regulamentado pela Lei Federal nº. 10.887, de 18/06/04. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 315/2015, benefício de pensão por morte a IVETE TURRO CPF 070.901.209-88 e LEONARDO DEISON TURRO CPF 089.163.419-30, dependentes do servidor falecido JOSÉ VENDELINO TURRO, CPF 582.472.209-97.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22/09/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 03 de dezembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2916/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2916/2015

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a Sydney Gomes

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 61 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 335/2015 benefício de Aposentadoria Voluntária a SYDNEY GOMES, CPF 415.313.696-68.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de dezembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2917/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2917/2015

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a Miriam Sandra Sassi Schaefer

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 61 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174,

de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 335/2015 benefício de Aposentadoria Voluntária a MIRIAM SANDRA SASSI SCHAEFER, CPF 415.865.739-34.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de dezembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

14º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115-2012-PREFEITURA

14º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115-2012-PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2012 – CONCORRÊNCIA Nº 07/2012, PRORROGA PRAZO POR 90 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA RUA CANÁRIA, LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA, BAIRRO MARTELO, PELO PROGRAMA FEDERAL PRÓ INFÂNCIA CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 73.461.196/0001-95, com sede na cidade de Videira, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 115/2012 datado de 30 de outubro de 2012 e demais aditivos, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 90 (noventa) dias, iniciando em 27 de novembro de 2015 e findando em 27 de fevereiro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15-2015-FMS

1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15-2015-FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015, SUPRESSÃO DE ITEM, REGISTRO DE PREÇO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, empresa PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.544.507/0001-22, com sede na cidade de Videira/SC, O preço certo e ajustado para a totalidade da supressão é de R\$ 31.800,00 (trinta e um mil, oitocentos reais), sendo o valor mensal de R\$2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41 – 2015 - PREFEITURA,

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41 – 2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 02/2015, PRORROGA PRAZO POR 150 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONTRATADA: JND – CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.508.871/0001-25, com sede na Rua Vigário Frei João, nº 601, Box 06, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna/SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 41/2015 datado de 13 de maio de 2015, O presente Contrato tem por objeto a prorrogação do prazo pelo período de 150 (cento e cinquenta) dias, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 150 (cento e cinquenta) dias, iniciando em 13 de novembro de 2015 e findando em 13 de abril de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37-2015-PREFEITURA

1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37-2015-PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E ÓLEO DIESEL, empresa STANG E STANG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.033.253/0015-79, com sede na cidade de Caçador, SC, O preço certo e ajustado para o item 1 - GASOLINA COMUM, passa a ser R\$3,549 (três reais e cinquenta e quatro centavos) por litro, para o item 3 – ÓLEO DIESEL COMUM, passa a ser R\$2,759 (dois reais e setenta e cinco centavos) por litro, para o item 6 – GASOLINA COMUM SAÚDE, passa a ser R\$3,549 (três reais e cinquenta e quatro centavos) e para o item 8 – ÓLEO DIESEL COMUM SAÚDE, passa a ser R\$2,759 (dois reais e setenta e cinco centavos) por litro, com relação aos preços iniciais e será aplicado sobre o saldo remanescente. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19-2013 – FMAS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19-2013 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR DE ARTESANATO PARA ATUAR, JUNTO AOS GRUPOS DE MULHERES E DE IDOSOS, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, CONTRATADA/LOCADORA: ELIANE TERESINHA FRANÇA, brasileira, casada, instrutora de artesanato, devidamente inscrita no CPF sob o nº 770.413.059-53, residente e domiciliada na Rua Blumenau, nº 297 Bairro dos Municípios em Caçador/SC; Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 19/2013 de 01 de novembro de 2013, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 10.561,80 (dez mil, quinhentos e sessenta e um reais e oitenta centavos, O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 01 de novembro de 2015 e findando dia 01 de novembro de 2016, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20-2013 – FMAS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20-2013 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR DE DANÇA SENIOR PARA ATUAR, JUNTO AOS GRUPOS DE MULHERES E DE IDOSOS, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, CONTRATADA/LOCADORA: NORMA EGER PONTES, brasileira, divorciada, instrutora de dança sênior, devidamente inscrita no CPF sob o nº 597.834.789-15, residente e domiciliada na Rua Porto União nº 400 apto. nº 05 em Caçador/SC; Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 20/2013 de 01 de novembro de 2013, O presente aditivo tem por objeto a Renovação Contratual para o período de 12 (doze) meses e Concessão de Reajuste pelo IGP-M do período, no percentual de 10,098%, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretária de Assistência Social e mediante parecer jurídico favorável nº 447/2015, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 10.602,89 (dez mil,

seiscentos e dois reais e oitenta e nove centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 01 de novembro de 2015 e findando dia 01 de novembro de 2016, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01- 2013 – FMEC

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01-2013 – FMC, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA-CIEE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, nº 473, Centro, na cidade de Florianópolis, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 01/2013, datado em 18 de fevereiro de 2013, O prazo de vigência da presente Renovação é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 21.248,16 (vinte e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos). As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01-2013 – FMC

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01-2013 – FMC, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA-CIEE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, nº 473, Centro, na cidade de Florianópolis, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 01/2013, datado em 18 de fevereiro de 2013, O prazo de vigência da presente Renovação é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 21.248,16 (vinte e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos). As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2013 – FUNDEMA

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2013 – FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 02/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATANTE: A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 11.153.425/0001-57, com sede na Rua Emília Gioppo Brasil, nº 510, nesta cidade de Caçador/SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 02/2013, datado em 18 de fevereiro de 2013, O prazo de vigência da presente Renovação é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato acréscimos é de R\$ 21.248,16 (vinte e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos). As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam

vigendo em sua integralidade.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23-2013-FMS

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23-2013-FMS, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na cidade de São Paulo, SP, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 23/2013 datado de 26 de fevereiro de 2013, O prazo de vigência da presente Renovação é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 130.190,20 (cento e trinta mil, cento e noventa reais e vinte centavos). As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45 – 2014 – PREFEITURA

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45 – 2014 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014 ACRÉSCIMO DE VEÍCULOS - CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 45/2014 de 20 de junho de 2014, Para a inclusão do veículo – Volare V8 L, placa MKX-1716 (Educação), ficará R\$ 723,50 (setecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos); S10 Pick-Up, placa MCW-9029 (Ditesc), ficará R\$ 254,18 (duzentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos); Escort SW, placa MCE-4708 (Fundema), ficará R\$ 245,24 (duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade, inclusive o valor, pois essa alteração não gera acréscimos financeiros.

5ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-2015 – PREFEITURA

5ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS, AQUISIÇÃO DE TANQUES ESTACIONÁRIOS DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEO DIESEL TIPO S10 E OLÉO DIESEL COMUM, DESTINADOS AOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, empresa SAFRA DIESEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.578.202/0001-87, com sede na cidade de Chapecó/SC, O preço certo e ajustado para o item 1 - OLÉO DIESEL BS500 COMUM, passa a ser R\$ 2,635 (dois reais e sessenta e três centavos) por litro, e para o item 2 - ÓLEO DIESEL S-10, passa a ser R\$ 2,764 (dois reais e setenta e seis centavos) por litro, com relação aos preços iniciais e será aplicado sobre o saldo remanescente. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14-2013 – PREFEITURA

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14-2013 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, nº 473, Centro, na cidade de Florianópolis, SC, Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 14/2013 datado de 18 de fevereiro de 2013, O prazo de vigência do presente aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, ou seja, do dia 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 541.828,08 (quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e oito centavos). As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15 - 2013 – PREFEITURA

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15 - 2013 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA-IEL/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, SC, Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 15/2013 datado de 18 de fevereiro de 2013, O prazo de vigência do presente aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, ou seja, do dia 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 541.828,08 (quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e oito centavos). As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79 – 2014 – PREFEITURA

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79 – 2014 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2014 – TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014, PRORROGA PRAZO POR 60 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ULISSES GUIMARÃES, CONTRATADA: OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.295.741/0001-59, com sede na cidade de CAÇADOR, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 79/2014, datado de 22 de setembro de 2014, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 60 (sessenta) dias, iniciando em 21 de novembro de 2015 e findando em 21 de janeiro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

8º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83-2013-PREFEITURA

8º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83-2013-PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2013 – TOMADA PREÇOS Nº 03/2013, PRORROGA PRAZO POR 90 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DO CRAS NOSSA SENHORA SALETE COM ÁREA DE 191,28M2. CONTRATADA: ENGENHO CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 03.637.604/0001-31, Inscrição Estadual nº 253.720.893, com sede na Rua Cabo João Maria T. Palhano, nº 722, no Centro na cidade de Sana Cecília/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 83/2013 datado de 07 de outubro de 2013, O prazo de vigência do presente aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 90 (noventa) dias, ou seja, do dia 02 de novembro de 2015 e findando dia 02 de fevereiro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16 – 2015 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16 – 2015 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO 16/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015, MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS, empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.814.016/0001-87, com sede na cidade de Chapecó/SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UND	PRODUTO	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
09	500	Und	Biscoitos sortidos amanteigados com farinha de trigo enriquecida com ferro e acido fólico, gordura vegetal hidrogenada embalagem de 400g	LUAM	3,68	1.840,00
10	250	Und	Bolacha salgada embalagem com dupla proteção, apresentação quadrado, sabor cream cracker, classificação salgado, características adicionais sem recheio embalagem com 400g	LUAM	3,68	920,00
11	498	Und	Bolsa de algodão alvejada branca lisa medindo 0,80 X 0,60cm	MARTINS	5,90	2.938,20
17	50	Und	Copo descartável produzido conforme ABNT, NBR nº14865, 180 ml, cx com 2.500 unidades	COPOSUL	73,50	3.675,00
18	232	Und	Desinfetante liquido para uso geral, com ação bactericida e germicida, embalagem 2 litros	ARRAIAL	5,60	1.299,20
25	80	Und	Fardo Papel higiênico branco picotado, macio, texturizado, não reciclado, sem perfume, com 16 pacote de 4 rolos de 60 mts	QUALILUX	84,10	6.728,00
40	180	Und	Odorizador de ambiente, erva doce, capim limão, citrus embalagem de 400 ml	ULTRAFRECH	10,75	1.935,00
53	200	Und	Suco concentrado natural, sabores variados, industrializado, com alto teor de polpa de frutas, 100% natural, isento de corantes, conservantes e acidulantes, embalagem atóxica com 500ml, para diluição em água	BELASCHIA	7,80	1.560,00

TOTAL	20.895,40
-------	-----------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014-2015-FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014-2015-FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO 16/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015, MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS, empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UND	PRODUTO	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
06	20	Und	Arroz parboilizado Tipo 01, embalagem com 5Kg	MINUTINHO	11,25	225,00
12	960	Und	Bombom , chocolate com recheio, variedades em miniatura CX 375g	NESTLE	9,17	8.803,20
13	950	Und	Café torrado e moído 500g tradicional, tipo exportação, empacotado a vácuo, extra forte, sem glúten, fabricação de no Maximo 30 dias	RIOSUL	7,80	7.410,00
30	100	Und	Leite condensado, ingredientes leite integral/ açúcar/leite pó integral e lactose	PIRACANJUBA	3,47	347,00
32	80	Und	Leite UHT integral longa vida – embalagem tetra pak, prazo de validade até 6 meses, deverá constar o registro no Ministério da Agricultura e apresentar laudo bromatológico – Data de fabricação máximo 30 dias – caixa com 12 unidades de 1 litro cada	PIRACANJUBA	29,76	2.380,80
43	200	Und	Pó para gelatina, caixa 45 gramas diversos sabores	LEO	1,15	230,00
45	850	Und	Preparo sólido para refresco adoçado vários sabores pacote com 30 gramas	LEO	1,15	977,50
46	1.250	Und	Refrigerante, água gasificada, açúcar, aroma artificial de frutas, acidulante INS 330, conservador INS 211, corante artificial INS 110, sem glúten. embalagem pet 2 litros	QUIPO	4,30	5.375,00

TOTAL	25.748,50
-------	-----------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015 – 2015 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015 – 2015 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO 16/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015, MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS, Empresa MARCOS BULLE DA COSTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.489.682/0001-36, com sede nesta cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UND	PRODUTO	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
01	200	Und	Achocolatado, açúcar, cacau em pó, malto-dextrina, minerais, vitaminas, emulsificante, lecitina de soja, antioxidante, ácido ascórbico e aromatizantes, sem glúten, embalagem 400g	CHOKILAR	4,25	850,00
03	470	Und	Água sanitária, cloro ativo com alvejante, desinfetante e bactericida, embalagem de 2 litros	BLIMP	3,37	1.583,90
08	800	Und	Bebida láctea – Leite fermentado, preparado de frutas e cereais (água, xarope de açúcar, polpa de frutas, soro de leite em pó, aromatizantes, acidulante ácido cítrico, corantes naturais e conservador sorbato de potássio), xarope de açúcar e fermentos lácteos, embalagem 900ml	FRIMESA	3,49	2.792,00
14	50	Und	Canjica de milho tipo 01 branca embalagem 500g	DAJU	2,95	147,50
15	52	Und	Cera líquida amarela – composição: carnaúba, cera polietileno, parafina, cera micro-cristalina, solvente alifáticos, emulsificante, tensoativo, coajuvantes, corantes essência e óleo de pinho, 750 ml	LUZVEL	5,95	309,40
16	998	Und	Cha mate caixa com 40g com 25 saquinhos diversos sabores	MATE REAL	4,78	4.770,44
21	50	Und	Doce de leite cremoso, sem glúten embalagem com 01 kg	AUREA	8,90	445,00
24	320	Und	Esponja para louça dupla face medidas 110mmX70mmX20mm embalagem com 03 unidades	TININDO	2,85	912,00
27	31	Und	Garrafa térmica com sistema de pressão (de apertar) capac. De 1.8 litros	TERMOLAR	79,70	2.470,70
31	300	Und	Leite em pó integral e mix de vitaminas A,C,D e ferro sem glúten e sem adição de açúcar com 400g	PIRACANJUBA	11,80	3.549,00
33	220	Und	Limpa vidros, frasco de 500ml	PRATICK	3,95	869,00
34	180	Und	Luva de borracha forrada para limpeza, tamanhos P ,M,G	KALIPSO	3,99	718,20
38	50	Und	Milho para pipoca tipo 01 pacote com 500g	DAJU	2,29	114,50
39	290	Und	Multiuso 500 ml, limpeza para pisos	PRATICK	3,72	1.078,80
47	60	Und	Rodo de borracha dupla com 60 cm com cabo	DESAFIO	12,15	729,00
49	550	Und	Saco de lixo reforçado, preto 07 micra, capacidade 30 litros reforçada pacote com 10 unid.	LAIRE	4,98	2.739,00
52	172	Und	Saponáceo em pó com amoníaco tubo 300g composição soda caustica, éter, sulfato, sódio, hipodorito	FONT	3,89	669,08
54	80	Und	Vassoura de nylon com capa plástica em polipropileno e cepa plástica rosqueável V 12 cerdas longas com cabo	DESAFIO	10,45	836,00

TOTAL	25.583,52
-------	-----------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042-2015-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042-2015-FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015, COMODATO DE ANALISADOR HEMATOLÓGICO, empresa LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.013.726/0001-10, com sede na cidade de São José dos Pinhais/PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNT	VLR TOTAL
01	24.000	UNIDADES	1800 hemogramas/mês + 200 contagens de reticulócitos/mês, com comodato de um aparelho analisador Hematológico, incluindo equipamentos, insumos e reagentes, acompanhando kits de controles e interfaceamento com assessoria técnica científica, peças, serviços, custos de viagem, treinamento, nobreak, impressora laser e computador (CPU + monitor), para o período de 1 (UM) ano, especificações técnicas fornecidas no Termo de Referência do edital (Anexo V).	4,50	108.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10-2015-FUNDEMA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10-2015-FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015, AQUISIÇÃO DE AREIA DESTINADA A CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, empresa UNIDAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.055.020/0001-97, com sede na cidade de Caçador/SC O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	235	M³	Areia média	Hobi	R\$ 91,90	R\$ 21.596,50
2	110	M³	Areia fina	Hobi	R\$ 92,00	R\$ 10.120,00
VALOR TOTAL						R\$ 31.716,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116-2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116-2015 – PREFEITURA, PROCESSO Nº 103/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR COMO ÓRGÃO GERENCIADOR, E DEMAIS FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS MUNICIPAIS, empresa ABCM ELETROTÉCNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.332.799/0001-76, com sede nesta cidade de Caçador, SC conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	UNITÁRIO	TOTAL
01	600	PÇ	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 20 W, SELO PROCEL/INMETRO	OSRAM	5,78	3.468,00
02	150	PÇ	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 32 W. SELO PROCEL/INMETRO	G-LIGHT	5,20	780,00
03	800	PÇ	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	OSRAM	5,78	4.624,00
04	400	PÇ	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 110 W, SELO PROCEL/INMETRO	OSRAM	18,34	7.336,00
05	400	PÇ	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70 W, SELO PROCEL/INMETRO	G-LIGHT	18,75	7.500,00
06	200	PÇ	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250 W, SELO PROCEL/INMETRO	G-LIGHT	31,56	6.312,00
07	200	PÇ	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400 W, SELO PROCEL/INMETRO	G-LIGHT	47,00	9.400,00
08	200	PÇ	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 70W, SELO PROCEL/INMETRO	G-LIGHT	52,75	10.550,00
09	200	PÇ	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 150 W, SELO PROCEL/INMETRO	G-LIGHT	31,95	6.390,00
10	200	PÇ	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250 W, SELO PROCEL/INMETRO	G-LIGHT	46,78	9.356,00
11	200	PÇ	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400 W, SELO PROCEL/INMETRO	G-LIGHT	58,06	11.612,00
12	100	PÇ	LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 80 W, SELO PROCEL/INMETRO	G-LIGHT	11,65	1.165,00

13	100	PÇ	LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 250 W, SELO PROCEL/ INMETRO	G-LIGHT	17,95	1.795,00
14	150	PÇ	LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 400 W,SELO PROCEL/ INMETRO	G-LIGHT	23,15	3.472,50
15	100	PÇ	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 20 W	G-LIGHT	12,21	1.221,00
16	200	PÇ	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25 W	G-LIGHT	13,56	2.712,00
17	600	PÇ	LÂMPADA INCANDESCENTE 60 W COM FILAMENTO REFORÇADO	OSRAM	5,22	3.132,00
18	700	PÇ	LÂMPADA INCANDESCENTE 100 W COM FILAMENTO REFORÇADO	OSRAM	5,22	3.654,00
19	40	PÇ	LÂMPADA HALÓGENA PAR 30, 75 W, 220 V	OSRAM	22,03	881,20
20	40	PÇ	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 80 W, USO EXTERNO	INTRAL	41,46	1.658,40
21	40	PÇ	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 250 W, USO EXTERNO	INTRAL	54,40	2.176,00
22	40	PÇ	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 400 W, USO EXTERNO	INTRAL	54,56	2.182,40
23	50	PÇ	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 70 W, USO EXTERNO	INTRAL	64,24	3.212,00
24	50	PÇ	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 150 W, USO EXTERNO	INTRAL	72,49	3.624,50
25	50	PÇ	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 250 W, USO EXTERNO	INTRAL	93,50	4.675,00
26	100	PÇ	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 400 W, USO EXTERNO	INTRAL	115,00	11.500,00
27	150	PÇ	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70 W, USO EXTERNO	INTRAL	48,00	7.200,00
28	50	PÇ	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 150 W, USO EXTERNO	INTRAL	59,42	2.971,00
29	100	PÇ	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400 W, USO EXTERNO	INTRAL	115,00	11.500,00
30	200	PÇ	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x20 W	INTRAL	27,69	5.538,00
31	200	PÇ	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x32 W	INTRAL	25,53	5.106,00
32	200	PÇ	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W	INTRAL	29,38	5.876,00
33	100	PÇ	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x110 W	INTRAL	94,97	9.497,00
34	100	PÇ	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X20 W CORPO EM CHAPA DE AÇO FOSFATIZADA E PINTADA ELETROSTATICAMENTE, SOBREPOR, COM REFLETOR EM PLACA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTA REFLETÂNCIA	INTRAL	62,16	6.216,00
35	100	PÇ	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X32 W, COM CORPO EM CHAPA DE AÇO FOSFATIZADA E PINTADA ELETROSTATICAMENTE, SOBREPOR, COM REFLETOR EM PLACA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTA REFLETÂNCIA	INTRAL	85,52	8.552,00
36	100	PÇ	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X40 W, COM CORPO EM CHAPA DE AÇO FOSFATIZADA E PINTADA ELETROSTATICAMENTE, SOBREPOR, COM REFLETOR EM PLACA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTA REFLETÂNCIA	INTRAL	85,52	8.552,00
37	100	PÇ	LUMINÁRIA INDUSTRIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X110 W, COM CORPO EM CHAPA DE AÇO FOSFATIZADA E PINTADA ELETROSTATICAMENTE, SOBREPOR, COM REFLETOR EM PLACA DE CHAPA DE AÇO FOSFATIZADO	INTRAL	161,07	16.107,00
38	200	PÇ	TOMADA SIMPLES 2P + T, 10 A, 250 V - NBR 14136	PEZZI	6,45	1.290,00
39	100	PÇ	TOMADA SIMPLES 2P + T, 20 A, 250 V - NBR 14136	PEZZI	6,45	645,00

40	100	PÇ	PLUGUE MONOFÁSICO 2P + T, 10 A, 250 V - NBR 14136	PEZZI	6,12	612,00
41	200	PÇ	PLUGUE MONOFÁSICO 2P + T, 20 A, 250 V - NBR 14136	PEZZI	6,62	1.324,00
42	600	M	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO 1"	SCHUMACHER	1,20	720,00
43	400	M	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO 1.1/4"	PEVEDUTO	2,15	860,00
44	400	M	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO 2"	PEVEDUTO	7,44	2.976,00
45	400	M	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO 3"	PEVEDUTO	9,99	3.996,00
46	800	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL MULTIPOLAR 0,6/1 kV, 3x2,5 mm2	CORFIO	3,67	2.936,00
47	800	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL MULTIPOLAR 0,6/1 kV, 3x16 mm2	CORFIO	21,37	17.096,00
48	800	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL MULTIPOLAR 0,6/1 kV, 3x25 mm2	CORFIO	33,20	26.560,00
49	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	1,18	944,00
50	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	1,18	944,00
51	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	1,18	944,00
52	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	1,18	944,00
53	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	1,18	944,00
54	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 4,0 mm2, 0,6/1 kV -COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	1,87	1.496,00
55	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 4,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	1,87	1.496,00
56	600	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 4,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	1,87	1.122,00
57	600	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 4,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	1,87	1.122,00
58	600	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 4,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	1,87	1.122,00
59	600	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 6,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	2,56	1.536,00
60	600	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 6,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	2,56	1.536,00
61	600	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 6,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	2,56	1.536,00
62	600	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 6,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	2,56	1.536,00
63	600	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 6,0 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	2,56	1.536,00
64	1200	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	4,50	5.400,00
65	1200	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	4,50	5.400,00

66	1200	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	4,50	5.400,00
67	1200	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	4,50	5.400,00
68	1200	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	4,50	5.400,00
69	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 25 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	10,91	8.728,00
70	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 25 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	10,91	8.728,00
71	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 25 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	10,91	8.728,00
72	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 25 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	10,91	8.728,00
73	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 25 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	10,91	8.728,00
74	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 35 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	14,87	11.896,00
75	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 35 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	14,87	11.896,00
76	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 35 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	14,87	11.896,00
77	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 35 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	14,87	11.896,00
78	800	M	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 35 MM2, 0,6/1 KV - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	14,87	11.896,00
79	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	1,19	952,00
80	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	1,19	952,00
81	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	1,19	952,00
82	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	1,19	952,00
83	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	1,83	1.464,00
84	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	1,83	1.464,00
85	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	1,83	1.464,00
86	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	1,83	1.464,00
87	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	1,83	1.464,00

88	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	1,83	1.464,00
89	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	2,73	2.184,00
90	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	2,73	2.184,00
91	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	2,73	2.184,00
92	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAM. BRANCO OU CINZA	CORFIO	2,73	2.184,00
93	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	2,73	2.184,00
94	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	4,61	3.688,00
95	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	4,61	3.688,00
96	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	4,61	3.688,00
97	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	4,61	3.688,00
98	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	4,61	3.688,00
99	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	6,86	5.488,00
100	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	6,86	5.488,00
101	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	6,86	5.488,00
102	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	6,86	5.488,00
103	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	6,86	5.488,00
104	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	10,56	8.448,00
105	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	10,56	8.448,00
106	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	10,56	8.448,00
107	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	10,56	8.448,00
108	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 25 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	10,56	8.448,00
109	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 35 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	14,49	11.592,00

110	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 35 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	14,49	11.592,00
111	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 35 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	14,49	11.592,00
112	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 35 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	14,49	11.592,00
113	800	M	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 35 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	14,49	11.592,00
114	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	0,72	720,00
115	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	0,72	720,00
116	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	0,72	720,00
117	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	0,72	720,00
118	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	0,72	720,00
119	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	1,12	1.120,00
120	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	1,12	1.120,00
121	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	1,12	1.120,00
122	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	1,12	1.120,00
123	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	1,12	1.120,00
124	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	1,84	1.840,00
125	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	1,84	1.840,00
126	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	1,84	1.840,00
127	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	1,84	1.840,00
128	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	1,84	1.840,00
129	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	2,69	2.690,00
130	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	2,69	2.690,00
131	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	2,69	2.690,00

132	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	2,69	2.690,00
133	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 6,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	2,69	2.690,00
134	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	4,67	4.670,00
135	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	4,67	4.670,00
136	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	4,67	4.670,00
137	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	4,67	4.670,00
138	1000	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	4,67	4.670,00
139	800	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO AZUL	CORFIO	6,26	5.008,00
140	800	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERDE	CORFIO	6,26	5.008,00
141	800	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO PRETO	CORFIO	6,26	5.008,00
142	800	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO BRANCO OU CINZA	CORFIO	6,26	5.008,00
143	800	M	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 16 MM2, 750 V - COR ISOLAMENTO VERMELHO	CORFIO	6,26	5.008,00
144	800	M	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, QUADRUPLIX, 3X1X10+10 MM2, COM TRATAMENTO UV	CORFIO	6,23	4.984,00
145	500	M	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, QUADRUPLIX, 3X1X25+25 MM2, COM TRATAMENTO UV	CORFIO	14,00	7.000,00
146	500	M	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, QUADRUPLIX, 3X1X35+35 MM2, COM TRATAMENTO UV	CORFIO	19,35	9.675,00
147	500	M	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, TRIPLEX, 2X1X10+10 MM2, COM TRATAMENTO UV	CORFIO	4,10	2.050,00
148	500	M	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, TRIPLEX, 2X1X25+25 MM2, COM TRATAMENTO UV	CORFIO	6,20	3.100,00
149	500	M	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, TRIPLEX, 2X1X35+35 MM2, COM TRATAMENTO UV	CORFIO	8,40	4.200,00
150	600	M	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, DUPLEX, 1X1X10+10 MM2, COM TRATAMENTO UV	CORFIO	3,00	1.800,00
151	600	M	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, DUPLEX, 1X1X25+25 MM2, COM TRATAMENTO UV	CORFIO	3,45	2.070,00
152	600	M	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS, XLPE, 0,6/1 KV, DUPLEX, 1X1X35+35 MM2, COM TRATAMENTO UV	CORFIO	4,55	2.730,00
153	1000	M	CABO DE COBRE NU 10 MM2, CLASSE 2	CORFIO	3,95	3.950,00

154	500	M	CABO DE COBRE NU 16 MM2, CLASSE 2	CORFIO	6,20	3.100,00
155	500	M	CABO DE COBRE NU 25 MM2, CLASSE 2	CORFIO	9,89	4.945,00
156	500	M	CABO DE COBRE NU 35 MM2, CLASSE 2	CORFIO	13,65	6.825,00
157	50	PÇ	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO NEMA, 15 A, 2 KA	SOPRANO	9,75	487,50
158	50	PÇ	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO NEMA, 20 A, 2 KA	SOPRANO	9,75	487,50
159	50	PÇ	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO NEMA, 25 A, 2 KA	SOPRANO	9,75	487,50
160	40	PÇ	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO NEMA, 30 A, 5 KA	SOPRANO	56,65	2.266,00
161	40	PÇ	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO NEMA, 40 A, 5 KA	SOPRANO	56,65	2.266,00
162	40	PÇ	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO NEMA, 50 A, 5 KA	SOPRANO	56,65	2.266,00
163	40	PÇ	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO NEMA, 70 A, 5 KA	SOPRANO	86,25	3.450,00
164	50	PÇ	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 16 A, 2 KA	SOPRANO	7,15	357,50
165	50	PÇ	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 20 A, 2 KA	SOPRANO	7,15	357,50
166	50	PÇ	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 25 A, 2 KA	SOPRANO	7,15	357,50
167	50	PÇ	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 32 A, 2 KA	SOPRANO	7,15	357,50
168	40	PÇ	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO DIN, 10 A, 5 KA	SOPRANO	53,95	2.158,00
169	40	PÇ	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO DIN, 16 A, 5 KA	SOPRANO	53,95	2.158,00
170	40	PÇ	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO DIN, 25 A, 5 KA	SOPRANO	53,95	2.158,00
171	40	PÇ	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO DIN, 32 A, 5 KA	SOPRANO	53,95	2.158,00
172	40	PÇ	POSTE DE CONCRETO DT 7/100 DAN	CANOINHAS	319,60	12.784,00
173	10	PÇ	POSTE DE CONCRETO DT 7/150 DAN	CANOINHAS	323,00	3.230,00
174	10	PÇ	POSTE DE CONCRETO DT 7/200 DAN	CANOINHAS	340,00	3.400,00
175	10	PÇ	POSTE DE CONCRETO DT 7/300 DAN	CANOINHAS	535,50	5.355,00
176	15	PÇ	POSTE DE CONCRETO DT 10/100 DAN	CANOINHAS	425,00	6.375,00
177	10	PÇ	POSTE DE CONCRETO DT 10/150 DAN	CANOINHAS	461,34	4.613,40
178	10	PÇ	POSTE DE CONCRETO DT 10/200 DAN	CANOINHAS	637,50	6.375,00
179	10	PÇ	POSTE DE CONCRETO DT 10/300 DAN	CANOINHAS	765,94	7.659,40
180	120	PÇ	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA GALVANIZADO A FOGO 1X1	ENERBLU	9,91	1.189,20
181	120	PÇ	ISOLADOR ROLDANA DE PORCELANA, 72X72 MM	AMANCO	3,40	408,00
182	120	PÇ	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1" - BARRA 3,0 M	AMANCO	9,35	1.122,00
183	70	PÇ	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1.1/4" - BARRA 3,0 M	AMANCO	13,90	973,00
184	40	PÇ	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1.1/2" - BARRA 3,0 M	AMANCO	17,10	684,00
185	20	PÇ	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 2" - BARRA 3,0 M	AMANCO	21,90	438,00
186	20	PÇ	CURVA PVC RÍGIDO 180°, 1"	AMANCO	7,35	147,00
187	20	PÇ	CURVA PVC RÍGIDO 180°, 1.1/4"	AMANCO	5,20	104,00
188	50	PÇ	CURVA PVC RÍGIDO 90°, 1"	AMANCO	2,20	110,00
189	50	PÇ	CURVA PVC RÍGIDO 90°, 1.1/4"	AMANCO	3,60	180,00
190	30	PÇ	CURVA PVC RÍGIDO 90°, 1.1/2"	AMANCO	3,70	111,00
191	100	PÇ	LUVA DE PVC RÍGIDO 1"	AMANCO	1,10	110,00
192	100	PÇ	LUVA DE PVC RÍGIDO 1.1/4"	AMANCO	1,50	150,00
193	60	PÇ	LUVA DE PVC RÍGIDO 1.1/2"	AMANCO	2,30	138,00
194	60	PÇ	LUVA DE PVC RÍGIDO 2"	AMANCO	0,70	192,00
195	100	PÇ	BUCHA DE ALUMÍNIO 1"	WETZEL	0,70	70,00
196	100	PÇ	BUCHA DE ALUMÍNIO 1.1/4"	WETZEL	0,44	44,00
197	100	PÇ	BUCHA DE ALUMÍNIO 1.1/2"	WETZEL	1,30	130,00
198	50	PÇ	BUCHA DE ALUMÍNIO 2"	WETZEL	2,40	120,00
199	80	PÇ	ARRUELA DE ALUMÍNIO 1"	WETZEL	0,50	40,00
200	80	PÇ	ARRUELA DE ALUMÍNIO 1.1/4"	WETZEL	0,59	47,20
201	40	PÇ	ARRUELA DE ALUMÍNIO 1.1/2"	WETZEL	1,00	40,00
202	40	PÇ	ARRUELA DE ALUMÍNIO 2"	WETZEL	1,50	60,00
203	150	M	CINTA DE ALUMÍNIO PARA POSTE COM PRESILHA	ENERBLU	1,49	223,50
204	50	PÇ	ABRAÇADEIRA UNIVERSAL PARA CAIXA DE MEDIDOR	ENERBLU	12,41	620,50
205	40	PÇ	CAIXA MEDIDOR MONOFÁSICO, PADRÃO CELESC	OLIPE	41,02	1.640,80
206	40	PÇ	CAIXA MEDIDOR TRIFÁSICO, PADRÃO CELESC	OLIPE	105,45	4.218,00
207	150	PÇ	ALÇA PRÉ-FORMADA PARA MENSAGEIRO 7,5 MM	MECRIL	7,27	1.090,50
208	150	PÇ	OLHAL PARA PARAFUSO 5000 DAN	MECRIL	11,05	1.657,50
209	150	PÇ	SAPATILHA 5000 DAN PARA CABO DE AÇO ATÉ 9,5 MM	MECRIL	11,01	1.651,50
210	150	PÇ	CARTUCHO PARA CONECTOR CUNHA VERMELHO	MECRIL	3,53	529,50
211	150	PÇ	CONECTOR UDC ASSIMÉTRICO, TIPO A	MECRIL	4,68	702,00

212	100	PÇ	CONECTOR DE PERFURAÇÃO PIERCING, 16X70-1,5X1,0 MM2	MECRIL	7,140	714,00
213	100	PÇ	CONECTOR DE PERFURAÇÃO PIERCING, 35X70- 6X35 MM2	MECRIL	10,80	1.080,00
214	150	PÇ	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X125 MM	MECRIL	3,23	484,50
215	100	PÇ	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X300 MM	MECRIL	6,68	668,00
216	100	PÇ	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X350 MM	MECRIL	4,49	449,00
217	150	PÇ	PORCA QUADRADA ROSCA M16	MECRIL	1,07	160,50
218	600	PÇ	ARRUELA QUADRADA 16 MM	MECRIL	0,60	360,00
219	30	PÇ	CAPACETE DE ALUMÍNIO 1"	MECRIL	4,72	141,60
220	30	PÇ	CAPACETE DE ALUMÍNIO 1.1/4"	MECRIL	3,74	112,20
221	25	PÇ	CAPACETE DE ALUMÍNIO 1.1/2"	MECRIL	6,51	162,75
222	25	PÇ	CAPACETE DE ALUMÍNIO 2"	MECRIL	8,29	207,25
223	30	PÇ	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO A FOGO 1"X3,0 M - NBR 5598	MULTIDUTO	45,35	1.360,50
224	30	PÇ	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO A FOGO 1.1/4"X3,0 M - NBR 5598	MULTIDUTO	65,75	1.972,50
225	20	PÇ	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO A FOGO 1.1/2"X3,0 M - NBR 5598	MULTIDUTO	68,51	1.370,20
226	20	PÇ	ELETRODUTO FERRO GALVANIZADO A FOGO 2"X3,0 M - NBR 5598	MULTIDUTO	102,05	2.041,00
227	40	PÇ	LUVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 1"	MULTIDUTO	3,15	126,00
228	40	PÇ	LUVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 1 1/4"	MULTIDUTO	6,97	278,80
229	30	PÇ	LUVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 1.1/2"	MULTIDUTO	9,87	296,10
230	30	PÇ	LUVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 2"	MULTIDUTO	16,24	487,20
231	30	PÇ	CURVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 90° 1"	MULTIDUTO	5,74	172,20
232	30	PÇ	CURVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 90° 1.1/4"	MULTIDUTO	12,99	389,70
233	20	PÇ	CURVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 90° 1.1/2"	MULTIDUTO	14,41	288,20
234	20	PÇ	CURVA DE FERRO GALVANIZADO A FOGO 90° 2"	MULTIDUTO	32,64	652,80
235	250	PÇ	FITA ISOLANTE EM PVC, ANTICHAMA, 19 MM X 10 M	PIRELLI	3,73	932,50
236	60	PÇ	FITA AUTOFUSÃO 19 MM X 10 M	PIRELLI	25,34	1.520,40
237	40	PÇ	CRUZETA TUBULAR DE AÇO 90X90X2000 MM, PADRÃO CELESC	MECRIL	125,48	5.019,20
238	50	PÇ	MÃO FRANCESA PERFILADA 726 MM	MECRIL	28,65	1.432,50
239	160	PÇ	TERMINAL SAPATA 25 MM2	INTELLI	2,30	368,00
240	60	PÇ	TERMINAL SAPATA 35 MM2	INTELLI	2,51	150,60
241	40	PÇ	RELÉ FOTOELÉTRICO 220 V, NF COM BASE	ILUMATIC	45,56	1.822,40
242	40	PÇ	CHAVE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1X30 A, 220 V	TECNOWATT	215,39	8.615,60
243	40	PÇ	CHAVE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1X50 A, 220 V	TECNOWATT	222,70	8.908,00
244	12	PÇ	CONTADOR TRIPOLAR, 22 A (REGIME AC-1), BOBINA DE ALIMENTAÇÃO 220 VCA, 60 HZ	SIEMENS	110,12	1.321,44
245	12	PÇ	CONTADOR TRIPOLAR, 40 A (REGIME AC-1), BOBINA DE ALIMENTAÇÃO 220 VCA, 60 HZ	SIEMENS	224,11	2.689,32
246	12	PÇ	CONTADOR TRIPOLAR, 60 A (REGIME AC-1), BOBINA DE ALIMENTAÇÃO 220 VCA, 60 HZ	SIEMENS	380,12	4.561,44
247	140	PÇ	BLOCO AUTÔNOMO DE EMERGÊNCIA COM 2 LÂMPADAS FLUORESCENTES COMPACTAS 8 W, 220 V	G-LIGHT	28,78	4.029,20
248	50	PÇ	BLOCO AUTÔNOMO DE EMERGÊNCIA COM 2 LÂMPADAS HALÓGENAS 55 W, 220 V	EQUIPEL	326,83	16.341,50
249	250	PÇ	CANAleta PLÁSTICA 20X10X2100 MM , SEM DIVISÓRIA INTERNA	ENERBRAS	4,56	1.140,00
250	250	PÇ	CANAleta PLÁSTICA 20X10X2100 MM , COM DIVISÓRIA INTERNA	ENERBRAS	4,56	1.140,00
251	40	PÇ	TAMPA PARA CAIXA DE PASSAGEM EM FERRO FUNDIDO 700X460 MM, RESISTÊNCIA 125 KN - NBR 10160, PADRÃO CELESC	WALFER	336,61	13.452,40
252	20	PÇ	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 0,5 CV, IV PÓLOS	ABCM	152,06	3.041,20

253	15	PÇ	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 1 CV, IV PÓLOS	ABCM	171,50	2.572,50
254	15	PÇ	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 2 CV, IV PÓLOS	ABCM	205,08	3.076,20
255	13	PÇ	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 3 CV, IV PÓLOS	ABCM	268,46	3.489,98
256	13	PÇ	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 5 CV, IV PÓLOS	ABCM	352,35	4.580,55
257	10	PÇ	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 7,5 CV, IV PÓLOS	ABCM	484,18	4.841,80
258	10	PÇ	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 10 CV, IV PÓLOS	ABCM	569,57	5.695,70
259	5	PÇ	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 15 CV, IV PÓLOS	ABCM	582,26	2.911,30
260	5	PÇ	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 20 CV, IV PÓLOS	ABCM	801,99	4.009,95
261	5	PÇ	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 30 CV, IV PÓLOS	ABCM	1.268,95	6.344,75
262	70	PÇ	DISPOSITIVO DR 25 A, 30 MA, 220 VCA, BIPOLAR (FASE E NEUTRO)	SIEMENS	109,35	7.654,50
263	70	PÇ	DISPOSITIVO DR 25 A, 100 MA, 220 V, BIPOLAR (FASE E NEUTRO)	SIEMENS	251,65	17.615,50
264	40	PÇ	DISPOSITIVO DR 80 A, 300 MA, 380/220 VCA, TETRA-POLAR (3 FASES E NEUTRO)	SIEMENS	263,33	10.533,20
265	50	PÇ	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DPS, MONOBLOCO, CORRENTE NOMINAL DE DESCARGA 20 KA, TENSÃO NOMINAL 380/220 VCA	SIEMENS	119,40	5.970,00
266	200	PÇ	ADAPTADOR PLUGUE 2P+T (PADRÃO NOVO - NBR 14136)	AS	4,70	940,00
267	100	PÇ	TOMADA DUPLA 2P+T, 10 A PARA CAIXA 75X65X35 MM	PEZZI	9,23	923,00
268	300	PÇ	CAIXA DE SOBREPOR 75X65X35 MM	PEZZI	2,73	819,00
269	200	PÇ	COTOVELO INTERNO 50X20 MM	ENERBRAS	5,40	1.080,00
270	200	PÇ	TAMPA PARA TOMADA (2P+T)	ENERBRAS	5,45	1.090,00
271	200	PÇ	COTOVELO 90° 50X20 MM	ENERBRAS	5,40	1.080,00
272	250	PÇ	DERIVAÇÃO EM T 50X20 MM	ENERBRAS	5,40	1.350,00
273	10	PÇ	QUADRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ABRIGAR 24 DISJUNTORES MONOPOLARES PADRÃO NEMA, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTOS DE COBRE PARA FASES (AMPACIDADE 150 A), NEUTRO E TERRA	CEMAR	593,75	5.937,50
274	10	PÇ	QUADRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ABRIGAR 56 DISJUNTORES MONOPOLARES PADRÃO DIN, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTOS DE COBRE PARA FASES (AMPACIDADE 150 A), NEUTRO E TERRA	CEMAR	939,48	9.394,80
275	100	PÇ	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" X 2,40M, CAMADA DE COBRE 254µM	INTELLI	37,28	3.728,00
276	100	PÇ	PROJETOR RETANGULAR PARA LAMPADA VAPOR METÁLICO 400W BASE E-40, USO EXTERNO	PJE	41,90	4.190,00
277	4000	HORA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	ABCM	64,20	256.800,00
Valor Total						1.273.252,43

2. São responsabilidades do FORNECEDOR:

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da Ata;

Arcar com todas as despesas referente à contratação, sendo que a presente contratação não gera nenhum tipo de vínculo empregatício



entre o Município perante a contratada e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade o pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

Arcar com todas as despesas de transporte, entrega e descarregamento, no local indicado;

Entregar os materiais com selo do Procel/Inmetro e prestar os serviços com garantia mínima de 03 (três) meses. Atender quando solicitado assistência técnica no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas no local de entrega, resolvendo, inclusive com substituição das peças que apresentarem defeitos durante o período de vigência da garantia ou garantir gratuitamente os consertos de eventuais defeitos nos serviços que venham ocorrer durante o período de vigência da garantia;

Atender a todos os endereços quando solicitado entrega dos materiais e/ou prestação dos serviços;

Entregar os materiais de acordo com as normas estabelecidas pelas Normas Técnicas da ABNT com prazo de validade longo de no mínimo (03) três meses, com selo de qualidade do Procel e Inmetro, da mesma marca e qualidade das marcas cotadas nas propostas, não podendo ser substituída as marcas cotadas;

Serviços com garantia mínima de 3 (três) meses, refeitos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação sem cobrança de horas de serviços.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), frete, descarregamento, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ter seus preços reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.

3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações e Contratos desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

7. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do município.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 3 (três) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Caçador.

2. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117-2015-PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117-2015-PREFEITURA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ZERO QUILOMETRO, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, empresa AUTO MECÂNICA GERAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.548.054/0001-01, com sede na cidade de Videira/SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
04	01	UNID	Veículo automotor. Conforme termo de referência (ANEXO VI)	Chevrolet Spin LTZ	R\$64.500,00	R\$ 64.500,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118-2015-PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118-2015-PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2015 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA SER UTILIZADO EM OBRAS DA INFRAESTRUTURA URBANA E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDEMA, empresa GATTICASAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.139.514/0003-82, com sede nesta cidade de Caçador, SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	Vlr Unit.	Vlr Total
01	250	m3	CONCRETO USINADO FCK 15 MPA (CONVENCIONAL)	389,40	97.350,00
02	100	m3	CONCRETO USINADO FCK 18 MPA (BOMBEADO)	402,50	40.250,00

03	100	m3	CONCRETO USINADO FCK 20 MPA (CONVENCIONAL)	396,80	39.680,00
04	100	m3	CONCRETO USINADO FCK 25 MPA (CONVENCIONAL)	404,50	40.450,00
05	100	m3	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA (CONVENCIONAL)	412,80	41.280,00
Valor total					259.010,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119-2015-PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119-2015-PREFEITURA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015 processo licitatório nº 81/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ZERO QUILOMETRO, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.952.689/0001-80, com sede na cidade de Videira/SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
03	01	UNID	Caminhão. Conforme termo de referência (ANEXO VI)	Iveco Tector	R\$157.900,00	R\$157.900,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120 – 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ZERO QUILOMETRO, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, empresa DE MARCO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	R\$ TOTAL
01	12	UNID	Veículo automotor. Conforme termo de referência (ANEXO VI)	Renault Sandero	32.90,00	394.800,00
02	03	UNID	Veículo automotor, tipo sedan. Conforme termo de referência (ANEXO VI)	Renault Logan	42.500,00	127.500,00
05	02	UNID	Veículo automotor, tipo sedan. Conforme termo de referência (ANEXO VI)	Renault Logan	48.900,00	97.800,00
TOTAL R\$						620.100,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121-2015-PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121-2015-PREFEITURA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS - RESTROESCAVADEIRA, ROLO COMPACTADOR, TRATOR DE ESTEIRA E ESCAVADEIRA HIDRAULICA, DESTINADAS A MANUTENÇÃO DE VIAS E ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, empresa TERRAPLANAR TERRAPLANAGEM LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.708.964/0001-05, com sede na cidade de Calador/SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	300	horas	Locação de serviços de retroescavadeira, peso operacional mínimo de 8.400 kg, potência do motor mínimo de 74hp, concha dianteira no mínimo 0,96 m3, profundidade de escavação no mínimo 4.390 mm, tração 4x4, com cabine fechada (segurança operador), ano de fabricação no mínimo 2014 ou superior, combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento por conta da empresa vencedora.	New Holland	R\$ 120,00	R\$ 36.000,00
2	300	horas	Locação de serviços de rolo compactador, peso operacional mínimo 11.122 kg potência do motor no mínimo de 110 hp, motor 04 cilindros turbinado, largura do tambor no mínimo 2.130 mm, compactação mínima 16.785 kg, espessura da chapa do tambor 25mm, utilidade liso e com patas, comprimento total 5,51 m, ano igual ou superior a 2012, combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento por conta da empresa vencedora.	Catherpillar	R\$ 180,00	R\$ 54.000,00

3	300	horas	Locação de serviços de trator de esteira, peso operacional mínimo 11.000 kg, potência mínima 110 hp, capacidade da lâmina e angulação hidráulica de 3,8 m3, ripper traseiro, ano de fabricação no mínimo 2014 ou superior, combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento por conta da empresa vencedora.	Komatsu	R\$ 180,00	R\$ 54.000,00
4	300	horas	Locação de serviços de escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 21.000 kg, motor 06 cilindros turboalimentado, potência do motor mínimo de 148 hp, lança mínima 5,1 m, braço 2,6, capacidade da concha de no mínimo 1,50 m3, ano de fabricação no mínimo 2014 ou superior, combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento por conta da empresa vencedora.	Komatsu	R\$ 220,00	R\$ 66.000,00
VALOR TOTAL R\$						R\$210.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122 – 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE PAREDE DIVISÓRIA, GESSO ACARTONADO (DRY WALL) E PERSIANAS, empresa PERSIANAS REQUINTE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº85.102.689/0001-18, com sede na cidade de Caçador, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, sendo:

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
02	500	M²	Fornecimento e instalação de paredes divisória de Eucatex. Marca Eucatex	75,80	37.900,00
03	300	M²	Persiana vertical de tecido lavável. – Marca IPE	35,00	10.500,00
04	200	M²	Persiana vertical PVC branco. – Marca IPE	37,00	7.400,00
TOTAL GERAL R\$					55.800,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124 - 2015 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124 - 2015 - PREFEITURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 77 – 2015 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL TIPO S10, DESTINADO AOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS FUNDOS E FUNDAÇÕES, empresa BORTOLI, ARGENTA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 73.650.988/0001-08, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
01	130.000	LITRO	ÓLEO DIESEL TIPO S-10 PARA MOTORES COM TECNOLOGIA EURO V	PETROBRAS	3,10	403.000,00
VALOR R\$						403.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2015 – PREFEITURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS AO CIRETRAN DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, empresa DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.514.780/0001-13, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	05	Unid	<p>A cadeira Fixa 4 pés é constituída de assento e encosto plásticos, e estrutura metálica.</p> <p>A estrutura é composta de tubos de aço 1010 /1020, sendo os pés e suportes do assento e encosto fabricados em tubos oblongos 16x30 com 1.5mm de espessura de parede soldados com solda Mig à duas travessas horizontais de tubos de aço 7/8" x 1,2mm de espessura formando um conjunto estrutural empilhável. A estrutura recebe tratamentos químicos de fosfatização e pinturas epóxi pó. Para dar acabamento nas pontas dos tubos dos pés e travessas, a estrutura recebe ponteiros plásticos injetados em polipropileno.</p> <p>Assento confeccionado em polipropileno copolímero (PP) injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado. Suas dimensões são 465mm de largura, 420mm de profundidade 5mm de espessura de parede. Possui cantos arredondados e é unido à estrutura por meio de 4 (quatro) parafuso 5x30 para plástico. A altura do assento até o chão é de 445mm.</p> <p>O encosto é fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado, com dimensões de 460mm de largura por 330mm de altura, com espessura de parede de 5mm e cantos arredondados, unidos a estrutura por dupla cavidade na parte posterior do encosto que se encaixa a estrutura metálica, travada por dois pinos fixadores plásticos injetados em polipropileno copolímero, na cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou parafusos. O encosto possui furos para ventilação.</p> <p>O assento e o encosto apresentam como opcional alma estofada com espuma laminada de espessura igual a 20mm de densidade 26. A alma estofada é montada ao assento por meio de parafusos phillips Ø3.5x8mm para plástico, e ao encosto por meio de encaixes.</p>	PLAXMETAL	R\$72,00	R\$360,00

2	05	Unid	<p>A estrutura de sustentação do assento e encosto fixando por quatro (04)parafusos1/4x3/4"sextavado ao assento, o encosto fixado ao "L" do mecanismo por dois parafusos 1/4x1"e uma acopla injetada. Acoplado ao pistão modelo gás juntamente encaixado a base de cinco pernas com cinco rodízios. A cadeira tem dimensões aproximadas de590mm de profundidade e 560mm de largura e possui um conjunto de apoia braços com regulagem.</p> <p>Assento consiste em uma estrutura de madeira com quatro porcas garra 1/4"fixadas,com dimensões de470mm de largura, 440mmde profundidade 65mmde espessura com cantos arredondados e espuma injetada com densidade de 45 shor e 50milímetros de altura e de forma levemente adaptada ao corpo. A altura máxima do assento até o chão de 570mm.</p> <p>Encosto consiste em uma estrutura em polipropileno copolímero injetado deforma levemente adaptada ao corpo, com dimensões de 420mm de largura por 380mm de altura com espessura de 98mm com cantos arredondados e espuma injetado com densidade de 45shor e 50mm de espessura e este fixado por uma acoplada a parte posterior do encosto que se fixa a plataforma por meio de um "L" já soldado, permitindo assim a melhor fixação e também serve como acabamento uma capa.</p> <p>O mecanismo é feito com chapa de aço 1010/1020 e espessura 2.65mm, fosfatada e pintada com tinta epóxi a pó. O funcionamento do mecanismo consiste em duas alavancas, uma aciona o pistão e a outra aciona e trava o encosto, que possui um grau de inclinação do encosto 17°graus para frente e para traz e possui regulagem de altura do encosto-de70mm, através do sistema de catraca.</p> <p>A apoia braço em Polipropileno com regulagem de altura de 70mm.</p> <p>Rodizio de PU.</p> <p>Base penta pé,(aranha com cinco pernas)é fabricada em chapa 1010/1020 e espessura 1,50mm,conformada na ponta do tubo para encaixe do pino euro por isso não precisa de ponteira para fixar o rodizio, aumentando assim a vida útil do mesmo, onde possui uma carenagem injetada e moldada como acabamento.</p> <p>A coluna modelo gás tem um curso de 110mm utiliza um acabamento externo que cobre a sua haste e vai até a base penta pé se encaixando perfeitamente a ela.</p>	METALFLEX	R\$278,00	R\$1.390,00
---	----	------	--	-----------	-----------	-------------

3	06	Unid	<p>Conjunto longarina nas versões de 2 lugares, constituída de pés injetados em polipropileno copolímero, duas travessas de tubo de aço retangular 20x40x1.2mm de espessura, conjuntos de sustentação de assento e encosto em tubo e mais 02 (dois) conjuntos de assento e encosto injetado em polipropileno copolímero. As dimensões ocupadas são: 837mm altura, 518mm largura total, seu comprimento 2 lugares 1175mm e 3 lugares 1755 abaixo. Possui um espaço entre assentos de 101mm.</p> <p>O assento é confeccionado em polipropileno copolímero injetado com curvatura levemente adaptada ao corpo e acabamento texturizado, com dimensões de 465mm de largura, 415mm de profundidade 5mm de espessura e cantos arredondados, unidos a estrutura por meio de 04 (quatro) porcas (bucha americana 6x13mm) parafusadas e 04 (quatro) parafusos M6 x 75mm cabeça phillips para fixação em cada assento. A altura do assento até a linha do chão é de 449mm.</p> <p>Encosto em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado, com dimensões de 460mm de largura por 335mm de altura, com espessura de 5mm e cantos arredondados, unidos a estrutura por meio de encaixe em dupla cavidade na parte inferior do encosto que se junta a estrutura metálica, travada por dois pinos retráteis (pinheirinhos) injetados em polipropileno copolímero na cor do encosto e sem a presença de rebites ou parafusos, permitindo melhor fixação e praticidade.</p> <p>A estrutura de sustentação do assento encosto é de tubos aço Ø22.20x1.5mm de espessura, curvado e furado para acoplar-se ao assento e encosto juntando-se com a estrutura onde serão fixadas por 04 (quatro) parafusos já descritos acima.</p> <p>Os pés da longarina são confeccionados polipropileno copolímero injetado e moldado com acabamento texturizado, são divididos em duas partes, superior e inferior e unidos por meio de encaixes em dois tubos de aço de Ø38.1x0.9mm formando um conjunto de grande resistência. Para os modelos de 2 e 3 lugares, a longarina possui 2 pés, para os modelos maiores, de 4 e 5 lugares o número de pés passa para 3.</p> <p>Todos os tubos de aço utilizados na montagem desta longarina passam por um processo de banhos decapantes e de fosfatização e posterior pintura com tinta epóxi a pó, evitando oxidação e com um ótimo acabamento superficial.</p>	PLAXMETAL	R\$185,00	R\$1.110,00
---	----	------	---	-----------	-----------	-------------

4	08	Unid	<p>Conjunto longarina nas versões de 3 lugares, constituída de pés injetados em polipropileno copolímero, duas travessas de tubo de aço retangular 20x40x1.2mm de espessura, conjuntos de sustentação de assento e encosto em tubo e mais 02 (dois) conjuntos de assento e encosto injetado em polipropileno copolímero. As dimensões ocupadas são: 837mm altura, 518mm largura total, seu comprimento 2 lugares 1175mm e 3 lugares 1755 abaixo. Possui um espaço entre assentos de 101mm.</p> <p>O assento é confeccionado em polipropileno copolímero injetado com curvatura levemente adaptada ao corpo e acabamento texturizado, com dimensões de 465mm de largura, 415mm de profundidade 5mm de espessura e cantos arredondados, unidos a estrutura por meio de 04 (quatro) porcas (bucha americana 6x13mm) parafusadas e 04 (quatro) parafusos M6 x 75mm cabeça phillips para fixação em cada assento. A altura do assento até a linha do chão é de 449mm.</p> <p>Encosto em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado, com dimensões de 460mm de largura por 335mm de altura, com espessura de 5mm e cantos arredondados, unidos a estrutura por meio de encaixe em dupla cavidade na parte inferior do encosto que se junta a estrutura metálica, travada por dois pinos retráteis (pinheirinhos) injetados em polipropileno copolímero na cor do encosto e sem a presença de rebites ou parafusos, permitindo melhor fixação e praticidade.</p> <p>A estrutura de sustentação do assento encosto é de tubos aço Ø22.20x1.5mm de espessura, curvado e furado para acoplar-se ao assento e encosto juntando-se com a estrutura onde serão fixadas por 04 (quatro) parafusos já descritos acima.</p> <p>Os pés da longarina são confeccionados polipropileno copolímero injetado e moldado com acabamento texturizado, são divididos em duas partes, superior e inferior e unidos por meio de encaixes em dois tubos de aço de Ø38.1x0.9mm formando um conjunto de grande resistência. Para os modelos de 2 e 3 lugares, a longarina possui 2 pés, para os modelos maiores, de 4 e 5 lugares o número de pés passa para 3.</p> <p>Todos os tubos de aço utilizados na montagem desta longarina passam por um processo de banhos decapantes e de fosfatização e posterior pintura com tinta epóxi a pó, evitando oxidação e com um ótimo acabamento superficial.</p>	PLAXMETAL	R\$270,00	R\$2.160,00
TOTAL DO FORNECEDOR					R\$5.020,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17 – 2015 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17 – 2015 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO 16/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015, MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS, empresa SUPERMERCADOS CEREAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.924/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UND	PRODUTO	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
02	194	Und	Açúcar refinado branco pacote de 5kg	ALTO ALEGRE	11,40	2.211,60
05	150	Und	Álcool gel embalagem 1L	DA ILHA	5,00	750,00
07	1.100	Kg	Banana caturra tamanho médio em processo de amadurecimento	CERELA	1,80	1.980,00

19	478	Und	Detergente líquido com 500 ml (composição: linear alquil-benzeno sulfonado, hidróxido de sódio, trietanolamina, dietanolamida de ácido graxo de coco, lauril éter sulfato de sódio, sal inorgânico, decilpoliglucosídeo (C-10-C16), alquil amido propil Betânia, 5-cloro-2-metil isothiazolin-2-one, 2-metil-4isothiazolin-3-one, corante azul ácido 90, corante amarelo alimento 4, fragrância e água	GIRANDO SOL	1,55	740,90
20	50	Und	Doce de frutas cremoso sem glúten com polpa de frutas, data de fabricação no Máximo de 30 dias, embalagem com 01kg	AUREA	7,80	390,00
23	90	Und	Esponja de lã de aço pacote com oito unidades 60 gramas	BRILHUS	2,75	247,50
26	284	Und	Filtro de papel para café 103 caixa com 40 unid	SUPREMO	2,90	823,60
28	550	Und	Guardanapo de papel 22,5X19,5 pacote com 50 unidades	POMME	1,35	742,50
29	950	Kg	Laranja pêra, cor alaranjada odor agradável e doce	CEREAL	2,15	2.042,50
35	1000	Kg	Maça fuji tamanho médio casca integra sem amassados	CEREAL	3,98	3.980,00
36	100	Kg	Mamão Formosa, em processo de amadurecimento, liso, livre de defeitos	CEREAL	3,95	395,00
37	50	Und	Margarina vegetal pote com 500g	PRIME	3,45	172,50
41	100	Und	Óleo de soja embalagem 900ml	COAMO	3,45	345,00
42	1.040	Und	Pedra sanitária germicida e bactericida desodor lavanda bouquet	SANY	2,35	2.444,00
44	100	Und	Pó para pudim sabor e colorido artificialmente embalagem 85g	AOTI	1,16	116,00
50	500	Und	Saco de lixo reforçado, preto 10 micra, tamanho 63X80 capacidade 50 litros reforçada pacote com 10 unid.	RESINA	9,50	4.750,00

TOTAL	22.131,10
-------	-----------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18 – 2015 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18 – 2015 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO 16/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015, MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS, empresa VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, com sede no Distrito de Ipomeia – Barão, sala nº 02, na cidade de Rio das Antas, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UND	PRODUTO	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
04	530	Und	Álcool líquido com graduação acima de 54º GL embalagem de 01L	FLOPS	4,98	2.639,40
22	55	Und	Escova para vaso sanitário oval, com suporte, cabo de plástico com 30cm, e cerdas de nylon	GOEDERT	5,83	320,65
48	400	Und	Sabão em pó com branqueador óptico, tensoativos aniônicos, tamponantes coadjuvantes, sinergista corantes, fragrância, água, embalado em caixa de papelão 1 Kg	ALA	6,85	2.740,00
51	550	Und	Saco de lixo reforçado, preto 12 micra, tamanho 75X90 capacidade 100 litros reforçada pacote com 05 unid.	MILLER PLAST	10,35	5.692,50

TOTAL	11.392,55
-------	-----------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43 – 2015 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43 – 2015 – FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ENXOVAL DE BEBÊ PARA COMPOR KITS MATERNIDADE DO PROGRAMA REDE CEGONHA DO GRUPO DE GESTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, empresa FELIPE MATHIAS DE MORAES EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.980.359/0001-09, com sede na cidade de São Paulo, SP, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
01	200	Unidades	Manta para bebê feita em Microsoft antialérgico, leve e macio, com acabamento em fita, tamanho 0,80x0,80 cm, diversas cores (para meninas e meninos).	FRALDÃO BABY	R\$20,00	R\$4.000,00
02	200	Unidades	Manta em soft, com aplicação em tecido 100% algodão, com acabamento em cetim, medida aproximada de 100 cm x 74 cm.	FRALDÃO BABY	R\$21,90	R\$4.380,00
03	250	Unidades	Toalha de banho com capuz de bebe, forrada, diversas cores (para menina e menino), medindo aproximadamente 90 cm x 70 cm., 100% algodão.	CARICIA	R\$8,50	R\$2.125,00
04	250	Unidades	Cueiros flanelados, 100% algodão, medida aproximada 80 cm x 80 cm, diversas cores (para meninas e meninos)	PARAPIPI	R\$4,20	R\$1.050,00
05	150	Unidades	Macacão/Tip Top infantil (bebê) manga longa em moletinho flanelado, diversas cores (para meninas e meninos).	FRALDÃO BABY	R\$6,50	R\$975,00
06	150	Unidades	Macacão/ Tip Top infantil (bebê) manga longa em plush, abertura frontal, diversas cores (para meninas e meninos).	FRALDÃO BABY	R\$9,50	R\$1.425,00
07	250	Unidades	Macacão/Tip Top infantil (bebê) manga longa, malha 100% algodão, diversas cores (para meninas e meninos).	FRALDÃO BABY	R\$7,70	R\$1.925,00
08	250	Unidades	Body infantil (bebê), em malha 100% algodão, modelagem estilo "americano", composto de 80% algodão 20% poliéster. Diversas cores (para meninas e meninos)	FRALDÃO BABY	R\$5,00	R\$1.250,00
09	150	Unidades	Pijaminha em malha de bebê, 100% algodão, contendo duas peças (body e calça), diversas cores. (para meninas e meninos), algodão e poliéster.	FRALDÃO BABY	R\$10,90	R\$1635,00
10	200	Unidades	Pijaminha pagãozinho para recém-nascido, diversas cores (para meninas e meninos), algodão e poliéster.	BANBINO	R\$4,70	R\$940,00
11	250	Unidades	Paninho de boca para bebê em toalha felpuda, aplicações, fitas, viés e bordado, 100% algodão. Kit contendo três paninhos, diversas cores. (para meninos e meninas)	PARAPIPI	R\$3,90	R\$975,00
12	150	Unidades	Paninho de boca para bebê em tecido de fralda, enfeitado com aplicações e viés, individual, diversas cores. (para meninos e meninas)	CARICIA	R\$2,19	328,50
13	500	Unidades	Kit contendo uma touca, um par de luvinhas e um par de sapatinhos, em malha 100% algodão, para bebê, diversas cores. (para meninos e meninas).	FRALDÃO BABY	R\$5,00	R\$2.500,00
14	250	Unidades	Kit mijão, contendo três peças em malha 100% algodão, diversas cores (para meninos e meninas).	FRALDÃO BABY	R\$9,20	R\$2.300,00
15	150	Unidades	Cobertor de bebê, confeccionado em poliéster antialérgico, diversas estampas infantis (para meninos e meninas), 100% poliéster, tamanho aproximado de 90 x 110 cm.	JOLITEX	R\$33,00	4 950,00

16	1000	Unidades	Lenços umedecidos infantil, fragrância suave (bebê), contendo no mínimo 40 lenços na embalagem, composto por glicerina vegetal, Aqua, potassium laureth phosphate, glycerin, polysorbate 20, tetrasodium EDTA, parfum, methylparaben, malic acid, methylisothiazolinone, tocopheryl acetate, aloe barbadensis leaf extract, benzyl benzoate, benzyl salicylate, citral, citronellol, hydroxycitronellal, coumarin, geraniol, lomonene, linalool, alpha-isomethyl ionone, sem adição de álcool etílico, dimensões aproximadas de 19,1x163,7cm, peso aproximado da embalagem de 330 gramas, dermatologicamente testado, sistema de picote facilitando a retirada dos lenços.	TOPCLEAN	R\$1,35	R\$1.350,00
TOTAL DO FORNECEDOR						R\$32.108,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº123 – 2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº123 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015, AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, TACHAS, TACHÕES, PLACAS, POSTES E SERVIÇOS DE PINTURA E FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TACHÕES MONO E BI-DIRECIONAIS, empresa SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS HORIZONTAIS EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.111.060/0001-03, com sede na cidade de Rio do Sul, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, sendo:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	300	Bld	Tinta para sinalização horizontal na cor branca, NBR 11862 da ABNT – 18 lts	SINACOM	R\$200,2911	R\$60.087,32
02	300	Bld	Tinta para sinalização horizontal na cor amarela, NBR 11862 da ABNT – 18 lts	SINACOM	R\$235,8702	R\$70.761,06
03	10	Bld	Tinta para sinalização horizontal na cor preta, NBR 11862 da ABNT – 18 lts	SINACOM	R\$235,8702	R\$2.358,70
04	10	Bld	Tinta para sinalização horizontal na cor vermelho, NBR 11862 da ABNT – 18 lts	SINACOM	R\$247,5699	R\$2.475,70
05	10	Bld	Tinta para sinalização horizontal na cor azul, NBR 11862 da ABNT – 18 lts	SINACOM	R\$243,6168	R\$2.436,17
06	150	Bld	Solvente (Toluol) para tinta de sinalização viária	SINACOM	R\$157,4365	R\$23.615,48
07	320	Sc	Microesfera de vidro Premix/Dropon para sinalização viária	TECNOGLASS	R\$136,5528	R\$43.696,90
08	100	Unid	Tachão Bi-refletivos de 25x15x15cm	SINACOM	R\$26,9931	R\$2.699,31
09	100	Unid	Tachão Mono-refletivo de 25x15x15cm	SINACOM	R\$26,9931	R\$2.699,31
10	150	Unid	Tacha Bi-refletiva de 11,5x8,5x3cm	SINACOM	R\$12,7978	R\$1.919,67
11	150	Unid	Tacha mono-refletiva de 11,5x8,5x3cm	SINACOM	R\$11,7795	R\$1.766,93
12	700	Unid	Placas de Regulamentação	SSAT	R\$263,8217	R\$184.675,19
13	300	Unid	Placas de advertência	SSAT	R\$263,8217	R\$79.146,51
14	300	Unid	Poste suporte em tubo galvanizado 3,5m	SSAT	R\$158,7842	R\$47.635,26
15	1000	Unid	Poste suporte em tubo galvanizado 3,0m	SSAT	R\$150,7381	R\$150.738,10
16	6000	m2	Pintura mecânica de sinalização horizontal de bordo eixo a frio, branco, amarelo, vermelho	SSAT	R\$17,6893	R\$106.135,80
17	4000	M2	Pintura de sinalização horizontal faixas de pedestres zebrados, setas, legendas	SSAT	R\$17,6893	R\$70.757,20
18	400	Pc	Fornecimento e implantação de tachões bi-direcionais de 25x15x5cm	SSAT	R\$27,2227	R\$10.889,08
19	100	Pc	Fornecimento e implantação de tachões mono-direcionais de 25x15x5cm	SSAT	R\$27,2227	R\$2.722,27
20	100	Pc	Fornecimento e implantação de tachas bi-direcionais de 11,5x8,5x3cm	SSAT	R\$13,7162	R\$1.371,62
21	100	Pc	Fornecimento e implantação de tachas mono-direcionais de 11,5x8,5x3cm	SSAT	R\$13,7162	R\$1.371,62
22	500	Vi lin	Serviço de remoção de sinalização horizontal com fresagem em liçovias, eixo, aproximação bordo e estacionamento	SSAT	R\$37,2752	R\$18.637,60

23	100	M2	Serviço de remoção de sinalização horizontal com fresagem em faixas de travessia de pedestre, retenção, setas, legendas, símbolos, zebrados e yellow box	SSAT	R\$68,8504	R\$6.885,04
24	60	Unid	Semi pórtico composto de coluna, braço e placa de 3x1,20m	SSAT	R\$3.741,9693	R\$224.518,16
TOTAL GLOBAL						R\$ 1.120.000,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74-2015 – PREFEITURA, AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2015 CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015, CONTRATADA: COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ sob o nº 12.463.681/0001-03, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente contrato terá vigência contados a partir da data de assinatura deste, findando em 06 de novembro de 2016, conforme quantidades estimadas abaixo:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	500	KG	Feijão preto orgânico. Safra 2015, in natura, limpo, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Embalados em pacotes de 1 kg.Com registro no Ministério da Agricultura e prazo de validade impresso na embalagem e devida rotulagem.	R\$ 3,29	R\$ 1.645,00
02	5.000	LITROS	Suco de uva 100% natural, sem conservantes. Embalagem: garrafa de vidro, contendo até 1 litro do produto. Deverá constar rotulagem com informação nutricional do produto e data de validade inscrita na embalagem. A validade do produto no ato da entrega deverá ser de no mínimo 3 meses. Rendimento mínimo em cada 500 ml – 2 litros de suco pronto.	R\$ 10,03	R\$ 50.150,00
03	150	KG	Alho. O produto deve estar íntegro e ter boa qualidade para consumo.	R\$ 22,03	R\$ 3.304,50
04	500	KG	Beterraba orgânica. Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno.	R\$ 2,64	R\$ 1.320,00
05	1.750	KG	Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior.	R\$ 2,64	R\$ 4.620,00
06	2.500	KG	Tomate orgânico. Características: bem formados, lisos, livres de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalado em plástico de polietileno.	R\$ 3,09	R\$ 7.725,00
07	2.000	KG	Abobrinha. Características: casca coriácea com as paredes espessas e de cor verde. De primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, livres de terra ou cores estranhos.	R\$ 3,66	R\$ 7.320,00
08	2.000	KG	Cebola branca orgânica. Características: de 1ª qualidade, fresca, tamanho médio, embalagem unitária.	R\$ 3,99	R\$ 7.980,00
09	500	KG	Batata salsa. Características: boa qualidade, tamanho médio, embalagem unitária.	R\$ 7,44	R\$ 3.720,00
10	5.000	KG	Batata inglesa. Características: boa qualidade, sem brotos, ou de cor esverdeada, tamanho médio, embalagem unitária.	R\$ 2,77	R\$ 13.850,00
11	700	KG	Batata doce orgânica. Característica: boa qualidade, sem brotos, com casca íntegra, tamanho médio.	R\$ 2,65	R\$ 1.855,00
12	2.000	KG	Repolho orgânico. Características: tipo branco, fresco de 1ª qualidade.	R\$ 2,07	R\$ 4.140,00
13	300	MAÇO	Couve manteiga. Características: folhas firmes, bem verdes e sem marcas de insetos.	R\$ 1,89	R\$ 567,00
14	3.000	KG	Cenoura orgânica. Características: de 1ª qualidade, tamanho médio.	R\$ 2,75	R\$ 5.500,00
15	1.500	KG	Aipim descascado e lavado orgânico. Características: cor uniforme, completamente branco ou todo amarelo. Não deve ter manchas escuras seja na extremidade ou na parte interna. Embalagem: deve estar intacta, em pacotes de polietileno transparente, resistente e sem rupturas.	R\$ 5,65	R\$ 8.475,00

16	1.000	KG	Abóbora de pescoço. Características: Casca coriácea, de 1ª qualidade.	R\$ 2,39	R\$ 2.390,00
17	300	KG	Pimentão verde orgânico. Características: Firme; Brilhante; Cabo sempre verde; sem manchas.	R\$ 4,23	R\$ 1.269,00
18	1.000	MAÇO	Brócolis orgânico. Características: os talos e as flores devem estar verde-escuros e sem marcas de insetos. As flores devem estar fechadas.	R\$ 2,56	R\$ 2.560,00
19	1.000	CABEÇA	Couve-flor orgânica. Características: os talos e as flores devem estar íntegros e sem marcas de insetos ou sujidades.	R\$ 2,56	R\$ 2.560,00
20	4.000	UNIDADE	Alface orgânica. Em cabeça com as folhas firmes, frescas, de cor vibrante, sem machucados e sujidades. Deverá ser entregue em pacotes plásticos.	R\$ 1,86	R\$ 7.440,00
21	600	KG	Vagem. De primeira quantidade, compacta e firme, sem lesões de origem físicas ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isentas de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em embalagens próprias.	R\$ 7,10	R\$ 4.260,00
22	2.000	DZ	Ovo de galinha. Selecionados, tipo 2, amarelo, fresco, casca livre de sujidades e rachaduras. Embalagem: acondicionados em bandeja tipo polpa. O produto deve possuir rótulo de procedência e prazo de validade mínimo de 20 dias. Possuir selo de inspeção (SIM ou SIE).	R\$ 4,66	R\$ 9.320,00
23	1.500	MAÇOS	Tempero verde (salsinha). Deverá ser entregue em maços, ser fresco em embalagens que permita sua distribuição sem alteração do produto.	R\$ 1,66	R\$ 2.490,00
24	1.500	MAÇOS	Tempero verde (cebolinha). Deverá ser entregue em maços, ser fresco em embalagem que permita sua distribuição sem alteração do produto.	R\$ 1,72	R\$ 2.580,00
25	4.000	KG	Espiga de milho verde orgânica in natura com palha, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, próprio para o consumo cozido, com cascas sãs, sem rupturas, isentos de matéria terrosas, raízes, parasitas, livres de fragmentos úmidos e estranhos. O peso de cada espiga deve variar entre 150 g e 200 g. Transportados de forma adequada. Embalados em pacotes plásticos conforme cronograma fornecido.	R\$ 4,86	R\$ 19.440,00
VALOR TOTAL					R\$176.480,50

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075 – 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA EXECUÇÃO DE OFICINAS, CONTRATADA: PETRY GESTÃO EM ARTE E CULTURA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.248.438/0001-72, com sede na cidade de Joinville/SC, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ R\$ 16.350,00 (dezesesseis mil, trezentos e cinquenta reais), O presente Contrato tem o prazo de validade de 06 (seis) meses,

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21-2015-FMS,

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21-2015-FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015, AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO "A" PARA SIMPLES REMOÇÃO CONTRATADA: COLUSSI & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.070.506/0001-90, com sede na cidade de Caçador, SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 12 meses, conforme segue:

Item	Qtd.	Unid.	Especificação	Marca	Valor
1	1	Unid.	<p>01 (UM) VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO - veículo automotor (zero quilometro), adaptado em ambulância para simples remoção, ano 2015; na cor branca, rádio AM/FM com CD/USB com autofalantes, ar condicionado de fábrica na cabine e carroceria; vidros e travas elétricas, 4 (quatro) portas, porta lateral corrediça, porta posterior para abertura em 2(duas) folhas, todas contendo janelas corrediças; Motor do Veículo com no mínimo 4 (quatro) cilindros; combustível diesel; no mínimo 125 cv de potência, turbinada e intercoolada, com 5 marchas a frente e 1 a ré; sistema de freios ABS; direção hidráulica; piso revestido em material antiderrapante resistente não absorvente e lavável; cinto de segurança dianteiros laterais de 3(três) pontos; retrovisor externo do lado esquerdo e direito; protetor cárter de câmbio; sinalizador acústico e visual, em formato de v ou asa com lente inteira dotada de base construída em abs. (reforçada com perfil de alumínio extrudado), ou alumínio na cor preta, cúpula injetada em policarbonato dna cor rubi, resistente a impactos e descoloração, com tratamento uv e sistema luminoso composto por conjunto de diodos emissores de luz led próprios para iluminação (categoria alto brilho) com no mínimo 01 watt, com no mínimo 56 leds na cor vermelha distribuídos equitativamente por toda extensão da barra e conjunto sonofletor constituído por sirenes eletrônicas com potência de 10 w rms e pressão sonora de 12db acionada com amplificador digital (com no mínimo 4 sons diferentes) iluminação interna com 4 luminárias alógenas embutidas no teto e 2 luminárias direcionais. Sistema de iluminação de emergência composto por 6 luminárias dispostas 3 em cada lateral sequenciais, sendo as centrais na cor cristal e 02 lanternas nas portas traseiras na cor rubi; 1 luz de embarque na traseira com foco dirigido; sistema elétrico com tomadas sendo 02 tomadas internas 12 vc com seus plugues, 02 tomadas internas 2p + t de correntes alternada interligadas a externa, fornecendo a tensão que entrar e 02 tomadas internas 2p + t 1 0 vca ligada a um inversor; inversor de corrente de 100 watts de potência e bateria adicional, extensão de 20 metros; compartimento externo para baterias e ferramentas, janela espia de comunicação instalada na divisória original entre compartimento e cabine do motorista; maca retrátil confeccionada em alumínio, encosto reclinável com rodízios, colchonete revestido de corvim com cinto de segurança e trava nas rodas; 2 suportes para soro; plasma instalada no balaustre fixado no teto; pega mão semi-embutido no teto, rede de oxigênio (conexão do cilindro até a régua tripla com mangueiras embutidas) 2 cilindros de oxigênio portátil no mínimo 20 litros com válvula reguladora de pressão e manômetro. Os cilindros de oxigênio deverão estar acondicionados em um compartimento fechado com trava em material lavável, local de fácil visualização e régua com dupla saída, oxigênio com régua tripla (alimentação do respirador, b - fluxo metro e umidificador de oxigênio, c-respirador tipo Venturi), banco baú na lateral interna, para no mínimo duas pessoas, com cintos de segurança, estofamento em corvim de alta resistência e local para lixeira descartável, armários e bancadas em compensado naval revestidos em fórmica com esquadrias em alumínio e portas de acrílico, 2 pranchas de imobilização longas em compensado naval, compartimento para guarda das pranchas de imobilização, banco com base giratória e cinto e cinto de segurança na cabeça da maca, extintor de pó químico seco de 6 quilos, fitas e cones sinalizadores para isolamento de áreas, devendo contar ainda com compartimento isolado para sua guarda, garantindo um compartimento de carga de no mínimo 10m³, dimensões internas mínimas de: altura 1.80mm, homologação do Denatran para ambulância, além de possuir os itens exigidos pelo Código Nacional de Trânsito. - CTB, com garantia mínima de 01(um) ano sem limite de km, assistência técnica no município de Caçador ou até 50(cinquenta) km, com frete incluso o veículo deverá ter todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito). O veículo deverá ser entregue com Plotagem com logotipo da Prefeitura com até 05 m2 com até 10 cores.</p>	FIAT	R\$ 138.400,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 5 – 2015 – FMAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 5 – 2015 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DE JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO DE FINAL DO ANO DESTINADO AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV CONTRATADA: DALLA ROSA E SPESSATTO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.322.131/0001-46, com sede nesta cidade de CAÇADOR, SC, O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, sendo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	650	UND	JANTAR (TIPO BUFFET) SEGUINDO O SEGUINTE CARDÁPIO: - LASANHA DE FRANGO, MAIONESE, ARROZ BRANCO, STROGONOFF DE CARNE, BATATA PALHA, LINGUIÇA ASSADA, FRANGO ASSADO, SALADAS DIVERSAS. SOBREMESA: - TORTA DE CHOCOLATE E CHICO BALANCEADO. BEBIDAS: - 650 LATA DE REFRIGERANTE COM 350 ML; - 300 GARRAFA DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS COM 500 ML.	Di Fratelli	R\$ 32,50	R\$ 21.125,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76 – 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS RECOLHIDOS A MAIOR OU INDEVIDOS, NOS ÚLTIMOS SESENTA MESES, ARRECADADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, CONTRATADA: BOTTIN CONSULTORIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.286.542/0001-84, com sede na cidade de Chapecó/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência de 12 meses, iniciando com a assinatura e findando em 10 de novembro de 2016, sendo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	1	SV	Contratação de empresa especializada para realização de auditoria, consultoria e assessoria nas contribuições sociais previdenciárias destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho devidas em função da atividade preponderante e respectivo Grau de Risco, arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a finalidade de levantar eventuais créditos decorrentes de valores recolhidos a maior ou indevidos, em razão de enquadramento nas faixas de grau de risco previsto no inciso II, do artigo 22 da Lei nº 8.212/1991 e efetuar a compensação desses valores recolhidos a maior ou indevidos, bem como a redução das contribuições vincendas pelo enquadramento correto no respectivo grau de risco.	127.000,00	127.000,00

TOTAL	127.000,00
-------	------------

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77 - 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77 - 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2015 – TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA POR EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE CERCA METÁLICA EM CRECHE PRÓ-INFÂNCIA TIPO B, SITO A RUA ELOE HENRIQUE FORMIGHIERI, BAIRRO NOSSA SENHORA SALETE, COM EXTENSÃO DE 168,00 M, CONTRATADA: OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.295.741/0001-59, com sede na Rua Fausto Machado de Quadros, nº 177, Bairro Martello, O presente Contrato tem o prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço, sendo:

OBJETO/DESCRIÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA POR EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE CERCA METÁLICA EM CRECHE PRÓ-INFÂNCIA TIPO B, SITO A RUA ELOE HENRIQUE FORMIGHIERI, BAIRRO NOSSA SENHORA SALETE, COM EXTENSÃO DE 168,00 M.

Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviços;

Valor Global: R\$ 87.886,08 (oitenta e sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oito centavos), as propostas que ultrapassem este valor serão desclassificadas;

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78-2015 – PREFEITURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA COM ACESSO SIMULTÂNEO PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA, CONTRATADA: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.836.771/0001-20, com sede na Rua Içará, Bairro Itoupava Seca, no Município de Blumenau - SC O presente Contrato tem o prazo de vigência de 12 meses, iniciando com a assinatura e findando em 13 de novembro de 2016, conforme segue:

LOTE 1 – SISTEMAS – IPLANTAÇÃO – CAPACITAÇÃO - HORA TÉCNICA

ITEM	QTD	UNID		DESCRIÇÃO	Vlr Unit.	Vlr Total
01	12	MÊS	PREFEITURA	Planejamento PPA, LDO, LOA; Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal;	7.436,0017	89.232,02
02	12	MÊS		Compras Licitações e Contratos;	5.146,5227	61.758,27
03	12	MÊS		Gestão Tributária/Livro Eletrônico/Cidadão Web; Nota Fiscal de Serviço Eletrônica;	18.758,3539	225.100,25
04				Patrimônio;	577,1801	6.926,16
05				Almoxarifado;	673,3768	8.080,52
06	12	MÊS		Frotas;	577,1801	6.926,16
07	12	MÊS		Gestão de Pessoas Recursos Humanos, Folha Pagamento, Ponto Eletrônico, Cargos e Salários, Segurança e Medicina, Quadro de Vagas e Portal Servidor);	9.234,8819	110.818,58
08	12	MÊS		Portal da Transparência;	1.202,4586	14.429,50
09	12	MÊS		Ouvidoria;	1.346,7536	16.161,04
10	12	MÊS		Protocolo Web.	961,9669	11.543,60
11	12	MÊS	FUNDAÇÃO CULTURAL	Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal;	288,5901	3463,08
12	12	MÊS		Compras Licitações e Contratos;	221,2524	2655,03
13	12	MÊS		Patrimônio;	105,8164	1.269,80
14	12	MÊS		Gestão de Pessoas (Recursos Humanos, Folha Pagamento)	336,6884	4.040,26
15	12	MÊS	FUNDAÇÃO DE ESPORTE	Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal;	288,5901	3.463,08
16	12	MÊS		Compras Licitações e Contratos;	221,2524	2.655,03
17	12	MÊS		Patrimônio;	105,81,64	1.269,80
18	12	MÊS		Gestão de Pessoas (Recursos Humanos, Folha Pagamento).	336,6884	4.40,26
19	12	MÊS	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal;	288,5901	3.463,08
20	12	MÊS		Compras Licitações e Contratos;	221,2524	2.655,03
21	12	MÊS		Patrimônio;	105,8164	1.269,80
22	12	MÊS		Gestão de Pessoas (Recursos Humanos, Folha Pagamento).	336,6884	4.040,26

23	12	MES	FUNDO DE AS-SIST. SOCIAL	Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal;	288,5901	3.463,08
24	12	MÊS		Compras, Licitações e Contratos;	144,295	1.731,54
25	12	MÊS	FUNDO DE HABITAÇÃO	Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal;	288,5901	3.463,08
26	12	MÊS		Compras Licitações e Contratos;	144,295	1.731,54
27	12	MÊS	FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal;	288,5901	3.463,08
28	12	MÊS		Compras Licitações e Contratos;	144,295	1.731,54
29	12	MÊS	FUNDO DE SAÚDE	Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal;	432,8851	5.194,62
30	12	MÊS		Compras Licitações e Contratos;	240,4917	2.885,90
31	12	MÊS	FUNDO DE SANEAMENTO AMBIENTAL	Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal;	240,4917	2.885,90
32	12	MÊS		Compras Licitações e Contratos;	144,295	1.731,54
33	12	MÊS		Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal	384,7867	4.617,44
34	12	MÊS	INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO	Compras Licitações e Contratos	259,7311	3.116,77
35	12	MÊS		Patrimônio;	105,8164	1.269,80
36	12	MÊS		Gestão de Pessoas (Recursos Humanos, Folha Pagamento)	432,8851	5.194,62
37	01	R\$	IMPLANTAÇÃO	Importação de tabelas cadastrais, reorganização e reestruturação dos dados e implantação de saldos contábeis existentes nos sistemas em uso pelo município para os sistemas contratados, visando permitir a utilização plena destas informações. Implantação dos Sistemas Para cada um dos módulos, quando couber, serão cumpridas as seguintes atividades: Entrega, instalação e configuração de todos os módulos em seus respectivos órgãos; Configurações iniciais de cada módulo; Adequação de relatórios, telas, leiautes e logotipos; Parametrização inicial de tabelas e cadastros; Estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários;	125.055,6928	125.055,69
38	01	R\$	CAPACITAÇÃO	Capacitação Usuários Compreende a execução de programa de treinamento destinado à capacitação de todos os usuários e técnicos operacionais para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos módulos que integram o Sistema.	62.527,8464	62.627,85
39	1000	HRS	HORA TÉCNICA	Acompanhamento Pós-Implantação;	134,6754	134.675,40
TOTAL DO FORNECEDOR					950.000,00	

DECRETO Nº 6.634

DECRETO Nº 6.634, de 04 de dezembro de 2015.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, por conta do Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/1964 e art. 5º, alínea "c" da Lei nº 3.185, de 16 de dezembro de 2014, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, na importância de R\$ 6.734,92 (seis mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos), conforme segue:

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

08.243.0005.2.020–Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

3.3.90.00.000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.734,92

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Remanejamento entre Despesas, conforme dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, na importância de R\$ 6.734,92 (seis mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos):

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

08.243.0005.2.020–Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

4.4.90.00.000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.734,92

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de dezembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL INTERNO SME Nº 004/2015

EDITAL INTERNO SME/Nº 004/2015

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, fixa data e estabelece os procedimentos para o Processo Seletivo de Professores para atuar nas salas de AEE – Atendimento Educacional Especializado e Laboratório de Informática do quadro do Magistério Público Municipal, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de abril de 1990, nos termos do art.79, inciso VIII e das Diretrizes do MEC: Nota Técnica 011/2010, Resolução 04/2010 e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

1. DA SELEÇÃO

1.1. Poderão participar dos procedimentos de que trata o presente Edital, o servidor efetivo no quadro do Magistério Público Municipal de Caçador, sendo candidato habilitado em curso de nível superior de duração plena na área de pedagogia para inscrições

de Professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado e habilitado em curso de nível superior na área de Licenciatura Plena para inscrições de Professor de Laboratório de Informática.

2. REQUISITOS**2.1. DOS CRITÉRIOS GERAIS**

2.1.1. Ser servidor efetivo, no cargo de Professor da Rede Municipal de Ensino, dispondo de 20 ou 40 horas no Município de Caçador/SC, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

2.2. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS AEE – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

2.2.1. Ser servidor efetivo, no cargo de Professor de Educação Infantil ou Professor de 1º ao 5º ano da Rede Municipal de Ensino.

2.3. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS DE INFORMÁTICA E TELECENTRO

2.3.1. Ser servidor efetivo, no cargo de Professor de Educação Infantil ao 9º ano da Rede Municipal de Ensino.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Ficam abertas as inscrições para a seleção de professores que atuarão nas Salas de Atendimento Educacional Especializado e Laboratórios de Informática para o ano letivo de 2016.

3.2. O período de inscrições será nos dias 08 e 09 de dezembro de 2015 das 13h às 18h30, na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Curitibaanos nº 600.

3.2.. O requerimento de inscrição será disponibilizado junto ao presente edital, pelo site www.cacador.sc.gov.br.

3.3. Após o preenchimento do requerimento de inscrição, o candidato deverá revisar, assinar e anexar os documentos solicitados no item 5 deste edital e entregar no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação onde receberá comprovante de inscrição.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do requerimento de inscrição e as informações ali prestadas, dispondo à Comissão o direito de excluir do certame aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.5. Não serão aceitos documentos para serem anexados após a entrega do formulário de inscrição pelo candidato.

3.6. O candidato poderá inscrever-se para uma única opção de atuação, com carga horária de 20 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

4. DOS DOCUMENTOS

No ato da inscrição deverão ser entregues fotocópias dos seguintes documentos, sob pena de indeferimento:

4.1. Certificado de horas de aperfeiçoamento e/ou atualização de cursos com carga horária mínima de 10 horas ou 10h/aula, na área específica da inscrição, cursados no período de 2012 a 2015, sendo limitado a 600 horas de curso.

4.1.1 Os certificados que não mencionarem a carga horária e que não forem expedidos por Instituição Oficial ou particular devidamente autorizada não serão considerados.

4.2. Diploma ou certificado de pós-graduação, mestrado ou doutorado, na área, devidamente registrado, com efeitos somente de contagem de pontos para titulação.

4.3. Cópia da CTPS ou declaração de tempo de serviço, expresso o período inicial e final em dias, meses e anos, prestados ao magistério público e particular, expedido por autoridade competente, conforme segue:

4.3.1. O tempo de serviço deverá ser computado até o dia 30/10/2015.

4.3.2. As fotocópias apresentadas no ato da inscrição deverão ser acompanhadas dos documentos originais ou deverão ser autenticadas (a autenticação poderá ser realizada na Secretaria de Educação mediante a apresentação das cópias e dos documentos originais).

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação dar-se-á ao candidato que obtiver maior número de pontos na somatória de tempo de serviço, cursos de especialização e cursos de capacitação;

5.2. A contagem de pontos obedecerá aos seguintes critérios:

a. 1,0 (um) ponto por mês de efetivo exercício, no Magistério Público e Particular.

b. 1,0 (um) ponto para cada quarenta horas de curso de aperfeiçoamento ou atualização apresentado, sendo que certificados com carga horária inferior a 10h ou 10h/aula não serão aceitos.

c. No cálculo de pontos por tempo de serviço, computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como 1 (um) mês.

5.3. A titulação será pontuada conforme o quadro abaixo:

5.3.1 Professor de Atendimento Educacional Especializado

Pontos por Título	Título
Pré-requisito	Licenciatura Plena em Pedagogia
25 (vinte e cinco)	Licenciatura Plena em Pedagogia – Habilitação em Educação Especial
50 (cinquenta)	Pós-graduação em área Geral da Educação
75 (setenta e cinco)	Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial, para candidatos ao AEE
100 (cem)	Mestrado em área geral da Educação
150 (cento e cinquenta)	Doutorado em área geral da Educação

5.3.2 Professor de Laboratório de Informática

Pontos por Título	Título
Pré-requisito	Licenciatura Plena em qualquer área
50 (cinquenta)	Pós-graduação em área Geral da Educação
75 (setenta e cinco)	Pós-graduação em Mídias na Educação
100 (cem)	Mestrado em área geral da Educação
150 (cento e cinquenta)	Doutorado em área geral da Educação

5.3.1. A pontuação por títulos de Pós-graduação limita-se a utilização de até dois certificados de conclusão.

5.4. Em caso de empate terá preferência o candidato que apresentar:

5.4.1. Maior tempo de experiência na área específica de inscrição;

5.4.2. Maior número de filhos;

5.4.3 Maior idade.

6. DO RESULTADO

As listas de classificação serão publicadas no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Caçador, no Mural Público da Secretaria de Educação e na página virtual da Prefeitura Municipal de Caçador/SC (www.cacador.sc.gov.br), até o dia 11/12/2015.

7. DOS RECURSOS

7.1. O candidato poderá entrar com o pedido de reconsideração (Recurso), junto a Secretaria Municipal de Educação de Caçador - SME, endereçado à Comissão de Processo Seletivo Interno, por escrito, com identificação completa do candidato, com indicação fundamentada/motivação do pedido, e deverá ser assinado pelo candidato, ou por Procurador legalmente constituído através de Procuração por Instrumento Público e/ou Procuração com Firma Reconhecida em Cartório, e protocolado junto a Secretaria Municipal de Educação situada à Rua Curitibaanos, nº 600, em Caçador - SC, no dia 14/12/15, das 13h00 às 19h00.

7.3. Não serão aceitos recursos coletivos.

7.4. Caberá à Comissão de Processo Seletivo Interno responder aos recursos.

7.5. A homologação do resultado final será divulgada no Diário Oficial da Prefeitura de Caçador, no Mural Público da Secretaria Municipal de Educação e na página virtual/home page da Prefeitura Municipal de Caçador/SC (www.cacador.sc.gov.br), até o dia 17/12/2015.

8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1. A escolha das vagas será realizada no Salão Nobre da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Curitibaanos, nº 600 – Centro, Caçador/SC, na data de 26/01/2016, às 14h00.

8.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato ou por Procurador legalmente constituído através de: Procuração por Instrumento Público e/ou Procuração com Firma Reconhecida em Cartório.

8.3. Para escolha de vagas o candidato deverá apresentar documento de identidade com fotografia.

8.4. A chamada dos candidatos obedecerá à ordem de classificação.

8.5 Será excluído da seleção o candidato que em qualquer documento, apresentar declaração falsa ou inexata.

8.6. O candidato que não comparecer na escolha de vagas ou desistir da vaga oferecida, perderá o direito a nova escolha, a não ser por interesse e conveniência da Administração Municipal, se assim houver necessidade.

8.6. Na escolha de vagas é responsabilidade do candidato observar a compatibilidade de horários, turnos, distância e transporte entre os locais de trabalho.

8.7. Após a escolha da vaga, não será permitida a troca de locais de trabalho, a não ser por interesse e conveniência da Administração Municipal, se assim houver necessidade.

8.8. Após a escolha da vaga, o servidor que ficar afastado (para licença prêmio, licença tratamento de saúde, licença sem vencimentos ou licença sem ônus) por tempo superior a 30 dias, voltará à vaga de origem.

8.9 As vagas para Professor de Informática, referentes aos telecentros Beija-Flor serão estabelecidas somente após a formação das turmas nas respectivas comunidades.

8.10. Os candidatos que escolherem vagas devem estar cientes que deverão participar de todos os cursos oferecidos e reuniões solicitadas.

9. ATRIBUIÇÕES

9.1. Professor de Atendimento Educacional Especializado

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

- elaborar, executar e avaliar o Plano Individual de AEE, contemplando:

a) a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos;

b) a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade;

c) o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos;

d) o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos de 4 a 6 (seis) alunos;

- programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;

- atuar como docente nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constitui o atendimento educacional especializado dos alunos com: deficiência, altas habilidades e síndromes;

- participar efetivamente da identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;

- produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo;
- estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais;
- orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;
- atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com: deficiência, altas habilidades e síndromes ao currículo e a sua interação no grupo;
- informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;
- desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos: ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA); ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva (TA); ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores;
- articular, com gestores e professores, para que o Projeto Pedagógico da Instituição de Ensino se organize coletivamente numa perspectiva de Educação Inclusiva;
- acompanhar e orientar os alunos que necessitam de atendimento domiciliar por necessidade médicas, bem como orientar ao professor na condução do processo ensino aprendizagem desses alunos. (Os que fazem quimioterapia);
- acompanhar e orientar os alunos que necessitam de atendimento diferenciado por necessidades médicas. Bem como orientar ao professor na condução do processo ensino aprendizagem desses alunos. (alunos com surto psicóticos).
- participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino;
- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos;
- fazer todo o parecer pedagógico para novos alunos entrarem nas salas de AEE;
- fazer o acompanhamento nas salas regulares, atendimento aos professores do ensino regular, (visitas aos alunos faltantes, atendimento a alunos com atendimento domiciliar, etc) além, do atendimento propriamente dito com os alunos;
- diminuir as barreiras da Inclusão Educacional;
- dar orientação verbal e escrita em reunião pedagógica sobre as deficiências referentes aos seus alunos;
- orientar os professores e especialistas, sobre a Legislação atualizada da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

9.2. Professor de Laboratório de Informática

- atuar de forma colaborativa com os professores no desenvolvimento

- de projetos pedagógicos que complementam os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- orientar os professores das turmas ou das disciplinas para o desenvolvimento dos projetos de aprendizagem de forma interdisciplinar utilizando os recursos tecnológicos disponíveis no laboratório;
- preparar as aulas de acordo com os projetos apresentados pelos professores das turmas ou das disciplinas buscando atingir com eficácia os objetivos apresentados;
- planejar e analisar os softwares e sites educativos (solicitados pelos professores) antes de serem apresentados e utilizados pelos educandos;
- apresentar ao professor da disciplina, sempre que necessário, a atividade planejada para o Laboratório de Informática a fim de constatar que a mesma esteja adequada às necessidades da turma e de acordo com os objetivos solicitados pelo professor;
- ter conhecimento das várias abordagens de aprendizagem, bem como do referencial curricular disponibilizado para cada disciplina;
- orientar os professores das turmas de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e das disciplinas do Ensino Fundamental II, que o Laboratório de Informática é uma extensão de sua sala de aula;
- criar atividades educativas utilizando-se dos softwares Livres como geradores de quebra-cabeças, jogos da memória, Jogos de 7 erros, dentre outras;
- solicitar o preenchimento da folha-projeto do professor da turma ou da disciplina para o desenvolvimento do mesmo;
- ser comprometido com a escola onde atua, desde o conhecimento do PPP, até a participação em eventos escolares, festas comemorativas da escola, reuniões de pais, apresentações às comunidades, bem como auxílio na elaboração de mensagens, cartões, fotos, filmagens, músicas, vídeos, etc. (Priorizar sempre as aulas e os projetos com os alunos);
- colaborar com a escola no cuidado, zelo e manutenção de equipamentos tecnológicos: impressora, computadores e periféricos, máquinas digitais, Datashow;
- realizar a manutenção e instalação do sistema operacional e softwares livres, no Laboratório de Informática;
- instrumentalizar professores, alunos e especialistas na execução de atividades referentes à informática, desde que não esteja com alunos (quando estiver em hora atividade);
- expor os horários em locais de livre acesso para alunos, professores e direção;
- relacionar todo o material do Laboratório de Informática no livro de patrimônio que deverá ser assinado pela direção da escola e pelo professor de informática;
- registrar em Ata tudo o que for danificado no laboratório e seus respectivos responsáveis, incluindo causas naturais;
- entregar mensalmente à Coordenação de Informática um relatório das atividades pedagógicas realizadas no Laboratório de Informática até o quinto dia útil do mês subsequente, contendo: horário das aulas, conteúdos, avaliações, exemplo de atividades e cópias das fichas projetos solicitadas pelos professores das turmas e ou disciplinas;
- participar de reuniões e treinamentos realizados pela Secretaria Municipal de Educação.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo Interno, incluindo a falta de professores.

Este Edital entra em vigor na sua data de publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de dezembro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito Municipal de Caçador

Paulo Roberto Gonçalves
Secretário Municipal de Educação

PROFESSOR DE A.E.E
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

NOME:	
ESCOLA DE EFETIVAÇÃO:	
TURNO:	
TEMPO DE SERVIÇO:	
ANO (S): MÊS (ES): DIA(S):	
PONTUAÇÃO	PONTOS
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – PRÉ-REQUISITO	00
GRADUAÇÃO COM COMPLEMENTAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL (25 PONTOS)	
PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (50 PONTOS)	
PÓS-GRADUAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E/OU EDUCAÇÃO ESPECIAL (75 PONTOS)	
MESTRADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (100 PONTOS)	
DOCTORADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (150 PONTOS)	
CURSOS DE CAPACITAÇÃO - TOTAL DE HORAS:	
TOTAL DE PONTOS	

CAÇADOR, ____ / ____ / 2015.

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROFESSOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

NOME:	
ESCOLA DE EFETIVAÇÃO:	
TURNO:	
TEMPO DE SERVIÇO:	
ANO (S) : MÊS (ES) : DIA(S):	
PONTUAÇÃO	PONTOS
GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO – PRÉ-REQUISITO	00
PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (50 PONTOS)	
PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO (75 PONTOS)	
MESTRADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (100 PONTOS)	
DOCTORADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (150 PONTOS)	
CURSOS DE CAPACITAÇÃO - TOTAL DE HORAS:	
TOTAL DE PONTOS	

CAÇADOR, ____ / ____ / 2015.

ASSINATURA DO CANDIDATO

PORTARIA INTERNA Nº 001/2015

PORTARIA INTERNA Nº 001, de 03 de dezembro de 2015.
Dispõe sobre o acesso à internet em horário de expediente.
Considerando o disposto nos art. 185, III e XIV, 197, I, e 202 da Lei Complementar nº 056, de 20 de dezembro de 2004, que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador;
Considerando que a Administração Pública deve zelar pelo disposto no art. 37, caput da Constituição Federal: "A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência";
RESOLVE:

Art. 1º Orientar os Servidores Públicos Municipais no que se refere ao acesso à internet em horário de expediente, para que evitem seu uso em atividades particulares e/ou que não sejam estritamente relativas as atribuições de seus cargos.

Art. 2º Os servidores que descumprirem com a presente, ficarão

sujeitos a responsabilização administrativa, civil e penal, nas formas da lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de dezembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Jovani Scremin
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.175

PORTARIA Nº 26.175, de 13 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos ANA ADELINE RODRIGUES THOMAZ BRIDI, MARIA LUCIA BERTOLINI e RAUL FERNANDES BRIDI, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais, abaixo citados, nas datas agendadas pelo Setor de Recursos Humanos, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 30 dias, a partir da avaliação pericial, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

- 1) Servidora: CASSIA REGINA GARCIA MACIEL
- 2) Servidora: DENISE CHIARELLO HARTMANN
- 3) Servidora: ELISABET STOFFELSHAUS
- 4) Servidor: FERNANDO ANTONIO DAL PUPPO
- 5) Servidora: IVANIR LURDES HECKLER ANDRADE
- 6) Servidor: JOÃO DE OLIVEIRA PRESTES
- 7) Servidora: MARILENE SALETE SETTI
- 8) Servidor: SAMUEL FLORES ALVES
- 9) Servidor: SEBASTIÃO MIGUEL CACHOEIRA
- 10) Servidora: TEREZINHA SALETE DOS SANTOS PEREIRA
- 11) Servidor: VALDIR ANTONIO TELES DE OLIVEIRA
- 12) Servidor: VINICIUS MARCELINO PICCOLI

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de novembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.209

PORTARIA Nº 26.209, de 20 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Professor do Ensino Fundamental I, da Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que era ocupado pela Servidora Pública Municipal CARMELINDA RUSCZYK, em virtude de sua aposentadoria, a contar de 02 de novembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de novembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 26.210

PORTARIA Nº 26.210, de 20 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Professor do Ensino Fundamental I, da Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que era ocupado pela Servidora Pública Municipal RITA BEATRIZ FAVERO PEREIRA, em virtude de sua aposentadoria, a contar de 04 de novembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de novembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 26.228

PORTARIA Nº 26.228, de 26 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato da Servidora Pública Municipal, abaixo especificada, contratada pela Portaria nº 24.001, de 03/06/2014, prorrogado pela Portaria nº 25.027, de 15/01/2015, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	A contar de/A partir de:
13443	Romaiane Aparecida Dal Ponte	Assistente Administrativo	35	26/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de novembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.236

PORTARIA nº 26.236, de 26 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 01/10/2015 a 31/10/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas			
1964	Adelar Geraldo Piran	60hs			
13369	Adilso da Silva	60hs			
7982	Adriana Bento Grobe	24hs46min			
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	40hs			
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	59hs27min			
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	40hs			
1453	Alvaro Santos de Castro	60hs			
13368	Antonio Rogerio Nhaia	54hs42min			
6833	Cassia Regina Garcia Maciel	07hs20min			
11809	Clairton Mario Correa	31hs14min			
831	Clarice Abraao	36hs01min			
8413	Claudete Maria Bento Corrente	24hs18min			
364	Delma Leticia Dri Ficagna	36hs49min			
12794	Doraci de Jesus Soares	40hs			
2027	Edezio Recalcatti	60hs			
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	33hs23min			
7744	Elisandra Diedrich	28hs30min			
830	Eloir do Carmo Antunes	12hs08min			
3745	Erenilda Americano	40hs			
12771	Erica Tasca	34hs43min			
3278	Frenezi de Oliveira	24hs05min			
769	Geni Aparecida dos Santos	40hs			
10485	Helio Luiz Wirschum	38hs39min			
7707	Ivanir Weber	36hs13min			
7742	Ivonete Zollner Lara	40hs			
12454	Jair de Azeredo	60hs			
11890	Jorge Jair de Moura Borges	40hs			
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	23hs36min			
10831	Katia Possamai	60hs			
1307	Laura Henrique de Andrade	23hs56min			
7981	Laurita Aparecida Faustino	40hs			
12858	Leandro Medeiro	60hs			
967	Leila Alves Speggiorin	40hs			
7704	Leonice Candiago	22hs29min			
11851	Leticia Maria Rostirolla	38hs24min			
12590	Loraine Borghetti Rotta	30hs46min			
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	23hs44min			
11032	Luiz Antônio Wanciw	36hs44min			
7824	Maicon Sgarbossa	26hs20min			
3852	Marcia de Araújo Mattia	30hs51min			
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	60hs			
1725	Maria de Jesus Souza	49hs48min			
9385	Maria Eva Martins da Silva	31hs13min			
3273	Maria Estela Cavichioli	40hs			
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	36hs12min			
7676	Marlene Aparecida Ribeiro	10hs			
8331	Mônica Michele Witiuk	56hs			
2650	Odiney Leite	60hs			
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	26hs36min			
8479	Rejane Serafini	36hs54min			

10102	Rosa Meri Coluzzi	15hs04min			
7735	Rosane Boff	10hs			
1720	Sandro José Neres da Rocha	60hs			
3437	Sayonara Galina	40hs			
135	Sueli Terezinha Bueno	40hs			
10785	Vagner Gonçalves	37hs			
749	Valdecir José Pereira da Silva	60hs			
1376	Veroni Salete Dalaqua	40hs			
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	40hs			
1535	Vilmar Miguel Dobner	60hs			
10790	Willian Cardoso Ribeiro	24hs21min			
12588	Willian Schroder	10hs47min			
95	Alessandro Luiz Ribeiro	60hs			

Art. 2º. CONCEDE aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 01/10/2015 a 31/10/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas			
1964	Adelar Geraldo Piran	42hs17min			
13369	Adilso da Silva	30hs35min			
7982	Adriana Bento Grobe	07hs59min			
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	10hs05min			
7739	Alice Loreni Gomes De Lafavera	17hs56min			
1453	Alvaro Santos de Castro	44hs43min			
13368	Antonio Rogerio Nhaia	19hs13min			
11809	Clairton Mario Correa	02hs04min			
831	Clarice Abraao	80hs04min			
364	Delma Leticia Dri Ficagna	09hs			
12794	Doraci de Jesus Soares	02hs36min			
2027	Edezio Recalcatti	40hs56min			
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	08hs06min			
7744	Elizandra Diedrich	05hs14min			
12771	Erica Tasca	01hs02min			
3278	Frenezi de Oliveira	04hs47min			
7707	Ivanir Weber	17hs56min			
12454	Jair de Azeredo	24hs03min			
11890	Jorge Jair de Moura Borges	20hs57min			
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	06hs05min			
12858	Leandro Medeiro	46hs49min			
967	Leila Alves Speggiorin	19hs36min			
11851	Leticia Maria Rostirolla	15hs57min			
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	15hs57min			
11032	Luiz Antônio Wanciw	96hs01min			
1214	Marcio Bassani	07hs52min			
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	52hs59min			
3273	Maria Estela Cavichioli	17hs03min			
9385	Maria Eva Martins da Silva	07hs59min			
13465	Marilei Dallagnol	86hs03min			
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	23hs56min			
8331	Monica Michele Witiuk	07hs59min			
2650	Odiney Leite	41hs38min			
8479	Rejane Serafini	96hs01min			
1720	Sandro José Neres da Rocha	56hs29min			
135	Sueli Terezinha Bueno	00hs10min			
10785	Vagner Gonçalves	86hs			
749	Valdecir José Pereira da Silva	36hs33min			
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	18hs15min			
1535	Vilmar Miguel Dobner	35hs46min			
10790	Willian Cardoso Ribeiro	15hs57min			
12588	Willian Schroder	01hs59min			

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de novembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 26.238

PORTARIA nº 26.238, de 26 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais da Administração, do Governo, da Educação, Fundação Municipal de Esportes, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/10/2015 a 14/11/2015, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e Secretaria/órgão de lotação, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas	Secretaria/Órgão
12735	Carlos Rogerio Leme Navarro	35hs00min	001
10799	Divanilda de Fatima Maciel Santos	10hs00min	006
3750	Ireni Aparecida Macedo	10hs00min	006
1517	Iria dos Prazeres de Souza	58hs00min	008
1439	Isaac Alves de Mello	30hs00min	Aeroporto
1210	Ivanir Baseggio	60hs00min	030
3394	Janete Moraes Nhaia	48hs50min	FME
1275	Maria Fatima Ruppel	04hs30min	005
2084	Neide Fatima da Silva	05hs30min	005
1993	Parcival Antonio Pinzigher	60hs00min	030

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de novembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.240

PORTARIA nº 26.240, de 26 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/10/2015 a 31/10/2015, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas	Cargo
3421	Adriana Aparecida Pavloski	05hs57min	Auxiliar de Serviços Gerais
14038	Alex Marcon	39hs40min	ACS
13950	Anderson Luiz Ramos	20hs48min	Odontólogo ESF
1771	Aurélio Luiz Arrabar	19hs20min	Odontólogo
12038	Camila Domingues de Souza	04hs09min	Auxiliar Saúde Bucal ESF
13967	Caroline Tramontini	04hs09min	ACS

14008	Celia Aparecida Graminho	23hs	ACS
364	Delma Leticia Dri Ficagna	06hs	Auxiliar de Enfermagem
11937	Dirce Teresinha Mantovani	10hs	ACS
11938	Dirlete Aparecida Peretti	19hs40min	ACS
11860	Edemir Januario da Costa	12hs35min	ACS
10766	Edina Ferreira Lopes	01hs12min	Auxiliar de Enfermagem
14015	Elaine Aparecida Chaves	00hs53min	ACS
11855	Elaine de Fatima Voitach	19hs14min	ACS
12021	Eliane Gouveia	28hs35min	ACS
10768	Elisangela de Fatima Borges	00hs33min	Técnico em Enfermagem
7744	Elizandra Diedrich	07hs	Técnico em Enfermagem
13986	Erica Brustolin	08hs03min	ACS
11971	Evanice Bernardina Lara de Amorim	08hs08min	ACS
12055	Franciele Carneiro	08hs	ACS
15	Giovane Ernandes T. Oliveira	06hs	Agente Serv. Agric. Flor.
371	Glaucia Lang Zaponi Pelizzaro	04hs	Médico
13838	Gltilde Casaletti Sartori	09hs39min	Diretor Serv. Vigil. Saúde
11936	Ionice Aparecida Alves da Cruz	01hs06min	ACS
11959	Iracema França dos Santos	20hs28min	ACS
13970	Ivone Geraldina Almeida	01hs23min	ACS
13972	Josiane Guadagnin	20hs17min	ACS
11946	Jucinei Pires do Prado	01hs28min	ACS
13978	Juliane Rossetti	16hs	ACS
7981	Laurita Aparecida Faustino	06hs	Técnico em Enfermagem
11939	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	20hs39min	ACS
14031	Luciane Domingos Camargo	32hs	ACS
13984	Luciane Xavier dos Santos	04hs	ACS
5635	Luciano Caregnato	04hs44min	Odontólogo
11967	Lucimar dos Santos	05hs57min	ACS
12578	Lucimara Santos Correa	01hs32min	Auxiliar Serviços Gerais
7784	Mara Rubia Cordeiro	15hs31min	Auxiliar Serviços Gerais
13317	Marcelo de Carvalho Taveira	03hs13min	Médico 40 hs
11812	Marcia de Oliveira Guedes	31hs58min	Auxiliar Enfermagem ESF
12663	Marcos Antonio Henning	01hs07min	Médico
11873	Maria Aparecida Alves	03hs47min	ACS
11873	Maria Salete Moraes dos Santos	34hs51min	ACS
11965	Marilene de Cassia Favero	01hs40min	ACS
14036	Marisa Correia Antunes Moreira	08hs	ACS
12056	Matheus Moro	06hs10min	Médico ESF
13891	Meghi Cristine Nizer	04hs	ACS
13846	Miriam Germano de Gois	08hs	ACS
10461	Mirian Ficagna	03hs21min	Auxiliar em Saúde Bucal
11033	Nelci Aparecida Cordeiro Bauerle	07hs	Auxiliar de Enfermagem
11856	Oneide Granemann Dias Wandscheer	04hs	ACS
11885	Paulina Voleinik	07hs08min	Auxiliar Enfermagem ESF
4606	Regiane Aparecida Resende	07hs28min	Auxiliar Serviços Gerais
13887	Renata Machado Aires	02hs57min	Odontólogo
10102	Rosa Meri Coluzzi	13hs32min	Auxiliar Serviços Gerais
1053	Rosemaria Combin	03hs35min	Auxiliar Serviços Gerais
11955	Sandra Regina Jarschel	01hs01min	ACS
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	17hs36min	ACS
11951	Silvana Maria Cristaldo	20hs03min	ACS
9197	Simone Aparecida G. C. Machado	03hs49min	Auxiliar Serviços Gerais
10224	Simone do Nascimento Cardoso	03hs02min	Técnico em Enfermagem

11972	Sinara Salete Ribeiro Coelho	08hs	ACS
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	07hs22min	Odontólogo
13976	Tanely Antunes de Lima	01hs27min	ACS
11871	Tatiana Moraes	34hs50min	ACS
12795	Thiago Muniz de Lima	15hs20min	Médico
11859	Vanira Santos de Moraes	04hs59min	ACS
890	Vidalmina Prado dos Santos	06hs	Auxiliar Serviços Gerais
12588	Willian Schroder	06hs29min	Enfermeiro ESF

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de novembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 26.248

PORTARIA Nº 26.248, de 30 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato da Servidora Pública Municipal, abaixo especificada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	A contar de/A partir de:
12112	Loriana Lopes	Agente de Combate às Endemias	40	30/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 26.249

PORTARIA Nº 26.249, de 30 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato do Servidor Público Municipal, abaixo especificado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	A contar de/A partir de:
12114	João Maria Guaripuna Filho	Agente de Combate às Endemias	40	30/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 26.250

PORTARIA Nº 26.250, de 30 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, nos Setores de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestado durante o mês de novembro de 2015, especificando: códigos, nomes, cargos, setores e número de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Setor	Nº de Horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista	Vigilância Sanitária	240hs
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímico	Vigilância Sanitária	60hs
13312	Ana Claudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	Vigilância Sanitária	138
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo em Alimentos	Vigilância Sanitária	66
3361	Janete Lisboa Velasques	Fiscal Sanitarista	Vigilância Sanitária	72
6301	Nilo Sergio Luz Amorin	Engenheiro Civil	Vigilância Sanitária	66
10961	Renata Cristina Silva Favarão	Assistente Administrativo	Vigilância Sanitária	198
7683	Nara Tescke	Técnico em Enfermagem	Vigilância Epidemiológica	151
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	Vigilância Epidemiológica	216

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATOS Nº 37/2015 E Nº 38/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 37/2015 - Contrato Nº: 17/2014
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...:
SYSMATEC INFORMATICA EIRELI- ME Valor : 1.871,40
(um mil oitocentos e setenta e um reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 01/12/2015 Término: 23/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014
Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (5) Saldo:
288.407,08
Objeto : 2º aditamento ao contrato administrativo nº
17/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada
na prestação do serviço de hora técnica de informática a fim de
atender as necessidades da Câmara Municipal durante o exercício
de 2014. Objeto do aditamento: acréscimo de 25% (vinte e cinco
por cento) ao valor inicial atualizado do contrato.
Caçador, 4 de Dezembro de 2015
Ricardo Pelegrinello

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

Aditivo Nº : 38/2015 - Contrato Nº: 16/2015
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
Contratada...: ADRIANO MEIRELES RIBEIRO ME
Valor : 4.395,00 (quatro mil trezentos e noventa e cinco
reais) Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015
Recursos : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo:
484.920,55
Objeto : 1º aditamento ao contrato administrativo nº
16/2015, cujo objeto é a prestação do serviço de publicidade insti-
tucional através de jornais e sites, destinada a publicações legais e
cobertura jornalística das atividades da Câmara Municipal durante
o exercício de 2015. Objeto do aditamento: acréscimo de 15%
(quinze por cento) no valor do contrato principal.
Caçador, 4 de Dezembro de 2015
Ricardo Pelegrinello
Presidente da Câmara Municipal de Caçador

PORTARIA Nº 072, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 072, de 02 de dezembro de 2015.

Concede 20 dias de férias e autoriza a conversão de 1/3 em pecúnia ao servidor Admir José Casagrande.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2015 a serem gozadas no período de 04 a 23/01/2016 ao servidor ADMIR JOSÉ CASAGRANDE, ocupante do cargo de assistente legislativo, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados, em 18/12/2015.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo já citado, com pagamento juntamente com o período de férias.

Art. 3º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2015.

Ricardo Pelegrinello,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIO

Adilberto Santos de Oliveira
2ª SECRETÁRIA.

PORTARIA Nº 073, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 073, de 02 de dezembro de 2015.

Concede 20 dias de férias e autoriza a conversão de 1/3 em pecúnia ao servidor José Ari Lins.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 30/11/2014 a 29/11/2015 a serem gozadas no período de 04 a 23/01/2016 ao servidor JOSÉ ARI LINS, ocupante do cargo de analista legislativo, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados, em 18/12/2015.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo já citado, com pagamento juntamente com o período de férias.

Art. 3º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2015.

Ricardo Pelegrinello,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIO

Adilberto Santos de Oliveira
2ª SECRETÁRIA.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 087/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 062/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO HORA DE MOTONIVELADORA ARTICULADA COM A FINALIDADE DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS RUAS E ESTRADAS MUNICIPAIS NÃO PAVIMENTADAS ATRAVÉS DOS SERVIÇOS DE ESCARIFICAÇÃO, NIVELAMENTO DO LEITO E ESPALHAMENTO DE MACADAME/SAIBRO, DANDO MELHORES CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 04/12/2016

1ª Publicação.

LEI N.º 2.872/2015

LEI N.º 2.872/2015

Reconhece de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Jogos Adaptados de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Jogos Adaptados de Camboriú, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.356.626/0001-63, com sede na Rua Curitiba, n.º 840, Centro, Camboriú/SC, fundada em 12 de junho de 2013.

Art. 2º Cessará automaticamente os efeitos da utilidade pública reconhecida no artigo 1º desta Lei caso a Associação deixe de cumprir qualquer um dos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.453/2001.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 01 de dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

TERMO DE ERRATA PR 34/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 034/2015-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 034/2015 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS HOSPITALARES NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi adicionado os itens 6.3.6 e 6.3.7 na cláusula 6 do Edital:

6.3.6 - A empresa licitante deverá apresentar AFE DO FABRICANTE emitido pela ANVISA

6.3.7 - A empresa licitante deverá apresentar CERTIFICADO DE REGULARIDADE TÉCNICA da empresa e do responsável técnico, emitido pelo órgão da classe.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 13/01/2016 as 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 04 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE ERRATA PR 35/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 035/2015-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 035/2015 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi adicionado os itens 6.3.6 e 6.3.7 na cláusula 6 do Edital:

6.3.6 - A empresa licitante deverá apresentar AFE DO FABRICANTE emitido pela ANVISA

6.3.7 - A empresa licitante deverá apresentar CERTIFICADO DE REGULARIDADE TÉCNICA da empresa e do responsável técnico, emitido pelo órgão da classe.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 12/01/2016 as 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 04 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 124/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 124/2015.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 46/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr. e Sr.ª Daniela Ramos Silva, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de n.º 46/2014 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Fica suprimido do objeto do contrato, o(s) aplicativo(s) Livro Eletrônico com acesso ilimitado, no valor mensal de R\$ 783,83 (setecentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos) a partir do mês de dezembro/2015, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Campo Alegre, 12 de novembro de 2015.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Maria Cristina M. Munhoz CPF: 004.572.629-90	Irineu Woitskovski Júnior CPF: 071.933.509-43
---	--

CONVOCAÇÃO Nº 210/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015
CONVOCAÇÃO Nº 210/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JULIANA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, inscrita no CPF/MF sob nº 035.229.349-70, aprovada em 04º lugar no Concurso Público nº

002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR V – LINGUA PORTUGUESA, na Função de PROFESSOR V – LINGUA PORTUGUESA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 09 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 04 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 211/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012
CONVOCAÇÃO Nº 211/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROSEMARY DO AMARAL DREVECK, inscrita no CPF/MF sob nº 720.268.129-34, aprovada em 38º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 09 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 04 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.440 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 9.440 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015
NOMEIA DELEGADOS DO COLEGIADO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Resolução nº 04 de 19 de Outubro de 2015 do Núcleo Gestor do Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC;

RESOLVE: Nomear os Delegados para a revisão do PLANO DIRETOR do Município de Campo Alegre/SC., na forma dos dispositivos a seguir:

Art.1º – Ficam nomeados os seguintes Delegados, do Colegiado para a REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO do Município

de Campo Alegre/SC:

I – Delegados do Poder Executivo Municipal:

1. Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras:

Titular: JOÃO SAMUEL CUBAS;

Suplente: ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS.

2. Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNNQUELL;

Suplente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA.

3. Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ;

Suplente: MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ.

4. Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: MARIA ELIANE FRIEDRICH;

Suplente: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO.

5. Representante da Coordenadoria de Defesa Civil:

Titular: DENISE APARECIDA ROCHA;

Suplente: SÉRGIO DA COSTA.

6. Representante da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental:

Titular: PETERSON ALUISIO KOHLER;

Suplente: IVONEI FRIEDRICH.

7. Representante da Habitação:

Titular: ZÉLIA INEZ LAVAL;

Suplente: MÁRCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH.

8. Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:

Titular: MARÍLIA SCHEFFER;

Suplente: GABRIEL ENGLER.

II – Representantes do Poder Público de outras esferas Governamentais:

1. Representante da EPAGRI:

Titular: ILDEFONSO CAROSO;

Suplente: DANILO PAULA SAGAS.

2. Representante da CIDASC/ICASA – Companhia Integrada de Desenvolvimento

Titular: ARQUIDELQUES CHAVES ALVES;

Suplente: FERNANDO BILINSKY.

3. Representante do Corpo de Bombeiros Militares;

Titular: ANTONIO ZAURI CORREA VILMIZ;

Suplente: ANTONIO CARLOS CONCEIÇÃO.

4. Representante da Polícia Civil;

Titular: SANDRO MARCELO POHL;

Suplente: ERICKSON FELIPE RENGEL.

5. Representante da Polícia Militar;

Titular: CELSO MACHADO;

Suplente: RODRIGO TOMELIN.

6. Representante da CELESC Distribuidora S.A.

Titular: MARCOS ANTONIO DA COSTA;

Suplente: TANIA MARIA SANOCKY GONÇALVES.

III – DELEGADOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:

ADOLAR BAHR

ADRIANO GROSSKOPF

ANA LÚCIA PISKI

EDILSON PRUCKNESKI

FRANCISCO KUHNEN NETO

JOSNEI ROGÉRIO CCHALOUPECK

MARGARETE APARECIDA AZEREDO AUGUSTIN

RAUL JOHANSON

SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ

IV – DELEGADOS TERRITORIAIS COMUNITÁRIOS:

1. Delegados da Regional-1 "Centro e Arredores":

1.1 – Titulares:

ADALBERTO KATZMANN;

SILVANA ROSE PAULI MINIKOVSKY;

MÁRIO LUIZ FRANKE;

ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO;

ALBERTO AUGUSTIN FILHO;

LUIZ EUGÊNIO DUVOISIN;

AUREO MERKLE.

1.2 – Suplentes:

CÉLIO CRISTOFOLUI;

ROBINSON BARKEMEYER;

JOSÉ FLÁVIO SCHEFFER;

MÔNICA MERKLE;

CLEBERTON P. DE OLIVEIRA;

SANDRO LUIZ FRIEDRICH;

IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE.

2. Delegados da Regional-2 "Distrito de Bateias de Baixo e Arredores":

2.1 – Titulares:

OLIVIO ODIA;

JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO;

IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR;

JOSÉ RONEI CANDIDO;

LUIZ ACEONI DANNA.

3. Delegados da Regional-3 "Distrito de Fragosos e Arredores:

3.1 – Titulares:

OCIMAR DEOCLÉCIO BAPTISTA;

INÁCIO SCHIERHOLT;

PAULO CESAR MACHADO FRAGOSO.

3.2 – Suplentes:

VALENTIN ANTONIO IARGAS;

HANNA HABIB;

FADI KHURI.

4. Delegados da Regional-4 "Localidade de Bateias de Cima e Arredores:

4.1 – Titulares:

JOILSON FUCKNER;

VIVIANE LINZMEYER FUCKNER;

GERALDO BINECK.

4.2 – Suplentes:

OLGA ROSELI PISKE FUCKNER;

LUCIANA FUCKNER WALDMANN;

RONIVALDO FUCKNER.

5. Delegados da Regional-5 "Localidade de Campinas e Arredores":

5.1 – Titulares:

CRISTINA MARIA PAULI;

FILOMENA MUNHOZ;
MONALIZA A. MUNHOZ DE FARIAS.

5.2 – Suplentes:
MARLETE DUMS;
MARIA MUNHOZ PAULI;
JOSIANE DE FÁTIMA KUIASKI.

6. Delegados da Regional-6 “Localidade de Santana e Arredores”:

6.1 – Titulares:
MARIO SILVA;
ANTONIO GALVÃO SANTOS NETO.

6.2 – Suplentes:
EDSON JOSÉ DOS SANTOS;
LOAN EDIORT DOS SANTOS.

7. Delegado da “Zona de Turismo”:

7.1 – Titular: MÁRCIO MÜLLER.

7.2 – Suplente: ADRIANA NOGARA.

V – DELEGADOS SETORIAIS, REPRESENTANTES DE SETORES OU
SEGMENTOS SOCIAIS:

1. REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE TRABALHADORES:

1.1 – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: JOSÉ ODORICO MUNHOZ;
Suplente: LUANA MARIA MUNHOZ.

1.2 – Representante do Sindicato dos Empregadores Rurais:

Titular: TANCREDO RONSKA;
Suplente: MARCOS JOSÉ FARIAS.

1.3 – Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Titular: ADRIANA BOMBASSARO ZANELLA;
Suplente: SUELI MARIA GONTARCK ZANCALUZNE.

2 – REPRESENTANTES DE ENTIDADES EMPRESARIAIS E INDUSTRIAIS:

2.1 – Representante da Indústria indicado pela Associação Empresarial – ACIACA:

Titular: VALDIR REICHERT;
Suplente: JOSÉ CRISTOFOLINI.

2.2 – Representante do Comércio indicado pela Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL:

Titular: REGINA MARIA CARDOSO DE MEIRA OLIVEIRA;
Suplente: JOÃO ALAOR NENEVE CORDEIRO.

2.3 – Representante da Associação dos Criadores de Ovinos Paraiso da Serra:

Titular: REGINA MARIA MUNHOZ;
Suplente: LUIZ VALÉRIO MUNHOZ.

2.4 – Representante do Núcleo dos Ovinocultores de Campo Alegre:

Titular: WOLFRAN BAHR;
Suplente: HARRY BAHR;

2.5 – Representante da Associação de Turismo Rural de Campo

Alegre Caminhos da Serra:

Titular: MARIA ALMERI DE FARIAS;
Suplente: WILTON BUENO DE FARIAS.

2.6 – Representante da COOPERDIA:

Titular: JONAS THIAGO BAHR;
Suplente: MANOEL ROBERTO FATYRIO DA ROCHA;

2.7 – Representante da Cooperativa de Produtores de Mate de Campo Alegre:

Titular: HILDEBERTO BAHR;
Suplente: RUBEN ELIEZER BAHR.

2.8 – Representante da COOPERVITA:

Titular: LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES;
Suplente: LUCIMAR HOFF.

2.9 – Representante do Segmento dos Mineradores:

Titular: RODRIGO M. CORREA;
Suplente: RODRIGO LUIZ DO CARMO SOUZA.

2.10 – Representante do Segmento das Imobiliárias:

Titular: MARCELO LADER;
Suplente: AUGUSTINHO MINIKOVSKY.

3 – REPRESENTANTES DE ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA:

3.1 – Representante dos Profissionais Liberais:

Titular: MARCELO MAURÍCIO FOITTE;
Suplente: IMELDA JÚLIA WATZKO.

3.2 – Representante dos Serviços Notariais:

Titular: FABÍOLA SCHEFFER BRUNNQUELL;
Suplente: SANDRA BORGHEZAN BECKHAUSER.

4 – REPRESENTANTE DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA:

4.1 – Representante da APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais:

Titular: JOÃO LEFFECK;
Suplente: RODRIGO MUNHOZ.

5 – REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES OU COMUNITÁRIOS ATUANTES NO MUNICÍPIO E OU DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, ESPECIALMENTE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP, FÓRUMS E REDES DE CIDADÃOS, CLUBES DE SERVIÇO, ENTIDADES AMBIENTAIS, ENTRE OUTROS:

5.1 – Representante da Associação de Artistas Artesão e Produtores Rurais de Campo Alegre – “Associação Mãos do Campo”:

Titular: HERMA SCHWARZ HEINZEN;
Suplente: ELISABETE KOWALCZUCK.

5.2 – Representante da FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre:

01 (um) Representante da A.C.C – Associação de Comunicação Comunitária Rádio Cidade FM-87.9 MHZ:

Titular: ALBERTO AUGUSTO FILHO;

Suplente: ANTÔNIO DENILTON NENEVÊ.

Art.2º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

04 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 113/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de equipamentos para as cozinhas e salas de aula para novas e atuais escolas da Rede Municipal de Educação para o ano de 2016 , conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	10	un	Refrigerador 322l com 1 porta, frost free, painel de controle blue touch e espaço extra frio, 3 prateleiras removíveis, prateleira latas removíveis, gaveta de frutas e legumes transparente, cesta para porta ovos, painel digital, controle de temperatura refrigerador e congelador externo, separador de gavetas, iluminação interna, pés niveladores, alimentação 220v, potência 60kw/mês, classificação energética A.	2.000,00	20.000,00
02	12	un	Forno elétrico, 32 litros, com time de 60 minutos com desligamento automático, com grelha deslizante com regulagem de altura. Possui controle de temperatura ajustável de 90 a 230 graus., com 3 funções de aquecimento, 2 elementos de aquecimento na parte superior e 2 na parte inferior. Aquece, assa, tosta, gratina, grelha e descongela. Voltagem 220v. Dimensões: (LxAxP) 51x31x42cm, garantia de 1 ano.	299,00	3.588,00
03	10	un	Micro-ondas 30 litros, 3 níveis de potência, 220v, na cor branca	400,00	4.000,00
04	14	un	Liquidificador –Profissional -Potencia do motor - 2HP - 1500W no mínimo. Tensão 220v. Capacidade 2 litros. controle de velocidade, função turbo para aumentar a potência do motor chegando a 2000W ou mais. Lâmina dupla em aço inoxidável de alto poder de corte apoiada em rolamentos de esferas blindadas. Alto poder de trituração e rolamento que permitam que as lâminas girem em altíssima rotação com 22500 giros por minuto ou mais. Encaixes metálicos para mais durabilidade. Diferentes velocidades. Jarra em material resistente e de fácil higienização.	500,00	7.000,00
05	12	un	Batedeira profissional Planetária - batedeira com 3 batedores, um batedor balão, um batedor folha e um batedor gancho de metal; essas peças devem ser em aço inoxidável. Recipiente com capacidade de 4 litros. 300w de potencia. Voltagem 220v. Velocidades 8. Tigela em metal com trava na base e bocal alimentador para adicionar ingredientes durante o preparo. Pés com ventosas que fixam a batedeira durante o preparo.	600,00	7.200,00
06	5	un	Freezer horizontal 2 portas 404 litros - Freezer horizontal na cor branca com duas portas, voltagem 220v, profundidade 78cm Largura 119,5cm Altura 94cm, 4 pés com rodízio. De congelamento rápido. Dreno frontal para limpeza. Dupla função com acionamento frontal. Armazenamento líquido 404 litros e capacidade bruta 411 litros.	1.700,00	8.500,00
07	20	un	Ventilador de parede 220v, silencioso 60 cm 3 Pás	130,00	2.600,00
08	4	un	Fogão Industrial 6 bocas - fogão com 6 bocas, sendo destas 3 bocas com chama dupla. Mesa esmaltada à fogo com easy clean. Corpo reforçado em aço carbono com acabamento em pintura a pó eletrostática com base fosfatizada. Queimador e grelhas em ferro fundido o. Espalha chamas do queimador central em cobre. Queimadores duplos frontais e simples traseiros. Isolamento térmico em lã de rocha. Acabamento interno esmaltado à fogo. Duas grelhas com limitador. ALTURA: 780mm LARGURA: 1200mm PROFUNDIDADE: 800mm. Cor cinza claro	1.200,00	4.800,00

09	20	un	Aparelho de DVD player com USB e RIPPING, para utilização com pendrive de qualquer tamanho e faz cópia de um CD para o pendrive e vice versa. – Formatos compatíveis: DVD, VCD, CD, CD-R, CD-RW, MP3 e foto CD- 220v	149,00	2.980,00
10	10	un	Aparelho de TV Led 32" – HD com conversor digital integrado, entrada 2HDMI e USB DTV	1.100,00	11.000,00
11	14	un	Multiprocessador – potência 500w, 2 velocidades 1,2l,, pulsar, processa, bate, mói, pica, fatia, mistura, emulsifica, rala, 220v na cor preta, garantia de 1 ano.	149,00	2.086
12	4	un	Fogão a gás 4 bocas automático, forno autolimpante bivolt, vidro total na porta do forno, puxador de metal, grade de fixa no forno com 2 regulagens de altura, queimadores esmaltados, tampa de vidro sem puxador, mesa em aço inox, válvula de segurança no forno, 2 queimadores família, , classificação energética A.	400,00	1.600,00
13	3	un	Balança Mecânica com régua antropométrica para pesar adultos Capacidade 150kg; Divisão 100g; carga mínima 2kg; Estrutura em chapa de aço carbono 1020. Cursores em aço inoxidável polido. Material imune a oxidação. Sistema de réguas Menor/de cima: Régua lisa para as menores divisões. Construção em perfil de alumínio com escalas de alumínio embutidas em ambos os lados, para visualização nítida do peso por parte do operador e do paciente. Maior/de baixo: Régua dentada para as maiores divisões. Latão polido com dureza e durabilidade elevada. Pintura com tratamento anti-ferruginoso. Piso de borracha antiderrapante Reveste a superfície superior da plataforma de pesagem proporcionando maior segurança e conforto aos usuários. Com Pés antiderrapantes e reguláveis para nivelamento. Deve ter Régua antropométrica Prático sistema para medir altura construído em tubo de aço carbono pintado na cor da balança, com régua antropométrica retrátil em alumínio anodizado, medindo até 2,00m com graduação de 0,5 cm. Cabeçote da régua antropométrica em plástico ABS injetado, com desenho ergonômico especialmente desenvolvido para garantir máxima segurança ao paciente.	750,00	2.250,00
14	12	un	FILTRO DE ÁGUA - Purificador de água Modo de filtragem: Tripla Filtragem. Funções: Filtra e purifica a água Composição/Material:Plástico Atóxico. Conteúdo da Embalagem, deve vir com o produto: filtro de água, 1 mangueira para galão, manual e certificado de garantia Cor Preto, branco ou prata. Dimensões aproximadas do produto (cm) - AxLxP 25x17x28,5cm. Dimensões aproximadas da embalagem (cm) - AxLxP 25x17x28,5cm Peso líq. aproximado do produto (kg) 1,8kg Peso aproximado da embalagem do produto (kg) 1,8 kg Mais Informações relevantes: O filtro do Purificador deve fornecer tripla filtragem e foi desenvolvido com água potável, pré-tratada e clorada, dentro das normas ditadas pela portaria nº 518, de março de 2004, do ministério da saúde. Tipo de instalação: simples e prática em local nivelado, bem arejado, e protegido da luz direta do sol e de qualquer fonte de calor.	340,00	4.080,00
15	1	un	GELADEIRA COMERCIAL 6 PORTAS - temperatura de 2 a 10, em inox. Medida: 164x59x208 Isolamento: poliuretano injetado Termômetro: digital Utilização: bebidas e alimentos, em cozinhas, hotéis e restaurantes Sistema de refrigeração: ar forçado ou estático Revestimento interno: galvanizado Revestimento externo: inox na frente laterais plástico injetado Termômetro: digital Voltagem: 220V Aquecimento nas colunas frontais (6 portas) Temperatura: 2 a 7 graus Sist. Refrigeração: Ar forçado Capacidade (L): 1020 aproximadamente Motor: ¼ Consumo (Kwh/mês): 298 Peso Líq.: 138 Peso Bruto: 175	5.500,00	5.500,00
16	10	Und	Escada de alumínio multiuso articulada 4x3, dobrável 8 posições, multifuncional, altura 0,80 x 3,39m, dobrável em quatro partes, 4x3 degraus, múltiplas funções de uso, fabricada em alumínio, pés antiderrapante, peso 10,6kg, suporta 150kg.	270,00	2.700,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 89.884,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 9h do dia 14/12/2015, às 09h45min do dia 21/12/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 21/12/2015 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.02	Serviço de Transporte e Frota
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	47	Frota Municipal
Projeto	2.112	Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Poderão ser utilizadas dotações referente "material de consumo" de outros órgãos e unidades que, por ventura, necessitem destes materiais.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 04 de dezembro de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 09/2015 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015 FMAS
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de suco natural para servir aos alunos do CRAS nas Oficinas do PAIF desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre - SC e para eventos de confraternização do final do ano, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	100	Galão	Suco natural de laranja, pasteurizado, galão de 5 litros.	23,00	2.300,00
02	100	Galão	Suco natural de uva, pasteurizado, galão de 5 litros.	23,00	2.300,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 4.600,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 07/12/2015, às 09h45min do dia 18/12/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 18/12/2015 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	92.00	Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	92.01	Manutenção das Atividades Sociais
Função	8	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	100	Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
Projeto	2.950	Manutenção e Coordenação das Atividades do Serviço
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 07 de dezembro de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 110/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2015

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de óleo para motor, graxa, desengraxante, ARLA 32, filtros e materiais para limpeza e manutenção da frota do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	1.000	Litro	Aditivo ARLA 32 (apenas o produto, sem container IBC).	2,00	2.000,00
02	3	Tambor	Detergente desengraxante para lavagem de veículos. Tambor com 200 litros.	355,58	1.066,74
03	200	Quilo	Estopa, para limpeza automotiva.	3,83	766,00
04	4	Unidade	Filtro, referência: AR 7705	65,30	261,20
05	10	Unidade	Filtro, referência: ARL 4147	17,02	170,20
06	4	Unidade	Filtro, referência: ARL 4150	15,00	60,00
07	4	Unidade	Filtro, referência: ARL 6091	14,00	56,00
08	5	Unidade	Filtro, referência: ARS 1029	61,70	308,50
09	4	Unidade	Filtro, referência: ART 5051	39,00	156,00
10	4	Unidade	Filtro, referência: GI 04/7	11,70	46,80
11	4	Unidade	Filtro, referência: GI 12/7	28,43	113,72
12	12	Unidade	Filtro, referência: GI 50/7	27,80	333,60
13	14	Unidade	Filtro, referência: PSL 55	19,00	266,00
14	4	Unidade	Filtro, referência: PSL 562	19,00	76,00
15	5	Unidade	Filtro, referência: PSL 619	14,00	70,00
16	12	Unidade	Filtro, referência: PSL 77	16,70	200,40
17	3	Tambor	Graxa de lítio para rolamentos, cubas de roda, mancais e pino graxeiro (1ª linha). Tambor com 170 quilos.	3.193,30	9.579,90
18	2	Tambor	Óleo hidráulico 68. Tambor com 200 litros.	1.875,50	3.751,00
19	3	Tambor	Óleo mineral 15W40, CI-4 / SL. Tambor com 200 litros.	2.702,70	8.108,10
20	12	Frasco	Silicone líquido, embalagem com 5 litros.	80,00	960,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 28.350,16	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 07/12/2015, às 13h45min do dia 17/12/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 17/12/2015 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias de órgãos e unidades da Prefeitura Municipal de Campo Alegre classificadas como Material de Consumo (3.90.30.00.00.00.00).

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 07 de dezembro de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 111/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de equipamentos de informática para as escolas e creches do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	50	UN	Mouse Óptico USB – Cor Preto. Scroll macio, Design ergonômico. Informações técnicas: Compatível com: Windows 98, 2000, ME, XP, Vista, 7 / MacOS x 9.0 ou Superior. Resolução: 800 dpi. Dimensões aprox. do produto: 97 x 55 x 34mm.	29,70	1.485,00
02	30	UN	Teclado Multimídia USB - Cor Preto. Teclas slim, 105 teclas. Compatível com Windows 7/98/ 2000/ XP/ VISTA/ ME. Multimídia.	59,77	1.793,10
03	06	UN	Projetor Multimídia – Cor Preto. Sistema de Projeção - DLP®; Resolução Nativa 1024x768; Resoluções máximas: UXGA (1.600 x 1.200), WUXGA (1.920 x 1.200), Modos de Vídeo: 480p, 720p, 1080i, 1080p, 480i, 576i, 576p; 3000 ANSI Lumens (Standard), 2400 ANSI Lumens (ECO); Entradas/conexões: 1 HDMI (vídeo, áudio, HDCP) * 2- RGB/Video Componente (D-sub) * 1- S-Vídeo (Mini DIN) * 1-Vídeo Composto (RCA) * 2 PC Audio (Stereo); Tela projetada (diagonal): 24 (61cm) ~ 300 (762cm); Compatibilidade: IBM PC e Compatíveis, Apple iMac/MacBook e VESA Standards; Suporte de Cor: 1,07 bilhões de cores; Tipo de lâmpada: Osram 190W; Duração da Lâmpada: Duração: 5.000 horas (Standard) 6.000 horas (ECO) 10.000 horas (ExtremeEco); Fonte de alimentação: AC input 100~240V; Bivolt automático; Consumo de energia: 235 Watts (Operação), <0.5Watts (Standby); Digital Connectivity-HDMI™; MHL™ Conectividade; Botão Função 3D; DLP 3D preparado (BD); HDMI 3D ready; Gerenciamento 3D; 24p (HDMI) Real; Baixo nível de ruído; Dual D-Sub Input (VGA); Instant Pack; Incluso: AC Power Cord, Cabo VGA, Controle Remoto, Maleta para transporte, apresentador multimídia.	3.898,77	23.392,62
04	08	UN	Impressora, copiadora e scanner. Tecnologia de Impressão: Jato de Tinta. REDE: Não. Wireless: SIM. Tamanho de Papel: A4. Duplex: Não. Página por Minuto em Preto: 33 ppm. Página por Minuto em Color: 15 ppm. Resolução de Impressão: 5760 x 1440 dpi. Capacidade de Papel: Entrada 100fls /Saída 30 fls. Voltagem: BIVOLT. Rendimento em Páginas: 4.000 páginas PRETO/ 6.500 páginas COLOR. Garantia: 1 ano (ou 15 mil páginas, o que ocorrer primeiro).	1.361,93	10.895,44
05	15	UN	Telefones Com Fio – Cor preto. Modo de operação PABX. Funções: flash, rediscador, pause e mudo. 3 Níveis de Volume de Campanha. 2 tipos de toque. Uso em mesa ou parede. Design moderno e ergonômico.	84,56	1.268,40
06	02	UN	Telefones Sem Fio – Cor Preto. Tecnologia DECT 6.0 (1,910 –1,920 GHz). Identificação de chamadas DTMF e FSK. Display alfanumérico, não luminoso. Capacidade para até 7 ramais (base + 6 ramais). Agenda para 70 nomes/números. Discagem rápida para 10 números (teclas 0 - 9). Bloqueio de teclado. Som de teclado (on/off). Registro de 15 chamadas atendidas, 20 chamadas não atendidas e 15 realizadas. Bloqueio de discagem com uso de senha. Data, hora e despertador. Pre dialing. Atendimento programável (ao retirar o fone da base ou tecla liga). 4 opções de volume de toque + silencioso. 7 tipos de toque. 3 opções de volume de recepção de áudio. Menu trilingue em português, espanhol e inglês. Indicador de carga de bateria (ícone no display). Temporização de chamadas. Duração da chamada (cronômetro). Código de área. Flash programável. Tom/Pulso. Funções: flash, rediscador e Mudo. LED no fone. LED na base (carregando e em uso). Page (localizador) na base.	187,70	375,40
07	01	UN	Nobreak Senoidal. Potência (VA/W) 1500va 1050w. Tomadas: 8. Bateria 4x 7ah Selada. Exp. Bateria Opcional. Tensão Bateria 48v. Carga Típica 6 Micros. Autonomia Típica: 12 Minutos. Dimensões Aprox. Mm/Kg 415x192x236 26kg. Controlado Por DSP (DIGITAL Signal Processor). Pode Ser Ligado Em Grupo Gerador 47Hz A 63Hz. Faixa De Entrada Ampliada. Alta Performance Com True RMS e Gerenciador De Baterias. Onda Senoidal Pura. Fatores De Potência: 0,7. Bivolt De Entrada E Saída. Alta Tecnologia Com Placa SMT. Senoidal De Baixa Distorção Harmônica.	2.970,70	2.970,70

08	04	UN	Notebook. Com Teclado Numérico. Processador Intel Core i3-4005U (3M Cache, 1.70 GHz). Sistema Operacional: Windows 7 PRO. Tela: 15.6 HD 1366 x 768 LCD. Intel® HD Graphics. Memória RAM: 4GB, expansível até 8GB. 500GB de HD. Wi-Fi - 802.11b/g/n. Dois alto-falantes estéreo. Áudio de Alta Definição. Touchpad Multitouch (Movimento circular, rolagem de página, zoom, mudança de página). Leitor SD™ Card. Bateria de 6 células (5000 mAh). 1 Conexão USB 3.0. 2 Conexões USB 2.0. 1 Saída para Headphone/alto-falante. 1 Entrada para cabo de energia. 1 Conexão Ethernet (RJ-45). 1 Saída VGA. 8X DVD-Super Multi Double-Layer Drive Peso aproximado: 2,5 kg. Mouse e Maleta para Transporte.	3.470,77	13.883,08
09	10	UN	Roteador Wireless N 300Mbps. Interface 4 Portas LAN 10/100Mbps 1 Porta WAN 10/100Mbps. Botão Liga/Desliga o Wireless, Botão Liga/Desliga WPS, Botão Liga/Desliga para energia. Fonte de alimentação externa 9VDC / 0.6A. Padrões Wireless IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b. Antena Três (3) antenas Onidirecionais destacáveis de 3dBi. Dimensões aproximadas (L X C X A) 200 x 140 x 28mm (7,9 x 5,5 x 1,2 pol). Frequência 2,4 a 2,4835 GHz. Taxa do Sinal 11n: Até 300Mbps (dinâmico)/11g: Até 54Mbps (dinâmico)/ 11b: Até 11Mbps (dinâmico). Sensibilidade da Recepção 270M: EIRP <20dBm(EIRP). Funções Wireless Ativa/desativa rádio, wireless, bridge WDS, WMM, Estatísticas. Segurança Wireless WEP / WPA / WPA2, WPAPSK / WPA2-PSK 64/128/152 bits. Tipo de WAN IP dinâmico/ IP estático/ PPPoE/PPTP/ L2TP BigPond. DHCP Servidor, Cliente, Lista de clientes. DHCP, Reserva de Endereços. Qualidade do Serviço WMM, Controle de largura de banda. Encaminhamento de Porta Servidor virtual, Acionamento de Portas, UPnP, DMZ, DNS Dinâmico DynDns, Comexe, NO-IP. Passagem VPN PPTP, L2TP, IPSec. (Cabeçalho ESP). Controle de Acesso Controle Parental, Controle de Gerenciamento Local, Lista de Hosts, Programação de Acesso, Gerenciamento de Regras, Segurança Firewall DoS, Firewall SPI, Filtragem de Endereço IP/Mac Filtro de endereços, Filtro de domínios, Junção de Endereço IP e MAC. Gerenciamento Controle de Acesso, Gerenciamento Local, Gerenciamento Remoto. Certificação CE, FCC, RoHS. Conteúdo do Pacote 3 antenas onidirecionais destacáveis, Fonte de alimentação, Guia de Rápida Instalação. Ambiente Temperatura de Operação: 0° a 40°C (32° a 104°F), Temperatura de armazenamento: -40° a 70°C (-40° a 158°F), Umidade de operação: 10% a 90% sem condensação. Umidade de armazenamento: 5% a 90% sem condensação.	372,33	3.723,30
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 59.787,04	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 07/12/2015, às 09h45min do dia 17/12/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 17/12/2015 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação classificadas como Material de Consumo (3.90.30.00.00.00.00) e Equipamentos e Material Permanente (4.4.90.52.00.00.00.00), conforme categorização de cada item.

Poderão ser utilizadas dotações referente “material de consumo” de outros órgãos e unidades que, por ventura, necessitem destes materiais.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 07 de dezembro de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 14/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 629/2015/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015/FMS

EXTRATO DE EDITAL

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê - SC, representado por Gestora Designada Sra. Dalci Maria Buratti Appio, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 21 de Dezembro de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 629/2015/FMS na modalidade de Pregão Presencial Nº 14/2015/FMS - Ata de Registro de Preços, cujo objeto é a Aquisição de Materiais Odontológicos, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:00hs às 13:00hs, telefone (49) 3655-3035, e através do e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC, 03 de Dezembro de 2015 - Dalci Maria Buratti Appio - Gestora Designada do FMS.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 11_15

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89 /2015

DISPENSA 10/2015

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE TERRENO PARA EXPLORAÇÃO E RETIRADA DE CASCALHO, PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93, DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

Valor: R\$ 10.815,00 (dez mil oitocentos e quinze reais).

Campos Novos, 07 de dezembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

INCLUSÃO ITEM CREDENCIAMENTO Nº 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

O FUNDO MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.595.042/0001-24, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Saúde, Nelson Luiz de Paula, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que o Processo nº 41/2015, Edital de Credenciamento nº 03/2015 CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS MÉDICOS, PESSOAS JURÍDICAS, PARA ATENDIMENTO NA FORMA DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, que inclui no presente edital:

Procedimento	Valor a ser Praticado	Produção Mês Teto Máximo
Pediatria	R\$ 70,00	50

Campos Novos; 27 de Novembro de 2015.

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretaria Municipal de Saúde

PORTAIA Nº FHJA 182/15

PORTARIA Nº 182/15 DE 30/11/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA MARLENE CARNEIRO DE SOUZA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento ao servidor MARLENE CARNEIRO DE SOUZA como chefe de lavanderia, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/09/2002 a 31/08/2003, do período de 01/09/2003 a 31/08/2004, do período de 01/09/2004

a 31/08/2005, do período de 01/09/2005 a 31/08/2006, do período de 01/09/2006 a 31/08/2007, do período de 01/09/2007 a 31/08/2008, do período de 01/09/2008 a 31/08/2009, do período de 01/09/2009 a 31/08/2010, do período de 01/09/2010 a 31/08/2011 e do período de 01/09/2011 a 31/08/2012, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de novembro de 2015.

Leonardo Farias Santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio

PORTARIA Nº 1692/15

PORTARIA Nº 1697/15 DE 30/11/15

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR EDMILSON MARTINS DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao servidor MARCIA ELIZA CANALI KAI-PER, referente ao Cargo de Diretora de Departamento e Secretária, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/03/12 a 31/12/12, do período de 10/01/13 a 09/03/13, do período de 10/03/13 a 09/03/14 e no período 10/03/14 a 09/03/15, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1694/15

PORTARIA Nº 1694/15 de 30/11/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora MARCILENE GUIMARÃES DELFINO TITON, ocupante do cargo efetivo Assistente Social, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato sensu": SAÚDE PÚBLICA COM ÊNFASE EM SAÚDE DA FAMÍLIA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2015.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Novembro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1695/15

PORTARIA Nº 1695/15 de 30/11/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora MELISSA THAÍS GEHRKE GOMES, ocupante do cargo efetivo Técnico em Apoio Administrativo, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato sensu": MBA E M GESTÃO PÚBLICA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2015.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Novembro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1696/15

PORTARIA Nº 1696/15 de 30/11/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora CRISTIANE CAREZIA, ocupante do cargo efetivo Engenheira Civil, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato sensu": ENGENHARIA DE SEGURANÇA NO TRABALHO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2015.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Novembro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1697/15

PORTARIA Nº 1697/15 DE 30/11/15

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR EDMILSON MARTINS DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento ao servidor EDMILSON MARTINS DE SOUZA, referente a FGR I-II-III, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/08 a 31/12/08, ao período 01/02/09 a 28/02/09, no período de 01/03/09 a 31/12/09, do período de 01/01/10 a 28/02/10, do período de 01/03/10 a 30/06/10, do período de 01/07/10 a 28/02/11 e do período de 01/03/11 a 28/02/12 na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de novembro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1709/15

PORTARIA Nº 1.709/15 DE 02/12/15

EXONERA A SERVIDORA MARLI TEREZINHA PINHEIRO POR APOSENTADORIA, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1589834973 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera a servidora MARLI TEREZINHA PINHEIRO, por aposentadoria, por tempo de contribuição, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de PROFESSORA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2015.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de dezembro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1710/15

PORTARIA Nº 1.710/15 DE 02/12/15

EXONERA A SERVIDORA MARLENE HAHMEYER SOCOLOVSKI POR APOSENTADORIA, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1589834833 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera a servidora MARLENE HAHMEYER SOCOLOVSKI, por

aposentadoria, por tempo de contribuição, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de PROFESSORA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2015.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
02 de dezembro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1711/15

PORTARIA Nº 1711/15 DE 02/12/15
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ANA CRISTINA PEDROSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ANA CRISTINA PEDROSO no período de 19/11/15 a 17/03/16.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
02 de dezembro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1713/15

PORTARIA Nº 1713/15 DE 04/12/15
EXONERA A SERVIDORA SONIA MARIA PINHEIRO DA SILVA POR APOSENTADORIA, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1615665762 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera a servidora SONIA MARIA PINHEIRO, por aposentadoria, por tempo de contribuição, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de PROFESSORA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
02 de dezembro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº FHJA 183/15

PORTARIA Nº 183/15 DE 30/11/15
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A DIONE SCHULDES

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença à servidora DIONE SCHULDES, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de novembro de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de novembro de 2015

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT. CT. 37/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

Termo do quarto aditivo ao contrato cno nº. 44/2011
CONTRATO CNO – 37/2015

DATA DE ASSINATURA: 28 de Novembro de 2015.

OBJETO: Manutenção de monitoramento, compreendendo todos os equipamentos instalados nos seguintes locais: Captação de ÁGUA Bruta, ETA, Torre da COACER, Lagoa de Esgoto Bacia B e Sede Administrativa do SAMAE.

CONTRATADA: Mai Comércio e Prestação de Serviços Eletrônicos Ltda.

VALOR: R\$ 1.123,48 (Mil cento e vinte e três reais e quarenta e oito centavos) mensais.

PRAZO: 01.12.2015 à 30.11.2016.

Campos Novos – SC, 28 de Novembro de 2015

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT. CT. 38/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

Termo do quarto aditivo ao contrato cno nº. 45/2011
CONTRATO CNO – 38/2015

DATA DE ASSINATURA: 28 de Novembro de 2015.

OBJETO: Manutenção e hospedagem do site do SAMAE de Campos Novos-SC.

CONTRATADA: IB Agência de Publicidade e Representações Ltda.

VALOR: R\$ 375,12 (Trezentos e setenta e cinco reais e doze centavos) mensais.

PRAZO: 01.12.2015 à 30.11.2016.

Campos Novos – SC, 28 de Novembro de 2015

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

EXT. PP. 24/2015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 33/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO ZERO KM, TIPO FURGÃO, ANO/MODELO 2016, NA COR BRANCA A SER UTILIZADA PELA COORDENADORIA TÉCNICA DO SAMAE, CONFOME DESCRITO NO EDITAL DO PREGÃO.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 17/12/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº 008/2015/SME – PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA E EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

EDITAL nº 008/2015/SME – PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA E EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

O Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar 0038, de 14 de novembro de 2011, nos artigos 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42 faz saber que abrirá inscrições para o Processo de Alteração Temporária (ampliação ou redução de carga horária e extensão de jornada de trabalho) dos Profissionais do Magistério, conforme disposições do presente Edital para atender as necessidades da Administração na forma e condição estabelecida nesta Lei..

1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1 O Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho destinam-se aos Profissionais do Magistério que possuem disponibilidade para exercer temporariamente suas atividades em Jornada Semanal de até 40 (quarenta) horas no ano de 2016.

1.2 São condições para participação no processo de habilitação de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho :

- I - Estabilidade no cargo após cumprido o estágio probatório;
- II - Estar em efetivo exercício no cargo de lotação junto a Secretaria Municipal de Educação;
- III - Não ter sofrido penalidade disciplinar resultante de processo administrativo nos últimos 60 (sessenta) meses, contados da data de publicação do edital;
- IV - Não apresentar falta injustificada nos últimos 12 (doze) meses, contados da publicação do edital.
- V - A simples habilitação não garante ao servidor o direito ao aumento de carga horária pretendida.

1.3 A Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho poderá ser revogada a qualquer momento nas seguintes hipóteses:

- I- A pedido do servidor;
- II- Devido ao retorno do servidor titular da vaga;
- III- Desaprovação em avaliação de desempenho realizada pela chefia imediata;
- IV- No interesse da administração, mediante motivação em regular procedimento administrativo.

1.4 É vedada a participação no Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho o servidor afastado do serviço por motivo de:

- I- Tratamento de Saúde;
- II- Processo de Readaptação;
- III- Licença para Tratar de Interesses Particulares (licença sem vencimento);
- IV- O professor que aumentar a carga horária ou a extensão de jornada de trabalho não poderá se afastar do exercício, a pedido, para exercer atividade em outro órgão municipal, estadual ou federal, pelo período de vigência da alteração temporária – ano letivo/2016;

2. DIVULGAÇÃO DO EDITAL:

2.1 Caberá ao diretor ou responsável a divulgação deste Edital no âmbito da respectiva Unidade Educacional, devendo, para tanto, afixá-lo no quadro mural do educandário, o qual estará disponível também na Secretaria Municipal de Educação e no site www.pmc.sc.gov.br

3. DA INSCRIÇÃO:

3.1 A inscrição será realizada na Secretaria Municipal de Educação no período de 14 de dezembro/2015 a 18 de dezembro/2015, no horário das 7 horas e 30 minutos às 13 horas e 30 minutos, por meio de preenchimento de ficha de inscrição, devendo anexar:

- 3.1.1 Xerox da identidade;
- 3.1.2 Tempo de serviço efetivo no Magistério Público Municipal.
- 3.1.2.1 O período em que o servidor atuou como contratado não será computado, apenas será considerado o tempo após a sua nomeação decorrente da aprovação em concurso público;
- 3.1.3 Xérox dos certificados de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação realizados nos anos de 2013, 2014 e 2015, a cada 20 horas 1 (um) ponto.

4. DA CLASSIFICAÇÃO:

4.1 O processo de habilitação constará de:

- I - Prova de títulos (curso de capacitação/aperfeiçoamento), vinculados à área de atuação, excluídos aqueles exigidos como pré-requisito para a posse no cargo ocupado, devendo os títulos e pesos ser fixados no edital;
- II - Avaliação de saúde ocupacional e, se necessário, exame clínico e exames complementares, de caráter eliminatório, que serão realizados pela Junta Médica Oficial do Município ou por profissionais por este credenciado.

4.2 Em caso de empate entre 2 (dois) ou mais servidores habilitados para a mesma vaga de atuação, aplicar-se-ão os seguintes critérios:

- I - Maior pontuação na prova de títulos;
- II - Maior tempo de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino;
- III - Maior tempo de permanência em sala de aula na Rede Municipal de Ensino;
- IV - Maior tempo de efetivo exercício nos órgãos da administração direta e indireta do Município.

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 A divulgação da listagem classificatória será afixada em edital na Secretaria Municipal de Educação no dia 21 de dezembro de 2015, a partir das 7 horas e 30 minutos.

6. DOS RECURSOS:

6.1 Caberá recurso quanto ao resultado da classificação que deverá ser endereçado a Secretaria Municipal de Educação e conter as razões que o fundamentam.

6.2 Serão aceitos os recursos interpostos nos dias 21 e 22 de dezembro de 2015, junto à Secretaria Municipal de Educação, no horário das 7 horas e 30 minutos às 13 horas e 30 minutos.

6.3 A Comissão Organizadora de Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho decidirá sobre os recursos interpostos e no dia 23 de dezembro de

2015, havendo deferimento de pedidos, será divulgada nova listagem, a partir das 13 horas e 30 minutos na Secretaria Municipal de Educação.

7. DAS VAGAS:

7.1 O presente Processo de Alteração de Carga Horária e Extensão de Jornada de Trabalho terá vigência para o ano letivo/2016, e na existência de vagas os candidatos serão chamados através de contato telefônico pelo RH da Secretaria Municipal de Educação para o aceite da vaga, no prazo 48 (quarenta e oito) horas.

7.2 As vagas disponibilizadas nos processos obedecerá, rigorosamente, a classificação do servidor.

7.3 No caso de profissional efetivo com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas, somente poderá realizar o Processo de Alteração Temporária se houver compatibilidade de horário e disponibilidade de tempo. Se não houver disponibilidade de tempo para deslocamento entre as Unidades Educacionais, a escolha não poderá ser efetivada.

7.4 No caso de profissionais efetivos em mais de uma Unidade Educacional, ou com carga horária superior a 20 horas, somente poderá realizar o Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho, desde que não ultrapasse 40 horas semanais.

8. DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA E EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO

8.1 A homologação das inscrições e dos servidores será publicada oficialmente pelo Município e afixada nas unidades educacionais;

8.2 O servidor poderá recorrer da homologação das inscrições e dos servidores habilitados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contando da expectativa publicação, mediante requerimento fundamentado dirigido à Comissão coordenadora do processo, que decidirá em igual prazo.

8.3 A validação do aceite da vaga será mediante a Publicação de Portaria.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 A inscrição do servidor do Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho implicará o conhecimento e a tácita aceitação das disposições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

9.2 O professor com regime de trabalho inferior a 40 horas, poderá realizar a alteração de carga horária.

9.3 O servidor que na ficha de inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou juntar documento adulterado, terá sua inscrição cancelada, anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da responsabilidade funcional.

9.4 Caberá à Comissão do Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho analisar e julgar os recursos interpostos e deliberar sobre os casos omissos.

9.5 Os atos do Processo de Alteração Temporária e Extensão de Jornada de Trabalho relativos ao preenchimento das vagas de que trata este edital entrarão em vigor a partir da Publicação da Portaria.

Canoinhas (SC), 04 de dezembro de 2015.

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

EDITAL Nº. 081/2015

EDITAL Nº. 081/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de

salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 02 dezembro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 081/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

LUCY BEATRIZ SUCHEK

PUBLICAÇÃO DA ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 37/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 217/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 37/2015, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DE 45 ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO E NO DISTRITO DE MARCÍLIO DIAS, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 04 (quatro) dias, do mês de dezembro do ano de 2015, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas,

reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. José Carlos Herbst e o Sr. Cleison Tarcisio Fuck, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA - ME representada pelo Sr. CLEIDIOMAR OLIVEIRA, CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP, representada pelo Sr. ALLAN JONES TIBES ALVES, e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA - ME, sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. As empresas KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME, CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTA - ME participam da licitação na condição de ME/EPP. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. Após análise da documentação apresentada foi dada a palavra aos representantes presentes, o representante da empresa KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME pediu para que consignasse em Ata que o Atestado de Capacidade Técnica da empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTA – ME foi apresentada sem a devida autenticação. O representante da empresa CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP apontou divergência no endereço da empresa KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME, mais precisamente com relação ao nº, sendo nº 259 no Alvará, Certidão Pessoa Jurídica do CREA, Balanço, Certidão Certificado da Junta, CRC da Prefeitura e Declarações, e nº 323 no Contrato Social, Cartão CNPJ e Inscrição Estadual. A Comissão de Licitação em atendimento a solicitação da empresa KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME consultou a referida Certidão no site cau.org.br, conforme orientação constante no rodapé da referida Certidão, onde pode ser constatado que a mesma é verdadeira. Em atendimento ao solicitado pela empresa CONSTRUTIBBES com relação as divergências da numeração do Prédio não inviabiliza a participação da Empresa no Certame por ser uma questão cadastral, porém a comissão orienta a referida empresa que promova a correção o mais breve possível. A Comissão de Licitação constatou que a empresa CONSTRUTIBBES apresentou a declaração de conhecimento do local sem visto dos técnicos da Prefeitura. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTA – ME habilitadas no certame e a empresa CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP inabilitada. As empresas assinaram o termo de renúncia referente fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTA – ME. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: em 1º a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTA – ME com o valor global de R\$ 67.467,38 (sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais, trinta e oito centavos), e em 2º a empresa KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME, com o valor global de R\$ 73.242,00 (setenta e três mil, duzentos e quarenta e dois reais). A Comissão de Licitação declarou vencedora desta licitação a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTA – ME com o valor global de R\$ 67.467,38 (sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais, trinta e oito centavos). A comissão

de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli José Carlos Herbst Cleison Tarcisio Fuck
Presidente Secretário Membro

KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA - ME
CLEIDIOMAR OLIVEIRA,

CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP
ALLAN JONES TIBES ALVES

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 135/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 220/15
HOMOLOGAÇÃO: 04/12/15
CONTRATADO: SULBBS INFORMÁTICA EIRELI ME CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET DEDICADO, COM VELOCIDADE NÃO INFERIOR A 20 Mbps.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.760,00 (vinte e três mil setecentos e sessenta reais)

DATA: 04/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 36/2015

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 211/2015
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 36/2015

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, comunica que a empresa Construtora Implan-tec LTDA, CNPJ 80.709.876/0001-40, interpôs recurso administrativo contra a sua inabilitação no referido processo. A íntegra do recurso está disponível no endereço eletrônico: www.pmc.sc.gov.br, no link licitações, na pasta do respectivo processo.

O recurso poderá ser impugnado pelas participantes no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste.

Paulo César Safanelli
Comissão de Licitação

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 231/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 231/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 142/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/12/2015, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 17/12/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 5-16/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 5-16/2014
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-16/2014, referente ao contrato n.º PMC 16/2014. Data do Aditivo: 03/12/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA SITUADA NA AVENIDA EXPEDICIONÁRIOS, BAIRRO CAMPO D'ÁGUA VERDE NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO. Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR. Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 8.746,23 (oito mil setecentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), conforme Comunicação Interna n.º 557/2015, datada de 03/12/2015, da Secretaria de Planejamento. Portanto o valor de presente contrato que era de R\$313.161,22 (trezentos e treze mil cento e sessenta e um reais e vinte e dois centavos), passará a ser R\$ 321.907,45 (trezentos e vinte e um mil novecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 03/2014. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 1/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 135/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 220/2015
Licitação.....: 135/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET DEDICADO, COM VELOCIDADE NÃO INFERIOR A 20 Mbps.

Processo Administrativo:
Total dos Itens Vencedores: 23.760,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311045285 - LINK DE INTERNET 20 MEGA - Unidade: MES							
16143	SULBBS INFORMATICA EIRELI ME	SULBBS	12,000	0,0000	1.980,0000	23.760,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 145/2015

DECRETO No 145, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 137.020,00 (cento e trinta e sete mil, vinte reais e vinte centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 137.020,00 (cento e trinta e sete mil, vinte reais e vinte centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0501.04.122.0065.2031	MANUT DA SECRET DA EDUCAÇÃO, CULT, ESP	FTE	DE	R\$	0,00
31900000-045	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	32.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-057	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	40.000,00
0501.12.361.0065.2035	AQUIS. DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-062	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	20,50
0601.15.451.0120.1044	APOUIO Á MELH. DAS C. DE HAB. ASSENT. PREC	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-213	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	65.000,00
	Total			R\$	137.020,50

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 137.020,00 (cento e trinta e sete mil, vinte reais e vinte centavos), na forma do quadro a seguir.

0501.04.122.0065.2031	MANUT DA SECRET DA EDUCAÇÃO, CULT, ESP	FTE	DE	R\$	0,00
33900000-046	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	32.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-059	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	40.000,00
0501.12.361.0065.2035	AQUIS. DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-241	Aplicações Diretas	1022	00	R\$	20,50
0601.15.451.0120.1044	APOUIO Á MELH. DAS C. DE HAB. ASSENT. PREC	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-129	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	65.000,00
	Total			R\$	137.020,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Decreto nº 147/2015

DECRETO No 147, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.078,16 (quarenta mil, setenta e oito reais e dezesseis centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 40.078,16 (quarenta mil, setenta e oito reais e dezesseis centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-009	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	35.678,16
0801.10.303.0150.2082	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUT	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-028	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	4.400,00
	Total		00	R\$	40.078,16

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 40.078,16 (quarenta mil, setenta e oito reais e dezesseis centavos), na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33410000-010	Contribuições	1002	00	R\$	12.000,00
44900000-013	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	23.678,16
0801.10.303.0150.2082	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-030	Aplicações Diretas	0167	00	R\$	4.400,00
	Total			R\$	40.078,16

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 20 de novembro de 2015
 ANDEVIR ISGANZELLA
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
 Secretário da Administração e Finanças Interino

PORTARIA 1288/2015

PORTARIA Nº 1288, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Dilva Francisca de Souza, matrícula nº 410072/01, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de dez (10) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (40) horas semanais pelo período de 28 de setembro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015
 ANDEVIR ISGANZELLA
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
 Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1289/2015

PORTARIA Nº 1289, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Luciana Aparecida Bandeira Ottonelli Cesa, matrícula nº 190330/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para substituir titular Cassia Regina Zanini, que se exonerou.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 01 de outubro a 17 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1290/2015

PORTARIA Nº 1290, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Diana Cassia Constantini, matrícula nº 407454/02, ocupante do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições nas escolas municipais Bernardo Moro Sobrinho e Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 01 de outubro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1291/2015

PORTARIA Nº 1291, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jessica Duarte, matrícula nº 407482/02, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante cinco dias no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1292/2015

PORTARIA Nº 1292, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Solange Maristela Jordão, matrícula nº 410047/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante cinco (05) dias no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1293/2015

PORTARIA Nº 1293, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Solange Maristela Jordão, matrícula nº 410047/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de dez (10) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas

semanais durante dois (02) dias no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1294/2015

PORTARIA Nº 1294, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, do servidor Celito Pereira, matrícula nº 407459/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante um (01) dias no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1295/2015

PORTARIA Nº 1295, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Sandra Maria Demin, matrícula nº 318620/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante um (01) dia no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1296/2015

PORTARIA Nº 1296, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Taina Aparecida Costa, matrícula nº 402249/03, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, para realizar eventuais substituições na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais durante dois (02) dias no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1297/2015

PORTARIA Nº 1297, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Tania Masson, matrícula nº 333808/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, para realizar eventuais substituições de professores em atestado médico na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais durante quatro (04) dias no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1299/2015

PORTARIA Nº 1299, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Fernanda Deisi Ramos Bittencourt, matrícula nº 328634/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar em eventuais substituições a professores nos Centros Municipais de Educação Infantil Pinguinho de Gente e Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante dezoito (18) dias no mês de agosto.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1300/2015

PORTARIA Nº 1300, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 3464/2015, resolve:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Tailane Esganzella, matrícula nº 333697/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe , referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o Nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1301/2015

PORTARIA Nº 1301, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 3465/2015, resolve:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Jaqueline Isganzella Gaideczka, matrícula nº 311847/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o Nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1302/2015

PORTARIA Nº 1302, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3492/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Josimari Dondoni do Amaral, matrícula nº 330086/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1303 A/2015

PORTARIA Nº 1303 - A, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Certidão de Casamento, Matrícula nº 406401 01 55 2015 2 00021 235 0001517 33, do Registro Civil das Pessoas Naturais, resolve:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Maria Aparecida Dondoni, matrícula nº 331449/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais no CREASS.

Art. 2º A servidora passa a assinar Maria Aparecida Dondoni Palmera.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 23 de outubro de 2015

Capinzal – SC, em 23 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1303/2015

PORTARIA Nº 1303, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Concede licença por motivo de casamento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na alínea "a", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme Certidão de Casamento Matrícula nº 406401 01 55 2015 2 00021 235 0001517 33, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de seu casamento, pelo período de 23 a 30 de outubro de 2015, à servidora Maria Aparecida Dondoni, matrícula nº 331449/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, no CREASS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 23 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1304/2015

PORTARIA Nº 1304, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 3304/2015, à servidora Suzana Andrade Alves, matrícula nº 319627/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 26 de fevereiro de 2001 a 25 de fevereiro de 2006, pelo período de 26 de outubro de 2015 a 25 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de outubro de 2015.

Capinzal - SC, em 26 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1305/2015

PORTARIA Nº 1305, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade Especial, pelo período de 29 de outubro a 27 de dezembro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 3167/2015, da servidora Vidalvina de Ramos, matrícula nº 320650/02, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de outubro de 2015.

Capinzal - SC, em 29 de outubro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1306/2015

PORTARIA Nº 1306, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, Beloni dos Prazeres da Silva, matrícula nº 321842/09, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1307/2015

PORTARIA Nº 1307, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 3519/2015, Ivani Dezan Pissolatto, matrícula nº 311146/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1309/2015

PORTARIA Nº 1309, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera membros da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores públicos municipais na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições, conforme a legislação em vigor, e considerando o requerimento da servidora Cerli Fatima da Rosa, resolve:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, letra "b" item III da portaria nº 559/2013, que nomeou os membros titulares e suplentes da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos Servidores Públicos Municipais, passando a vigorar com a seguinte redação:

(...)

b) Avaliadores de cada servidor da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social:

Titulares:

I – Iara Mônica Tessaro;

II – Ivone Giacometti Mazziero; e

III – Andressa July Mantovani

(...)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1310/2015

PORTARIA Nº 1310, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede férias regulamentares a servidores na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 68 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Determinar férias regulamentares, de 01 a 30 de novembro de 2015, aos seguintes servidores:

MATRÍCULA	NOME	AQUIS. IN.	AQUIS. FIN.	GOZO IN.	GOZO FIN.	ABONO
30453001	ADAO FRANCISCO CALIARI	09/09/2013	08/09/2014	01/11/2015	30/11/2015	0
30479401	ADEMIR JOSE TOIGO	02/01/2014	01/01/2015	01/11/2015	30/11/2015	0
30415801	ANTONIO MOACIR BECHER	02/01/2014	01/01/2015	01/11/2015	30/11/2015	0
32174501	ARILDE MARIA PEREIRA DE MORAES	05/12/2013	04/12/2014	01/11/2015	30/11/2015	0
31139101	IVONE GIACOMETTI MAZZIERO	09/09/2013	08/09/2014	01/11/2015	30/11/2015	0
31193601	JOAO ALVES RODRIGUES	09/10/2013	08/10/2014	01/11/2015	30/11/2015	0
13856801	NAIARA MARIA FACCIN	03/01/2014	02/01/2015	01/11/2015	30/11/2015	0
31653902	NERCY RODRIGUES DA SILVA	06/02/2014	05/02/2015	01/11/2015	30/11/2015	0
33303401	ROSELI VIEIRA LOPES	09/01/2014	08/01/2015	01/11/2015	30/11/2015	0
31902301	SIDENEI BRESSAN	18/11/2013	17/11/2014	01/11/2015	30/11/2015	0
33334401	SIDNEI PEREIRA	02/01/2014	01/01/2015	01/11/2015	30/11/2015	0
32549001	VALDECIR EXPEDITO MAZZIERO	02/01/2014	01/01/2015	01/11/2015	30/11/2015	0
32078101	VILSON DA SILVEIRA	01/06/2013	31/05/2014	01/11/2015	30/11/2015	0

Capinzal – SC, em 03 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1312/2015

PORTARIA Nº 1312, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Neuza Bernadete Bonato Brambila, matrícula nº 332267/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquivista, nível 49, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 03 a 30 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de novembro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1314/2015

PORTARIA Nº 1314, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3581/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Junior Cassio Gotardo, matrícula nº 323497/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Saneamento, nível 159, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 159, referência B, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 06 de novembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1315/2015

PORTARIA Nº 1315, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3580/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional ao servidora Junior Cassio Gotardo, matrícula nº 323497/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Saneamento, nível 159, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 159, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 06 de novembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1316/2015

PORTARIA Nº 1316, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3579/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Ivan Luis Surdi, matrícula nº 329428/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Saneamento, nível 159, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 159, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 09 de novembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1317/2015

PORTARIA Nº 1317, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3396/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Katia Bazzo, matrícula nº 323586/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 09 de novembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/42/2015**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/42/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0436/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais de construção, com entregas de forma parcelada, durante o 1º semestre do exercício de 2016.

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 17 de dezembro de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 07 de dezembro de 2015.

Francieli da Rosa
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/43/2015

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/43/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0452/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviços técnicos a serem aplicados na coleta e realização de análises mensais, trimestrais e semestrais da água bruta e tratada, e do esgoto, em cumprimento a Portaria 2914/11, do Ministério da Saúde e Resolução nº 357/2005 do CONAMA, durante o exercício de 2016.

TIPO: Menor Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 18 de dezembro de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 07 de dezembro de 2015.

Francieli da Rosa
Pregoeira

Catanduvas

PREFEITURA

CONTRATO FESTA 116

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 116/2015
PRIMEIRO CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
SEGUNDO CONTRATANTE: Leonardo Cesar Casagrande - MAQAGRO
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX22" com 40m² (quarenta metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$ 1.000,00 (mil reais).
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 27 de outubro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 117

TERMO DE CONTRATO DE PERMISSÃO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 116/2015
PRIMEIRO CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
SEGUNDO CONTRATANTE: Leonardo Cesar Casagrande - MAQAGRO
OBJETO: permissão para divulgação e comercialização de serviços e produtos nos estandes internos e externos, que fazem parte integrante das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$ 500,00 (quinhentos reais).
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 28 de outubro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 117

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 119/2015
PRIMEIRO CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
SEGUNDO CONTRATANTE: C.A. COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS EIRELI - EPP
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX45" com 100m² (cem metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 28 de outubro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 123

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 123/2015
PRIMEIRO CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
SEGUNDO CONTRATANTE: NADJA WEBER / Cuias Chapecó
OBJETO: LOCAÇÃO de um (1) estande interno, identificado como estande interno nº "A7" com área de 27m² (vinte e sete metros quadrados). Parte integrante das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 28 de outubro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 126

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 126/2015
PRIMEIRO CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
SEGUNDO CONTRATANTE: MAGALY CRISTIANE DE LIMA - ME
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande interno, identificado como estande interno nº ".1". Parte integrante das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 03 de novembro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 127

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 127/2015
PRIMEIRO CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
SEGUNDO CONTRATANTE: VAGNER DE MARCO
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX24" com 82,29m² (oitenta e dois vírgula vinte e nove metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 03 de novembro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 60/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 60/2015

Tomada de Preços Nº.: 10/2015

Tipo: Menor Preço / Por Item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMPACTÁVEIS (LIXO URBANO) GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO, NO PERÍMETRO URBANO E NAS SEDES DAS LOCALIDADES DE LINHA ENGENHO VELHO E DOM JOSÉ NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL-SC, BEM COMO O LIXO HOSPITALAR PRODUZIDO PELAS UNIDADES DE SAÚDE, CONSULTÓRIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS.

Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 28 de Dezembro de 2015.

Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 28 de dezembro de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:00hs às 18:00hs ou pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 04 de Dezembro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 37/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	37/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	EUNICE LESSA CHIARELO – ME.
Objeto :	FORNECIMENTO DE BANDEJAS DE ISOPOR E TALHERES DE PLÁSTICO PARA SERVIR MELANCIA DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO 53º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO.
Valor :	R\$ 1.764,23 (um mil setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e três centavos).
Vigência....: Processo....:	Início : 02/12/2015 Término : 31/12/2015. Dispensa nº 10/2015.
CAXAMBU DO SUL, 02 de dezembro de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 36/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	36/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	MUSICAL EVENTUS LTDA – ME.
Objeto :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO 53º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO.
Valor :	R\$ 3.000,00 (três mil reais).
Vigência....: Processo....:	Início : 02/12/2015 Término : 31/12/2015. Dispensa nº 09/2015.
CAXAMBU DO SUL, 02 de dezembro de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 38/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	38/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	TIAGO CAZAROTTO PEREIRA 00959318992
Objeto :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO – ETAPA COPA OESTE DE VELOCROSS – DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO 53º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO.
Valor :	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Vigência....: Processo....:	Início : 02/12/2015 Término : 31/12/2015. Dispensa nº 11/2015.
CAXAMBU DO SUL, 02 de dezembro de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 39/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	39/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	NEON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA – ME.
Objeto :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO 53ª ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO.
Valor :	R\$ 5.235,75 (cinco mil duzentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos).
Vigência.....:	Início : 02/12/2015 Término : 31/12/2015.
Processo....:	Dispensa nº 12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 02 de dezembro de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N. 01/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N. 01/2015

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO DE ACOlhIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ALBERTINA BERKENBROCK, doravante denominada simplesmente CONVENIADA.

DO OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a execução de serviço sócio assistencial de alta complexidade, na modalidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

DO VALOR: O CONVENIENTE efetuará transferência à CONVENIADA do valor fixo mensal de R\$ 2.092,35 (dois mil e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos), para subsidiar as despesas fixas de manutenção da entidade, acrescido do valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), por criança ou adolescente de que seja responsável pelo acolhimento.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

09 Fundo de Assistência Social
03 Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
14 Direitos da Cidadania
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
10 Desenvolvimento Social
90 Recursos Ordinários – Orçamento Municipal
3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
2.012 Manutenção Pessoal Desenvolvimento Social
..... R\$ 20.000,00

DA VIGÊNCIA: 15.12.2015 à 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 27.11.2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 412/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 412/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.09.2014 à 31.08.2015, a CHARLIANE MICHELS, matriculada sob o nº 2142/08, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Jurídico, no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 07.12.2015 a 05.01.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de dezembro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 125/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: BIG MIX COMÉCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA – ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Mobília para aquisição futura, no atendimento ao município de Cocal do sul.

Assinatura: 01/12/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 7.102,50 (sete mil cento e dois reais e cinquenta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 129/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: MM SÃO JOSÉ LTDA ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Mobília, para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 01/12/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 5.460,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2015 – PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para a possível aquisição, durante o exercício de 2016, de gêneros alimentícios para os Grupos de Convivência de Idosos do Município e para crianças e adolescentes acolhidas no Abrigo Lar Anjo Gabriel e usuários do Centro de Convivência CRAS e CREAS, com recursos oriundos do FEAS, IGD/BF, PAIF, PAEFI, SCFV, PAC I e FNAS, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 13h e 45 min do dia 18/12/2015
Início da Sessão: dia 18/12/2015, às 14h00min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 04 de Dezembro de 2015.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2015 - PMC

Objeto: Contratação de serviço de sonorização para o Natal dos servidores a ser realizado nos dias 22 e 23 de dezembro de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 18/12/2015.

Abertura: dia 18/12/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 04 de Dezembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 132/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2015- PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de gás de cozinha, gás oxigênio, gás de acetileno e gás para solda mig para o exercício de 2016, com recursos próprios e convênios: Trânsito-Polícia Civil, Recursos da Atenção Básica, Fundo a Fundo, Básica Abrigo e CREAS/FEAS, IGD/BF, PAIF,PAEFI, PAC I/FNAS, Contrapartida Merenda Escolar e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 21/12/2015

Abertura: dia 22/12/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 03 de Dezembro de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2015 FEAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2015 FEAS

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FEAS/BASICA CUSTEIO, repasse no valor de R\$ 15.644,19 (quinze mil seiscentos e quarenta e quatro reais e dezenove centavos), referente aos serviços da Proteção Social Básica.

Concórdia SC, 30 de novembro de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 02/2015 FEAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 02/2015 FEAS

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FEAS/BASICA INVESTIMENTO, repasse no valor de R\$ 36.503,11 (trinta e seis mil e quinhentos e três reais e onze centavos), referente aos serviços da Proteção Social Básica.

Concórdia SC, 30 de novembro de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EXTRATO 1º TA CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO Nº 5/2005 -PMC

Contrato Nº : TCU 0005/2005/2005

Aditivo Nº : 1TA TCU 5/2005/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FAROL INDUSTRIA E COMERCIO S.A

Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 11/2005

Objeto : O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETIVO A OUTORGA DE CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE 01 LOTE DE TERRA NUA LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL DO MUNICIPIO DE CONCORDIA, SOB O N 27, COM A FINALIDADE EXCLUSIVA DE IMPLANTACAO E OPERACIONALIZACAO DE 01 EMPREENDIMENTO DO RAMO INDUSTRIAL.

Vigência : Início: 26/11/2015 Término: 27/11/2025

Assinatura : 26/11/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 1º TA CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO Nº 6/2005 -PMC

Contrato Nº : TCU 0006/2005/2005

Aditivo Nº : 1TA CCU 6/2005/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES IRMAOS PAVAN LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 11/2005

Objeto : O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETIVO A OUTORGA DE CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE 01 LOTE DE TERRA NUA LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL DO MUNICIPIO DE CONCORDIA, SOB O N 35, COM A FINALIDADE EXCLUSIVA DE IMPLANTACAO E OPERACIONALIZACAO DE 01 EMPREENDIMENTO DO RAMO INDUSTRIAL.

Vigência : Início: 26/11/2015 Término: 27/11/2025

Assinatura : 26/11/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 10/2005 -PMC

Contrato Nº : TCU 0010/2005/2005

Aditivo Nº : 1TA CDRU 10/2005/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : THERMOVITA CARROC.FRIGORIFICAS LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 11/2005

Objeto : O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETIVO A OUTORGA DE CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE 01 LOTE DE TERRA NUA LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL DO MUNICIPIO DE CONCORDIA, SOB O N 33, COM A FINALIDADE EXCLUSIVA DE IMPLANTACAO E OPERACIONALIZACAO DE 01 EMPREENDIMENTO DO RAMO INDUSTRIAL.

Vigência : Início: 26/11/2015 Término: 27/11/2025

Assinatura : 26/11/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 2º TA CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO Nº 8/2005 -PMC

Contrato Nº : CCU 0008/2005/2005

Aditivo Nº : 2TA TCU 8/2005/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COMÉRCIO DE VIDROS NC LTDA ME

Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 11/2005

Objeto : A PRESENTE LICITACAO TEM POR OBJETO A SELECAO DE EMPRESA PARA OUTORGA DE CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE 0 LOTES DE TERRA NUA LOCALIZADOS NA AREA INDUSTRIAL DO MUNICIPIO, COM A FINALIDADE EXCLUSIVA DE IMPLANTACAO E OPERACIONALIZACAO DE EMPREENDIMENTOS DO RAMO INDUSTRIAL.

Vigência : Início: 26/11/2015 Término: 27/11/2025

Assinatura : 26/11/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO DO CONTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 07/2015 PMC

Contrato Nº : CC 07/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COOPERATIVA DE PROD. AGRO. FAMILIAR DE CONCÓRDIA

Licitação : Inexigibilidade 4/2015

Objeto : Autorização de uso gratuito, a título precário, à Cooperativa Produção Agroindustrial Familiar De Concórdia - COPAFAC , dos equipamentos abaixo descritos, que se destinarão ao atendimento da agricultura familiar

Vigência : Início: 23/11/2015 Término: 31/12/2016

Assinatura : 23/11/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 324/2015 -PMC

Contrato Nº : 324/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RAMPAZZO AUTO PEÇAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 119/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças, óleo lubrificante e mão-de-obra para retifica do motor CUMMINS do Trator de Esteiras Fiat Allis FD170 PMC-121, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 19/11/2015 Término: 18/05/2016

Assinatura : 19/11/2015

Valor R\$: 11.900,00 (Onze Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903001000000.01000001

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903039000000.01000001

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903919000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 325/2015 -PMC

Contrato Nº : 325/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TORMEX USINAGEM DE PRECISÃO LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 122/2015

Objeto : Aquisição e instalação de plataforma elevatória vertical para atender às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida, a ser instalada na Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella, com recursos próprios e oriundos de convênio com o FNDE - Salário Educação.

Vigência : Início: 19/11/2015 Término: 19/12/2016
Assinatura : 19/11/2015
Valor R\$: 44.900,00 (Quarenta e Quatro Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 48 - 06.002.2013.344905198000000.01010000

Dotação : 59 - 06.002.1004.344905198000000.01360000

PORTARIA FUMDEMA Nº 11/2015, DE 04 DEZEMBRO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA FUMDEMA Nº 11/2015, DE 04 DEZEMBRO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para efeitos de estágio probatório.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, os servidores abaixo relacionados:

I – presidente: HILDA CAMINI.

II – membros:

a) MARCOS ANTONIO MOREIRA

b) ANDRÉ RIVADAVIA ALVES

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2015.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Edno Gonçalves
Superintendente da FUMDEMA

RESOLUÇÃO 046 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO 046 de 19 de novembro de 2015.

Dispõe sobre a inclusão de itens na reprogramação dos saldos financeiros proveniente do Fundo Nacional de Assistência Social/FNAS de Média Complexidade – custeio.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 19 de novembro de 2015 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS e o Sistema Único da Assistência Social – SUAS e as Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS nº 440/2005, nº 442/2005 e nº 459/2005, com suas alterações e Art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a inclusão de novos itens na reprogramação dos saldos dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social/FNAS que deverão ser gastos na Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS – Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Dos R\$ 1.225,95 (Hum mil duzentos e vinte cinco reais e noventa cinco centavos) reprogramados serão gastos no item incluso.

§ 1º. – O item incluso foi no custeio – pagamento de serviço de terceiros – mídia.

Art. 3o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 19 de novembro de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente do CMAS

--	--	--

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 187 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 187 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 030, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, deferidas pelo Artigo 94, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, resolve;

Considerando o encerramento do ano letivo de 2015 que ocorrerá no dia 18 de dezembro de 2015;

Considerando que para o ano letivo de 2016 será promovida nova escolha de vagas;

Considerando que a alteração da carga horária da servidora ocorreu para atender necessidades temporárias da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando a homologação do Processo Seletivo nº001/2015;

CESSAR:

Art. 1º Os efeitos da Portaria nº 030 de 09 de Fevereiro de 2015, que amplia a carga horária da Servidora Pública Municipal Senhora Queila Elis Mariani, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora IV – Área III.

Parágrafo único: A partir de 18 de dezembro de 2015, a servidora acima mencionada volta a exercer suas atividades junto a Secretaria Municipal de Educação com carga horária 10 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de Dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 188 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 188 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/01/2016 a

02/02/2016.

Nome Cargo Referência

Geneci da Costa Pertussatti Fiscal de Tributos 01/04/2014 à 31/03/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de Dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 189 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 189 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 a 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o cumprimento do período aquisitivo para gozo das férias;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/01/2016 à 02/02/2016.

Nome	Cargo	Referência
Claudete Conte	Professora III	01/03/2014 à 28/02/2015
Maria Nilce M. Somavila	Professora II	01/01/2015 à 31/12/2015
Vilma Giroto Pertussatti	Professora III	01/04/2014 à 31/03/2015
Maria L. Marchetti Picetti	Professora Auxiliar	01/08/2014 à 31/07/2015
Fatima A. Tomazeli. Basso	Professora Auxiliar	01/08/2014 à 31/07/2015
Marcos A. Marmentini	Professor IV	01/08/2014 à 31/07/2015
Raquel Adriana Souza	Professora IV	01/08/2014 à 31/07/2015
Rute de Jesus Balen	Professora IV	21/08/2014 à 20/08/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 190 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 190 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

DETERMINA A CONCESSÃO DE GOZO DE FÉRIAS ANTECIPADAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 a 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;
Considerando a peculiaridade dos cargos cujo exercício deve coincidir com o calendário letivo;
Considerando o recesso das aulas no mês de janeiro de 2016, decorrente das férias escolares, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias antecipadas aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/01/2016 à 02/02/2016.

Nome	Cargo	Referência
Neiva Teresinha Ghidini	Professora IV	22/02/2015 à 21/02/2016
Lucimara Bolzan May	Professora III	01/04/2015 à 31/03/2016
Marines Bento	Professora III	18/04/2015 à 17/04/2016
Marines Luzia Basso	Professora III	01/08/2015 à 31/07/2016
Ana Cristina Pires da Silva	Professora – Área I	09/07/2015 à 08/07/2016
Genoewa Lurdes Maculan	Professora IV – Área III	09/07/2015 à 08/07/2016
Raquel da Silva Gitrone	Professora – Área V	09/07/2015 à 08/07/2016
Queila Elis Mariani	Professora IV – Área III	09/07/2015 a 08/07/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 191 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 191 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

DETERMINA A CONCESSÃO DE GOZO DE FÉRIAS ANTECIPADAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 a 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;
Considerando a peculiaridade dos cargos cujo exercício deve coincidir com o calendário letivo;
Considerando o recesso das aulas no mês de janeiro de 2016, decorrente das férias escolares, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias antecipadas a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 06/01/2016 à 04/02/2016.

Nome	Cargo	Referência
Carla Ravarena	Professora IV – Área III	09/07/2015 à 08/07/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

CONTRATO 168/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 168/15

Processo Licitatório nº 097/15

Pregão Tomada de Preço 004/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Calçadas e Sinalização Viária, do Trecho da Rua A e RUAS B, C, D e E, em toda a sua extensão no Loteamento Habitacional Bomplandt, (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

VALOR DO CONTRATO R\$ 384.144,84 (Trezentos e Oitocentos e Quatro Mil e Cento e Quarenta e Quatro reais e Oitenta e Quatro centavos).

Data da Assinatura: 13/11/2015

Data da Vigência: 13/05/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 169/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 169/15

Processo Licitatório nº 107/15

Pregão Tomada de Preço 005/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Calçadas e Sinalização Viária, do acesso ao Seminário Sagrado Coração de Jesus da Rua Pe. Gabriel Lux, (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

VALOR DO CONTRATO R\$ 500.914,00 (Quinhentos Mil e Novecentos e Quatorze Reais).

Data da Assinatura: 27/11/2015

Data da Vigência: 27/05/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 231/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 231/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa AUTO CHAPEAÇÃO CURITIBANOS LTDA ME., com o valor total de R\$ 1.143,77 (Um mil, cento e quarenta e trinta e três reais e setenta e sete centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PAGAMENTO DE FRANQUIA , REFERENTA AO SINISTRO DO VEÍCULO FIAT/ STRADA WORKING ANO/ MOD/ 2014/2015, PLACA QHD 8632, RENAVAM 1043387550, LICENCIAMENTO 2015, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRANSITO 02043-2015-02676, DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO E LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO I.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de: I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 04 de dezembro de 2015.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso I dou como aprovada.

Curitibanos, 04 de dezembro de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 04 de dezembro de 2015.

Jose Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1843

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1843/2015

MODALIDADE: Pregão – Registro de Preços nº. 25/2015

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DE USO DOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 02 de dezembro de 2015, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 17 de dezembro de 2015. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de dezembro de 2015.

ROGERIO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

DECRETO Nº. 113

	DECRETO N.º 0113/2015
	SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0623/2014.

DECRETA:

ART. 1º- Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a importância de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais) na dotação orçamentária seguinte:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 – Departamento de Educação
12.361 – Ensino Fundamental
12.361.0010 – Educar para o Futuro
12.361.0010.2.015 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	26.600,00
Fonte: 0162 – Transf. Convênios – Estado/Educação	
Desdobramento: Sem desdobramento	
TOTAL DA FONTE	26.600,00

ART. 2º - Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º são provenientes do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 0162 até a presente data.

ART. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em primeiro de dezembro de 2015.
ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal
Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 229/2015

	PORTARIA Nº 229/2015
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal EDUARDO JOSE VALER, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 07/12/2015 a 05/01/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 07 dias do mês de Dezembro de 2015.
ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 184/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 184/PMF/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

OBJETO – contratação de empresa especializada para execução da 2ª etapa da capela mortuária do cemitério municipal Recanto da Paz, do bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, com área de 211,21m².

VALOR – R\$ 98.929,00 (noventa e oito mil novecentos e vinte e nove reais).

VIGÊNCIA – 180 (cento e oitenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias).

DOTAÇÃO - 0701.1019.4490 (110).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço Nº 171/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 30 de novembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 183/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 183/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO – contratação de empresa especializada para realizar/adaptar as instalações elétricas nos centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 30.908,07 (trinta mil novecentos e oito reais e sete centavos).

VIGÊNCIA – 120 (cento e vinte) dias corridos (prazo de execução + 90 dias).

DOTAÇÃO – 0501.2013.4490 (71)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 170/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 30 de novembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15PMF127**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF127
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FILIAL
Valor : 132.504,25 (cento e trinta e dois mil quinhentos e quatro reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 24/11/2015 Término: 29/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 127/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL INFANTIL E FUNDAMENTAL, DURANTE O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF128**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF128
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : 404.700,10 (quatrocentos e quatro mil setecentos reais e dez centavos)
Vigência : Início: 24/11/2015 Término: 29/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 127/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL INFANTIL E FUNDAMENTAL, DURANTE O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF129**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF129
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA
Valor : 173.624,40 (cento e setenta e três mil seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 24/11/2015 Término: 29/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 127/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL INFANTIL E FUNDAMENTAL, DURANTE O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF130**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF130
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: MARCELO DE OLIVEIRA TECIDOS - ME
Valor : 1.700,00 (um mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 26/11/2015 Término: 29/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 132/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS E INSTALAÇÃO DE CORTINAS PARA USO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF131**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF131
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – ME.
Valor : 3.621,00 (três mil seiscentos e vinte e um reais)
Vigência : Início: 30/11/2015 Término: 29/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 131/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS, PARA PINTURA DOS POSTES DAS AVENIDAS RIO GRANDE DO SUL, BEIRA LAGO E RUA ARNOLDO FREY.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF132**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF132
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – ME.
Valor : 15.149,70 (quinze mil cento e quarenta e nove reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 30/11/2015 Término: 29/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 130/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE FERROS, DISCOS DE CORTE E DE DESBASTE, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF133**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF133
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
Valor : 3.849,95 (três mil oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 31/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS EM PITURA E MAO DE OBRA, APLICAÇÃO DE TEXTURA PARA USO NOS CENTROS EDUCACIONAIS NESSE MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF134**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF134
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PRESTADORA DE SERVIÇOS VL LTDA
Valor : 18.940,00 (dezoito mil novecentos e quarenta reais).
Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 31/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS EM PITURA E MAO DE OBRA, APLICAÇÃO DE TEXTURA PARA USO NOS CENTROS EDUCACIONAIS NESSE MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF135**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF135
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: TORK COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
Valor : 9.963,00 (nove mil novecentos e sessenta e três reais)
Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 31/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS EM PITURA E MAO DE OBRA, APLICAÇÃO DE TEXTURA PARA USO NOS CENTROS EDUCACIONAIS NESSE MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0048_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0228/2015 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0048/2015 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25, inc. iii, da lei nº 8.666/93 visando a contratação de show artístico com a banda 4 azes diretamente da empresa EMUVI – Escola de Música de Videira, que se apresentará na data de 31/12 do corrente ano na praça Maria Frey, durante as festividades de fim de ano. Contratada: EMUVI – ESCOLA DE MÚSICA DE VIDEIRA LTDA ME – Ins-crita no CNPJ sob Nº 08.946224/0001-00. Valor e pagamento: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) até 31.12.2015. Fundamento Legal: Art. 25, inc. III da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 03 de dezembro de 2015.
Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0138_2015-PMF RP 0098

Aviso do Pregão Presencial nº 0138/2015 – PMF

Registro de Preços Nº 0098/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa do ramo na prestação de serviços de jardinagem, para o órgão gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de janeiro a dezembro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro a dezembro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 15:00 horas do dia 18.12.2015. Abertura: às 15:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2015.
Ivo Biazolo – Prefeito

CT15PMF116**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15PMF116

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ELIO M LAZZAROTTO-ME

Valor : 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 01/12/2015 Término: 19/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 49/2015

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ART. 25 INCISO III, VISANDO A CONTRATAÇÃO DO PAPAÍ NOEL DO BRASIL ATRÁVES DA EMPRESA "ELIO M. LAZZAROTTO - ME" PARA APRESENTAÇÃO DURANTE AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO "NATAL NO LAGO", QUE ACONTECERÁ NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2015, APARTIR DAS 20:00 HORAS AO LADO DO CENTRO DE EVENTOS.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

DECRETO Nº 257/2015

DECRETO Nº 257, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.1.0400 (11)	R\$	320.000,00
Total		
	R\$	320.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172101020100 – Cota-Parte do FPM	R\$	320.000,00
TOTAL	R\$	320.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

NOTIFICAÇÃO - EDITAL Nº 2514-2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2514/2015

O Município de Fraiburgo intima o Senhor Alberto Gheller, inscrito no CPF sob nº 164.306.119-49, com endereço na Av. Rene Frey nº 1139, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC), da emissão do Auto de Infração nº 013/2015, sendo que terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa administrativa, caso queira, junto ao Município de Fraiburgo, com endereço na Av. Rio das Antas nº 0185, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC). 04 de dezembro de 2015.

ADAIR PUTON

FISCAL DE OBRAS

PORTARIA Nº 2352/2015

PORTARIA N.º 2352, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 824.957.429-04, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2353/2015

PORTARIA N.º 2353, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 543.447.789-87, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2354/2015

PORTARIA N.º 2354, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARISSE MOREIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 047.866.129-01, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2355/2015

PORTARIA N.º 2355, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEONILDA ANTUNES PEREIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 259.402.019-20, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2356/2015

PORTARIA N.º 2356, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 037.242.849-50, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2357/2015

PORTARIA N.º 2357, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 072.584.989-40, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2358/2015

PORTARIA N.º 2358, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE DUARTE MANFIOLETTI, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 044.315.349-38, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2359/2015

PORTARIA N.º 2359, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CINTIA APARECIDA OLIVIO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 781.785.339-87, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2360/2015

PORTARIA N.º 2360, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI APARECIDA DOS SANTOS, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 031.002.959-78, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2361/2015

PORTARIA N.º 2361, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE LAZZARETTI VACARIO, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 006.965.359-39, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2362/2015

PORTARIA N.º 2362, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JÉSSICA FERRAZ DE OLIVEIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 087.664.179-61, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2363/2015

PORTARIA N.º 2363, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI SCHÄBERLE BILIK, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 732.780.419-68, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2364/2015

PORTARIA N.º 2364, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 023.909.599-54, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2365/2015

PORTARIA N.º 2365, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANACI APARECIDA RIBEIRO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 802.521.419-20, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2366/2015

PORTARIA N.º 2366, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENISE CARDOZO FREDERICK, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 058.322.469-50, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2367/2015

PORTARIA N.º 2367, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LENIR APARECIDA BLASIUS, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 020.497.069-52, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2368/2015

PORTARIA N.º 2368, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ENAILE PALHANO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 091.605.819-05, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2369/2015

PORTARIA N.º 2369, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSEMILDA APARECIDA STANIASKI MACIEL DA SILVA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 918.662.439-34, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2370/2015

PORTARIA N.º 2370, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA RODRIGUES BELLO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 099.243.649-45, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2371/2015

PORTARIA N.º 2371, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA DE FÁTIMA BORGES DO AMARAL, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 898.664.019-87, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2372/2015

PORTARIA N.º 2372, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KETINA PRISCILA FERREIRA DOS SANTOS GUETT, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 071.412.019-71, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2373/2015

PORTARIA N.º 2373, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0014 de 10 de junho de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRMA MORAES, brasileiro(a), separação consensual, inscrito(a) no CPF sob o n.º 476.369.719-68, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2374/2015

PORTARIA N.º 2374, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 017.252.529-29, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2375/2015

PORTARIA N.º 2375, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA HELENA DOS SANTOS, brasileiro(a), união estável, inscrito(a) no CPF sob o n.º 023.010.559-90, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2376/2015

PORTARIA N.º 2376, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVIA APARECIDA MARQUES, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 023.537.759-77, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2377/2015

PORTARIA N.º 2377, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUZIANE DE OLIVEIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 005.237.389-43, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2378/2015

PORTARIA N.º 2378, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA RODRIGUES NATALIO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 085.995.289-47, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2379/2015

PORTARIA N.º 2379, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDENILCE DALAGNOL, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 023.346.339-92, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2380/2015

PORTARIA N.º 2380, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HELENA CORRÊA MASSAROLI, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 014.411.579-48, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2381/2015

PORTARIA N.º 2381, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 866.020.399-20, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2382/2015

PORTARIA N.º 2382, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IDINEZ CATARINA VIEIRA MAZZUCCO, brasileiro(a), viúvo(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 777.377.509-59, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2383/2015

PORTARIA N.º 2383, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILZA APARECIDA GONÇALVES, brasileiro(a), separada judicialmente, inscrito(a) no CPF sob o n.º 458.563.709-53, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2384/2015

PORTARIA N.º 2384, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º

0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA SUELEN TIBOLA DO AMARAL, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 102.597.859-54, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2385/2015

PORTARIA N.º 2385, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CÁTIA ALVES VIEIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 052.316.149-20, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2386/2015

PORTARIA N.º 2386, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUANA PADILHA DE OLIVEIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 093.659.269-98, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2387/2015

PORTARIA N.º 2387, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0011 de 17 de abril de 2015, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARICE MARIA ANGOLERI, brasileiro(a), união estável, inscrito(a) no CPF sob o n.º 898.664.799-00, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2388/2015

PORTARIA N.º 2388, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELITA APARECIDA MOREIRA DOS SANTOS POSANSCKE, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 825.061.679-00, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2389/2015

PORTARIA N.º 2389, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027 de 09 de maio de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NORACI DA MAIA VANZ, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 904.808.059-20, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2390/2015

PORTARIA N.º 2390, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 825.061.759-20, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2391/2015

PORTARIA N.º 2391, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE RIBEIRO DE SOUZA VAL-DAMERI, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 004.720.519-97, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2392/2015

PORTARIA N.º 2392, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIELE FELIZ VARELA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 090.199.269-00, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2393/2015

PORTARIA N.º 2393, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANILDES PIRES RIBEIRO, brasileiro(a), separada judicialmente, inscrito(a) no CPF sob o n.º 601.276.199-68, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2394/2015

PORTARIA N.º 2394, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUANA BUSSATTO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 093.290.899-33, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2395/2015

PORTARIA N.º 2395, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANDIRA APARECIDA MARQUES DA SILVA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 560.017.119-68, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2396/2015

PORTARIA N.º 2396, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEONICE FRANCIONE, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 004.723.209-98, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2397/2015

PORTARIA N.º 2397, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SABRINA DO NASCIMENTO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 100.206.969-65, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2015 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2398/2015

PORTARIA N.º 2398, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUZI ABIGAIL RÖNNAU, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 754.640.209-34, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2399/2015

PORTARIA N.º 2399, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 0627/2015

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria nº 0627, de 25 de fevereiro de 2015, que ampliou a carga horária de 37 (trinta e sete) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora PATRICIA ANGREVSKI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 073.066.219-55, passando a ser o período de 02 de março de 2015 até 30 de maio de 2015.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 0627, de 25 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2400/2015

PORTARIA Nº 2400, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora TAMARA BALTEZAN FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 000.663.630-63, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2401/2015

PORTARIA Nº 2401, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor MAURICIO FRANCESCATO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 079.188.549-69, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR – NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2402/2015

PORTARIA Nº 2402, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0014 de 10 de junho de 2015, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DELYRIA BENTO DE ANDRADE, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o nº 046.524.309-65, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA15PMF145

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF145 - Contrato Nº: CT12PMF35
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PAZZA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA
Vigência : Início: 17/11/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2012
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, ALÍNEA "D", DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA, COM COMPROVAÇÃO DO AUMENTO DO COMBUSTÍVEL CONFORME NOTAS FISCAIS ANEXADAS, ANTERIOR E POSTERIOR AO AUMENTO AJUSTAM ENTRE SI A FIM DE RESTABELECER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO, A PARTIR DESTA DATA, OS VALORES UNITÁRIOS POR QUILOMETRO.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF146

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF146 - Contrato Nº: CT15PMF88
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 17/11/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2015.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JÚNIOR, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF147

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF147 - Contrato Nº: CT15PMF82
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 19/11/2015 Término: 23/12/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2015.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA, QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.2 DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF148**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº..... : TA15PMF148 - Contrato Nº: CT14PMF108
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: A.R.G INDUSTRIAL LTDA
Vigência : Início: 19/11/2015 Término: 19/02/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 9/2014.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JÚNIOR, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF149**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF149 - Contrato Nº: CT14PMF145
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME
Vigência : Início: 19/11/2015 Término: 19/01/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 17/2014.

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JÚNIOR, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.2) DO CONTRATO E DOS TERMOS ADITIVOS Nº TA15PMF67, TA15PMF97 E TA15PMF124 PARA ATÉ A DATA DE 19.01.2016.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF150**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF150 - Contrato Nº: CT14PMF85
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: HBINFO PROVEDOR LTDA ME
Valor : 1.710,90 (Um mil setecentos e dez reais e noventa centavos).

Vigência : Início: 30/11/2015 Término: 21/05/2016
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serv.Nº.: 1/201
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, I, "A" E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, PARA MELHOR ADEQUAÇÃO TÉCNICA AOS SEUS OBJETIVOS, A PEDIDO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO RESOLVEM AJUSTAR O ACRÉSCIMO DE UM PONTO DE ACESSO À INTERNET VIA FIBRA ÓTICA PARA UTILIZAÇÃO NA NOVA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA).

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF151**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF151 - Contrato Nº: CT12PMF154
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 30/11/2015 Término: 25/07/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Nº.: 8/2012.

Objeto : O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO ORIGINÁRIO. OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO TÊM SEU VALOR ESTIMADO EM R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS). ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.47 - PROJETO/ATIVIDADE: 2008.

Fraiburgo, 4 de Dezembro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

ATA DE RECEB.E JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO 29/2015

ATA DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015

CONVITE Nº 08/2015 02/2015

ASSUNTO: RECEBIMENTO E JULGAMENTO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREÇOS:

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, as dez horas, reuniram-se nas dependências da Prefeitura Municipal de Frei Rogério/SC., os membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria nº 010/2015 do dia 20 de janeiro de 2015, abaixo relacionados, com o objetivo de receber, analisar e julgar os documentos de habilitação, mais precisamente a Certidão Negativa, e ou positiva com efeito de negativa, de Tributos federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social INSS, relativos ao processo licitatório acima identificado, uma vez que a Proponente a proponente INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA – ME, quando do julgamento deste certame havia apresentado a referida certidão com o prazo de validade expirado, ocasião que foi concedido a mesma, por tratar-se de micro empresa, os benefícios da lei 123/2016, ou seja, 04 (quatro) dias úteis para que apresentasse a referida negativa. Expirado este prazo verificamos que a proponente INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA – ME, nos enviou via e-mail a Certidão Positiva com Efeito de Negativa, de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social INSS de nº BC98 1A4A FE48 1DEF, com validade para o dia 31/05/2016, motivo pelo qual foi declarada a vencedora deste certame com o valor de R\$ 7.490,00 (sete mil, quatrocentos e noventa reais). Nada mais, eu ___ Genésio Rinaldi, Secretário desta comissão lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos demais componentes da CPL.

Frei Rogério, 03 de dezembro de 2015

MARCOS RIBEIRO

Presidente - CPL

GENESIO RINALDI

Secretário CPL

OSNI ABREU

Membro

JANAINA FERREIRA

Membro

ERRATA

ATA DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015

CONVITE Nº 08/2015 02/2015

ASSUNTO: RECEBIMENTO E JULGAMENTO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:

ERRATA

O Município de Frei Rogério, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria nº 010/2015 do dia 20 de janeiro de 2015, abaixo relacionados declara para os devidos fins e a que interessar possa, que a hora correta para o recebimento, análise, e julgamento dos documentos de habilitação e as propostas de preços, relativos ao processo licitatório acima identificado é as nove horas e não as quatorze horas conforme anunciado anteriormente.

Frei Rogério, 03 de dezembro de 2015

MARCOS RIBEIRO

Presidente - CPL

GENESIO RINALDI

Secretário CPL

OSNI ABREU

Membro

JANAINA FERREIRA

Membro

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 057/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 057/2015, Edital de Pregão Presencial 036/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 18 de dezembro de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE DUAS FORRAGEIRAS NOVAS COM RODA E BICA HIDRAULICA DE NO MINIMO 4 ROLOS E MINIMO 10 FACAS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme quantitativos e especificações estabelecidas no Anexo I. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 04 de dezembro de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 248/2015

DECRETO N.º 248, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 30.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	30.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-estrutura	30.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas	5.000,00
10.01 - SECRETARIA DE PLAN. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	500,00
15452332.056 - Func. E Manut. Da Sec. De Plan. Territ. E Meio Ambiente	500,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 07/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE
Secretária de Administração Interina

DECRETO Nº 249/2015

DECRETO N.º 249, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Disciplina os procedimentos relativos ao repasse de depósitos judiciais e administrativos ao Município de Garopaba, nos termos da Lei Complementar Nacional nº 151, de 05 de agosto de 2015, e dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 11, da Lei Complementar Nacional nº 151, de 05 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Os depósitos judiciais e administrativos em dinheiro

referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Município de Garopaba seja parte, considerados todos os seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, serão efetuados em instituição financeira oficial.

Art. 2º. A instituição financeira oficial, a que se refere o artigo 1º deste Decreto, transferirá para conta especial titulada pela Prefeitura Municipal de Garopaba, 70% (setenta por cento) do valor atualizado dos depósitos judiciais e administrativos, tributários e não tributários, bem como os respectivos acessórios, em que o Município seja parte, na forma da Lei Complementar Nacional nº. 151, de 05 de agosto de 2015.

Art. 3º. Fica instituído o fundo de reserva dos depósitos judiciais e administrativos (FRDJ), a ser mantido junto à instituição financeira referida no artigo 1º, destinado a garantir a restituição da parcela transferida à conta específica titulada pela PMG, nos termos do disposto no artigo 2º deste Decreto.

§ 1º. O montante dos depósitos judiciais e administrativos não repassados à conta específica titulada pela PMG constituirá o fundo de reserva referido no "caput" deste artigo, cujo saldo não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) do total dos depósitos de que trata o artigo 1º deste Decreto, acrescidos da remuneração que lhes foi atribuída.

§ 2º. Os valores recolhidos ao fundo de reserva terão remuneração equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, mediante complementação mensal do Tesouro do Município, caso necessário.

Art. 4º. A habilitação ao recebimento das transferências referidas no artigo 2º deste Decreto é condicionada à apresentação ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina de termo de compromisso do Município que deverá prever:

I - a manutenção do fundo de reserva na instituição financeira, observado o disposto no § 1º do artigo 3º deste decreto;

II - a destinação automática ao fundo de reserva do valor correspondente à parcela dos depósitos judiciais mantida na instituição financeira nos termos do § 1º do artigo 3º, condição esta a ser observada a cada transferência recebida na forma do artigo 2º deste Decreto;

III - a autorização para a movimentação do fundo de reserva para os fins do disposto nos artigos 8º e 9º deste Decreto;

IV - a recomposição do fundo de reserva, em até 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação da instituição financeira, sempre que o seu saldo estiver abaixo dos limites estabelecidos no § 1º do artigo 3º deste decreto.

Art. 5º. Para identificação dos depósitos, o Município de Garopaba manterá atualizada junto à instituição financeira a relação de inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ dos órgãos e entidades que integram a Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 6º. A instituição financeira oficial tratará de forma segregada os depósitos judiciais e os depósitos administrativos, tributários e não tributários, devendo informar ao Município a natureza do

depósito de forma individualizada.

Art. 7º. Os recursos repassados à conta especial titulada pela PMG na forma deste decreto, ressalvados os destinados ao fundo de reserva de que trata o § 1º do artigo 3º deste Decreto, serão aplicados, exclusivamente, no pagamento de:

I - precatórios judiciais de qualquer natureza;

II - dívida pública fundada, caso a lei orçamentária do Município preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício e não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores;

III - despesas de capital, caso a lei orçamentária do Município preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício, não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores e o Município não conte com compromissos classificados como dívida pública fundada;

IV - recomposição dos fluxos de pagamento e do equilíbrio atuarial de fundo de previdência referente ao regime próprio, nas mesmas hipóteses do inciso III deste artigo.

Art. 8º. Encerrado o processo litigioso com ganho de causa para o depositante, mediante ordem judicial ou administrativa, o valor do depósito efetuado nos termos deste decreto acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída será colocado à disposição do depositante pela instituição financeira, observada a seguinte composição:

I - a parcela que foi mantida na instituição financeira nos termos do § 1º do artigo 3º deste Decreto acrescida da remuneração que lhe foi originalmente atribuída será de responsabilidade direta e imediata da instituição depositária;

II - a diferença entre o valor referido no inciso I e o total devido ao depositante nos termos do "caput" deste artigo será debitada do saldo existente no fundo de reserva de que trata o § 1º do artigo 3º deste Decreto.

§ 1º. Na hipótese do saldo do fundo de reserva após o débito referido no inciso II deste artigo ser inferior ao valor mínimo estabelecido no § 1º do artigo 3º, o Município será notificado para recompô-lo na forma do inciso IV do artigo 4º deste Decreto.

§ 2º. Ocorrendo insuficiência de saldo no fundo de reserva para o débito do montante devido nos termos do inciso II, a instituição financeira restituirá ao depositante o valor disponível no fundo acrescido do valor referido no inciso I deste artigo.

§ 3º. Na hipótese referida no § 2º, a instituição financeira notificará a autoridade expedidora da ordem de liberação do depósito, informando a composição detalhada dos valores liberados, sua atualização monetária, a parcela efetivamente disponibilizada em favor do depositante e o saldo a ser pago depois de efetuada a recomposição prevista no § 1º deste artigo.

§ 4º. Se o Município não recompuser o fundo de reserva até o saldo mínimo previsto no § 1º do artigo 3º deste decreto, ficará suspenso o repasse das parcelas referentes a novos depósitos, até a devida regularização do saldo.

Art. 9º. Encerrado o processo litigioso com ganho de causa para o Município, ser-lhe-á transferida a parcela do depósito mantida na instituição financeira nos termos do § 1º do artigo 3º deste Decreto, acrescida da remuneração que lhe foi originalmente atribuída.

§ 1º. O saque da parcela de que trata o "caput" deste artigo somente poderá ser realizado até o limite máximo do qual não resulte no fundo de reserva saldo inferior ao mínimo exigido no § 1º do artigo 3º deste Decreto.

§ 2º. Na situação prevista no "caput" deste artigo, serão transformados em pagamento definitivo, total ou parcial, proporcionalmente à exigência tributária ou não tributária, conforme o caso, inclusive seus acessórios, os valores depositados na forma do "caput" do artigo 1º deste Decreto acrescidos da remuneração que lhes foi originalmente atribuída.

Art. 10. Os recursos de que trata o artigo 2º deste decreto serão registrados como receita orçamentária de capital, em subálínea específica, bem como identificados com uma fonte de recursos específica.

Art. 11. Quando da decisão final e levantamento dos depósitos, os recursos terão o seguinte tratamento orçamentário:

I - na hipótese de ganho de causa a favor do depositante, nos termos previstos no artigo 8º deste decreto, a recomposição do fundo de reserva será tratada como despesa orçamentária;

II - na hipótese de ganho de causa a favor do Município, nos termos previstos no artigo 9º, será registrada a receita de acordo com a natureza do depósito, pelo seu valor integral, com a respectiva dedução, por meio de conta redutora da receita, do valor contabilizado na ocasião da transferência, conforme artigo 10 deste decreto.

Art. 12. Os procedimentos necessários à implementação do disposto neste Decreto poderão ser estabelecidos conjuntamente com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC), tendo em vista o Sistema Financeiro de Conta Única de Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça.

Art. 13. As despesas financeiras resultantes da aplicação deste Decreto correção por conta de dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), suplementadas, se necessário.

Art. 14. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 07/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE
Secretária de Administração Interina

EDITAL DE CANCELAMENTO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2015
EDITAL DE CANCELAMENTO Nº 13/2015
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor Paulo Sérgio de Araújo:

Considerando que o requisito mínimo de habilitação para o cargo de Agente de Fiscalização é o "Ensino Médio Completo", nos termos do artigo 6º, da Lei nº 993/2015, com redação dada pela Lei nº

1.773/2013.

Considerando que o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 13/2015, por equívoco, estabeleceu como requisito mínimo de habilitação o "Ensino Fundamental Completo";

Considerando a necessidade de previsão de reserva de vagas, dentre as ofertadas, para portadores de necessidades especiais;

Considerando a necessidade de disponibilização de outros meios de inscrição, além do previsto no Edital;

Considerando a impossibilidade de imediata disponibilização de mecanismos de inscrição, além do previsto no edital;

Considerando que o período de inscrição previsto no edital termina no próximo dia 07 de dezembro de 2015;

TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar que FICA CANCELADO O EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 13/2015 PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para contratação, em caráter temporário, de Profissionais de Nível Fundamental, para atuarem como Agentes de Fiscalização, na campanha de fiscalização e arrecadação de tributos municipais, temporada 2015/2016.

Garopaba, 04 de dezembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PE054/2015

ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO PE054/2015

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna publico para conhecimento dos interessados que RETIFICOU o edital de licitação PE053/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 03/12/2015, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de postes de concreto de uso do setor da COSIP da Secretária de Infra Estrutura e Serviços Urbanos de Garopaba.

Onde se lê:
1. LOCAL, DATA E HORA

1.1. A sessão pública por meio de sistema eletrônico no sítio <http://bllcompras.org.br>, para abertura das propostas dar-se-á:

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até as 15h00min do dia 11/12/2015;

SESSÃO PÚBLICA: Às 15h10min do dia 11/12/2015;

* Horário de Brasília.

Leia-se:
1. LOCAL, DATA E HORA

1.1. A sessão pública por meio de sistema eletrônico no sítio <http://bllcompras.org.br>, para abertura das propostas dar-se-á:

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até as 15h00min do dia 15/12/2015;

SESSÃO PÚBLICA: Às 15h10min do dia 15/12/2015;

* Horário de Brasília.

Garopaba, 04 de dezembro de 2015.
Rafael de Souza
Pregoeiro

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 09 AO CONTRATO Nº 17/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo; Contrato nº 17/2009; Processo nº. 111/2009; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. CNPJ: 50.668.722/0019-16. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato até o dia 03/02/2016, tendo validade a partir do dia 04/12/2015.; Data da Assinatura: 03/12/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 08 AO CONTRATO Nº 23/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

8º Termo Aditivo; Contrato nº 23/2010; Processo nº. 25/2010; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: RESAMB Reciclagem e Limpeza Ambiental Ltda. - EPP. CNPJ: 07.349.957/0001-97. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 23/2010 por 60 (sessenta) dias, que vigorará a partir de 03/12/2015 á 03/02/2016.; Data da Assinatura: 03/12/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 09 AO CONTRATO Nº 009/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo; Contrato nº 009/2009; Processo nº. 111/2009; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. CNPJ: 50.668.722/0019-16. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato até o dia 03/02/2016, tendo validade a partir do dia 04/12/2015.; Data da Assinatura: 03/12/2015.

PORTARIA N.º 1016/2015.

PORTARIA N.º 1016, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de SERVIÇO/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00026/10-6, nos assentos funcionais do servidor ROSEMIRO GONÇALVES, detentor da matrícula funcional nº. 0079 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) ROSEMIRO GONÇALVES, detentor da matrícula nº. 0079, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Conservação

e Manutenção, a Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00026/10-6, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 062/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 062/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de preços para a aquisição de merenda escolar, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 17/12/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 04 de dezembro de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 100/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. RENATA VANESSA DE SANTANA, brasileira, solteira, professora, RG nº 3.518.098, CPF: 003.445.779-88, residente e domiciliada na Rua Maria Clara Froelich, 67 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o término da Licença Maternidade cujo atestado é datado de 15/06/2015, que passam a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 100/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 100/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes

do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 23 de novembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO Nº 20/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. REGINA MARIA LEGNAGHI, brasileira, união estável, professora, RG nº 3.228.478, CPF: 890.909.509-15, residente e domiciliado na Rua Eugênio Avanci, 868 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o laudo médico comprobatório de gravidez, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 020/2015 por mais 02 (dois) meses, passando seu término para 08 de fevereiro de 2015, caráter de estabilidade provisória.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 020/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO Nº 8/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. NEIVA APARECIDA DE CAMARGO BRAMMER, brasileira, casada, professora, RG nº 4.172.174, CPF: 006.416.999-56, residente e domiciliado na Rua Deodoro de Carvalho, 495 – Georgia Paula, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o laudo médico comprobatório de gravidez, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 020/2015 por mais 02 (dois) meses, passando seu término para 08 de fevereiro de 2015, caráter de estabilidade provisória.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 008/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO Nº 80/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. REGIANE SARAMENTO DOS SANTOS, brasileira, solteira, professora, RG nº 2.600.683, CPF: 026.089.639-00, residente e domiciliada na Rua Maria Clara Frolhich, 638 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 310/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 080/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 080/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SANEAMENTO AMBIENTAL.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 20 de novembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretário de Saneamento Ambiental Marcelo Eduardo Person
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO Nº 84/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. REGINA GERCKER VAGELESKI, brasileira, casada, nutricionista, RG nº 3.344.766-7, CPF: 919.981.669-53, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa, 961 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Ofício nº 292/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 084/2015 por mais 18 (dezoito) dias, passando seu término para 18 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 084/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 02 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 255/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 255/2015

OBJETO: Contratação de seguro para a frota municipal. ENVELOPES até as 09h do dia 17/12/2015, no Depto. de Compras. Rua Cel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 09h30min, no mesmo local. Íntegra do Edital no no site: www.gaspar.sc.gov.br ou no Depto. de Compras para consulta.

Gaspar (SC), 04/12/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.645 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.645 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA CRISTINA JARDIM DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora CRISTINA JARDIM DA SILVA, CPF nº 044.630.389-52, do cargo efetivo de Merendeira/Servente, nomeada pelo decreto 3772/2010, a partir de 02/12/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-125/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-125/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/11/2015. VENCTO.: 30/11/2016. Inexigibilidade: 243/2014. OBJETO: Prorrogação, por mais 12 (doze) meses, da contratação de "Serviços Hospitalares" - prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento) e para internações hospitalares ao usuário do Sistema Único de Saúde. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). CONTRATADA: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO (84.045.830/0001-25). VALOR TOTAL: R\$ 10.019.743,68 (dez milhões, dezenove mil, setecentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 30 de novembro de 2015.

CLEONES HOSTINS | Secretário Municipal de Saúde

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO N 32-2015-HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 2015

DECRETO N.032/2015 , DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

"HOMOLOGA AVALIAÇÕES DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADAS PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO CONSTITUÍDA PELA PORTARIA 224/2013, DE 06 DE SETEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará,

DECRETA

Artigo 1º. Ficam homologadas as Avaliações de Servidores em Estágio Probatório, realizadas pela Comissão Municipal de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, constituída pela Portaria 224/2013, de 06 de setembro de 2013.

Artigo 2º. As avaliações de que trata o caput do artigo 1º referem-se aos Servidores:

Adriana Becker
Izoleide Henkel Pickler das Silva
Lucia Blasius
Marcio Leandro
Rosana Guizone

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
01 de dezembro de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 01 de dezembro de 2015

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N 1-2015 (RESUMO JORNAL) APAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 01/2015

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, através da Secretaria Municipal de Saúde, Divisão de Licitação, torna público o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 01/2015, visando à seleção e possível contratação de entidades prestadoras de serviços Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, conforme Anexo I, do Edital, que estabelece quais os procedimentos objeto desta Chamada Pública. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relacionados a esta Chamada Pública poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Grão-Pará, local em que funciona a Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria do Município, cuja responsável é a Senhora Denize Redivo Bussolo (telefone para contato: (48) 3652-1312; fax: (48) 3652-1312; e-mail: denizebussolo@gmail.com; horário de atendimento: das 7 às 13 h, de segunda à sexta-feira).

Grão-Pará/ SC, 04 de dezembro de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 14 E 15.2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 14/2015

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

Contratada...: POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA

Valor : 15.317,00 (quinze mil trezentos e dezessete reais)

Vigência : Início: 02/12/2015 Término: 01/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS A SEREM DESTINADOS À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, NOS ESPAÇOS FÍSICOS DO CRAS E SCFV. E EQUIPAMENTOS A SEREM DESTINADOS A EQUIPE DE ALTA COMPLEXIDADE, VISANDO A MELHORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Contrato Nº.: 15/2015

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

Contratada...: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME

Valor : 4.987,00 (quatro mil novecentos e oitenta e sete reais)

Vigência : Início: 02/12/2015 Término: 01/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS A SEREM DESTINADOS À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, NOS ESPAÇOS FÍSICOS DO CRAS E SCFV. E EQUIPAMENTOS A SEREM DESTINADOS A EQUIPE DE ALTA COMPLEXIDADE, VISANDO A MELHORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Guaramirim

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 03/SMI

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Justificativa de Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos nº. 03/SMI

Em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e artigo 4º do Decreto Municipal nº 558/2015, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos por se tratar de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais, em especial para o pagamento de combustível para a frota de veículos, necessários para prestar os serviços de manutenção das estradas. Em virtude dos danos causados às vias públicas pelo excesso de chuva nos últimos 60 dias, as estradas tornaram-se intrafegáveis (em algumas situações o transporte escolar deixou de atender os alunos que ficaram sem poder ir a escola) trazendo prejuízos aos munícipes, comércio e agricultor por ser esta única medida capaz de evitar lesão ao interesse público, a saber:

Fornecedor	NF	Emissão	Valor R\$	Vencimento
Posto de GasMaiochiLtda	24975	29/09/2015	462,18	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24976	29/09/2015	561,16	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24977	29/09/2015	505,58	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24978	29/09/2015	424,83	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24979	29/09/2015	384,29	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24980	29/09/2015	582,11	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24981	29/09/2015	391,06	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24983	29/09/2015	271,71	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24984	29/09/2015	642,40	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24986	29/09/2015	774,83	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24989	29/09/2015	470,96	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24990	29/09/2015	568,88	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24992	29/09/2015	363,61	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24996	29/09/2015	238,89	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	24997	29/09/2015	269,25	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25024	29/09/2015	553,04	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25025	29/09/2015	577,80	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25045	29/09/2015	305,80	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25085	29/09/2015	489,02	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25098	29/09/2015	530,79	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25126	29/09/2015	558,82	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25128	29/09/2015	534,46	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25142	29/09/2015	294,12	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25160	29/09/2015	268,30	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25161	29/09/2015	314,41	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25164	29/09/2015	606,55	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25197	29/09/2015	346,71	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25198	29/09/2015	346,68	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25203	29/09/2015	237,04	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25210	29/09/2015	410,52	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25218	29/09/2015	705,35	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25247	29/09/2015	722,25	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25248	29/09/2015	495,31	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25257	29/09/2015	180,00	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25258	29/09/2015	527,04	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25260	29/09/2015	335,12	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25279	29/09/2015	227,34	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25283	29/09/2015	448,00	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25287	29/09/2015	316,58	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25316	29/09/2015	577,80	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25324	29/09/2015	577,80	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25345	29/09/2015	441,68	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25407	29/09/2015	263,47	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25419	29/09/2015	242,31	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25421	29/09/2015	266,68	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25436	29/09/2015	332,99	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25438	29/09/2015	588,02	04/12/2015

Posto de GasMaiochiLtda	25496	29/09/2015	827,01	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25441	29/09/2015	355,43	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25482	29/09/2015	587,91	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25502	29/09/2015	217,14	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25510	29/09/2015	577,80	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25511	29/09/2015	674,55	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25513	29/09/2015	231,12	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25523	29/09/2015	520,02	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25535	29/09/2015	656,03	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25553	29/09/2015	347,03	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25574	29/09/2015	291,35	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25591	29/09/2015	805,28	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25625	29/09/2015	565,03	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25673	29/09/2015	450,40	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25686	29/09/2015	473,04	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25714	29/09/2015	423,41	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25719	29/09/2015	237,73	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25722	29/09/2015	268,07	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25723	29/09/2015	507,61	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25740	29/09/2015	435,92	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25742	29/09/2015	700,03	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25743	29/09/2015	315,51	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25745	29/09/2015	311,00	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25783	29/09/2015	577,80	04/12/2015
Posto de GasMaiochiLtda	25803	29/09/2015	333,93	04/12/2015

Guaramirim, 04 de dezembro de 2015

Diogo Junckes
Secretário de Infraestrutura

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 11/SMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Justificativa de Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos nº. 11/SMS

Em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e artigo 4º do Decreto Municipal nº 558/2015, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos por se tratar de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais, em especial para o abastecimento dos veículos que compõem a frota do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, por ser esta única medida capaz de evitar lesão ao interesse público, a saber:

Fornecedor	NF	Emissão	Valor R\$	Vencimento
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26131	21/09/2015	200,85	09/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26219	23/09/2015	223,10	09/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26252	24/09/2015	131,41	09/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26331	28/09/2015	65,34	09/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26336	28/09/2015	137,01	09/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26397	29/09/2015	170,03	09/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26431	30/09/2015	135,99	09/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26484	02/10/2015	147,98	09/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26545	05/10/2015	162,40	20/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26671	08/10/2015	149,10	20/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26760	09/10/2015	216,87	20/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26899	15/10/2015	212,40	23/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	26960	16/10/2015	226,45	23/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	27141	22/10/2015	211,44	30/11/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	27262	27/10/2015	203,51	04/12/2015
Posto de Gasolina Maiochi Ltda	27272	27/10/2015	177,36	04/12/2015

Guaramirim, 04 de dezembro de 2015

Jair Tomelin
Secretário Municipal da Saúde

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 043/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 043/2015 DE 02/12/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Construções Herval Ltda. ME

OBJETO: Reforma da Escola Básica Municipal Cruz e Sousa e Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe, Município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

VALOR: R\$ 33.257,00 (Trinta e três mil duzentos e cinquenta e sete reais)

PRAZO DO CONTRATO: 60 dias - prorrogáveis

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 02 de dezembro de 2015.

Nelson Guindani - Prefeito Municipal

Junior de Mattos- Sócio Gerente

GELSON PIOVESAN (Matr. 712), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência – 7/F, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Dezembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.472/2015

DECRETO Nº 3.472/2015.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA COMPOR COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015/SMECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores públicos municipais Paulo Cezar Dolejal Berté (Presidente), Geisa Trombetta Bernardi e Sadir Rovea, para compor a Comissão Especial para coordenação e acompanhamento do Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3.469/2015.

Herval d'Oeste (SC), 07 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 1284/2015

PORTARIA Nº 1284/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 04 de dezembro de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor

TERMO ADITIVO Nº 037/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Empresa: Andrade Construções Ltda.

CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40

Rua Antonio Bevilaqua nº 30

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 037/2015 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antônio Bevilaqua, 30, Centro, Herval D' Oeste CNPJ n. 03.377.072/0001-40, neste ato representado pela senhora Claudiane Marilene Fries de Andrade, brasileira, casada Sócia Administradora, inscrita no CPF sob o nº 479.912.759-49 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 006/2015, que tem por objeto a Construção de passeios públicos na Rua José Bonifácio no município de Herval d'Oeste, mediante sujeição às normas do Edital do Processo Licitatório nº 008/2015 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2015, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a SUPRESSÃO de valores da planilha orçamentária contratual, devido a exclusão de serviços do orçamento inicial, devido a alterações nos projetos, conforme anexo único ao presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

A supressão de serviços constante na Cláusula primeira corresponde a uma redução do quantitativo do objeto na ordem de 0,97% do

valor total inicial do Contrato, que era de R\$ 249.903,13 (duzentos e quarenta e nove reais novecentos e três reais e treze centavos), correspondendo a uma supressão no valor de R\$ 2.424,30 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

Com as supressões, decorrentes deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$ 249.903,13 (duzentos e quarenta e nove reais novecentos e três reais e treze centavos), para R\$ 247.478,83 (duzentos e quarenta e sete mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos).

CLÁUSULA QUARTA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 58 incisos I,º, no artigo 65 inciso I, alínea "a,º", da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 006/2015, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 1º de dezembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72
Contratante

Claudiane Marilene Fries de Andrade
Sócia Administradora
CPF: 479.912.759/49
Contratada

Testemunhas:

Vera Lucia Bilibio
CPF: 600.730.049-87

Mariana Colusso Fabrin
CPF: 052.051.949-36

Anexo Único - Termo Aditivo nº 037/2015

ITEM	CÓD.SINAPI	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	CUSTO TOTAL EM R\$		VALOR TOTAL (R\$)
					MÃO DE OBRA	MATERIAL	
2.5	73789/002	Recomposição de Meio Fio	m	28	117,26	276,36	392,62
3.1	74167/004	Lastros de Brita 5cm	m³	0,65	19,21	45,29	64,50
3.2	73919/003	Contrapiso 5 cm	m²	27,55	192,78	454,35	647,13
3.3	84166	Calçada em placas de concreto	m²	27,55	366,08	862,81	1228,89
3.4	73948/002	Pintura de Meio Fio	m	28,00	26,86	63,31	90,17
TOTAL DO TERMO DE SUPRESSÃO							2.424,30

Herval d'Oeste, 1º de dezembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72
Contratante

Claudiane Marilene Fries de Andrade
Sócia Administradora
CPF: 479.912.759/49
Contratada

Testemunhas:

Vera Lucia Bilibio
CPF: 600.730.049-87

Mariana Colusso Fabrin
CPF: 052.051.949-36

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 512/2015

PORTARIA Nº 512/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. ANDREI CARDOSO, no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 03 de dezembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

DEMONS. DISPONIBILIDADE CAIXA E RESTOS PAGAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RS 1999

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.751.518,79	394.588,73	370.742,60	1.286.743,64	-	300.556,18		
Assistência Farmacêutica Básica	66,47	-	11.339,28	-	-	11.272,81		
Atenção Básica	217.910,84	-	26.295,05	-	-	191.615,79		
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	17.693,58	-	-	-	-	17.693,58		
Bolsa Família	9.816,85	-	-	-	-	9.816,85		
Gestão SUS	18.204,49	-	-	-	-	18.204,49		
Outras Transferências de Recursos Fundo Nacional	214.189,76	-	1.041,42	-	-	213.148,34		
PNAE	62.156,37	-	-	-	-	62.156,37		
PNATE	-	-	28.603,95	-	-	28.603,95		
Receitas Impostos e Transf. Impostos - Saúde	130.706,50	-	27.499,81	-	-	103.206,69		
Salário Educação	195.592,92	-	30.200,63	-	-	165.392,29		
Transferências de Convênio Educação	55.585,72	-	-	-	-	55.585,72		
Transferências de Convênio	163.910,14	394.588,73	-	1.283.357,76	-	1.514.036,35		
Transferências de Convênio - Saúde	178.199,40	-	6.985,23	3.385,88	-	167.828,29		
Transferências Fundeb 40%	-	-	51.718,69	-	-	51.718,69		
Transferências Fundeb 60%	35.263,46	-	-	-	-	35.263,46		
Vigilância Saúde	129.286,59	-	-	-	-	129.286,59		
Outros Recursos	322.935,70	-	187.058,54	-	-	135.877,16		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	743.718,37	1.286,15	208.524,40	131.184,48	-	402.723,34		
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	16.848,89	-	-	-	-	16.848,89		
PDDE	969,03	-	-	-	-	969,03		
PNATE	25.389,23	-	-	-	-	25.389,23		
Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação	1.052,06	-	4.308,32	-	-	3.256,26		
Receitas Impostos e Transf. Impostos - Saúde	-	-	750,00	-	-	750,00		
Recursos Ordinários	395.764,42	1.286,15	195.466,08	4.388,47	-	194.623,72		
Transferência de Convênios - Educação	303.694,74	-	8.000,00	126.796,01	-	168.898,73		
TOTAL (III) = (I + II)	2.495.237,16	395.874,88	579.267,00	1.417.928,12	-	102.167,16		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	8.957.979,76	-	542.732,94	-	-	9.500.712,70		
FONTE - PRONIM RF. Responsabilidade Fiscal. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL. 27/11/2015 11h e 11m								

FONTE: PRONIM RF, Responsabilidade Fiscal, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27/11/2015, 11h e 11m.

DEMONSTRATIVO 12MESES DESPESA PESSOAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

														R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RENTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS														
	01/2014	02/2014	03/2014	04/2014	05/2014	06/2014	07/2014	08/2014	09/2014	10/2014	11/2014	12/2014	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.017.201,50	1.107.181,29	1.175.127,30	1.151.799,53	1.208.054,14	1.246.051,88	1.246.413,02	1.229.167,97	1.221.082,05	1.068.318,59	1.041.771,40	2.306.261,30	15.018.429,97	242.639,99	
Pessoal Ativo	1.017.201,50	1.107.181,29	1.175.127,30	1.151.799,53	1.208.054,14	1.246.051,88	1.246.413,02	1.229.167,97	1.221.082,05	1.068.318,59	1.041.771,40	2.306.261,30	15.018.429,97	242.639,99	
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.017.201,50	1.107.181,29	1.175.127,30	1.151.799,53	1.208.054,14	1.246.051,88	1.246.413,02	1.229.167,97	1.221.082,05	1.068.318,59	1.041.771,40	2.306.261,30	15.018.429,97	242.639,99	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL															
RECETA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)															
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)															
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)															
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)															
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)															
FONTE: PRONIM RF, Responsabilidade Fiscal, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 02/12/2015, 11h e 08m.															

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.316.997,74	5.316.997,74	5.276.562,96
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	5.316.997,74	5.316.997,74	5.276.562,96
Interna	5.316.997,74	5.316.997,74	5.276.562,96
Externa	-	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II)'	2.119.855,46	1.195.515,01	2.103.028,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.119.855,46	2.550.668,37	2.495.237,16
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-	1.355.153,36	392.208,46
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.197.142,28	4.121.482,73	3.173.534,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.177.472,26	30.628.516,10	32.703.406,57
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	20,31	17,36	16,13
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	12,21	13,46	9,70
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	-	-	-

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	5.316.997,74	5.316.997,74	5.276.562,96
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	4.616.547,09	4.616.547,09	4.802.811,75
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Sociais	4.495.811,09	4.495.811,09	4.682.075,75
Previdenciárias	4.495.811,09	4.495.811,09	4.682.075,75
Demais Contribuições Sociais	-	-	-
Do FGTS	120.736,00	120.736,00	120.736,00
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	-	-	-
Interna	-	-	-
Externa	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	700.450,65	700.450,65	473.751,21

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.167.280,78	8.273.705,70	2.160.623,55
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (X)'	7.697.913,85	8.388.268,74	8.957.233,94
Disponibilidade de Caixa Bruta	46.398,17	106.653,51	79.518,30
Investimentos	7.744.312,02	8.495.668,07	9.037.498,06
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	745,82	745,82
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	- 7.697.913,85	- 8.388.268,74	- 8.957.233,94

FONTE:PRONIM RF, Responsabilidade Fiscal, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27/11/2015, 11h e 04m.

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	-	-
<Tipo de operação>	-	-
NAO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	32.703.406,57	-
OPERAÇÕES VEDADAS	-	0,00%
Do Período de Referência (III)	-	0,00%
De períodos Anteriores ao de Referência	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.232.545,05	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	4.709.290,55	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.289.238,46	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	-	0,00%

FONTE: PRONIM RF, Responsabilidade Fiscal, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27/11/2015, 11h e 09m.

DEMONSTRATIVO DE GARANTIAS E CONTRAPARTIDAS DE VALORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA - CONSOLIDADA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALOR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-
INTERNAS (II)	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.177.472,26	30.628.516,10	32.703.406,57
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	5.759.043,90	6.738.273,54	7.194.749,45
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	5.183.139,51	6.064.446,19	6.475.274,50

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:	-	-	-

FONTE: PRONIM RF, Responsabilidade Fiscal, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27/11/2015, 11h e 07m.

DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.768.060,32	242.639,99
Pessoal Ativo	15.768.060,32	242.639,99
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.768.060,32	242.639,99

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	32.703.406,57	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	16.010.700,31	48,96
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.622.043,94	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.640.941,74	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.659.839,55	54,00

FONTE: PRONIM RF, Responsabilidade Fiscal, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27/11/2015, 10h e 50m.

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTÃO FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA - CONSOLIDADO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 2º SEMESTRE 2014

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	32.703.406,57

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	16.010.700,31	48,96%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <*>	19.622.043,94	60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <*>	18.640.941,74	57,00%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	3.173.534,26	9,70%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	39.244.087,88	120,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.194.749,45	22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	5.232.545,05	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.289.238,46	7,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	743.695,33	9.602.879,86

FONTE: PRONIM RF. Responsabilidade Fiscal, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27/11/2015, 11h e 16m.

Imarui

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 125, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Conforme publicação ocorrida na edição 1881 do Diário Oficial dos Municípios DOM/SC no dia 01/12/2015 (terça-feira) na página 311, o município de Imaruí torna público a seguinte retificação do Decreto N. 125, de 30 de novembro de 2015:

Onde se lê: NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO DE REMOÇÃO E ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

Leia-se: NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 233, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 233, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.639, de 04 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Família Acolhedora		
08.243.0013-2.109		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0009)	Aplicações Diretas	15.000,00
Total		15.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (0021)	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	15.000,00
Total		15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de dezembro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 234, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 234, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.642, de 04 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 215.885,54 (duzentos e quinze mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Manutenção da SEDTUR		
23.122.0008-2.026		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0115)	Aplicações Diretas	85.885,54
Calendário Anual de Eventos		
23.695.0008-2.024		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0122)	Aplicações Diretas	119.320,00
Espaço Esportivo nas Praças Comunitárias		
27.813.0010-1.106		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0211)	Aplicações Diretas	10.680,00
Total		215.885,54

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Construção do Santuário de Santa Paulina		
23.695.0008-1.017		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0118)	Aplicações Diretas	10.000,00
Centro Municipal de Atletismo		
27.812.0007-1.105		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0207)	Aplicações Diretas	3.375,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0208)	Aplicações Diretas	10.000,00
Construção do Centro de Multiuso		
27.813.0007-1.107		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0213)	Aplicações Diretas	5.000,00
Implantação de Ciclovias / Ciclofaixas		
27.813.0007-1.108		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0216)	Aplicações Diretas	1.400,00
Subtotal		29.775,00
Centro Multimeios Usina do Saber		
13.392.0011-1.109		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0224)	Aplicações Diretas	5.733,37
Manutenção da SEDTUR		
23.122.0008-2.026		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0117)	Aplicações Diretas	10.473,84
Promoção e Divulgação de Imbituba		
23.695.0008-2.027		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0124)	Aplicações Diretas	30.153,83
Destaques no Esporte		
27.812.0010-2.163		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0218)	Aplicações Diretas	1.407,00
Lazer, Direito de Todos		
27.813.0007-2.167		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0222)	Aplicações Diretas	2.898,00
Cultura Itinerante		
13.392.0011-2.170		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0229)	Aplicações Diretas	5.444,50
Calendário Anual de Eventos		
23.695.0008-2.024		
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 (0121)	Aplicações Diretas	130.000,00
Subtotal		186.110,54
Total		215.885,54

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de dezembro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.639, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEI Nº 4.639, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Família Acolhedora		
08.243.0013-2.109		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0009)	Aplicações Diretas	15.000,00
Total		15.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.50.00.00.00.00.00.00.1.0000 (0021)	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	15.000,00
Total		15.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de dezembro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.642, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEI Nº 4.642, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 215.885,54 (duzentos e quinze mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Manutenção da SEDTUR		
23.122.0008-2.026		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0115)	Aplicações Diretas	85.885,54
Calendário Anual de Eventos		
23.695.0008-2.024		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0122)	Aplicações Diretas	119.320,00
Espaço Esportivo nas Praças Comunitárias		
27.813.0010-1.106		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0211)	Aplicações Diretas	10.680,00
Total		215.885,54

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Construção do Santuário de Santa Paulina		
23.695.0008-1.017		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0118)	Aplicações Diretas	10.000,00
Centro Municipal de Atletismo		
27.812.0007-1.105		

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0207)	Aplicações Diretas	3.375,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0208)	Aplicações Diretas	10.000,00
Construção do Centro de Multiuso		
27.813.0007-1.107		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0213)	Aplicações Diretas	5.000,00
Implantação de Ciclovias / Ciclofaixas		
27.813.0007-1.108		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0216)	Aplicações Diretas	1.400,00
Subtotal		29.775,00
Centro Multimeios Usina do Saber		
13.392.0011-1.109		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0224)	Aplicações Diretas	5.733,37
Manutenção da SEDTUR		
23.122.0008-2.026		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0117)	Aplicações Diretas	10.473,84
Promoção e Divulgação de Imbituba		
23.695.0008-2.027		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0124)	Aplicações Diretas	30.153,83
Destaques no Esporte		
27.812.0010-2.163		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0218)	Aplicações Diretas	1.407,00
Lazer, Direito de Todos		
27.813.0007-2.167		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0222)	Aplicações Diretas	2.898,00
Cultura Itinerante		
13.392.0011-2.170		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0229)	Aplicações Diretas	5.444,50
Calendário Anual de Eventos		
23.695.0008-2.024		
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0121)	Aplicações Diretas	130.000,00
Subtotal		186.110,54
Total		215.885,54

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de dezembro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 218/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 218/2015

CONTRATADA: RECEITA PRÓPRIA, PROCESSOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de serviços de tecnologia da informação para preparação do ambiente legal e tecnológico para declaração de ISSQN das instituições financeiras do Município de Indaial, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$ 7.800,00.

PRAZO: 04 de dezembro de 2015 até 02 de janeiro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2015.

Abertura das propostas: 11/01/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2015 2 ALTERAÇÃO

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich

Processo Licitatório nº 201/2015

Edital de Pregão Presencial nº 002/2015-37941

Com Registro de Preços

ALTERAÇÃO DAS DATAS

Objeto: Contratação de segurança desarmada para eventos esportivos.

Entrega dos envelopes: 17/12/2015 as 07:45h.

Abertura das propostas: 17/12/2015 as 08:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 182/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 182/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, VIVATUR TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.306.665/0001-16, com sede na rua Santa Rita, nº 750, bairro Nova Brasília, na cidade de Rodeio – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Vivaldo Sardagna, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF sob nº 488.586.689-87 e Cédula de Identidade nº 1.845.379-1 – SSP/SC, residente e domiciliado na cidade de Rodeio – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto contratação de viagens rodoviárias especiais de estudos para alunos do ensino fundamental, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato de é 02 de janeiro de 2016 até 02 de junho de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 204/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 204/2015

Dispensa nº 015/2015-10430

Objeto: Contratação de empresa para elaboração de projeto de preparação do ambiente legal para declaração ISSQN.

Entrega dos envelopes: 04/12/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich

Processo Licitatório nº 205/2015

Edital de Concorrência nº 001/2015-37941

Objeto: Concessão de espaços para exploração comercial de Publicidade e Propaganda do Ginásio Sérgio Luiz Petters.

Entrega dos envelopes: 11/01/2016 as 08:45h.



e seus sucessores.
Indaial/SC, em 03 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	VIVATUR TURISMO LTDA Vivaldo Sardagna Contratante
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 257/2014 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 257/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP – LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.498.974/0001-09, estabelecida à Rua Lourenço Pinto, nº 196, 3º Andar – Bairro Centro, no município de Curitiba – Estado do Paraná, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rudimar Barbosa Dos Reis, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 574.460.249-68, e RG nº 4.086.763-5-SSP/PR, residente à Rua Joaquim Silveira da Motta, nº 296 – Bairro Guabirotuba, na cidade de Curitiba – Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA :

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de assinatura de período mensal, consultoria on-line, livro sobre legislação de licitações e contratos administrativos e curso on-line, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL:

7.1. O prazo do presente Contrato é de 21 de novembro de 2015 a 21 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 20 de Novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUI- SAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP – LTDA – ME Rudimar Barbosa Dos Reis Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 271/2014 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 271/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e IMOBILIÁRIA MAPA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, nº 234, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu representante legal Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 848.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 1.041331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locadora, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, do contrato original, que tem como objeto, a locação de um imóvel, destinado à instalação do DEMUTTIN, sendo uma residência construída em alvenaria, com área total construída de 184,26 m2 (cento e oitenta e quatro

metros quadrados e vinte e seis centésimos), contendo as instalações necessárias para da unidade administrativa, em terreno com área de 470,00 m² (quatrocentos e setenta metros quadrados). Propriedade de Edemir Cardoso. O imóvel está localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.414, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial/SC, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato de locação será de 19 de dezembro de 2015 até 19 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial (SC), 03 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locadora
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 190/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 190/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PENTÁGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.600.355/0001-14, com sede na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.485, Sala 05, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Representante Legal, Sr. Fabiano dos Santos, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 844.700.629-87 e Cédula de Identidade nº 4.327.001 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.467,

bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de nova cobertura com estrutura em madeira e telhas de fibrocimento para a Escola Básica Municipal Encano Central, em área de 290,00 m², passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 23 de dezembro de 2015 até 20 de fevereiro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 03 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PENTÁGONO PROJETO E CONS- TRUÇÃO LTDA ME Fabiano dos Santos Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 004/2014

TERMO ADITIVO Nº 003 CONTRATO Nº 004/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de

Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, IMOBILIÁRIA MAPA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 3R/1.041.331-SSP/SC, residente à Rua Paraíba, nº 306 – Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo ao contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 208/2013 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 015/2013-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA :

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, do contrato original, que tem como objeto, a locação de um imóvel em alvenaria, com 01 pavimento, constituída de 01 suíte, 02 dormitórios, 02 salas, 01 copa/cozinha, 01 bwc social e garagem para 02 veículos, com área construída aproximada de 170,00 m² em terreno plano e murado, localizado à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.590 – Bairro dos Estados, para a instalação da "Unidade de Educação Infantil dos Estados Tereza Luíza Lucini Tridapalli, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 03 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	IMOBILIÁRIA MAPA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 330/2012 TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO 330/2012

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e, IMOBILIÁRIA MAPA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 76.598.838/0001-90, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, n. 234, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 3R/1.041.331 SSP/SC, residente na Rua Paraíba, n. 306, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula segunda, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel localizado na Rua Dr. Blumenau, n. 3.999, bairro Encano, passa a vigorarem da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do presente contrato é de 31 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial, 03 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	IMOBILIÁRIA MAPA LTDA Rogério Isnar Patrício Contratante
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Giovane Huebes Nicolletti
Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNI-
CÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

TERMO ADITIVO Nº 008 DO CONTRATO Nº 270/2013

TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 270/2013

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.408.643/0001-31, com sede na rua Almirante Tamandaré, nº 1.459, bairro Vila Nova, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Roberto Carlos Imme, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 652.500.449/7 e Cédula de Identidade nº 2.614.887 SESP/SC, residente na Rua Bahia, nº 5.800, Apto 302, bairro Salto Weissbach, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a construção de uma unidade escolar, em alvenaria, 01 (um) pavimento, com área total à construir de 854,24m², passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 04 de janeiro de 2016 a 08 de setembro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 03 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRU- ÇÕES LTDA Roberto Carlos Imme Contratada
--	--

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 302/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 302/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANM1077	8789055377	7455/0	26/10/2015	218 * I
APN5254	8789055381	7455/0	27/10/2015	218 * I
AWG5510	8789055468	7455/0	29/10/2015	218 * I
BOU8370	8789055535	7455/0	01/11/2015	218 * I
CIY3918	8789055378	7455/0	27/10/2015	218 * I
EAK9794	8789055510	7455/0	31/10/2015	218 * I
FOQ6370	8789055379	7455/0	27/10/2015	218 * I
HHX9010	8789055512	7455/0	31/10/2015	218 * I
HSA7788	8789055518	7455/0	31/10/2015	218 * I
IHD7895	8789055674	7455/0	06/11/2015	218 * I
ISD5118	8789055587	7455/0	09/11/2015	218 * I
KGS6472	8789055476	7455/0	30/10/2015	218 * I
LWU3222	8789055630	7455/0	04/11/2015	218 * I
LYM8960	8789055690	7455/0	07/11/2015	218 * I
LYO4571	8789055768	7455/0	10/11/2015	218 * I
LYR8624	8789055617	7455/0	04/11/2015	218 * I
LYW4839	8789055556	7455/0	01/11/2015	218 * I
LYZ2656	8789055523	7455/0	31/10/2015	218 * I
LZA2527	8789055504	7463/0	31/10/2015	218 * II
LZP3562	8789055429	7455/0	28/10/2015	218 * I
LZQ1233	8789055252	7455/0	23/10/2015	218 * I
MAF8626	8789055603	7455/0	03/11/2015	218 * I
MAI8412	8789055355	7455/0	12/10/2015	218 * I
MAJ5507	8789055783	7455/0	11/11/2015	218 * I
MAK2897	8789055632	7455/0	05/11/2015	218 * I
MAS4076	8789055718	7455/0	08/11/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAT9344	8789055702	7455/0	07/11/2015	218 * I
MAZ0003	8789055705	7455/0	07/11/2015	218 * I
MBW2098	8789055546	7455/0	01/11/2015	218 * I
MCR6147	8789055606	7463/0	03/11/2015	218 * II
MCY1105	8789055673	7455/0	06/11/2015	218 * I
MDJ4764	8789055557	7455/0	01/11/2015	218 * I
MDP6034	8789055711	7455/0	08/11/2015	218 * I
MDY2756	8789055389	7455/0	27/10/2015	218 * I
MEG6663	8789055732	7455/0	09/11/2015	218 * I
MEK5503	8789055231	7455/0	22/10/2015	218 * I
MEK5503	8789055237	7455/0	22/10/2015	218 * I
MFN1751	8789055402	7455/0	27/10/2015	218 * I
MFO6423	8789055697	7463/0	07/11/2015	218 * II
MFP7760	8789055569	7455/0	02/11/2015	218 * I
MFQ9071	8789055665	7455/0	06/11/2015	218 * I
MFR0103	8789055602	7455/0	03/11/2015	218 * I
MFR2961	8789055733	7455/0	09/11/2015	218 * I
MFS2326	8789055605	7463/0	03/11/2015	218 * II
MFV1412	8789055425	7471/0	28/10/2015	218 * III
MFV1412	8789055426	7471/0	28/10/2015	218 * III
MFV1412	8789055427	7455/0	28/10/2015	218 * I
MFV1412	8789055428	7471/0	28/10/2015	218 * III
MFV1412	8789055525	7455/0	31/10/2015	218 * I
MFV1412	8789055533	7463/0	01/11/2015	218 * II
MFV1412	8789055599	7463/0	03/11/2015	218 * II
MFV1412	8789055637	7455/0	05/11/2015	218 * I
MFV1412	8789055642	7463/0	05/11/2015	218 * II
MFV1412	8789055731	7463/0	09/11/2015	218 * II
MGD5403	8789055480	7463/0	30/10/2015	218 * II
MGE8958	8789055761	7455/0	10/11/2015	218 * I
MGF8723	8789055418	7455/0	28/10/2015	218 * I
MGJ2964	8789055502	7455/0	31/10/2015	218 * I
MGQ7360	8789055472	7455/0	30/10/2015	218 * I
MGS9874	8789055459	7455/0	29/10/2015	218 * I
MHC4094	8789055801	7455/0	11/11/2015	218 * I
MHK7476	8789055752	7455/0	09/11/2015	218 * I
MHY2418	8789055452	7455/0	29/10/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHY2418	8789055650	7455/0	06/11/2015	218 * I
MHY2418	8789055736	7455/0	09/11/2015	218 * I
MIF7079	8789055423	7455/0	28/10/2015	218 * I
MIM5114	8789055527	7455/0	31/10/2015	218 * I
MIT6338	8789055671	7455/0	06/11/2015	218 * I
MIT8985	8789055514	7455/0	31/10/2015	218 * I
MIV4417	8789055432	7455/0	28/10/2015	218 * I
MIV9068	8789055745	7455/0	09/11/2015	218 * I
MIZ2798	8789055743	7455/0	09/11/2015	218 * I
MJA9395	8789055806	7455/0	11/11/2015	218 * I
MJB0949	8789055460	7455/0	29/10/2015	218 * I
MJB4840	8789055649	7455/0	06/11/2015	218 * I
MJD3458	8789055809	7455/0	11/11/2015	218 * I
MJE0271	8789055803	7455/0	11/11/2015	218 * I
MJL8149	8789055656	7455/0	06/11/2015	218 * I
MJT1186	8789055553	7455/0	01/11/2015	218 * I
MJZ3911	8789055500	7463/0	31/10/2015	218 * II
MKA0011	8789055441	7455/0	28/10/2015	218 * I
MKE1202	8789055796	7455/0	11/11/2015	218 * I
MKH1955	8789055486	7455/0	30/10/2015	218 * I
MKR6381	8789055805	7463/0	11/11/2015	218 * II
MLJ8316	8789054445	7455/0	19/09/2015	218 * I
MLJ8594	8789055396	7455/0	27/10/2015	218 * I
MLQ5512	8789055636	7455/0	05/11/2015	218 * I
MLR6512	8789055815	7455/0	11/11/2015	218 * I
MLR9505	8789055558	7455/0	01/11/2015	218 * I
MLV8560	8789055383	7455/0	27/10/2015	218 * I
MLW2551	8789055453	7455/0	29/10/2015	218 * I
MMA6383	8789055329	7455/0	25/10/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1757/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1757/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CNP1141	55723063E	6599/2	15/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
CRD2952	55723207E	5169/1	29/08/2015	R\$ 1.915,38	165
MHG2236	55488468E	6769/1	19/08/2015	R\$ 85,13	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1758/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1758/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEF4768	55487547E	5185/1	22/09/2015	R\$ 127,69	167
IPJ1875	55487970E	7048/1	26/06/2015	R\$ 191,53	244 * II
IPJ1875	55487971E	7048/3	26/06/2015	R\$ 191,53	244 * II
IPJ1875	55487972E	7072/1	26/06/2015	R\$ 191,53	244 * V
LZP7897	55487740E	5452/1	08/06/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MBL4614	55487537E	5185/1	04/09/2015	R\$ 127,69	167
MGB0555	55488251E	7366/2	29/08/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MGB0555	55488494E	5185/1	27/08/2015	R\$ 127,69	167
MHB8382	55723406E	5720/0	02/09/2015	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1761/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1761/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADG5663	55722544E	5185/1	15/08/2015	R\$ 127,69	167
ADG5663	55722545E	5835/0	15/08/2015	R\$ 127,69	195
KEP7922	55488387E	6050/2	10/08/2015	R\$ 191,54	208
KEP7922	55488389E	5207/0	10/08/2015	R\$ 53,20	169
LXS2041	55722922E	5185/1	11/07/2015	R\$ 127,69	167
MAS8974	55488364E	5967/0	29/07/2015	R\$ 957,69	203 * V
MBB6342	55487521E	7366/2	03/08/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MBP3962	55722835E	5185/1	10/08/2015	R\$ 127,69	167
MEC2835	55488341E	5193/0	03/08/2015	R\$ 191,54	168
MFU7426	55488137E	7366/2	11/07/2015	R\$ 85,12	252 * VI
MJM8920	54059583N	5002/0	21/07/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MJT6044	55488358E	6068/1	29/07/2015	R\$ 127,69	209
MJW2153	55488323E	5185/2	30/07/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 298/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 298/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARR8073	8789052986	7455/0	01/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
AZR1327	8789053473	7455/0	14/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
CZX2414	8789053109	7455/0	05/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
CZX2414	8789053110	7455/0	05/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
HTD0890	8789053123	7455/0	06/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZG5907	8789051135	7455/0	30/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFP2702	8789053061	7455/0	03/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKN1381	54063394N	5002/0	11/08/2015	R\$ 85,12	257 § 8º

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 299/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 299/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXU8303	8789053230	7463/0	08/08/2015	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 301/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 301/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABY5673	8789054232	7455/0	12/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
AFL1738	8789054231	7455/0	12/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
AYU4017	8789053477	7463/0	15/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
BXN8268	8789053821	7455/0	30/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
DAS7584	8789053493	7455/0	17/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
HGE4534	8789052174	7455/0	03/07/2015	R\$ 85,12	218 * I
INK0081	8789053816	7455/0	30/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
INK0081	8789053818	7455/0	30/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
INK0081	8789053858	7455/0	31/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
JZP2262	8789054258	7455/0	13/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
LKI8985	8789053808	7455/0	29/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LLI4676	8789053955	7455/0	10/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXC6590	8789053659	7463/0	23/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
LXQ8083	8789054207	7463/0	12/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
LZD0205	8789054242	7455/0	13/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZD0205	8789054244	7463/0	13/09/2015	R\$ 127,69	218 * II
MBH3951	8789051602	7455/0	13/06/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBL5473	8789051953	7455/0	26/06/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBV5384	8789054217	7455/0	12/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDA8584	8789053486	7455/0	17/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDV1542	8789053899	7455/0	01/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFL0589	8789053608	7455/0	22/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGJ4785	8789053561	7463/0	20/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MHF1675	8789052710	7455/0	25/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHW6389	8789053814	7455/0	30/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJV7149	8789053554	7455/0	20/08/2015	R\$ 85,13	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLF0559	8789051782	7463/0	20/06/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLM2055	8789054124	7455/0	09/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLY1608	8789053874	7455/0	31/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMA4448	54059573N	5002/0	21/07/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MMK9706	8789053631	7463/0	22/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
NMD2037	8789051516	7463/0	06/06/2015	R\$ 127,69	218 * II
NWI4918	8789053959	7455/0	13/09/2015	R\$ 85,13	218 * I
OKH2469	54064899N	5002/0	18/08/2015	R\$ 85,12	257 § 8º

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 303/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 303/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW5634	8789052711	7455/0	25/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
AIA0432	8789053145	7463/0	06/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
ALN0208	8789053379	7463/0	14/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
AYU5685	8789052434	7455/0	15/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
DEE9192	8789053031	7455/0	03/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
DJF6808	8789053339	7455/0	13/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
DQJ0970	8789052615	7455/0	21/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
EAN8706	8789053161	7455/0	07/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
FSJ0116	8789053001	7455/0	02/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
HRR2029	8789052370	7455/0	12/07/2015	R\$ 85,12	218 * I
KDG3739	8789053451	7455/0	16/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWR2283	54059559N	5002/0	21/07/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
LWX3375	8789052209	7455/0	05/07/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXB9595	8789053226	7455/0	08/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXE2690	8789053394	7471/0	15/08/2015	R\$ 574,61	218 * III
LXE2690	8789053395	7471/0	15/08/2015	R\$ 574,61	218 * III
LXG9711	8789053290	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXM0259	8789052999	7455/0	02/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXY6112	8789053264	7455/0	09/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYB3272	8789053080	7471/0	04/08/2015	R\$ 574,61	218 * III
LYB3272	8789053266	7471/0	09/08/2015	R\$ 574,61	218 * III
LYM2783	8789053248	7455/0	09/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYM5384	8789053271	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYN9143	8789052513	7463/0	18/07/2015	R\$ 127,69	218 * II
LZB8077	8789052984	7455/0	01/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZH2042	8789053247	7455/0	09/08/2015	R\$ 85,13	218 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZW3409	8789052631	7455/0	22/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAC0111	8789053118	7463/0	06/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MAD0206	8789053343	7455/0	13/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAJ4190	8789052997	7455/0	01/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAS4076	8789053213	7455/0	08/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAT8137	8789053337	7455/0	13/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAW0908	8789053002	7455/0	02/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAW0908	8789053004	7455/0	02/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBK6417	8789053449	7455/0	16/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBL1179	8789053461	7455/0	16/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBM5553	8789053007	7455/0	02/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBQ0100	8789053415	7455/0	15/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCA1038	8789053331	7455/0	12/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCG1611	8789053441	7455/0	15/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCK5332	8789053369	7463/0	14/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCN8649	8789053308	7455/0	11/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCR0517	8789053049	7455/0	03/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCT5131	8789053241	7455/0	09/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCW4860	8789053371	7455/0	14/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCZ1031	8789053429	7463/0	15/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MDB9621	8789053249	7455/0	09/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDI7966	8789053360	7455/0	13/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDL6424	8789052936	7455/0	31/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEK6160	8789053256	7455/0	09/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEM3629	8789052552	7455/0	20/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEN6182	8789052619	7463/0	21/07/2015	R\$ 127,69	218 * II
MES9449	8789053267	7455/0	09/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFB1470	8789053326	7455/0	12/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFB7232	8789052898	7455/0	26/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFK8228	8789053056	7455/0	03/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFL8000	8789053309	7455/0	11/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFN2113	8789052760	7463/0	26/07/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFT6693	8789052162	7463/0	03/07/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGE7403	8789053054	7455/0	03/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGF1592	8789052568	7463/0	20/07/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGJ4958	8789053127	7455/0	06/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGO7212	8789053185	7455/0	07/08/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGP2068	8789052940	7455/0	31/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGT4133	8789053139	7463/0	06/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGU0664	8789053448	7455/0	16/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHL0999	8789052499	7455/0	18/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHN5967	8789053135	7455/0	06/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHU8618	8789053192	7463/0	08/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MHW7796	8789053423	7455/0	15/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIC0028	8789052906	7455/0	28/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIK2653	8789053150	7455/0	07/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIV2758	8789052843	7455/0	29/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIX5451	54063388N	5002/0	11/08/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MIZ2798	8789053280	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIZ2798	8789053322	7455/0	12/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJE7785	8789053303	7463/0	11/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJL2743	8789053317	7455/0	12/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJM8920	54059562N	5002/0	21/07/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJM8920	54059575N	5002/0	21/07/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJM8920	54059578N	5002/0	21/07/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJS8813	8789053212	7463/0	08/08/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJS8813	8789053224	7455/0	08/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKN3414	8789053216	7455/0	08/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKP9777	8789052650	7455/0	23/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKQ1025	8789053173	7455/0	07/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLM1090	8789053447	7455/0	16/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLQ5512	8789052991	7455/0	01/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLS4960	8789053304	7455/0	11/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLS6994	8789052486	7455/0	18/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLS6994	8789052551	7455/0	20/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLU4464	8789053385	7455/0	14/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLV8574	54069076N	5002/0	08/09/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MLY6611	8789053202	7455/0	08/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLZ3337	8789052096	7455/0	30/06/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMB6554	8789053277	7455/0	10/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMD1424	8789052934	7463/0	31/07/2015	R\$ 127,69	218 * II
MMD9936	8789052643	7455/0	22/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMJ7298	8789051783	7455/0	20/06/2015	R\$ 85,12	218 * I
NHI4320	8789052919	7455/0	27/07/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
NHI4320	8789052920	7455/0	27/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHD5384	8789053022	7455/0	02/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHD7327	8789052946	7455/0	31/07/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHD7462	8789053147	7455/0	07/08/2015	R\$ 85,13	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1753/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1753/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAG3012	55723557E	6556/5	26/09/2015	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1754/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1754/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BPT1501	55721908E	5169/1	02/11/2015	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1755/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1755/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IGM6598	55722991E	6599/2	08/11/2015	230 * V
IHW1088	55723436E	5010/0	29/10/2015	162 * I
LZA8563	55723367E	6653/1	11/11/2015	230 * XI
MBG7098	55488888E	6599/2	05/11/2015	230 * V
MBX3390	55721991E	7340/0	10/11/2015	252 * IV
MCM7230	55722987E	6599/2	31/10/2015	230 * V
MCM7230	55722988E	5320/0	31/10/2015	176 * V
MCN4868	55723258E	6912/0	12/11/2015	232
MCX0546	55722984E	5010/0	31/10/2015	162 * I
MDW9896	55722985E	5010/0	31/10/2015	162 * I
MDW9896	55722986E	6599/2	31/10/2015	230 * V
MEQ7379	55723457E	6700/0	12/11/2015	230 * XVI
MFF1717	55721992E	6599/2	10/11/2015	230 * V
MGD2379	55722296E	5282/0	12/10/2015	176 * I
MGD2379	55722297E	5320/0	12/10/2015	176 * V
MGS7545	55487861E	5274/1	01/10/2015	175
MHO5925	55723180E	6912/0	19/09/2015	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1756/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1756/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIV2906	55488878E	5452/1	04/11/2015	181 * VIII
ANC4652	55487878E	5720/0	09/10/2015	186 * I
CON0080	55488859E	5622/2	30/10/2015	182 * VI
EJI0524	55488607E	5541/6	16/09/2015	181 * XVII
FFH0013	55488867E	7366/2	03/11/2015	252 * VI
LWT1369	55488885E	7366/2	05/11/2015	252 * VI
LZZ9331	55488890E	5550/0	09/11/2015	181 * XVIII
MBL8161	55488274E	6068/1	22/10/2015	209
MBU5733	55487889E	5452/1	26/10/2015	181 * VIII
MCM7230	55722989E	5347/0	31/10/2015	178
MDJ3655	55723701E	5185/1	18/09/2015	167
MDO0662	55488786E	5380/0	16/10/2015	181 * I
MFB0906	55488882E	5541/1	05/11/2015	181 * XVII
MGI0448	55488775E	5703/0	10/10/2015	185 * I
MHA9669	55488721E	5185/1	01/11/2015	167
MHD1339	54076513N	5002/0	13/10/2015	257 § 8º
MHF3932	55488893E	5541/1	09/11/2015	181 * XVII
MIR1777	55487899E	7366/2	30/10/2015	252 * VI
MIS2430	55488855E	5541/1	30/10/2015	181 * XVII
MJB4840	55488907E	5460/0	06/11/2015	181 * IX
MLW8063	55487883E	5185/1	01/10/2015	167
MMH8034	55488275E	7048/1	22/10/2015	244 * II
MYF1473	55488682E	6130/0	30/09/2015	214 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1759/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1759/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMU5938	55723901E	6700/0	16/11/2015	230 * XVI
ICG2200	55488815E	6599/2	13/11/2015	230 * V
IOV7982	55721195E	6599/2	23/10/2015	230 * V
LXX7837	55723765E	6599/2	14/11/2015	230 * V
LZD4278	55723764E	6599/2	14/11/2015	230 * V
LZF6490	55723801E	5010/0	05/11/2015	162 * I
LZF6490	55723803E	5010/0	09/11/2015	162 * I
LZV1024	55488963E	6599/2	16/11/2015	230 * V
MAQ9143	55723458E	6599/2	12/11/2015	230 * V
MGT9972	55723562E	5169/1	18/10/2015	165
MGX9710	55723804E	6599/2	10/11/2015	230 * V
MKA1767	55488812E	6599/2	13/11/2015	230 * V
MLR6512	55488816E	6599/2	13/11/2015	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1760/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1760/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXV8586	55723802E	5835/0	06/11/2015	195
MBC1809	55488726E	5185/1	10/11/2015	167
MCN2823	55488784E	5703/0	15/10/2015	185 * I
MKE2596	55722785E	5932/0	15/10/2015	203 * II
MKV5454	55488899E	5967/0	11/11/2015	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 297/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 297/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHV0811	8789054115	7455/0	09/09/2015	218 * I
CRG6400	8789053737	7455/0	28/08/2015	218 * I
JUQ6672	8789054227	7455/0	12/09/2015	218 * I
MAJ7960	8789054195	7455/0	11/09/2015	218 * I
MAJ7960	8789054237	7455/0	12/09/2015	218 * I
MAJ7960	8789054255	7455/0	13/09/2015	218 * I
MEO9624	8789054274	7455/0	13/09/2015	218 * I
MLF3736	8789054219	7455/0	12/09/2015	218 * I
MMC1556	8789054165	7463/0	10/09/2015	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 300/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 300/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW1100	8789055094	7471/0	17/10/2015	218 * III
AGK1861	8789054454	7455/0	20/09/2015	218 * I
AIA5226	8789054535	7455/0	23/09/2015	218 * I
ARI8330	8789055366	7455/0	22/10/2015	218 * I
AUX0425	8789054730	7455/0	29/09/2015	218 * I
AYT0077	8789054567	7463/0	23/09/2015	218 * II
CTA9439	8789055070	7463/0	15/10/2015	218 * II
DDJ0873	8789054985	7455/0	12/10/2015	218 * I
DFY5049	8789055361	7455/0	16/10/2015	218 * I
DKV5252	8789055337	7455/0	26/10/2015	218 * I
DUI6861	8789054489	7455/0	21/09/2015	218 * I
HFS2849	8789054499	7455/0	21/09/2015	218 * I
IBW0389	8789054812	7455/0	04/10/2015	218 * I
IEW8711	8789054283	7455/0	14/09/2015	218 * I
IHL1961	8789054457	7455/0	20/09/2015	218 * I
IMQ3921	8789054881	7455/0	08/10/2015	218 * I
JNH2966	8789054370	7455/0	16/09/2015	218 * I
JPH6726	8789054310	7455/0	14/09/2015	218 * I
LXE2690	54081217N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
LXE2690	54081218N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
LXM0259	54081206N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
LYO5452	8789055140	7463/0	18/10/2015	218 * II
LYU4254	8789054683	7455/0	28/09/2015	218 * I
LZH3803	8789054475	7455/0	20/09/2015	218 * I
LZI4421	8789054989	7463/0	12/10/2015	218 * II
LZJ0040	8789054334	7455/0	15/09/2015	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZV3907	8789054371	7455/0	16/09/2015	218 * I
MAR3227	8789054772	7455/0	01/10/2015	218 * I
MBS1518	8789054493	7455/0	21/09/2015	218 * I
MBY6768	8789054434	7455/0	19/09/2015	218 * I
MCC6200	8789054687	7455/0	28/09/2015	218 * I
MCE5818	8789054463	7455/0	20/09/2015	218 * I
MCT7454	54081204N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
MCZ0305	8789054855	7455/0	07/10/2015	218 * I
MDJ1447	8789055212	7455/0	21/10/2015	218 * I
MDM9197	8789055363	7455/0	18/10/2015	218 * I
MEC9667	8789055154	7455/0	18/10/2015	218 * I
MEF2302	8789055259	7455/0	23/10/2015	218 * I
MEN6182	8789055227	7455/0	21/10/2015	218 * I
MFJ9738	8789054726	7455/0	29/09/2015	218 * I
MFK8228	54081210N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
MGC6736	8789054581	7455/0	24/09/2015	218 * I
MGE9665	8789054710	7463/0	29/09/2015	218 * II
MGF5464	8789054447	7463/0	20/09/2015	218 * II
MGJ7271	8789055189	7455/0	20/10/2015	218 * I
MGQ7469	8789055190	7455/0	20/10/2015	218 * I
MHB3523	8789054420	7463/0	19/09/2015	218 * II
MHB3523	8789054421	7455/0	19/09/2015	218 * I
MHN5967	54081215N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
MHP5445	8789055295	7455/0	24/10/2015	218 * I
MID8963	8789054514	7455/0	22/09/2015	218 * I
MIK2653	54081213N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
MIO0709	8789054909	7455/0	08/10/2015	218 * I
MIQ2574	8789055117	7463/0	18/10/2015	218 * II
MIZ2798	54081208N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
MIZ2798	54081214N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
MJD2331	8789054405	7455/0	18/09/2015	218 * I
MJK5635	8789054539	7455/0	23/09/2015	218 * I
MJK7845	8789054983	7455/0	12/10/2015	218 * I
MJZ8605	8789054402	7455/0	18/09/2015	218 * I
MKF1353	8789054907	7455/0	08/10/2015	218 * I
MKM8047	8789054298	7455/0	14/09/2015	218 * I
MKN5623	8789054733	7455/0	29/09/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKO8889	8789054450	7455/0	20/09/2015	218 * I
MKQ1025	54081216N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
MKR1966	8789055219	7455/0	21/10/2015	218 * I
MLH2156	8789054661	7455/0	26/09/2015	218 * I
MLH2276	8789054606	7455/0	25/09/2015	218 * I
MLJ6526	8789055271	7455/0	24/10/2015	218 * I
MLL2582	8789054353	7455/0	16/09/2015	218 * I
MLQ3213	54081212N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
MLX7097	8789054495	7455/0	21/09/2015	218 * I
NWI4918	54079929N	5002/0	30/10/2015	257 § 8º
NWI4918	8789055354	7455/0	12/10/2015	218 * I
OBC2653	8789055359	7463/0	15/10/2015	218 * II
OGY3788	8789055352	7463/0	11/10/2015	218 * II
QHD7327	54081209N	5002/0	09/11/2015	257 § 8º
QIA9009	8789054572	7455/0	23/09/2015	218 * I
QIJ6700	8789055376	7455/0	26/10/2015	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1640/2015

DECRETO Nº. 1640 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 824/2015 de 04 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 203.700,00 (duzentos e três mil setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2018 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 16.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2018 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 7.700,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
2025 Manutenção da Educação Infantil
31900000 Aplicações Diretas
101.00 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
R\$ 35.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
2021 Manutenção do Ensino Fundamental
31900000 Aplicações Diretas
101.00 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
R\$ 100.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2030 Manutenção das Atividades Agropecuárias
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 45.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2047 Manutenção do Fundo Municipal Defesa Civil
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2047 Manutenção do Fundo Municipal Defesa Civil
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
1002 Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
44900000 Aplicações Diretas
101.00 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
R\$ 15.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
1003 Aquisição Veículos Educação
44900000 Aplicações Diretas
101.00 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
R\$ 20.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Departamento de Cultura
2029 Manutenção do Turismo Local
31710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 100,00
04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Departamento de Cultura
2029 Manutenção do Turismo Local
33500000 Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Departamento de Cultura
2029 Manutenção do Turismo Local
33710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 100,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Departamento de Cultura
2029 Manutenção do Turismo Local
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 800,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.03 Departamento de Esportes
1015 Ampliação da Rede Física Esportiva
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.500,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1004 Ampliação do Sistema de Água Potável
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários

R\$ 3.300,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1005 Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.600,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2031 Manutenção Atividades de Proteção Ambiental
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.300,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1006 Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios
44900000 Aplicações Diretas
300.00 Recursos Ordinários
R\$ 120.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1008 Apoio ao Sistema Habitacional
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1008 Apoio ao Sistema Habitacional
45900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 500,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1009 Saneamento Geral
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1011 Ampliação da Frota Rodoviária
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 11.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2034 Promoção da Indústria e Comércio
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2034 Promoção da Indústria e Comércio
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2034 Promoção da Indústria e Comércio
45900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários
R\$ 500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 04 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

LEI 824/2015

LEI Nº. 824, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 203.700,00 (duzentos e três mil setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2018 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 16.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2018 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 7.700,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
2025 Manutenção da Educação Infantil
31900000 Aplicações Diretas
101.00 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
R\$ 35.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
2021 Manutenção do Ensino Fundamental
31900000 Aplicações Diretas
101.00 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
R\$ 100.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2030 Manutenção das Atividades Agropecuárias
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários

R\$ 45.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2047 Manutenção do Fundo Municipal Defesa Civil
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2047 Manutenção do Fundo Municipal Defesa Civil
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
1002 Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
44900000 Aplicações Diretas
101.00 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
R\$ 15.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
1003 Aquisição Veículos Educação
44900000 Aplicações Diretas
101.00 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
R\$ 20.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Departamento de Cultura
2029 Manutenção do Turismo Local
31710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 100,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Departamento de Cultura
2029 Manutenção do Turismo Local
33500000 Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Departamento de Cultura
2029 Manutenção do Turismo Local
33710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 100,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Departamento de Cultura
2029 Manutenção do Turismo Local
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 800,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.03 Departamento de Esportes
1015 Ampliação da Rede Física Esportiva
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários

R\$ 5.500,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1004 Ampliação do Sistema de Água Potável
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.300,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1005 Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.600,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2031 Manutenção Atividades de Proteção Ambiental
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.300,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1006 Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios
44900000 Aplicações Diretas
300.00 Recursos Ordinários
R\$ 120.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1008 Apoio ao Sistema Habitacional
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1008 Apoio ao Sistema Habitacional
45900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 500,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1009 Saneamento Geral
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1011 Ampliação da Frota Rodoviária
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 11.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2034 Promoção da Indústria e Comércio
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2034 Promoção da Indústria e Comércio
44900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2034 Promoção da Indústria e Comércio
45900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 04 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 437/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ADRIELI CISOTTO LODI, Matrícula 2391-4, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 5.398.660 e do CPF 080.169.169-96, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 167/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 438/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANELIRIA TECCHIO, Matrícula 2373-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 21311277 e do CPF 800.232.319-04, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 147/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 439/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANGELA MARIA DEMARCO FIORENTIN, Matrícula 2378-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.757.438-0 e do CPF 707.652.609-30, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 40 horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 152/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 440/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANGELICA MENDES, Matrícula 2434-1, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 5.565.187 e do CPF 084.773.609-10, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 294/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 441/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CLEIA BONASSI METZ, Matrícula 2375-2, com domicílio na Cidade e Município de Arabutã, Carteira de Identidade nº. 5893826 e do CPF 081.526.469-03, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 149/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 442/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DILVIANA CASON, Matrícula 2408-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3781981 e do CPF 036.991.419-85, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 217/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 443/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELIANE REGINA BONISSONI ROSSETTO, Matrícula 2372-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 21311447 e do CPF 915.025.789-72, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 146/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 444/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

JUCIANE RAIMUNDI, Matrícula 2389-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.490 e do CPF 055.779.159-61, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 165/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 445/2015 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARCIA BENVENUTTI, Matrícula 2423-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.163.228 e do CPF 026.736.319-25, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 249/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de novembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de novembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 446/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARITANIA MARTA BESLER EISENHARDT, Matrícula 2446-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.134.377 e do CPF 055.551.429-35, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 379/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 447/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MIRIAN CATIA FISTER MARTINS, Matrícula 2432-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.572.001 e do CPF 024.955.149-79, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 40 Horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 286/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 448/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO NO CARGO DE PROFESSOR POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

RAY JUNIOR ZAT, Matrícula 2377-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.584.272 e do CPF 081.670.399-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 30 Horas, com carga horária de 30 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 151/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 449/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSIMAR FERRAZZO, Matrícula 2376-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4163164 e do CPF 026.647.569-82, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 150/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 450/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO NO CARGO PROFESSOR POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

WILIAN LUIZ ARTMANN, Matrícula 2405-8, com domicílio na Cidade e Município de Xavantina, Carteira de Identidade nº. 3.910.677-2 e do CPF 055.923.009-56, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 40 horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 210/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 451/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARITANIA MARTA BESLER EISENHARDT, Matrícula 2386-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.134.377 e do CPF 055.551.429-35, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 161/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 452/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA DO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

KELI CRISTINA GUERINI, Matrícula 2438-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.975.344 e do CPF 090.759.069-19, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 337/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 453/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ALANA CARLA GUERINI, Matrícula 2404-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5893333 e do CPF 092.503.469-05, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 208/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 454/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO NO CARGO DE PROFESSOR POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDRE LUIZ MOTERLE, Matrícula 2370-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.398.698 e do CPF 087.911.649-82, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 40 Horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 144/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 455/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDRESSA ANGELA SCHIAVINI, Matrícula 2396-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.275.874 e do CPF 087.936.819-50, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 30 Horas, com carga horária de 30 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 175/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 456/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CAMILA BERNARDI, Matrícula 2443-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4319648 e do CPF 062.291.779-00, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NÍVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 357/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 457/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CANDIDA RAMOS, Matrícula 2441-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5398945 e do CPF 077.344.199-92, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 348/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 458/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CANDIDA RAMOS, Matrícula 2440-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5398945 e do CPF 077.344.199-92, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 347/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 459/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CLEIA BONASSI METZ, Matrícula 2374-4, com domicílio na Cidade e Município de Arabutã, Carteira de Identidade nº. 5893826 e do CPF 081.526.469-03, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 148/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 460/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DARIANE PILATTI, Matrícula 2431-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3922038 e do CPF 045.746.799-13, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 285/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 461/2015 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

EDITE LOURDES SIEBENEICHLER KRUETZMANN, Matrícula 2383-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1887300 e do CPF 800.233.399-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 40 horas, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 157/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 462/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELUANA SCHWERTZ, Matrícula 2407-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.398.339-4 e do CPF 085.765.889-19, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 30 Horas, com carga horária de 30 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 216/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 463/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GABRIELA BRANDELERO, Matrícula 2382-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 49977067 e do CPF 069.416.819-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 156/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 464/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GISELE RODRIGUES SANTOS DE AVILA, Matrícula 2379-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.768.357 e do CPF 983.604.421-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 153/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 465/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

IDIANE REGINA POTTRATZ WILDNER, Matrícula 2406-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.076 e do CPF 076.010.599-52, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 213/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 466/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

JUCIANE RAIMUNDI, Matrícula 2388-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.490 e do CPF 055.779.159-61, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 164/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 467/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LISANDRA BIFFI, Matrícula 2450-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.456 e do CPF 041.474.049-10, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 413/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 468/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARILETE TEREZINHA VALANDRO, Matrícula 2394-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.435.141 e do CPF 690.333.749-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 172/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 469/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARTA INES DE MELLO, Matrícula 2368-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. Ident. 0000099 e do CPF 722.671.279-20, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 142/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 470/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MERLIN LUCI NATH, Matrícula 2380-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.392 e do CPF 082.950.209-27, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 40 Horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 154/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 471/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MORGANA CASON WEIMER, Matrícula 2445-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim-SC, Carteira de Identidade nº. 3931232 e do CPF 071.529.949-27, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 373/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 472/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

NATALINA CORREA DE ALBUQUERQUE, Matrícula 2422-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.139.945 e do CPF 433.359.699-87, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NÍVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 248/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 473/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSANE LAZZAROTTO ROSSETTO, Matrícula 2427-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.468.719 e do CPF 945.193.909-15, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 262/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 474/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SALETE DE FATIMA DE SOUZA, Matrícula 2426-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.469.871 e do CPF 732.406.309-82, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NÍVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 259/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 475/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SILVIA REGINA ZANLUCHI, Matrícula 2435-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2694516 e do CPF 798.514.449-87, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NÍVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 303/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 476/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SIRLEIA KIST, Matrícula 2369-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3935723 e do CPF 004.831.649-09, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 40 horas, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 143/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 477/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE PROFESSORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

WERENISE SCHACH LUDESCHER, Matrícula 2367-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 9039263455 e do CPF 746.792.950-15, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 141/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 478/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE ZELADORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ADELITA DECKER APPELT, Matrícula 2355-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3188281 e do CPF 017.722.539-44, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NÍVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 099/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 479/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CLECI DA ROSA, Matrícula 2360-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.462.898 e do CPF 021.920.669-45, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NÍVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 127/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 480/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

EDIANE CARLA HOFFMANN, Matrícula 2410-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4134365 e do CPF 063.697.599-10, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NÍVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 219/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 481/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE ZELADORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELEANI SCHIAVINI, Matrícula 2385-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.552 e do CPF 040.641.239-13, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 159/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 482/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELIZANDRA CRISTINA HABOSKI SCHMIDT, Matrícula 2409-0, com domicílio na Cidade e Município de Faxinal dos Guedes, Carteira de Identidade nº. 5955821 e do CPF 078.575.079-70, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 218/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 483/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

JANIA RAIMUNDI DE MELLO, Matrícula 2411-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.958.500 e do CPF 050.028.099-10, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 221/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 484/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LIZIANE SCHAEFER, Matrícula 2361-2, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 3958172 e do CPF 043.076.999-71, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 128/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 485/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSELENE CARLA HOFFMANN KOCH, Matrícula 2346-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.815.074-3 e do CPF 035.025.349-85, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 068/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 486/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

TIARA CONTE, Matrícula 2347-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.100.220 e do CPF 075.486.529-09, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 069/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 487/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

VIVIANE PEROSIN, Matrícula 2343-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.942.531 e do CPF 052.684.819-75, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 065/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 488/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO NO CARGO DE PROFESSOR POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARGNER ADRIANO HELBING, Matrícula 2365-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.100.390 e do CPF 055.271.139-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 40 Horas, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 137/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 489/2015 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARILIA FRANCIELA FARINA, Matrícula 2363-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.958.967 e do CPF 053.976.069-28, com nomeação para o cargo de SECRETÁRIO DE ESCOLA, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 50, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 130/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli
Agente de Recursos Humanos.

Irineópolis

HOSPITAL BOM JESUS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO Nº 02/2015

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

Termo de Contrato de fornecimento que entre si celebram o Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços.

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público, situada na Rua Paraná, nº 168, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pela Sra. Wianey de Cassia Oliveira Godoy Teles dos Santos, casada, no exercício do Cargo de Presidente, residente e domiciliada á Avenida 22 de Julho, nº 1080, no centro do município de Irineópolis – SC, inscrita no CPF sob o nº 811.060.769-15, e a empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Alameda Rio Negro, 161,17º e 18º pavimentos, Edifício West Point, Alphaville, CEP 06454-000, no município de Barueri, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.740.876/0001-25, pelos seus representantes, Sr Roberto Ribeiro Miranda, Administrador de Empresas, Brasileiro, Casado, Gerente Executivo Comercial, portador do CPF nº 410.244.191-34, e RG nº 997.128 SSP-DF e pela Sra. Prícila Coghi Medina, Administradora de Empresas, Brasileira, Casada, Superintendente, portadora do CPF nº 114.265.288-25 e RG nº 20.453.924 SSP-SP, infra-assinados, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 01/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 02/2015, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objetivo o Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de vales alimentação em forma de cartão magnético/ eletrônico com ou sem chip de segurança, dotados de sistema de segurança contra clonagem e fraudes, aos servidores do Hospital Municipal Bom Jesus.

TABELA COM TOTAIS ESTIMADOS DE BENEFICIÁRIOS E VALORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
ÚNICO	FORNECIMENTO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO	18	R\$ 216,34	R\$ 3.894,12	R\$46.729,44
PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)			1,18 % (Um inteiro e dezoito centésimos por cento)		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA COM A INCIDÊNCIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 47.280,24 (Quarenta e sete mil, duzentos e oitenta reais e Vinte e Quatro Centavos).		

Total Mensal: R\$ 3.940,02 (Três Mil, Novecentos e Quarenta Reais e Dois Centavos).

Total Anual: R\$ 47.280,24 (Quarenta e sete mil, duzentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos).

2.2 Totalizando aproximadamente 18 (vinte) funcionários ao mês, a ser utilizada como forma de pagamentos na aquisição de gêneros alimentícios " in natura", em redes de estabelecimentos credenciados em todo o Brasil e especialmente na cidade de Irineópolis e demais municípios deste estado, conforme descrição e especificação constantes no Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

2.3 A empresa proponente deverá possuir ampla rede credenciada, que aceite os cartões alimentação em todo o território Nacional e nos Municípios de interesse dos funcionários do Hospital Municipal Bom Jesus. Esta exigência se justifica pela ocorrência de viagens por parte dos servidores para desempenhar sua funções em vários municípios dentro deste estado e nos demais estados do País e, nos períodos de suas férias se deslocarem por inúmeras cidades brasileiras, onde também utilizarão os cartões alimentação.

2.4 A contratada deverá comprovar, em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, que possui número mínimo de estabelecimentos comerciais credenciados, para recebimento de cartões alimentação, sendo: 03(três) na cidade de Irineópolis, 15 (quinze) em Porto União, 20 (vinte) em Canoinhas, 10 (dez) em Três Barras, 05 (cinco) em Papanduva, 10 (dez) em Mafra e 05 (cinco) em Monte Castelo, e nas capitais dos Estados, a contratada deverá demonstrar que possui, no mínimo uma rede de hipermercados ou supermercados de grande porte com pelo menos duas lojas localizadas nos locais de maior trânsito de consumidores e variada rede de fast food nos principais shopping center (região central das cidades).

CLAUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 – Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Hospital Municipal Bom Jesus, não será obrigado a aquisição e a prestação dos serviços, exclusivamente de intermédio, os produtos e serviços

referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 – Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 01/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1 – Os pagamentos serão realizados no prazo de 07(sete) dias úteis após a carga disponibilizada nos cartões e emissão do respectivo documento fiscal.

3.2 – Caso ocorram irregularidades na emissão da fatura, o pagamento somente será efetivado após a reemissão da fatura..

3.3 – O pagamento/repasso aos fornecedores conveniados será de responsabilidade da contratada.

3.4 – Não serão aceitos documentos de cobrança de empresas de factoring devendo os boletos bancários serem em nome da empresa contratada.

3.5 – No documento fiscal deverá ser discriminado o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

3.6 – Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.7 – O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.8 – Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.9 – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem a aplicação da penalidade.

CLAUSULA QUARTA DA ENTREGA E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA.

4.1 – A partir da data do recebimento da solicitação, a contratada deverá observar regularmente os prazos estabelecidos para operacionalização dos serviços, sendo que os cartões deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis e os créditos deverão ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Hospital Municipal Bom Jesus:

5.1.1 – Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 – Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso;

5.1.3 – Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 – Efetuar o pagamento à empresa no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 – Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6 – A contratante poderá exigir a comprovação de reembolso à rede credenciada a qualquer momento no curso da contratação e, não havendo atendimento por parte da contratada, será incursa nas penalidades contratuais consequentes a inexecução.

5.2 – Da empresa Vencedora:

5.2.1 – Prestar os serviços desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 – Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 – Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços.

5.2.5 – Prestar os serviços, o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta, e de acordo com especificações no item 2 do Termo de Referência, parte integrante do edital, que gerou este termo de contrato;

5.2.6 – Fornecer os serviços de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital;

5.2.7 – A contratada deverá reembolsar, pontualmente, os estabelecimentos comerciais pelo valor dos créditos utilizados durante o período de sua validade, independente da vigência do contrato, ficando estabelecido que a contratante não responderá solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que é da única e inteira responsabilidade da contratada;

5.2.8 – A contratada deverá apresentar sempre que solicitada pela contratante, a relação atualizada dos estabelecimentos credenciados, com nome, endereço e telefone.

CLAUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 – O contrato de prestação de serviços decorrente da presente Ata de Registro de Preços será formalizado pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 – A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Todo serviço deverá ser efetuado mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4 – A empresa prestadora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na copia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento, e encaminhar junto com a nota fiscal, relatório do serviço.

CLAUSULA SETIMA DAS PENALIDADES

7.1 – Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de 02% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 – Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 – Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “d” e “e”, do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 – O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido a Presidente da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da clausula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 01/2015, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLAUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 – a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.3 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela

Administração, com observância das disposições legais;

9.1.4 – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.5 – por razões de interesse publico devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da ultima publicação.

9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DECIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 – A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 – A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 01/2015 e a proposta da empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, classificada nos itens numerados na Cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 3.555/00, e pelo Decreto Municipal nº 1.777/2008, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os principais gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 – As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 03 de junho de 2015.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus

Roberto Ribeiro Miranda Pricila Coghi Medina
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS
EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

Silvana Rodrigues da Silva Cristiane Kruger
063.466.0799-95 029.055.529-99

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01//2015

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2015

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratada: Companhia Brasileira de Soluções e Serviços

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de vales alimentação em forma de cartão magnético/ eletrônico com ou sem chip de segurança, dotados de sistema de segurança contra clonagem e fraudes, aos servidores do Hospital Municipal Bom Jesus.

Valor: R\$ 47.280,24 (QUARENTA E SETE MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS).

Vigência: 03/06/2015 a 03/06/2016.

Base Legal: Processo Licitatório 02/2015 – Pregão Presencial n° 01/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93, consolidada.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente Hospital Municipal Bom Jesus

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2015

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO N°. 02/2015

PREGÃO PRESENCIAL N°. 01/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS

Irineópolis, 03 de junho de 2015.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente HMBJ

Itá

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO LEONARDO TATIM

Aditivo Nº : 2º 294/2011

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: LEONARDO TATIM & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Valor : 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Vigência : Início: 20/11/2015 Término: 22/11/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2011

Objeto : Aditivo de prazo para acompanhamento de interposição de Recurso Especial ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, nos autos da Apelação Cível n. 2009.042579-7, bem como desenvolver ações visando o acolhimento do referido RE, a interposição de Ação Cautelar visando o deferimento de efeito suspensivo, o acompanhamento em todas as fases dos processos e ainda representá-lo perante as empresas Tractebel

Energia S/A, Itá Energética S/A e Eletrosul S/A.

LEIDE MARA BENDER

PREFEITA MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

PREGAO ELETRONICO 174/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 174/2015

Objeto: Aquisição de equipamentos diversos, destinados para a oficina mecânica, da Secretaria de Transportes, desta municipalidade.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:45 do dia 17/12/2015.

Início da Sessão: dia 17/12/2015, às 09:00, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone (49) 3678-7714.

Itapiranga - SC., 04 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2607/2015 INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015 PREGÃO PRESENCIAL 29/2015, E NOMEIA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2607/2015

Data: 02 de dezembro de 2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015 PREGÃO PRESENCIAL 29/2015, E NOMEIA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Instrução Normativa nº 02/2015, de 11 de novembro de 2015, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, aprovada pelo Decreto Municipal nº 2598/2015, de 16 de novembro de 2015, e considerando CI nº 879/2015, de 06 de novembro de 2015, da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo nº 42/2015, para investigação dos fatos narrados nas folhas 734/791 do Processo Licitatório nº 48/2015 – Registro de Preços nº 12/2015 – Pregão Presencial nº 29/2015 – Atas de Registro de Preço nº 37/2015 e 39/2015, que será conduzida pelos seguintes servidores:

1. Izabel Correia da Silva;
2. Carina Zaranski Taborda
3. Jhonata Galante Cabral

Art. 2º Caberá a comissão a instrução e julgamento do processo com determinação da aplicação das sanções previstas na cláusula 8ª das Atas de Registro de Preços nº 37/2015 e 39/2015, a constar: Empresa Cristieli Aparecida de Andrade – Me – CNPJ: 14.387.606/0001-70 – Negativa de fornecimento dos produtos alegando não conseguir manter os valores registrados; e, Empresa Starjet Cartuchos Remanufaturados Ltda – Me – CNPJ: 01.854.994/0001-76 – Entrega de toners fora das especificações previstas no edital.

Art. 3º Intime-se as contratadas para exercerem o exercício do contraditório e ampla defesa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2609/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

DECRETO MUNICIPAL nº 2609/2015

Data: 03 de dezembro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 629/2015, de 03 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, perfazendo o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme segue:

Suplementações

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 Câmara Municipal de Vereadores

00100310001.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores

33390 Aplicações Diretas (493) FR 30000 R\$ 150.000,00

04.00 PROCURADORIA JURÍDICA

04.01 Departamento Jurídico

00200610017.2014 Honorários de Sucumbência

33390 Aplicações Diretas (211) FR 10028 R\$ 150.000,00

Total das Suplementações R\$ 300.000,00

Anulações

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 Câmara Municipal de Vereadores

00100310001.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores

33390 Aplicações Diretas (233) FR 10028 R\$ 150.000,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**11.01 Departamento de Obras**

01504510009.1028 Pavimentação de Ruas

34490 Aplicações Diretas (427) FR 30000 R\$ 150.000,00

Total das AnulaçõesR\$ 300.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 03 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 629/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

LEI MUNICIPAL Nº 629/2015

Data: 03 de dezembro de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR anulações de dotações.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementações**01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****01.01 Câmara Municipal de Vereadores**

00100310001.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores

33390 Aplicações Diretas (493) FR 30000 R\$ 150.000,00

04.00 PROCURADORIA JURÍDICA**04.01 Departamento Jurídico**

00200610017.2014 Honorários de Sucumbência

33390 Aplicações Diretas (211) FR 10028 R\$ 150.000,00

Total das Suplementações R\$ 300.000,00

Anulações**01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****01.01 Câmara Municipal de Vereadores**

00100310001.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores

33390 Aplicações Diretas (233) FR 10028 R\$ 150.000,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**11.01 Departamento de Obras**

01504510009.1028 Pavimentação de Ruas

34490 Aplicações Diretas (427) FR 30000 R\$ 150.000,00

Total das Anulações R\$ 300.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 03 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO 2015-2016- Nº01

QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO 2015-16 - Nº 01				
Nº	Área	Vaga	Carga Horária	Local
1	Anos Iniciais	1	40 horas	Regência: João Monteiro Cabral
2	Anos Iniciais	1	20 horas	Regência: João Monteiro Cabral
3	Língua Portuguesa	1	40 horas	Aulas: (18) JMC, (14) Frei
4	Língua Portuguesa	1	30 horas	Aulas: (18) Speck, (08) Senna
5	Matemática	1	40 horas	Aulas: (40) EES
6	Inglês	1	40 horas	Aulas: (22) Alberto Speck, (11) CAH
7	Inglês	1	40 horas	Aulas: (24) Senna, (08) Euclides
8	Inglês	1	40 horas	Aulas: (26) Frei, (8) EJA
9	Inglês	1	20 horas	Aulas: (15) ML
10	Artes	1	40 horas	Aulas: (31) João Monteiro Cabral
11	Artes	1	40 horas	Aulas: (34) Claiton Almir Hermes
12	Artes	1	40 horas	Aulas: (18) EES, (15) Senna
13	Artes	1	40 horas	Aulas: (24) Gente Feliz, (8) EJA
14	Artes	1	30 horas	Aulas: (23) Alberto Speck
15	Artes	1	40 horas	Aulas: (19) Frei, (6) ML, (8) Palhacinho
16	Educação Física	1	30 horas	Aulas: (8) JMC, (6) CAH, (9) EJA
17	Supervisão Escolar	1	40 horas	Ayrton Senna
18	Supervisão Escolar	1	40 horas	Frei Valentim
19	Supervisão Escolar	1	40 horas	Arco-Íris
20	Orientação Educacional	1	40 horas	Frei Valentim

CRONOGRAMA DE ATENDIMENTO - PROCESSO DE REMOÇÃO E LOTAÇÃO 2015-16

Nº	Áreas	Local	Horário	Data
1	Língua Portuguesa	SME	08:30 hs	10/12/2015
2	Inglês	SME	09:00 hs	10/12/2015
3	Matemática	SME	09:30 hs	10/12/2015
4	Artes	SME	09:45 hs	10/12/2015
5	Anos Iniciais	SME	10:00 hs	10/12/2015
6	Educação Física	SME	10:15 hs	10/12/2015
7	Supervisão Escolar	SME	10:30 hs	10/12/2015
8	Orientação Escolar	SME	11:00 hs	10/12/2015
Itapoá, 03 de dezembro de 2015.				

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO N.º79/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 73/2013. (3º ADITIVO).
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO N.º79/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 73/2013. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Agricultura e Pesca, Sr. LOURIVAL BATISTA DE SOUZA, inscrito no CNPJ/MF nº046.773.179-92 e do CI.RG nº386.376-85, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, de outro lado a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI, empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191.0001-62, e Inscrição Estadual no 250403.498

com sede na Rodovia Admar Gonzaga 1347, Itacorubi, em Florianópolis/SC, neste ato representada em consonância ao "Caput" do Art. 37, inciso I, do Estatuto Social da Epagri, por seu Presidente LUIZ ADEMIR HESSMANN, inscrito no CPF sob o nº 352.288.499-04, e portador da Carteira de Identidade nº 521815 SSI/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando prorrogar a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica rural, em conformidade com especificações constantes no Plano Anual de Trabalho – 2015 e Anexo V do Edital, e em conformidade com o processo de licitação tipo PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2013 – PROCESSO Nº 85/2013, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente ajusta a redação do objeto do presente contrato, o qual passa a vigorar como Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica rural, em conformidade com especificações constantes no Plano Anual de Trabalho – 2015 e Anexo V do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo n.º 73/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2015, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

Altera cláusula quinta "Do Preço", acrescentando o valor de R\$ 22.616,24 (vinte e dois mil seiscentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos) para o período, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme PAT 2015.	Área de Trabalho	4	R\$ 5.654,06	R\$ 22.616,24
Área de Trabalho		Valor por Área de Trabalho			
a. Gestão de Negócios e Mercados		R\$ 5.654,06			
b. Palmáceas		R\$ 5.654,06			
c. Olericultura		R\$ 5.654,06			
d. Pesca		R\$ 5.654,06			
Total		R\$ 22.616,24			

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 73/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 73/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 04 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI LUIZ ADEMIR HESSMANN
LOURIVAL BATISTA DE SOUZA SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA	

Testemunhas:

NOME :
CNPJ/MF:

NOME:
CNPJ/MF:

TERMO ADITIVO N.º77/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 12/2013. (3º ADITIVO).

TERMO ADITIVO N.º77/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 12/2013. (3º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, inscrita no CNPF/MF: 248.71.419-34 e CI.RG. 2/R 037.212-2/SC e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 408, Centro, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.483.230/0001-86, representada neste ato pelo Presidente do Conselho de Administração, o Sr. LUIZ ANTONIO SELBACH, portador do CNPF/MF nº 199.649.948-34 e do CI.RG nº 1.478.181 SSP/SC aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de vigência da Locação de uma máquina fotocopadora para prestação de serviços reprográficos à Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, de nos termos do art. 24, II, e art. 62, caput, da Lei 8.666/93, pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 12/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Em decorrência da prestação dos serviços e da concessão de direito de uso serão pagos os em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), resultando em um valor total de R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais) para o período, alterando a cláusula terceira do preço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 12/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 12/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreta.

Itapoá/SC, 04 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A LUIZ ANTONIO SELBACH
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
TESTEMUNHAS	
NOME: CPF:	NOME: CPF:

TERMO ADITIVO N.º78/2015 QUE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 14/2013. (3º ADITIVO).

TERMO ADITIVO N.º78/2015 QUE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 14/2013. (3º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, pela Secretária Municipal de Educação, Sra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, portadora do CNPF/MF nº: 104.750.538-00 e do CI.RG. nº 6.555.545 SSP/PR, e pelo Prefeito Municipal, SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, nesta cidade; e de outro lado a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA – ME, CNPJ/MF: 04.072.953/0001-16, com sede à Rua Major Navarro Lins, nº 692, Bairro: Anita Garibaldi, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89203-500, neste ato representada pelo sócio-administrador o Sr. EDUARDO ANDRADE BAHIANSE, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 019.220.468.84, e do CI.RG sob nº 2/R 1.774.897 – SSI/SC, ou pela sócia a Sra. KARIN JANZ, brasileira, empresária, inscrito no CPF/MF sob nº 184.429.279-72, e do CI.RG sob nº 1.382.138-SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA(O), ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a contratação de empresa para prestação de serviços visando a manutenção de software “Escola Via Net – Sistema de Gestão Escolar”, instalado nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino nas modalidades da Educação infantil, Ensino fundamental, Educação de jovens e adultos, e na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de INEXIGIBILIDADE N.º 01/2013 – PROCESSO Nº 03/2013, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo n.º14/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2015, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com o interesse da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera a cláusula terceira “do preço”, reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), totalizando um percentual de 8,3582200%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 2.873,46 (dois mil oitocentos e setenta e três reais e quarenta e seis centavos), totalizando para o período de doze meses o valor de R\$ 34.481,52 (trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º14/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º14/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreta.

Itapoá/SC, 04 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE MUNICIPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA – ME EDUARDO ANDRADE BAHIANSE
---	--

CONTRATANTE ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Nome : CNPJ/MF:
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	

TESTEMUNHAS	NOME: CPF:
NOME: CPF:	

TERMO ADITIVO N.º80/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS N.º 17/2013. (3º ADITIVO).

TERMO ADITIVO N.º80/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS N.º 17/2013. (3º aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. LUIS CARLOS ZAGONEL, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º: 914.345.999-49 e portadora do CI.RG: 3.004.004 SSP/SC, e pelo Prefeito Municipal, SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG n.º 873994-3 SSP/PR e CNPJ/MF n.º 230.944.279-87, residente e domiciliado à estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado, o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPJ/MF n.º 384.576.529-15, e do CI.RG n.º 8/R. 883.158-SSP/SC, residente e domiciliado à Avenida Paraná, n.º 70, Barra do Saí em Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2013 – PROCESSO N.º 19/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 17/2013, contados a partir do dia 31/12/2015, a 31/12/2016, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei n.º 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Altera cláusula quarta “Do Preço”, aditando o respectivo contrato em um valor mensal de R\$3.050,13 (três mil e cinquenta reais e treze centavos), totalizando o valor de R\$ 36.601,56 (trinta e seis mil seiscentos e um reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 17/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 17/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 04 de dezembro de 2015.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR OSMAR MEYER RIBEIRO
LUIS CARLOS ZAGONEL CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO	

TERMO ADITIVO Nº 76/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2014. (2º ADITIVO).

TERMO ADITIVO Nº 76/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2014. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, nesta cidade, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, portadora do CNPJ/MF n.º: 104.750.538-00 e do CI.RG. n.º 6.555.545 SSP/PR e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG n.º 873994 SSP/PR e CNPJ/MF n.º 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a Sra. SIBILA BAZI, brasileira, casada, do lar, portadora do CI.RG n.º 1.234.084 SSI/SC e do CNPJ/MF n.º 099.817.848-93, residente a Rua Curitiba, n.º 303, Bairro: Balneário Palmeiras, nesta cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2014 – PROCESSO Nº 31/2014, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 15/2014 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2016, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta “Do Preço”, acrescentando 6 (seis) parcelas mensais de R\$ 1.392,25 (um mil trezentos noventa e dois reais e vinte e cinco centavos), resultando em um valor total de R\$ 16.707,00 (dezesseis mil setecentos e sete reais) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 15/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 15/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 04 de dezembro de 2015.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR SIBILA BAZI
ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS	NOME: CPF:
NOME: CPF:	

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO nº 477, de 07 de dezembro de 2015

DECRETO nº 477, de 07 de dezembro de 2015

"Fixa o Desconto e a data de Pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano para o Exercício de 2016".

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pelo Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e de conformidade com o art. 185 e seu Parágrafo Único e art. 186 da Lei Complementar nº 002/01 de 21 de dezembro de 2001, bem como suas alterações, Código Tributário Municipal e Lei nº 2.493, de 30 de outubro de 2013 – LDO,

DECRETA:

Art. 1º – Este Decreto estabelece o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o ano de 2016 em parcela única com os correspondentes descontos previstos no art. 186 da Lei Complementar nº 002/01 de 21 de dezembro de 2001, Código Tributário Municipal.

Art. 2º – O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, será lançado para pagamento da seguinte forma:

1ª – cota única: pagamento até 23 de fevereiro de 2016, com 20% de desconto;

2ª – cota única: pagamento até 22 de março de 2016, com 10% de desconto.

Parágrafo Único – Ao contribuinte será facultado solicitar verbalmente, até a data de vencimento da 1ª cota única, junto ao Setor de Tributação e Cadastro da Prefeitura o parcelamento do montante devido, em até 09 (nove) parcelas, nos vencimentos abaixo relacionados:

- a) Primeira Parcela: 22/02/16
- b) Segunda Parcela: 21/03/16
- c) Terceira Parcela: 20/04/16
- d) Quarta Parcela: 20/05/16
- e) Quinta Parcela: 20/06/16
- f) Sexta Parcela: 20/07/16
- g) Sétima Parcela: 22/08/16
- h) Oitava Parcela: 20/09/16
- i) Nona Parcela: 20/10/16

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de dezembro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

CLAUDINEI EYNG

Secretário da Fazenda

DECRETO nº478, de 07 de dezembro de 2015

DECRETO nº478, de 07 de dezembro de 2015

"Altera o Parágrafo Único do art. 5º do Decreto nº 858, de 10 de novembro de 2011".

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VI, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, bem como Artigo 5º da Lei Complementar nº 002 de 21 de dezembro de 2001 e Lei Complementar nº 007/2003.

DECRETA:

Art. 1º. O Parágrafo Único do art. do art. 5º do Decreto nº 858, de 10 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. A taxa de Fiscalização anual para funcionamento e sua renovação será paga em 2 (duas) parcelas anuais com vencimento em 19 de fevereiro de 2016 e 18 de março de 2016, de cada exercício e será calculada de acordo com as fórmulas contidas nos incisos do artigo 44 da lei Complementar nº07/2003.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de dezembro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

CLAUDINEI EYNG

Secretário da Fazenda

PUBLICAÇÃO EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS MÊS NOVEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termos Aditivos. Contrato Nº 47/2015. Pregão Presencial nº 31/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: MENDES SEBOLD SERVIÇOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA, ROLO COMPACTADOR E CAÇAMBA, PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Contrato Nº 47/2015-B/PMI. Pregão Presencial nº 31/2015. O presente termo aditivo, objetiva aditar o valor de R\$ 39.250,00 (trinta e nove mil, duzentos e cinquenta reais), que representa 25% do valor contratado inicialmente, aditado nos itens 3,10,11, 19, 21 e 22.

Assinatura: 11 de Novembro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termos Aditivos. Contrato Nº 19/2014. Tomada de Preços nº 03/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL PEQUENO PRÍNCIPE NO BAIRRO VILA NOVA NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Contrato Nº 19/2014/PMI. Tomada de Preços nº 03/2014. O presente termo aditivo, objetiva aditar o prazo de

120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura.
Assinatura: 20 de Novembro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termos Aditivos. Contrato Nº 84/2014. Tomada de Preços nº 13/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITUPORANGA/SC. Espécie: Segundo Termo Aditivo. Contrato Nº 84/2014. Tomada de Preços nº 13/2014. O presente termo aditivo, objetiva aditar o valor de R\$ 22.466,30 (vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta centavos), que representa 6,42579% do valor contratado inicialmente. Objetiva também suprimir o valor de R\$ 2.030,58 (dois mil e trinta reais e cinquenta e oito centavos).

Assinatura: 16 de Novembro de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termos Aditivos. Contrato Nº 07/2014. Tomada de Preços nº 01/2014. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC. Contratada: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC CONFORME PROPOSTA 11407443000113001 – MINISTÉRIO DA SAÚDE. Espécie: Segundo Termo Aditivo. Contrato Nº 07/2014/FMS. Tomada de Preços nº 01/2014. O presente termo aditivo, objetiva aditar o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura.

Assinatura: 20 de Novembro de 2015
GISELE WEBER SEBOLD
Secretária de saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termos Aditivos. Contrato Nº 67/2014. Carta Convite nº 24/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: MF MIGUEL E CIA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MADEIRA SERRADA EM PRANCHAS E RIPAS DE EUCALIPTO E PINUS PARA REPAROS EM PONTES E PONTILHÕES EM LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Contrato Nº 67/2014. Carta Convite nº 24/2014. O presente termo aditivo, objetiva aditar o valor de R\$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais), que representa 24,82435% do valor contratado inicialmente.

Assinatura: 03 de Novembro de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 81/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
CONTRATADAS: STREET DECOR IMPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP – CNPJ 12.112.382/0001-24 – R\$ 43.573,00 (quarenta e três mil, quinhentos e setenta e três reais), ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA – CNPJ 15.138.763/0001-70 – R\$ 500,00 (quinhentos reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DECORAÇÕES NATALINAS PARA A PRAÇA FREI GABRIEL, PONTE VITÓRIO SENS, PORTAL E PRÉDIO DA PREFEITURA.
Assinatura: 09 de Novembro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 82/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
CONTRATADAS: COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA - ME – CNPJ 75.779.223/0001-06 – R\$ 152.104,25 (cento e cinquenta e dois mil, cento e quatro reais e vinte e cinco centavos), AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP – CNPJ 05.919.156/0001-94 – R\$ 20.295,00 (vinte mil, duzentos e noventa e cinco reais). OBJETO: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRUTIS) PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS CENTROS DE ENSINO MUNICIPAIS.

Assinatura: 06 de Novembro de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 84/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
CONTRATADAS: CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA - EPP – CNPJ 09.151.415/0001-30 – R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CARGOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC.

Assinatura: 20 de Novembro de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 85/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
CONTRATADAS: SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA - EPP – CNPJ 04.609.150/0001-58 – R\$ 1.972,96 (um mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos), AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP – CNPJ 05.919.156/0001-94 – R\$ 1.924,48 (um mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos), ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA - ME – CNPJ 21.593.746/0001-26 – R\$ 1.831,84 (um mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos). OBJETO: FORNECIMENTO FRACIONADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CAFÉ DA MANHÃ E CEIA DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITUPORANGA-SC.

Assinatura: 30 de Novembro de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 07/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA
CONTRATADAS: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA – CNPJ 03.501.603/0001-65 – R\$ 32.019,25 (trinta e dois mil e dezenove reais e vinte e cinco centavos), ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ 00.802.002/0001-02 – R\$ 19.194,61 (dezenove mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos), METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ 83.157.032/0001-22 – R\$ 56.371,45 (cinquenta e seis mil e trezentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos), PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI - EPP – CNPJ 05.077.346/0001-01 – R\$ 25.461,00 (vinte e cinco mil e quatrocentos e sessenta e um reais),

TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - EPP - CNPJ 06.555.143/0001-46 - R\$ 4.381,75 (quatro mil e trezentos e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos), OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ 03.033.589/0001-12 - R\$ 19.285,25 (dezenove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 03.505.263/0001-40 - R\$ 8.270,72 (oito mil, duzentos e setenta reais e setenta e dois centavos), PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELE - CNPJ 09.200.303/0001-22 - R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais), STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ 02.223.342/0001-04 - R\$ 2.248,30 (dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e trinta centavos). OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.

Assinatura: 09 de Novembro de 2015

GISELE WEBER SEBOLD

Secretária de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 08/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA
CONTRATADAS: SANDRO VILMAR PIRES - ME - CNPJ 09.253.952/0001-91 - R\$ 154.200,00 (cento e cinquenta e quatro mil, e duzentos reais), IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA - ME - CNPJ 20.081.724/0001-14 - R\$ 53.765,00 (cinquenta e três mil, setecentos e sessenta e cinco reais), PERFORM TECNOLOGIA LTDA - EPP - CNPJ 21.873.370/0001-03 - R\$ 67.072,50 (sessenta e sete mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos). OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA INFORMATIZAÇÃO DOS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.

Assinatura: 25 de Setembro de 2015

GISELE WEBER SEBOLD

Secretária de Saúde

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS
Valor Global: R\$ 20.000,50 (vinte mil reais e cinquenta centavos).
Vigência: Início: 27/11/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 044/2015/PMJM
Dotação: 2.058.3390.00 - 80 - 52/2015 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
Objeto: LOCAÇÃO DE ESCULTURAS E OUTROS ENFEITES NATALINOS PARA DECORAÇÃO DE NATAL NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 022/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 022/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: TRANSPORTE E TURISMO UNIDOS LTDA ME
Valor Aditado: R\$ 1.001,52 (um mil e um reais e cinquenta e dois centavos).
Vigência: Início: 27/11/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 - PR
Objeto: FICA ADITADO O QUANTITATIVO CONTRATADO DO ITEM 05 EM 428 KM TOTALIZANDO UM ACRÉSCIMO DE R\$ 1.001,52 (UM MIL E UM REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS) NO VALOR GLOBAL CONTRATADO.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: GALATAS MÍDIAS E EVENTOS LTDA - ME
Valor Global: R\$ 23.401,00 (vinte e três mil quatrocentos e um reais).
Vigência: Início: 27/11/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 045/2015/PMJM
Dotação: 2.058.3390.00 - 80 - 52/2015 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA 2.005.3390.00 - 80 - 10/2015 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL, PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, FORNECIMENTO DE APOIO LOGÍSTICO E LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO "JÁ SINTO NATAL 2015", NOS DIAS 06, 13 E 20 DE DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 023/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 023/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: SANDRO NOVELLI ME
Valor Aditado: R\$ 1.856,40 (um mil oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).
Vigência: Início: 27/11/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 - PR
Objeto: FICA ADITADO O QUANTITATIVO CONTRATADO DO ITEM 04 EM 546 KM TOTALIZANDO UM ACRÉSCIMO DE R\$ 1.856,40 (UM MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS) NO VALOR GLOBAL CONTRATADO.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 024/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 024/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: TRANSPORTES ANTONIN LTDA ME
Valor Aditado: R\$ 7.155,00 (sete mil cento e cinquenta e cinco reais).
Vigência: Início: 27/11/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 - PR
Objeto: FICA ADITADO O QUANTITATIVO CONTRATADO DO ITEM 07 EM 2.700 km TOTALIZANDO UM ACRÉSCIMO DE R\$ 7.155,00 (SETE MIL REAIS CENTO E CINQUENTA E CINCO REAIS) NO VALOR GLOBAL CONTRATADO.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 132/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 132/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
Vigência: Início: 30/12/2015 Término: 29/04/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 006/2014 - TP
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 29/04/2016.

Jacinto Machado – SC, 2 de Dezembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 025/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 025/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: DELAMAI TRANSPORTES LTDA - ME
Valor Aditado: R\$ 2.354,40 (dois mil trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).
Vigência: Início: 27/11/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 - PR
Objeto: FICA ADITADO O QUANTITATIVO CONTRATADO DO ITEM 01 EM 545 km TOTALIZANDO UM ACRÉSCIMO DE R\$ 2.354,40 (DOIS MIL TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS) NO VALOR GLOBAL CONTRATADO.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 126/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 126/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP
Valor da Supressão: R\$ 21.401,85 (vinte e um mil quatrocentos e um reais e oitenta e cinco centavos).
Vigência: Início: 09/11/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 008/2014 - TP
Objeto: FICA PACTUADA A SUPRESSÃO PARCIAL DO CONTRATO NO VALOR DE R\$ 21.401,85 (VINTE E UM MIL QUATROCENTOS E UM REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) DO VALOR GLOBAL CONTRATADO. SENDO ASSIM, FICA REAJUSTADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 433.583,51 (QUATROCENTOS E TRINTA E TRÊS MIL QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS) PARA R\$ 412.181,66 (QUATROCENTOS E DOZE MIL CENTO E OITENTA E UM REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 9 de Novembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 003/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 003/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: POSTO GÁVEA LTDA
Valor Aditado: R\$ 24.850,00 (vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta reais).
Vigência: Início: 30/11/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2014 - PR
Objeto: FICA ADITADO EM 25% O QUANTITATIVO DO ITEM 01 DO PRESENTE CONTRATO, TOTALIZANDO UM ACRÉSCIMO DE R\$ 24.850,00 (VINTE E QUATRO MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

Jacinto Machado – SC, 30 de Novembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 128/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 128/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP
Vigência: Início: 16/11/2015 Término: 16/03/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 004/2014 - TP
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 16/03/2016.

Jacinto Machado – SC, 13 de Novembro de 2015.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Vigência: Início: 13/11/2015 Término: 21/12/2015

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 005/2014 - TP

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 21/12/2015.

Jacinto Machado – SC, 13 de Novembro de 2015.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 10 AO CONTRATO 073/2012/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 10 AO CONTRATO 073/2012/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Vigência: Início: 30/11/2015 Término: 01/03/2016

Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 001/2012 - CC

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 01/03/2016.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2015.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.872 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.872 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, II DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (7)
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.119 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (24)
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (12)
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.119 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (27)
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 03 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EXTRATO CONTRATO 282/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 282/2015/PMJ
PL 113/2015/PMJ – DL 13/2015/PMJ

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
LOCADOR: MHARKA ESTACIONAMENTO LTDA - ME, CNPJ nº 07.930.193/0001-29.
OBJETO: Locação, por intermédio da empresa MHARKA ESTACIONAMENTO LTDA (detentora do direito, conforme contrato em anexo), da área de estacionamento em frente ao pavilhão de propriedade da Mitra Diocesana de Joaçaba, conforme matrícula 24.335 do Registro de Imóveis 1º Ofício, denominado Ala B, com 28 (vinte e oito) vagas de 3 x 5 m cada uma, o qual será utilizado no período de 09 a 18 de dezembro de 2015, para atendimento das demandas da Comissão Central Organizadora que estará sediada no local durante a realização dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
VIGÊNCIA: 21/12/2015.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.023 - MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS
217 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas.
FISCAL DO CONTRATO: Mirian Dolzan.

DATA DE ASSINATURA: 04/12/2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EXTRATO CONTRATO 283/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 283/2015/PMJ
PL 117/2015/PMJ – DL 17/2015/PMJ

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
LOCADOR: MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA, CNPJ nº 83.226.506/0014-65.
OBJETO: Locação das dependências do Pavilhão Frei Bruno, incluindo as salas anexas e o subsolo, de propriedade do LOCADOR, conforme matrícula nº 24.335 do Registro de Imóveis 1º Ofício, as quais serão utilizadas em tempo integral no período de 07 a 19 de dezembro de 2015, como sede da CCO – Comissão Central Organizadora, das FESPORTE e do Centro de Imprensa dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).
VIGÊNCIA: 21/12/2015.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.023 - MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS
217 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas.
FISCAL DO CONTRATO: Mirian Dolzan.

DATA DE ASSINATURA: 04/12/2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 2858/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 285/2015/PMJ

PL 115/2015/PMJ – DL 15/2015/PMJ

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

LOCADOR: CLUBE 10 DE MAIO, CNPJ nº 82.779.315/0001-43

OBJETO: Locação do ginásio de esportes de propriedade do LOCADOR, conforme matrícula 3.984 do Registro de Imóveis 1º Ofício, o qual será utilizado no período de 09 a 18 de dezembro de 2015, para a realização de treinamento de equipes esportivas e como espaço reserva para competições dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

VIGÊNCIA: 21/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.023 - MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS

217 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas.

FISCAL DO CONTRATO: Mirian Dolzan.

DATA DE ASSINATURA: 04/12/2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

NOTA DE REVOGAÇÃO DO PL 102/2015/PMJ - PP 60/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

NOTA DE REVOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2015/PMJ

EDITAL PP Nº 60/2015/PMJ

OBJETO: Aquisição de equipamentos e instrumentos musicais destinados à manutenção de orquestra popular formada por alunos de aulas de música no âmbito do Município de Joaçaba, SC.

MOTIVO: Considerando o teor do memorando nº 53/2015, expedido pela coordenadoria de planejamento, que informa sobre a não renovação do convênio nº 2014TR2563, resolve:

1. REVOGAR o presente processo licitatório;

Joaçaba (SC), 04 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

PORTARIA N.º 4976

PORTARIA Nº 4.976 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) LAERCIO ANTONIO BE-TIATTO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando do PROCON, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4977

PORTARIA Nº 4.977 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) IVANIR JANETE PALHANO, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando n.º 221/2015 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 07 de março de 2014 a 06 de março de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4978

PORTARIA Nº 4.978 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DIRCEU CHIAMULERA, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando n.º 729/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 12 de março de 2013 a 11 de março de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4979

PORTARIA Nº 4.979 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FRANCIELI FRAZAO DA SILVA, Técnico de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando n.º 729/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 22 de julho de 2014 a 21 de julho de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4980

PORTARIA Nº 4.980 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JESIEL DE OLIVEIRA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando n.º 729/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 10 de fevereiro de 2014 a 09 de fevereiro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4981

PORTARIA Nº 4.981 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando n.º 729/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 10 de junho de 2013 a 09 de junho de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a

partir de 21 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4982

PORTARIA Nº 4.982 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SONIA MARIA POZZA, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando n.º 729/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4983

PORTARIA Nº 4.983 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MIGUEL SALVATORI, Auxiliar de Serviços Externos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando do setor de frotas, referente aos períodos de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2013 (12 dias) e 01 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 17 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4984

PORTARIA Nº 4.984 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RAQUEL HOFFMANN PE-TRY, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada pelo processo n.º 137.350 de 13 de fevereiro de 2015, referente ao período de 22 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (11 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4985

PORTARIA Nº 4.985 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIANE FERRONATO FILIPIACKI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada pelo processo n.º 140.056 de 30 de setembro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (11 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4986

PORTARIA Nº 4.986 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JAQUELINE BOTTEGA, Auxiliar de Creche Nível III (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada pelo processo n.º 137.495 de 23 de fevereiro de 2015, referente ao período de 02 de fevereiro de 2011 a 01 de fevereiro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze)

dias, a partir de 07 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4987

PORTARIA Nº 4.987 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SOLANGE FIORIO BUC-CO, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada pelo processo n.º 137.241 de 10 de fevereiro de 2015, referente ao período de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (11 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4988

PORTARIA Nº 4.988 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GLADIR SALETE CAS-TAGNARO MATTEVI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada pelo processo n.º 137.219 de 09 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4989

PORTARIA Nº 4.989 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ADRIANA ORTIZ HOLTERWEGER, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada pelo processo n.º 137.439 de 20 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4990

PORTARIA Nº 4.990 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEWDIBERTO NIVALDO ANTONIO GHIGGI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2015/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113/2015/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2015/PMJ

1 – DO OBJETO

Locação, por intermédio da empresa MHARKA ESTACIONAMENTO LTDA (detentora do direito, conforme contrato em anexo), da área de estacionamento em frente ao pavilhão de propriedade da Mitra Diocesana de Joaçaba, conforme matrícula 24.335 do Registro de Imóveis 1º Ofício, denominado Ala B, com 28 (vinte e oito) vagas

de 3 x 5 m cada uma, o qual será utilizado no período de 09 a 18 de dezembro de 2015, para atendimento das demandas da Comissão Central Organizadora que estará sediada no local durante a realização dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A locação destas dependências é imprescindível para realização dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, sendo que tal investimento consta na proposta cadastrada junto ao Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC com aprovação junto à Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE e Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

A realização do evento é de responsabilidade da FESPORTE, sendo que o Município de Joaçaba firmou convênio para recebimento dos recursos para realização de despesas a serem suportadas pelo Município para apoio de infraestrutura e logística do evento.

A locação do estacionamento do pavilhão é necessária, pois esse será usado como CCO e nas vias próximas há pouco estacionamento, estando o mesmo praticamente lotado em todo o período de funcionamento do estacionamento rotativo. Assim, para possibilitar o acesso de atletas e dirigentes até a CCO, é imprescindível locar o estacionamento do pavilhão, o qual é explorado pela ora locadora.

Foram juntados ao processo justificativa quanto à utilização do imóvel, bem como, justificativa quanto ao valor, que, conforme avaliação é compatível com os valores praticados no mercado.

3 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

4 - DO LOCADOR

MHARKA ESTACIONAMENTO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.930.193/0001-29, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, s/nº, centro, Joaçaba, SC, representada neste ato pela Sra. Salete Hoffelder, inscrita no CPF sob o nº 649.913.779-00, portadora da Cédula de Identidade nº 11/R 2.141.026, residente em Joaçaba, SC.

5 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), que será pago em parcela única a partir da assinatura do contrato, em conformidade com parecer da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, em anexo.

6 – DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo desse processo de dispensa terá vigência até 21 de dezembro de 2015, a contar da sua assinatura.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.023 - MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS

217 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas.

Joaçaba (SC), em 04 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2015/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 115/2015/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2015/PMJ

1 – DO OBJETO

Locação do ginásio de esportes de propriedade do CLUBE 10 DE MAIO, conforme matrícula 3.984 do Registro de Imóveis 1º Ofício, o qual será utilizado no período de 09 a 18 de dezembro de 2015, para a realização de treinamento de equipes esportivas e como espaço reserva para competições dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A locação destas dependências é imprescindível para realização dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, sendo que tal investimento consta na proposta cadastrada junto ao Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC com aprovação junto à Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE e Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

A realização do evento é de responsabilidade da FESPORTE, sendo que o Município de Joaçaba firmou convênio para recebimento dos recursos para realização de despesas a serem suportadas pelo Município para apoio de infraestrutura e logística do evento.

Foram juntados ao processo justificativa quanto à utilização do imóvel, bem como, justificativa quanto ao valor, que, conforme avaliação é compatível com os valores praticados no mercado.

3 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

4 - DO LOCADOR

CLUBE 10 DE MAIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.779.315/0001-43, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº 106, na cidade de Joaçaba, SC, representada neste ato pelo Sr. Ary Reginatto, inscrito no CPF sob o nº 347.342.109-00, portador da Cédula de Identidade nº 809.521, residente em Joaçaba, SC.

5 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que será pago em parcela única a partir da assinatura do contrato, em conformidade com parecer da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, em anexo.

6 – DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo desse processo de dispensa terá vigência até 21 de dezembro de 2015, a contar da sua assinatura.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.023 - MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS

217 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas.

Joaçaba (SC), em 04 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2015/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2015/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2015/PMJ

1 – DO OBJETO

Locação das dependências do Pavilhão Frei Bruno, incluindo as salas anexas e o subsolo, de propriedade da MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA, conforme matrícula nº 24.335 do Registro de Imóveis 1º Ofício, as quais serão utilizadas em tempo integral no período de 07 a 19 de dezembro de 2015, como sede da CCO – Comissão Central Organizadora, das FESPORTE e do Centro de Imprensa dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A locação destas dependências é imprescindível para realização dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, sendo que tal investimento consta na proposta cadastrada junto ao Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC com aprovação junto à Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE e Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

A realização do evento é de responsabilidade da FESPORTE, sendo que o Município de Joaçaba firmou convênio para recebimento dos recursos para realização de despesas a serem suportadas pelo Município para apoio de infraestrutura e logística do evento.

Foram juntados ao processo justificativa quanto à utilização do imóvel, bem como, justificativa quanto ao valor, que, conforme avaliação é compatível com os valores praticados no mercado.

Trata-se de imóvel localizado na área central da cidade, de fácil acesso, centralizado com relação aos locais dos eventos, no qual é possível locar também o estacionamento da empresa que o explora, possibilitando assim acesso e mais conforto.

Salienta-se que na área central não há nenhum outro local com as condições necessárias para funcionamento da CCO.

3 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

4 - DO LOCADOR

MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.226.506/0014-65, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 68, centro, Joaçaba, SC, representada neste ato pelo Sr. Paulo Ramos da Silva, inscrito no CPF sob o nº 323.908.906-87, portador da Cédula de Identidade nº 15.900.274-6, residente em Joaçaba, SC.

5 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), que será pago em parcela única a partir da assinatura do contrato, em conformidade com parecer da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, em anexo.

6 – DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo desse processo de dispensa terá vigência até 21 de dezembro de 2015, a contar da sua assinatura.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.023 - MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS

217 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas.

Joaçaba (SC), em 04 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA PL 109/2015/PMJ - PP 62/2015/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 62/2015 - PR

Processo Administrativo: 109/2015
Processo de Licitação: 109/2015
Data do Processo: 20/11/2015

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a locação, incluindo a montagem e desmontagem, de equipamentos, materiais e aparelhos oficiais para competições de Tiro, bem como, de equipamentos e aparelhos oficiais para competições de Ginástica Artística dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 19 / 2015

Motivo: Aos quatro dias do mês de dezembro de 2015, às 16:30h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura, o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 109/2015/PMJ - Edital de Pregão Presencial nº 62/2015/PMJ. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.

Joaçaba, 4 de Dezembro de 2015

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TP 24/2015/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 24/2015 - TP Processo Administrativo: 106/2015 Processo de Licitação: 106/2015 Data do Processo: 18/11/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 106/2015
b) Licitação Nr.: 24/2015-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 04/12/2015
e) Data da Adjudicação: 04/12/2015 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de tendas, destinados à estruturação dos eventos pertinentes aos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC a serem realizados no período de 09 a 18 de dezembro do corrente ano, nos Municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

SIEG EVENTOS FIRELI - ME (11552)

- | | | | | | | |
|---|---|----|---|---|----------|----------|
| 1 | Locação, montagem e desmontagem de tenda em estrutura de ferro de 5,00 x 5,00 x 3,60 m, com lona vinílica branca anti-chama para as competições dos 55º JASC, conforme segue: | VB | 1 | - | 7.360,00 | 7.360,00 |
|---|---|----|---|---|----------|----------|

ATLETISMO UNOESC Campus II 05 unidades 09 a 14/12
NATAÇÃO Clube 10 de Maio 02 unidades 09 a 14/12
TÊNIS Scherer 02 unidades 09 a 15/12
TÊNIS Clube Comercial 01 unidade 09 a 15/12
REMO Alagado 01 unidade 09 a 11/12
VÔLEI DE PRAIA Seminário Luzerna 02 unidades 13 a 17/12
TRIATLON Luzerna 02 unidades 18/12
TIRO Clube de Tiro 02 unidades 09 a 18/12
CICLISMO A definir 05 unidades 09 a 15/12

Total do Fornecedor: 7.360,00
Total Geral: 7.360,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (217)

Joaçaba, 4 de Dezembro de 2015.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO NOVEMBRO 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Novembro
Página: 1

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	126.984,46
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	115.720,10
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	114.810,40
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	320,70
		INVESTIMENTOS	589,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.264,36
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.264,36
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	281.666,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	830.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	281.666,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	830.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	343.235,94	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	373.557,38
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	31.374,86	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	22.637,58
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	144.984,46	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	184.876,62
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	166.876,62	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	166.043,18
SALDOS ANTERIORES	1.113.058,96	SALDOS ATUAIS	407.419,06
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.105.710,40	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	279.457,97
BANCO C/ MOVIMENTO	7.348,56	BANCO C/ MOVIMENTO	127.961,09
TOTAL	1.737.960,90	TOTAL	1.737.960,90

Joacaba, 04/12/2015

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Luiz Vastres
Presidente

Jean Carlos da Silva
Controlador Interno

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 329/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 329/2015 DE 04.12.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Janete Farenzena (Matr.123), ocupante do Cargo de Provedimento Efetivo de Auxiliar Técnico, P-5, N-1, Ref. H-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de junho de 2014 à 01 de junho de 2015, para serem fruídas no período de 16 à 30 de dezembro de 2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 04 de dezembro de 2015.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 331/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 331/2015 DE 04.12.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JOÃO CARLOS UNGERICH, Engenheiro, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 3436/2015 de 03 de dezembro de 2015, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2012 à 31 de dezembro de 2012 (12 dias) para serem fruídos no período de 07 de dezembro de 2015 à 18 de dezembro de 2015, de acordo com a Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 04 de dezembro de 2015.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PREGÃO 0054/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0075/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0054/2015

PROTOCOLO JHL 3324/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0054/2015 – Licitação 0075/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de Preços de combustíveis para a frota e equipamentos do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 09h00m do dia 17/12/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 17/12/2015 às 09h:10m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba

SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 07/12/2015 a 17/12/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 07 de dezembro de 2015.

Aluir Flemming
Diretor Presidente do SIMAE.

PREGÃO 0055/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0076/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055/2015

PROTOCOLO JHL 3319/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0055/2015 – Licitação 0076/2015, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: Aquisição de equipamento e serviços de manutenção de central privada de comutação telefônica, para ampliação dos serviços de telefonia fixa para o SIMAE,

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00m do dia 17/12/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 17/12/2015 às 14h:10m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 07/12/2015 a 17/12/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 07 de dezembro de 2015.

Aluir Flemming
Diretor Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0094/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0094/2015

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0051/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0069/2015

PROTOCOLO Nº 3192/2015

Data assinatura: 03/12/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de calibração e manutenção preventiva de equipamentos de processo (on-line) e de laboratório da Estação de Tratamento de Água do SIMAE, no município de Joaçaba-SC.

Contratado: HEXIS CIENTÍFICA LTDA

Valor Contratado: R\$ 20.682,12 (vinte mil seiscentos e oitenta e dois reais e doze centavos) anuais.

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.17.00.00.00

Prazo de vigência: 03/12/2015 a 02/12/2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente do SIMAE

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO 51/2015 CESTAS BÁSICA

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 51/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 17/12/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS DE CESTAS BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 04 de Dezembro de 2015.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 112



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 312 112/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWZ3199	55613261A	5967/0	05/01/2007	203 * V
LZB8630	55613333A	5207/0	02/03/2007	169
LZB8630	55613334A	5967/0	02/03/2007	203 * V
MAU2038	55613377A	5568/0	01/03/2007	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 113

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 113/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCO9751	55613264A	5967/0	19/01/2007	R\$ 191,54	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 96

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 96/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ICM9255	55613304A	5967/0	07/10/2005	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO100

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 312 100/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CII0134	55613307A	5207/0	07/04/2006	169
LZK2228	55613235A	5568/0	08/03/2006	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO101

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 101/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJM8325	55613221A	5525/0	27/09/2005	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO102

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 312 102/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKT7021	55613230A	5207/0	07/12/2005	169
AKT7021	55613230A	5967/0	07/12/2005	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO103

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 312 103/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZU6324	55613258A	5967/0	15/05/2006	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO94

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 94/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBK4464	55613251A	5207/0	17/06/2005	R\$ 53,20	169
MBK4464	55613251A	5967/0	17/06/2005	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO95

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 312 95/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEC3126	55613220A	5207/0	21/08/2005	169
AEC3126	55613220A	5274/0	21/08/2005	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO97

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 312 97/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAJ5819	55613305A	5967/0	18/12/2005	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO98

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 312 98/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IGI3091	55613257A	6556/0	17/01/2006	230 * I
IGI3091	55613257A	6912/0	17/01/2006	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO99

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 312 99/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CFG0288	55613232A	5207/0	27/02/2006	169
CFG0288	55613232A	5967/0	27/02/2006	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

Lages

PREFEITURA

PP 43 E 47-2015 SMS; PP 150, 151 E 152-2015 PML; PE 19-2015 PML**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 43-2015SMS

Objeto: Contratação de empresa para, Transportar pacientes do SUS para as cidades de Santa Catarina.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 06/01/2016 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 458.400,00

Modalidade: PP 150-2015PML

Objeto: Aquisição de Uniformes para uso dos Agentes de Autoridade de Trânsito.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 18/01/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 191.850,28

Modalidade: PP 151-2015PML

Objeto: Aquisição de Caminhão 4x2.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 19/01/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 277.200,00

Modalidade: PP 152-2015 PML

Objeto: Aquisição de Veículo Pick-Up

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 19/01/2016 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 60.307,87

Modalidade: PE 19-2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Gás de Cozinha.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 20/01/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 61.548,50

Modalidade: PP 47-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Materiais e Equipamentos.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 18/12/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 345.183,37

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 04 de dezembro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário da Administração

EXTRATO 1º ADIT ARP 11/2015 PP 12/2015 FMAS AP OESTE

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

PROCESSO Nº 17/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para os CRAS I, II, III, IV, V e VI da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições. Conforme Solicitação da Empresa (Req. Adm. Nº 10725/2015) com anuência da Secretaria da Fazenda nº302/2015 e com parecer Jurídico nº 1673/2015 favorável, será aplicado um equilíbrio econômico financeiro de no item Açúcar Refinado 5 Kg de 6,44% passando de R\$ 9,47 (nove reais e quarenta e sete centavos), para R\$ 10,08 (dez reais e oito centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito municipal

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 02/2015 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º ADITIVO AO CONTRATO 02/2015 FMAS

Processo Licitatório nº 01/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 01/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: CIA ULTRAGAZ S/A inscrita no CNPJ sob nº 61.602.199/0232-44, estabelecida na Rua. Antonio Freder ozanân, 1655 - Brigadeiro, Canoas/RS – CEP. 92420-360.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Cargas de Gás de Cozinha para uso na Secretaria Municipal de Assistência Social e suas Unidades, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

Conforme solicitação da empresa (Req. Adm. Nº 9566/2015), com anuência da Secretaria da Fazenda nº 312/2015 e com parecer Jurídico nº 312/2015 favorável ADITA-SE o item 01(P13) passando de R\$ 48 (quarenta e oito reais), para R\$ 54,02 (cinquenta e quatro reais e dois centavos). Retroagindo a data do requerimento dia 24/09/2015.

Lages 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 05/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

COMPANHIA ULTRAGAZ S/A, inscrita no CNPJ: 61.602.199/0232-44 com sede na RUA: Antonio Frederico Ozanan, nº 1655 – Bairro Brigadeiro – Canos/RS CEP.92.420-360.

Processo Licitatório nº 85/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 17/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gás de Cozinha, Mangueiras, Braçadeiras, Válvulas e cascos para uso nos setores da Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

Conforme solicitação da empresa (Req. Adm. Nº 9562/2015) com anuência da Secretaria da Fazenda nº 311/2015 e com parecer jurídico nº 1679/2015 ADITA-SE o item 01 (P13) passando de R\$ 47,50 (quarenta e sete reais e cinquenta centavos) para R\$ 53,46 (cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos); e o item 03 (P2) passando de R\$ 21,60 (vinte e um reais e sessenta centavos) para R\$ 24,31 (vinte e quatro reais e trinta e um centavos). Retroagindo a data do requerimento Administrativo dia 24/09/2015.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 28/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2015 PML.

Processo Licitatório nº 11/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 09/2015.

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CIA ULTRAGAZ S/A inscrita no CNPJ sob nº 61.602.199/0232-44, estabelecida na Rua. Antonio Frederico Ozanan, 1655 - Brigadeiro, Canoas/RS – CEP. 92420-360.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gás de Cozinha para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

Conforme Solicitação da Empresa (Req. ADM nº 9563/2015) e com anuência da Secretaria da Fazenda nº 313/2015 e com parecer jurídico nº 1680/2015 favorável, ADITA-SE ao item 01 (P13) o percentual de 12,54%, passando de R\$ 46,46 (quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos) para R\$ 52,29 (cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos); o Item 02 (P45) o percentual de 9,18% passando de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) para R\$ 181,19 (cento e oitenta e um reais e dezenove centavos). Retroagindo a data do requerimento administrativo, dia 24/09/2015.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos

e legais efeitos

Lages, 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º ADITIVO CONTRATO 220/2013 P ML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 220/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – cep: 88.505-900.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Edifício Órion Parque Tecnológico, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, que passam a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 90 dias

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 90 dias.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.551/15

DECRETO Nº 4.551 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2015, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nas seguintes dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial

Elemento da Despesa:

5 - 3.3.50.43.00.00.00.01.0035 - Subvenções Sociais
..... R\$ 17.000,00

14 - 3.3.90.39.00.00.00.01.0035 - Outros Serviços de Terceiros -
Pessoa Jurídica R\$ 13.000,00

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/ Atividade: 2.213 – Proteção Social Básica

Elemento da Despesa: 20 - 3.1.90.11.00.00.00.35.000 - Vencimen-
to e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
..... R\$ 45.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, das seguintes dotações:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial

Elemento da Despesa: 8 - 3.3.90.30.00.00.00.01.0035 - Material
de Consumo R\$ 30.000,00

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/ Atividade: 2.213 – Proteção Social Básica

Elemento da Despesa:

25 - 3.3.90.30.00.00.00.35.0000.00 - Material de Consumo
..... R\$ 10.000,00

28 - 3.3.90.39.00.00.00.35.0000.00 - Outros Serviços de Terceiros
- Pessoa Jurídica R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.554/15

DECRETO Nº 4.554 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E COMISSIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna e, no art. 49 da Lei Complementar nº 136/2006,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos municipais de Laguna, efetivos e comissionados, pelo período de 30 (trinta) dias, com início em 04 de janeiro de 2016.

Parágrafo único. O pagamento do adicional de férias (terço constitucional) será efetuado com a remuneração da primeira concessão de férias individuais a que tiver direito cada servidor público.

Art. 2º Os servidores comissionados admitidos no serviço público há menos de 12 (doze) meses ou com período aquisitivo de férias incompleto, gozarão as férias coletivas de forma proporcional, iniciando-se depois o novo período aquisitivo.

Parágrafo único. Em se tratando de servidor efetivo, o período necessário para completar os 30 dias de férias coletivas será considerado adiantamento de férias de um novo período aquisitivo.

Art. 3º Os serviços necessários de Administração deverão ser mantidos no período de férias coletiva estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. Os Secretários e Presidentes das Fundações deverão informar até o dia 15 de dezembro próximo, os servidores necessários à manutenção dos serviços de que trata este artigo, os quais gozarão férias em período posterior.

Art. 4º Os servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de motorista e operadores de máquinas deverão antes do início das férias, providenciar a limpeza e lubrificação dos veículos, caminhões e máquinas sob sua responsabilidade, recolhendo-os ao pátio da Secretaria de Obras e Saneamento.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1474/2015

PORTARIA RH Nº 1474/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5976/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Dezembro de 2015 a 28 de Fevereiro de 2016, ao Servidor JOSÉ AQUILINO POLICARPO FILHO, Motorista, referente ao período 2005/2010, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1404/2015

PORTARIA RH Nº 1404/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ADRIANO TEIXEIRA MASHI Advogado, do período de 06/11/2012 a 06/11/2015, lotado na Procuradoria Geral, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Novembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1440/2015

PORTARIA RH Nº 1440/2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 18 de Novembro de 2015 a 17 de Dezembro de 2015, ao Servidor HUMBERTO DA SILVA COSTA, Engenheiro Agrimensor, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, referente ao período 1990/1995, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Novembro de 2015.
RODOLFO MICHELS GODINHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1441/2015

PORTARIA RH Nº 1441/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, RENNE LOPES KFOURI RIBEIRO, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Escola, DAE 1, do C.E.I Irmã Vera – Ponta das Pedras, nos termos da Lei Complementar nº 138/2006, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Novembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1442/2015

PORTARIA RH Nº 1442/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, MARIA SALETE MEDEIROS para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 18/11/2015, em conformidade com a Lei nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Novembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1453/2015

PORTARIA RH Nº 1453/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 24.11.2015 a 23.12.2015, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Guilherme Medeiros Martins	2014/2015
Lucas Siqueira Araújo	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 24 de Novembro de 2015.
LORENA BARBOSA DE ANDRADE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1457/2015

PORTARIA RH Nº 1457/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, LEYDIANA SILVA AGOSTINHO do cargo em comissão de Coordenador de Fundos e Convênios, DS 5, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC 30 de Novembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1458/2015

PORTARIA RH Nº 1458/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ALINE DE OLIVEIRA VIEIRA Professor Educação Infantil, do período de 06/11/2012 a 28/11/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Novembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1459/2015

PORTARIA RH Nº 1459/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor LUIZ EDUARDO SILVA Guarda Municipal, do período de 06/11/2012 a 29/11/2015, lotado no Gabinete do Prefeito, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Novembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1460/2015

PORTARIA RH Nº 1460/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor SAYONARA VANDERLEIA JACQUES VIEIRA Guarda Municipal, do período de 08/10/2012 a 30/11/2015, lotado no Gabinete do Prefeito, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Novembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1461/2015

PORTARIA RH Nº 1461/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR GUSTAVO HENRIQUE do Cargo em comissão de Assessor Especial de Planejamento Urbano e Projetos, AS 1, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC 30 de Novembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1464/2015

PORTARIA RH Nº 1464/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.12.2015 a 30.12.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Elisete Teodoro Cardoso	2014/2015
Jadna Patrício Cardoso	2014/2015
Marielim Antunes	2014/2015
Sara Kátia Canabarro Aldão	2014/2015
Sildja Correa de Carvalho Silvestre	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1465/2015

PORTARIA RH Nº 1465/2015

O SECRETÁRIO DE PESCA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MARLUCI DA SILVA OLIVEIRA Engenheira Agrônoma, do dia 01.12.2015 a 30.12.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.

JOAO BATISTA DOS SANTOS

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1466/2015

PORTARIA RH Nº 1466/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO LÉO MAX FEUERSCHUETTE NETO do Cargo de Médico Clínico Geral, no ESF do Portinho, 40 horas semanais, ANSS 1, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1467/2015

PORTARIA RH Nº 1467/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GUSTAVO HENRIQUE para exercer o Cargo em comissão de Procurador Geral Adjunto, NE 2, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1468/2015

PORTARIA RH Nº 1468/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5868/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 16 de Novembro de 2015 a 15 de Dezembro de 2015, ao Servidor PAULO CÉSAR ANTUNES, Assistente de Administração, referente ao período 2010/2015, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.

LUIZ PAULO REZENDE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1469/2015

PORTARIA RH Nº 1469/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO FERNANDA TAVARES MARIANO MARTINS do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1470/2015

PORTARIA RH Nº 1470/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, ELISANGELA PAZ CORNÉLIO do cargo em comissão de Coordenador de Eventos Comunitários, DAF 4, com lotação na Fundação Irmã Vera, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1471/2015

PORTARIA RH Nº 1471/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5316/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Dezembro de 2015 a 30 de Dezembro de 2015, ao Servidor RACHEL COPETTI VERAS, Enfermeiro, referente ao período 2009/2014, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1472/2015

PORTARIA RH Nº 1472/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5020/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Dezembro de 2015 a 30 de Dezembro de 2015, ao Servidor MARILDA DOS SANTOS SILVA DE JESUS, Técnico em Enfermagem, referente ao período 2010/2015, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1475/2015

PORTARIA RH Nº 1475/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5258/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Dezembro de 2015 a 29 de Janeiro de 2016, ao Servidor MARIÂNGELA BARRETO CUNHA, Médico Pediatra, referente ao período 2005/2010, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1476/2015

PORTARIA RH Nº 1476/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 5030/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. SILVA-DUARTE VERÔNICA DOS SANTOS Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 12/12/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Dezembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1477/2015

PORTARIA RH Nº 1477/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO VANESSA SILVA DE CAMARGO do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Dezembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1480/2015

PORTARIA RH Nº 1480/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, KLEVYS LOPES ROSA Secretário Adjunto de Educação e Esportes, do dia 03.12.2015 a 01.01.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Dezembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1481/2015

PORTARIA RH Nº 1481/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR ADRIANO TEIXEIRA MASSIH do cargo em comissão de Procurador Jurídico, PG 1, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Dezembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1482/2015

PORTARIA RH Nº 1482/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, RICARDO AUGUSTO SILVEIRA do cargo em comissão de Procurador Fiscal, PG 2, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Dezembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1483/2015

PORTARIA RH Nº 1483/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e considerando estar o Secretário Adjunto Sr. Klevys Lopes Rosa em gozo de férias;

RESOLVE:

DESIGNAR, SIMONE BELMIRO, Professor, para responder interinamente pelo Cargo de Secretário Adjunto de Educação e Esportes, durante o período de 03/12/2015 a 01/01/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Dezembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1484/2015

PORTARIA RH Nº 1484/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, KAROLINE SARTORI GOMES do cargo em comissão de Supervisor Escolar, DAE 2, na EEB. Prof. Iraci Virgínia Rodrigues, Barranceira, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Dezembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1487/2015

PORTARIA RH Nº 1487/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, LÍDIA DELFINO FERNANDES do cargo de Supervisor Escolar, DAE 2, na C.E.I Pequeno Príncipe, Cabeçuda, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Dezembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1488/2015

PORTARIA RH Nº 1488/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, LUCIANA MACHADO LUCIANO GOMES do cargo em comissão de Supervisor Escolar, DAE 2, na E.E.B. Custódio Floriano de Córdova – Passagem da Barra, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Dezembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº1473/2015

PORTARIA RH Nº 1473/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5962/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Dezembro de 2015 a 28 de Fevereiro de 2016, ao Servidor JULIANO DE OLIVEIRA FLORES, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2015.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº1485/2015

PORTARIA RH Nº 1485/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, BRUNO DA SILVA CEREJA do cargo de Supervisor Escolar, DAE 2, na E.E.B. Profª Elizabeth Ulysséa Arantes, Portinho, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Dezembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREGÃO 027/2015 - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL 027/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93, Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 17/12/2015, as 09:00 horas, para a contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços técnicos especializados, com fornecimento de materiais, para gestão dos serviços de iluminação pública, compreendendo as atividades de manutenção, modernização e ampliação do sistema de iluminação pública do município de Laguna. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br, ou na sede, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

Laguna, 04 de dezembro de 2015.

Waldir José de Souza

Pregoeiro

Lebon Regis

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2015

DECRETO Nº. 073/2015, de 04 de setembro de 2015.

“Dispõe sobre alteração da nomeação de membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, conforme abaixo relacionado:

a) Representante do Executivo Municipal

Titular - Rosane Guesser
Suplente – Rosane Regina de Souza

Titular – Claudia Zollett Semann
Suplente – Sergio Inhaia

Titular - Tito Hurbem de Mello
Suplente – Fernando Ribeiro da Silva

Titular – Viviane Aparecida da Silva
Suplente – Mairon Leonam Ribeiro

Titular – Marcos Antonio ferreira
Suplente - Cleuza Maria R. Tomacheuski

Titular – Alfredo Guesser Rosa
Suplente – Elizabete Spautz

Titular – André Barpp
Suplente – Mailton Wolfart

Titular – Francisco Jucelino Ribeiro
Suplente – Jocivania Picenti

b) Representante da Sociedade Civil Organizada:
I - Movimento de Luta por Terra

Titular – Andréia Pontes
Suplente – Neri Varela

Titular – Edeimar Antonio Nunes de Moraes
Suplente – Maria Valter

II – Entidades Religiosas

Titular – Aurélio de Souza Belli
Suplente – Luiz Carlos dos Santos
Titular – Vitalina da Silva Coelho Vendrame
Suplente – Márcia De Avila

III - Associação de Moradores

Titular – Jorge Luiz Guedes
Suplente – Luciano Alves de Moraes

IV – Associação dos Aposentados e Pensionistas
Titular – Helene Lurdes Dias

Suplente – Silvia Antunes Dias

V – Representantes da Área Rural

Titular – Nilceia Dias Martins
Suplente – Ricardo Ribeiro

Titular – Elaine Risson
Suplente - Lauro Antonio Ferlin

VI – Representantes da Terceira Idade

Titular – Modesto Rech
Suplente – Euclides Gomes

c) Representante do Poder Legislativo

Titular – Carlos Ivan Zanotto.
Suplente – Itamar Luiz Borga

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário contidas no Decreto 008/2015, de 20 de fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se
Lebon Régis, 04 de setembro de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 074/2015

DECRETO Nº. 074/2015, de 04 de setembro de 2015.

“Dispõe sobre a alteração da nomeação de membros da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS e contem outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, os membros abaixo relacionados:

- Presidente – Tito Hurbem de Mello
- Membro – Fernando Ribeiro da Silva
- Membro – Viviane Aparecida da Silva
- Membro – Elizabete Spautz

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário contidas no Decreto nº DE-CRETO Nº 009/2015, de 23 de fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se
Lebon Régis, 04 de setembro de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 075/2015

DECRETO Nº. 075/2015, de 04 de setembro de 2015.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL PROTEÇÃO DE DEFESA CIVIL - COMPDEC DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS- SC”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a composição de membros da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC do município de Lebon Régis a qual será composta pelos membros abaixo relacionados:

Rosane Guesser
Roberto Caetano Moraes
Reginaldo Rosário da Cruz
Viviane Aparecida da Silva
Tito Hurbem de Mello
Júlio Cezar Figueredo
Osmar Puttkammer Padilha
Suplentes:
Osvaldo Siqueira
Alessandro Granemann de Souza
Leoniro da Silva Pahl

Art. 2º - Fica designada a senhora Rosane Guesser para a coordenação do COMPDEC, conforme determina a Lei Municipal vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente do Decreto nº 017/2015 de 23 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se

Lebon Régis, 04 de setembro de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 076/2015

DECRETO Nº. 076/2015, de 04 de setembro de 2015.

“Dispõe sobre alteração de membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Altera alterada a composição dos membros titulares e suplentes representantes da organização governamental para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social o qual passa a ser composto da seguinte forma:

I - Organizações Governamentais – OG

a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Titular – Mayra Paula Alvez Pacheco
Suplente – Jocivania Pesenti

b) Representante da Secretaria Municipal da Assistência Social

Titular - Rosane Dias Guesser
Suplente – Claudia Zollet Seemann

c) Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular – Eny Apª Tramontina Cofferi
Suplente – Odinei Martins

d) Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
Titular – Viviane Aparecida da Silva
Suplente – Mairon Leonam Ribeiro

e) Representantes da Educação Infantil Municipal:
Titular – Ivani Teresinha Melo Xavier
Suplente – Keli Cristina Dalpiaz de Souza

I - Organizações não Governamentais e Usuários:

a) Representante do Sindicato Rural de Lebon Régis

Titular – Terezinha Ferlin Rizzo

Suplente – Marcelo Spautz

b) Representantes da Associação dos Amigos da Casa Lar Leonardo Muller Deboni
Titular – José Vanderlei Martins da Silva
Suplente – Cloci Maciel Pierdoná

c) Representante da Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Lebon Régis
Titular – Andrea Rodrigues dos Santos
Suplente – Vilmarisa Comper da Silva

d) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lebon Régis
Titular – Valdir Nogueira
Suplente – Argemiro Marins

e) Representante das Associações Usuários da Assistência Social
Titular – Maria Cristina Bonatti
Suplente – Valmir Schragle

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogando todas as disposições do Decreto Nº 058/2015 de 23 de junho de 2015.

Registre-se, Publique-se

Lebon Régis, 04 de setembro de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2015

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº22/2015_RP07

OBJETO: A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de serviços de arbitragem em jogos de Futebol de Salão, Futebol de Campo, Voleibol e Handebol nas quantidades previstas e discriminadas no anexo I do Edital. Fornecedor: LIGA DESPORTIVA DA REGIAO DE FRAIBURGO-LIDERFRAY (11.666.180/0001-61). Valor total Registrado em ATA: R\$55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais). Vigência: 18/11/2015 até 18/11/2016.

Lebon Regis, 18/11/2015

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº PR22/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2015 PROCESSO46/2015

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PR22/2015 Registro de Preços nº07/2015 Processo46/2015

OBJETO: A presente licitação visa à elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada e credenciada junto à Federação Catarinense de Futebol, para prestação de serviços de arbitragem em jogos de Futebol de Salão, Futebol de Campo, Voleibol e Handebol nas quantidades previstas e discriminadas no anexo I do Edital. Data de Homologação: 18/11/2015 Licitante Homologado: LIGA DESPORTIVA DA REGIAO DE FRAIBURGO-LIDERFRAY (11.666.180/0001-61). Valor total R\$55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais).

Lebon Regis, 18/11/2015

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº. 1/2015

Pelo presente instrumento particular a autarquia HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.684.324/0001-13, com sede na Rua Valdir Ortigari, n. 74, Centro, Lebon Régis/SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Moacir Galeno Varela Furtado, , doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado MARQUES & BURGARDT FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Luiz Granemann de Souza, sn, centro, no município de Lebon Régis-SC, inscrito no CNPJ 08.509.166/0001-40, neste ato, representada por sua Diretora, Sra. Ana Paula Burghardt, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a cláusula SEXTA do Contrato n. 1/2015 para modificar o prazo de vigência para até 30/11/2016, justificada pelo art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a cláusula quarta para que seja inclusa a dotação orçamentária detalhada conforme segue:

DESPESA	AÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO
224	Manutenção das Atividades do HOSPITAL	Hosp. e Mat. Municipal Santo Antonio	3.3.90.39.50
225			

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Lebon Régis, 02 de Dezembro de 2015.

Hosp. e Mat. Mun. S. Antonio

Moacir G. V. Furtado

MARQUES & BURGARDT FIS. E PSIC. LTDA-ME

Ana Paula Burghardt

Diretora

Visto em ____/____/2015.

FERNANDO PADILHA KUHNEN

OAB/SC 24.879

Advogado do Município

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 139/2015

DECRETO Nº 139, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 5.400,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.400,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.400,00
Função	08	Assistência Social	5.400,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	5.400,00
Programa	08	Assistência ao Menor com Responsabilidade	5.400,00
Atividade	2.038	Bloco de Financiamento – Proteção Social Básica – PSB - CRAS	5.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.400,00
Fonte de Recursos	0.1.0063	Índice de Gestão Descentralizada – IGD	5.400,00
Detalhamento	308	Índice de Gestão Descentralizada - IGD BF	5.400,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			5.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.400,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.400,00
Função	08	Assistência Social	5.400,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	5.400,00
Programa	08	Assistência ao Menor com Responsabilidade	5.400,00
Atividade	2.038	Bloco de Financiamento – Proteção Social Básica – PSB - CRAS	5.400,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	5.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.400,00
Fonte de Recursos	0.1.0063	Índice de Gestão Descentralizada – IGD	5.400,00
Detalhamento	308	Índice de Gestão Descentralizada - IGD BF	5.400,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			5.400,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 04 de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

ANEXO 1 - LEI 4111

ANEXO I

Lei nº 1411 de 01/12/2015

nº Patrimônio	Descrição do Bem	Valor
22	NOBREAK MARCA ENERMAX	R\$ 0,25
39	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
66	MICROCOMPUTADOR P/ LABORATÓRIO	R\$ 0,25
68	NOBREAK NHS MINI II(ASSESSORIA JURIDICA)	R\$ 0,25
77	CIRCULADOR DE AR BRITANIA (TELEFONISTA)	R\$ 0,25
85	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
99	MICROSYSTEM AIWA CSD-A220	R\$ 0,25
110	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
125	NOBREAK MARCA NHS MINI	R\$ 0,25
130	PROJETOR MULTIMIDIA EPSON POWER LITE 52 NA COR CINZA	R\$ 0,25
146	MESA EM FERRO TUBULAR PRETO TAMPA EM VIDRO FORMATO REDONDO (COZINHA)	R\$ 0,25
151	AR CONDICIONADO CONSUL DIGITAL 10000 BTUS	R\$ 0,25
154	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
155	CALCULADORA ELETRICA OLIVETTI(SEC ADM)	R\$ 0,25
184	MONITOR MARCA PHILIPS 14 POL.	R\$ 0,25
250	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO VERDE	R\$ 0,25
256	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO VERDE	R\$ 0,25
298	FOGAELETRICO BRASTEMP 2 BOCAS INCANDESCENTES (COZINHA)	R\$ 0,25
315	IMPRESSORA HP 610-C	R\$ 0,25
317	MESINHA P/ IMPRESSORA EM MDF BRANCO ESTRUTURA EM FERRO (SEC ADM)	R\$ 0,25
341	MONITOR LG 17 POL LCD	R\$ 0,25
351	MESA P/ ESCRITORIO EM FORMICA 3 GAVETAS	R\$ 0,25
374	MICROCOMPUTADOR TUBO PROVIEN BEGE	R\$ 0,25
376	NOBREAK ENERMAX	R\$ 0,25
398	MONITOR MARCA PROVIEW 14 POL	R\$ 0,25
432	MICROCOMPUTADOR P/ LABORATORIO	R\$ 0,25
457	BIOMBO EM FERRO TUBULAR	R\$ 0,25
458	BIOMBO EM FERRO TUBULAR	R\$ 0,25
459	IMPRESSORA EPSON STYLUS C 67	R\$ 0,25
490	MICROCOMPUTADOR SAMSUNG BEGE	R\$ 0,25
498	MESA PARA ESCRITORIO EM FORMICA 5 GAVETAS FORMATO EM L	R\$ 0,25
513	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL(ASSESSORIA JURIDICA)	R\$ 0,25
524	BALCAO PIA EM MDF BRANCO COM 2 PORTAS 6 GAVETAS BACIA EM INOX 1 CUBA	R\$ 0,25
534	ARMARIO EM MADEIRA 4 PORTAS 2 COM VIDRO 2 GAVETAS	R\$ 0,25
535	BEBEDOURO DE GARRAFAO MARCA BEGEL MARROM	R\$ 0,25
570	NOBREAK MARCA NHS MINI II	R\$ 0,25
599	NOBREAK MARCA NHS MINI	R\$ 0,25
602	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
612	BALANÇA INFANTIL DIGITAL ATE 10 KG MARCA WELMY	R\$ 0,25
631	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
654	BANCO PARA EXAME EM FERRO COM INOX FORMATO REDONDO	R\$ 0,25
688	SUPORTE EM FERRO PARA SORO	R\$ 0,25
692	SUPORTE EM FERRO PARA SORO	R\$ 0,25
700	SUPORTE EM FERRO PARA SORO	R\$ 0,25

703	CIRCULADOR DE AR BRITANIA 30 CM 3 VELOCIDADES	R\$ 0,25
705	AUTOCLAVE MARCA CRISTOFOLIVITALE PLUS	R\$ 0,25
711	MONITOR LCD 17 POLEGADAS MARCA FLATRON	R\$ 0,25
715	REVELADOR DE RAO X	R\$ 0,25
735	VENTILADOR DE MESA MARCA BRITANIA	R\$ 0,25
738	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
749	MONITOR DE VÍDEO INFORWAY (TAUTEC) NA COR CINZA E PRETO	R\$ 0,25
750	MESA PARA COMPUTADOR EM FÓRMICA.	R\$ 0,25
760	NOBREAK ENERMAX	R\$ 0,25
782	MONITOR MARCA PROVIEM 14 POL.	R\$ 0,25
795	CADEIRA GITATORIA ESTOFADA EM TECIDO PRETO	R\$ 0,25
817	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
936	MICROCOMPUTADOR TUBO PROVIEN BEGE	R\$ 0,25
937	MICROCOMPUTADOPR INTEL CELERON 1000 512 MB DE RAM	R\$ 0,25
993	ARMARIO EM MDF BRANCO 2 PORTAS C/ CHAVE E DETALHES EM PRETO	R\$ 0,25
1042	CARRINHO P/ BEBE	R\$ 0,25
1049	MINISYSTEM MARCA PHILIPS	R\$ 0,25
1119	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
1129	MINISYSTEM MARCA PHILIPS	R\$ 0,25
1195	MINISYSTEM PHILIPS	R\$ 0,25
1370	QUADRO BRANCO C/ ESTRUTURA EM ALUMINIO PEQUENO	R\$ 0,25
1502	QUADRO BRANCO	R\$ 0,25
1538	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA(GINASIO)	R\$ 0,25
1791	MESA PARA PROFESSOR EM FORMICA MARROM COM 03 GAVETAS.	R\$ 0,25
1832	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
1887	MESA P/ ESCRITORIO EM FORMICA MARROM 3 GAVETAS	R\$ 0,25
1889	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO 2.65 GHZ 1.99 GB DE RAM	R\$ 0,25
1894	FAX SHARP UX-66	R\$ 0,25
1919	NOBREAK NHS PREMIUM	R\$ 0,25
1926	ESTABILIZADOR MICROSOL	R\$ 0,25
1927	MICROCOMPUTADOR P/ LABORATORIO	R\$ 0,25
1930	MICROCOMPUTADOR P/ LABORATORIO	R\$ 0,25
1931	IMPRESSORA EPSON STYLUS C-63 (LABORATORIO USO P/ BAIXA)	R\$ 0,25
1932	IMPRESSORA HP 610-C	R\$ 0,25
2078	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2461	TELEVISOR 20 POL LG	R\$ 0,25
2559	ESTABILIZADOR ADFTRONIC	R\$ 0,25
2573	MONITOR 14 POLLCD POSITIVO	R\$ 0,25
2750	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2766	MESA EM MADEIRA 4PES C/ TAMPA EM FORMICA	R\$ 0,25
2773	BANCO EM MADEIRA COLETIVO 2PES	R\$ 0,25
2775	BANCO EM MADEIRA 2PES	R\$ 0,25
2916	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
2953	QUADRO BRANCO EM FORMICA ESTRUTURA EM MADEIRA	R\$ 0,25
3066	EXPOSITOR EM MADEIRA 8 PRATELEIRAS	R\$ 0,25
3067	MESA P/ ESCRITORIO EM MDF BEGE C/ PORTA TECLADO	R\$ 0,25
3160	RADIO GRAVADOR COM CD - MARCA NKS - MODELO PCD 2600	R\$ 0,25
3227	NOBREAK RAGHTECK	R\$ 0,25
3485	RECEPTOR P/ ANTENA PARABOLICA DIGITAL ELSYS	R\$ 0,25
3506	DVD MARCA CCE 750 X	R\$ 0,25
3515	PROJETOR MULTIMIDIA EPSON POWER LITE S5+	R\$ 0,25
3549	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4206	IMPRESSORA EPSON STYLUS T-25	R\$ 0,25

4222	CARRINHO P/ BEBE	R\$ 0,25
4291	IMPRESSORA EPSON STYLUS T 25	R\$ 0,25
4298	IMPRESSORA EPSONSTYLUS T 25	R\$ 0,25
4437	QUADRO BRANCO ESTRUTURA EM ALUMINIO	R\$ 0,25
4536	HUB C/ SWITCHID ´LINK DES 1016	R\$ 0,25
4651	BEBEDOURO DE COLUNA MARCA MASTER FRIO	R\$ 0,25
4911	NOBREAK ADFTRONIK (TELEFONISTA)	R\$ 0,25
4914	IMPRESSORA MATRICIAL OLIVETTI(SEC ADM)	R\$ 0,25
4954	FAX OLIVETTIJETLAB 490 (TELEFONISTA)	R\$ 0,25
4957	NOBREAK RAGTECH	R\$ 0,25
4961	FRAGMENTADORA MENNOFP13-T2	R\$ 0,25
5555	CARRINHO P/ BEBE	R\$ 0,25
5557	CARRINHO P/ BEBE	R\$ 0,25
5558	CARRINHO P/ BEBE	R\$ 0,25
5634	CARRINHO P/ BEBE	R\$ 0,25
5789	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5790	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5791	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5994	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO 2.93 GHZ 4.0 GB DE RAM	R\$ 0,25
6030	ESTABILIZADOR MICROSOL MIE G3	R\$ 0,25
6035	ESTABILIZADOR MICROSOL MIE G3	R\$ 0,25
6036	ESTABILIZADOR MICROSOL MIE G3	R\$ 0,25
6038	ESTABILIZADOR MICROSOL MIE G3	R\$ 0,25
6131	BANCO EM MADEIRA 2PES	R\$ 0,25
6152	ASPIRADOR DE POBRITANIA ASP 1650 TURBO	R\$ 0,25
6261	NOBREAK MARCA RAGTECH	R\$ 0,25
6314	DVD CCE 500-X(SEC EDUCACAO)	R\$ 0,25
6328	NOBREAK RAGHTECK	R\$ 0,25
6360	NOBREAK MARCA RAGTECH	R\$ 0,25
6367	IMPRESSORA MARCA EPSON STYLUS C-79	R\$ 0,25
6455	CADEIRA FIXA CROMADA ASSENTO EM PLASTICO CROMADO	R\$ 0,25
6480	CADEIRA FIXA CROMADA ASSENTO EM PLASTICO CROMADO	R\$ 0,25
6494	CADEIRA FIXA CROMADA ASSENTO EM PLASTICO CROMADO	R\$ 0,25
6497	CADEIRA FIXA CROMADA ASSENTO EM PLASTICO CROMADO	R\$ 0,25
6642	ESTUFA DE ESTERILIZACAO E SECAGEM MARCA ODONTOBRAS 1.1	R\$ 0,25
6647	BOTIJAO P/ NITROGENIO LIQUIDO	R\$ 0,25
6649	BOTIJAO P/ NITROGENIO LIQUIDO VOLTA 20 LOC (CASA DO NILSON IAGHER LINHA ROÇA GRANDE)	R\$ 0,25
6650	BOTIJAO P/ NITROGENIO LIQUIDO CRYOMETALLOCC (CASA DO NILTON CASSEL LINHA DOIS IRMAOS)	R\$ 0,25
6653	BOTIJAO P/ NITROGENIO LIQUIDO VOLTA 20 LOC	R\$ 0,25
6654	BOTIJAO P/ NITROGENIO LIQUIDO CRYOMETALLOCC	R\$ 0,25
6668	IMPRESSORA MARCA HP DESKJET 1000	R\$ 0,25
6853	Impressora Multifuncional jato de tinta Brother MFCJ430W	R\$ 0,25
7150	COMPUTADOR CPU + MONITOR INTEGRADO BRAOX	R\$ 0,25
7160	BALANCA MECANICA MARCA BALMAK ATE 150KG	R\$ 0,25
12	MESA P/ ESCRITORIO EM FORMICA VERNIZ 3 GAVETAS C/ PUXADOR (TRIBUTACAO)	R\$ 0,25
19	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
23	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
44	ESTABILIZADOR NHS	R\$ 0,25
62	VIDEO CASSETE MARCA PHILIPS	R\$ 0,25
121	IMPRESSORA HP LASERJET 4300 (SEC EDUCACAO)	R\$ 0,25
180	NOBREAK MARCA SUPREME	R\$ 0,25
324	MESINHA P/ IMPRESSORA EM MDF BRANCO ESTRUTURA EM FERRO (SEC ADM)	R\$ 0,25
449	ESTABILIZADOR MARCA MICROSOL	R\$ 0,25

460	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
477	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
500	NOBREAK ENERMAX (COMPRAS)	R\$ 0,25
635	IMPRESSORA MARCA EPSON C 79	R\$ 0,25
642	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
678	CADEIRA FIXA EM FORMICA	R\$ 0,25
709	MESA PARA COMPUTADOR EM FORMICA VERNIZ	R\$ 0,25
801	ESTABILIZADOR MARCA ADFTRONIC	R\$ 0,25
878	NOBREAK MARCA YUPE	R\$ 0,25
906	CALCULADORA ELETRICA OLIVETTI(SEC ADM)	R\$ 0,25
921	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
926	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
959	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO E FIBRA COLORIDA	R\$ 0,25
1103	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO E FIBRA COLORIDA	R\$ 0,25
1162	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	R\$ 0,25
1248	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1270	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1277	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1282	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1285	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1304	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1321	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1362	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1423	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1590	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1740	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1759	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1822	ESTANTE EM AÇO 7 PRATELEIRAS P/ LIVROS	R\$ 0,25
1826	ESTANTE EM AÇO 7 PRATELEIRAS P/ LIVROS	R\$ 0,25
1865	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM 4INSID	R\$ 0,25
1869	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM 4INSID COM PAINEL ELETRONICO	R\$ 0,25
1873	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM 4INSID (IND COM)	R\$ 0,25
1901	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1904	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
1928	MESA P/ PROFESSOR EM FORMICA 3 GAVETAS	R\$ 0,25
2073	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2109	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2110	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2130	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2134	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2149	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2158	MESA P/ PROFESSOR EM FORMICA 3 GAVETAS	R\$ 0,25
2162	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2177	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2203	MESA PRÉ ESCOLAR COLETIVA EM FORMICA E FERRO	R\$ 0,25
2212	CADEIRA PREESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2218	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2236	IMPRESSORA MARCA LEXMARK E-120	R\$ 0,25
2256	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2270	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2283	ESTABILIZADOR MICROSOL	R\$ 0,25

2296	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2300	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2312	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2323	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2326	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2331	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2334	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2339	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2342	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2345	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2352	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2359	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2393	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2396	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2398	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2434	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
2437	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
2447	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
2482	MESA EM MADEIRA MARROM 4PES 1 GAVETA	R\$ 0,25
2501	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2502	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2503	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2505	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2506	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2509	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2510	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2512	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2513	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2515	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2516	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2520	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2522	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO	R\$ 0,25
2541	ESTABILIZADOR MICROSOL	R\$ 0,25
2542	ESTABILIZADOR MICROSOL	R\$ 0,25
2543	ESTABILIZADOR MICROSOL	R\$ 0,25
2544	ESTABILIZADOR MICROSOL	R\$ 0,25
2546	ESTABILIZADOR MICROSOL	R\$ 0,25
2548	ESTABILIZADOR MICROSOL	R\$ 0,25
2549	ESTABILIZADOR NHS	R\$ 0,25
2550	ESTABILIZADOR MICROSOL	R\$ 0,25
2604	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
2606	ESTABILIZADOR MICROSOL	R\$ 0,25
2615	MESA P/ESCRITORIO EM MDFBEJE 2 GAVETAS	R\$ 0,25
2620	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
2641	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2646	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2649	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2664	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2705	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2739	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2759	MESINHA EM MADEIRA 4PES	R\$ 0,25
2760	MESINHA EM MADEIRA 4PES	R\$ 0,25

2823	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2833	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2846	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2849	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2858	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2861	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2862	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2868	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2887	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
2918	ESTABILIZADOR MICROSOFT	R\$ 0,25
2926	ESTANTE EM AÇO 7 PRATELEIRAS	R\$ 0,25
2932	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	R\$ 0,25
2990	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3023	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3034	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3036	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3041	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3054	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3062	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3064	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3093	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3315	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3353	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3385	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3389	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3391	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3412	CAVALETE EM MADEIRA P/ TELA DE PINTURA	R\$ 0,25
3428	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
3444	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
3520	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3521	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3523	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3524	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3525	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3526	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3527	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3528	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3529	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3530	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3531	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3532	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3533	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3534	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3535	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3536	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3537	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3538	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3539	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3540	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
3576	CAVALETE PARA PINTURA EM MADEIRA BRANCA	R\$ 0,25

3639	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO TUBULAR CINZA ASSENTO EM PLASTICO AMARELO TAMANHO 3	R\$ 0,25
3690	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO TUBULAR CINZA ASSENTO EM PLASTICO AMARELO TAMANHO 3	R\$ 0,25
3701	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3702	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3703	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3704	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3707	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3708	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3709	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3710	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3711	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3712	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3713	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3714	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3715	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3716	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3718	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3719	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3736	CARTEIRA ESCOLAR EM MDF CINZA E AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3753	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3757	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3758	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3778	CARTEIRA ESCOLAR EM MDF CINZA C/ AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3796	CARTEIRA ESCOLAR EM MDF CINZA C/ AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
3997	MONITOR LCD 18 POL PHILIPS (SEC ADM)	R\$ 0,25
4027	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4114	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4369	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4372	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4378	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4419	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4449	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4463	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4466	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4476	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4477	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4481	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4484	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4527	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4537	CARRINHO AUXILIAR EM FERRO C/ RODINHAS P/ TV E VIDEO	R\$ 0,25
4558	ESTANTE EM AÇO C/ 7 PRATELEIRAS BRANCA P/ LIVROS	R\$ 0,25
4667	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4668	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4680	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4710	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4713	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4742	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4755	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4775	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4795	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
4820	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MDF CINZA C/ ESTRUTURA EM FERRO TUBULAR CINZA C/ DETALHES AMARELO TAMANHO 3	R\$ 0,25
4850	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AMARELO TAMANHO 3	R\$ 0,25
5004	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5015	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5030	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25

5032	ARMARIO EM MDF BEGE 2 PORTAS DE CORRER C/ CHAVE	R\$ 0,25
5040	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
5061	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
5071	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
5097	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
5134	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
5162	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
5180	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
5218	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM NYLON	R\$ 0,25
5304	ENCERADEIRA MARCA ARNO	R\$ 0,25
5556	CARRINHO P/ BEBE	R\$ 0,25
5559	CARRINHO P/ BEBE	R\$ 0,25
5570	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO E FIBRA COLORIDA	R\$ 0,25
5575	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO E FIBRA COLORIDA	R\$ 0,25
5607	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	R\$ 0,25
5645	CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA ASSENTO EM PALHA	R\$ 0,25
5727	VENTILADOR DE TETO MARCA PRIMAVERA	R\$ 0,25
5728	VENTILADOR DE TETO MARCA PRIMAVERA	R\$ 0,25
5771	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM PLASTICO AZUL TAMANHO 6	R\$ 0,25
5794	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5801	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5802	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5805	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5852	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5853	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5854	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
5930	VENTILADOR DE TETO MARCA TRON	R\$ 0,25
5980	VENTILADOR DE TETO MARCA TRON	R\$ 0,25
5985	NOBREAK ADFTRONIC	R\$ 0,25
5997	NOBREAK NHS MINI III	R\$ 0,25
6029	MICROCOMPUTADOR CCE (LABORATORIO)	R\$ 0,25
6067	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
6088	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	R\$ 0,25
6090	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	R\$ 0,25
6195	TELEFONE SEM FIO MARCA PHILIPS 6.0	R\$ 0,25
6207	CADEIRA DE RODAS EM FERRO TUBULAR CINZAASSENTO EM TECIDO PRETO	R\$ 0,25
6240	CADEIRA DE RODAS EM FERRO TUBULAR CINZAASSENTO EM TECIDO PRETO	R\$ 0,25
6241	CADEIRA PARA BEBE PARA VEICULO MARCA SUPER MATRIX	R\$ 0,25
6242	CADEIRA PARA BEBE PARA VEICULO MARCA SUPER MATRIX	R\$ 0,25
6374	CADEIRA PARA BEBE MARCA SUPER MATRIX	R\$ 0,25
6575	CADEIRA FIXA CROMADA ASSENTO EM PLASTICO CROMADO	R\$ 0,25
6638	CADEIRA DE RODAS PARA BANHO	R\$ 0,25
6639	CADEIRA DE RODAS PARA BANHO	R\$ 0,25
6813	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	R\$ 0,25
6851	Nobreak 600 VA - marca Ragtech	R\$ 0,25
6852	Nobreak 600 VA	R\$ 0,25
6873	Cadeira fixa executivac/braço e encosto alto	R\$ 0,25
6909	Nobreak 600VA - marca: Ragtech	R\$ 0,25
6910	Nobreak 600VA - marca: Ragtech	R\$ 0,25
6911	Nobreak 600VA - marca: Ragtech	R\$ 0,25

CONCURSO PÚBLICO 0012015

EDITAL Nº 001/2015 de 04 de dezembro 2015.

"ABRE INSCRIÇÕES E FIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO EM EMPREGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)."

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e suas alterações posteriores e Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, estabelece normas para a realização de Concurso Público de provas para provimento efetivo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente certame originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM.

1.2. O Concurso Público destina-se ao provimento de empregos públicos em caráter efetivo, consoante à disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do certame www.aprendersc.com.br para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para todos os empregos do referido Edital, serão recebidas SOMENTE POR INTERNET, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico www.aprendersc.com.br na opção correspondente ao Município de Luzerna de 07/12/2015 até as 23:59min do dia 05/01/2016, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.1. O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2. O candidato deverá prestar ATENÇÃO ao selecionar o emprego desejado para a realização da prova.

2.1.3. O candidato indicará um endereço eletrônico (e-mail) VÁLIDO o qual deverá permanecer ativo e ser acessado constantemente até o final deste certame, sob responsabilidade do candidato. Caso o candidato não tenha um e-mail, é obrigação do mesmo providenciar o mais breve possível para conclusão de sua inscrição.

2.1.4. O candidato que não tiver condições de acesso para fazer sua inscrição on-line, poderá fazê-la dirigindo-se à Prefeitura Municipal de Luzerna, especificamente na Secretaria de Fazenda e Administração no horário das 13h00 às 19h00.

2.1.5. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, endereço e-mail inválido, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.3. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e deverão ser apresentados no local de realização das provas.

2.3.1. O candidato que não portar os documentos citados acima no dia da realização da prova, perderá o direito de manifestar-se frente a situações inesperadas que possam vir acontecer nos momentos que antecedem a realização das provas.

2.4. O candidato deverá realizar o pagamento da taxa de inscrição, de acordo com o nível de escolaridade ao emprego pretendido no referido certame.

Ensino Superior	R\$ 95,00	Noventa e cinco Reais.
Ensino Médio/Técnico	R\$ 65,00	Sessenta e cinco Reais.

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.6. A guia do boleto bancário e o comprovante de inscrição estarão disponíveis UMA ÚNICA VEZ no endereço eletrônico www.aprendersc.com.br, na aba correspondente ao certame em questão, logo após o candidato ter preenchido o formulário de inscrição. A guia de pagamento bancário e o comprovante de inscrição DEVERÃO SER IMPRESSOS NA SEQUÊNCIA E MANTIDOS EM PODER DO CANDIDATO.

2.7. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto, ou seja, até 05/01/2016, preferencialmente nas agências do Banco do Brasil.

2.8. A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.9. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.10. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.11. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente certame, implicará na eliminação automática do candidato, não ficando livre das cominações legais decorrentes de seus atos.

2.12. Cada candidato poderá inscrever-se em apenas um dos empregos públicos constantes do Anexo I.

2.13. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo IV, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail (contato@aprendersc.com.br) anexando no corpo do e-mail o comprovante de Pagamento da guia bancária na forma digital (scaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores.

III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o art. 1º, § 2º, da Lei nº 2.899, de 17 de maio de

2006, devem ser reservados aos candidatos com deficiência, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas em Concursos Públicos.

3.2. O disposto no subitem 3.1 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo exigido.

3.3. Em razão do número de vagas deste certame, não haverá reserva de vagas para candidatos com deficiência. Estes poderão concorrer em igualdade de condições com os demais candidatos. Porém, deverão observar a compatibilidade e entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadores.

3.4. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações na Lei federal nº 7.853/1989.

3.5. O candidato com deficiência após realizar sua inscrição on-line e fazer suas observações referentes à deficiência deverá encaminhar OBRIGATORIAMENTE VIA SEDEX, o requerimento preenchido conforme modelo do Anexo V a cópia simples do CPF e cópia do laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital, para o endereço da empresa APRENDER.COM – Rua Duque de Caxias, 844 – Centro – Joaçaba/SC – 89.600-000.

3.6. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A APRENDER.COM não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo a seu destino.

3.7. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto nos subitens anteriores terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.8 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional, que terá a decisão terminativa sobre:

a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e

b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.9 O candidato com deficiência participará deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.10. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato do preenchimento do formulário on-line de inscrição, NÃO ASSINALAR NA OPÇÃO INDICADA E NÃO ESPECIFICAR QUAL CONDIÇÃO.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braille, necessitar de um intérprete ou em qualquer outra condição especial deverá requerer obrigatoriamente no ato da sua inscrição, conforme mencionado no item anterior.

3.12. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer obrigatoriamente no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 20, 22 ou 24.

3.13. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.14. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo IV e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aprendersc.com.br na opção correspondente ao Município de Luzerna e também no site www.luzerna.sc.gov.br

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

4.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.

4.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido à APRENDER.COM, no prazo máximo previsto no Anexo IV, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.

4.3.1 O recurso deverá ser preenchido conforme modelo disponível no site www.aprendersc.com.br, na opção correspondente ao Município de Luzerna, e deverá ser encaminhado eletronicamente após o candidato realizar o preenchimento do mesmo de forma digitada ou manuscrita, com letra legível. Junto com o formulário de recurso, o candidato deverá enviar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Todos esses documentos deverão ser encaminhados para o e-mail contato@aprendersc.com.br.

V - DO VÍNCULO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1. Os candidatos habilitados e classificados neste Concurso Público, serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

VI - DA PROVA

6.1. O presente certame objeto deste Edital constará de Prova objetiva de conhecimentos para todos os empregos.

6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08h20, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

6.4. O local de aplicação das provas objetivas será no prédio do Centro de Eventos São João Batista (Antigo Seminário), sito à Rua Frei João, 601, Luzerna(SC), com início da aplicação das provas às 08h30.

6.4.1. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Certame e o Município de Luzerna poderão designar locais complementares de prova, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais através do site www.aprendersc.com.br, na aba correspondente ao Município de Luzerna.

- 6.4.2. É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas referente ao emprego que se inscreveu, a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.
- 6.5. O Município de Luzerna reserva-se o direito de realizar as provas escritas de conhecimento nos períodos matutino, vespertino e noturno, de acordo com o número de candidatos inscritos no presente certame, se necessário for.
- 6.6. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de três horas (3h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.
- 6.7. Para entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento de identificação válido e com foto e recomenda-se levar junto o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição, para eventuais intercorrências que vierem a ocorrer, conforme reserva o item 2.3.1.
- 6.8. Consideram-se como documentos válidos para identificação do candidato: cédulas de identidade (RG) expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal; identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros; identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenham validade como documento de identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Dispensa de Incorporação; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; e identidade funcional em consonância com o Decreto nº 5.703, de 15 de fevereiro de 2006.
- 6.9. Não serão aceitos como documentos de identidade aqueles que não estejam listados no item 6.8, tais como: protocolos, Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503/97, Carteira de Estudante, Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani), crachás e identidade funcional de natureza privada, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, ou ainda, cópias de documentos válidos, mesmo que autenticadas.
- 6.10. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.
- 6.11. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.8, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.
- 6.12. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.
- 6.13. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.
- 6.14. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do certame.
- 6.14.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início das provas, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.
- 6.14.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de provas.
- 6.14.3. É dever do candidato antes de começar a responder o caderno de provas, conferir se seu cartão resposta está compatível com seu caderno de provas.
- 6.15. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.
- 6.16. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.
- 6.17. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado, bem como, entregar o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do certame.
- 6.18. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do emprego público.
- 6.19. Os três (03) últimos candidatos de cada sala ao terminar as provas só poderão deixar o local juntos.
- 6.20. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

- 7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Atualidades e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.
- 7.2. A prova de conhecimentos para os todos os empregos será objetiva e constará de 40 (quarenta) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.
- 7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos de nível médio/técnico e superior será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,25	2,50
Matemática	09	0,22	1,98
Conhecimentos Gerais e Atualidades	09	0,20	1,80
Conhecimentos Específicos	12	0,31	3,72
Total	40		10,00

- 7.4. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar como primeira opção caneta esferográfica de tinta azul e como segunda opção caneta esferográfica de tinta preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.
- 7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo preencher de maneira correta conforme imagem modelo na capa do caderno de provas entregue ao candidato no dia da realização da prova objetiva.
- 7.5.1. É de inteira responsabilidade do candidato a assinatura do cartão resposta e do seu preenchimento. A falta de assinatura implicará na não correção do cartão-resposta e consequente eliminação do candidato do referido certame.
- 7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão (ões) que contenha(m):

- a) Emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;
 - b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
 - c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
 - d) Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.6 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.
- 7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 02 (dois) decimal, sem arredondamento.
- 7.8. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br e www.luzerna.sc.gov.br.
- 7.9. O caderno de provas estará disponível de forma geral e aberta no site da empresa, na aba correspondente ao Município de Luzerna de forma única e exclusiva durante o período recursal para todos os interessados que desejarem obter o teor dos cadernos aplicados, ou seja, de 01/02/2016 a 02/02/2016. Passado o período recursal, o candidato poderá receber seu caderno, através de pedido encaminhado ao e-mail contato@aprenderesc.com.br.
- 7.10. Havendo necessidade de recurso para impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher o requerimento que estará disponível através do endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br, na aba "processos em andamento" no link do Município de Luzerna, conforme prazos previstos em Edital.
- 7.11. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Concurso Público, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.
- 7.12. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 8.1. Serão considerados aprovados de forma geral e farão parte da listagem final os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.
- 8.2. A nota final para os cargos avaliados com a prova escrita e objetiva será através da soma dos acertos conforme cálculo abaixo:
$$PO = (NaCP \times 0,25 + NaCM \times 0,22 + NaCGA \times 0,20 + NaCE \times 0,31) = NF$$
$$NF = PO$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Português; NaCM: Número de acertos em questões de Matemática; NaCGA: Número de acertos em questões de Conhecimento Gerais e Atualidades; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos; NF: Nota Final.
- 8.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.
- 8.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:
- a) maior nota na prova de Conhecimento Específico;
 - b) maior nota na prova de Língua Portuguesa;
 - c) maior nota na prova de Língua Matemática;
 - d) maior nota na prova de Língua Conhecimentos Gerais e Atualidades.
 - e) maior idade.

IX - DOS RECURSOS

- 9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do certame que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo IV deste Edital.
- 9.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br na aba de processos em andamento na opção correspondente ao Município de Luzerna, no qual deverá ser enviado para o e-mail contato@aprenderesc.com.br dentro dos prazos e horários estabelecidos por este Edital.
- 9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 9.2, cabendo a banca organizadora da APRENDER.COM a apreciação dos mesmos.
- 9.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.
- 9.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação através de publicações no site da empresa responsável.
- 9.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.
- 9.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.
- 9.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão divulgadas no site da APRENDER.COM e no site do Município de Luzerna, para conhecimento de todos os candidatos e interessados.
- 9.9. A Comissão Especial do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 114/2015, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

X - DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. O resultado final do Concurso Público que destina-se ao provimento de empregos públicos em caráter efetivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente através de Decreto Municipal e publicado no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Luzerna www.luzerna.sc.gov.br, no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br e no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

XI - DA CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO

- 11.1. Previamente à nomeação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os documentos conforme Decreto 2060 de 01 de julho de 2015.
- 11.2. Os documentos para nomeação serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a nomeação.

11.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a nomeação do candidato.

11.4. A convocação será feita através das informações preenchidas pelo próprio candidato na sua ficha de inscrição on-line.

11.5. O candidato convocado deverá apresentar no prazo de 48 horas os documentos comprobatórios para sua nomeação. A sua não apresentação, a apresentação de forma incompleta ou tardia implicará na sua desclassificação.

XII - DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Delega-se competência para empresa responsável pelo certame para:

- elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos e provaprática.
- apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- prestar informações sobre o Concurso Público;
- definir normas para aplicação das provas;
- selecionar fiscais para aplicação das provas.

XIII - DO FORO JUDICIAL

13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao certame de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba(SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da prova correspondente.

14.2. O prazo de validade do presente Concurso Público é de dois (02) anos, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

14.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão nomeados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

14.4. O candidato classificado e convocado que não quiser ou não puder assumir a vaga deverá assinar sua desistência, ou não comparecendo no prazo concedido na convocação será entendido como desistência, perdendo o direito a vaga, não podendo, posteriormente reivindicar a vaga.

14.5. A classificação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito à nomeação automática.

14.6. Será excluído do presente certame, por ato da empresa responsável APRENDER.COM, vencedora do processo licitatório, o candidato que:

- tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.7. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim em formulário disponível no site da empresa www.aprender.com.br, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

14.8. O Gabarito Oficial da prova objetiva de conhecimentos será divulgado no endereço eletrônico www.aprender.com.br no endereço eletrônico www.luzerna.sc.gov.br

14.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pelo certame e pela Comissão Especial do Concurso Público designada pela Portaria nº 114/2015.

14.13. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- ANEXO I – Dos Empregos, Vagas, Carga Horária, Vencimentos e Habilitação.
- ANEXO II - Do Conteúdo Programático Geral para todos os empregos de Nível Médio, Técnico e Superior.
- ANEXO III – Do Conteúdo Programático Específico para todos os empregos
- ANEXO IV - Do Cronograma (Sujeito a alterações).
- ANEXO V - Do Requerimento/Declaração para Deficiente Física e/ou Condição Especial.

15.14. Será publicado Extrato do presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível no site do Município www.luzerna.sc.gov.br e no endereço eletrônico www.aprender.com.br.

Luzerna(SC), 04 de dezembro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO I

DOS EMPREGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO.

EMPREGO/FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA
Psicólogo Educacional	CR	20 hrs	R\$ 2.000,00	Curso de graduação em Psicologia com especialização em Psicologia Educacional ou Psicopedagogia e registro no respectivo Conselho.	PO
Técnico Administrativo	CR	40 hrs	R\$ 1.553,16	Ensino Médio Completo.	PO

Secretário Técnico Legislativo	CR	40 hrs	R\$ 1.553,16	Ensino Médio Completo ou Técnico Profissionalizante	PO
Nutricionista	CR	40 hrs	R\$ 2.400,00	Curso de graduação em Nutrição com registro no órgão de classe.	PO

Além do vencimento o profissional terá direito a auxílio alimentação no valor de R\$ 16,00(dezesseis reais) por dia trabalhado, proporcional a carga horária.

PO - Prova Objetiva

CR - Cadastro de reserva

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO e SUPERIOR.

Língua Portuguesa: Leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática e morfológica, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, figuras de linguagem; estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: seqüências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiciação; Exponenciação.

Conhecimentos Gerais e Atualidades: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Luzerna. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Luzerna; Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Luzerna. Ecologia e meio ambiente; Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004.

ANEXO III

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO PARA TODOS OS EMPREGOS

PSICÓLOGO EDUCACIONAL: Código de Ética Profissional; Conhecimentos técnicos profissionais inerentes à psicologia no contexto da educação: psicologia do desenvolvimento, Estatuto da Criança e do Adolescente; LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Avaliação psicológica, Resolução CFP nº007/2003; O Papel do Psicólogo na equipe interdisciplinar; O Psicólogo na orientação familiar e como agente multiplicador frente à comunidade; Leis pertinentes à profissão; Atualidades profissionais; Distúrbios e dificuldades de aprendizagem; Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais; psicopatologia geral; práticas e técnicas psicológicas, orientação profissional; teoria e técnicas psicoterápicas; interpretação de sinais e sintomas; Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO: DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO FEDERAL: Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Da organização do Estado. Da organização dos poderes. Da tributação e do orçamento. Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** organização administrativa - centralização e descentralização. Administração direta e indireta. Princípios que regem a Administração Pública. Responsabilidade civil do Estado. Poderes e deveres da Administração. Servidores Públicos: vínculo jurídico (estatutário, trabalhista e temporário); quadro funcional, direitos e deveres; ética e responsabilidade social. Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor público. Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos, atributos, méritos e classificação; vinculação e discricionariedade; anulação, revogação e invalidação. **REDAÇÃO OFICIAL:** Manual de Redação da Presidência da República; Terminologia arquivística. Procedimentos e rotinas de protocolo, expedição, movimentação e arquivamento. Organização e administração de arquivos. Etapas e características Retenção e eliminação de documentos. Arquivos permanentes, intermediários e especiais. Redação e correspondências oficiais: qualidades de linguagem, formas de tratamento (pronomes, empregos e abreviaturas) e documentos (ata, ofício, edital, memorando, circular, requerimento e relatório). Noções básicas de administração geral, contabilidade, finanças. Relações interpessoais. Ética no trabalho. Licitação e Contratos: Lei nº 8.666/1993, Lei 10.520/02, Decreto 7.892/13 e alterações posteriores. Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Improbidade Administrativa: Lei 8.429/92. Princípios Orçamentários. Noções básicas do Sistema Tributário Nacional. **CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA:** Noções de Informática: Windows 7 e Windows 8, Internet, E-mail, Segurança na internet, vírus e anti-vírus. Dispositivos de entrada, saída e armazenamento. Conhecimentos em aplicativos do pacote Office 2010 e 2013. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

NUTRICIONISTA: Conceitos, generalidades, classificação e definições sobre alimentos e nutrição; Macronutrientes e micronutrientes (funções, interações, necessidades e recomendações); Metabolismo energético; Guias alimentares; Composição de dietas equilibradas; Planejamento de cardápios; Cálculo de NDPCal; Fisiologia e avaliação do estado nutricional nos diversos estágios de vida e recomendações nutricionais nos diversos estágios de vida; Composição do corpo humano e as substâncias necessárias ao organismo no período de formação, crescimento e desenvolvimento; Fisiopatologia, prevenção e controle de doenças nutricionais; Tratamentos Dietoterápicos (no Diabetes, Hipertensão arterial, Doenças renais, Doenças hepáticas, Fenilcetonúria, Obesidade, Oncologia e etc); Planejamento e produção de refeições em Serviços de Alimentação; Segurança Alimentar e legislação aplicada; Métodos de conservação dos alimentos; Causas de deterioração

dos alimentos; Saúde Coletiva (Saúde Pública): Políticas Públicas na Área de Alimentação e Nutrição; Alimentação e Nutrição para grupos da população (lactente, crianças, escolares, adolescentes, adultos, gestantes e idosos); Monitoramento e avaliação das práticas de promoção à saúde. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

SECRETÁRIO TÉCNICO LEGISLATIVO: DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO FEDERAL: Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Da organização do Estado. Da organização dos poderes. Da tributação e do orçamento. Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. DIREITO ADMINISTRATIVO: organização administrativa - centralização e descentralização. Administração direta e indireta. Princípios que regem a Administração Pública. Responsabilidade civil do Estado. Poderes e deveres da Administração. Servidores Públicos: vínculo jurídico (estatutário, trabalhista e temporário); quadro funcional, direitos e deveres; ética e responsabilidade social. Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor público. Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos, atributos, méritos e classificação; vinculação e discricionariedade; anulação, revogação e invalidação. REDAÇÃO OFICIAL: Manual de Redação da Presidência da República; Terminologia arquivística. Procedimentos e rotinas de protocolo, expedição, movimentação e arquivamento. Organização e administração de arquivos. Etapas e características Retenção e eliminação de documentos. Arquivos permanentes, intermediários e especiais. Redação e correspondências oficiais: qualidades de linguagem, formas de tratamento (pronomes, empregos e abreviaturas) e documentos (ata, ofício, edital, memorando, circular, requerimento e relatório). Noções básicas de administração geral, contabilidade, finanças. Relações interpessoais. Ética no trabalho. Licitação e Contratos: Lei nº 8.666/1993, Lei 10.520/02, Decreto 7.892/13 e alterações posteriores. Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Improbidade Administrativa: Lei 8.429/92. Princípios Orçamentários. Noções básicas do Sistema Tributário Nacional. CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA: Noções de Informática: Windows 7 e Windows 8, Internet, E-mail, Segurança na internet, vírus e anti-vírus. Dispositivos de entrada, saída e armazenamento. Conhecimentos em aplicativos do pacote Office 2010 e 2013. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

ANEXO IV DO CRONOGRAMA (Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA APRENDERSC.COM.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS	DATAS
1.	Divulgação do Edital	07/12/2015
2.	Publicação do Edital	07/12/2015
3.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	07/12 até 05/01/2016
4.	Pré-Divulgação da Homologação Geral das Inscrições deferidas	07/01/2016
5.	Recursos quanto às Inscrições(horário limite de recebimento até 17:00hrs)	07/01 até 08/01/2016
6.	Homologação Final das Inscrições	11/01/2016
7.	Ensalamento dos Candidatos	11/01/2016
8.	Realização das Provas objetivas de conhecimentos para todos – 08:30h	31/01/2016
9.	Divulgação do Gabarito Provisório	01/02/2016
10.	Recursos quanto Gabarito Provisório (horário limite de recebimento até 17:00hrs)	01/02 até 02/02/2016
11.	Divulgação do Gabarito Oficial	09/02/2016
12.	Divulgação dos Aprovados	09/02/2016
13.	Recursos quanto à Classificação(horário limite de recebimento até 17:00hrs)	09/02 até 10/02/2016
14.	Homologação do Resultado Final do Concurso Público	11/02/2016

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

ANEXO V REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito para o Concurso Público 001/2015 da Prefeitura Municipal de Luzerna(SC), inscrição sob o número _____, para o emprego de _____ requer a Vossa Senhoria:

01) () Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova:

Deficiência: _____ CID nº: _____

Nome do Médico: _____ CRM: _____

02) () Condição Especial para realização da prova:

a) Prova com ampliação do tamanho da fonte()-18 ()-20 ()-22

b) Amamentação:

Nome do Acompanhante: _____

Horários Amamentação: _____

c) Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao emprego pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do emprego a que me inscrevi.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Luzerna(SC), ____ de _____ de 2015.

Assinatura Candidato

CONTRATO PML Nº 158.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 158/15

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 097/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 064/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME pessoa jurídica de direito privada situada a Rua Nereu Ramos, nº 0905, Bairro Centro, no Município de Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000 inscrita no CNPJ sob o nº 22.528.813/0001-91, neste ato representado por seu sócio administrador ANDERSON CORDEIRO PIROLI, brasileiro, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº 4.182.234 e inscrito no CPF/MF sob o nº 04.949.089-08, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 097/2015, Pregão Presencial nº 064/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de forma parcelada, de material esportivo para atender as atividades desenvolvidas pelo Setor de Esportes do Município de Luzerna/SC, para a realização dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC conforme especificações constantes no Anexo I, parte integrante do Edital, constituindo-se em:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	2,00	UN	Jogo de poste para rede de vôlei federado, com tubo em aço carbono de no mínimo 3 polegadas, acompanhado de catraca e roldana, com regulagem para três categorias (masculina; feminina e juvenil), contendo 2 postes cada jogo.	819,00	1.638,00

0.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma imediata, sem a exigência de valor mínimo no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

0.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

0.4. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais;

0.5. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

0.6. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da Prefeitura de Luzerna, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

0.7. A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

0.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos

padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.10. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.11. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.12. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.13. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

0.14. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1.Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2.Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata, oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração

e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obediência ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Outras despesas correntes

Dotação: 3.3.90.00.00

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 08.03.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Man. Do Setor de Esportes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de dezembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO de Luzerna CONTRATANTE TESTEMUNHAS: 1. _____	ANDERSON CORDEIRO PIROLI ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME FORNECEDOR 1 2. _____
--	--

DECRETO 2155

DECRETO Nº 2155 de 04 de dezembro de 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído a atividade:

Unidade Gestora: 13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 3.63 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde R\$ 5.000,00

Detalhamento de Recursos: 201 - Participa SUS

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de dezembro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 103/2015 - LE 002/2015 - LEILÃO BENS MÓVEIS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 103/2015 - PML

Edital de Leilão nº 002/2015 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO PRESENCIAL.

OBJETO: Leilão Público para a alienação dos bens móveis descritos no instrumento convocatório, no estado em que se encontram e pela melhor oferta.

REGIMENTO: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; os Decretos Municipais nº 921/2007 e 918/2008, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CREDECIMENTO: até às 09 horas do dia 23 de dezembro 2015.

SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: às 09h do dia 23 de dezembro de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PROCESSO SELETIVO 006/2015 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EDITAL Nº 006/2015 de 03 de dezembro 2015.

“ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)”

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e suas alterações posteriores e Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo de provas e provas e títulos, para contratação temporária e para substituição de servidores em afastamentos legais, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente certame originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM.

1.2. O Processo Seletivo destina-se a contratação de empregos públicos em caráter temporário e para substituição de servidores em afastamentos legais, consoante à disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do certame www.aprender.com.br para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para todos os empregos do referido Edital, serão recebidas SOMENTE POR INTERNET, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico www.aprender.com.br na opção correspondente ao Município de Luzerna de 07/12/2015 até 28/12/2015.

2.1.1. O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2. O candidato deverá prestar ATENÇÃO ao selecionar o emprego desejado para a realização da prova.

2.1.3. O candidato indicará um endereço eletrônico (e-mail) VÁLIDO o qual deverá permanecer ativo e ser acessado constantemente até o final deste certame, sob responsabilidade do candidato. Caso o candidato não tenha um e-mail, é obrigação do mesmo providenciar o mais breve possível para conclusão de sua inscrição.

2.1.4. O candidato que não tiver condições de acesso para fazer sua inscrição on-line, poderá fazê-la dirigindo-se à Prefeitura Municipal de Luzerna, especificamente na Secretaria de Fazenda e Administração no horário das 13h00 às 19h00.

2.1.5. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, endereço e-mail inválido, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.3. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e deverão ser apresentados no local de realização das provas.

2.3.1. O candidato que não portar os documentos citados acima no dia da realização da prova, perderá o direito de manifestar-se frente a situações inesperadas que possam a vir acontecer nos momentos que antecedem a realização das provas.

2.4. O candidato deverá realizar o pagamento da taxa de inscrição, de acordo com o nível de escolaridade ao emprego pretendido no referido certame.

Ensino Superior	R\$ 90,00	Noventa Reais.
Ensino Médio/Técnico	R\$ 60,00	Sessenta Reais.
Ensino Fundamental	R\$ 30,00	Trinta Reais.

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.6. A guia do boleto bancário e o comprovante de inscrição estarão disponíveis UMA ÚNICA VEZ no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br, na aba correspondente ao certame em questão, logo após o candidato ter preenchido o formulário de inscrição. A guia de pagamento bancário e o comprovante de inscrição DEVERÃO SER IMPRESSOS NA SEQUÊNCIA E MANTIDOS EM PODER DO CANDIDATO.

2.7. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto, ou seja, até 28/12/2015, preferencialmente nas agências do Banco do Brasil.

2.8. A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.9. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.10. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.11. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente certame, implicará na eliminação automática do candidato, não ficando livre das cominações legais decorrentes de seus atos.

2.12. Cada candidato poderá inscrever-se para até 02 empregos, desde que devidamente habilitado e que as provas sejam realizadas em turnos diferentes, conforme constantes do Anexo I.

2.13. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo V, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail (contato@aprenderesc.com.br) anexando no corpo do e-mail o comprovante de Pagamento da guia bancária na forma digital (scaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores.

III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E SABATISTAS

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o art. 1º, § 2º, da Lei nº 2.899, de 17 de maio de 2006, devem ser reservados aos candidatos com deficiência, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas em Processos Seletivos.

3.2. O disposto no subitem 3.1 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo exigido.

3.3. Em razão do número de vagas deste certame, não haverá reserva de vagas para candidatos com deficiência. Estes poderão concorrer em igualdade de condições com os demais candidatos. Porém, deverão observar a compatibilidade e entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadores.

3.4. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações na Lei federal nº 7.853/1989.

3.5. O candidato com deficiência após realizar sua inscrição on-line e fazer suas observações referentes à deficiência deverá encaminhar OBRIGATORIAMENTE VIA SEDEX, o requerimento preenchido conforme modelo do Anexo V a cópia simples do CPF e cópia do laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital, para o endereço da empresa APRENDER.COM – Rua Duque de Caxias, 844 – Centro – Joaçaba/SC – 89.600-000.

3.6. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A APRENDER.COM não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo a seu destino.

3.7. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto nos subitens anteriores terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.8 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.9 O candidato com deficiência participará deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.10. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato do preenchimento do formulário on-line de inscrição, NÃO ASSINALAR NA OPÇÃO INDICADA E NÃO ESPECIFICAR QUAL CONDIÇÃO.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braille, necessitar de um intérprete ou em qualquer outra condição especial deverá requerer obrigatoriamente no ato da sua inscrição, conforme mencionado no item anterior.

3.12. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer obrigatoriamente no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 20, 22 ou 24.

3.13. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.14. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

3.15. Considera-se candidato sabatista aquele que, por convicção religiosa, guarda esse dia da semana, o sábado, reservando-o para o descanso e/ou a oração.

3.15.1. O candidato sabatista poderá solicitar atendimento ESPECÍFICO, nos termos deste Edital, encaminhando a declaração constante no ANEXO VIII para o e-mail contato@aprenderesc.com.br dentro dos prazos estabelecidos neste edital durante o período de vigência das inscrições.

- 3.15.2. O Município de Luzerna assegurará aos candidatos sabatistas horário específico para aplicação das provas objetivas.
- 3.15.3. O candidato deverá se fazer presente ao local da prova na data prevista em Edital no mesmo horário dos demais participantes, conforme emprego em que se inscreveu, de acordo com o item 6.3 do presente edital, devendo permanecer em sala isolada, de maneira incomunicável, até o início da realização de sua prova.
- 3.15.4. O candidato poderá levar água e alimentos não perecíveis, acondicionados em embalagem transparente, supervisionados e autorizados pelo fiscal no momento em que adentrar na sala de espera.
- 3.15.5. O horário para início da prova em regime diferenciado será conforme informações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, através do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, órgão oficial, constante no endereço eletrônico <http://www.cptec.inpe.br/cidades/tempo/2787>; alusivo ao dia 16/01/2016, no qual informa o horário oficial do pôr do sol.
- 3.15.6. Será publicada uma listagem com o nome dos candidatos que se enquadrarem nesta condição junto com a homologação final das inscrições conforme data estabelecida no Anexo V do presente Cronograma.
- 3.15.7. A duração da prova respeitará o limite previsto em edital, ou seja, de três (03) horas, incluindo instruções gerais repassadas pelos fiscais de sala e preenchimento de cartão resposta, de acordo com o item 6.6 do presente processo em tela.
- 3.15.8. A inobservância dos itens citados acima acarretará na perda da condição especial para a realização da prova citado no item 3.15.4.

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo V e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aprendersc.com.br na opção correspondente ao Município de Luzerna e também no site www.luzerna.sc.gov.br
- 4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.
- 4.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.
- 4.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido à APRENDER.COM, no prazo máximo previsto no Anexo V, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.
- 4.3.1 O recurso deverá ser preenchido conforme modelo disponível no site www.aprendersc.com.br, na opção correspondente ao Município de Luzerna, e deverá ser encaminhado eletronicamente após o candidato realizar o preenchimento do mesmo de forma digitada ou manuscrita, com letra legível. Junto com o formulário de recurso, o candidato deverá enviar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Todos esses documentos deverão ser encaminhados para o e-mail contato@aprendersc.com.br.

V - DO VÍNCULO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

- 5.1. Os candidatos habilitados e classificados neste Processo Seletivo, serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

VI - DAS PROVAS

- 6.1. O presente certame objeto deste Edital constará de Prova objetiva de conhecimentos para todos os empregos.
- 6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.
- 6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, **SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08h20 e 13h05, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.**
- 6.4. O local de aplicação das provas objetivas será no prédio do Centro de Eventos São João Batista (Antigo Seminário), sito à Rua Frei João, 601, Luzerna(SC), com início da aplicação das provas às 08h30 no período matutino e às 13:15 hrs no período vespertino para os cargos que exigirem prova prática.
- 6.4.1. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Certame e o Município de Luzerna poderão designar locais complementares de prova, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais através do site www.aprendersc.com.br, na aba correspondente ao Município de Luzerna.
- 6.4.2. É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas referente ao emprego que se inscreveu, a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.
- 6.5. O Município de Luzerna reserva-se o direito de realizar as provas escritas de conhecimento nos períodos matutino, vespertino e noturno, sendo em turnos diferentes as provas de professor de ensino infantil, professor de inglês e professor de educação física, e em outro turno as provas de professor de ensino fundamental, professor de português e instrutor de atividade física.
- 6.5.1. Os participantes sabatistas serão acomodados em salas de provas onde deverão aguardar para iniciarem as provas, às 18h00min, conforme Lei Estadual 11.225/99, sob pena de eliminação do certame.
- 6.6. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de três horas (3h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.
- 6.7. Para entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento de identificação válido e com foto e o comprovante de inscrição e de pagamento da taxa de inscrição, para eventuais intercorrências que vierem a ocorrer, conforme reserva o item 2.3.1.
- 6.8. Consideram-se como documentos válidos para identificação do PARTICIPANTE: cédulas de identidade (RG) expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal; identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros; identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenham validade como documento de identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Dispensa de Incorporação; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; e identidade funcional em consonância com o Decreto nº 5.703, de 15 de fevereiro de 2006. 6.9. Não serão aceitos como documentos de identidade aqueles que não estejam listados no item 6.8, tais como: protocolos, Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503/97, Carteira de Estudante, Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani), crachás e identidade funcional de natureza privada, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, ou ainda, cópias de documentos

válidos, mesmo que autenticadas.

6.10. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.11. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.8, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.12. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.13. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.14. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do certame.

6.14.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início das provas, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.14.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de provas.

6.14.3. É dever do candidato antes de começar a responder o caderno de provas, conferir se seu cartão resposta está compatível com seu caderno de provas.

6.15. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.16. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.

6.17. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado, bem como, entregar o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do certame.

6.18. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.19. Os três (03) últimos candidatos de cada sala ao terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

6.20. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Atualidades e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos para os cargos de nível médio, técnico e superior será objetiva e constará de 20 (vinte) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos de nível fundamental, médio, técnico e superior será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	05	0,50	2,50
Matemática	05	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	05	0,70	3,50
Total	20		10,00

7.4. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar como primeira opção caneta esferográfica de tinta azul e como segunda opção caneta esferográfica de tinta preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo preencher de maneira correta conforme imagem modelo na capa do caderno de provas entregue ao candidato no dia da realização da prova objetiva.

7.5.1. É de inteira responsabilidade do candidato a assinatura do cartão resposta e do seu preenchimento. A falta de assinatura implicará na não correção do cartão-resposta e consequente eliminação do candidato do referido certame.

7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão (ões) que contenha(m):

a) Emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;

b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;

c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;

d) Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.6 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 02 (dois) decimal, sem arredondamento.

7.8. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico www.aprendersc.com.br e www.luzerna.sc.gov.br.

7.9. O caderno de provas estará disponível de forma geral e aberta no site da empresa, na aba correspondente ao Município de Luzerna de forma única e exclusiva durante o período recursal para todos os interessados que desejarem obter o teor dos cadernos aplicados, ou seja, de 18/01/2016 a 19/01/2016. Passado o período recursal, o candidato poderá receber seu caderno, através de pedido encaminhado ao e-mail contato@aprendersc.com.br.

7.10. Havendo necessidade de recurso para impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher o requerimento que estará disponível através do endereço eletrônico www.aprendersc.com.br, na aba "processos em andamento" no link do Município de Luzerna, conforme prazos previstos em Edital.

7.11. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.12. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII - DA PROVA PRÁTICA

8.1. Haverá prova prática para o emprego de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino em horário e dia já determinado no ANEXO V. Será feita chamada no local de espera sendo que o candidato que não comparecer no horário previsto e/ou atrasar por qualquer motivo, estará automaticamente eliminado.

8.2. O local de espera para o referido emprego citado acima é no Centro de Eventos São João Batista.

8.3. A prova prática será aplicada de forma individualizada. Após a realização da prova prática, o candidato estará dispensado, não sendo permitido assistir a prova dos demais.

8.4. A prova prática para o emprego de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino constará de uma prova que será realizada nas dependências do Centro de Eventos São João Batista. O candidato será avaliado por fiscal da empresa em situações envolvendo resistência física, conhecimentos sobre determinados produtos de limpeza e outras situações que o emprego exigir.

8.5. Todos os candidatos concorrentes ao emprego sairão com nota máxima de 10,0 (dez) pontos no formulário de avaliação, onde o mesmo durante a realização da prova prática poderá manter sua pontuação ou perder conforme critérios a serem avaliados pelo fiscal de prova durante a realização de sua prova prática.

8.6. A pontuação final do candidato que além da prova escrita e objetiva tiver realizado a prova prática será o resultado da soma da prova escrita e objetiva mais a nota da prova prática dividida por dois.

8.7. O candidato que não comparecer no local de espera definido no item 8.2, estará automaticamente desclassificado.

IX - DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

9.1. Haverá prova de títulos somente para os empregos de nível superior relacionados com a Educação.

9.2. Somente serão habilitados para a avaliação de títulos, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita objetiva, individualmente.

9.3. A avaliação de títulos, é de caráter CLASSIFICATÓRIO, para todos os empregos descritos no item 9.1, tendo como pontuação máxima 3,00 (três) pontos.

9.3.1. Para os títulos 'lato sensu' de especialização, estarão aptos para pontuar somente os que apresentarem carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas, sendo que a titulação deverá ser compatível com emprego escolhido.

9.3.2. A contagem dos títulos referentes à habilitação constante no item 9.5, a habilitação maior prevalecerá sobre a menor, não sendo cumulativa.

9.4. Serão pontuados como títulos, os certificados em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

9.4.1. Não será considerado e nem pontuará histórico e/ou grade curricular do curso em questão.

9.5. A classificação dos candidatos observará a soma da pontuação obtida na prova escrita e avaliação de títulos, nos seguintes critérios:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	PONTUAÇÃO
DOUTORADO	3 (TRÊS) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
MESTRADO	2 (DOIS) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
ESPECIALIZAÇÃO	1 (UM) PONTO – MÁXIMO 1 TÍTULO

9.6. A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e deverão ser protocolados pelo próprio candidato no mesmo dia ao término da prova objetiva em sala especificada pela equipe da empresa organizadora do certame já em envelope próprio a ser lacrado na hora pelo fiscal responsável com os seguintes dizeres:

T Í T U L O S – PROCESSO SELETIVO 06/2015

Prefeitura Municipal de Luzerna–SC.

Cargo: _____

Nome do Candidato: _____

Inscrição: _____

Sala da prova: _____

9.7. Não serão considerados títulos apresentados em envelopes sem identificação conforme item 8.6 ou por qualquer outra forma e/ou fora do dia e hora já determinados.

9.8. Os candidatos deverão levar DUAS VIAS do ANEXO VIII preenchidas. Uma ficará com a banca e outra com o candidato, como comprovação da entrega da documentação.

9.9. Somente serão considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório. NÃO será dado "CONFERE COM O ORIGINAL" no ato da entrega. NÃO será fornecido nenhum material de auxílio (envelope) para protocolar a documentação.

9.10. Em hipótese alguma haverá segunda chamada para entrega de títulos, independente do motivo pelo qual o candidato deixou de apresentar as cópias autenticadas de sua titulação.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

10.1. Serão considerados aprovados de forma geral e farão parte da listagem final os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

10.2. A nota final para os cargos somente com a prova escrita e objetiva será através da soma dos acertos conforme cálculo abaixo:

$PO = (NaCP \times 0,50 + NaCM \times 0,40 + NaCGA \times 0,40 + NaCE \times 0,70) = NF$

NF = PO

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Português; NaCM: Número de acertos em questões de Matemática; NaCGA: Número de acertos em questões de Conhecimento Gerais e Atualidades; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimento Específico; NF: Nota Final.

10.3. A nota final para os cargos que além da prova escrita e objetiva tiver a titulação incluída, será através da soma dos acertos conforme cálculo abaixo:

$$PO = (NaCP \times 0,50 + NaCM \times 0,40 + NaCGA \times 0,40 + NaCE \times 0,70) + T = NF$$

NF = PO

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Português; NaCM: Número de acertos em questões de Matemática; NaCGA: Número de acertos em questões de Conhecimento Gerais e Atualidades; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimento Específico; T: Nota de Título; NF: Nota Final.

10.4. A nota final para os cargos que além da prova escrita e objetiva exigir a prova prática será através da soma dos acertos conforme cálculo abaixo:

$$PO = ((NaCP \times 0,50 + NaCM \times 0,40 + NaCGA \times 0,40 + NaCE \times 0,70) + NPP) \div 2 = MF$$

MF = PO

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Português; NaCM: Número de acertos em questões de Matemática; NaCGA: Número de acertos em questões de Conhecimento Gerais e Atualidades; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos; NPP: Nota da Prova Prática; MF: Nota Final.

10.5. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

10.6. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de Conhecimento Específico;
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa;
- c) maior nota na prova de Língua Matemática;
- d) maior nota na prova de Língua Conhecimentos Gerais e Atualidades.
- e) maior idade.

10.7. A classificação final para os empregos de professor obedecerá a divisão em Professor II - Habilitado, para os que tiverem a graduação concluída na área, e Professor Não Habilitado, para aqueles que estiverem cursando a partir da 6ª fase do curso de licenciatura na área específica ou tenham concluído o Magistério em nível de 2º grau ou outra habilitação concluída.

XI - DOS RECURSOS

11.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do certame que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo VI deste Edital.

11.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico www.aprender-sc.com.br na aba de processos em andamento na opção correspondente ao Município de Luzerna, no qual deverá ser enviado para o e-mail contato@aprender-sc.com.br dentro dos prazos e horários estabelecidos por este Edital.

11.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 11.2, cabendo a banca organizadora da APRENDER.COM a apreciação dos mesmos.

11.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

11.5. As decisões dos recursos será dada divulgação através de publicações no site da empresa responsável.

11.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

11.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

11.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão divulgadas no site da APRENDER.COM e no site do Município de Luzerna, para conhecimento de todos os candidatos e interessados.

11.9. A Comissão Especial do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 114/2015, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

XII - DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. O resultado final do Processo Seletivo que destina-se a contratação temporária e a substituição de servidores em afastamentos legais, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente através de Decreto Municipal e publicado no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Luzerna www.luzerna.sc.gov.br, no endereço eletrônico www.aprender-sc.com.br e no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

XIII - DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os documentos conforme Decreto 2060 de 01 de julho de 2015.

13.2. Os documentos para contratação serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

13.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato.

13.4. A convocação será feita através das informações preenchidas pelo próprio candidato na sua ficha de inscrição on-line.

13.5. O candidato convocado deverá apresentar no prazo de 48 horas os documentos comprobatórios para sua contratação. A sua não apresentação, a apresentação de forma incompleta ou tardia implicará na sua desclassificação.

XIV - DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.1. Delega-se competência para empresa responsável pelo certame para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos e provaprática.
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) selecionar fiscais para aplicação das provas.

XV - DO FORO JUDICIAL

15.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao certame de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba(SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da prova correspondente.

16.2. O prazo de validade do presente Processo Seletivo é de um (01) ano, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

16.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

16.4. O candidato classificado e convocado que não quiser ou não puder assumir a vaga, terá seu nome incluído ao final da classificação, para as próximas convocações que, porventura, ocorrerem durante o prazo de validade do Processo Seletivo, conforme surgimento de vagas temporárias, de acordo com as eventuais necessidades do Município de Luzerna.

16.5. O candidato classificado, que desistir de vaga temporária para a qual tenha sido convocado, deverá manifestar expressamente sua desistência de participação no processo seletivo, não podendo, posteriormente reivindicar qualquer outra vaga temporária no processo.

16.6. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa ou por problema de ordem pedagógica e/ou administrativa causado pelo substituto; neste caso, desde que devidamente justificado e registrado em ata em reunião com a equipe gestora da Unidade Escolar e da equipe gestora da Unidade de Saúde.

16.7. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

16.8. Os professores classificados como Não Habilitados, poderão ser convocados para exercer atividades complementares à prática pedagógica, como atendimento na biblioteca, brinquedoteca, laboratório de informática, sala de música e como professor volante para o acompanhamento de alunos com laudo médico e/ou substituições cujo período de afastamento não justifiquem a contratação de professor específico.

16.9. Será excluído do presente certame, por ato da empresa responsável APRENDER.COM, vencedora do processo licitatório, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

16.10. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim em formulário disponível no site da empresa www.aprender.com.br, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

16.11. O Gabarito Oficial da prova objetiva de conhecimentos serão divulgados no endereço eletrônico www.aprender.com.br no endereço eletrônico www.luzerna.sc.gov.br

16.12. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pelo certame e pela Comissão Especial do Processo Seletivo designada pela Portaria nº 114/2015.

16.13. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Dos Empregos, Vagas, Carga Horária, Vencimentos e Habilitação.
- b) ANEXO II - Do Conteúdo Programático para todos os cargos de Nível Alfabetizado e Fundamental.
- c) ANEXO III - Do Conteúdo Programático Geral para todos os cargos de Nível Médio, Técnico e Superior.
- d) ANEXO IV – Do Conteúdo Programático Específico Para Todos Os Cargos
- e) ANEXO V - Do cronograma (Sujeito a alterações).
- f) ANEXO VI - Do Requerimento/Declaração para Deficiente Física e/ou Condição Especial.
- g) ANEXO VII - Declaração Titulação.
- h) ANEXO VIII - Declaração de Sabatista

15.14. Será publicado Extrato do presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível no site do Município www.luzerna.sc.gov.br e no endereço eletrônico www.aprender.com.br.

Luzerna(SC), 03 de dezembro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO I

DOS EMPREGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO.

EMPREGO/ FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA*	VENCIMEN- TO	HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA
Professor de Língua Portuguesa	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Letras - Habilitação em Português - na modalidade de Licenciatura plena.	Objetiva e Títulos
Professor de Matemática	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Matemática - na modalidade de Licenciatura plena.	Objetiva e Títulos
Professor de Geografia	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Geografia - na modalidade de Licenciatura plena.	Objetiva e Títulos
Professor de História	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de História - na modalidade de Licenciatura plena.	Objetiva e Títulos
Professor de Educação Física	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente e registro no CREF ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Educação Física com registro no CREF - na modalidade de Licenciatura plena.	Objetiva e Títulos
Professor de Inglês	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Letras - Habilitação em Inglês - na modalidade de Licenciatura plena.	Objetiva e Títulos
Professor de Artes	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de licenciatura em Artes Visuais; ou em Educação Artística na modalidade de Licenciatura plena.	Objetiva e Títulos
Professor de Ciências	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Ciências, Ciências Biológicas ou Biologia - na modalidade de Licenciatura plena.	Objetiva e Títulos
Professor de Xadrez	CR	20 horas semanais	1.248,58	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente e registro no CREF ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Educação Física com registro no CREF - na modalidade de Licenciatura plena e curso específico na área de xadrez.	Objetiva e Títulos
Professor de Artes/Música	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura em Artes Visuais; ou em Educação Artística ou cursando a partir da 6ª fase do Curso Artes Visuais; ou em Educação Artística - na modalidade de Licenciatura plena e curso específico na área de artes/música.	Objetiva e Títulos
Professor de Educação Especial	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou outra habilitação concluída, porém todas com especialização ou habilitação em educação especial.	Objetiva e Títulos
Professor de Educação Infantil	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Pedagogia - na modalidade de Licenciatura plena.	Objetiva e Títulos
Professor de Séries Iniciais do Ensino Fundamental	CR	40 horas semanais	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Pedagogia - na modalidade de Licenciatura plena.	Objetiva e Títulos
Professor de Dança	CR	20 horas semanais	1.248,58	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena em Dança ou Educação Física, com registro no CREF e no mínimo 80 horas de curso específico em dança.	Objetiva e Títulos
Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino	CR	44 horas semanais	879,99	Alfabetizado ou com experiência na área.	Objetiva e prática
Médico Generalista	CR	40 horas semanais	11.613,26	Curso superior completo em Medicina e registro no CRM	Objetiva

Farmacêutico	CR	20 horas semanais	2.061,33	Curso Superior de Farmácia e inscrição no CRF.	Objetiva
Auxiliar de Odontologia	CR	40 horas semanais	1.129,96	Ensino médio completo e Curso de Auxiliar de Odontologia ou Gabinete Odontológico e registro no CRO	Objetiva
Técnico de Enfermagem	CR	40 horas semanais	1.314,91	Ensino Médio e Curso Técnico em Enfermagem e registro no COREN	Objetiva
Instrutor de Atividade Física	CR	40 horas semanais	2.401,88	Graduado em Educação Física, com registro no CREF	Objetiva

* A carga horária constante deste Anexo, para os empregos de Professor, é meramente exemplificativa, visando demonstrar o vencimento para a carga horária máxima, sendo que, a Administração Municipal reserva-se o direito da contratação conforme a necessidade de substituição de servidor em afastamento legal, complementação de carga horária ou regência de classe de aulas excedentes, não havendo, pois, número de vagas fixas, sendo a carga horária proporcional à necessidade, e os vencimentos também proporcionais à carga horária realizada, podendo essa ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais.

** O candidato aprovado que não tiver concluído a graduação na área específica no momento da convocação será contratado como Professor Não Habilitado, cursando Nível Superior na área ou disciplina ou com outra graduação concluída receberá o equivalente a 78,50% do valor inicial de carreira de Professor II, conforme §7º do art.9º da Lei Complementar nº 033/03 e alterações posteriores.

Além do vencimento o profissional terá direito a auxílio alimentação no valor de R\$ 16,00(dezesseis reais) por dia trabalhado, proporcional a carga horária.

CR - Cadastro de reserva

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL

Língua Portuguesa: Compreensão de Textos, Alfabeto; formas comuns de tratamento; plural e singular; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino; ortografia; tipos de frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa; substantivo; substantivos coletivos; adjetivos; sinônimos e antônimos; Separação de sílabas; Concordância Verbal e Nominal; Noções de fonética. Gramática em geral.

Matemática: Tabuada dos números; Números naturais: operações e problemas. Unidades de medida de tempo, de comprimento, de massa e de capacidade. Conversão de Unidades. Sistema monetário brasileiro. Leitura de horas em relógios e de informações em calendários. Reconhecimento de figuras planas (quadrado, retângulo, triângulo, círculo). Noções de razões, frações, proporções e porcentagem. Radiciação; Divisibilidades; Regras de três simples e composta; Algarismos romanos; Resolução de problemas simples.

Conhecimentos Gerais e Atualidades: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Luzerna. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Luzerna; Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Luzerna. Ecologia e meio ambiente; Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004.

ANEXO III

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO e SUPERIOR.

Língua Portuguesa: Leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática e morfológica, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, figuras de linguagem; estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: seqüências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiciação; Exponenciação.

Conhecimentos Gerais e Atualidades: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Luzerna. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Luzerna; Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Luzerna. Ecologia e meio ambiente; Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004.

ANEXO IV DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO PARA TODOS OS CARGOS

PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA: Concepção de Linguagem: Linguagem como Expressão do Pensamento; Linguagem como Meio de Comunicação; Linguagem como Processo de Interação; Implicações na Prática Pedagógica; Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Enunciado/Enunciação; Alternância dos Sujeitos, dos Locutores; Epilingüismo – Metalingüismo; Texto/Discurso/Condições de Produção; Autoria; Gêneros do Discurso; Fenômenos Constitutivos da Linguagem; Prática de Análise Lingüística; Literatura Brasileira; Aspectos gramaticais da língua portuguesa; Constituição Federal, na parte referente a Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor (LDB), PCN de Língua Portuguesa; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA: A importância da Educação Matemática; A Educação Matemática: pressupostos teóricos-metodológicos; Matemática financeira; A produção histórico-cultural do conhecimento da matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: seqüências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiciação; Exponenciação; Constituição Federal, na parte referente a Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor (LDB), PCN de Matemática; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA: O Espaço Natural em Transformação, Fusos horários no Brasil e no Mundo A importância da localização no espaço geográfico, O interior da Terra e a crosta terrestre, Dinâmica climática, formações vegetais e paisagens naturais, Hidrosfera - Importância das águas no espaço geográfico; Representação do espaço, Noções cartográficas, Noções de sensoriamento remoto, A organização do Espaço Mundial, O espaço geográfico, Os elementos do espaço geográfico (sócio-econômico-naturais); A população Mundial, Estrutura, crescimento e distribuição populacional, A explosão demográfica X problemas de alimentação, Dinâmica e conflitos; Atividades industriais e fatores de localização industrial; Elementos básicos para industrialização, Tipos de indústrias, Processos de industrialização e urbanização, Atividades agropecuárias e sua evolução, Os modos e sistemas de produção (jardinagem, coletivista, comercial, subsistência, "plantation", intensivo e extensivo), A questão agrária; O espaço de Circulação, Fluxos comerciais de transportes e comunicações, O sistema financeiro internacional, O processo de globalização e suas implicações, Impactos Ambientais, Blocos econômicos; GEOGRAFIA DO BRASIL - A organização do Espaço Brasileiro, Posição geográfica do Brasil, A divisão regional (divisão do IBGE e geoeconômica), O espaço colonial e o espaço atual, O Brasil no contexto mundial, Recursos Naturais, Apropriação da natureza (noções de relevo, clima, hidrografia, vegetação e solos), A questão ambiental brasileira; Composição e a ocupação populacional, O crescimento, a dinâmica e a distribuição populacional, Dinâmica dos conflitos populacionais; A atividade industrial brasileira e sua evolução, Estrutura e distribuição industrial, Fontes energéticas e os recursos minerais, O processo de urbanização e suas consequências, Formas de organização do capital (estatal, privado nacional e transnacional), As atividades agrárias, Sistema de uso da terra e tipos de cultura, Modos de produção, Questões agrárias (estrutura agrária, reforma agrária e as relações de trabalho), Agricultura alternativa; Os fluxos nacionais e internacionais, A importância dos meios de comunicação, Os transportes e o comércio na organização do espaço. Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor (LDB), PCN da área; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE HISTÓRIA: História Geral: Antiguidade clássica - o mundo greco-romano; O mundo Medieval; A modernidade Européia: transição do feudalismo para o capitalismo; A formação do Mundo Contemporâneo; O período entre guerras; A Segunda Guerra Mundial (1939/1945); O Mundo após a Segunda Guerra Mundial; O Terceiro Mundo; História do Brasil: A ocupação inicial do território brasileiro e a questão indígena; Principais características da Colonização Portuguesa no Brasil; A Corte Portuguesa no Brasil; O Império Brasileiro; A República Velha; A Era Vargas; A República contemporânea: do populismo ao militarismo; A Nova República; Constituição Federal, na parte referente a Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor (LDB), PCN da área; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: História, conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Os conteúdos nas aulas de Educação Física Escolar: Jogos, Esporte, Lutas, Ginástica, Dança; Os procedimentos didático-metodológicos do ensino da Educação Física. As concepções e as tendências pedagógicas da Educação Física Escolar. As concepções abertas no ensino da Educação Física Escolar. O lúdico nas aulas de Educação Física. O esporte no contexto escolar; As concepções do esporte; O fenômeno esportivo enquanto realidade educacional. Condicionamento físico, legislação, metodologia, métodos gímnicos, organização e pedagogia. Fundamentos, regras, equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica, fisiologia do esforço e socorros de urgência. Contextualização sócio-política da Educação Física: Esporte na escola (teoria e prática conscientizadora). A cultura popular, o lazer e a Educação Física escolar de séries iniciais e educação infantil. O jogo: Características sócio-afetivas, motoras e cognitivas; Jogo cooperativo. O Ensino da Educação Física no Ensino Fundamental: Procedimentos metodológicos e avaliatórios; Seleção de conteúdos. A Educação Física com instrumento de comunicação, expressão, lazer e cultura. A Educação Física: ética, saúde, orientação sexual, pluralidade cultural e meio ambiente. A corporalidade e a ludicidade no ambiente escolar. Linguagem corporal e cultura. Corpo e poder: disciplina e controle. Metodologia de ensino de Educação Física. Constituição Federal, na parte referente a Educação; Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em vigor, PCN de Educação Física; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE ARTES: História do Ensino da Arte no Brasil; História da Arte Medieval, História da Arte Moderna, Arte na Educação, Arte Catarinense, Pressupostos Filosóficos Metodológicos do Ensino da Arte; Leitura, Produção, Contextualização; Artes Visuais; A ação pedagógica

das atividades artísticas; Conhecimento, Sensibilidade e Cultura; Imaginação e Linguagem; Intuição e Inspiração; Experimentação e Expressão nas diferentes Linguagens; Materialização Artística – Relação Forma e Configurações Expressivas; Legislação inerente à Educação e ao Ensino Público, conforme consta da Constituição Federal e da Legislação Infraconstitucional, Ensino da Arte e Tecnologia, Artes Gráficas; Constituição Federal, na parte referente a Educação; Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em vigor, PCN da área; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE INGLÊS:Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Polifonia e Heterogeneidade, Polissemia e Duplo Sentido, Intertextualidade e Incompletude; Gênero do Discurso, Texto/Discurso/Condições de Produção; Concepções de Linguagem; O uso da Língua Estrangeira na Escola; Concepção de Conteúdos; Metodologia do Ensino da Língua Estrangeira; O Ensino de Língua para a Comunicação; Dimensões Comunicativas no Ensino de Inglês; Construção da Leitura e da Escrita da Língua Estrangeira; A linguagem Oral do Inglês; Aspectos Gramaticais da Língua Inglesa; Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em vigor, PCN da área; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS:Meio Ambiente: estudo do ar; da água; do solo. Seres Vivos: vírus; estudo dos reinos Monera, dos Fungos, Protozoários; estudos dos vegetais, classificação, organologia, fisiologia; estudos dos animais, características gerais e classificação. Corpo Humano: noções do corpo humano, anatomia, fisiologia. Noções Básicas de Saúde: viroses, bacterioses, protozoonoses, verminoses e sua profilaxia. QUÍMICA. Matéria: conceitos fundamentais; propriedades gerais e específicas; transformações (fenômenos físicos e químicos); estados físicos e suas mudanças. Substâncias Puras e Misturas: conceito; classificação; fracionamento. Estudo do Átomo: teoria atômico-molecular; estrutura atômica; número atômico e massa atômica; semelhanças atômicas; distribuição eletrônicas por camadas ou níveis. Elementos Químicos: nomenclatura e símbolos; classificação periódica; substâncias químicas; fórmulas químicas; noções de eletronegatividade e eletropositividade; ligações químicas. Noções Químicas (Noções): ácidos; bases; sais e óxidos. Reações Químicas: conceitos; tipos (análise, síntese, simples troca e dupla troca); equilíbrio das equações químicas e leis ponderais: lei Lavoisier e Proust. Termologia: calor e temperatura; propagação de calor; escalas termométricas; calorimetria; dilatometria. Ondulatória: onda (conceito e classificação). Ótica: fundamentos básicos, espelhos planos e curvos; lentes; o olho humano e suas anomalias. Acústica: fundamentos, fontes sonoras, propagação do som, qualidades fisiológicas e propriedades das ondas sonoras. Eletricidade: eletrostática (formas de eletrização, condutor e isolantes; eletrodinâmica (corrente elétrica, intensidade de corrente elétrica, instrumentos de medida elétrica); magnetismo. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em vigor, PCN da área; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE XADREZ:A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; XADREZ: Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos e Defensivos. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em vigor, PCN da área; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE ARTES/MÚSICA:História do Ensino da Arte no Brasil; História da Arte Medieval, História da Arte Moderna, Arte na Educação, Arte Catarinense, Pressupostos Filosóficos Metodológicos do Ensino da Arte; Leitura, Produção, Contextualização; Artes Visuais; A ação pedagógica das atividades artísticas; Conhecimento, Sensibilidade e Cultura; Imaginação e Linguagem; Intuição e Inspiração; Experimentação e Expressão nas diferentes Linguagens; Materialização Artística – Relação Forma e Configurações Expressivas; Legislação inerente à Educação e ao Ensino Público, conforme consta da Constituição Federal e da Legislação Infraconstitucional, Ensino da Arte e Tecnologia, Artes Gráficas; Constituição Federal, na parte referente a Educação; Propriedades do som; Elementos fundamentais da música; notas musicais; Notação musical; Articulações; Sinais de repetição; Andamentos; Compassos; Síncopa e Contratempo; Quíaltras; Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em vigor, PCN da área; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Convenção de Salamanca; Convenção de Guatemala; Convenção Sobre os Direitos das pessoas com Deficiência (ONU); Política de Educação Especial do MEC, Lei Federal nº 12764/12, Decreto nº 5296/2004, Nota Técnica Nº 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, Decreto nº 7611/2011, Decreto nº 7612/2011, Lei Federal nº 12796/2013 – altera a LDB, Política de Educação Especial de Santa Catarina, Resolução nº 112/06CEE/SC, Programa Pedagógico da Política de Educação Especial de Santa Catarina, Lei Estadual nº 16.036/2013; Conceitos de deficiência mental/intelectual; Tecnologias assistivas, Concepção de Currículo, Aprendizagem e Deficiência, Processo de Inclusão no Ensino Regular, Pensamento e Linguagem, o processo de elaboração conceitual, alfabetização e letramento, Caracterização do Atendimento Educacional Especializado na Área de Deficiência Mental, atribuições do professor do SAEDE/DM, Centro de Atendimento educacional Especializado – CAESP, Tipos de apoios para pessoa com deficiência mental/intelectual. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Noções da Constituição Federal; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); PCN's. Didática geral. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade. Referencial Curricular para Educação Infantil, Parâmetros Curriculares; Novas Tecnologias em Sala de Aula. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em vigor, PCN da área; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de

Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: Didática e Metodologia do Ensino nos Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais. Métodos de alfabetização. A formação do pensamento lógico da criança. O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem. A alfabetização nos diferentes momentos históricos. A função social da alfabetização. Avaliação. Desenvolvimento linguístico e desenvolvimento cognitivo. Constituição Federal, na parte referente a Educação; Novas Tecnologias em Sala de Aula. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em vigor, PCN da área; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE DANÇA: História da Dança. Elementos da dança: corpo, espaço, tempo; Dança na Educação; Planejamento e estrutura de uma aula de dança na escola. Estilos de dança; Constituição Federal, na parte referente a Educação; Novas Tecnologias em Sala de Aula. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em vigor, PCN da área; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO: Noções de limpeza e higiene. Lixo Orgânico e Reciclagem. Classificação dos Resíduos sólidos. Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Noções de Hierarquia. Cuidados e manejos no preparo e distribuição de refeições. Conhecimentos sobre desinfecção de utensílios e ambientes. Limpeza interna e externa de prédios públicos, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios. Jardinagem. Limpeza Pública. Uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

MÉDICO GENERALISTA: Operacionalização da Estratégia Saúde da Família; SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, trombozes venosas, hipertensão arterial, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, trombo-embolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefrolitíase, infecções urinárias, hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal, anemias hipocrônicas, macrocíticas e homolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios da coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, tópus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doença do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptocociais, estafilocociais, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; escabiose. Atualidades relativas à profissão; Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

AUXILIAR DE ODONTOLOGIA: Conceitos básicos sobre higiene bucal; Técnicas de agendamento; Preencher e anotar as fichas clínicas; Manutenção do arquivo e do fichário; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar no atendimento ao paciente; preparar, organizar e proceder a desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados (sugador, espelho, sonda, etc...) necessários para o trabalho; instrumentalizar o odontólogo junto à cadeira operatória; promover isolamento do campo operatório; manipular materiais de uso odontológico. Aplicar métodos preventivos para controle de cárie dental; Principais doenças na cavidade bucal: cárie doença periodontal, má oclusão, lesões de mucosa (conceito, etiologia, evolução, medidas de controle e prevenção). Ética em Odontologia. Placa bacteriana: identificação, fisiologia, relação com dieta, saliva e flúor. Biossegurança; Anatomia das unidades dentárias; Noções sobre anatomia e fisiologia do corpo humano; Segurança no Trabalho; Proceder a conservação e a manutenção do equipamento odontológico; sob supervisão do odontólogo realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidênciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental, acompanhar e desenvolver o trabalho com a equipe de Saúde da Família no tocante a saúde bucal; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social; proceder a limpeza, conservação e manutenção do ambiente de trabalho; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

FARMACÊUTICO: SUS - Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Tipos de medicamentos; Acondicionamento de formas farmacêuticas; Farmacocinética (absorção, vias de administração, biodisponibilidade, distribuição, biotransformação e excreção); Farmacodinâmica (interação droga-receptor e transdução do sinal farmacológico, interações medicamentosas, reações diversas); Classificação das formas farmacêuticas; Matérias primas farmacêuticas; Pós, granulados e comprimidos; Tecnologia das formas farmacêuticas revestidas, líquidas, não estéreis e oriundas de vegetais; Esterilização e conservação dos produtos farmacêuticos; Manipulação de produtos farmacêuticos; Política de assistência farmacêutica; Farmácia básica; Medicamentos especiais; Aquisição de medicamentos. Gestão de estoque. Padronização de medicamentos. Sistemas de distribuição de medicamentos; Avaliação, preparo e dispensação de nutrição parenteral e medicamentos oncológicos. Informática Básica. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM: SUS - Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Fundamentos da enfermagem - técnicas básicas; Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis; Ações de vigilância epidemiológica e imunização; Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão; Enfermagem materno-infantil; Atendimento de enfermagem à saúde da mulher; Planejamento familiar; Pré-natal, parto e puerpério; Climatério; Prevenção do câncer cérvico - uterino; Atendimento de enfermagem à saúde e adolescentes; Cuidados com o recém-nascido, aleitamento materno; Crescimento e desenvolvimento; Doenças mais frequentes na infância; Principais riscos de saúde na

adolescência; Enfermagem em urgência; Primeiros socorros. Ética profissional. Noções básicas de administração pública; Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

INSTRUTOR DE ATIVIDADES FÍSICAS: História, conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Os conteúdos nas aulas de Educação Física Escolar: O esporte no contexto escolar; As concepções do esporte; O fenômeno esportivo enquanto realidade educacional. Condicionamento físico, legislação, metodologia, métodos gímnicos, organização e pedagogia. Fundamentos, regras, equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica, fisiologia do esforço e socorros de urgência. Contextualização sócio-política da Educação Física: Esporte na escola (teoria e prática conscientizadora). A cultura popular, o lazer e a Educação Física escolar de séries iniciais e educação infantil. O jogo: Características sócio-afetivas, motoras e cognitivas; Jogo cooperativo. O Ensino da Educação Física no Ensino Fundamental: Procedimentos metodológicos e avaliatórios; Seleção de conteúdos. A Educação Física com instrumento de comunicação, expressão, lazer e cultura. A Educação Física: ética, saúde, orientação sexual, pluralidade cultural e meio ambiente. A corporalidade e a ludicidade no ambiente escolar. Linguagem corporal e cultura. Corpo e poder: disciplina e controle. Metodologia de ensino de Educação Física. Constituição Federal, na parte referente a Educação; Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional em vigor, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ANEXO V
DO CRONOGRAMA
(Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA APRENDERSC.COM.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS	DATAS
1.	Divulgação do Edital	04/12/2015
2.	Publicação do Edital	04/12/2015
3.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	07 a 28/12/2015
4.	Pré-Divulgação da Homologação das Inscrições	04/01/2016
5.	Recursos quanto às Inscrições	04 a 05/01/2016
6.	Homologação Final das Inscrições	06/01/2016
7.	Ensalamento dos Candidatos	06/01/2016
9.	Realização das Provas objetivas de conhecimentos - 08:30h	16/01/2016
10.	Realização das Provas Práticas - 13:15h para o emprego de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	16/01/2016
11.	Divulgação do Gabarito Provisório	18/01/2016
12.	Recursos quanto Gabarito Provisório (horário limite de recebimento até 17:00hrs)	18/01 até 19/01/2016
13.	Divulgação do Gabarito Oficial	26/01/2016
14.	Divulgação dos Aprovados	26/01/2016
15.	Recursos quanto à Classificação (horário limite de recebimento até 17:00hrs)	26/01 até 27/01/2016
16.	Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo	29/01/2016

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

ANEXO VI
REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito para o Processo Seletivo 006/2015 da Prefeitura Municipal de Luzerna(SC), inscrição sob o número _____, para o emprego de _____ requer a Vossa Senhoria:

01) () Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova:

Deficiência: _____ CID nº: _____

Nome do Médico: _____ CRM: _____

02) () Condição Especial para realização da prova:

a) Prova com ampliação do tamanho da fonte ()-18 ()-20 ()-22

b) Amamentação:

Nome do Acompanhante: _____

Horários Amamentação: _____

c) Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao emprego pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do emprego a que me inscrevi.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Luzerna(SC), ____ de _____ de 2015.

Assinatura Candidato

ANEXO VII

IDENTIFICAÇÃO DA TITULAÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito para o Processo Seletivo 01/2015 da Prefeitura Municipal de Luzerna(SC), inscrição sob o número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria a apreciação da documentação apresentada:

APRESENTADO	TÍTULO(S)	PONTUAÇÃO
()	DOUTORADO	3 (TRÊS) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
()	MESTRADO	2 (DOIS) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
()	ESPECIALIZAÇÃO	1 (UM) PONTO – MÁXIMO 1 TÍTULO
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		_____ PONTOS

Luzerna(SC), 16 de Janeiro de 2016.

Assinatura do Candidato(a)	Assinatura do Responsável pelo Recebimento.
----------------------------	---

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE SABATISTA

Eu, (nome legível) _____, (estado civil) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____. _____ - _____, residente e domiciliado no (endereço completo) _____, DECLARO que sou guardador de sábado por convicção religiosa tendo como princípio de fé a abstenção de realizar atividades que não sejam de cunho estritamente religioso no período compreendido entre o pôr-do-sol da sexta-feira e o pôr-do-sol do sábado em observância e cumprimento aos preceitos legais decorrentes das Leis estaduais nº. 11.225/99 e nº. 14.607/09.

Declaro ainda, estar ciente do descrito em Edital no item 3.15 e seus Subitens e das penas que posso incorrer nos termos do Art. 299 do Código Penal Brasileiro abaixo transcrito.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Luzerna-(SC), ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

ANEXO AO DECRETO 2155
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício 2014
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	3.322.221,53	FINANCEIRO	1.590.929,28
DISPONÍVEL	3.322.221,53	DEPÓSITOS	1.257,77
Bancos Conta Movimento	519.405,41	Consignações	1.257,77
Bancos Conta Vinculada	2.553.767,65	RESTOS A PAGAR	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	248.954,91	Obrigações a Pagar	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	93,56		
PERMANENTE	32.114.633,72	PERMANENTE	214.104,40
DÍVIDA ATIVA	593.416,37	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	214.104,40
Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Longo Prazo)	593.416,37	Por Contratos de Curto Prazo	65.869,25
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	213,47	Por Contratos de Longo Prazo	148.235,15
Investimentos	213,47		
IMOBILIZADO	31.521.003,88		
Bens Imóveis	26.112.351,78		
Bens Móveis	5.475.379,34		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	-66.727,24		
ATIVO REAL	35.436.855,25	PASSIVO REAL	1.805.033,68
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	33.631.821,57
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	33.631.821,57
COMPENSADO	3.625.529,27	COMPENSADO	3.625.529,27
Execução da Programação Financeira	3.322.221,53	Execução da Programação Financeira	3.322.221,53
Compensações Ativas Diversas	268.977,74	Compensações Passivas Diversas	268.977,74
Controle de Consórcios	34.330,00	Controle de Consórcios	34.330,00
TOTAL	39.062.384,52	TOTAL	39.062.384,52

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Elaborado com base no anexo emitido em 20/01/2015 pela Contador 20394/O-8

Luzerna, 24/04/2015

DREONE FELSKI MENDES
 CONTADOR - CRC/SC 36461

MOISES DIERSMANN
 PREFEITO MUNICIPAL

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA - TERMO ADITIVO N° 10/2015 A ATA DE RP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0027/2014

PREGÃO PRESENCIAL N°0017/2014

REGISTO DE PREÇO N° 0007/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA N° 10/2015

Reequilíbrio econômico financeiro.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de lubrificantes, graxas e detergentes destinados a manutenção da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Município de Macieira, conforme especificações constantes no Edital.

1° Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 12/2015.

Contratada: GUSTAVO RAHMEIER EPP.

Valor registrado:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR REGISTRADO	REAJUSTE	VALOR C/ REAJUSTE
03	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante multifuncional para transmissão de tratores API GL-4.	AGECOM	R\$212,00	9,41%	R\$ 231,94
10	01	litro	Óleo lubrificante multiviscoso á base sintética API SN SAE 15W40.	BR	R\$ 19,30	8,22%	R\$ 20,89
14	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante SAE 10W30, API GL-5,	AGECOM	R\$ 215,00	7,51%	231,16

Macieira, 20 de novembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATOS ADMINISTRATIVOS N° 0036/2015 E 0037/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0042/2015.

Pregão Presencial n° 0028/2015.

Objeto: Contratação de contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças e mão de obra qualificada, destinados à recuperação e manutenção dos veículos de uso do transporte escolar, de acordo com as especificações e quantitativos do Anexo I do Edital.

Contrato Administrativo n° 0036/2015

Contratada: MECANICA ZAGO S.B. LTDA EPP.

Vigência do Contrato: 31/12/2015

Valor Global: R\$ 4.390,00 (quatro mil trezentos e noventa reais), para o lote 01, sendo que os valores unitários respeitarão restritamente a Ata de julgamento.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão de Nota Fiscal.

Prazo de entrega: Em até 15 dias após emissão da Autorização de Fornecimento.

Contrato Administrativo n° 0037/2015

Contratada: MECANICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA ME.

Vigência do Contrato: 31/12/2015

Valor Global: R\$ 7.630,00 (sete mil seiscentos e trinta reais), sendo o valor de R\$ 4.130,00 (quatro mil cento e trinta reais) para o lote 02, e o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para o lote 03 sendo que os valores unitários respeitarão restritamente a Ata de julgamento.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão de Nota Fiscal.

Prazo de entrega: Em até 15 dias após emissão da Autorização de Fornecimento.

Macieira, 01 de dezembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO N° 11/2015 A ATA DE RP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0032/2014

PREGÃO PRESENCIAL N° 0020/2014

REGISTO DE PREÇO N° 0010/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA N° 11/2015

Acréscimo de quantitativo.

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras, com pedidos parcelados, visando a aquisição de tubos de concreto e pedra britas, destinados a manutenção das estradas municipais de acordo com as especificações da Ata de Registro de Preços.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 17/2015.

Contratada: PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP.

Valor registrado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTD PREVISTAS ACRESCIDAS	VALOR REGISTRADO UNIT.	VALOR REGISTRADO TOTAL
2.1	PEDRA BRITA MISTA M³	80	64,83	5.186,40
2.2	PEDRA BRITA TIPO N° 02 M³	75	65,83	4.937,25
			VALOR TOTAL ACRESCIDO	10.123,65

Macieira, 02 de dezembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;
CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
CNPJ: 09.427.503/0001-12

Boleto - competência novembro (2015) R\$ 1.280,00

VALOR: R\$ 1.280,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela prestação de serviços relativo a utilização do Sistema REGIN e Simples Nacional, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 07 de dezembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

MICHELI KARINE ROSA

CNPJ: 14.745.235/0001-17

Nota Fiscal nº 113 R\$ 3.960,00

VALOR: R\$ 3.960,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela arbitragem dos jogos para os campeonatos de diversos esportes e categorias à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 07 de dezembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº. 4.158

LEI Nº. 4.158

DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DE PROGRAMAÇÕES DO MUNICÍPIO, O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE MAFRA.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no calendário oficial de eventos e de programações do Município de Mafra, o "Campeonato Municipal de Futebol" a ser realizado, anualmente, no mês de setembro.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, devesa fazer a elaboração, organização e realização dos eventos que fica por conta do Departamento Municipal de Esportes, podendo firmar convênios e parcerias com empresas que queiram patrocinar o evento.

Art. 3º Para a realização do referido Campeonato poderão ser utilizados os espaços públicos municipais, desde que previamente autorizados pela Prefeitura Municipal, também das associações e particulares.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente projeto serão de responsabilidade da Secretaria competente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Mafra, 04 de dezembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.159

LEI Nº. 4.159

DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DENOMINA CORRIDA RÚSTICA NOTURNA DE JOÃO MARTIN HAU NETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Corrida Rústica Noturna realizada no mês de novembro no Município de Mafra fica denominada João Martin Hau Neto.

Art. 2º A Corrida Rústica Noturna João Martin Hau Neto será incluída no calendário esportivo do Município.

Parágrafo único. O evento esportivo mencionado no caput deste artigo será realizado anualmente no mês de novembro.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Mafra, 04 de dezembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 274/2015

DECRETO Nº 274, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga prazo de Edital de Processo Seletivo e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o prazo do Edital de Processo Seletivo nº 001/2014, conforme Capítulo 8, alínea "q" do referido Edital.

Art. 2º O prazo a que se refere o artigo 1º, será pelo período de 1 (um) ano, a contar do dia 12 de dezembro de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 4 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 15.2015 - LEITES ESPECIAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015 - FMS

Pregão Presencial - Registro de Preço nº 22/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 03 de Dezembro de 2015, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal, Sra. SUZANE E. F. REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 28/2015 - Pregão Presencial nº 22/2015 - FMS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para contratação de empresa que forneçam LEITE ESPECIAL para atendimento de pacientes oncológicos e crianças com necessidades especiais com prescrição nutricional ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial Nº 22/2015, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
POLLIMED COMERCIO E REP. LTDA EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR CINTIA JOSEANE MORETTI	04.040.912/0001-48
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR KARINE DE SOUZA RODRIGUES	03.612.312/0004-97
CM HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR BRUNA DIAS	12.420.164/0003-19
PFG COMERCIAL LTDA ME, NESTE ATO SEM REPRESENTANTE	20.438.684/0001-15

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de LEITE ESPECIAL para atendimento de pacientes oncológicos e crianças com necessidades especiais com prescrição nutricional, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

EMPRESA VENCEDORA							
ITEM	NOME EM-PRESA	DESCRIÇÃO PRODUTO	UNID	MARCA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	POLLIMED COMERCIO E REP. LTDA EPP	ESPESSANTE ALIMENTAR A BASE DE AMIDO DE MILHO MODIFICADO INSTANTANEO, ADICIONADO DE MIX DE GOMAS ALIMENTÍCIAS (GOMAS TAR, XATANA E GUAR), PARA ESPESSAR PREPARAÇÕES, INSTANTANEO, SEM SABOR QUE MODIFICA A CONSISTENCIA DE ALIMENTOS LIQUIDOS, SEMI-LIQUIDOS E SEMI-SOLIDOS. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM 225 GRAMAS.	EMBALAGE	NUTERAL	150	39,00	5.850,00
4	POLLIMED COMERCIO E REP. LTDA EPP	MODULO DE GLUTAMINA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL. AMINOACIDO CONDICIONALMENTE ESSENCIAL QUE FAVORECE A SÍNTESE PROTEICA E MODULA A REPOSTA IMUNOLÓGICA. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM (SACHE) DE 10 GRAMAS.	SACHE	NUTERAL	300	4,00	1.200,00
6	POLLIMED COMERCIO E REP. LTDA EPP	DIETA PARA USO ORAL OU ENTERAL. COMPOSIÇÃO: MALTODEXTRINA, XAROPE DE MILHO, PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, SACAROSE, CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA, ÓLEO DE CANOLA DE BAIXO TEOR ERÚCICO, TRIGLICÉRIDES DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MILHO, LECITINA DE SOJA, FOSFATO DE SÓDIO, FOSFATO DE POTÁSSIO, VITAMINAS (VITAMINA A, VITAMINA D, VITAMINA E, VITAMINA K, VITAMINA C, VITAMINA B1, VITAMINA B2, NIACINA, VITAMINA B6, ÁCIDO FÓLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, VITAMINA B12. INSENTO DE LACTOSE E GLUTEN.	LATA	NUTERAL	500	26,50	13.250,00
9	POLLIMED COMERCIO E REP. LTDA EPP	MÓDULO DE FIBRAS INDICADO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, COM FIBRAS SOLÚVEIS 45% A 100%. INULINA E GOMA GUAR. ISENTO DE SABOR E COM BOA SOLUBILIDADE. EMBALAGEM DE 400GRAMAS	LATA	NUTERAL	100	59,00	5.900,00
16	POLLIMED COMERCIO E REP. LTDA EPP	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ORAL OU ENTERAL. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, NORMOCALORICA (1.0KCAL/ML) E NORMOPROTEICA, COM 65% FIBRA SOLUVEL PREBIOTICA (POLIDEXTROSE) 35% FIBRA INSOLUVEL (POLISSACARÍDEO DE SOJA). INSENTO DE SACAROSE, LACTOS E GLUTEN. INDICADO EM CASOS DE TRANSTORNOS GASTROINTESTINAIS. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM 400 GRAMAS	LATA	NUTERAL	150	24,00	3.600,00
TOTAL DO FORNECEDOR: 29.800,00							

1	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FORMULA INFANTIL ESPECIAL PARA LACTANTES E SEGUIMENTO PARA LACTANTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFANCIA A BASE DE 100% AMINOACIDOS LIVRES NÃO ALERGENICOS, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, EM PÓ. CONTENDO LCPUFAS (DHA 0,35 E ARA 0,35) NA PROPORÇÃO DE 1:1, TCM E NUCLEOTIDEOS, ENRIQUECIDA COM CALCIO E FOSFORO. INSENTA DE PROTEINA LACTEA, LACTOSE, GALACTOSE, FRUTOSE, SACAROSE E GLUTEN. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE 400 GRAMAS.	LATA	NEOCATE	100	149,00	14.900,00
3	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	SUPLEMENTO ALIMENTAR ESPECIFICO PARA TERAPIA NUTRICIONAL DE PACIENTES ONCOLOGICOS. SUPLEMENTO ORAL LIQUIDO, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, PRONTO PARA BEBER. HIPERCALORICO E HIPERPROTEICO, ENRIQUECIDO COM EPA E EXCLUSIVO MIX DE FIBRAS CAROTENOIDES. INSENTO DE LACTOSE E GLUTEN. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE 125 ML.	EMBALAGE	FORTICARE - DANONE	200	39,00	7.800,00
5	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	DIETA PAR USO ORAL OU ENTERAL. NUTRIÇÃO COMPLETA E ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL E DE UM ADEQUADO CONTROLE GLICEMICO. PROTEINAS 15% (51,5% PROTEINA DO SORO DO LEITE, 48,5% CASEINATO DE POTASSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA), CARBOIDRATOS: 45% (91% AMIDO DE TAPIOCA, 8,4% AMIDO DE BATATA, 0,6% MALTODEXTRINA), LIPIDEOS: 40% (63% OLEO DE GIRASSOL, 32% OLEO DE CANOLA). INSENTA DE GLUTEN, SACAROSE, COLESTEROL E LACTOSE. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE 400 GRAMAS.	LATA	NUTRIMED	250	45,00	11.250,00
7	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	DIETA INFANTIL PARA USO ORAL OU ENTERAL. DIETA NUTRICIONALMENTE COMPLETA E BALANCEADA PARA NUTRIÇÃO ORAL OU ENTERAL EM PÓ, NORMOCALÓRICO, NORMOPROTEICO, COM NO MÍNIMO 50% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, INDICADA PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS. ISENTO DE LACTOSE, GLÚTEN E COLESTEROL. SABOR BAUNILHA. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS	LATA	FORTINI	400	56,00	22.400,00
8	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	SUPLEMENTO HIPERCALÓRICO EM PÓ, RICO EM VITAMINASE MINERAIS, ENRIQUECIDO COM MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. SABORES NEUTRO E BAUNILHA. LATA DE 325 GRAMAS.	LATA	NUTRIDRINK	200	59,00	11.800,00
10	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	SUPLEMENTO HIPERPROTEICO ACRESCIDO DE ARGININA, ZINCO, SELÊNIO, VIT. C, A E E. TERAPIA NUTRICIONAL DESENHADA ESPECIFICAMENTE PARA A CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERA POR PRESSÃO E OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTÍMULO DA CICATRIZAÇÃO. ALÉM DA PRESENÇA DO EXCLUSIVO MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTO DE GLÚTEN. SABORES: MORANGO, BAUNILHA DE CHOCOLATE. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200 ML.	EMBALAGE	CUBITAN	150	14,20	2.130,00
12	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. FÓRMULA INFANTIL PARA SITUAÇÃO METABÓLICA ESPECIAL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, FORMULADO PARA PORTADORES DE ALERGIAS ÀS PROTEÍNAS DO LEITE DE VACA E DA SOJA. HIPOALERGÊNICA COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLIZADA, COM ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA E NUCLEOTÍDEOS. CONTÉM VITAMINAS MINERAIS E OLIGOELEMENTOS NECESSÁRIOS AO BOM DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DO LACTENTE. ISENTO DE SACAROSE... LATA DE 400 GRAMAS.	LATA	APTAMILAR	150	15,40	2.310,00
13	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FORMULA INFANTIL ESPECIAL. FÓRMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, NUCLEOTÍDEOS E MINERAIS NECESSÁRIOS AO BOM DESENVOLVIMENTO. VALOR CALÓRICO DE 65 A 67 KCAL EM 100ML. LATA DE 400 GRAMAS.	LATA	APTAMIL	150	30,00	4.500,00
14	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE. FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA LÁCTEA, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM FERRO E PREBIÓTICOS OU PROBIÓTICOS, INDICADA PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ 06 MESES DE VIDA, QUE ATENDA TODAS AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS	LATA	APTAMIL	200	15,00	3.000,00
15	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA À BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE PARCIALMENTE HIDROLIZADA, COM ADIÇÃO DE PREBIÓTICOS, ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA - LCPUFAS (DHA - ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO E ARA - ÁCIDO ARAQUIDÔNICO) E NUCLEOTÍDEOS. LACTOSE, CONCENTRADO DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE HIDROLIZADA, ÓLEOS VEGETAIS (PALMA, CANOLA, COCO, GIRASSOL, MORTIERELLA ALPINA), GALACTOOLIGOSSACARÍDEO, FRUTOOLIGOSSACARÍDEO, FOSFATO DE POTÁSSIO, CLORETO DE CÁLCIO, ÓLEO DE PEIXE	LATA	APTAMIL	150	20,00	3.000,00

TOTAL DO FORNECEDOR: 83.090,00
TOTAL GERAL DOS ITENS: 112.890,00

1.2. VALOR: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 112.890,00 (CENTO E DOZE MIL E OITO-CENTOS E NOVENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração e Finanças, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº 28/2015 - Pregão Presencial Nº 22/2015.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Licitatório Nº 28/2015 - Pregão Presencial Nº 22/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. A despesa decorrente da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. Entregar os materiais licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 48 (quarenta e oito) horas após solicitação através de ordem de compra, emitida pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, na SECRETARIA DA SAÚDE, localizada no seguinte endereço: Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba (SC), de segunda a sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min, devendo ser expedida a nota fiscal.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços comportarem-se de modo inidôneo fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

a) Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

b) Cancelamento do registro na Ata;

c) Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

d) Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

e) Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da

intimação do ato.

6.4 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardada os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

c) Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso processar-se a cobrança judicialmente.

6.10 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

a) A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

g) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

h) Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

i) A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria da Saúde, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:**

- a) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.
- b) Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.
- c) O Município não será responsável por quaisquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**11.1. Compete ao Fornecedor:**

- a) Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- b) Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.
- c) Entregar os produtos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 48 (quarenta e oito) horas após solicitação através de ordem de compra, emitida pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, localizado no seguinte endereço: Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, Município de Massaranduba (SC), de segunda a sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min, devendo ser expedida a nota fiscal.
- d) O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à CONTRATADA, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto deste contrato.
- e) Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.
- f) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Massaranduba;
- g) Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;
- h) Será recusado o serviço, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;
- i) A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.
- j) Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do Processo Licitatório nº 28/2015 - Pregão Presencial nº 22/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 03 de dezembro de 2015.

SUZANE E. F. REINKE
Gestora dos Fundo Municipal
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

POLLIMED COMERCIO E REP. LTDA EPP
CINTIA JOSEANE MORETTI
Contratada

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
KARINE DE SOUZA RODRIGUES
Contratada

DECRETO Nº 3215 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3215 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a Permissão de Uso dos espaços da feira e exposições durante a realização da 15ª FECARROZ, e dá outras providências

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em especial pelo artigo 18 da Lei nº 1286/2011 e pela alínea J do artigo 70 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

CAPÍTULO I
DA PERMISSÃO DE USO

Art. 1º Fica instituída a permissão de uso como forma de utilização por particulares dos espaços comerciais/exposições/stands existentes na 15ª FECARROZ, destinados à feira multisetorial, com preços estabelecidos para cada área.

Art. 2º A permissão ocorrerá por meio de contrato firmado entre a Prefeitura e o Permissionário, conforme modelo constante no Anexo I.

Parágrafo Único Exclui-se do regime de permissão de uso os espaços reservados pela Administração Municipal para serem utilizados em casos especiais.

CAPÍTULO II
DAS ÁREAS

Art. 3º As áreas disponíveis a serem comercializadas para a realização da feira serão divididas na área externa (pátio) do Centro de Eventos, e áreas internas (Pavilhões A e B).

Parágrafo Único Os mapas detalhados com as localizações e respectivas áreas disponíveis fazem parte integrante deste Decreto, constantes no Anexo II.

Art. 4º A escolha da área com metragem específica preterida pelo permissionário acontecerá via internet, no site www.fecarroz.com.br, onde o mesmo fará o devido cadastro, demonstrando a intenção da permissão.

CAPÍTULO III
DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Art. 5º Os valores estabelecidos de acordo com cada área e/ou metragem estão discriminados na tabela constante no Anexo III.

Art. 6º As formas de pagamento serão à vista ou parcelado em até três vezes, por meio de boleto bancário.

Parágrafo Único A validação da reserva do espaço dar-se-á diante da quitação dos valores dentro do prazo de vencimento instituído.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º A feira/exposição acontecerá durante a programação da 15ª FECARROZ, que será no período de 26 de abril a 01 de maio de 2016.

Art. 8º O horário de funcionamento, a liberação de credenciais (entradas e estacionamentos) e a regulamentação da feira/exposição serão determinados pela Comissão Organizadora, através de informativo a ser entregue aos permissionários dez (10) dias antes do evento.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 27 de Novembro de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

ANEXO I**CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO**

- 1 – Ao assinar este contrato o expositor estará de acordo com as condições estabelecidas e valor correspondente aos stands reservados.
- 2 – O pagamento poderá ser feito à vista, ou parcelado em três vezes. A não quitação das parcelas abrirá o espaço a uma nova venda.
- 3 – O EXPOSITOR tem o direito de exploração do espaço da 15ª FECARROZ, que acontece de 26 de abril a 01 de maio de 2016, no Parque Municipal de Eventos, situado a Rua 11 de Novembro, 1.559. (fundos).
- 4 – O não pagamento de qualquer parcela convencionada neste contrato, estabelecidas as formas de pagamento implicará na rescisão do mesmo, sem direito ao EXPOSITOR de restituição dos valores pagos. Da mesma forma a não ocupação dos stands adquiridos implicará na perda dos valores já pagos.

- 5 – O EXPOSITOR assume toda e qualquer responsabilidade sobre danos que der causa por si e seus repostos, incluídos os danos decorrentes de construções no local do evento.
- 6 – É terminantemente proibido ao EXPOSITOR, transferir, sublocar, ceder, doar, total ou parcialmente, a área do seu estande a terceiros, sob pena de recolhimento de seus materiais por parte da PROMOTORA.
- 7 - SONORIZAÇÃO – É permitida a utilização de som ambiente por parte dos EXPOSITORES, desde que a prática não venha a prejudicar aos demais, sendo expressamente proibido fazer uso de amplificadores de som para divulgação de mensagens comerciais e/ou promocionais, interna ou externamente.
- 8 – DANOS AO PATRIMÔNIO – A PROMOTORA poderá exigir o ressarcimento de quaisquer danos causados pelo EXPOSITOR e seus repostos.
- 9 – SEGURO - Será de responsabilidade exclusiva do EXPOSITOR a contratação de seguro, não só de seus bens pessoais para todos os riscos, bem como serviço de segurança individual de seu estande não se responsabilizando a PROMOTORA por qualquer dano ou furto que venha ocorrer, nem mesmo no caso de fortuito ou força maior.
- 10 – LIMPEZA – A PROMOTORA manterá durante todo o período do evento, serviços de limpeza dos corredores do pavilhão de exposições, não se responsabilizando porém pela limpeza interna dos estandes.
- 11 – CARGA e DESCARGA – A carga e descarga de equipamentos e máquinas serão por conta e risco do EXPOSITOR, devendo ser realizado dentro de horários pré-estabelecidos pela PROMOTORA.
- 12 – SEGURANÇA / DEMONSTRAÇÃO – Será de responsabilidade única do EXPOSITOR ressarcimento de qualquer dano que venha a causar ao público no pavilhão de exposição, ao material do estande e com demonstração de equipamentos no recinto da feira.
- 13 – MOTORES e COMBUTÍVEIS – É expressamente proibido a utilização de motores de combustão dentro do recinto da feira nos pavilhões, bem como a utilização de outros produtos inflamáveis.
- 14 – FAIXAS – É expressamente proibida a colocação de utensílios, móveis, faixas ou outros meios de propagandas que ultrapassem os limites dos estandes.
- 15 – SERRAS ELÉTRICAS – É proibida a utilização de serra elétrica, compressor para pintura e lixadeira elétrica nas áreas cobertas do recinto do Centro Esportivo Municipal.
- 16 – O EXPOSITOR não terá exclusividade de exposição de algum produto, a PROMOTORA reserva-se o direito de colocar produtos similares/genéricos e assemelhados.
- 17 – A PROMOTORA determinará os horários de funcionamento da feira.
- 18 – O EXPOSITOR (Empresa) terá acesso livre na quantidade designada pela PROMOTORA.
- 19 – FORO – Fica eleito o Foro de Guaramirim para dirimir quaisquer dúvidas acerca deste instrumento.

E, por estarem assim, justos e contratados PROMOTOR e EXPOSITOR, firmam este instrumento contratual.

Massaranduba,

PERMISSIONÁRIO
EXPOSITOR

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATO DE PERMISSÃO - 15ª FECARROZ					
IDENTIFICAÇÃO					
RAZÃO SOCIAL					
RUA				N	
BAIRRO			CEP		
CIDADE				ESTADO	
TELEFONE		E-MAIL			
CNPJ / CPF		I.E.			
EXPOSITOR					
INTERNO		EXTERNO			
STAND Nº		ÁREA DO STAND			
VALOR R\$	FORMA DE PAGAMENTO	À VISTA		PRAZO	

ANEXO II

4 X 3 = 12m²

3 X 3 = 9m²

ANEXO III

LOCAL	ESTRUTURA COM INTERNET GRÁTIS	MEDIDAS DA ÁREA	VALOR
Exposição Externa (sem cobertura)	Brita + Energia + Água	A Escolher	R\$ 11,90m ²
Pavilhão B Feira Multisetorial Stand com divisórias modulares	Cobertura + Nome da empresa em vinil + carpete 4mm	3 x 3 = 9m ²	R\$ 990,00
Pavilhão A Feira Artesanal Stand com divisórias modulares	Cobertura + Nome da empresa em vinil + carpete 4mm	3 x 4 = 12m ²	R\$ 390,00
Pavilhão A Feira Comercial Exposição de Flores Stand com divisórias modulares	Cobertura + Nome da empresa em vinil + carpete 4mm	3 x 4 = 12m ²	R\$ 590,00

DECRETO Nº. 3216 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3216 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0095.2035 – Manutenção do programa de merenda esc.- Creches

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 13703 – Transferência PNAE - Creche R\$ 9.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3217 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3217 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0090.2034 – Manutenção do programa de merenda esc.- Pré-Escolas

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 13704 – Transferência PNAE – Pré-Escola R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3218 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3218 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0191.2103 – Manutenção da Unidade Escolar

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 13806 – Média e Alta Complexidade R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3219 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3219 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.364.0086.2047 – Apoio aos Universitários

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº 1719/2015

LEI Nº 1719/2015

Reestrutura o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1o Fica reestruturado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, proteção, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural e construído em todo o território do Município de Massaranduba.

Art. 2o Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA compete:

I – Colaborar na formulação da política municipal de proteção ao Meio Ambiente, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, através de recomendações e proposições de planos, programas e projetos;

II – Colaborar na elaboração de planos, programas e projetos intersetoriais, regionais, locais e específicos, de desenvolvimento do Município;

III – Propor diretrizes para a conservação e recuperação dos recursos ambientais do Município;

IV – Propor normas, padrões e procedimentos visando à proteção ambiental e ao desenvolvimento do Município;

V – Propor projetos de lei e decretos referentes à proteção ambiental no Município de Massaranduba;

VI – Propor a definição e implantação de espaços territoriais e seus componentes, a serem especialmente protegidos;

VII – Propor e colaborar na execução de atividades com vistas à educação ambiental;

- VIII – Propor a realização e promover campanhas de conscientização quanto aos problemas ambientais;
IX – Manter intercâmbio com entidades oficiais e privadas, de pesquisa e demais atividades voltadas à defesa do Meio Ambiente;
X – Elaborar seu regimento interno;

Art. 3º O conselho será presidido pelo titular do órgão municipal de meio ambiente e composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, a saber:

I - Representantes do Poder Público:

- a) 1 (um) representante da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos;
b) 1 (um) representante da Secretaria de Agricultura;
c) 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente;
d) 1 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
e) 1 (um representante) da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina;
f) 1 (um) representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI.

II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) 1 (um) representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba - ACIAM;
b) 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massaranduba;
c) 1 (um) representante da Cooperativa Juriti;
d) 1 (um) representante da Associação de Produtores de Banana de Massaranduba – APROBAM;
e) 1 (um) representante da Associação dos Piscicultores de Massaranduba – APISMA;
f) 1 (um) representante da Associação Catarinense de Engenheiros Florestais – ACEF;
g) 1 (um) representante da Associação Catarinense de Engenharia Ambiental – ACEAMB.

§ 1º Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento ou qualquer ausência.

§ 2º Os representantes dos órgãos da Administração Municipal, bem como seus respectivos suplentes, serão designados pelo Prefeito, mediante indicação dos Secretários.

§ 3º Os representantes das demais entidades serão designados através de indicação da respectiva entidade e nomeados por meio de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º As funções de membro do Conselho serão exercidas pelo prazo de 2 (dois) anos, permitida a recondução, por igual período.

§ 5º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas como de relevante interesse público.

Art. 4º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, na forma estabelecida em seu Regimento e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Prefeito ou pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de 50% (cinquenta por cento) de seus membros titulares.

§ 1º As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de membros efetivos e/ou seus suplentes, com a presença de pelo menos, metade de seus membros, e as deliberações serão por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 2º A critério do Presidente do Conselho, poderão participar convidados, esclarecendo-se antecipadamente se lhes será concedido o direito de voz.

Art. 5º O Órgão Ambiental Municipal prestará ao Conselho o necessário suporte técnico – administrativo, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos ou entidades nele representados.

Art. 6º O conselho revisará o seu Regimento Interno, que será homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente nos limites de suas atribuições regimentais.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 1117, de 23 de setembro de 2009, Lei nº 231 de 04 de julho de 1985 e o Decreto nº 2732 de 16 de julho de 2013.

Massaranduba, 04 de Dezembro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº652/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 652/2015 – Modalidade Pregão Presencial n. 042/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Presencial n. 042/2015, do seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO, NOVO, ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO DE 2015, TRAÇADO 6X4, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 280CV, CARGA ÚTIL DE NO MÍNIMO 23 TONELADAS, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. DE ACORDO COM CONTRATO DE REPASSE Nº1022966-09/2015/MAPA/CAIXA. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/05, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 21/12/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 04 de Dezembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

ADITIVO Nº 01/2015 ANDRESSA DE PAULA DE SOUZA ME

ADITIVO Nº 01 /2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2015

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Das partes:

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551- Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Sr. OSMAR MARQUES DA SILVA.

CONTRATADO:

ANDRESSA DE PAULA DE SOUZA- ME inscrita no CNPJ nº 11.446.363/0001-71 representada neste ato pelo Sr. JESSÉ DE LIMA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 026.121.969-35 residente e domiciliado em Monte Carlo -SC.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração desde Contrato, referente a SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Nos termos do Processo Licitatório nº 07/2015, Pregão Presencial nº 07/2015; bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/DEZEMBRO/2016.

Com validade a partir de 01/01/2016.

Informamos ainda que o reajuste será aplicado, considerando a data base 01/01/2016, pelo índice do INPC percentual acumulado no período de referência, índice o qual que será automaticamente aplicado sobre o preço mensal na referida data.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na sua forma original do contrato e do Processo Licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas desde Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo – SC, 04 de Dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

OSMAR MARQUES DA SILVA

CONTRATANTE

ANDRESSA DE PAULA DE SOUZA-ME

JESSÉ DE LIMA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Morro da Fumaça

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO 089/2015

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO 089/2015:

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 089/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E DIVERSOS, conforme anexo. Data: 17/12/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

DECRETO Nº 136/2015

DECRETO Nº 136/2015, em 02 de Dezembro de 2015.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO E CONCEDE FÉRIAS PROGRAMADAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor MARCI JOSÉ SARTOR, Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo nos dias 24 e 31 de Dezembro (quintas-feiras), nas repartições Públicas Municipais da Administração direta e indireta.

Art. 2º Fica concedida férias programadas para os funcionários da Administração Municipal no período de 15 de Dezembro de 2015 a 03 de Janeiro de 2016.

Parágrafo único- Não haverá férias programadas no período mencionado no caput aos órgãos abaixo elencados, em razão da tipicidade dos serviços executados, pois não admitem paralisação por serem considerados de prestação de serviços essenciais:

- I - Setor de Arrecadação do Município;
- II- Setor de Licitação do Município;
- III- Setor de Recursos Humanos;
- IV- Setor de Contabilidade;
- V- Tesouraria;
- VI- Secretaria do Sistema Econômico;
- VII- Setor de Compras;

Art. 3º Os órgãos mencionados no parágrafo único do artigo 1º, terão seus expedientes assim estabelecidos:

I- Setor de Arrecadação do Município: suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

II- Setor de Licitação do Município: suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

III- Setor de Recursos Humanos: a partir de 15 de Dezembro de 2015 o expediente será interno, com suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

IV- Setor de Contabilidade: a partir de 15 de Dezembro de 2015 o expediente será interno, com suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

V- Tesouraria: a partir de 15 de Dezembro de 2015 o expediente

será interno, com suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

VI- Secretaria do Sistema Econômico: a partir de 15 de Dezembro de 2015 o expediente será interno, com suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

VII- Setor de Compras: a partir de 15 de Dezembro de 2015 o expediente será interno, com suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

Art. 4º Os demais órgãos da Administração Pública Direta e Indireta terão serão horários assim definidos:

Intendência:

a) Sede: férias programadas do dia 15 de Dezembro de 2015 a 03 de Janeiro de 2016;

b) Demais serviços: suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

Secretaria da Educação e Cultura:

a) Sede da Administração da Secretaria da Educação e Cultura do Município- férias programadas do dia 21 de Dezembro de 2015 a 19 de Janeiro de 2016;

b) Escolas: encerram as atividades em 18 de Dezembro de 2015, com retorno dos professores em 11 de fevereiro de 2016 e dos alunos em 15 de Fevereiro de 2016;

c) Creches municipais: encerram as atividades em 18 de Dezembro de 2015 e retornam em 20 de Janeiro de 2016.

Secretaria Municipal de Saúde:

a) Sede da Secretaria Municipal de Saúde do Município- férias programadas do dia 21 de Dezembro de 2015 a 03 de Janeiro de 2016;

b) Unidades de Saúde- suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016;

c) Centro de Atenção Psicossocial- CAPS- suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

Secretaria da Família e Assistência Social:

a) Sede da Administração da Secretaria da Família e Assistência Social- férias programadas do dia 15 de Dezembro de 2015 a 03 de Janeiro de 2016.

Secretaria de Agricultura:

a) Sede da Administração da Secretaria da Agricultura- férias programadas do dia 21 de Dezembro de 2015 a 03 de Janeiro de 2016;

b) Operadores de máquinas- serviços contínuos e programados, com suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25, 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

Secretaria do Sistema de infra-estrutura:

a) Sede da Administração da Secretaria de Obras e Desenvolvimento- férias programadas do dia 21 de Dezembro de 2015 a 03 de Janeiro de 2016;

b) Funcionários caminhão de água: suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016;

c) Funcionários da limpeza na cidade: suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016;

d) Coleta de lixo: suspensão do expediente apenas nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro de 2015 e 01 de Janeiro de 2016.

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Morro da Fumaça- FUMAF: férias programadas do dia 15 de Dezembro de 2015 a 03 de Janeiro de 2016.

Sistema Nacional de Emprego- SINE: férias programadas do dia 15 de Dezembro de 2015 a 03 de Janeiro de 2016.

PROCON:

24/12/2015 - quinta-feira - das 08h00 às 12h00;
25/12/2015 - sexta-feira – Feriado;
28/12/2015 - segunda-feira - das 08h00 às 12h00 e das 13:00 as 16:00;
29/12/2015 - terça-feira - das 08h00 às 12h00 e das 13:00 as 16:00;
30/12/2015 a 10/01/2016 - Não haverá expediente;
11/01/2016- Retorno das atividades.

JUNTA MILITAR: férias programadas do dia 15 de Dezembro de 2015 a 13 de Janeiro de 2016.

Art. 5º Aos Secretários, dos departamentos ao qual não foram concedidas as férias programadas aos servidores, caberá escalar os servidores com férias programadas a partir de 04 de Janeiro de 2016.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 02 de Dezembro de 2015.
MARCI JOSÉ SARTOR
Prefeito Municipal, em exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 139/2015

DECRETO Nº 139/2015, em 04 de Dezembro de 2015.

“REGULAMENTA O ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR 013 DE 12 DE JUNHO DE 2013 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – PDV, PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ABRANGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR 009/2010 (ESTATUTO DO MAGISTÉRIO)”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar Municipal nº 040/2015, de 20 de Julho de 2015, autorizado a implantar o Plano de Demissão Voluntária – PDV, dirigido aos servidores públicos municipais abrangidos pela Lei Complementar 009/2011 (Estatuto do Magistério);

CONSIDERANDO, a Lei Complementar Municipal nº 045/2015, de 21 de Agosto de 2015 que prorroga o prazo de abertura de prazo para a concessão do Plano de Demissão Voluntária-PDV;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertas inscrições aos funcionários públicos municipais abrangidos pela lei complementar 009/2010 (estatuto do magistério) para adesão ao Plano de Demissão Voluntária – PDV, nos termos da Lei Complementar 040, de 20 de julho de 2015 e Lei Complementar 045, de 21 de Agosto de 2015.

Paragrafo Único – As inscrições ficam abertas pelo prazo de 15 dias

corridos, iniciando em 08 de Dezembro de 2015 e encerrando em 22 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - A concessão do benefício se dará no prazo de até 45 dias após a adesão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 04 de Dezembro de 2015.

MARCI JOSÉ SARTOR
Prefeito Municipal, em exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇOS 036/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 036/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE conforme anexo. Data: 18/12/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

1º APROVAÇÃO E CONVOCAÇÃO AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL 158/2015 PMN

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2015 PMN

Aos 04 dias do mês de dezembro de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 158/2015 PMN, objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL) DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. ITENS FRACASSADOS DOS PREGÕES PRESENCIAIS Nº 11/2015, 63/2015 E 85/2015, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	Licitantes 1º colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES 2º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTATANTE NO EDITAL
01	CELIA REGINA	REPROVADO-NÃO PICOTADO , QTD INCOMPATIVEL-marca qualilux	KELLY A.D.S
02	KELLY A.D.S	REPROVADO-SEM ABERTURA COM CHAVE,LARGURA INCOMPATIVEL-marca bellplus	TIAGO ALEXANDRE
03	LIMPEXCEL	APROVADO	----
04	LIMPEXCEL	APROVADO	----
05	KELLY A.D.S	APROVADO	
06	TIAGO ALEXANDRE	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA – marca perovinha	KELLY A.D.S
07	CELIA REGINA	REPROVADO-NÃO É DERMATOLOGICAMENTE NEM OFTALMOLÓGICAMENTE APROVADO- marca anjinho	LUIZ FERNANDO SEBOLD
08	CELIA REGINA	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA – marca anjinho	KELLY A.D.S
09	JLM	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA – marca xibei	TIAGO ALEXANDRE
10	KELLY A.D.S	APROVADO	-----

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos – Pregoeiro

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015 FMAS.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS 09/2015.

Ata de Registro de Preços FMAS 10/2015, relativa ao Pregão Presencial FMAS09/2015, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E UTENSÍLIOS DOMESTICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO E À MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTENCIA SOCIAL - CREAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Valor Total: R\$. 20.633,50.

Fornecedor: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI.

Valor Total: R\$. 600,44.

Vigência: 23/11/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 23 de novembro de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015 FMAS.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS 10/2015.

Ata de Registro de Preços FMAS 10/2015, relativa ao Pregão Presencial FMAS10/2015, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E UTENSÍLIOS DOMESTICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO E À MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL "BOLSA FAMÍLIA", ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI

Valor Total: R\$. 12.026,47

Vigência: 23/11/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 23 de novembro de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN

Ata de Registro de Preços PMN 140/2015, relativa ao Pregão Presencial 140/2015, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS) DESTINADOS AO FORNECIMENTO DIÁRIO DE ALMOÇO PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C. ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL 56/2015, conforme Pregão Presencial nº 140/2015.

Fornecedor: TECNOAL COMERCIL

Valor Total: R\$. 9.031,00

Fornecedor: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA

Valor Total: R\$. 4.480,90

Fornecedor: PJ Serviços e Comercio

Valor\$ 750,00

Fornecedor: Licisul Comercial

Valor: R\$ 6.845,64

Vigência: 23/11/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 23 de novembro de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 165/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA Nº 165/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A AQUISIÇÃO DE GALERIAS CELULARES DE CONCRETO ARMADO PRÉ- FABRICADAS, PARA SEREM UTILIZADAS NO SERVIÇO DE MACRODRENAGEM DA BACIA "A" DA REGIÃO CENTRAL, CORRESPONDENTE À AVENIDA PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA, AVENIDA CONSELHEIRO JOÃO GAYA, RUA MANOEL MOREIRA MAIA E TRECHO DA AVENIDA JOÃO SACAVEM, COM RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO ESTADUAL ATRAVÉS DO BADESC CIDADES, CONTRATO Nº 2015014201. Data da entrega dos envelopes: 06/01/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 06/01/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 4 de dezembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 13/2015 FMC --REPUBLICADO II ---

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 FMC

---Republicado II---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) DA PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE INSTALADA NO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 17/12/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 17/12/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 4 de dezembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 15/2015 FUMREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 FUMREBOM

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO HATCH 0 (ZERO) KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 2ª CBM - COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 17/12/2015 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 17/12/2015 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 4 de dezembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CONVOCAÇÃO ABERTURA HABILITAÇÃO PREGÃO 158/2015 LUIZ SEBOLD

PREGÃO PRESENCIAL 158/2015 PMN

CONVOCAÇÃO AOS INTERESSADOS, SOBRE ABERTURA ENVELOPE HABILITAÇÃO (JÁ ESTAVA EM PODER DA ADM) DE LICITANTE CHAMADO A APRESENTAR AMOSTRA(PUBLICAÇÃO DE 04/12/15), CUJA HABILITAÇÃO NÃO HAVIA SIDO ABERTA NA 1ª SESSÃO POR NÃO TER VENCIDO NENHUM ITEM NA ÉPOCA.

LICITANTE: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

DATA: 08/12/2015 AS 14:00 HORAS

LOCAL: AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Douglas Lemos – Pregoeiro

DECRETO 523 ADIANTAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 www.navegantes.sc.gov.br
 Rua João Emílio n.º 100 - Centro
 CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
 E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
 Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 523 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

PROCEDE A ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com as leis municipais 2568 de 05/08/2011 e 2622 de 10/08/2012,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário ao servidor Gérson Ademir Fagundes – Superintendente da Fundação Municipal de Esportes - no valor de R\$ 9.624,00 (nove mil seiscentos e vinte e quatro reais), dentro dos limites estabelecidos na lei municipal n.º 1674 de 27/05/2003 e de acordo com o disposto na lei federal n.º 4320/64 e Resolução n.º 016/94 do Tribunal de Contas do Estado, combinado com a lei municipal 2568 de 05/08/2011 e 2622 de 10/8/2012.

Art. 2.º O referido adiantamento é feito com a finalidade de custear despesas da referida Fundação com alimentação e participação de Navegantes nos JASC – Jogos Abertos de Santa Catarina – no período de 9 a 18 de dezembro de 2015 nas cidades de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

DECRETO 524 DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 www.navegantes.sc.gov.br
 Rua João Emílio n.º 100 - Centro
 CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
 E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
 Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 524 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV, da Lei Orgânica do Município, bem como fundamento das políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares nº 55, 56 e 57 de 22 de julho de 2008) e no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de

junho de 1941, bem como considerando o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social;

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, um terreno sem benfeitorias representado pelo lote nº 7 da quadra "T" do desmembramento denominado "Vila Brasília", situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana da sede do município de Navegantes, na quinta quadra do lado par da Avenida Rio do Sul, com a área de 540,00 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE ao SUL no lado par da avenida acima citada, 15,00 metros; FUNDOS ao NORTE nas terras de Antônio José Waltrich, 36,00 metros; EXTREMA ao LESTE com terras ora de Anilo Pasquali (lote 06) e a OESTE com o lado par de uma rua sem denominação especial, registrado junto ao 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí sob a matrícula nº 9.857, em nome da Senhora Verônica Doege.

§ 2.º Destina-se, a área de que trata este Decreto, exclusivamente para a abertura da Avenida Ivo Silveira, antiga 1ª Avenida Radial Norte/Sul.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

DECRETO Nº 522 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 522 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) das seguinte dotação:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

Função: 06 – Segurança Pública

Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar

Subfunção: 181 – Policiamento

2.102 – Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM

Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

04 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

T O T A L R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguinte dotação:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros

de Navegantes
Função: 06 – Segurança Pública
Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar
Subfunção: 181 – Policiamento
2.102 – Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM
Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos
07 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

T O T A L R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 04 de Dezembro de 2015.
Emílio Vieira
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de Dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 525 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 11.474.080/0001-33
Rua Vereador Nereu Liberato Nunes ° 150 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.

DECRETO Nº 525 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2014, até o valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 033803 – Sup. Financeiro/2014 – Vigilância em Saúde

ÓRGÃO: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
Programa: 51 – Programa DST/AIDS
2.097 – Manutenção dos Recursos do Programa DST/AIDS
Fonte de Recursos – 03.3803 – Vigilância em Saúde
187 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
188 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
Emílio Vieira
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de Dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 3056 DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n ° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N ° 3056 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOFIFENA – SOCIEDADE FILANTRÓPICA FEMININA DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Filantrópica Feminina de Navegantes – SOFIFENA – entidade civil de direito público, sem fins lucrativos, com CNPJ n ° 76.708.577/0001-14, com sede na Rua Itamar José da Luz s/nº, Centro, município de Navegantes, com Estatuto Social devidamente registrado no Cartório de Registros e Títulos da Comarca de Navegantes.

Art. 2º A entidade ora declarada de utilidade pública desenvolve atividades de caráter filantrópico e assistencial às famílias navegantinas e às senhoras, como também promove eventos culturais e de lazer voltados a elas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 17 de maio de 1968 e revogando, na íntegra, a lei n ° 68 de 17/5/1968.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE DEZEMBRO DE 2015.
Emílio Vieira
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 3 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 3057 INSTITUI SEMANA DO JOVEM APRENDIZ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 3057 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015
INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, A SEMANA MUNICIPAL DO JOVEM APRENDIZ

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito do município de Navegantes, a Semana Municipal do Jovem Aprendiz.

Art. 2.º As comemorações dar-se-ão anualmente na segunda semana do mês de outubro.

Art. 3.º Na data a que se refere o artigo 2º desta lei, serão realizadas ações em conjunto com a sociedade civil organizada de conscientização e incentivo à inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho através da promoção de palestras, debates, amostras de música e dança e/ou outras atividades culturais que contemplem e valorizem a diversidade comportamental do jovem.

Art. 4.º As ações previstas no artigo 3º esta lei, com possíveis custos financeiros, correrão por conta de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – interessada e/ou outras instituições da região voltadas para o trabalho com programas voltados ao Jovem Aprendiz.

Parágrafo Único: A adesão da OSCIP e/ou outras instituições mencionadas no caput deste artigo, alusiva à Semana Municipal do Jovem Aprendiz, será opcional.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3057 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015 - LOA/2016

LEI Nº 3057 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de NAVEGANTES para o exercício de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de NAVEGANTES, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do município de NAVEGANTES para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 242.329.393,03 (duzentos e quarenta e dois milhões, trezentos e

vinde e nove mil, trezentos e noventa e três reais e três centavos), sendo R\$ 167.309.392,04 (cento e sessenta e sete milhões, trezentos e nove mil, trezentos e noventa e dois reais e quatro centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 75.020.000,99 (setenta e cinco milhões, vinte mil e noventa e nove centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras

Art. 2º O Orçamento do Município de Navegantes para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 242.329.393,03 (duzentos e quarenta e dois milhões, trezentos e vinte e nove mil, trezentos e noventa e três reais e três centavos), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 4.332.682,34 (quatro milhões, trezentos e trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos), em R\$ 237.996.710,69 (duzentos e trinta e sete milhões, novecentos e noventa e seis mil, setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos) a Despesa das demais unidades gestoras, incluindo o valor de R\$ 27.260.608,47 (vinte e sete milhões, duzentos e sessenta mil, seiscentos e oito reais e quarenta e sete centavos), as transferências financeiras assim tituladas: Transferências Financeiras p/ o Fundo Mun. Assistência Social, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal do Meio Ambiente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Cultura, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Esportes, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Saúde, Transferências Financeiras para a Fundação Hospitalar Municipal, Transferências Financeiras para Fundação Municipal de Vigilância e Transferências Financeiras para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º A Receita do Município para o exercício de 2016, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 226.846.586,95
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 50.778.074,73
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 11.826.393,26
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 6.284.975,00
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 19.095.984,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 131.824.379,30
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 7.036.780,66

2. RECEITAS DE CAPITAL 21.705.999,25
2.1. OPERACOES DE CREDITO 10.100.000,00
2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 11.605.999,25

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 13.321.830,97
7.1. RECEITA TRIBUTÁRIA 25.200,00
7.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 13.030.380,97
7.3. RECEITAS DE SERVIÇOS 266.250,00

9. DEDUÇÕES DA RECEITA -19.545.024,14
9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -19.545.024,14
TOTAL 242.329.393,03

§ 2º A Despesa do Município para o exercício de 2016, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, assim distribuídas:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - CAMARA DE VEREADORES 4.332.682,34
02 - GABINETE DO PREFEITO 1.695.000,00
03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO 345.000,00
06 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 1.080.000,00

07 - SECRETARIA DE GOVERNO 1.930.000,00
 08 - PROCURADORIA GERAL 1.875.000,00
 09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA 4.170.000,00
 10 - SECRETARIA DE FINANÇAS 7.110.000,00
 12 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.520.793,79
 13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 77.180.785,55
 14 - SECRETARIA MEIO AMBIENTE, AGRICUL. E PESCA 1.383.400,00
 15 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL 1.375.000,00
 16 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES 2.885.835,30
 17 - SECRETARIA DE OBRAS 30.864.725,00
 18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 2.188.360,00
 19 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA 2.066.353,00
 20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 2.145.033,00
 21 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL 8.092.065,00
 22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA 2.676.188,00
 23 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.320.492,00
 24 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 183.600,00
 25 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 32.017.975,25
 26 - FUNDO MUN. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS 804.204,00
 28 - SECRETARIA MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO 17.212.950,00
 29 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL NAVEGANTES 8.553.389,47
 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE 519.000,00
 31 - SECRETARIA MUN. DESENV. ECON. E RECEITA 2.370.000,00
 32 - SECRETARIA MUN. CRIANÇA, ADOLESC. JUVENTUDE 2.038.200,00
 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 999.875,85
 97 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 18.393.485,48

TOTAL: 242.329.393,03

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 4.332.682,34
 03 - Essencial a Justiça 1.875.000,00
 04 - Administração 13.613.389,47
 06 - Segurança Pública 4.855.392,00
 08 - Assistência Social 8.063.085,79
 09 - Previdência Social 6.675.000,00
 10 - Saúde 40.110.040,25
 11 - Trabalho 1.670.000,00
 12 - Educação 76.830.785,55
 13 - Cultura 2.166.353,00
 15 - Urbanismo 10.456.700,00
 17 - Saneamento 17.212.950,00
 18 - Gestão Ambiental 2.188.360,00
 20 - Agricultura 1.383.400,00
 23 - Comércio e Serviços 2.835.835,30
 25 - Energia 4.556.700,00
 26 - Transporte 15.851.325,00
 27 - Desporto e Lazer 2.145.033,00
 28 - Encargos Especiais 6.114.000,00
 99 - Reserva de Contingência 999.875,85
 97 - Reserva Orçamentária do RPPS 18.393.485,48

TOTAL: 242.329.393,03

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 177.643.782,62
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 96.250.092,13
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 150.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 81.243.690,49
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 45.292.249,08
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 41.592.249,08
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 3.700.000,00
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 19.393.361,33

9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 19.393.361,33
 TOTAL 242.329.393,03
 Do orçamento da
 PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Art. 3º O orçamento da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 190.248.856,30 (cento e noventa milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 158.555.565,49 (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ R\$ 31.693.290,81 (trinta e um milhões, seiscentos e noventa e três mil, duzentos e noventa reais e oitenta e um centavos), incluídas as transferências financeiras à Câmara Municipal.

§ 1º A Receita da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada mediante: Arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 195.595.130,44
 1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA 50.393.506,73
 1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 4.500.000,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 789.687,00
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 17.467.176,00
 1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 117.751.328,30
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 4.693.432,41

2. RECEITAS DE CAPITAL 13.932.500,00
 2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO 10.100.000,00
 2.2. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 3.832.500,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 266.250,00
 7.1. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 266.250,00

9. DEDUÇÕES DA RECEITA -19.545.024,14
 9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -19.545.024,14
 9.1.1. DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA -5.566.006,73
 9.1.7. DEDUÇÕES TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -12.368.735,00
 9.1.9. DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS (DIV. ATIVA) -1.610.282,41

TOTAL 190.248.856,30

§ 2º A Despesa da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

03 - Essencial a Justiça 1.875.000,00
 04 - Administração 11.999.000,00
 06 - Segurança Pública 1.375.000,00
 08 - Assistência Social 5.558.993,79
 11 - Trabalho 1.670.000,00
 12 - Educação 76.830.785,55
 13 - Cultura 100.000,00
 15 - Urbanismo 10.456.700,00
 17 - Saneamento 17.212.950,00
 20 - Agricultura 1.383.400,00
 23 - Comércio e Serviços 2.835.835,30
 25 - Energia 4.556.700,00
 26 - Transporte 15.851.325,00
 28 - Encargos Especiais 5.850.000,00

99 - Reserva de Contingência 999.875,85

TOTAL: 158.555.565,49

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 31.693.290,81

TOTAL: 190.248.856,30

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00- DESPESAS CORRENTES 126.205.624,42
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 71.302.597,09
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 150.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 54.753.027,33
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 31.350.065,22
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 27.650.065,22
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA 3.700.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 999.875,85

9.9.99.99.00.00.00.00 999.875,85

SOMA: 158.555.565,49

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 31.693.290,81

TOTAL: 190.248.856,30

Do orçamento do

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES

Art. 4º O Orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 2.215.409,00 (dois milhões, duzentos e quinze mil e quatrocentos e nove reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 105.083,00 (cento e cinco mil, oitenta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.320.492,00 (dois milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e noventa e dois reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 2.068.721,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 43.200,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 2.018.321,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 7.200,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 146.688,00
 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 146.688,00 XXXXXXXXX

SOMA: 2.215.409,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 105.083,00

TOTAL: 2.320.492,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO
 08 - Assistência Social 2.320.492,00

TOTAL 2.320.492,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.739.930,00

3.1.90.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 20.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.719.930,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 580.562,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 580.562,00

TOTAL 2.320.492,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES

Art. 5º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 447.064,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil, sessenta e quatro reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.697.969,00 (um milhão, seiscentos e noventa e sete mil, novecentos e sessenta e nove reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.145.033,00 (dois milhões, cento e quarenta e cinco mil e trinta e três reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 315.108,00
 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 14.400,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 96.132,00
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 14.400,00
 1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 175.776,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 14.400,00
 2. RECEITAS DE CAPITAL 131.956,00
 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 131.956,00

SOMA : 447.064,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.697.969,00

TOTAL : 2.145.033,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

27 - Desporto e Lazer 2.145.033,00

TOTAL 2.145.033,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.289.145,00
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 255.670,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.033.475,00
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 855.888,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 855.888,00
 TOTAL 2.145.033,00

Do orçamento do

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

Art. 6º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE

SAÚDE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 18.383.813,25 (dezoito milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e treze reais e vinte e cinco centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 13.634.162,00 (treze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e dois reais) e fixa as Despesas em R\$ 32.017.975,25 (trinta e dois milhões, dezessete mil, novecentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 11.730.866,00
 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 355.768,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 207.156,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 11.139.142,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 28.800,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 6.652.947,25
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 6.652.947,25
 SOMA: 18.383.813,25
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 13.634.162,00
 TOTAL: 32.017.975,25

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 32.017.975,25
 TOTAL 32.017.975,25

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 22.928.629,39
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 12.486.883,04
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 10.441.746,35
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 9.089.345,86
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 9.089.345,86

TOTAL 32.017.975,25

Do orçamento da
 FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES

Art. 7º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 409.284,00 (quatrocentos e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.657.069,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil, sessenta e nove reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.066.353,00 (dois milhões, sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e três reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 232.956,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 43.200,00
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 7.200,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 168.156,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 14.400,00
 2. RECEITAS DE CAPITAL 176.328,00
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 176.328,00
 SOMA: 409.284,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.657.069,00
 TOTAL: 2.066.353,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

13 - Cultura 2.066.353,00
 TOTAL 2.066.353,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.606.114,00
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 618.623,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 987.491,00
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 460.239,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 460.239,00

TOTAL 2.066.353,00

Do orçamento do
 FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE NAVEGANTES

Art. 8º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 130.800,00 (cento e trinta mil, oitocentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 183.600,00 (cento e oitenta e três mil e seiscentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 130.800,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 43.200,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 73.200,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 14.400,00
 SOMA: 130.800,00
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 52.800,00

TOTAL: 183.600,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 183.600,00
 TOTAL 183.600,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 163.600,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 163.600,00
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 20.000,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 20.000,00
TOTAL 183.600,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES

Art. 10 O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 381.912,00 (trezentos e oitenta e um mil, novecentos e doze reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 7.710.153,00 (sete milhões, setecentos e dez mil, cento e cinquenta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 8.092.065,00 (oito milhões, noventa e dois mil, sessenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 318.024,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 36.000,00
 1.6. RECEITA DE SERVICOS 132.408,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 135.216,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 14.400,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 63.888,00
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 63.888,00
SOMA: 381.912,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 7.710.153,00
TOTAL: 8.092.065,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 8.092.065,00
TOTAL 8.092.065,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 7.772.961,00
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 30.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 7.742.961,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 319.104,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 319.104,00
TOTAL 8.092.065,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES

Art. 11 - O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 1.925.560,00 (um milhão, novecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 262.800,00 (duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.188.360,00 (dois milhões, cento e oitenta e oito mil, trezentos e sessenta reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de

Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 1.354.072,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 36.000,00
 1.6. RECEITA DE SERVICOS 726.000,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 363.240,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 228.832,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 567.888,00
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 567.888,00
 7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 3.600,00
 7.1 RECEITA TRIBUTÁRIA 3.600,00
SOMA: 1.925.560,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 262.800,00
TOTAL: 2.188.360,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 - Gestão Ambiental 2.188.360,00
TOTAL 2.188.360,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.229.886,00
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 468.473,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 761.413,00
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 958.474,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 958.474,00
TOTAL 2.188.360,00

Do orçamento do

FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES

Art. 12 O orçamento da unidade, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 804.204,00 (oitocentos e quatro mil, duzentos e quatro reais) e fixa as Despesas em R\$ 804.204,00 (oitocentos e quatro mil, duzentos e quatro reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 770.400,00
 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 14.400,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 14.400,00
 1.6. RECEITA DE SERVICOS 734.400,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 7.200,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 33.804,00
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 33.804,00
SOMA: 804.204,00
TOTAL: 804.204,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNIC. REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza,

distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 804.204,00

TOTAL 804.204,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 380.316,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 380.316,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 423.888,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 423.888,00

TOTAL 804.204,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES

Art. 13 O orçamento da unidade, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 2.023.680,00 (dois milhões, vinte e três mil, seiscentos e oitenta reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 652.508,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oito reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.676.188,00 (dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil, cento e oitenta e oito reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 2.002.080,00

1.3. RECEITA PATRIMONIAL 36.000,00

1.6. RECEITA DE SERVICOS 14.400,00

1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.951.680,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS

7.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 21.600,00

SOMA: 2.023.680,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 652.508,00

TOTAL: 2.676.188,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 2.676.188,00

TOTAL 2.676.188,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 2.091.505,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 617.846,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.473.659,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 584.683,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 584.683,00

TOTAL 2.676.188,00

Do orçamento da

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES

Art. 14 O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES, para o exercício de 2016, estima as Transferências Recebidas do Tesouro Municipal em R\$ 4.332.682,34

(quatro milhões, trezentos e trinta dois mil, seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos) e fixa as despesas em R\$ 4.332.682,34 (quatro milhões, trezentos e trinta dois mil, seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 4.332.682,34

TOTAL 4.332.682,34

§ 2º A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 4.332.682,34

TOTAL 4.332.682,34

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 4.082.682,34

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 3.080.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.002.682,34

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 250.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 250.000,00

TOTAL 4.332.682,34

Do orçamento do

INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERV. MUNICIPAIS

Art. 15 O orçamento da unidade, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 25.358.810,48 (vinte e cinco milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e dez reais e quarenta e oito centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.588.064,47 (hum milhão, quinhentos e oitenta e oito mil, sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) e fixa as Despesas em R\$ 26.946.874,95 (vinte e seis milhões, novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 12.328.429,51

1.2 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 7.326.393,26

1.3. RECEITA PATRIMONIAL 4.940.000,00

1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 62.036,25

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 13.030.380,97

7.2. RECEITAS CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇ. 13.030.380,97

SOMA: 25.358.810,48

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.588.064,47

TOTAL: 26.946.874,95

§ 2º A Despesa da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 1.614.389,47
09 - Previdência Social 6.675.000,00
28 - Encargos Especiais 264.000,00
99 - Reserva de Contingência 18.393.485,48
TOTAL 26.946.874,95

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 8.153.389,47
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 7.370.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 783.389,47

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 400.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 400.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 18.393.485,48
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 18.393.485,48
TOTAL 26.646.874,95

Das Disposições Finais

Art. 16 Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 3041/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016), com o seguinte desdobramento:

I - UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

a) Passivos Contingentes 249.968,96
b) Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor 499.937,93
c) Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos 249.968,96

II - UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

a) Reserva Orçamentária do RPPS 18.393.485,48

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", situações como: enxurradas, situações de emergência, calamidade pública, intempéries e outros fatores, que necessitem da intervenção do poder público municipal.

§ 3º Não se efetivando até 10/12/2015, os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a ela reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento de 2016 tenha reservado recursos para os riscos fiscais.

§ 4º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor", serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 17 Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, inclusive para adequação a nova tabela de destinação da receita pública do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, aplicável para o exercício de 2016.

Art. 18 O Executivo esta autorizado nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, devidamente autorizadas em Lei.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo, realizá-las.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 19 Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei, com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43 § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos Orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 20 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares, de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 21 Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 22 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 24 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 de Dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

NAVEGANTES-SC., 04 de Dezembro de 2015.
SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO
Secretária de Administração e Logística

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**ATA PREGÃO PRESENCIAL 04/2015 IPP**

ATA PREGÃO PRESENCIAL 04/2015 IPP

AOS 04 DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADOS PELA PORTARIA 023 DE 07 DE JULHO DE 2015. REGISTRA-SE QUE NESTE ATO NÃO HOUVE NENHUM INTERESSADO, SENDO A LICITAÇÃO DESERTA.

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ENCERROU-SE A SESSÃO.

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES PREGOEIRA

MARGARETH BERLINK DA COSTA EQUIPE DE APOIO

ALESSANDRA CRISTINA HOEHN EQUIPE DE APOIO

NAVEGANTES/SC, 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

Nova Trento

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 003/2015

CONVÊNIO Nº 003/2015

Convênio que entre si celebram, de um lado o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE e de outro a Prefeitura Municipal do Município de Nova Trento.

Pelo presente instrumento, de um lado o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE, CNPJ nº95;.785.267/0001-48, com sede na Rua dos Imigrantes, nº 356, Bairro Centro, cidade de Nova Trento, neste ato representado pelo seu Diretor, Senhor Carlos Tarcisio Battisti, portador da RG nº 5.076.862-0, CPF 150.845.581-34, doravante denominado simplesmente "SAMAE" e de outro lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, CNPJ nº 82.925.025/90001-60, com sede na Praça Del Comune nº 126, Bairro Centro, cidade de Nova Trento, representado neste ato pelo Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, portador do RG nº 3.573.471 e do CPF 032.953.809-88, doravante denominado simplesmente "Prefeitura",

Considerando, que nos termos do artigo 2º, alínea "e" da Lei Municipal nº 1.136/91, compete à SAMAE, arcar com os custos de recuperação do pavimento viário danificado pela execução de suas obras de implantação, ampliação, melhoria e reparos na rede de distribuição de água e esgoto;

Considerando, que estes serviços de recuperação de pavimento viário não constitui atividade fim do SAMAE e por isso ele não possui estrutura adequada para realizá-los ou fiscalizá-los quando contratados;

Considerando, que a recuperação de pavimento viário constitui atividade fim da PREFEITURA e por isso possui estrutura para executá-los ou fiscalizá-los quando contratados;

Considerando, que a Prefeitura possui equipamentos rodoviários apropriados para abertura de valas destinadas a execução de obras de implantação, ampliação, melhoria e reparos na rede de distribuição de água e esgoto;

Considerando, neste sentido, o princípio da economicidade na execução das obras e serviços pelo Poder Público, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O SAMAE delega à PREFEITURA, a responsabilidade pela recuperação de pavimento viário danificado pela execução de obras de implantação, ampliação, melhoria e reparos na rede de distribuição de água e esgoto e a abertura de valas para essas obras com seus equipamentos.

Fls.02-Conv.nº 002/2015

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

2.1. Informar a PREFEITURA a programação das obras que resultarão na danificação do pavimento viário e necessidade de abertura de valas;

2.2. Encaminhar a PREFEITURA, até 10 (dez) dias após a execução das obras, informações sobre o pavimento a ser recuperado, tais como indicação da rua, tipo de pavimento e área a ser recuperada;

2.3. Sinalizar de acordo com as normas de trânsito as vias públicas em que estiver executando as obras referidas no objeto deste convênio de forma a oferecer segurança aos seus usuários;

2.4. Fiscalizar e apontar os serviços de abertura de valas;

2.5. Recolher aos cofres da Prefeitura, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento do Documento de Arrecadação expedido pelo Departamento de Tributação da PREFEITURA, o valor dos custos dos serviços de abertura de valas e recuperação do pavimento viário realizado pela PREFEITURA;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

3.1. Programar a abertura de valas e a recuperação do pavimento viário de acordo com as informações recebidas do SAMAE;

3.2. Iniciar a abertura de valas no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do recebimento das informações indicadas no item 2.1 deste convênio;

3.3. Iniciar a recuperação do pavimento viário informado pelo SAMAE no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do recebimento das informações indicadas no item 2.2 deste convênio;

3.4. Informar ao SAMAE a conclusão dos serviços de abertura de valas e recuperação do pavimento viário, através de demonstrativo detalhado os serviços realizados e respectivos quantitativos e encaminhar o Documento de Arrecadação expedido pelo Departamento de Tributação com o valor dos custos dos serviços realizados, calculado com base nos valores fixados na cláusula quarta deste convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DOS SERVIÇOS E DO REAJUSTE

4.1. Os serviços de abertura de valas, transporte de material, pavimento em lajota e paralelepípedo e recuperação de pavimentação a paralelepípedos e lajotas do sistema viário municipal danificados serão remunerados pelo SAMAE de acordo com a seguinte tabela de preços:

Fls.03-Conv.nº 003/2015

- a) Abertura de valas: R\$ 110,00 (cento e dez reais) por hora máquina de trabalho;
- b) Transporte de material: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por hora;
- c) Pavimento em lajota e paralelepípedo: R\$ 15,00 (quinze reais) o m2;
- d) Pavimento em concreto nos passeios públicos: R\$ 50,00 (cinquenta) o m2

4.2. Os valores dos serviços definidos no item 4.1 desta cláusula deverão ser corrigidos anualmente pelo índice de inflação acumulado dos últimos doze meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e divulgada pelo IBGE.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes deste convênio correrão por conta de recursos previstos no Orçamento do SAMAE com a seguinte classificação:

1301.17.512.0004.1009 – Ampliação e Melhoria da Rede de Distribuição de Água.

3.3.91.00 – Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

5.2. As receitas decorrentes deste convênio deverão ser contabilizadas na Unidade Gestora PREFEITURA com a seguinte classificação:

7600.99.00.01.00 – Serviços de Recuperação de Pavimento Viário – Convênio SAMAE

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. Este convênio tem vigência pelo prazo de 60 (Sessenta) meses, contados da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento é motivo para denúncia e rescisão deste convênio, de pleno direito.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

8.1. Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias.

Fls.04-Conv.nº 003/2015

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João batista, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo.

Nova Trento, 03 de dezembro de 2015.

Carlos Tarcisio Battisti DIRETOR DO SAMAE	Gian Francesco Voltolini PREFEITO MUNICIPAL
Valdemir Luiz Quaiatto TESTEMUNHA	Maria de Lourdes Rover TESTEMUNHA

DECRETO Nº 263/2015

DECRETO Nº 263, de 30 de novembro de 2015

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Gian Francesco Voltolini, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Concurso Público, integrada pelos servidores Dalila Facchini, efetiva no cargo de Auxiliar Contábil Financeiro e nomeada no Cargo Comissionado de Diretora de Tributos, Rosimar Darós, efetiva no cargo de Professora e Aprigio José Bottameli, efetivo no cargo de Assistente Administrativo e nomeado no cargo em comissão de Gerente de Serviços de Contabilidade, para sob a Presidência do primeiro, acompanhar e supervisionar o Concurso Público nº 003/2015 da Prefeitura Municipal,

destinado ao preenchimento de vagas dos cargos que fazem parte do quadro de cargos e salários dos servidores do município de Nova Trento, a ser realizado no dia 06 de dezembro de 2015.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo contratou empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias dentro do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de novembro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 643/2015

Lei Complementar nº 643, de 04 de dezembro de 2015

Autoriza o Município de Nova Trento a receber em doação, com encargo, o imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista sob o nº 18.858, e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os arts. 12, § único e 30, X, da Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber em doação, de Eliomar Luiz Piva e Maria Helena Cipriani Piva, o imóvel registrado sob a matrícula nº 18.858 no Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista/SC, com área total de 930,75 (novecentos e trinta metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizado na Rua Clementi Demonti, Bairro Ponta Fina Norte, neste município, com as medidas e confrontações constantes do referido registro, sem quaisquer dívidas ou ônus reais.

Parágrafo 1º. O imóvel, objeto da presente Lei tem como encargo a destinação específica para fins educacionais, devendo o Poder Público manter em funcionamento instituição de ensino destinada à educação infantil e ensino fundamental.

Parágrafo 2º. Fica expressamente vedado ao Poder Público ceder, autorizar ou de qualquer forma transferir o uso e a propriedade do bem imóvel objeto da presente doação a terceiros particulares.

Art. 2º O Município de Nova Trento se obriga a:

I – não dar destinação diversa ao referido imóvel, senão a contida no parágrafo 1º do art. 1º desta Lei;
II – responder, após formalização da presente doação, perante os Poderes Públicos por todos os tributos incidentes sobre o imóvel e por qualquer outra obrigação que possa ou venha sobre ele incidir;
III – satisfazer todas as eventuais despesas decorrentes da presente doação, inclusive as de registro da competente escritura pública de doação.

Fls.02. Lei Compl. Nº 643/2015

Art. 3º O descumprimento dos preceitos contidos no parágrafo 1º, do art. 1º desta Lei ocasionará a revogação da doação por

inexecução de encargo, retornando o imóvel ao patrimônio dos doadores com todas as benfeitorias nele construídas e acrescidas, ainda que necessárias, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização de qualquer título.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, em 04 de dezembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.601/2015

Lei nº 2.601, de 04 de dezembro de 2015

Altera Dispositivos da Lei nº 1.326/1994, que Estabelece Normas sobre o “Programa Moradia Econômica”

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Artigos 2º, 4º, incluindo parágrafo único, 6º, 7º, 9º, incluindo parágrafo único e 11, da Lei nº 1.326/1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Caberá a Prefeitura Municipal de Nova Trento, a elaboração dos Projetos Padrões, com memorial descritivo e ART do projeto para registro perante o CREA/SC. e também do projeto do Sistema de Tratamento de Esgoto.

Art. 4º A Prefeitura Municipal de Nova Trento, manterá em seu quadro profissional devidamente habilitado para assistência técnica.

Parágrafo Único – Limitar os projetos fornecidos a 10 (dez) ART's simultâneas para cada profissional.

Art. 6º As construções somente poderão ter utilidade como residência unitária e isolada, de um pavimento, com área máxima de 56 (cinquenta e seis) metros quadrados.

Art. 7º A documentação mínima a ser apresentada pelo requerente é a seguinte:

- Prova de domínio (registro ou autorização do titular do Registro Imobiliário);
- Certidão negativa de Débito (CND) do imóvel;
- Matrícula do INSS;
- Recolhimento da ART de execução;
- Recolhimento da taxa de Licença.

Art. 9º O Alvará de construção terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, renovável uma única vez, pelo mesmo período.

Fls. 02 – Lei nº 2.601/2015

Parágrafo Único – Findo o prazo, deverá o beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias, requerer a expedição do habite-se da obra.

Art. 11 Os Projetos Padrão, PP-1, PP-2 e PP-3, em anexo, fazem parte integrante desta Lei.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nova Trento, em 04 de dezembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1.001/2015 - ALTERA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO

PORTARIA Nº 1.001/2015

Altera Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 1.550, de 20/06/1997, alterada pela Lei Complementar nº 505, de 16 de março de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º – ALTERAR a Portaria nº 994/2015, que nomeou membros para Comissão Analisadora de Material Pedagógico, credenciando os Servidores Públicos Municipais, Graciela Darós Piffer com matrícula nº 197, Carla Marcolla com matrícula nº 6719 e Hindyanara Antunes dos Passos com matrícula nº 5567, para análise e teste do material pedagógico, a ser adquirido para a Rede Municipal de Ensino de Nova Trento, quando da realização do certame licitatório, Processo nº 114/2015, na modalidade Tomada de Preço nº 011/2015.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de dezembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. De Administração e Finanças

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PP075/2015

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015

HOMOLOGAÇÃO: 04/12/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Aquisição parcelada de Uniformes Escolares para a Rede Municipal de Ensino de Nova Trento/SC, para o ano de 2016, conforme especificações constantes do Anexo I, que ficam fazendo parte integrante deste edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP. (CNPJ Nº 04.563.256/0001-68) - Valor Total R\$ 15.950,00 (Quinze mil, novecentos e cinquenta reais) por 12 (doze) meses.

Nova Trento/SC, 04 de dezembro de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE RESULTADO PL Nº 03/2015 – TP Nº. 01/2015 CÂMARA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – Processo Licitatório Nº 03/2015 – Tomada de Preço nº. 01/2015 Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte (sequencia 1)

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para a contratação de empresa Especializada em construção civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução das obras externas da sede da Câmara Municipal de Vereadores (quarta etapa), conforme Projetos, Memoriais Descritivo, Orçamento e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrante deste edital. Que no dia de sua realização 02/12/2015 às 14:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas: BENETTI E MINSKI LTDA EPP, EDEMAR DA SILVA – ME e PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. Após análise da documentação das empresas participantes do certame, constatou-se que a empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 02 de dezembro de 2015

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS– Processo Licitatório Nº 03/2015 – Tomada de Preço nº. 01/2015 Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte (sequencia 2)

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para para a contratação de empresa Especializada em construção civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução das obras externas da sede da Câmara Municipal de Vereadores (quarta etapa), conforme Projetos, Memoriais Descritivo, Orçamento e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrante deste edital.QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, ou seja no dia 02/12/2015 às 14:51, após análise das propostas, restou classificada pela Comissão as empresas EDMAR DA SILVA – ME, PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTD, apresentando a menor proposta, sagrando-se vencedora a empresa:EDMAR DA SILVA – ME com o valor de R\$189.466.69 (cento e oitenta e nove mil quatrocentos e sessenta e seis reais com sessenta e nove centavos) estando o preço de acordo com o orçamento da Câmara. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 02 de dezembro de 2015.

Comissão Permanente de Licitação

Orleans

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 20/2015-SAMAE -ERRATA

SAMAE DE ORLEANS

ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.20/2015

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.20/2015 cujo objeto aquisição de gasolina comum e óleo diesel comum para frota de veículos do SAMAE de Orleans-SC.. A entrega de documentação e propostas até 10hr 00min do dia 16 de dezembro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 , por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br e pelo site www.samaeorleans.sc.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS

PREGÃO PRESENCIAL 23/2015-SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.23/2015

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.23/2015 cujo objeto é contratação de horas de serviço de caminhão limpa fossa .Entrega de documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 18 de dezembro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 , por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br e site www.samaeorleans.sc.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS

Ouro

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0031/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0031/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 18/12/2015, às 09hs, o Processo Licitatório n.0058/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0031/2015, tipo menor preço global, sob regime de registro de preços. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de informática com fornecimento de mão de obra e materiais, para substituição de rede de internet, troca e implantação da rede de dados. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 01/12/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-469

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 469/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADZ4968	54944233C	6599/2	11/12/2013	230 * V
ADZ4968	54944234C	6912/0	11/12/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-470

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 470/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANR2805	54944232C	5452/2	10/12/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-471

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 471/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCN4994	54944183C	5010/0	20/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCN4994	54944184C	5118/0	20/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-472

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 472/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGG4939	54944405C	5231/2	09/11/2013	R\$ 85,12	172

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-473

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 473/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBR6857	54944356C	6599/2	18/12/2013	230 * V
MBZ2208	54944354C	7340/0	18/12/2013	252 * IV
MJZ9138	54944455C	5045/0	06/12/2013	162 * V
MJZ9138	54944456C	5096/0	06/12/2013	163 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-474

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 474/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFS1387	55617037A	5185/1	18/12/2013	167
MBR6857	54944357C	5967/0	18/12/2013	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-475

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 475/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KLW6445	54944920C	5185/1	23/11/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-476

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 476/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIR5165	54944239C	5452/2	13/12/2013	181 * VIII
IRU6192	55212996A	6050/1	23/12/2013	208
KHQ9312	54944231C	5452/2	10/12/2013	181 * VIII
MDT8840	54944235C	5428/4	11/12/2013	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-477

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 477/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DGV2536	54944415C	6408/0	26/01/2014	221
MKQ9541	54944120C	5045/0	23/01/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-478

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 478/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGC0845	55617039A	5967/0	21/01/2014	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-479

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 479/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCN4330	54944223C	5185/1	28/11/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVENBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-480

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 480/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JDX2504	55616573A	6599/2	04/01/2014	230 * V
JDX2504	55616574A	5320/0	04/01/2014	176 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-481

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 481/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXV8797	54944558C	5967/0	21/02/2014	203 * V
LYM1365	54944416C	5185/1	04/02/2014	167
MFJ5501	54944412C	5452/2	28/12/2013	181 * VIII
MFL1398	54943884C	7048/1	25/01/2014	244 * II
MJX0697	54944302C	6050/1	29/01/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-482

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 482/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYB4687	54944956C	5185/2	02/03/2014	167
LZR5863	54944250C	5380/0	20/02/2014	181 * I
MLE0451	54944925C	5967/0	08/02/2014	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-483

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 483/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IMU0322	54944926C	5010/0	18/02/2014	162 * I
IMU0322	54944927C	5118/0	18/02/2014	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-484

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 484/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADF4962	54944246C	5452/2	19/02/2014	181 * VIII
LYB4687	54944955C	5185/1	02/03/2014	167
MDU8703	54944930C	5967/0	02/03/2014	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-485

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 485/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAI8187	54944359C	5207/0	26/01/2014	R\$ 53,20	169
MJK3439	54944408C	5720/0	15/12/2013	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-486

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 486/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGK6881	54944304C	5207/0	18/03/2014	169
MGU9145	54944244C	5185/1	13/02/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-487

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 487/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEV6978	54944652C	6653/1	02/03/2014	230 * XI
MEV6978	54944653C	7340/0	02/03/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-488

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 488/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IPU4994	54944655C	7366/2	19/03/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-489

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 489/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IKS7580	54944243C	5452/1	01/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVENBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-490

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 490/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZS7569	54944247C	5428/4	20/02/2014	R\$ 191,53	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVENBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-491

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 491/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CLG8314	54944932C	5525/0	31/03/2014	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-492

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 492/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBG8388	54944555C	6610/2	24/04/2014	230 * VII
MEC5286	54944936C	6548/0	13/04/2014	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-493

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 493/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHU3863	54944937C	5460/0	27/04/2014	181 * IX
MJW2435	54944185C	5185/1	24/04/2014	167
MJW2435	54944186C	7366/2	24/04/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-494

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 494/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IUC7777	54944929C	7366/2	18/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-495

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 495/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYK8911	54944261C	6599/2	24/04/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-496

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 496/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LHY4760	54944933C	6548/0	05/04/2014	R\$ 85,12	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-497

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 497/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZF1864	54944420C	5010/0	25/05/2014	162 * I
LZF1864	54944421C	5118/0	25/05/2014	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVENBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-498

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 498/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDN1168	54944935C	6050/1	11/04/2014	208
IOD5889	54944122C	5460/0	30/04/2014	181 * IX
MDR8894	54944461C	6050/1	25/04/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-499

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 499/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAL0496	54944934C	6610/2	11/04/2014	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-500

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 500/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGJ4331	54944462C	5169/1	24/05/2014	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-503

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 503/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBG7173	54944946C	5045/0	13/07/2014	162 * V
MIN4824	54944126C	5118/0	13/07/2014	164 c/c 162 * I
MIN4824	54944945C	5010/0	13/07/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-504

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 504/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYI0038	55616575A	5010/0	03/08/2014	162 * I
LYI0038	55616576A	5118/0	03/08/2014	164 c/c 162 * I
LYI0038	55616578A	6580/0	03/08/2014	230 * IV
LZF1864	54944658C	5010/0	24/07/2014	162 * I
LZF1864	54944659C	5118/0	24/07/2014	164 c/c 162 * I
LZF1864	54944660C	6599/1	24/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-505

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 505/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZB0070	54944948C	7366/2	01/08/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-506

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 506/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCB1531	54944947C	6599/2	24/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-507

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 507/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APP7475	54944661C	5428/4	28/07/2014	181 * V
MIM2919	54944756C	7366/2	22/08/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-508

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 508/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBS8620	54944759C	5207/0	22/08/2014	169
MGD4010	54349181B	7366/2	25/08/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-509

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 509/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEC0787	54944463C	5045/0	28/08/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-510

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 510/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGB9779	54944760C	7366/2	27/08/2014	252 * VI
MKP2811	54944758C	7366/2	22/08/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-511

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 511/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBN9373	54349189B	5967/0	26/09/2014	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-512

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 512/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BVA2896	54943543C	6610/2	02/10/2014	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-513

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 513/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DOR8726	54944077C	7366/2	04/09/2014	252 * VI
LZT2126	54349184B	5967/0	02/09/2014	203 * V
MFT6135	55617041A	7366/2	17/09/2014	252 * VI
MJY9145	54944075C	5185/1	01/09/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-514

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 514/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEV4762	54349190B	7340/0	14/10/2014	252 * IV
MKE7473	54944768C	7340/0	13/10/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-515

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 515/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIX0466	54943936C	5185/1	22/08/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-516

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 516/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFE0737	54349193B	7340/0	20/10/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-517

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 517/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKR0975	54943930C	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-518

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 518/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBU2642	54016802F	7048/1	12/10/2014	244 * II
MFG0267	54943944C	5185/1	13/10/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-519

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 519/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFT1870	54349179B	5185/1	25/08/2014	R\$ 127,69	167
MGU2626	54944076C	5185/1	01/09/2014	R\$ 127,69	167
MHS0174	54943935C	5185/1	22/08/2014	R\$ 127,69	167
MMI1189	54944761C	7366/2	27/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-520

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 520/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMH2929	54943947C	5185/1	13/10/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-521

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 521/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFF4017	54944464C	6653/2	07/12/2014	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014-522

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 522/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIB7317	54944851C	7366/2	15/10/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 25 DE NOVENBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

Palhoça

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 206/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 206/2015 do PREGÃO Nº 162/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais para instalação de ar condicionados nas Instituições de Ensino e demais segmentos administrativos. VALOR: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais). DATA: 23/11/2015 A 22/11/2016.

CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Disjuntor trifásico 50 amperes	UN	Lukma	35,00000	R\$30,7900	R\$1.077,6500
2	Disjuntor monofásico mini C 25A CCA	UN	Lukma	289,00000	R\$5,3500	R\$1.546,1500
3	Disjuntor monofásico mini C 20A CCA	UN	Lukma	20,00000	R\$5,3400	R\$106,8000
4	Disjuntor trifásico 70A eletromar	UN	Lukma	8,00000	R\$35,4300	R\$283,4400
5	Disjuntor trifásico CA 150A eletromar	UN	Lukma	4,00000	R\$233,9900	R\$935,9600
1	Haste aterramento 1/2 x 2,40 m	UN	Olivo	36,00000	R\$12,5000	R\$450,0000
Total Geral dos Itens						R\$4.400,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 207/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 207/2015 do PREGÃO Nº 162/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS EPP. OBJETO: Aquisição de materiais para instalação de ar condicionados nas Instituições de Ensino e demais segmentos administrativos. VALOR: R\$ 80,00 (oitenta reais). DATA: 23/11/2015 A 22/11/2016.

VALDELI CECILIO DOS SANTOS - EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Mangueira corrugada 1 polegada, rolo com 25 metros	UN	KRONA	1,00000	R\$45,0000	R\$45,0000
2	Mangueira corrugada 3/4, rolo com 50 metros	UN	KRONA	1,00000	R\$35,0000	R\$35,0000
Total Geral dos Itens						R\$80,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 208/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 208/2015 do PREGÃO Nº 163/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS EPP. OBJETO: Aquisição de itens de madeira para uso nas Unidades Escolares, visando atender exigências do COMED, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e TAC. VALOR: R\$ 73.880,00 (setenta e três mil e oitocentos e oitenta reais) DATA: 23/11/2015 A 22/11/2016.

VALDELI CECILIO DOS SANTOS - EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Frontal Pinus 13cm x 3m	M	SANTOS	500,00000	R\$21,0000	R\$10.500,0000
4	Vista para janela em madeira angelim, 1,20cm x 1,00 cm, largura de 7 cm	UN	SANTOS	50,00000	R\$32,8000	R\$1.640,0000
3	Jogo de Vista1,3x7cm, em angelim	UN	SANTOS	200,00000	R\$32,8000	R\$6.560,0000
2	Forra Angelin 80x2.10 x14 cm	UN	SANTOS	150,00000	R\$81,0000	R\$12.150,0000
1	Forra Angelin 80x2.10x09 cm	UN	SANTOS	150,00000	R\$81,0000	R\$12.150,0000
3	Régua 5x10cm Cambará	M	SANTOS	250,00000	R\$13,0000	R\$3.250,0000

2	Regua (cambara)-5x2,5cm metro linear	M	SANTOS	150,00000	R\$2,5000	R\$375,0000
1	Regua 5cm x 2,5cm de Espessura - Cambará	M	SANTOS	150,00000	R\$2,5000	R\$375,0000
5	Régua para requadro de janela com 3 cm, pinus	UN	SANTOS	50,00000	R\$4,0000	R\$200,0000
4	Régua para requadro de porta com 3 cm, pinus	UN	SANTOS	100,00000	R\$3,9000	R\$390,0000
2	caibro de cambará 2,5 x 10,0 cm .	M	SANTOS	250,00000	R\$6,0000	R\$1.500,0000
1	Caibro (cambara) 5x10cm metro linear	M	SANTOS	200,00000	R\$13,0000	R\$2.600,0000
3	Perna de serra 6x12 cambará	UN	SANTOS	100,00000	R\$18,9000	R\$1.890,0000
1	CORRIMÃO 3,00mx8cm, angelim.	UN	SANTOS	200,00000	R\$19,2000	R\$3.840,0000
2	Tábua de caixaria 0,20x3 metros de pinus.	UN	SANTOS	100,00000	R\$7,5000	R\$750,0000
1	Tapume, madeirite, medidas 1,20x 2,20m	UN	SANTOS	500,00000	R\$28,3000	R\$14.150,0000
1	Escora de 3 metros	UN	SANTOS	300,00000	R\$5,2000	R\$1.560,0000
Total Geral dos Itens						R\$73.880,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 209/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 209/2015 do PREGÃO Nº 168/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa EDP COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI – ME. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de transporte de máquinas pesadas, transporte que será realizado dentro do próprio município, de acordo com normas de legislação de trânsito vigente. VALOR: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais). DATA: 23/11/2015 A 22/11/2016.

EDP - COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS EIRELI - ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços de transporte de máquinas pesadas. Escavadeira Hidráulica; Motoniveladora e Retroescavadeira.	KM		7.000,00000	R\$18,0000	R\$126.000,0000
Total Geral dos Itens						R\$126.000,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 210/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 210/2015 do PREGÃO Nº 157/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos para atender as necessidades dos Programas da Secretaria de Assistência Social de Palhoça. VALOR: R\$ 76.090,00 (setenta e seis mil e noventa reais). DATA: 30/11/2015 A 29/11/2016.

JEFERSON DA SILVEIRA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Exaustor industrial 30cm; tensão: 220v ;potência: 1/6cv diâmetro: 30x20cm - aço 22; vazão: 1500m3/h; 1650 rpm - 50/60hz acompanha chave de reversão;garantia de 12 meses.	UN	VENTISOL AXIAL 30CM	10,00000	R\$100,0000	R\$1.000,0000
2	Fogão industrial de 6 bocas com forno a parte inferior, perfil de 5cm, material de aço galvanizado com pintura eletrostática, bocas e grelha de ferro fundido, 3 bocas simples e 3 bocas duplas com registro em aço inox. contendo válvula de baixa pressão.	UN	VENANCIO EXTRA E6FD3	10,00000	R\$1.149,0000	R\$11.490,0000
1	Freezer horizontal, com as especificações: quantidade de portas 1; material gabinete interno e externo em chapa de aço pintado que garante maior resistência a corrosão e impactos. capacidade bruta 305 litros. dreno de gelo frontal para facilitar o degelo e a limpeza com rodinhasvoltagem 220 volts dimensões mínimas do produto:largura 94,5 cm.altura 96 cm;profundidade 78 cm.	UN	CONSUL CHA31	6,00000	R\$1.750,0000	R\$10.500,0000

3	Refrigerador 2 Portas CD260L DC35A 220V Design único com puxador ergonômico e integrado:. Puxador embutido, bonito e fácil de limpar. Prateleira Porta-latas reversível para 5 unidades: Refrigerador com Super Freezer -18o C,Gavetão transparente para frutas e legumesPorta-ovos removível para 12 unidades: Organiza os ovos, melhorando Prateleiras aramadas removíveis com altura regulável: Prateleira funda na porta do refrigerador: Espaço para garrafas de até 2,5 litros. Pés niveladores dianteiros e rodízios traseiros:. Iluminação interna: Prateleiras da porta do refrigerador: 100% removíveis, bonitas e fáceis de limpar. Trava garrafas: segurança para garrafas e impede o tombamento de garrafas na porta. Garantia 12 meses, 02 portas 450 litros, 220 volts	UN	CONSUL CRM51	10,00000	R\$2.140,0000	R\$21.400,0000
2	Freezer horizontal com as seguintes especificações mínimas: 2 portas, dreno de degelo frontal, capacidade 477 litros, voltagem 220V, garantia de 1 ano.	UN	ELECTROLUX H500	6,00000	R\$2.083,3333	R\$12.499,9998
1	Máquina de lavar com as seguintes especificações mínimas: material aço galvanizado e polipropileno, lava enxagua, centrifuga, capacidade de 15 kg, eficiência energética classe A, tipo de abertura superior, 12 programas de lavagem, trava de segurança, garantia de 1 ano.	UN	Electrolux LBU15	10,00000	R\$1.920,0000	R\$19.200,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 76.089,9998

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 211/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 211/2015 do PREGÃO Nº 157/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos para atender as necessidades dos Programas da Secretaria de Assistência Social de Palhoça. VALOR: R\$ 4.706,00 (quatro mil e setecentos e seis reais). DATA: 30/11/2015 A 29/11/2016.

CELIA REGINA W. SANI ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	CAIXA TERMIC DE 55 LITROS PAREDE INTERNA EM POLIPROPILENO, PAREDE EXTERNA E TAMPA EM POLIETILENO E ISOLAMENTO TÉRMICO EM POLIURETANO ALTURA 44 CM LARGURA 43 CM COMPRIMENTO 62 CM.	UN	Glacial	18,00000	R\$214,9600	R\$3.869,2800
2	GARRAFA TÉRMICA PLÁSTICA 3.0 LITROS MATERIAL: PLÁSTICO CONSERVAÇÃO DA TEMPERATURA DAS BEBIDAS: MÍNIMO 6 HORAS: VARIANDO DE ACORDO COM A TEMPERATURA INICIAL DO LIQUIDO E DE VEZES EM QUE A GARRAFA FOI ABERTA DIMENSÕES: ALTURA: 27,80 CM LARGURA: 18,60 CM PROFUNDIDADE: 18,60 CM.	UN	MOR TRADICIONAL	30,00000	R\$27,8907	R\$836,7210
Total Geral dos Itens						R\$ 4.706,0010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 212/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 212/2015 do PREGÃO Nº 157/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEIXER – COMÉRCIO, SERVIÇOS E ALUGUEIS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos para atender as necessidades dos Programas da Secretaria de Assistência Social de Palhoça. VALOR: R\$ 63.326,62 (sessenta e três mil trezentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos). DATA: 30/11/2015 A 29/11/2016.

PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Máquina de cortar abelo e aparador com lâminas em aço autoafiáveis e um aparador para barba, bigode e costeletas à pilha AA alcalina.	UN	Wahl Profissional Deluxe Home Pro	6,00000	R\$180,0000	R\$1.080,0000
2	Secador de cabelo 1600w 2 velocidades material nylon;.	UN	Britania SP3100	20,00000	R\$142,0000	R\$2.840,0000

1	Varal de chão em alumínio com dimensões mínimas 85x56x-150cm com no mínimo 11 varões	UN	MOR C/Abas2	20,00000	R\$93,2700	R\$1.865,4000
2	Redutor de assento infantil para vaso sanitário material em plástico com dimensões mínimas:Largura:30,00 cm;Altura: 26,00 ;Profundidade:10,00 cm, suorta até 110,00 gr de peso	UN	ASTRA Assento Infantil TPI	10,00000	R\$34,4400	R\$344,4000
3	Mangueira Flex para Jardim com Engates Rápidos e Esquichos, de 1/2' com 30 metros, deve possuir três camadas distintas: camada interna em PVC	UN	Alumassa Aluflex	6,00000	R\$67,5000	R\$405,0000
7	Torneira elétrica parede bica alta branca 250v - 220v temperatura 4 temperaturas	UN	Lorenzeti Loren Easy	20,00000	R\$110,5950	R\$2.211,9000
6	Escada em alumínio Tipo Extensível, dobravel, com 20 degraus sendo 10 de cada lado	UN	Alumassa Profissional 3x1	6,00000	R\$394,9200	R\$2.369,5200
8	Lavadora de pressão, vazão de água 300 litros/horas, potência 1600W	UN	Wap Eco Wash	10,00000	R\$555,0000	R\$5.550,0000
4	Cabides para vassoura em aço cromado com 4 suportes e com tamanho mínimo de 40,8 x 6,5 x 12,5.	UN	ARTHI	10,00000	R\$24,5400	R\$245,4000
1	Fogão de piso 06 bocas; com as especificações mínimas: queimadores esmaltados; com tampa em vidro total temperado	UN	ESMALTEC	10,00000	R\$580,0000	R\$5.800,0000
3	Microondas em material metal (cavidade, capa externa) e plástico (porta/painel). capacidade (em litros) 38 l	UN	CONSUL	10,00000	R\$750,0000	R\$7.500,0000
2	Forno elétrico com as especificações mínimas: potência: 1750w	UN	LAYR JOY	8,00000	R\$700,0000	R\$5.600,0000
1	Roçadeira a gasolina tipo com especificações mínimas: lateral cilindrada cc: 42,7 potencia kw / hp rpm: (1.25kw) 1.67 hp a 6500 rpm rotação máxima sem carga rpm:12000 combustível	UN	TOYAMA	10,00000	R\$790,0000	R\$7.900,0000
1	Liquidificador, com as seguintes especificações mínimas: * Copo com capacidade para 1,5 litros, resistente à quedas; * 02 velocidades; * Função pulsar; * Travas de fixação do copo; * 220V; * Garantia de 01 ano.	UN	BRITANIA	10,00000	R\$143,2000	R\$1.432,0000
2	Batedeira com as seguintes especificações mínimas: * 03 velocidades; * Função pulsar; * Baterores de massa em aço cromado; * Botão ejeter dos batedores; * Corpo removível; * Garantia de 01 ano.	UN	BRITANIA	12,00000	R\$74,0000	R\$888,0000
3	Desumidificador de ambiente que reduz o mofo existente dentro de casa preventivo a doenças respiratórias	UN	FORCE LINE	10,00000	R\$218,0000	R\$2.180,0000
4	Secadora com as seguintes especificações mínimas: capacidade de 17Kg, 11 programas de secagem, potência 5300W, voltagem 220V	UN	BRASTEMP	6,00000	R\$1.960,0000	R\$11.760,0000
5	Aspirador de pó com as seguintes especificações: potência 1200 w; reservatório de pó capacidade de 1,2 litro.	UN	PHILCO	10,00000	R\$230,0000	R\$2.300,0000
6	Sanducheira, com as seguintes especificações mínimas: * Função sanduicheira e Grill; * Preparar 04 sanduíches por vez; * Chapas antiaderentes; * Pegador com fechamento automático; * Lâmpadas indicadoras de funcionamento; * 220V * Garantia de 01 ano.	UN	BRITANIA	10,00000	R\$65,0000	R\$650,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 63.326,6200

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 213/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 213/2015 do PREGÃO Nº 169/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ESTACIO VIEIRA CONSTRUTORA E INCOPO-RADORA LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de vidros e mão de obra para instalação nas unidades de ensino do município e demais segmentos administrativos. VALOR: R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais). DATA: 30/11/2015 A 29/11/2016.

ESTACIO VIEIRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Perfil de alumínio	M		500,00000	R\$40,7000	R\$20.350,0000
4	Espelho Cristal - 4mm, com moldura e colocação	M2		50,00000	R\$117,0000	R\$5.850,0000
3	Vidro temperado 8mm, colocado	M2		10,00000	R\$200,0000	R\$2.000,0000
2	Vidro Canelado, 4 mm, com colocação	M2		10,00000	R\$130,0000	R\$1.300,0000
1	Vidro liso 4mm com colocação.	M2		500,00000	R\$125,0000	R\$62.500,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 92.000,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 214/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 214/2015 do PREGÃO Nº 170/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – EPP.
 OBJETO: Confeccção de uniformes para utilização pelos funcionários, em serviços externos, lotados nas Secretarias de Serviços Públicos – SESP e Secretaria de Infraestrutura. VALOR: R\$ 35.836,08 (trinta e cinco mil oitocentos e trinta e seis reais e oito centavos). DATA: 30/11/2015 A 29/11/2016.

TRACTON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDA-DE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Camisetas: manga curta, poli viscose (67% poliéster, 33% viscose), com estampa em 2 cores (á base de água), frente e costas. Na cor cinza, com faixa verde, frente e costas, conforme modelo em anexo. Tamanho P.	UN	TRACTON	66,00000	R\$13,0000	R\$858,0000
2	Camisetas: manga curta, poli viscose (67% poliéster, 33% viscose), com estampa em 2 cores (á base de água), frente e costas. Na cor cinza, com faixa verde, frente e costas, conforme modelo em anexo. Tamanho M.	UN	TRACTON	99,00000	R\$13,0000	R\$1.287,0000
3	Camisetas: manga curta, poli viscose (67% poliéster, 33% viscose), com estampa em 2 cores (á base de água), frente e costas. Na cor cinza, com faixa verde, frente e costas, conforme modelo em anexo. Tamanho G.	UN	TRACTON	300,00000	R\$13,0000	R\$3.900,0000
4	Camisetas: manga curta, poli viscose (67% poliéster, 33% viscose), com estampa em 2 cores (á base de água), frente e costas. Na cor cinza, com faixa verde, frente e costas, conforme modelo em anexo. Tamanho GG.	UN	TRACTON	66,00000	R\$14,4400	R\$953,0400
5	Camisetas: manga curta, poli viscose (67% poliéster, 33% viscose), com estampa em 2 cores (á base de água), frente e costas. Na cor cinza, com faixa verde, frente e costas, conforme modelo em anexo. Tamanho EXGG.	UN	TRACTON	66,00000	R\$16,1000	R\$1.062,6000
6	Calça Brim: diagonal cinza (100% algodão), com estampa no bolso traseiro e na perna da frente, conforme modelo em anexo. Tamanho P.	UN	TRACTON	44,00000	R\$35,4400	R\$1.559,3600
7	Calça Brim: diagonal cinza (100% algodão), com estampa no bolso traseiro e na perna da frente, conforme modelo em anexo. Tamanho M.	UN	TRACTON	66,00000	R\$35,4400	R\$2.339,0400
8	Calça Brim: diagonal cinza (100% algodão), com estampa no bolso traseiro e na perna da frente, conforme modelo em anexo. Tamanho G.	UN	TRACTON	200,00000	R\$35,4400	R\$7.088,0000
9	Calça Brim: diagonal cinza (100% algodão), com estampa no bolso traseiro e na perna da frente, conforme modelo em anexo. Tamanho GG.	UN	TRACTON	44,00000	R\$39,1000	R\$1.720,4000
10	Calça Brim: diagonal cinza (100% algodão), com estampa no bolso traseiro e na perna da frente, conforme modelo em anexo. Tamanho EXGG.	UN	TRACTON	44,00000	R\$42,4400	R\$1.867,3600
11	Bermuda Brim, diagonal cinza (100% algodão), com estampa no bolso traseiro e na perna da frente, conforme modelo em anexo. Tamanho P.	UN	TRACTON	44,00000	R\$32,1000	R\$1.412,4000
12	Bermuda Brim, diagonal cinza (100% algodão), com estampa no bolso traseiro e na perna da frente, conforme modelo em anexo. Tamanho M.	UN	TRACTON	66,00000	R\$32,1000	R\$2.118,6000
13	Bermuda Brim, diagonal cinza (100% algodão), com estampa no bolso traseiro e na perna da frente, conforme modelo em anexo. Tamanho G.	UN	TRACTON	200,00000	R\$32,1000	R\$6.420,0000
14	Bermuda Brim, diagonal cinza (100% algodão), com estampa no bolso traseiro e na perna da frente, conforme modelo em anexo. Tamanho GG.	UN	TRACTON	44,00000	R\$35,7700	R\$1.573,8800
15	Bermuda Brim, diagonal cinza (100% algodão), com estampa no bolso traseiro e na perna da frente, conforme modelo em anexo. Tamanho EXGG.	UN	TRACTON	44,00000	R\$38,1000	R\$1.676,4000
Total Geral dos Itens						R\$ 35.836,0800

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 215/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 215/2015 do PREGÃO Nº 173/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.
 OBJETO: Contratação de empresa para publicação e divulgação de atos e fatos administrativos em jornal de circulação diária em todo estado de Santa Catarina, incluindo as publicações legais feitas pela Comissão Permanente de Licitações, exigidas pela Lei 8.666/93 para dar maior publicidade aos Processos Administrativos. VALOR: R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais). DATA: 01/12/2015 A 30/11/2016.

RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços de publicação e divulgação de atos oficiais, bem como outros atos administrativos que se fizerem necessários em jornal com circulação diária em todo estado de Santa Catarina para Prefeitura Municipal de Palhoça.	cm/co		5.000,00000	R\$37,2000	R\$186.000,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 186.000,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º205/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 205/2015 do PREGÃO Nº 162/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Aquisição de materiais para instalação de ar condicionados nas Instituições de Ensino e demais segmentos administrativos. VALOR: R\$ 66.857,59 (sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos). DATA: 23/11/2015 A 22/11/2016.

MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Poste concreto Padrão, 7 Mt, 150 Dan	UN	Ademacildo	30,00000	R\$248,2220	R\$7.446,6600
1	Eletroduto 1 preto com rosca	UN	NACIONAL	280,00000	R\$4,5695	R\$1.279,4600
2	Wezel alum box reto 1	UN	TRAMONTINA	145,00000	R\$2,4115	R\$349,6675
3	Wetzel alum box reto 3/4	UN	TRAMONTINA	45,00000	R\$2,1580	R\$97,1100
4	Caixa medição trifásica PVC CMD3 N6 c/ 2 acessórios	UN	TAF	35,00000	R\$89,4466	R\$3.130,6310
6	Curva 1 180 preta c/ rosca	UN	Npol	75,00000	R\$1,5665	R\$117,4875
5	Masster curva 1 90° preta com rosca 4	UN	Npol	120,00000	R\$0,8580	R\$102,9600
7	Eletroduto 3/4 preto c/ rosca	UN	Npol	70,00000	R\$2,8926	R\$202,4820
8	Curva 3/4 90° preta com rosca	UN	Npol	50,00000	R\$0,5396	R\$26,9800
9	Luva 3/4 preta com rosca	UN	Npol	90,00000	R\$0,6696	R\$60,2640
12	Condutele 3/4 e 1/2 branco	UN	Npol	250,00000	R\$2,6065	R\$651,6250
15	Condutele 1 preto	UN	Npol	161,00000	R\$4,5110	R\$726,2710
19	Adaptador 1 branco	UN	SIEMENS	290,00000	R\$0,7280	R\$211,1200
13	Abraçadeira 1 preta	UN	TRAMONTINA	250,00000	R\$0,7280	R\$182,0000
10	Adaptador 3/4 preto	UN	Npol	95,00000	R\$0,6045	R\$57,4275
11	Abraçadeira 3/4 preta	UN	TRAMONTINA	145,00000	R\$0,6045	R\$87,6525
14	Eletroduto 11/2 preto com rosca	UN	Npol	8,00000	R\$7,9363	R\$63,4904
18	Luva 11/2 preta com rosca	UN	Npol	12,00000	R\$1,2350	R\$14,8200
16	Eletroduto 2 preto com rosca	UN	Npol	4,00000	R\$9,4900	R\$37,9600
17	Curva 2 90° preta com rosca	UN	Npol	4,00000	R\$2,9500	R\$11,8000
20	Luva 2 preta com rosca	UN	Npol	8,00000	R\$1,7750	R\$14,2000
21	Curva 11/2 90° preta com rosca	UN	Npol	4,00000	R\$2,2875	R\$9,1500
22	Duto-flex 11/2 preto	UN	Npol	130,00000	R\$1,7485	R\$227,3050
23	Duto-flex 2 preto	UN	Npol	120,00000	R\$2,3333	R\$279,9960
1	Arruela quadrada 32x32	UN	INCA	250,00000	R\$0,6370	R\$159,2500
2	Parafuso máquina 12x200mm	UN	INCA	100,00000	R\$4,8750	R\$487,5000
3	Isolador roldana 72x72 porcelana	UN	INCA	100,00000	R\$3,0810	R\$308,1000
4	Cinta aço perfurada 19mm	UN	NACIONAL	95,00000	R\$1,2675	R\$120,4125
5	Conector perfurante para cabos 10 A 70mm x 1,5 A 10,0mm	UN	TRAMONTINA	310,00000	R\$5,0180	R\$1.555,5800
6	Conector PF 10 mm magnet	UN	Npol	95,00000	R\$2,0345	R\$193,2775
9	Abraçadeira nylon 202x3,7mm E 7020 BR	UN	TRAMONTINA	400,00000	R\$0,0975	R\$39,0000
7	Abraçadeira tipo D com cunha 11/2 para eletroduto	UN	Npol	12,00000	R\$0,7992	R\$9,5904
13	Fita isolante alta fusão 10mt	UN	MISTER	15,00000	R\$11,0067	R\$165,1005
10	Parafuso lentilha 1/4 x 1/2	UN	TRAMONTINA	180,00000	R\$0,3185	R\$57,3300
11	Alça pre formada 10/16mm	M	MISTER	160,00000	R\$2,7300	R\$436,8000
8	Fita isolante 20mt 3m imperial	UN	MISTER	40,00000	R\$1,1068	R\$44,2720
12	Terminal conexão curto 25mm pino	UN	TRAMONTINA	40,00000	R\$5,7135	R\$228,5400
14	Terminal compressão TCM 50mm curto	UN	TRAMONTINA	16,00000	R\$9,5875	R\$153,4000
15	Terminal pressão sapata 10mm	UN	TRAMONTINA	40,00000	R\$3,3020	R\$132,0800
16	Parafuso latão philips 4,0x40	UN	TRAMONTINA	900,00000	R\$0,0975	R\$87,7500

17	Bucha gesso 6mm mod. fu	UN	TRAMONTINA	900,00000	R\$0,0650	R\$58,5000
18	Arruela lisa 1/4	UN	INCA	900,00000	R\$0,0975	R\$87,7500
13	Cabo flex 750V 10mm vermelho	M	Sil fios	750,00000	R\$3,1200	R\$2.340,0000
20	Cabo flex 750V 10mm branco	M	Sil fios	750,00000	R\$3,1200	R\$2.340,0000
26	Cabo flex 750V 10mm preto	M	Sil fios	750,00000	R\$3,1200	R\$2.340,0000
12	Cabo flex 750V 10mm Azul	M	Sil fios	750,00000	R\$3,1200	R\$2.340,0000
17	Cabo alumínio multiplex 3x10+ 1x10mm color	M	Sil fios	870,00000	R\$5,0180	R\$4.365,6600
18	Cabo nax epr flex 25mm 1Kv 90º azul	M	Sil fios	180,00000	R\$8,3785	R\$1.508,1300
10	Cabo nax epr flex 25mm 1Kv 90º branco	M	Sil fios	180,00000	R\$8,3785	R\$1.508,1300
11	Cabo nax epr flex 25mm 1Kv 90º vermelho	M	Sil fios	180,00000	R\$8,3785	R\$1.508,1300
1	Cabo flex 750V 4mm azul	M	Sil fios	120,00000	R\$1,1895	R\$142,7400
2	Cabo flexível 750V 4mm preto	M	Sil fios	80,00000	R\$1,1895	R\$95,1600
3	Cabo flex 750V 4mm verde	M	Sil fios	100,00000	R\$1,1895	R\$118,9500
4	Cabo PP 3 X 4,0 mm	M	Sil fios	240,00000	R\$5,4925	R\$1.318,2000
5	Fio rígido 750V 10mm azul	M	Sil fios	500,00000	R\$3,1005	R\$1.550,2500
6	Fio rígido 750V 10mm vermelho	M	Sil fios	500,00000	R\$3,1005	R\$1.550,2500
7	Fio rígido 750V 10mm preto	M	Sil fios	500,00000	R\$3,1005	R\$1.550,2500
8	Fio rígido 750V 10mm branco	M	Sil fios	500,00000	R\$3,1005	R\$1.550,2500
22	Fio rígido 750V 10mm verde	M	Sil fios	280,00000	R\$3,1005	R\$868,1400
15	Cano galvanizado a fogo 2x3 mt	UN	ALADIM	9,00000	R\$88,2444	R\$794,1996
9	Cabo nax epr flex 25mm 1Kv 90º preto	M	Sil fios	180,00000	R\$8,3785	R\$1.508,1300
14	Cabo flex 750V 6mm preto	M	Sil fios	250,00000	R\$1,7290	R\$432,2500
16	Cabo flex 750V 6mm azul	M	Sil fios	250,00000	R\$1,7290	R\$432,2500
19	Cabo flex 750V 6mm branco	M	Sil fios	250,00000	R\$1,7290	R\$432,2500
21	Cabo flex 750V 6mm vermelho	M	Sil fios	250,00000	R\$1,7290	R\$432,2500
25	Cabo nax 1Kv 10mm preto	M	Sil fios	160,00000	R\$3,8740	R\$619,8400
24	Cabo nax 1Kv 10mm azul	M	Sil fios	160,00000	R\$3,8740	R\$619,8400
23	Cabo nax 1Kv 10mm branco	M	Sil fios	160,00000	R\$3,8740	R\$619,8400
27	Cabo nax 1Kv 10mm vermelho	M	Sil fios	160,00000	R\$3,8740	R\$619,8400
28	Cabo nax epr Flex 50mm 1Kv 90º , preto	M	Sil fios	180,00000	R\$15,1255	R\$2.722,5900
29	Cabo nax epr Flex 50mm 1Kv 90º , branco	M	Sil fios	180,00000	R\$15,1255	R\$2.722,5900
30	Cabo nax epr Flex 50mm 1Kv 90º , vermelho	M	Sil fios	80,00000	R\$15,1255	R\$1.210,0400
31	Cabo nax epr Flex 50mm 1Kv 90º azul	M	Sil fios	180,00000	R\$15,1255	R\$2.722,5900
3	Caixa aterramento pvc pequena	UN	Cigame	1,00000	R\$3,8000	R\$3,8000
2	Caixa concreto 30x30 quadrada	UN	Ademacildo	6,00000	R\$14,9200	R\$89,5200
1	Caixa concreto 40x40x40	UN	Ademacildo	2,00000	R\$27,6200	R\$55,2400
4	Caixa passagem 20x20 sob CPT20	UN	Cigame	23,00000	R\$22,7883	R\$524,1309
1	Cabeçote 2 T	UN	TRAMONTINA	2,00000	R\$4,8100	R\$9,6200
1	Tampa ferro fundido 46x70cm celesc 12,5 toneladas	UN	walpa	5,00000	R\$230,4440	R\$1.152,2200
1	Barramento tipo pente TF 80A Cemar	UN	LEGRAND	8,00000	R\$21,1700	R\$169,3600
1	Quadro de Distribuição 6/8, din sobre- por sem barramento	UN	TIGRE	15,00000	R\$27,2353	R\$408,5295
2	Quadro de Distribuição 12 + din pvc sobrepôr	UN	TIGRE	32,00000	R\$31,1091	R\$995,4912
3	Quadro de Força 24+ 2 din, sobrepôr	UN	TIGRE	15,00000	R\$56,9460	R\$854,1900
Total Geral dos Itens						R\$66.857,5935

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0010-B DA FCAM

NOTIFICAÇÃO					
Processo Administrativo Nº:	17385/2015	Data:	20/11/2015		
Auto de Infração Ambiental Nº:	0010 B	Auto de Embargo/Interdição Nº:	458		
Qualificação do Autuado					
Nome:	Leandro Clemente de Souza	CPF	055.715.929-66	RG:	512.439.82
Endereço:	Rua Braço São João Nº 2366, Braço São João, Santo Amaro			CEP:	88140.000
Localização e Data dos Autos					
Local da Ocorrência:	Rua Pascoal Mazili, S/N Brejaru				
Data da Lavratura:	28/08/2015	Hora da Lavratura:	17:13 hrs	CEP:	88.133-600
Descrição Sumária da Infração					
Deposito de resíduos sem licença ou autorização					
Legislação Incidente					
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008					
Multa:	R\$ 11.000,00	Onze Mil reais			
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.					

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0011-B DA FCAM

NOTIFICAÇÃO					
Processo Administrativo Nº:	17386/2015	Data:	20/11/2015		
Auto de Infração Ambiental Nº:	0011 B	Auto de Embargo/Interdição Nº:	459		
Qualificação do Autuado					
Nome:	Marilda Caetano da Rocha	CPF	465.328.621-34	RG:	413.434
Endereço:	Rua José João Barcelos Nº 283			CEP:	88132-770
Localização e Data dos Autos					
Local da Ocorrência:	Rua Pascoal Mazili, S/N Brejaru				
Data da Lavratura:	28/08/2015	Hora da Lavratura:	17:35 hrs	CEP:	88.133-600
Descrição Sumária da Infração					
Deposito de resíduos sem licença ou autorização					
Legislação Incidente					
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008					
Multa:	R\$ 11.000,00	Onze Mil reais			
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.					

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0015-B DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:	18291/2015		Data:	20/11/2015			
Auto de Infração Ambiental Nº:	0015 B		Auto de Embargo/Interdição Nº:	462			
Qualificação do Autuado							
Nome:	APHR Construtora e Incorporadora LTDA		CNPJ	12.435.955/0001-50		RG:	-
Endereço:	Rua dos Antúrios Nº 109, Cidade Univ. Pedra Branca					CEP:	88.137-345
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:	Imola S/N Lote 01, Quadra 22, Pagani						
Data da Lavratura:	11/09/2015		Hora da Lavratura:	17:41 hrs		CEP:	88.132-204
Descrição Sumária da Infração							
Conclusão de condomínio a 13 (treze) metros de vala de drenagem, estando em desconformidade com condicionante 4.1.1 da LAP nº 040/2013/FCAM							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multa:	R\$ 25.000,00		Vinte e cinco mil reais				
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0016-B DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:	9021/2014		Data:	20/11/2015			
Auto de Infração Ambiental Nº:	0016 B		Auto de Embargo/Interdição Nº:	465			
Qualificação do Autuado							
Nome:	Bela Vista Palhoça Turismo e Lazer Rural		CPF	09.642.184/0001-68		RG:	-
Endereço:	Estrada Geral São Sebastião Nº 284 – Passa Vinte					CEP:	88130-000
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:	Rua Thomaz Domingos da Silveira S/N, São Sebastião						
Data da Lavratura:	14/09/2015		Hora da Lavratura:	15:30 hrs		CEP:	88136-000
Descrição Sumária da Infração							
Corte de Vegetação sem Licença e/ou Autorização Ambiental (Auc nº 004/2013/FCAM vencida desde junho de 2014.							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multa:	R\$ 55.000,00		Cinqüenta e Cinco Mil Reais				
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0020-B DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:		11306/2011		Data:		20/11/2015	
Auto de Infração Ambiental Nº:		0020 B		Auto de Embargo/Interdição Nº:		468	
Qualificação do Autuado							
Nome:		Marcos Roberto Silveira		CPF		716.348.494-87	
Endereço:		Rod. Evádio Paulo Broering, 01, km 03 Passagem do Maciambu				CEP: 88130-001	
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:		Rua Valderedo Durcal Duarte, fds nº 60 , Enseada do Brito					
Data da Lavratura:		17/09/15		Hora da Lavratura:		14:10 hrs	
				CEP:		88130-000	
Descrição Sumária da Infração							
Edificação de madeira em APP, curso D'gua, sem Licença ou Autorização							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multa:		R\$ 31.500,00		Trinta e um mil e quinhentos reais			
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 004-B DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:		18578/2014		Data:		19/08/2015	
Auto de Infração Ambiental Nº:		0004- B		Auto de Embargo/Interdição Nº:		454	
Qualificação do Autuado							
Nome:		Clóvis Godinho Paim		CPF:		277.781.930-00	
Endereço:		Rua Aderbal Ramos da Silva, 1950 – Morretes - Palhoça				CEP: 88139-351	
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:		Rua Das Flores, 22, Mar Aberto - Palhoça					
Data da Lavratura:		19/08/2015		Hora da Lavratura:		15:30	
				CEP:		88.130-000	
Descrição Sumária da Infração							
Edificação em Área de APP, sem Licença e/ou Autorização Ambiental e em descumprimento com o Auto de Embargo/Interdição nº 444.							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multa:		R\$ 25.000,00					
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 005-B DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:		17506/2014		Data:		19/08/2015	
Auto de Infração Ambiental Nº:		0005 - B		Auto de Embargo/Interdição Nº:		455	
Qualificação do Autuado							
Nome:		Fabrício Souza Marcelino		CPF:		029.306.299-38 RG: 3957362	
Endereço:		Av. Rio Grande, 601				CEP: 88.131-600	
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:		Av. Rio Grande, fundos do Nº 737 – Rio Grande					
Data da Lavratura:		19/08/2015		Hora da Lavratura:		17:25 CEP: 88131.600	
Descrição Sumária da Infração							
Edificação em área de APP sem Licença e/ou Autorização Ambiental , estando em descumprimento com o Auto de Embargo/Interdição nº 443/2015							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multas:		R\$ 25.000,00					
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 009-B DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:		14876/2015		Data:		20/11/2015	
Auto de Infração Ambiental Nº:		0009 B		Auto de Embargo/Interdição Nº:		456	
Qualificação do Autuado							
Nome:		Renato da Silva		CPF:		732.520.009-97 RG: -	
Endereço:		Hercílio Nicolau dos Santos Nº 515 Guarda do Embaú				CEP: 88133-500	
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:		João Bento Martins S/N, Guarda do Embaú					
Data da Lavratura:		15/06/15		Hora da Lavratura:		17:50 hrs CEP: 88130-000	
Descrição Sumária da Infração							
Vedação e aterro em APP, restinga,sem Licença e/ou Autorização.							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multas:		R\$ 15.000,00		Quinze Mil Reais			
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 164 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO									
Processo Administrativo Nº:			16413/2009		Data:		28/09/2009		
Auto de Infração Ambiental Nº:			164		Auto de Embargo/Interdição Nº:			202	
Qualificação do Autuado									
Nome:		Osmir de Oliveira		CPF:		704.782.019-15		RG: 2.541626-0	
Endereço:		Rua Santa Rosa de Lima nº 278 – Rio Grande – Palhoça - SC					CEP:		88131-680
Localização e Data dos Autos									
Local da Ocorrência:		Rua Santa Rosa de Lima nº 278 lot. Dona Julia – Rio Grande – Palhoça - SC							
Data da Lavratura:		28/09/20015		Hora da Lavratura:		14:00h		CEP: 88131-680	
Descrição Sumária da Infração									
Edificação em APP (manguezal) sem licença ambiental e/ou Autorização									
Legislação Incidente									
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008									
Multa:		R\$ 15.000,00							
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.									

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 191 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO									
Processo Administrativo Nº:			16090/2009		Data:		22/04/2015		
Auto de Infração Ambiental Nº:			191		Auto de Embargo/Interdição Nº:			230	
Qualificação do Autuado									
Nome:		Jardel Luiz de Mello		CPF:		519.536.760-49		RG: 5.038.830.872	
Endereço:		Rua Lauro Muller nº 589 – Catléia – Campo Bom - RS					CEP:		93700-000
Localização e Data dos Autos									
Local da Ocorrência:		Rua Dom Patrício nº 68 – Pinheira – Palhoça - SC							
Data da Lavratura:		22/04/2015		Hora da Lavratura:		13:40h		CEP: 88.139-427	
Descrição Sumária da Infração									
Edificação em APP (restinga) sem licença ambiental									
Legislação Incidente									
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008									
Multa:		R\$ 10.000,00							
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.									

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 235 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:		12075/2010		Data:		24/08/2015	
Auto de Infração Ambiental Nº:		235		Auto de Embargo/Interdição Nº:		275	
Qualificação do Autuado							
Nome:		João Manoel S. de Souza		CPF:		246.452.819-68	
				RG:		5.683.903	
Endereço:		Serv. Das Crianças, nº 01 fundos – Ponte do Imaruim – Palhoça - SC				CEP: 88130-434	
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:		Serv. Das Crianças, nº 01 fundos – Ponte do Imaruim – Palhoça - SC					
Data da Lavratura:		24/08/2015		Hora da Lavratura:		15:15h	
				CEP:		88.130-434	
Descrição Sumária da Infração							
Edificação em APP (manguezal) sem licença ambiental							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multa:		R\$ 10.000,00					
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 248 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:		20552/2010		Data:		19/10/2010	
Auto de Infração Ambiental Nº:		248		Auto de Embargo/Interdição Nº:		290	
Qualificação do Autuado							
Nome:		Evádio Vieira Baltazar		CPF:		063.069.689-62	
				RG:		5.052.975	
Endereço:		Rua São Pedro nº 07 – Rio Grande – Palhoça/SC				CEP: 88130-000	
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:		Rua São Pedro S/N Lot. Dona Julia – Rio Grande – Palhoça/SC					
Data da Lavratura:		19/10/2010		Hora da Lavratura:		18:39h	
				CEP:		88.130-000	
Descrição Sumária da Infração							
Vedação e Aterro em APP							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multa:		R\$ 5.000,00					
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 262 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:	1425/2011	Data:	10/02/2011				
Auto de Infração Ambiental Nº:	262	Auto de Embargo/Interdição Nº:	-				
Qualificação do Autuado							
Nome:	Carlos José Joaquim da Silva	CPF:	088.083.509-00	RG:	1/r 94759		
Endereço:	Rua Brasil Pinho nº 500 – AP 201 – Kobrasol – São José/SC			CEP:	88102-300		
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:	Rua Inês Maria de Jesus S/N – Guarda do Embaú – Palhoça - SC						
Data da Lavratura:	10/02/2015	Hora da Lavratura:	17:40h	CEP:	88.130-000		
Descrição Sumária da Infração							
Parcelamento de solo em APP							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multa:	R\$ 5.200,00						
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 268 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:	12075/2010	Data:	13/04/2015				
Auto de Infração Ambiental Nº:	268	Auto de Embargo/Interdição Nº:	307				
Qualificação do Autuado							
Nome:	João Manoel S. de Souza	CPF:	246.452.819-68	RG:	5.683.903		
Endereço:	Serv. Das Crianças, nº 01 fundos – Ponte do Imaruim – Palhoça - SC			CEP:	88130-434		
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:	Serv. Das Crianças, nº 01 fundos – Ponte do Imaruim – Palhoça - SC						
Data da Lavratura:	13/04/2015	Hora da Lavratura:	14:15h	CEP:	88.130-434		
Descrição Sumária da Infração							
Edificação, rancho de canoa em APP (manguezal) sem licença ambiental							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multa:	R\$ 10.000,00						
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 269 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO									
Processo Administrativo Nº:			8880/2011		Data:		19/04/2011		
Auto de Infração Ambiental Nº:			269		Auto de Embargo/Interdição Nº:			308	
Qualificação do Autuado									
Nome:		Erica Egeler		CPF:		098.806.749-87		RG: -	
Endereço:		Rua Jonas Ramos nº 141 – Centro – Concórdia -SC					CEP:		89700-000
Localização e Data dos Autos									
Local da Ocorrência:		Rua 2001 S/N, Lote 78 Quadra B1 – Pinheira - Palhoça - SC							
Data da Lavratura:		19/04/2011		Hora da Lavratura:		14:30h		CEP: 88130-000	
Descrição Sumária da Infração									
Aterro em APP sem licença ambiental e/ou autorização									
Legislação Incidente									
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008									
Multa:		R\$ 5.000,00							
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.									

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 270 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO									
Processo Administrativo Nº:			8881/2011		Data:		19/04/2011		
Auto de Infração Ambiental Nº:			270		Auto de Embargo/Interdição Nº:			309	
Qualificação do Autuado									
Nome:		Avenaldo Kroester		CPF:		636.628.419-91		RG: 181.994-3	
Endereço:		Rua Waldemar Ouriques nº 203 – Capoeiras - Florianópolis					CEP:		88090-050
Localização e Data dos Autos									
Local da Ocorrência:		Rua 516 S/N, Lote 80 Quadra B1 – Pinheira - Palhoça - SC							
Data da Lavratura:		19/04/2011		Hora da Lavratura:		15:00h		CEP: 88130-000	
Descrição Sumária da Infração									
Edificação em APP sem licença ambiental e/ou autorização									
Legislação Incidente									
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008									
Multa:		R\$ 10.000,00							
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.									

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 291 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO									
Processo Administrativo Nº:			12613/2011		Data:		15/06/2015		
Auto de Infração Ambiental Nº:			291		Auto de Embargo/Interdição Nº:			332	
Qualificação do Autuado									
Nome:		Maria D. Rodrigues da Silva		CPF:		038.559.448-81		RG: 150.730	
Endereço:		Rua Coronel Pedro Demoro nº 1644 – Estreito – Florianópolis					CEP:		88075-300
Localização e Data dos Autos									
Local da Ocorrência:		Rua 1307 S/N, Mar Aberto – Pinheira - Palhoça - SC							
Data da Lavratura:		15/06/2015		Hora da Lavratura:		16:18h		CEP: 88130-000	
Descrição Sumária da Infração									
Edificação em APP (curso D'água) sem licença ambiental e/ou autorização									
Legislação Incidente									
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008									
Multa:		R\$ 10.000,00							
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.									

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 426 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO									
Processo Administrativo Nº:			2172/2010		Data:		21/10/2015		
Auto de Infração Ambiental Nº:			426		Auto de Embargo/Interdição Nº:			-	
Qualificação do Autuado									
Nome:		Angela Maria da Silveira		CPF:		032.342.208-08		RG: 2.568.997-5	
Endereço:		Rua Preft. Reinoldo Alves nº 1335 – Passa Vinte – Palhoça - SC					CEP:		88130-000
Localização e Data dos Autos									
Local da Ocorrência:		Av. dos Papagaios S/N – Ponta do Papagaio – Palhoça/SC							
Data da Lavratura:		21/10/2015		Hora da Lavratura:		18:00		CEP: 88.130-000	
Descrição Sumária da Infração									
Edificação em APP (restinga) e descumprimento do auto de embargo nº 177/2008									
Legislação Incidente									
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008									
Multa:		R\$ 20.000,00							
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.									

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 441 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:		14109/2009		Data:		20/01/2015	
Auto de Infração Ambiental Nº:		441		Auto de Embargo/Interdição Nº:		-	
Qualificação do Autuado							
Nome:		Liliana Esther Russ de Cordoba		CPF:		005.182.619-48 RG: 67.147	
Endereço:		Rua Jacob Vilaim Filho nº 582- Guarda do Cubatão – Palhoça - SC				CEP: 88135-398	
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:		Rua Jacob Vilaim Filho nº 582- Guarda do Cubatão – Palhoça - SC					
Data da Lavratura:		20/01/2015		Hora da Lavratura:		15:30h CEP: 88.135-398	
Descrição Sumária da Infração							
Descumprimento de Auto de Embargo/Interdição nº 198/08 Edificação em APP sem licença							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multa:		R\$ 21.000,00					
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 471 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:		14485/2014		Data:		20/07/2015	
Auto de Infração Ambiental Nº:		471					
Qualificação do Autuado							
Nome:		Ronise Marina Pires Silva		CPF:		003.403.619-99 RG: 2.309.294	
Endereço:		José Firmino Moraes, nº 100 – Kobrasol – São José - SC				CEP: 0800102-080	
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:		Rua das Flores, nº 17 pinheira					
Data da Lavratura:		26/06/15		Hora da Lavratura:		13:20h CEP: 88130-000	
Descrição Sumária da Infração							
Edificação em madeira, em APP, curso d'água, sem licença/autorização.							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multa:		R\$ 10.000,00					
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 478 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:		25159/2011		Data:		20/11/2015	
Auto de Infração Ambiental Nº:		478		Auto de Embargo/Interdição Nº:		535	
Qualificação do Autuado							
Nome:		Adair José Assunção		CPF		299.938.499-87	
				RG:		-	
Endereço:		Rua das Flores S/N - Pinheira				CEP:	
						88130-000	
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:		Rua das Flores S/N - Pinheira					
Data da Lavratura:		15/06/15		Hora da Lavratura:		17:50 hrs	
				CEP:		88130-000	
Descrição Sumária da Infração							
Conclusão de edificação em APP, restinga, estando em desconformidade com o Auto de Embargo/Interdição nº 514/2014							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multas:		R\$ 33.000,00					
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 493 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO							
Processo Administrativo Nº:		11489/2015		Data:		24/07/2015	
Auto de Infração Ambiental Nº:		493		Auto de Embargo/Interdição Nº:		547	
Qualificação do Autuado							
Nome:		Suely Aparecida dos Santos da Silva		CPF:		068.635.938-50	
				RG:		6173577	
Endereço:		Rua Acrysio Daniel, 269 - Pontal				CEP:	
						88.138-168	
Localização e Data dos Autos							
Local da Ocorrência:		Rua Acrysio Daniel, 269 - Pontal					
Data da Lavratura:		24/07/2015		Hora da Lavratura:		16:40	
				CEP:		88.138-168	
Descrição Sumária da Infração							
Ampliação de Edificação em Area de APP e corte de Vegetação de manguezal, estando em descumprimento com o Auto de Embargo/Interdição nº 532/2015							
Legislação Incidente							
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008							
Multas:		R\$ 45.000,00					
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.							

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 500 DA FCAM

NOTIFICAÇÃO					
Processo Administrativo Nº:	16155/2015	Data:	20/11/2015		
Auto de Infração Ambiental Nº:	500	Auto de Embargo/Interdição Nº:	452		
Qualificação do Autuado					
Nome:	Artemir José Provenci	CPF	585.217.479-34	RG:	1.697.194-9
Endereço:	Estrada Geral Laranjal Nº 42 – Paulo Lopes			CEP:	
Localização e Data dos Autos					
Local da Ocorrência:	Jorge Marcelino Coelho – S/N – Guarda do Cubatão				
Data da Lavratura:	11/08/2015	Hora da Lavratura:	15 hrs	CEP:	88.130-000
Descrição Sumária da Infração					
Terraplanagem em APP, curso D'gua, sem Licença ou Autorização					
Legislação Incidente					
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6686/2008					
Multa:	R\$ 15.000,00	Quinze Mil Reais			
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.					

ERRATA 001 - CHAMADA PÚBLICA Nº 182/2015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 001
CHAMADA PÚBLICA Nº. 182/2015

O Município de Palhoça torna público que, após recebimento de pedido de esclarecimento para a CHAMADA PÚBLICA nº 182/2015, resolve corrigir o Edital através da ERRATA 001. A nova data de abertura dos envelopes será para o dia 12 de Janeiro de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A CHAMADA PÚBLICA nº 182/2015 tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período de Fevereiro à Dezembro de 2016. O edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 04 de dezembro de 2015. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 259/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.259/2015

Termo de Aditamento – Retificação

ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo - Retificação ao 1º Termo Aditivo nº 311/2014, firmado em 11/12/2014 e 3º Termo Aditivo nº 159/2015, firmado em 13/07/2015 com a EMPRESA EMPREITEIRA PAVICON.

OBJETO: É revisto a CLÁUSULA SEGUNDA do Termo Aditivo n. 311/2014, para que dele passe a constar a seguinte redação: O presente termo aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 187/2014 e terá sua vigência a partir de 05/01/2015. É revisto a CLÁUSULA PRIMEIRA do Termo Aditivo n. 159/2015, para que dele passe a constar a seguinte redação: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 187/2014, retroagindo seus efeitos a 04/07/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

PROCESSO CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Nº 084/2014

DATA: 09/11/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 090082-3

Pelo Contratado,

EMPREITEIRA PAVICON

Paulo Henrique Mattos

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 260/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 260/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 076/2013, firmado em 09/05/2013, com a empresa WA COMERCIO LTDA ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 076/2013, sendo o prazo de vigência com início retroativo a 01/09/2015 a 29/11/2015

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO
N. 036/2013

DATA: 09/11/2015

Signatários: pelo Contratante,
CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretário Municipal de Educação

CACIO ABRAMO GASPERIM

Arquiteto e Urbanista

Matrícula PMP 200239

Pelo Contratado,

WA COMERCIO LTDA ME

Érido Wisbeck Andrade

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 261/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 261/2015

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 142/2015, firmado em 06/07/2015, com a Empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: LOTE 03 - Fica acrescido o valor de R\$ 9.895,99 (nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos), no percentual de 5,895% do valor atualizado do contrato nº 142/2015, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações .

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS

Nº 044/2015

COBERTURAORÇAMENTÁRIA:"459"-2.136.34.4.90.51.91.000000".
VALOR: R\$ 9.895,99 (nove mil oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos)

DATA: 09/11/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SERGIO MATIOLA

Presidente da SAMAE

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129521-4

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 87007-5

Pelo Contratado,

ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
EPP

Íris Farias

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 269/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 269/2015

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 267/2014, firmado em 30/10/2014, com a Empresa TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 77.031,86 (setenta e sete mil, trinta e um reais e oitenta e seis centavos), no percentual de 44.661% do valor atualizado do contrato nº 267/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações .

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS

Nº 177/2014

COBERTURAORÇAMENTÁRIA:"550"-2.109.34.4.90.51.91.000000

VALOR: R\$ 77.031,86 (setenta e sete mil, trinta e um reais e oitenta e seis centavos)

DATA: 19/11/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

FERNANDO IRENO VIEIRA

2ºTen. BM Cmt FUNREBOM

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 90082-3

FABIANO LORENZETT SOUZA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 136384-3

Pelo Contratado,

TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
ME

Manuel Amaral

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 270/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 270/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 023/2014, firmado em 21/03/2014, com a empresa E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 023/2014, sendo o prazo de vigência com início retroagido á 16/10/2015 a 13/02/2016

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 038/2013

DATA: 20/11/2015

Signatários: pelo Contratante,

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 87007-5

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129521-4

Pelo Contratado,

E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA

Eduardo Schmitt Espíndola

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 271/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 271/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 025/2014, firmado em 21/03/2014, com a empresa E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 025/2014, sendo o prazo de vigência com início retroagido á 16/11/2015 a 13/02/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 040/2013

DATA: 20/11/2015

Signatários: pelo Contratante,

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 87007-5

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129521-4

Pelo Contratado,

E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA

Eduardo Schmitt Espíndola

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 272/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 272/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 024/2014, firmado em 21/03/2014, com a empresa E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 024/2014, sendo o prazo de vigência com início retroagido á 16/11/2015 a 13/02/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 039/2013

DATA: 20/11/2015

Signatários: pelo Contratante,

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 87007-5

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129521-4

Pelo Contratado,

E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA

Eduardo Schmitt Espíndola

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 273/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 273/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 212/2014, firmado em 05/09/2014, com a empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 212/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 140/2014

DATA: 20/11/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

MISAEEL MENDES DA SILVA

Engenheiro Eletricista – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 8976-8

Pelo Contratado,

CEPENGE ENGENHARIA LTDA EPP

Cleverson Francisco Zardo

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 274/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 274/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 193/2012, firmado em 17/10/2012, com a empresa HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 193/2012 sendo o prazo de vigência com início retroagido á 03/12/2014 a 02/12/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 152/2012

DATA: 23/11/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura

CÁCIO ABRAMO GASPERIM

Arquiteto – Prefeitura Municipal de Palhoça

CAU 56675-6

Pelo Contratado,

HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO

CIVIL LTDA EPP

Alicio José Hang

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 275/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 275/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 016/2014, firmado em 20/03/2014, com a empresa NOVO TETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 240 (duzentos e quarenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 016/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA

N. 55/2013

DATA: 25/11/2015

Signatários: pelo Contratante,

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

JOSÉ TADEU DA CUNHA

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 5847-2

Pelo Contratado,

NOVO TETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Cristiano de Bem Cardoso

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 267/2015

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N. 267/2015

Espécie: Contrato nº 037/2014, firmado em 02/01/2014, com a Srª. MARIA REGINA DE CAMPOS.

Objeto: locação de 01 (um) imóvel em alvenaria com área total construída de 90m2, localizado na Rua Pascoal Mazzili, nº 66 - bairro Brejaru – Palhoça/SC, destinado ao funcionamento do CRAS- Centro de Referência de Assistência Social. Amparo: Não havendo mais interesse por parte do município em manter o referido contrato, resolvem, as partes em comum acordo, rescindi-lo, contrato de locação nº 037/2014. Dispensa de Licitação 034/2014.

Data: 13/11/2015

Signatários: pelo Contratante,

ADRIANO DA SILVA MATTOS

Secretário Municipal de Assistência Social

Pela Contratada,

MARIA REGINA DE CAMPOS

PAULO ROBERTO MACHADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

ESTATUTO DOS SERVIDORES. Cria Cargos, Vagas, Atribuições e Remuneração de Gari/Margarida, Calceteiro, Auxiliar de Calceteiro e Operador de Hidrojato, bem como altera a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Gari/Margarida, atividade de nível fundamental incompleto, com o respectivo código, atribuições e remuneração, na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Palhoça, subordinado ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE Palhoça.

Art. 2º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Calceteiro, atividade de nível fundamental incompleto, com o respectivo código, atribuições e remuneração, na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Palhoça, subordinado à Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP e ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE Palhoça.

Art. 3º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Calceteiro, atividade de nível fundamental incompleto, com o respectivo código, atribuições e remuneração, na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Palhoça, subordinado à Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP e ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE Palhoça.

Art. 4º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Operador de Hidrojato, atividade de nível fundamental incompleto, com o respectivo código, atribuições e remuneração, na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Palhoça, subordinado ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE Palhoça.

Art. 5º O artigo 280 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 280 As carreiras do serviço público municipal serão organizadas em 21 (vinte e uma) Categorias Funcionais, reunidas segundo a

formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.”(NR)

Art. 6º Acrescenta os incisos XVI, ao artigo 281 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 281 – (...)

XVI – Categoria Funcional ANF/d – Atividades de Nível Fundamental Incompleto – com carga horária de 40 horas (Gari/Margarida e Auxiliar de Calceteiro);

XX – Categoria Funcional ANF/e – Atividade de Nível Fundamental Incompleto – com carga horária de 40 horas (Calceteiro);

XXI – Categoria Funcional ANF/f – Atividade de Nível Fundamental Incompleto – com carga horária de 40 horas (Operador de Hidrojato)”(NR)

Art. 7º Ficam acrescidas as Categorias Funcionais de Atividade de Nível Fundamental Incompleto – ANF/d, ANF/e e ANF/f ao inciso IV do artigo 297 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 8º Ficam criados os incisos XVII, XX e XXI que tratam das Categorias ANF/d, ANF/e e ANF/f no Anexo I, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, Descrição de Cargos, com a seguinte redação:

“XVII – ANF/d – Atividades de Nível Fundamental Incompleto – com carga horária de 40 horas (Gari/Margarida e Auxiliar de Calceteiro):”

“Gari/Margarida: Varrer vias públicas e providenciar o acondicionamento do lixo urbano ou rural em recipientes próprios à sua coleta, colaborar e participar de todos os serviços de melhoria do sistema de limpeza urbana que lhe forem conferidos pelo órgão próprio do Município; desempenhar a coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas, coletas de resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas; cuidar e preservar as vias públicas, varrendo/limpando calçadas, sarjetas e calçadas, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para a sua destinação final; conservar as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas, bancos de praças e outros locais que forem designados; auxiliar no cuidado, limpeza e conservação das praças públicas e áreas verdes do Município; zelar pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho; utilizar uniforme e equipamentos; zelar pelos materiais lhes confiados; realizar atividades compatíveis com o cargo ou delimitadas por ato próprio.”

“Auxiliar de Calceteiro: Auxiliar as atividades dos Calceteiros, carregando, descarregando, ajustando os pisos, lajotas e contrapisos; manter e limpar as obras públicas; auxiliar na preparação de locais públicos para calçamento; auxiliar nos assentamentos dos pisos e contrapisos, bem como realizar outras atividades de que lhe forem outorgadas, realizar atividades compatíveis com o cargo ou delimitadas por ato próprio.”

(...)

“XX – ANF/e – Atividade de Nível Fundamental Incompleto – com carga horária de 40 horas (Calceteiro);”

“Calceteiro: Realizar a preparação de locais públicos para calçamento, assentar pisos e contrapisos, construir fundações e estruturas de alvenaria; realizar e ajustar pisos de concreto, mármore, ladrilhos, paver, paralelepípedos, lajotas e similares; realizar outros trabalhos afins; realizar atividades compatíveis com o cargo ou delimitadas por ato próprio”

“XXI – ANF/f – Atividade de Nível Fundamental Incompleto – com carga horária de 40 horas (Operador de Hidrojato):”

“Operador de Hidrojato: Realizar a operação de máquinas de Hidrojato nas vias públicas municipais, promover lavagens, desobstruir encanamentos, limpeza de tubulações de drenagem, realizar corte e limpeza de superfícies, auxiliar nas tarefas necessárias para o trabalho, limpar as máquinas e equipamentos utilizados, zelar pelo equipamento bem como acompanhar e auxiliar na manobra da máquina; realizar outros trabalhos afins; realizar atividades compatíveis com o cargo ou delimitadas por ato próprio.”

Art. 9º Ficam criadas 40 (quarenta) vagas para o Cargo de Gari/Margarida, no Anexo II da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, com a seguinte redação:

(...)

Códigos	Cargos	Quantidade de vagas
ANF/d	GARI/MARGARIDA	40

(NR)

Parágrafo Único. As 40 (quarenta) vagas são destinadas à Autarquia Municipal SAMAE Palhoça, que responderá pelos servidores e todos os encargos.

Art. 10. Ficam criadas 20 (vinte) vagas para o Cargo de Auxiliar de Calceteiro, no Anexo II da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, com a seguinte redação:

(...)

Códigos	Cargos	Quantidade de vagas
ANF/d	AUXILIAR DE CALCETEIRO	20

(NR)

Parágrafo Único. Serão destinadas 10 (dez) vagas para a Autarquia Municipal SAMAE Palhoça e 10 (dez) vagas para a Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP.

Art. 11. Ficam criadas 20 (vinte) vagas para o Cargo de Calceteiro, no Anexo II da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, com a seguinte redação:

(...)

Códigos	Cargos	Quantidade de vagas
ANF/e	Calceteiro	20

(NR)

Parágrafo Único. Serão destinadas 10 (dez) vagas para a Autarquia Municipal SAMAE Palhoça e 10 (dez) vagas para a Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP.

Art. 12. Ficam criadas 04 (quatro) vagas para o Cargo de Operador de Hidrojato, no Anexo II da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, com a seguinte redação:

(...)

Códigos	Cargos	Quantidade de vagas
ANF/f	OPERADOR DE HIDROJATO	04

(NR)

Parágrafo Único. As 04 (quatro) vagas serão destinadas à Autarquia Municipal SAMAE Palhoça, que responderá pelos servidores e todos os encargos.

Art. 13. Ficam acrescidas ao Anexo III da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Tabela de Vencimentos dos cargos de provimento efetivo, citada no artigo 300 da mesma Lei Complementar, as Tabelas de Vencimentos das Categorias Funcionais ANF/d, ANF/e e ANF/f com a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

(...)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
ANF/d	NIVEL I	850,00	952,00	1066,24	1194,19	1337,49	1497,99	1677,75	1879,08	2104,57
	NIVEL II	867,00	971,04	1087,56	1218,07	1364,24	1527,95	1711,30	1916,66	2146,66
	NIVEL III	884,34	990,46	1109,32	1242,43	1391,53	1558,51	1745,53	1954,99	2189,59
	NIVEL IV	902,03	1010,27	1131,51	1267,29	1419,36	1589,65	1780,45	1994,10	2233,39
	NIVEL V	920,07	1030,48	1154,13	1292,63	1447,75	1621,48	1816,05	2033,98	2278,06
	NIVEL VI	938,47	1051,09	1177,22	1318,48	1476,70	1653,90	1852,37	2074,66	2323,62

ANF/d - Atividade de Nível Fundamental Incompleto (Gari/Margarida e Auxiliar de Calceteiro).

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
ANF/e	NIVEL I	1000,00	1120,00	1254,40	1404,93	1573,52	1762,34	1973,82	2210,68	2475,96
	NIVEL II	1020,00	1142,40	1279,49	1433,03	1604,99	1797,59	2013,30	2254,89	2525,48
	NIVEL III	1040,40	1165,25	1305,08	1461,69	1637,09	1833,54	2053,56	2299,99	2575,99
	NIVEL IV	1061,21	1188,55	1331,18	1490,92	1669,83	1870,21	2094,63	2345,99	2627,51
	NIVEL V	1082,43	1212,32	1357,80	1520,74	1703,22	1907,61	2136,52	2392,91	2680,06
	NIVEL VI	1104,08	1236,57	1384,96	1551,15	1737,29	1945,77	2179,26	2440,77	2733,66

ANF/e - Atividade de Nível Fundamental Incompleto (Calceteiro).

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
ANF/f	NIVEL I	1500,00	1680,00	1881,60	2107,39	2360,28	2643,51	2960,73	3316,02	3713,94
	NIVEL II	1530,00	1713,60	1919,23	2149,54	2407,48	2696,38	3019,95	3382,34	3788,22
	NIVEL III	1560,60	1747,87	1957,62	2192,53	2455,63	2750,31	3080,35	3449,99	3863,99
	NIVEL IV	1591,81	1782,83	1996,77	2236,38	2504,74	2805,31	3141,95	3518,98	3941,27
	NIVEL V	1623,65	1818,49	2036,71	2281,11	2554,84	2861,43	3204,80	3589,37	4020,09
	NIVEL VI	1656,12	1854,85	2077,44	2326,73	2605,94	2918,65	3268,89	3661,16	4100,49

ANF/f - Atividade de Nível Fundamental Incompleto (Operador de Hidrojato).

Art. 14. Os cargos criados pela presente Lei Complementar terão como requisito de investidura a comprovação de nível fundamental incompleto, de acordo com inciso VII do art. 12 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 15. Os cargos de Calceteiro, Auxiliar de Calceteiro e de Operador de Hidrojato serão submetidos à prova prática, como etapa eliminatória para provimento no cargo, que será definida no Edital do Concurso Público.

§ 1º A prova prática destinar-se-á à avaliação dos conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho das atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, que serão fixadas no Edital do Concurso Público.

§ 2º Somente poderão realizar a prova pratica os candidatos aprovados na prova objetiva do Concurso, na forma a ser estabelecida no Edital.

Art. 16. Define nova redação para as atribuições do Cargo de Artífice, previsto no Anexo I, inciso VII (VII – ANF/b – Ensino Fundamental Incompleto – carga horária 40 horas) da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artífice: Prestar serviços de pintura, carpintaria, pedreiro, soldador, eletricista, jardinagem, eletrecista, manutenção de ar condicionado e demais atividades necessárias a recuperação de pavimentações e manutenções das instalações físicas da Administração, desde que não conflitantes com o cargo de Calceteiro.”

Art. 17. Define nova redação para as atribuições do Cargo de Agente de Serviços Operacionais – ASO, previsto no Anexo I, inciso VII (VII – ANF/b – Ensino Fundamental Incompleto – carga horária 40 horas) da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Agente de Serviços Operacionais – ASO: Executar serviços manuais e ou braçais, tais como: conservação estrutural de estradas, parques, jardins, auxiliar na coleta de lixo, auxiliar e ou executar serviços de eletrecista, carregar e descarregar viaturas, executar serviços de limpeza em geral, serviços de copa, vigilância e recepção, auxiliar no almoxarife e na fotocópia de documentos, desde que não conflitantes com o cargo de Calceteiro, Auxiliar de Calceteiro e Gari/Margarida.”

Art. 18. O Poder Executivo Municipal poderá efetuar a contratação por tempo determinado, mediante processo seletivo público, dos cargos criados por esta Lei Complementar até findar concurso público.

Art. 19. As despesas para execução desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 20. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 02 de dezembro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 35/2015

PORTARIA Nº 35/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando Comunicação Interna nº 088/2015 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

· Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público J. L., nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010. Haja vista que o servidor, matrícula 190051, ocupante do cargo de Vigia, foi detido, supostamente, por tráfico de drogas e porte ilegal de arma.

· Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) CLAUDIA MARTTINI - mat. 801097 – Presidente - RG nº 3181191

B) PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA – mat. 800230- Secretária – RG nº 3080092

C) JOZIANI FARIAS PEREIRA – mat. 801457 – Vogal – RG nº 4271398

· Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 04 de novembro de 2015.

Cristina Schwinden

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

PORTARIA Nº 37/2015

PORTARIA Nº 37/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando Comunicação Interna nº 150/2015 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüida a servidora pública M. De S, nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, haja vista que a servidora, matrícula 401597, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, supostamente, cometeu irregularidade no cumprimento da sua função.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI - mat. 801097 – Presidente - RG nº 3181191
B) PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA – mat. 800230- Secretária – RG nº 3080092
C) JOZIANI FARIAS PEREIRA – mat. 801457 – Vogal – RG nº 4271398

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 02 de dezembro de 2015.

Cristina Schwinden

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/12/2015

a 17/12/2015

Patrícia Adelaide da Silva

DGP - Expediente

RESULTADO DO PG 178-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

178/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para execução de ondulações transversais (lombadas) e faixas elevadas para travessia de pedestre, com fornecimento do material e mão de obra para o município de Palhoça - SC, de acordo com as especificações do Anexo I, que são partes integrantes do edital.

RESULTADO:

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$ 845.000,00 (Oitocentos e quarenta e cinco mil reais).

Palhoça, 04 de dezembro de 2015.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 174/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N. 174/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO N. 174/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no Sistema registro de Preços, , que consiste na aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS MENOS PERECÍVEIS, para as Unidades escolares – Secretaria Municipal de Educação.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

BRUTHAN COMERCIAL LTDA CNPJ 02.625.813/0001-00, ficou classificada nos itens 03, 05 e 29, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 223.010,00 (duzentos e vinte e três mil e dez reais).

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA CNPJ 03.612.312/0004-97, ficou classificada nos itens 33 e 34, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 10.471,00 (dez mil e quatrocentos e setenta e um reais).

JJ MATOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA EPP, CNPJ 00.214.257/0001-46, ficou classificada no item 13, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 66.700,00 (sessenta e seis mil e setecentos reais).

LUIZ FERNANDO SEBOLD ME, CNPJ 09.196.745/0001-42, ficou classificada nos itens 01, 04, 15, 16, 37, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 229.897,00 (duzentos e vinte e nove mil e oitocentos e noventa e sete reais)

GIZELE REGINA DA SILVA ME CNPJ 13.839.796/0001-12, ficou classificada nos itens 02, 09, 12, 20 e 23, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 305.630,00 (trezentos e cinco mil e seiscentos e trinta reais).

CEREALISTA GRÃO EM GRÃO LTDA EPP CNPJ 10.935.127/0001-56, ficou classificada no item 21, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 64.500,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos reais).

COPAL ALIMENTOS LTDA CNPJ 82.900.713/0001-76, ficou classificada nos itens 26 e 28, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 114.156,00 (cento e quatorze mil e cento e cinquenta e seis reais).

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME CNPJ 14.990.312/0001-02, ficou classificada nos itens 14 e 27, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 24.976,00 (vinte e quatro mil e novecentos e setenta e seis reais).

L&M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTOS LTDA ME. CNPJ 14.546.646/0001-83, ficou classificada nos itens 07, 10, 11, 17, 18, 19, 22, 24 e 38, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 186.828,80 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

LICISSUL COMERCIAL LTDA CNPJ 21.112.066/0001-43, ficou classificada nos itens 06, 08, 25, 35 e 36, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 80.600,50 (oitenta mil, seiscentos reais e cinquenta centavos).

DESIGN BRAZIL IMPORTAÇÃO NLTD, CNPJ 19.425.098/0001-57, ficou classificada nos itens 30, 31 e 32, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 117.188,50 (cento e dezesseite mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

Palhoça, 03 de dezembro de 2015.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira – Portaria 3994/2015

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL TP 78/2015 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 782015

A Prefeitura Municipal de Passo de Torres, com sede na Avenida Beira Rio nº. 20 – Centro – Passo de Torres - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.782.793/0001-54, inscrição estadual isenta, comunica aos interessados que fará realizar TOMADA DE PREÇOS, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL" através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, objetivando Execução dos serviços de Ampliação de 03 (três) salas de aulas medindo 150,00 m² de área coberta e 43,00 m² de área descoberta, no Centro de Educação Infantil Mundo Feliz, localizada na Rua João Luiz Pedroso, s/n, Bairro Progresso no Município de Passo de Torres/SC.

Abertura: 22/12/2015 às 14h30min

O Edital com seus Anexos e Projetos, deverão ser obtidos no Departamento de licitações, da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Beira Rio nº. 20 – Centro – Passo de Torres - SC, no horário das 13h00min às 19h00min de segunda a sexta-feira.

Passo de Torres/SC, 04 de Dezembro de 2015

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

JEAN LUIZ WAGNER SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

Paulo Lopes**PREFEITURA****ATA DE REABERTURA PREGÃO PRESENCIAL 21/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015

ATA DE REABERTURA PREGÃO PRESENCIAL 21/2015

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, as dez horas, conforme publicado no diário oficial do Município na data de 23/11/2015 edição nº 1875 em que foi marcada a reabertura da sessão do processo em epigrafe, compareceu apenas o representante da empresa PSV Informática Ltda ME, o qual apresentou o laudo técnico dos produtos licitados pelo INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANA relativamente aos produtos ora oferecidos nesta licitação. A licitante PSV Informática Ltda ME também apresentou amostras dos referidos produtos licitados, tendo sido aceitos pelo Pregoeiro para testes, bem como, para os demais licitantes conferirem e interpor recurso caso desejarem. Assim fica marcada a sessão de lances do pregão para o dia 18/12/2015 as 10:00 horas. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Pregoeiro

CLAUDIA MARIA VALENTIN NASCIMENTO

Equipe de apoio

SABRINA RODRIGUES DE SOUZA EGER

Equipe de apoio

Penha

PREFEITURA

ERRATA DE EDITAL PP44/2015 - PMP

ERRATA DE EDITAL

REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2015 - PMP

REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA SER INSTALADO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.
ONDE SE LÊ:

Tipo de Licitação: Menor preço.

Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Tipo de Execução: Direta.

Regência: Lei 8.666/93, Lei 10520/02 e Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 56/1999, Decreto Federal nº 7.892/2013, com alterações posteriores.

Data de abertura dos envelopes: 11/12/2015

Horário de abertura dos envelopes: 16:00 horas.

Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Das Informações, do Local de apresentação e abertura: A íntegra do Edital e esclarecimentos e abertura poderão ser obtidas nos seguintes endereços: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, Av. Nereu Ramos, nº 08 – Centro - Penha – SC. Por telefone: (47) 3345-4649, ramal 23 - ou através dos emails: leandro@penha.sc.gov.br e gabrielastrelow@hotmail.com

LEIA-SE:

Tipo de Licitação: Menor preço.

Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Tipo de Execução: Direta.

Regência: Lei 8.666/93, Lei 10520/02 e Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 56/1999, Decreto Federal nº 7.892/2013, com alterações posteriores.

Data de abertura dos envelopes: 17/12/2015

Horário de abertura dos envelopes: 14:00 horas.

Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Das Informações, do Local de apresentação e abertura: A íntegra do Edital e esclarecimentos e abertura poderão ser obtidas nos seguintes endereços: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, Av. Nereu Ramos, nº 08 – Centro - Penha – SC. Por telefone: (47) 3345-4649, ramal 23 - ou através dos emails: leandro@penha.sc.gov.br e gabrielastrelow@hotmail.com

ONDE SE LÊ:

5.1.3 - Qualificação Técnica:

5.1.3.1 - Apresentação da Declaração ou do Atestado de Capacidade Técnica: tal documento poderá ser emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado.

LEIA-SE:

5.1.3.1 – Apresentação da Declaração ou Atestado de Capacidade: tal documento poderá ser emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado. O atestado deverá ter o acervo técnico registrado no CREA;

INCLUI-SE OS SEGUINTE ITENS:

5.1.3.4 - Certificado do fabricante, emitido por órgão competente (Instituto de certificação de Playground), comprovando a conformidade dos produtos conforme normas ABNT 16071/2012;

5.1.3.5 - Catálogo técnico do parque que será montado com planta baixa e descrição dos produtos;

5.1.3.6 - Comprovante da empresa e do responsável técnico do Registro no CREA – SC ou Visto para participar em licitação quando a empresa for de outro estado.

MOTIVO: Essas alterações visam priorizar a segurança do produto que será adquirido por esta Prefeitura.

Os demais itens deste Edital permanecem inalterados.

Penha, 04 de dezembro de 2015.

DANIELE S. DE S. LUNGE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO ATA DA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 57/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 28/2015

VALIDADE: 12 meses

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 28/2015, RESOLVE, RESOLVE, registrar o preço da empresa ELOI FRANCISCO BERVIAN & CIA LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Brasília, 26, Centro, Peritiba-SC, inscrita no CNPJ nº 03.536.050/0001-86, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador o Senhor Eloi Francisco Bervian, portador da Carteira de Identidade nº 517.685-9, CPF nº 295.225.109-63, a seguir denominada simplesmente de CONTRATADA, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de produtos para cestas básica a serem distribuídas para famílias carentes do Município de Peritiba com base em pareceres da assistência social (FMAS/CRAS) e itens para composição das cestas básicas para distribuição aos Servidores Municipais (lei 1906/2012), pelo período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme segue:

LOTE 1 - Cesta básica FMAS/CRAS							
Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$		Qtd. de item por Cesta
					Unt.	Total	
1	80	PCT	Açúcar cristal branco de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, original do fabricante, com 5Kg, aspecto granuloso de fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser de origem vegetal fabricado a partir de sacarose de cana de açúcar, livre de fermentação, de parasitos e de detritos animais ou vegetais, não contendo glúten, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), na embalagem deve constar informações do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote.	MINASÇUCAR	10,63	850,37	1
2	80	UN	Arroz Classe Longo Fino, Tipo 1, Subgrupo Parbolizado Polido, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original de fabricante, resistente e transparente com 5kg, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve ter procedência nacional e ser de safra corrente, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Informações do fabricante, especificação do produto, data de validade e lote, estampados na embalagem, sem glúten.	SAFRA	10,49	838,83	1
3	80	UN	Café solúvel instantâneo, apresentando cor, aroma e características naturais ao produto, isento de impurezas e/ou substancias estranhas ao produto, livre de contaminação, sem glúten. Acondicionado em embalagem de vidro, com volume de 200gr, com rotulo contendo registro, nome e endereço do fabricante, lote, data de fabricação e validade.	AMIGO	7,44	595,08	1
4	80	UN	Creme dental com fluor ativo de (1100 ppm), menta, 90 gr, higiene dental. Informações Complementares: O flúor solúvel (forma iônica) deverá ser de 1100 ppm a 1500ppm. O flúor total não poderá exceder 1500ppm. Impressão do número do lote e data de fabricação e validade em cada unidade. As embalagens primária e secundária deverão estar em conformidade com a legislação vigente do Ministério da Saúde.	SORRISO	2,50	199,98	1
5	80	UN	Espanja de lavar louça: esponja dupla face para limpeza, confeccionada em manta não tecido, de fibras sintéticas, unidas com resina a prova d'água, impregnada com mineral abrasivo e aderida à espuma de poliuretano com bactericida. Embalagem com 3 und	SCOTCH BRITE	3,00	240,10	1

6	80	LA	Extrato de Tomate simples concentrado deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e semente, o produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso, ingredientes: tomate, açúcar e sal, não contendo glúten, em embalagem de alumínio contendo de 140g, original do fabricante, sem aditivos ou conservantes, na embalagem devem constar as especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	ARISCO	2,12	169,59	1
7	160	UN	Farinha de milho amarela, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, com 1Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	LIBARDO-NI	1,75	279,62	2
8	80	UN	Farinha de Trigo especial, tipo 1, contendo glúten, produto obtido a partir de cereal limpo desgerminado, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, deve ter aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro e sabor próprios, com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,68%, com no mínimo 6% de glúten seco, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 56,7g de carboidrato, 14,5g de proteína e 2,8g de lipídio acondicionada em embalagem de papel de 5Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses, enriquecida com ferro e ácido fólico, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	SANANDU-VA	8,73	698,42	1
9	160	UN	Feijão preto, tipo 1, de primeira qualidade, constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e íntegros, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, de 1 kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínima de 6 meses e lote, produto isento de registro Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	URBANO	3,79	606,64	2
10	480	UN	Leite UHT Integral, ingredientes: leite integral, estabilizante tripolifosfato de sódio, difosfato de sódio e ortofosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 6g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	TIROL	1,89	908,11	6
11	80	UN	Macarrão feito a base de ovos, em formato parafuso e/ou espiral tendo como ingredientes farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas de qualidade apresentando características naturais ao produto, livre de contaminação e materiais estranhos. Rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	NINFA	2,50	199,98	1
12	160	UN	Óleo de Soja refinado tipo 1, acondicionado em embalagem pet de 900ml, original do fabricante, com prazo de validade e lote, especificações do produto e informações do fabricante, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	SOYA	2,88	460,75	2
13	80	PCT	Papel higiênico folha simples. Papel Higiênico tipo especial SEM PERFUME, papel absorvente de primeira qualidade, fibras 100% naturais, na cor extra branco, picotado, golfrado medindo 60m x 10 cm, embalagem com 04 unidades.	FOFINHO	4,14	331,28	1
14	160	UN	Sabão de alcool em barra 400 gramas	KRÉ KRÉ	3,18	509,38	2

15	80	UN	Sabão em pó biodegradável, com alvejante seguro, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejante, essência, carga e água. contém aquíl benzeno sulfonato de sódio, tripla ou multipliação, embalagem c/ 1kg.	BRILHANTE	6,80	544,02	1
16	160	UN	Sabonete sólido, peso 90 g, PH neutro, fragrância suave, formato retangular, com creme hidratante e glicerinado.	PALMO-LIVE	1,25	200,59	2
17	80	UN	Sal refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e no máximo 15mg por Kg de acordo com a Legislação Federal Específica, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	DIANA	1,22	97,26	1
Total						7.730,00	

LOTE 2 - Itens complementares para sexta básica dos servidores

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unt.	Total
18	143	UN	Açúcar refinado produzido com matéria-prima de qualidade, livre de contaminação e com características naturais ao produto acondicionado em embalagem de polietileno de 5 kg cada, com registro no Ministério da Agricultura e com data de fabricação recente.	ALTO ALEGRE	11,47	1.640,27
19	143	UN	Macarrão feito a base de ovos, em formato penne ou rigatone tendo como ingredientes farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas de qualidade apresentando características naturais ao produto, livre de contaminação e materiais estranhos. Rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	NINFA	2,60	372,43
20	143	UN	Extrato de Tomate simples concentrado deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e semente, o produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso, ingredientes: tomate, açúcar e sal, não contendo glúten, em embalagem de alumínio conteúdo de 340gr, original do fabricante, sem aditivos ou conservantes, na embalagem devem constar as especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	ELEFANTE	3,00	429,03
21	143	UN	Gelatina em pó, sabores morango, abacaxi, limão, laranja e uva, produzida á base de matéria-prima de qualidade, apresentando cor, aroma e características naturais do produto, livre de contaminação e/ou materiais estranhos, sem glúten. Acondicionadas em caixas com volume de 45g, contendo no rótulo, registro, informação nutricional, nome e endereço do fabricante, lote, data de fabricação e validade.	APTI	0,75	107,54
22	143	UN	Milho verde, de 1ª qualidade, produto preparado com milho previamente debulhado, envazado praticamente cru, reidratado ou pré-cozido, imerso ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: grão de milho verde in natura, água, açúcar e sal, não contendo glúten, acondicionadas embalagens tetra pak, com volume de 200 gr de peso drenado, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	QUERO	1,54	220,73
Total						2.770,00

Total da ATA: R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais).

Município de Peritiba, 04 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
PREFEITA MUNICIPAL
Município

ELOI FRANCISCO BERVIAN & CIA LTDA EPP
Contratada

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2015 E 36/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2015

5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 79/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 43/2014

1. DO OBJETO

1.1. Aditar à ata de registro de preços 01/2015 o reajuste de preços provocado pelo aumento dos combustíveis conforme comprovantes apresentados pela contratada (300.966 de 01/10/2015 e 307.807 de 16/11/2015), aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na lei 8.666/93.

A partir desta data, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Saldo Qtd.	Und	Especificação dos Produtos	Marca	% do aumento	R\$ Unt. Antes do Reajuste	Preço R\$	
							Unt. Após reajuste	Total após o reajuste
02	77.600	Lts	Óleo Diesel S-500	Ipiranga	2,5734	2,89	2,96	229.696,00
Total								229.696,00

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2015

6º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 79/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 43/2014

1. DO OBJETO

1.1. Aditar à ata de registro de preços 01/2015 o reajuste de preços provocado pelo aumento dos combustíveis conforme comprovantes apresentados pela contratada (300.966 de 01/10/2015 e 307.807 de 16/11/2015), aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na lei 8.666/93.

A partir desta data, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Saldo Qtd.	Und	Especificação dos Produtos	Marca	% do aumento	R\$ Unt. Antes do Reajuste	Preço R\$	
							Unt. Após reajuste	Total após o reajuste
02	77.600	Lts	Óleo Diesel S-500	Ipiranga	2,5734	2,89	2,96	229.696,00
Total								229.696,00

Município de Peritiba, 25 de Novembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal Contratante	PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP Contratada
---	---

EXTRATO DE CONTRATO 145/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 43/2014 Tomada de Preços nº 03/2014

Objeto: Constitui objeto do presente termo Aditivo contratual, o acréscimo de R\$ 10.684,79 (Dez mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos) e a supressão de R\$ 33.844,95 (Trinta e três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) no valor do contrato 120/2014 - execução de passeios públicos em vários endereços no perímetro urbano do Município de Peritiba, totalizando 1.238,55 m.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2015 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 120/2014

Contratado: OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA - ME

CNPJ: 10.857.396/0001-41

Data de Vigência: 27/11/2015 a 18/02/2016

Município de Peritiba – SC em 04 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 146/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 65/2015, Inexigibilidade de Licitação nº 16/2015.

Objeto: O Objeto deste contrato consiste na contratação da Banda Balanço Latyno para apresentação na ILUMINAT STADT - CIDADE ILUMINADA no dia 04 de dezembro de 2015 das 22:00h às 02:00h na abertura do Natal do Município.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2015

Contratado: MARIA APARECIDA IUNG

CNPJ: 21.706.503/0001-57

Valor: R\$ 4.900,00 (Quatro mil e novecentos reais)

Data de Vigência: 01/12/2015 a 31/12/2015

Município de Peritiba – SC em 04 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 147/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 15/2015, Tomada de Preços nº 03/2015.

Objeto: Aditar ao contrato original 61/2015 o valor de R\$ 13.117,41 (treze mil, cento e dezessete reais e quarenta e um centavos) em virtude de diferenças nos alinhamentos das ruas, tapa buracos e um prolongamento da Rua XV de Novembro para se dar acabamento no encontro com a Ruas Ernesto Poletto. Conforme e planilha de custos fornecidos pelo Engenheiro do município e fiscal do contrato.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2015 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 61/2015

Contratado: ENGHEVIA SERVICOS E OBRAS LTDA - EPP

CNPJ: 10.530.281/0001-48

Data de Vigência: 02/12/2015 a 10/02/2016

Município de Peritiba – SC em 04 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 148/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Licitatório nº 24/2015, Pregão Presencial nº 13/2015

Objeto: Constitui objeto do presente termo Aditivo contratual, a supressão de R\$ 4.950,00 (Quatro mil novecentos e cinquenta reais) do valor referente a locação de estrutura para as festividades natalinas de 2015.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2015 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 77/2015

Contratado: STANISCUASKI PRODUcoes LTDA. – ME.

CNPJ: 12.837.170/0001-04

Data de Vigência: 03/12/2015 a 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 04 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 149/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 66/2015, Inexigibilidade de Licitação nº 17/2015.

Objeto: O Objeto deste contrato consiste na contratação do Grupo Etnia para apresentação na ILUMINAT STADT - CIDADE ILUMINADA no dia 23 de dezembro de 2015 no encerramento do Natal do Município.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2015

Contratado: MAICO FABRICIO WELTER

CNPJ: 22.511.211/0001-21

Valor: R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

Data de Vigência: 04/12/2015 a 31/12/2015

Município de Peritiba – SC em 04 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 150/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de serviços para show pirotécnico Natalino juntamente com os equipamentos necessários, com duração de 04 a 05 minutos, a ser realizado no dia 23 de Dezembro de 2015, aproximadamente as 21h15min

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2015

Contratado: EXPLOSÃO FOGOS DE ARTIFÍCIOS E SHOWS PIROTÉCNICOS LTDA - ME

CNPJ: 11.890.428/0001-73

Valor: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Data de Vigência: 07/12/2015 a 31/12/2015

Município de Peritiba – SC em 07 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 359/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 359/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE COMPRA DE TROFEUS E MEDALHAS PARA CAMPEONATO REALIZADOS NO MUNICIPIO- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. DISPENSA DE LICITAÇÃO: 226/2015. EMPRESA CONTRATADA: : COMERCIAL DIRLEI LTDA VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, no valor de R\$ 1.202,00 (um mil duzentos e dois reais).

DATA DO CONTRATO: 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 360/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 360/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AO SERVIÇO DE SOLDA EM CONCHA/ESCAVADEIRA E ALINHAMENTO DA LAMINA- SECRETARIA DE AGRICULTURA. DISPENSA DE LICITAÇÃO: 227/2015. EMPRESA CONTRATADA: : MECAPLAN MECANICA TERRAPLANAGEM VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 427,20 (quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

DATA DO CONTRATO: 01 de dezembro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

PORTARIA Nº 361, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 361, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 051/2015 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 051/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a contratação de empresa para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso de sistema de gestão pública para a saúde, e adjudica o objeto licitado à empresa INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.234.834/0001-40, pelo preço global de R\$ 25.198,20 (vinte e cinco mil, cento e noventa e oito reais e vinte centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº005/2015

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, sob a organização da empresa Instituto Excelência Ltda - ME, resolve RETIFICAR o edital do PROCESSO SELETIVO – EDITAL 005/2015, publicado no dia 24 de Novembro de 2015, conforme segue

I) Onde se lê:

9. DA BASE DE SELEÇÃO E MÉDIA FINAL

9.1 O Processo Seletivo Simplificado compreenderá duas (2) fases distintas:

a) PROVA OBJETIVA, a qual terá peso 4,0 (quatro).

b) PROVA DE TÍTULOS: DIPLOMAS, TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO PROFESSOR e CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO (peso 6,0), sendo que diplomas = 3,0, tempo de serviço = 1,5 e cursos de aperfeiçoamento = 1,5.

9.2 PORTANTO, a média final será calculada pela soma total de pontos obtidos na prova de títulos e a nota obtida na prova objetiva (escrita), cuja a nota máxima somará 10 (dez) pontos (máximo de 4 pontos na prova escrita e 6 pontos na prova de títulos). (NOTA DA PROVA OBJETIVA * 60%) + (NOTA DA PROVA DE TÍTULOS * 40%)

9.3 A média final será expressa com 3 (três) casas decimais.

I) Leia-se:

9. DA BASE DE SELEÇÃO E MÉDIA FINAL

9.1 O Processo Seletivo Simplificado compreenderá duas (2) fases distintas:

a) PROVA OBJETIVA, a qual terá peso 4,0 (quatro).

b) PROVA DE TÍTULOS: DIPLOMAS, TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO PROFESSOR e CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO (peso 6,0), sendo que diplomas = 3,0, tempo de serviço = 1,5 e cursos de aperfeiçoamento = 1,5.

9.2 PORTANTO, a média final será calculada pela soma total de pontos obtidos na prova de títulos e a nota obtida na prova objetiva (escrita), cuja a nota máxima somará 10 (dez) pontos (máximo de 4 pontos na prova escrita e 6 pontos na prova de títulos). (NOTA DA PROVA OBJETIVA * 40%) + (NOTA DA PROVA DE TÍTULOS * 60%)

9.3 A média final será expressa com 3 (três) casas decimais.

II) Onde se lê:

ANEXO V – FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULOS

NOME:	
FUNÇÃO:	
INSCRIÇÃO:	RG:
TELEFONE:	CELULAR:

Relação de Documentos entregues (assinar com um 'X')

() Título de Doutor na área a que está concorrendo.	
Documento Autenticado () SIM () NÃO	Número de Folhas _____

() Título de Mestre na área a que está concorrendo.	
Documento Autenticado () SIM () NÃO	Número de Folhas _____

() Diploma ou Certificado de conclusão de curso de Pós-graduação lato sensu (mínimo 360 horas) na área que está concorrendo.	
Documento Autenticado: () SIM () NÃO	Número de Folhas _____

() Título experiência em Contabilidade Pública.	
Documento Autenticado () SIM () NÃO	Número de Folhas _____

ATENÇÃO: Somente serão recebidos documentos constantes da relação acima. A entrega destes documentos é para efeito de pontuação extra que será somada à nota da prova, os diplomas de graduação (que são requisitos básicos para os cargos) serão exigidos em outra ocasião.

Pinheiro Preto-SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

II) Leia-se

ANEXO V – FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULOS

NOME:	
FUNÇÃO:	
INSCRIÇÃO:	RG:
TELEFONE:	CELULAR:

Relação de Documentos entregues (assinar com um 'X')

() Título de Doutor na área a que está concorrendo.	
Documento Autenticado () SIM () NÃO	Número de Folhas _____

() Título de Mestre na área a que está concorrendo.	
Documento Autenticado () SIM () NÃO	Número de Folhas _____

() Diploma ou Certificado de conclusão de curso de Pós-graduação lato sensu (mínimo 360 horas) na área que está concorrendo.	
Documento Autenticado: () SIM () NÃO	Número de Folhas _____

() Título experiência em Magistério.	
Documento Autenticado () SIM () NÃO	Número de Folhas _____

ATENÇÃO: Somente serão recebidos documentos constantes da relação acima. A entrega destes documentos é para efeito de pontuação extra que será somada à nota da prova, os diplomas de graduação (que são requisitos básicos para os cargos) serão exigidos em outra ocasião.

Pinheiro Preto-SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

Pinheiro Preto-SC, 30 de Novembro de 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

GENI MARLI BIRCK DE OLIVEIRA
Secretária da Educação

TERMO ADITIVO 061/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 061/2015

CONTRATO N.º: 02/2015

OBJETO: Contrato de fornecimento de combustível.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL. nº 49/2014

EMPRESA CONTRATADA: POSTO VÊNETO LTDA

VALOR ADITADO: 2.1 Após comprovado aumento no preço do combustível tipo Gasolina comercializado pelas refinarias em todo país, amplamente divulgado por diversos meios de comunicação, fica o contrato de fornecimento nº 02/2015, aditado, para fins de majorar o preço da gasolina em 2,59%.

2.2 Diante do disposto no item 2.1 desta cláusula, o valor de compra da gasolina passa a ser de R\$ 3.775 (três reais e setenta e sete centavos) por litro.

DATA DO CONTRATO: 25 de novembro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

TERMO ADITIVO N.º 062/2015

TERMO ADITIVO N.º 062/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE DELEGAÇÃO ORÇAMENTARIA

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CONTRATADO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
CONTRATO:	92/2015
OBJETO:	Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de de Licitacoes Compartilhadas – PROLICITA, especificamente para despesas com a Manutenção da Iluminação Pública – MIP.
VIGÊNCIA:	13/03/2015 A 31/12/2015

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam de comum acordo a alteração da cláusula Nona alterando a vigência para até 31/12/2016.

Art. 2º - Fica acrescido na Cláusula Terceira o valor de R\$ 23.900,00 (Vinte e três mil e Novecentos reais).

Art. 3º - Altera a redação do item 4.2 da clausula quarta, que passa a vigorar com o seguinte texto:

“4.2 A parcela mensal estimada da despesa delegada deverá ser transferida com antecedência mínima de 30 dias”

Tabela 01

EXERCÍCIO	PARCELA	VALOR DA PARCELA		TOTAL
		MATERIAL (3.3.72.30)	SERVIÇO (3.3.72.39)	
2015	1	985,61	1.021,63	2.007,24
2015	2	625,00	625,00	1.250,00
2015	3	625,00	625,00	1.250,00
2015	4	625,00	625,00	1.250,00
2015	5	625,00	625,00	1.250,00
2015	6	625,00	1.250,00	1.875,00
2015	7	1.000,86	937,91	1.938,77
2015	8	625,00	625,00	1.250,00
2015	9	362,84	515,20	878,04
2015	10	625,00	625,00	1.250,00
2015	11(*)	775,69	25,26	800,95
Total				15.000,00

As parcelas de 1 a 10 já foram pagas

* Vencimento em 20/11/2015

Tabela 02

EXERCÍCIO	PARCELA	VALOR DA PARCELA		TOTAL
		MATERIAL (3.3.72.30)	SERVIÇO (3.3.72.39)	
2015	1(*)	1.000,00	2.500,00	3.500,00
2016	1	800,00	900,00	1.700,00
2016	2	800,00	900,00	1.700,00
2016	3	800,00	900,00	1.700,00
2016	4	800,00	900,00	1.700,00
2016	5	800,00	900,00	1.700,00
2016	6	800,00	900,00	1.700,00
2016	7	800,00	900,00	1.700,00
2016	8	800,00	900,00	1.700,00
2016	9	800,00	900,00	1.700,00
2016	10	800,00	900,00	1.700,00
2016	11	800,00	900,00	1.700,00
2016	12	800,00	900,00	1.700,00
Total				23.900,00

* Parcela com vencimento para 11/12/2015

Art. 4º - Altera a classificação orçamentária prevista na clausula oitava para o exercício de 2015.

Classificação	Denominação/Valor
2006	Secretaria de Transportes e Obras

15	Urbanismo		
451	Infra-Estrutura Urbana		
16	Serviços de Utilidade Pública		
2.38	Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública		
3.3.72.30	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos/Material de consumo	R\$	8.500,00
3.3.72.39	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos/Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	10.000,00
TOTAL		R\$	18.500,00

Art. 5º - Inclui a classificação orçamentária na clausula oitava para o exercício de 2016.

Classificação	Denominação/Valor		
2006	Secretaria de Transportes e Obras		
15	Urbanismo		
451	Infra-Estrutura Urbana		
16	Serviços de Utilidade Pública		
2.38	Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública		
3.3.72.30	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos/Material de consumo	R\$	9.600,000
3.3.72.39	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos/Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	10.800,00
TOTAL		R\$	20.400,00

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Pinheiro Preto (SC), de 01 dezembro de 2015.

Município de Pinheiro Preto -SC EUZEBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA ALCIR JOSÉ BODANESE Presidente do CIMCATARINA
--	--

Testemunhas:

1ª –
2ª –

Assessoria Jurídica:

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO NO. 3.030, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO NO. 3.030, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

ESTABELECE O CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO DE 2016.

O Prefeito de Pomerode, Sr. Rolf Nicolodelli, usando as atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica estabelecido o Calendário Escolar para o ano de 2016, nas Unidades de Ensino da Rede Municipal, na forma que segue:

1º semestre: 07 de janeiro a 29 de julho (CEIs) e 03 de fevereiro a 15 de julho (escolas e UEJA).

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 107 (escolas e UEJA)

Dias Letivos: 113 (DETE + 3 dias de planejamento, 2 dias de conselho de classe e assembléia geral APP)

Dias de atendimento: 144 (CEIs)

JANEIRO

07 Início do atendimento (com plantão) dos CEIs e escala de trabalho dos funcionários conforme pesquisa de demanda

12 Retorno às atividades: SED

25 Retorno às atividades: administrativo das escolas/demais servidores.

29 Reunião de planejamento com diretores e professores regentes

Dias de atendimento: 17 (CEIs)

FEVEREIRO

03 7:30h - Retorno às atividades: professores

13h - Abertura de ano letivo: Teatro Municipal

08 Emenda de feriado de CARNAVAL (plantão nos CEIs), com pagamento de horas extras

09 Feriado de Carnaval (plantão nos CEIs), com pagamento de horas extras

10 Início das Aulas (escolas e UEJA)

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 14 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 21 (CEIs)

MARÇO

12 Assembleia Geral das APPs e Conselhos Escolares

25 Feriado de Sexta-feira Santa

28 Feriado Municipal de Páscoa

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 21 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 21 (CEIs)

ABRIL

21 Feriado de Tiradentes

22 Conselho de Classe

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 19 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 20 (CEIs)

MAIO

26 Feriado de Corpus Christie

27 Emenda de Feriado (plantão nos CEIs), com pagamento de horas extras

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 20 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 21 (CEIs)

JUNHO

18 Festa Escolar

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 23 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 23 (CEIs)

JULHO

15 Conselho de Classe

16 a 31 Recesso Escolar

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 10 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 21 (CEIs)

2º semestre: 01 de agosto a 19 de dezembro (escolas e UEJA) e 01 de agosto a 20 de dezembro (CEIs)

Dias de efetivo trabalho escola (DETE): 93 (escolas e UEJA)

Dias letivos: 96 (DETE + 3 Conselhos de Classe, dia 16 de dezembro)

Dias de atendimento: 97 (CEIs)

AGOSTO

01 Reinício das Aulas

24 Dia da Família (escolas e UEJA)

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 24 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 23 (CEIs)

SETEMBRO

07 Desfile Cívico

30 Conselho de Classe

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 21 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 22 (CEIs)

OUTUBRO

12 Feriado Dia de N. Sra. Aparecida

31 Feriado Municipal – Dia da Reforma

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 19 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 19 (CEIs)

NOVEMBRO

01 Emenda de Feriado

02 Feriado de Finados

15 Feriado Proclamação da República

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 19 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 19 (CEIs)

DEZEMBRO

06 Conselho de Classe

07 a 14 Recuperações Anuais

15 Conselho de Classe Final

19 Entrega de Resultados. Último dia para alunos e professores

20 Último dia administrativo das escolas

Dias de efetivo trabalho escolar (DETE): 10 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 14 (CEIs)

TOTAL GERAL

Dias de efetivo trabalho escolar: 200 (escolas e UEJA)

Dias letivos: 210 (escolas e UEJA)

Dias de atendimento: 241 (CEIs), ou menos, conforme pesquisa de demanda por localidade.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode(SC), 03 de dezembro de 2.015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.028, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 3.028, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

SUSPENDE O CURSO DOS PRAZOS DAS SINDICÂNCIAS E DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NÃO FINALIZADOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Decreto nº. 2.995, de 14 de outubro de 2015, que estabelece o período de férias coletivas nas repartições públicas municipais;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso o curso dos prazos de todas as Sindicâncias e de todos os Processos Administrativos Disciplinares não finalizados, pelo período de 16 de dezembro de 2015 a 06 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode(SC), 1º de dezembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 055 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 055 / 2015

Processo Administrativo n.º 105 / 2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO UTILITÁRIO ESPORTIVO, NOVO (0 KM), ANO DE FABRICAÇÃO 2015, ANO MODELO 2016, 04 PORTAS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS, PARA UTILIZAÇÃO PELO 1º PELOTÃO DE POMERODE DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 18/12/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 18/12/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 04 de Dezembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 28/2015**

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 20/2015 TIPO ELETRONICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 23/2015

Objeto: Registro de preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA O SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DO SAMAE.

MARGEM - COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA. ME

CNPJ/MF sob n.º 04.151.335/0001-61

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
49	JOELHO SOLDABEL 20 MM	UNIDADE	100	R\$0,20	R\$20,00
43	UNIÃO DE COMPRESSÃO P/ TUBO PEAD 20MM (C/ MACANISMO DE TRAVA EM UNICA PEÇA)	PEÇA	700	R\$1,90	R\$1.330,00
48	REDUÇÃO PVC/PBA 110X60	UNIDADE	10	R\$15,50	R\$155,00
15	LUVA SOLDABEL 20 MM	UNIDADE	100	R\$0,22	R\$22,00
16	LUVA ROSCAVEL 3/4 COM ANEL DE REFORÇO METÁLICO	UNIDADE	100	R\$4,20	R\$420,00
20	LUVA DE CORRER VINILFER 100mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	PEÇA	20	R\$20,00	R\$400,00
25	JOELHO 90º POLIETILENO R/R 3/4 X 1/2.	UNIDADE	800	R\$3,60	R\$2.880,00

26	COLAR DE TOMADA DE POLIETILENO C/ TRAVAS C/ SAÍDA ROSCÁVEL C/ INSERTO METÁLICO (60 X 3/4) Conforme NBR 11821	UNIDADE	500	R\$8,00	R\$4.000,00
27	CAP SOLDAVEL 60MM	UNIDADE	50	R\$2,90	R\$145,00
29	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25X20MM	UNIDADE	20	R\$0,21	R\$4,20
30	BUCHA DE REDUCAO ROSCAVEL 3/4 X 1/2	UNIDADE	100	R\$0,30	R\$30,00
32	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA 32 X 1	UNIDADE	10	R\$0,75	R\$7,50
33	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/ BOLSA E ROSCA 20X1/2	UNIDADE	100	R\$0,25	R\$25,00
37	ADAPTADOR 20 X 1/2 PEAD	UNIDADE	1.000	R\$1,10	R\$1.100,00
41	ADESIVO PLASTICO PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC - FRASCO 175 G COM PINCEL APLICADOR	UNIDADE	20	R\$8,00	R\$160,00
39	TUBO PVC 25MM BARRA 6M CLASSE 12 SOLDAVEL	BARRA	50	R\$9,90	R\$495,00
45	JUNTA GIBault FOFO DN 125	UNIDADE	6	R\$126,50	R\$759,00
46	JUNTA GIBault 100 x 110	UNIDADE	6	R\$95,00	R\$570,00
23	LUVA ROSCAVEL 1/2	UNIDADE	300	R\$0,48	R\$144,00
R\$12.666,70					

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 028/2015

Validade: A partir de 26/11/2015 validade (12 MESES).

MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 29/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 20/2015 TIPO ELETRONICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 23/2015

Objeto: Registro de preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA O SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DO SAMAE.

HIDRO VALVULAS - LEA LOUREIRO EPP

CNPJ/MF sob n.º 04.338.351/0001-68

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 2"	UNIDADE	10	R\$110,00	R\$1.100,00
44	REGISTRO FoFo COM CABEÇOTE, COM CUNHA EMBORRACHADA, COM GACHETA, 85 mm	UNIDADE	5	R\$345,00	R\$1.725,00
42	COLAR DE TOMADA FoFo 200 X ¾"	UNIDADE	5	R\$28,00	R\$140,00
11	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL "VS" 25mm (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	10	R\$7,85	R\$78,50
12	REGISTRO DE ESFERA ROSCÁVEL ¾" "VS" (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	UNIDADE	20	R\$7,00	R\$140,00
13	REGISTRO DE ESFERA COM BORBOLETA ½" PVC (NBR - 11306)	PEÇA	800	R\$3,00	R\$2.400,00
17	LUVA ROSCAVEL 1/2 COM ANEL REFORÇO METALICO	PEÇA	300	R\$6,00	R\$1.800,00
21	LUVA DE CORRER PARA TUBO PVC/PBA DE-85mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (longa - 19 cm de comprimento) - CLASSE 15	UNIDADE	20	R\$20,57	R\$411,40
22	LUVA DE CORRER P/ TUBO PVC/PBA DE 40MM COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - CLASSE 15	UNIDADE	50	R\$4,50	R\$225,00
24	JOELHO 90º POLIETILENO R/R 3/4 X 3/4	UNIDADE	400	R\$3,45	R\$1.380,00
28	CAP. SOLDAVEL 40 MM	UNIDADE	20	R\$1,10	R\$22,00
31	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA 60 X 2	UNIDADE	20	R\$2,40	R\$48,00
34	ADAPTADOR PVC PBA BOLSA/ROSCA LONGO 110 X 4	UNIDADE	10	R\$20,00	R\$200,00
35	ADAPTADOR PVC PBA BOLSA/ROSCA LONGO 85 X 3	UNIDADE	10	R\$12,00	R\$120,00
36	ADAPTADOR COM REGISTRO BORBOLETA 20 X 3/4 (PVC AZUL) p/ LIGAÇÃO DE RAMAL PREDIAL.	PEÇA	10	R\$5,10	R\$51,00
38	TUBO PVC/PBA DE-50 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	10	R\$53,30	R\$533,00
51	JOELHO 90º ROSCÁVEL 1/2	UNIDADE	100	R\$0,45	R\$45,00
52	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL "VS" 60mm (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	20	R\$39,20	R\$784,00

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 029/2015

Validade: A partir de 26/11/2015 validade (12 MESES).

MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 30/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 20/2015 TIPO ELETRONICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 23/2015

Objeto: Registro de preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA O SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DO SAMAE.

DANNA COMERCIAL EIRELLI ME

CNPJ/MF sob n.º 13.550.358/0001-30

Item	Produto	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	UNIÃO GALVANIZADA COM ACENTO CÔNICO 2"	UNIDADE	R\$44,00	R\$440,00
4	LUVA GALVANIZADA 4"	UNIDADE	R\$45,00	R\$90,00
9	NIPEL GALVANIZADO 1	UNIDADE	R\$3,95	R\$19,75
3	LUVA GALVANIZADA 2	UNIDADE	R\$10,00	R\$100,00
5	LUVA GALVANIZADA 1/2	UNIDADE	R\$1,85	R\$185,00
18	LUVA L/R 25X3/4 (PVC AZUL) C/ INSERTO METALICO (NBR 5648)	UNIDADE	R\$1,98	R\$396,00
19	LUVA L/R 20 X 1/2" (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (NBR 5648)	UNIDADE	R\$1,61	R\$805,00
6	JUNCAO GALVANIZADA 4	UNIDADE	R\$210,00	R\$2.100,00
10	NIPEL GALVANIZADO 4	UNIDADE	R\$41,50	R\$415,00
2	JOELHO 45º GALVANIZADO 4"	UNIDADE	R\$77,00	R\$770,00
7	JUNÇÃO GALVANIZADA 3"	UNIDADE	R\$145,00	R\$725,00
8	JUNCAO GALVANIZADA 2	UNIDADE	R\$43,00	R\$215,00

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 030/2015

Validade: A partir de 01/12/2015 validade (12 MESES).

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 31/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 20/2015 TIPO ELETRONICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 23/2015

Objeto: Registro de preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA O SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DO SAMAE.

CCK COMERCIAL EIRELI EPP

CNPJ/MF sob n.º 22.065.938/0001-22

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
50	JOELHO 90º R/R 1/2 X 1/2 (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT - NBR - 5648)	UNIDADE	100	R\$3,40	R\$340,00
47	TÊ PVC L/R COM INSERTO METÁLICO 25 X 1/2 X 25 (ABNT - NBR-5648)	UNIDADE	100	R\$2,40	R\$240,00
40	TUBO PVC/PBA DE-140 BARRA DE 6m - CLASSE 12 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	15	R\$266,00	R\$3.990,00

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 031/2015

Validade: A partir de 01/12/2015 validade (12 MESES).

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 20/2015

MUNICIPIO DE POMERODE

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO (SAMAE)

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 023/2015 - SAMAE

Pregão Presencial nº 020/2015 – SAMAE

O Presidente do SAMAE, MARCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 023/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preços

- Proponente(s) Vencedora(s):

MARGEM - COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA. ME

CNPJ/MF sob nº 04.151.335/0001-61

Valor total: R\$ 12.666,70

HIDRO VALVULAS

CNPJ/MF sob nº 04.338.351/0001-68

Valor total: R\$ 11.202,90

DANNA COMERCIAL EIRELI - ME

CNPJ/MF sob nº 13.550.358/0001-30

Valor total: R\$ 6.260,75

CCK COMERCIAL EIRELI EPP

CNPJ/MF sob nº 22.065.938/0001-22

Valor total: R\$ 4.570,90

POMERODE (SC) 24 de Novembro de 2015

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE.

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 0152/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2015 - FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (CREDENCIAMENTO) Nº 003/2015 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTE SERRADA/SC

CNPJ: 78.502.960/0001-47

OBJETO: Contratação de prestadores de serviços para atendimento clínico e de reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor para atendimento com Fisioterapeuta, Psiquiatra, Psicóloga, Neurologista, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Ponte Serrada, portadores de deficiência ou atraso neuropsicomotor, de acordo com a Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, de acordo com a Cláusula Segunda do presente.

VALOR: R\$ 14.100,24 (Quatorze mil e cem reais e vinte e quatro centavos).

VIGÊNCIA: DE 01 DE JANEIRO DE 2016 À 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Porto Belo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2.857, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2.857, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor ativo PEDRO TOMAZ VIEIRA, em caráter integral, nos termos do inciso II do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e no artigo 24 da Lei Municipal nº 1.554/2007, aos dependentes presumidos MARIA TEREZINHA DOS SANTOS (Esposa), MARIANA TEREZINHA VIEIRA (Filha), TOMAZ PEDRO VIEIRA (Filho) e JACIARA MARIA VIEIRA (filha), com efeitos a partir de 04/09/2015, e dá outras providências.

Porto Belo 04 de Novembro de 2015

Evaldo José Guerreiro Filho

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 001/2015 - IMPRESS

Extrato de Contrato 001/2015 - IMPRESS

Partes: IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União e AMX CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria financeira.

Remuneração: R\$ 7.986,00 (sete mil novecentos e oitenta e seis reais)

Vigência: 12 meses (doze meses), podendo ser prorrogado em conformidade ao art. 57, da Lei 8.666/93.

Base legal: artigo 25, II, da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 04 de dezembro de 2015.

MARGARETH FLISSAK

Presidente IMPRESS

AMX CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 070/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 070/2015 – EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para manutenção da alimentação escolar.

Valor Total: R\$ 39.736,80 (trinta e nove mil setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Vigência: Até 29/02/2016.

Base legal: Pregão Presencial 013/2015 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 27 de novembro de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda – ME.

Contratada

LEI Nº 4.372/2015

LEI Nº 4.372, de 02 de dezembro de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder à Empresa FORMATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPENSADOS LTDA., o Direito Real de Uso da área de terras que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o Direito Real de Uso à Empresa FORMATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPENSADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.909.543/0001-14, de uma área de terras situada no Distrito Industrial de Porto União, com as seguintes metragens e confrontações: 82,79 metros de frente para a Rua Wenzel Rulf; 129,83 metros ao lado direito confrontando com a Rua Paulista; 129,57 metros ao lado esquerdo confrontando com terras de IBRACON

– Ind. Brasileira de Compensados Ltda. e OREGON – Ind. & Com. de Madeiras Ltda.; e 89,37 metros aos fundos confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Porto União (Ind. Manoel Micalichen), perfazendo o total de 10.813,45 m2 (dez mil, oitocentos e treze metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), constante da matrícula no Ofício do Registro de Imóveis sob o nº 15.731, pelo prazo de 10 (dez) anos, ocasião em que poderá ser prorrogado automaticamente por igual período, desde que a concessionária esteja em regular operação e cumprindo a presente Lei.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo destina-se à ampliação de empresa com o ramo de fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada.

Art. 2º A concessionária deverá cumprir, sob pena de reversão, os encargos a seguir relacionados, nos seguintes prazos:

I- 30 (trinta) dias para transcrever a escritura pública de concessão de Direito Real de Uso junto ao Registro de Imóveis;

II- 60 (sessenta) dias para iniciar a construção de sua sede industrial na área cedida;

III- 24 (vinte e quatro) meses para concluir a obra referida no inciso anterior;

IV- 06 (seis) meses para iniciar suas atividades.

Parágrafo único. Caso haja necessidade de aterro da área concedida, bem como, licença ambiental ou outros ônus decorrentes da presente concessão, as obrigações serão da empresa concessionária, não havendo qualquer ônus ao Município de Porto União.

Art. 3º A concessionária não poderá, sob pena de reversão:

I- desviar a finalidade ou transferir a terceiros os direitos referentes à presente concessão de Direito Real de Uso;

II- hipotecar, penhorar, alugar, vender, permutar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso do imóvel.

III- em hipótese alguma construir estrutura que sirva de moradia, pois a construção de residências na área industrial é incompatível com o artigo 57 do Plano Diretor Municipal.

Art. 4º Os prazos referidos no artigo 2º contar-se-ão da data da publicação da presente Lei.

Art. 5º A retomada por descumprimento desta Lei se fará independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art. 6º As despesas com a plena execução da presente Lei correrão por conta da concessionária.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração e Esporte fará os lançamentos necessários ao controle do patrimônio municipal.

Art. 8º Em caso de reversão da presente concessão, as benfeitorias efetuadas incorporar-se-ão ao mesmo em favor do Concedente, sem direito de indenização ao Concessionário.

Art. 9º Em caso de descumprimento das obrigações que condicionam a validade da presente Lei, dispostas nos art. 2º e art. 3º, a reversão ocorrerá independente de nova lei de retrocessão ou de revogação, bastando Decreto Municipal para retomada do imóvel, sem indenizações por benfeitorias, conforme previsto no art. 5º desta Lei e no que prevê a técnica do Direito Administrativo.

Parágrafo único. Este artigo deverá ser mencionado integralmente no corpo da Matrícula no momento da averbação da concessão real de uso, demonstrando expressamente a possibilidade de Decreto de reversão em caso do descumprimento das obrigações ou desvio de finalidade.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.373/2015

LEI Nº 4.373, de 02 de dezembro de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder à Empresa METAL TIBRE, o Direito Real de Uso da área de terras que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o Direito Real de Uso à Empresa METAL TIBRE, inscrita no CNPJ sob o nº 19.592.428/0001-07, de uma área de terras urbanas situada no Distrito Industrial, neste Município, com as seguintes metragens e confrontações: FRENTE: 50,00 metros confrontando com a Rua Wenzel Rulf; LADO DIREITO: 96,42 metros confrontando com terras de Esquadrias de Madeiras Madense; LADO ESQUERDO: 88,97 metros confrontando com terras do Município de Porto União; FUNDOS: 96,00 metros confrontando com terras da faixa de domínio da antiga Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, perfazendo o total de 6.447,80 m2 (seis mil, quatrocentos e quarenta e sete metros e oitenta décimos quadrados), constante da matrícula no Ofício do Registro de Imóveis sob o nº 11.628, pelo prazo de 10 (dez) anos, ocasião em que poderá ser prorrogado automaticamente por igual período, desde que a concessionária esteja em regular operação e cumprindo a presente Lei.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo destina-se à instalação de Empresa dedicada às atividades de fabricação e montagem de esquadrias de metal.

Art. 2º A concessionária deverá cumprir, sob pena de reversão, os encargos a seguir relacionados, nos seguintes prazos:

- I- 30 (trinta) dias para transcrever a escritura pública de concessão de Direito Real de Uso junto ao Registro de Imóveis;
- II- 60 (sessenta) dias para iniciar a construção de sua sede industrial na área cedida;
- III- 24 (vinte e quatro) meses para concluir a obra referida no inciso anterior;
- IV- 06 (seis) meses para iniciar suas atividades.

Parágrafo único. Caso haja necessidade de aterro da área concedida, bem como, licença ambiental ou outros ônus decorrentes da presente concessão, as obrigações serão da empresa concessionária, não havendo qualquer ônus ao Município de Porto União.

Art. 3º A concessionária não poderá, sob pena de reversão:

- I- desviar a finalidade ou transferir a terceiros os direitos referentes à presente concessão de Direito Real de Uso;
- II- hipotecar, penhorar, alugar, vender, permutar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso do imóvel.

III- em hipótese alguma construir estrutura que sirva de moradia, pois a construção de residências na área industrial é incompatível com o artigo 57 do Plano Diretor Municipal.

Art. 4º Os prazos referidos no artigo 2º contar-se-ão da data da publicação da presente Lei.

Art. 5º A retomada por descumprimento desta Lei se fará independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art. 6º As despesas com a plena execução da presente Lei correrão por conta da concessionária.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração e Esporte fará os lançamentos necessários ao controle do patrimônio municipal.

Art. 8º Em caso de reversão da presente concessão, as benfeitorias efetuadas incorporar-se-ão ao mesmo em favor do Concedente, sem direito de indenização ao Concessionário.

Art. 9º Em caso de descumprimento das obrigações que condicionam a validade da presente Lei, dispostas nos art. 2º e art. 3º, a reversão ocorrerá independente de nova lei de retrocessão ou de revogação, bastando Decreto Municipal para retomada do imóvel, sem indenizações por benfeitorias, conforme previsto no art. 5º desta Lei e no que prevê a técnica do Direito Administrativo.

Parágrafo único. Este artigo deverá ser mencionado integralmente no corpo da Matrícula no momento da averbação da concessão real de uso, demonstrando expressamente a possibilidade de Decreto de reversão em caso do descumprimento das obrigações ou desvio de finalidade.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.374/2015

LEI Nº 4.374, de 02 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre a Taxa de Coleta de Lixo, em consonância ao artigo 171, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/99, Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A arrecadação da taxa de serviço de coleta de lixo poderá ser efetuada na conta de água/esgoto da SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), mediante Termo Aditivo ao Contrato de Concessão – COC e/ou Contrato de Programa – CP ou Convênio, celebrado entre a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e o Município.

§ 1º Quando a Taxa de Coleta de Lixo for arrecadada pela SANEPAR, será mantida a mesma data de vencimento da conta de água/esgoto da SANEPAR.

§ 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo Aditivo ao Contrato de Concessão – COC e/ou Contrato de Programa – CP ou Convênio com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, permitindo a arrecadação da Taxa de Coleta de Lixo devida pelos contribuintes residentes no Município, na mesma conta/fatura de água e/ou esgoto da SANEPAR.

Art. 2º A taxa de Coleta de Lixo será lançada com base nos valores constantes da Tabela de Cobrança, conforme Anexo Único desta Lei, em função da classe do gerador de lixo, da categoria e do número de economias de uso do imóvel.

Art. 3º O critério para determinar o enquadramento da classe do gerador de lixo a ser aplicado é a média válida referente a 12 (doze) meses de consumo de economias nela contida do ano anterior ao do lançamento.

Art. 4º No decorrer do exercício fiscal às novas ligações de água e/ou esgoto, o contribuinte será enquadrado na classe do gerador de lixo pertencente a primeira faixa da Tabela de Cobrança, constante do Anexo Único, conforme a categoria cadastral.

Art. 5º No caso de religação de água/esgoto, o contribuinte será enquadrado na classe histórica da matrícula da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR do exercício fiscal. Na ausência de histórico, o contribuinte será enquadrado na classe do gerador de lixo da primeira faixa da Tabela de Cobrança, constante do Anexo Único, conforme a categoria cadastral.

Art. 6º Na situação em que o contribuinte não possuir ligação de água, porém possuir ligação de esgoto sanitário, será enquadrado na classe do gerador de lixo, considerando a média dos 12 (doze) meses consecutivos de consumo de água estimada e calculada nos termos do Art.3º.

Art. 7º A arrecadação feita junto à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR será somente dos contribuintes que estiverem com os imóveis devidamente cadastrados na SANEPAR e que sejam servidos pelas ligações ativas de água e/ou esgoto da SANEPAR.

Art. 8º Será enquadrado na classe do coeficiente específico da Tabela de Cobrança, Anexo Único, a Taxa Social de Coleta Lixo, para o contribuinte inscrito na Tarifa Social da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; sendo que a Taxa Social de Coleta de Lixo corresponderá a no máximo 40% (quarenta por cento) da menor das taxas previstas no Anexo Único.

§ 1º Durante o exercício fiscal, o contribuinte poderá ter o benefício a qualquer momento, como também poderá perdê-lo, conforme determinado pela SANEPAR.

§ 2º Quando da perda do benefício da Taxa Social de Lixo, o mesmo será enquadrado na classe do gerador de lixo da primeira faixa da Tabela de Cobrança do Anexo Único, conforme a categoria cadastral.

Art. 9º Quando houver mudança de categoria cadastral ou aumentar/diminuir o número de economias do seu imóvel no cadastro da SANEPAR, o mesmo será reclassificado no mesmo exercício fiscal, conforme a Tabela de Cobrança, Anexo Único.

Art. 10. O valor a ser cobrado tem como referência a categoria do imóvel (residencial, comercial/industrial/utilidade pública ou mistas), o consumo de água/esgoto e o número de economias cadastradas/contidas na matrícula da SANEPAR, conforme Tabela de Cobrança constante do Anexo Único.

Art. 11. Na situação em que não houver ligação de água e/ou ligação de esgoto sanitário, o contribuinte será enquadrado pela Prefeitura na mesma classe do gerador de lixo da primeira faixa da Tabela de Cobrança, constante do Anexo Único.

Art. 12. O pagamento da Taxa de Coleta de Lixo poderá ser efetuado das seguintes formas:

- I- Em parcela única ou parceladamente, que serão cobrados do gerador de lixo juntamente com a cobrança do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana) do exercício;
- II- Exclusivamente em parcela única, através de documento próprio a ser emitido pela Prefeitura, a qual terá seu vencimento com o primeiro ou vencimento em parcela única do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana) do exercício;
- III- Através de lançamento automático na conta de água/esgoto da SANEPAR em até 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas.

Art. 13. Em caso de inadimplimento da Taxa de Coleta de Lixo arrecadado pela SANEPAR ou pelo Município, será aplicado multa, juros e atualização monetária, de acordo com a legislação vigente, devidos em razão de atraso.

Art. 14. O contribuinte que não desejar pagar a taxa de lixo mensalmente através da cobrança realizada pela SANEPAR deverá protocolizar requerimento junto à Prefeitura Municipal até o último dia útil do mês de janeiro de cada exercício, solicitando sua exclusão, caso em que poderá proceder a quitação da taxa anual na forma prevista nos itens "I" ou "II" do Artigo 12 desta Lei.

§ 1º A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Finanças, deverá comunicar à SANEPAR a exclusão do contribuinte da cobrança da Taxa de Coleta de Lixo junto com a conta de água/esgoto.

§ 2º O critério de cobrança será o mesmo estipulado no artigo 3º da presente Lei.

§ 3º A qualquer momento o contribuinte poderá requerer a reversão da cobrança para o sistema de pagamento via SANEPAR.

Art. 15. O enquadramento na classe de gerador de lixo será realizado com a designação do mesmo com a letra correspondente a faixa de consumo médio anual de água, sem ser cumulativa com as demais letras e faixas.

Art. 16. Casos específicos e pontuais, como os contribuintes de alto consumo de água, sem geração proporcional de lixo, deverão ser analisados pela Secretaria Municipal de Finanças, que poderá aplicar taxas adequadas e proporcionais, independentemente das tabelas estipuladas.

Art. 17. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 4.374, de 02 de dezembro de 2015.

TABELA TAXA DE COLETA DE LIXO

Classe do Gerador de Lixo:	Código da Classe	Histórico de consumo de água mensal:	Número de economias cadastradas:	Valor da taxa (R\$):
Taxa Social de coleta de lixo – categoria 013	AA	-	181	6,70
RESIDENCIAL	AB	Até 10m³	5.090	15,90
RESIDENCIAL	AC	De 10,01m³ até 15m³	2.322	21,46
RESIDENCIAL	AD	De 15,01m³ até 20m³	912	25,76
RESIDENCIAL	AE	De 20,01m³ até 30m³	431	28,62
RESIDENCIAL	AF	De 30,01m³ até 50m³	99	35,77
RESIDENCIAL	AG	Acima de 50,01m³	8	42,93
COM-IND-UTP *	AH	Até 10m³	320	21,46
COM-IND-UTP *	AI	De 10,01m³ até 15m³	43	25,76
COM-IND-UTP *	AJ	De 15,01m³ até 20m³	30	28,62
COM-IND-UTP *	AK	De 20,01m³ até 30m³	30	35,77
COM-IND-UTP *	AL	De 30,01m³ até 50m³	29	42,93
COM-IND-UTP *	AM	Acima de 50,01m³	36	67,50
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AN	Até 10m³	223	19,32
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AO	De 10,01m³ até 15m³	70	23,62
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AP	De 15,01m³ até 20m³	26	27,19
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AQ	Acima de 20,01m³	22	32,20
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AR	Até 10m³	15	20,03
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AS	De 10,01m³ até 15m³	3	22,95
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AT	De 15,01m³ até 20m³	3	27,67
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AU	Acima de 20,01m³	-	33,39
1 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	AV	Até 10m³	-	20,39
1 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	AW	De 10,01m³ até 15m³	-	24,69
1 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	AX	Acima de 20,01m³	-	27,91
2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AY	Até 10m³	45	18,60
2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AZ	De 10,01m³ até 15m³	15	22,90
2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BA	De 15,01m³ até 20m³	-	26,71
2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BB	Acima de 20,01m³	-	31,00
3 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BC	Até 10m³	40	18,24

3 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BD	De 10,01m³ até 15m³	4	22,54
3 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BE	Acima de 15,01m³	-	26,48
1 RES** + 4 (COM-IND-UTP*)	BF	Até 10m³	-	20,61
1 RES** + 5 (COM-IND-UTP*)	BG	Até 10m³	-	17,17
2 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	BH	Até 10m³	-	19,75
2 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	BI	De 15,01m³ até 20m³	-	27,48
3 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	BJ	Até 10m³	10	18,89
3 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	BK	De 10,01m³ até 15m³	-	23,18
4 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BL	Até 10m³	10	18,03
4 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BM	De 10,01m³ até 15m³	5	22,32
5 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BN	Até 10m³	13	17,89
5 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BO	De 10,01m³ até 15m³	6	22,19

*COMÉRCIO – INDÚSTRIA – UTILIDADE PÚBLICA

**RESIDENCIAL

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

LEI Nº 4.375/2015

LEI Nº 4.375, de 02 de dezembro de 2015.

Altera a Lei Municipal nº 3.176, de 07 de junho de 2006, que disciplina Áreas de Estacionamento Rotativo, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.219, de 12 de fevereiro de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 2º da Lei Municipal nº 3.176, de 07 de junho de 2006, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.219, de 12 de fevereiro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As vagas situadas em área de estacionamento de curta duração não integrarão o Sistema de Estacionamento Rotativo, com uso obrigatório do pisca alerta ativado, devendo o período do tempo de estacionamento ser determinado e regulamentado por Decreto, limitado a no máximo 30 (trinta) minutos.”

Art. 2º Revogam-se as Leis Municipais nºs 2.789, de 1º de novembro de 2002, e 4.264, de 07 de julho de 2014, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 052/2015

PORTARIA Nº 052, de 03 de dezembro de 2015.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída pela Portaria nº 048, de 03 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída pela Portaria nº 048, de 03 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 07 de dezembro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de dezembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO 212/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 137/2015 - PREFEITURA

Pregão Presencial 081/2015

Termo de Cancelamento

O Prefeito Municipal torna público o cancelamento do Contrato 212/2015 – PREFEITURA.

Porto União SC, 02 de dezembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 013/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 022/2015 – EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 013/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Mercado Kosera Ltda – ME.

Porto União SC, 27 de novembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 081/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 137/2015 - PREFEITURA

Pregão Presencial 081/2015

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de dezembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5015, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5015, de 23 de novembro de 2015.

“NOMEIA ISABEL CRISTINA COSTA”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso X, do art. 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, bem como na Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010 e Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º-	Nomear ISABEL CRISTINA COSTA, para a partir de 03 de novembro de 2015, exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, do quadro de servidores da Fundação Cultural de Rio do Sul, nos termos do § 6º, do art. 55, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010 e do art. 11, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010.
----------	--

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4996, de 12 de novembro de 2015.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

23 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

WILLIAN WALTER SIEVERDT

Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul

DECRETO Nº 5024, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5024, de 26 de novembro de 2015.

“HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Complementar nº 305, de 14 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o Regimento Interno da Comissão de Análise e Revisão dos Processos de Imunidades, Isenções, Remissões e Incentivos do Imposto Predial e Territorial Urbano, conforme previsto na Lei Complementar nº 305, de 14 de setembro de 2015.
----------	--

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

26 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGIMENTO INTERNO

“INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL

URBANO”.

A Comissão de Análise e Revisão dos Processos de Imunidades, Isenções, Remissões e Incentivos do Imposto Predial e Territorial Urbano, reunida em sessão extraordinária, no dia 26 de novembro de 2015, usando da competência que a confere pela Lei Complementar nº 305, de 14 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º-	Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão Municipal de Análise e Revisão dos Processos de Imunidades, Isenções, Remissões e Incentivos do Imposto Predial e Territorial Urbano, Estado de Santa Catarina, segundo as normas que seguem, complementadas pelos princípios constitucionais aplicáveis à matéria.
----------	---

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Seção I

Da Finalidade

Art. 2º-	A Comissão de Análise e Revisão dos Processos de Imunidades, Isenções, Remissões e Incentivos do Imposto Predial e Territorial Urbano, criada pela Lei nº 305 de 14 de setembro de 2015, tem por finalidade analisar, acompanhar, revisar e recomendar orientações ao Executivo Municipal sobre os Processos de Imunidades, Isenções, Remissões e Incentivos, observando os artigos 94, 197, 198 e 207 B, do Código Tributário Municipal.
	Parágrafo único - A Comissão não poderá suprir ou substituir a competência destinada por Lei a outros Órgãos Municipais.

Seção II

Da Organização e Competência

Art. 3º-	A Comissão é composta por 6 (seis) membros, nomeados por Decreto Municipal, dentre as seguintes secretarias:
	I - 01 (um) Fiscal Tributário da Secretaria da Fazenda do Município;
	II - 01 (um) Advogado da Procuradoria Geral do Município;
	III - 01 (um) Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria da Fazenda do Município;
	IV - 01 (um) membro do Controle Interno do Município;
	V - 01 (um) membro do Departamento de Arrecadação;
	VI - 01 (um) Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município e Habitação.

Art. 4º-	Compete à Comissão:
	I - analisar todos os processos de isenções do IPTU de que trata o art. 197 e seguintes desta Lei Complementar;
	II - analisar todos os processos de isenções do IPTU de que trata o art. 198 e seguintes desta Lei Complementar;
	III - analisar os processos de remissão de IPTU de que trata o art. 94 desta Lei Complementar;
	IV - acompanhar os incentivos de que trata o art. 207-B desta Lei Complementar;
	V - revisar, sempre que entender necessário, ou por ordem do executivo municipal, as isenções e imunidades já concedidas, desde que não estejam prescritas;
	VI - recomendar ao Executivo Municipal o relançamento ou lançamento de eventual diferença encontrada no IPTU;
	VII - recomendar à fiscalização a aplicação de eventuais penalidades cabíveis no lançamento do IPTU.

Art. 5º-	Ao Presidente da Comissão compete prioritariamente:
	I - Convocar e presidir as sessões, manter a ordem dos trabalhos, resolver as questões de ordem e apurar as votações;
	II - Emitir votos de qualidade nos casos de empate;
	III - Convocar as sessões extraordinárias da Comissão nos termos deste Regimento, de acordo com a necessidade dos serviços;
	IV - Despachar o expediente da Comissão;
	V - Representar a Comissão nas solenidades e atos oficiais;
	VI - Solicitar ao Prefeito Municipal os funcionários para compor o Corpo Instrutivo e propor a substituição dos mesmos, quando for o caso;
	VII - Determinar o período de recesso da Comissão;
	VIII - Conceder licença aos componentes da Comissão em caso de doença, ou quando solicitada para qualquer fim;
	IX - Determinar a supressão de expressões descorteses ou inconvenientes, eventualmente constantes nas reuniões;
	X - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 6º-	Ao Secretário Geral compete:
	I - Secretariar as sessões da Comissão e redigir as pautas;
	II - Despachar as demandas relacionadas aos Membros e sua área de competência, distribuindo funções, registrando o seu andamento, até a solução final;
	III - Expedir notificações, intimações e ofícios;
	IV - Receber e organizar as correspondências da Comissão, bem como as demandas;
	V - Manter coletânea atualizada de Leis, Decretos e Regulamentos de matérias tributárias.

Art. 7º-	Compete aos membros da Comissão:
	I - participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame;
	II - encaminhar quaisquer matérias que tenham interesse de submeter à Comissão;
	III - cumprir as tarefas determinadas pelo Presidente, cujas deliberações foram tomadas em plenário, cumprindo este Regimento.

CAPÍTULO II DOS TRABALHOS

Seção I Das Reuniões

Art. 8º-	As reuniões da comissão serão abertas pelo Presidente e, não havendo número para deliberar, que é a metade mais um dos seus Membros, aguardar-se-á por 10 (dez) minutos, e, em persistindo a falta de "quorum", o Presidente encerrará a sessão.
	Parágrafo único - As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria simples.

Art. 9º-	A sessão obedecerá a seguinte ordem de trabalho:
	I - Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;
	II - Leitura do expediente e sorteio;
	III - Julgamento dos processos em pauta;
	IV - Assuntos gerais de competência do Comissão;
	Parágrafo único - As atas serão assinadas pelo Presidente, pelos Membros e pelo Secretário, na sessão seguinte a sua realização.

Art. 10-	A eleição do Presidente ocorrerá por maioria simples de votos dos integrantes da Comissão.
	I - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, o Presidente da Comissão será substituído automaticamente pelo Secretário;
	II - No caso de vacância da Presidência, será eleito um novo Presidente dentre os membros representativos, de conformidade com o caput deste artigo.

Seção II Do Funcionamento da Comissão

Art. 11-	A comissão realizará sessões ordinárias e extraordinárias.
	§ 1º- As sessões ordinárias serão realizadas, de acordo com a convocação do Presidente, no mínimo duas vezes ao mês, preferencialmente com intervalo de 15 dias entre uma e outra.
	§ 2º- As sessões extraordinárias serão realizadas em dias e horas fixados pelo Presidente da comissão, mediante pauta previamente definida.
	§ 3º- As sessões ordinárias e extraordinárias deverão, preferencialmente, serem realizadas em horário normal de expediente.

Seção III Do Preparo para o Julgamento

Art. 12-	Os processos encaminhados à Comissão serão encaminhados pela Secretaria e gerarão a pauta da sessão ordinária.
----------	--

Art. 13-	Em sessão, serão os processos distribuídos, proporcionalmente, pelo Presidente, aos Relatores.
----------	--

Art. 14-	Para a instrução dos processos os Relatores poderão solicitar aos órgãos do executivo municipal, diligências, documentos e outras informações que julgarem pertinentes.
	§ 1º- O relator do processo poderá também efetuar diligência própria e/ou vistoria in loco, sendo que para tanto, requisitará ao Secretário Municipal da Fazenda veículo do poder público municipal.
	§ 2º- A diligência e/ou vistoria de que trata o § 1º deste artigo, deverá, preferencialmente, ser realizada fora do horário normal de expediente, não impedindo, porém, que a mesma seja realizada em horário normal de expediente, se for necessário para o julgamento do processo.

Art. 15-	Relatado e devolvido o processo, será organizada a pauta de julgamento, afixando-se em local apropriado e publicando-se na imprensa oficial do município, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do julgamento, com as seguintes informações:
	I - Número do processo;
	II - Nome do beneficiado;
	III - Nome do Procurador do beneficiado, se houver;
	IV - Nome do Relator;
	V - Local, data e hora da sessão.

Seção IV Das Sessões da Comissão

Art. 16-	As sessões da Comissão serão públicas, salvo as de que se tratar de matéria eminentemente administrativa.
----------	---

Art. 17-	A sessão obedecerá deverá obedecer a ordem de trabalho definido no art. 9º deste Regimento.
	§ 1º- O Relator, o Beneficiado ou seu Procurador, poderão requerer preferência de julgamento ao Presidente:
	I - No interesse do Relator, que deva retirar-se, posteriormente da sessão;
	II - A pedido do Beneficiado ou seu Procurador que deseje fazer a sustentação oral;
	III - Se, julgado o processo, outro houver da mesma natureza, e idêntico assunto, podendo-se presumir deva ser decidido do mesmo modo.
	§ 2º- No caso do inciso III, do § 1º, deste artigo, os processos poderão ainda serem julgados ao mesmo tempo.

Art. 18-	O julgamento do processo poderá ser adiado, mediante declaração do Presidente da sessão:
	I - Se o relator manifestar, pela ordem, logo após a aprovação da ata, que lhe surgiram dúvidas quanto ao voto a ser proferido no feito;
	II - Sobreindo o pedido de desistência do benefício requerido.

	Parágrafo único - O processo, cujo julgamento tenha sido adiado, figurará em primeiro lugar na pauta de julgamento da sessão seguinte.
Art. 19-	Anunciado o feito a ser julgado, o relator fará exposição sucinta do processo, anunciando desde logo seu voto.
	§ 1º- O Beneficiado ou seu procurador poderão sustentar oralmente suas conclusões durante 05 (cinco) minutos, após a apresentação do relatório e voto do Processo.
	§ 2º- Nenhum julgamento far-se-á sem a presença do Relator do Processo.
Art. 20-	Findos os debates, passa-se à votação, o qual não poderá ser apartado.
	§ 1º- Em discussão o voto do Relator, os Membros da comissão poderão falar uma primeira vez, afirmando, de logo, o respectivo voto.
	§ 2º- Depois do pronunciamento do último membro da comissão, intervindo na discussão, o Relator poderá usar da palavra para sustentar ou modificar suas conclusões.
	§ 3º- Em seguida poderão os demais Membros voltarem a usar da palavra, igualmente, para sustentar ou modificar suas conclusões.
Art. 21-	Com exceção do Relator, o Membro da Comissão que não se considerar suficientemente esclarecido sobre a matéria, poderá pedir vista do processo, suspendendo-se o julgamento.
	Parágrafo único - O prazo para exame do processo, a que se refere este artigo, será de 1 (uma) sessão ordinária.
Art. 22-	Encerrada a discussão, o Presidente tomará os votos dos demais Membros.
Art. 23-	Permanecerão em pauta os processos dos quais se tenha concedido vista, que não foram julgados por falta de "quorum" ou exigüidade de tempo, ou cujo julgamento haja sido suspenso por qualquer outro motivo.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Seção I Do Recurso Ordinário

Art. 24-	Da decisão da Comissão caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias ao Conselho Municipal de Contribuintes, contados da data do recebimento do A.R. de comunicação da decisão.
	§ 1º- Todos os processos terão o resumo da decisão publicado no Diário Oficial dos Municípios.
	§ 2º- Os processos cuja a decisão seja pelo deferimento do benefício somente serão intimados via Diário Oficial do Município.
	§ 3º- Os processos cuja decisão tenha sido pelo indeferimento do benefício solicitado serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e os beneficiados requerentes deverão também ser intimados por via postal (AR) no endereço declinado no requerimento.
Art. 25-	O processamento dos recursos ordinários das decisões da Comissão obedecerão o disposto no Art. 178 e seguintes, do Código Tributário Municipal.

Seção II Do Pedido de Reanálise

Art. 26-	Os processos que tenham sido indeferidos pela Comissão por falta de documentos que comprovem o benefício solicitado poderão ser reanalisados, desde que o beneficiado apresente novos documentos e faça o requerimento de reanálise no prazo de até 15 (quinze) dias após a intimação do indeferimento.
Art. 27-	O Pedido de Reanálise deverá ser encaminhado ao presidente da Comissão, que distribuirá o processo ao mesmo Relator que julgou o processo indeferido por falta de documentos.
	Parágrafo único - Se o relator originário do processo não compuser mais a comissão, o Presidente sorteará o processo entre os atuais titulares.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28-	Aplica-se subsidiariamente a este Regimento, no que não lhe for contrário, as disposições do Código Tributário Municipal.
Art. 29-	Os casos omissos e as dúvidas suscitadas quanto à aplicação deste Regimento Interno serão dirimidas pelo Plenário da Comissão.
Art. 30-	Todos os requerimentos deverão ser protocolados junto ao Protocolo Geral do município, e serão isentos de taxa, nos termos do art. 420 do Código Tributário Municipal.
Art. 31-	Este Regimento entre em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 26 de novembro de 2015.

RONALDO ROCHA

Presidente da Comissão de Análise e Revisão dos Processos de Imunidades, Isenções, Remissões e Incentivos do Imposto Predial e Territorial Urbano.

DECRETO Nº 5026, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5026, de 27 de novembro de 2015.

"FIXA A PLANILHA DE CÁLCULO DA TVCNM PREVISTA NO ARTIGO 354 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003, PARA O ANO DE 2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-	Para os efeitos do artigo 354 e em conformidade com a Tabela I do Anexo III, ambos da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, que institui o Código Tributário do Município de Rio do Sul, o cálculo da Taxa de Verificação de Cumprimento de Normas Municipais (TVCNM) para o exercício de 2016, é definida pela planilha descrita no Anexo I do presente Decreto.
Art. 2º-	O valor cobrado do contribuinte pessoa física, será igual a 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado da pessoa jurídica em decorrência do menor número de normas a serem verificadas, conforme § 1º, do artigo 354, da Lei Complementar nº 110/2003.
Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

27 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO I

TAXA DE VERIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE NORMAS MUNICIPAIS (TVCNM)

Elementos de Custo para Cálculo da Taxa de Verificação do Cumprimento das Normas Municipais – TVC-NM/2016	Valores em R\$
Pessoal do Depto. de Fiscalização Tributária (100%)	R\$ 1.141.401,35
Pessoal do Departamento de Arrecadação (10%)	R\$ 19.270,01
Pessoal do Departamento de Contabilidade (10%)	R\$ 24.559,83
Transporte	R\$ 0,00
Material de Expediente	R\$ 1.938,85
Equipamento (Depreciação)	R\$ 0,00
Instalações	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.187.170,04

Total de Contribuintes Ativos em 25/11/2015	5953
Valores do Custo da Taxa de Verificação do Cumprimento das Normas Municipais – TVCNM/2016	Valores em R\$
Custo Médio por Contribuinte	R\$ 199,42
Custo da Tarifa Bancária	R\$ 2,00
Taxa Verificação Cumprimento das Normas Municipais – Pessoa Jurídica	R\$ 201,42
Taxa Verificação Cumprimento das Normas Municipais – Pessoa Física	R\$ 101,71

DECRETO Nº 5027, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5027, de 27 de novembro de 2015.

"FIXA A PLANILHA DE CÁLCULO DA TVS PREVISTA NO ARTIGO 362 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003, PARA O ANO DE 2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-	Para os efeitos do artigo 362 e em conformidade com a Tabela II do Anexo III, ambos da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, que institui o Código Tributário do Município de Rio do Sul, o cálculo da Taxa de Vigilância Sanitária (TVS), para o exercício de 2016, é definida pela planilha descrita no Anexo I do presente Decreto.
Art. 2º-	O valor cobrado do contribuinte pessoa física, será igual a 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado da pessoa jurídica em decorrência do menor número de normas a serem verificadas, conforme § 2º, do artigo 362, da Lei Complementar nº 110/2003.
Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

27 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO I**TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (TVS)**

Elementos de Custo para Cálculo da Taxa de Vigilância Sanitária – TVS/2016	Valores em R\$
Pessoal do Depto. de Vigilância Sanitária (100%)	R\$ 263.635,85
Pessoal do Departamento de Arrecadação (10%)	R\$ 19.270,01
Pessoal do Departamento de Contabilidade (10%)	R\$ 24.559,83
Transporte	R\$ 30.672,29
Material de Expediente	R\$ 7.538,81
Equipamento (Depreciação)	R\$ 7.686,36
Instalações	R\$ 4.317,81
Campanhas Epidemiológicas	R\$ 8.874,44
TOTAL	R\$ 366.555,39

Total de Contribuintes Ativos em 25/11/2015	1502
Valores do Custo da Taxa de Vigilância Sanitária – TVS/2016	Valores em R\$
Custo Médio por Contribuinte	R\$ 244,04
Custo da Tarifa Bancária	R\$ 2,00
Taxa Verificação Cumprimento das Normas Municipais – Pessoa Jurídica	R\$ 246,04

Taxa Verificação Cumprimento das Normas Municipais – Pessoa Física	R\$ 124,02
--	------------

DECRETO Nº 5029, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5029, de 27 de novembro de 2015.

"ALTERA TARIFA DA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUINCHO NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e no Termo do Contrato de Concessão para exploração de serviços de guincho nº 101/2007.

CONSIDERANDO, a necessidade de reajuste tarifário para garantir a operabilidade dos serviços no município,

DECRETA:

Art. 1º-	As Tarifas dos Serviços de Guincho realizado no município de Rio do Sul/SC, serão as seguintes:
----------	---

ESTADIA DE MOTOCICLETAS E SIMILARES		
Diárias	Abreviatura	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.M.	R\$ 9,19 (nove reais e dezoito centavos)
Dias que excedem	D.M.	R\$ 5,52 (cinco reais e cinquenta e dois centavos) por dia

ESTADIA DE AUTOMÓVEIS E CAMINHONETAS		
Diárias	Abreviatura	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.	R\$ 11,02 (onze reais e dois centavos)
Dias que excedem	D.V.	R\$ 7,35 (sete reais e trinta e cinco centavos) por dia

ESTADIA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES		
Diárias	Abreviatura	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.P.	R\$ 36,77 (trinta e seis reais e setenta e sete centavos)
Dias que excedem	D.V.P.	R\$ 9,19 (nove reais e dezoito centavos) por dia

Parágrafo único - As tarifas atinentes ao serviço de guincho ficam estabelecidas conforme o quadro abaixo:

Discriminação	Abreviatura	Taxa
Remoção/transporte de motocicletas e similares com veículos plataforma	T.M.	R\$ 91,94 (noventa e um reais e noventa e quatro centavos)

Discriminação	Abreviatura	Taxa
Remoção/transporte de automóveis com veículos plataformas	(T.V.L.)	R\$ 101,13 (cento e um reais e treze centavos)

Discriminação	Abreviatura	Taxa
Guinchamento ou remoção de ônibus e caminhões	T.V.P.	R\$ 275,82 (duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos)

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 3364, de 29 de abril de 2013.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO

27 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5031, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5031, de 01 de dezembro de 2015.

"REGULARIZA O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2014 DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade a Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam regularizados os cancelamentos, na dívida flutuante do Município de Rio do Sul, de parte dos saldos de restos a pagar não processados e processados do exercício de 2014, que totalizam R\$ 2.470,49 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta e nove centavos).
	Parágrafo único - Os valores constantes do caput deste artigo se encontram discriminados por ano, credor, número de empenho e valor, em relação destacada no anexo que passa a fazer parte integrante deste Decreto.
Art. 2º-	O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência de cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante na Lei Orçamentária Anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/64.
Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL										
Execução Orçamentária										
Restos a Pagar										
Ano	Empenho	Tipo	Dotação	Vínculo Empenhado	Credor Cancelado	Posição de Restos			Total Pago	Total a Pagar
						Saldo				
2014	207 - 0	Est	07.001.0006.0244.0101.2051.3339000000000000	01800022	OI S.A.	3.600,00	0,00	3.600,00	1.960,13	1.639,87
2014	518 - 0	Glo	07.001.0006.0244.0101.2051.3339000000000000	01800022	POSTO CENTRO LTDA	5.632,77	0,00	5.632,77	5.600,97	31,80
2014	975 - 0	Est	07.001.0006.0244.0101.2051.3339000000000000	01800022	CABOVISAO TELECO-MUNICACOES LTDA	1.188,00	0,00	1.188,00	1.159,60	28,40
2014	7432 - 0	Glo	07.001.0006.0244.0101.2051.3339000000000000	01800022	GREICE MARA KANNENBERG WOLECK ME	25.560,00	0,00	25.560,00	25.276,00	284,00
2014	10700	Ord	07.001.0006.0244.0101.2051.3339000000000000	01800022	MECANICA DIESEL HT LTDA	399,00	0,00	399,00	0,00	399,00
2014	11515	Ord	07.001.0006.0244.0101.2051.3449000000000000	01800022	RETENSUL COMERCIO DE PECAS EIRELI EPP	87,42	0,00	87,42	0,00	87,42
Total Geral						36.467,19	0,00	36.467,19	33.996,70	2.470,49
Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.										
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO										
Prefeito do Município de Rio do Sul										

DECRETO Nº 5034, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5034, de 01 de dezembro de 2015.

"INSTITUI COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; com o inciso II, § 2º, artigo 23, da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; e com o artigo 3º, do Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua.
	Parágrafo único - Para fins deste Decreto considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, e as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.
Art. 2º-	O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Habitação, tem as seguintes atribuições:
	I - Acompanhar e monitorar a implementação e o desenvolvimento da Política Estadual para a Situação de Rua, para que sejam cumpridos seus objetivos;
	II - Elaborar, acompanhar, monitorar e avaliar o Plano Municipal da Política para inclusão social da População em Situação de Rua, observando os instrumentos de planejamento e gestão do Município;
	III - Elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Estadual para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas físicas e financeiras, objetivos e responsabilidades;
	IV - Realizar o controle social, por meio da fiscalização da movimentação dos recursos financeiros consignados para os programas e políticas para a população em situação de rua oriundos do Governo Federal, Estadual e Municipal, inclusive com a elaboração de propostas;
	V - Promover a articulação interinstitucional entre os órgãos públicos, conselhos, comitês, movimentos sociais e entidades que atuam com a população em situação de rua;
	VI - Apoiar as ações governamentais em prol da pessoa em situação de rua, e seus serviços, na articulação com a rede de atendimento à população em situação de rua;
	VII - Expedir recomendações ou outras providências administrativas para instituições públicas e privadas referentes ao tratamento para com a pessoa em situação de rua, respeitando seus direitos e autonomia;
	VIII - Propor estratégias de divulgação e publicidade sobre a temática para a rede de atendimento à população em situação de rua e para a sociedade em geral, incentivando a realização de campanhas sobre a matéria;
	IX - Fomentar e acompanhar a construção de políticas e planos municipais para a população em situação de rua, de acordo com Art. 5º, inciso I da Lei 20.846/2013;
	X - Fomentar a criação de mecanismos para assegurar a promoção, defesa dos direitos e combate à violência, de acordo com Art. 5º, inciso VII da Lei 20.846/2013;

	XI - Fomentar a instituição de grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais às quais a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;
	XII - Articular a adoção da temática da inclusão social da população em situação de rua em cursos e capacitações profissionais, em especial nos órgãos e instituições que realizam atendimento à população em situação de rua;
	XIII - Organizar encontros municipais para avaliar e formular ações para a consolidação e o aperfeiçoamento da Política Municipal para a População em Situação de Rua.
Art. 3º-	O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua de Rio do Sul (Comitê PopRua/RSL) será composto, paritariamente, por membros titulares e suplentes, sendo 12 (doze) representantes da sociedade civil e 12 (doze) representantes do poder público. Os representantes do poder público serão um titular e um suplente de cada órgão descrito:
	I - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
	II - Secretaria Municipal de Educação;
	III - Secretaria Municipal de Saúde;
	IV - Secretaria Municipal de Administração;
	V - Secretaria Municipal de Agricultura;
	VI - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
	VII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo;
	VIII - Secretaria Municipal de Fazenda;
	IX - Secretaria Municipal de Planejamento, urbanismo e meio ambiente;
	X - Procuradoria Geral do Município;
	XI - Fundação Cultural;
	XII - Fundo Municipal de Desporto.
Art. 4º-	A sociedade civil terá 12 (doze) representantes, titulares e suplentes, sendo 04 (quatro) de órgão de representação profissional, 04 (quatro) da população em situação de rua e 04 (quatro) entidades que possuam atuação direta ou indireta na temática da população em situação de rua.
Art. 5º-	O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.
Art. 6º-	Os membros representantes do Município que comporão o Comitê serão responsáveis por inserir em seus respectivos órgãos e instituições, ações referentes à temática da população em situação de rua, visando o fiel cumprimento deste Decreto.
Art. 7º-	O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua/RSL) será presidido, alternadamente, pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SMASH) e representações da sociedade civil.
	§ 1º- Em sua primeira gestão, será presidida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SMASH).
	§ 2º- A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SMASH), por meio do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua/RSL).
Art. 8º-	A função de membro do Comitê PopRua/RSL e a participação em suas atividades não serão remuneradas e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 9º-	A primeira reunião do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua/RSL) realizar-se-á no prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data deste Decreto.
Art. 10º-	O Comitê PopRua/RSL designará uma Comissão Executiva para a elaboração de seu Regimento Interno em sua primeira reunião, que deverá concluir esta elaboração em até 90 (noventa dias).
Art. 11º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5042, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5042, de 01 de dezembro de 2015.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e no Decreto nº 347/93,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitações, criada pelo Decreto nº 347/93, como titulares os servidores CARLOS ALBERTO LUITHARDT, matrícula nº 700.5-01, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Licitações, LUIZ HENRIQUE PIAZEIRA, matrícula nº 35305-02, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Compras e MARCON KLEINHEMPEL, matrícula nº 24554-03, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processos Licitatórios. Como suplentes, DIOVANA MAY MACHADO, matrícula nº 28274-01, ocupante do cargo em comissão de Diretora do Departamento Contábil, PATRICIA NICOLADELLI GILI, matrícula nº 29165-01, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Orçamento e RÚBIA CRISTINA MOHR, matrícula nº 35191-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo de Contador.
Art. 2º-	A Comissão será presidida pelo servidor CARLOS ALBERTO LUITHARDT e o mandato dos membros nomeados por este Decreto será até 31 de dezembro de 2016.
Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

DECRETO Nº 5043, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5043, de 01 de dezembro de 2015.

"DESIGNA PREGOEIRO E NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com o Decreto nº 080/2007, que regulamenta licitação na modalidade Pregão no Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica designado como Pregoeiro titular o Sr. MARCO AURÉLIO FERRARI, matrícula nº 182870-1, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Compras e como Pregoeiro suplente o Sr. MARCON KLEINHEMPEL, matrícula nº 24554-03, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processos Licitatórios.
Art. 2º-	Ficam nomeados para compor a Equipe de Apoio, os servidores: ALEXIS RAIZER GUANABENS, matrícula nº 236691, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, MARILU ROSANE GIOVANELLA, matrícula nº 4480-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I e DIEISON FERNANDO MARQUEZ, matrícula nº 35220-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.
Art. 3º-	O mandato do Pregoeiro, bem como dos membros da Equipe de Apoio nomeados por este Decreto, será até 31 de dezembro de 2016.
Art. 4º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

DECRETO Nº 5046, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5046, de 03 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO – GERAL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado o resultado final do Concurso Interno de Remoção – Geral, em conformidade com o disposto no respectivo Edital de Concurso Interno de Remoção 001/2015.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

03 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

RESULTADO FINAL CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO – 2015

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, Prefeito Municipal e Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Art. 41 da Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Decreto n. 2.667/2012 e, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL PROVISÓRIO do Concurso Interno de Remoção – Geral, conforme a seguir:

GABINETE DO PREFEITO

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação de Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
MARCIO DE SOUZA	Motorista de Caminhão	Secretaria de Educação	Gabinete do Prefeito	4	10	10	10	10	44	1º

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação De Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
IARA PALADINO MAIA	Agente Administrativo	Secretaria de Administração	Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente	16	0	1	10	10	37	1º

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação De Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
RODRIGO FARBER	Agente Administrativo	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Administração	38,5	0	2	10	10	60,5	1º
ILSA JURASZEK	Agente Administrativo	Secretaria de Saúde	Secretaria de Administração	1,5	0	2	10	10	23,5	2º
DANIELA CRISTINA FERRARI	Psicóloga	Secretaria de Saúde	Secretaria de Administração	21	10	10	10	10	61	1º

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação De Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
VENERIANA BARDT DE SOUZA	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Saúde	26,5	0	3	10	10	49,5	1º
CACILDO JOÃO FURLANI	Motorista de Caminhão	Secretaria de Educação	Secretaria de Saúde	4	10	10	10	10	44	1º
MAICON PATRICK FARIAS	Motorista de Caminhão	Secretaria de Educação	Secretaria de Saúde	0	0	2	10	10	22	2º

PALOMA FA-BIOLA BORBA	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Saúde	0	0	1	10	0	11	1º
INES BIZ	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Secretaria de Educação	Secretaria de Saúde	1,5	0	3	10	10	24,5	1º

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação De Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
MARIA HELENA ANTONIO	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEI Cinderela	Secretaria de Obras	0	0	1	10	0	11	1º

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação De Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
RUTI MARA CARDOZO	Assistente Social	Secretaria de Saúde	Secretaria de Assistência Social e Habitação	21	0	1	10	10	42	1º

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação De Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
ALMIRA HASSEL	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEI Déa Bornhausen	Secretaria de Educação	0	10	10	10	10	40	1º
LUCI MARIZE MEES	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CE Daniel Maschio	Secretaria de Educação	0	10	7	10	10	37	2º
SEBASTIÃO DO AMARAL	Motorista de Caminhão	Secretaria de Administração	Secretaria de Educação	0	10	10	10	10	40	1º

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CEI ILSE SOLDATELLI

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação De Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
LIZETE MARTINS RENGEL	Cozinheiro	CEI Canta Galo	CEI Ilse Soldatelli	0	0	1	10	10	21	1º

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CEI CINDERELA

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação De Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
ORLANDINA PASCOALINA CHEQUETTO	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEI Raio de Luz	CEI Cinderela	0	0	1	10	10	21	1º

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CEI NAVEGANTES

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação De Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEI Déa Borhausen	CEI Navegantes	0	0	1	10	10	21	1º

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CEI TITIO KARAN

Nome	Cargo	Atual Lotação	Lotação De Inscrição	Aperfeiç.	Avaliação Desemp.	Tempo Serviço	Penalidade Disciplinar	Pontuação	Total	Class.
ELIANE BRAATZ	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	CEI Déa Borhausen	CEI Titio Karan	0	0	1	10	10	21	1º

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração



DECRETO Nº 5047, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5047, de 03 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO – MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado o resultado final do Concurso Interno de Remoção – Magistério Público Municipal, em conformidade com o disposto no respectivo Edital de Concurso Interno de Remoção – Ano Letivo 2016.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

03 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

GABARITOS PRELIMINARES PROVA REALIZADA EM 06_12 - CONCURSO PÚBLICO N. 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

DA PROVA ESCRITA

1. Serão aceitos recursos contra a prova escrita aplicada no dia 06/12/2015 nos dias 07 e 08/12/2015 através da área restrita do candidato disponível no site click.listaeditais.com.br ou enviados por Sedex para a Empresa Click Soluções, Rua Tenente Costa, 123, Centro – Ituporanga – SC, CEP 88400-000 conforme o Edital 02/2015 e suas Retificações.

2. O candidato deverá utilizar um formulário para cada questão e o recurso deverá conter obrigatoriamente:

- Número da Questão;
- Pedido de Anulação ou Troca de Gabarito;
- Justificativa;
- Referência bibliográfica que ampare a justificativa do candidato.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ASSISTENTE SOCIAL

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. A	24. D	25. C	26. D	27. B	28. C	29. B	30. B
31. C	32. A	33. C	34. B	35. D	36. B	37. D	38. C	39. A	40. A

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

CALCETEIRO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

CARPINTEIRO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

COZINHEIRO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. D	28. A	29. A	30. C
31. A	32. B	33. C	34. A	35. C	36. D	37. A	38. B	39. C	40. D

ENFERMEIRO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. D	23. B	24. C	25. C	26. B	27. C	28. A	29. A	30. C
31. C	32. D	33. A	34. A	35. D	36. B	37. D	38. C	39. C	40. B

ENGENHEIRO CIVIL

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. A	23. C	24. D	25. B	26. C	27. A	28. D	29. D	30. A
31. D	32. D	33. C	34. A	35. C	36. D	37. B	38. B	39. D	40. B

FISCAL DE MEIO AMBIENTE

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. C	23. A	24. D	25. C	26. B	27. A	28. C	29. A	30. D
31. D	32. C	33. B	34. A	35. D	36. C	37. A	38. C	39. B	40. B

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. A	23. C	24. B	25. D	26. C	27. A	28. C	29. B	30. A
31. D	32. C	33. D	34. B	35. D	36. B	37. A	38. C	39. A	40. B

MÉDICO 20H

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. D	32. A	33. B	34. C	35. D	36. D	37. B	38. C	39. A	40. A

MÉDICO 40H

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. D	32. A	33. B	34. C	35. D	36. D	37. B	38. C	39. A	40. A

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. C	32. B	33. D	34. B	35. B	36. A	37. A	38. C	39. D	40. A

MÉDICO CARDIOLOGISTA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. D	32. C	33. A	34. C	35. B	36. A	37. D	38. C	39. C	40. B

MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. A	32. C	33. B	34. D	35. A	36. D	37. A	38. C	39. B	40. D

MÉDICO OFTALMOLOGISTA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. A	32. C	33. D	34. C	35. B	36. C	37. D	38. D	39. C	40. A

MÉDICO PSIQUIATRA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. A	32. B	33. C	34. A	35. D	36. A	37. A	38. C	39. B	40. D

MÉDICO UROLOGISTA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. C	32. A	33. C	34. B	35. D	36. C	37. C	38. A	39. D	40. D

MOTORISTA DE CAMINHÃO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. C	23. C	24. A	25. B	26. D	27. A	28. B	29. D	30. B
31. C	32. A	33. B	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. D	40. C

MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. C	23. C	24. A	25. B	26. D	27. A	28. B	29. D	30. B
31. C	32. A	33. B	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. D	40. C

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. C	23. C	24. A	25. B	26. D	27. A	28. B	29. D	30. B
31. C	32. A	33. B	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. D	40. C

PEDREIRO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

PINTOR

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

PSICÓLOGO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. C	23. D	24. A	25. B	26. D	27. C	28. B	29. D	30. D
31. D	32. D	33. C	34. B	35. C	36. C	37. A	38. B	39. C	40. A

PSICOPEDAGOGO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. D	23. D	24. C	25. C	26. B	27. A	28. B	29. A	30. C
31. D	32. C	33. C	34. A	35. A	36. D	37. C	38. B	39. D	40. D

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA (CADASTRO RESERVA)
ADVOGADO**

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. A	23. B	24. C	25. C	26. B	27. A	28. B	29. D	30. A
31. B	32. C	33. C	34. B	35. A	36. A	37. D	38. B	39. C	40. D

ARQUITETO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. A	23. B	24. B	25. C	26. B	27. A	28. D	29. A	30. C

31. C	32. A	33. A	34. C	35. B	36. D	37. A	38. D	39. C	40. D
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

AUDITOR INTERNO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. B	22. A	23. D	24. A	25. B	26. C	27. D	28. B	29. C	30. B
31. C	32. A	33. D	34. A	35. D	36. A	37. A	38. D	39. B	40. C

CIRURGIÃO DENTISTA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. B	22. D	23. C	24. D	25. D	26. B	27. C	28. C	29. D	30. C
31. C	32. A	33. D	34. B	35. B	36. A	37. B	38. D	39. A	40. C

CONTADOR

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. C	23. D	24. D	25. A	26. B	27. B	28. A	29. C	30. C
31. D	32. A	33. D	34. D	35. B	36. A	37. C	38. A	39. D	40. C

COVEIRO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. D	23. A	24. C	25. C	26. C	27. D	28. D	29. A	30. A
31. B	32. C	33. B	34. B	35. A	36. D	37. B	38. A	39. C	40. A

ENGENHEIRO FLORESTAL

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. A	23. A	24. C	25. A	26. C	27. C	28. C	29. A	30. A
31. B	32. C	33. A	34. B	35. A	36. C	37. B	38. D	39. A	40. B

FARMACÊUTICO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. A	23. D	24. B	25. A	26. D	27. A	28. B	29. D	30. A
31. A	32. C	33. A	34. B	35. A	36. D	37. D	38. C	39. D	40. B

FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. B	23. B	24. D	25. C	26. D	27. D	28. B	29. A	30. D
31. C	32. B	33. D	34. B	35. A	36. A	37. B	38. C	39. D	40. A

FISCAL DE SERVIÇO PÚBLICO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. C	23. B	24. A	25. C	26. D	27. D	28. C	29. D	30. C
31. B	32. A	33. C	34. C	35. A	36. B	37. B	38. A	39. B	40. C

FISCAL DE TRIBUTOS

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. D	23. D	24. C	25. C	26. B	27. B	28. C	29. B	30. A
31. D	32. B	33. C	34. B	35. A	36. D	37. A	38. D	39. B	40. A

FISCAL DO PROCON

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D

21. B	22. A	23. C	24. C	25. B	26. D	27. C	28. C	29. A	30. D
31. A	32. B	33. C	34. A	35. D	36. C	37. D	38. B	39. A	40. B

FONOAUDIÓLOGO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. D	23. C	24. C	25. B	26. C	27. B	28. B	29. A	30. A
31. C	32. A	33. D	34. C	35. A	36. B	37. C	38. A	39. B	40. B

MÉDICO PERITO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. B	32. A	33. C	34. A	35. D	36. D	37. C	38. A	39. C	40. A

MÉDICO VETERINÁRIO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. D	23. D	24. C	25. C	26. C	27. B	28. D	29. A	30. B
31. B	32. C	33. D	34. B	35. D	36. A	37. A	38. B	39. B	40. C

NUTRICIONISTA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. B	23. B	24. C	25. C	26. D	27. C	28. A	29. C	30. D
31. A	32. D	33. D	34. B	35. C	36. B	37. C	38. C	39. A	40. A

TURISMÓLOGO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. C	23. B	24. B	25. A	26. B	27. D	28. C	29. A	30. C
31. C	32. B	33. D	34. A	35. A	36. C	37. B	38. A	39. C	40. C

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO CULTURAL
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO**

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. C	23. C	24. A	25. B	26. D	27. A	28. B	29. D	30. B
31. C	32. A	33. B	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. D	40. C

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO CULTURAL
(CADASTRO RESERVA)
BIBLIOTECÁRIO**

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. C	23. D	24. B	25. C	26. D	27. D	28. C	29. C	30. A
31. A	32. D	33. B	34. C	35. B	36. B	37. A	38. B	39. C	40. B

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO DESPORTOS
MOTORISTA DE CAMINHÃO**

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. C	23. C	24. A	25. B	26. D	27. A	28. B	29. D	30. B
31. C	32. A	33. B	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. D	40. C

Rio do Sul, 06 de Dezembro de 2015.

LEI 5.661

LEI Nº 5.661, de 30 de novembro de 2015.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	O Orçamento do Município de Rio do Sul, para o exercício de 2016 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:
	I - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
	II - a estrutura dos orçamentos;
	III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
	IV - as disposições sobre dívida pública municipal;
	V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
	VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
	VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º-	A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, constante desta Lei.
	Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000:
	Demonstrativo I - Metas Anuais
	Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas da PMRS;
	Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
	Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas da PMRS;
	Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das principais despesas da PMRS;
	Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário da PMRS;
	Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal da PMRS;
	Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública da PMRS;
	Anexo VIII - Prestação de Contas - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida da LDO;
	Anexo IX - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo de Riscos Fiscais - Anexo de Riscos Fiscais e Providências;
	Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício anterior;
	Demonstrativo III - Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três Exercícios anteriores;
	Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
	Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
	Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
	Demonstrativo VI.a - Projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
	Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
	Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Art. 3º-	As prioridades e metas da Administração para o exercício financeiro de 2016 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.
----------	---

Art. 4º-	Na elaboração da proposta orçamentária para 2016 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.
----------	--

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º-	Para efeito desta Lei, entende-se por:
	I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
	II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
	III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
	IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
	V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
	VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
	VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
	VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
	IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
	X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.
	§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.
	§2º A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.
Art. 6º-	O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 70-	A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 Conjunta 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:
	I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei 4.320/64;
	II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o anexo 2, da Lei 4.320/64;
	III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64);
	IV - Funções e Subfunções de Governo, (Anexo 5, da Lei nº 4.320/64);
	V - Programa de Trabalho de Governo, (Anexo 6, da Lei nº 4.320/64);
	VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64);
	VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
	VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64);
	IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
	X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;
	XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, cm identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamentos;
	XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;
	XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394, de 1996;
	XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB;
	XV - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida com base no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
	XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e
	XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.
	§1º O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.
	§2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.
	§3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e conjunta 03/2008 admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º-	A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:
	I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e fluente, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e
	II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

Art. 9º-	A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme demonstra o Anexo III.
----------	---

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10-	Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Fundações e seus Fundos. (Art. 1º, §1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).
----------	--

Art. 11-	Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).
----------	--

Art. 12-	Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.
----------	---

Art. 13-	Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (Art. 9º da LRF):
	I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
	II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
	III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
	IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.
	Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora.

Art. 14-	A compensação de que trata o art. 17, §2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, §2º da LRF).
----------	--

Art. 15-	Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO IX desta Lei. (Art. 4º, §3º da LRF).
----------	---

	§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro.
	§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.
Art. 16-	Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, que não poderá exceder a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida. (Art. 5º, III da LRF).
	§1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO VII. (Art. 5º, III, "b" da LRF).
	§2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tornarem insuficientes.
Art. 17-	Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, §5º da LRF).
Art. 18-	O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).
Art. 19-	Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF).
	§1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, §3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.
	§2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF).
Art. 20-	A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).
Art. 21-	A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativas, assistenciais, recreativas, culturais, esportivas, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).
	Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, parágrafo único da CF).
Art. 22-	Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.
Art. 23-	Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.
	Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).
Art. 24-	As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).
Art. 25-	Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).
Art. 26-	A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.
Art. 27-	A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.
	§1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).
	§2º Havendo alterações de códigos de destinação de recursos, poderão ser feitas por Decreto do Prefeito Municipal.
Art. 28-	Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016, e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).
Art. 29-	O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços. (Art. 4º, I, "e" da LRF).
Art. 30-	Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).
Art. 31-	Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32-	A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Arts. 30, 31 e 32 da LRF).
Art. 33-	A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).
Art. 34-	Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 31 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Art. 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35-	O Poder Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão no ano de 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, §1º, II da CF), ficando assegurada a Revisão Geral Anual aos servidores públicos municipais, no mês de janeiro, conforme previsão expressa do art. 55, §§ 2º e 3º da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
	Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.
Art. 36-	Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, parágrafo único, V da LRF).
Art. 37-	O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF).
	I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
	II - eliminação das despesas com horas extras;
	III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
	IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.
Art. 38-	Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Rio do Sul, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.
	Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39-	O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).
Art. 40-	Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, §3º da LRF).
Art. 41-	O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42-	O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2015.
	§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.
	§2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.
Art. 43-	Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.
Art. 44-	Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 45-	O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.
Art. 46-	Nos termos do inciso I do art. 29-A da Constituição Federal, o total da despesa do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.
	Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a repassar índices menores ao limite previsto no caput deste artigo ao Poder Legislativo.
Art. 47-	Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO
30 de novembro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.662

LEI Nº 5.662, de 01 de dezembro de 2015.

"CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EMPREGO PÚBLICO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	A presente Lei Complementar dispõe sobre o emprego público de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias no âmbito da administração direta do município de Rio do Sul.
	Parágrafo único. Encontram-se consolidados na presente Lei Complementar os seguintes dispositivos legais:
	I - Lei Complementar nº 174, de 14 de dezembro de 2007;
	II - Lei Complementar nº 202, de 11 de maio de 2010;
	III - Lei Complementar 210, de 3 de novembro de 2010;
	IV - Lei Complementar nº 212, de 6 de dezembro de 2010;
	V - Lei Complementar nº 247, de 29 de maio de 2012;
	VI - Lei Complementar nº 260, de 26 de março de 2013;
	VII - Lei Complementar nº 280, de 10 de junho de 2014;
	VIII - Lei Complementar nº 285, de 22 de agosto de 2014;
	IX - Lei Complementar nº 291, de 26 de novembro de 2014.
Art. 2º-	O número de empregos, a carga horária semanal, habilitação, atribuições e valor do vencimento, estão especificados nos Anexos I e II, os quais fazem parte integrante desta Lei Complementar.
	Parágrafo único. Os empregos públicos criados nos termos deste artigo integrarão quadro específico e distinto, para todos os efeitos legais, do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo Municipal.
Art. 3º-	O ingresso no emprego dar-se-á mediante prévia aprovação em processo seletivo público, conforme disposto no §4º do art. 198 da Constituição Federal.
	§1º Excetua-se do cumprimento da norma disposta no caput deste artigo os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate a Endemias que encontravam-se executando atividades próprias do programa mencionado nesta Lei Complementar, na data da promulgação da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, desde que tenham sido contratados mediante anterior seleção pública realizada pelo município.
	§2º O enquadramento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate à Endemias, contratados na forma disposta no parágrafo anterior, está condicionado à respectiva certificação pelo órgão competente do município.
Art. 4º-	Os empregos públicos criados por esta Lei Complementar serão regidos pelo Decreto-lei nº 5.452/43 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) -, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social previsto no art. 201 da Constituição Federal e incluído no regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, previsto no art. 7º, inciso III, da Constituição Federal.
Art. 5º-	Os servidores ocupantes do emprego público criado por esta Lei Complementar não adquirem estabilidade, sendo demissíveis a qualquer tempo, motivadamente, em face de:
	I - prática de falta grave, conforme previsto no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou em função de apresentação de declaração falsa de residência, apuradas em procedimento administrativo próprio;
	II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
	III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei Complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal;
	IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegure pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas; e
	V - motivadamente em face de:
	a) extinção dos programas federais;
	b) desativação/redução de equipe;
	c) renúncia ou cancelamento do convênio de adesão assinado por iniciativa do Município ou da União;
	d) cessação do repasse de recursos financeiros da União para o Município.
Art. 6º-	Aos ocupantes de emprego público criado por esta Lei Complementar, é assegurado revisão geral anual da remuneração, bem como pagamento mensal do auxílio alimentação em pecúnia, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.
Art. 7º-	Aplica-se ao emprego público criado por esta Lei Complementar, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.
Art. 8º-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 9º-	Ficam formalmente revogadas, por consolidação, sem perda da sua validade normativa, as seguintes normas: Lei Complementar nº 174, de 14 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 202, de 11 de maio de 2010; Lei Complementar 210, de 3 de novembro de 2010; Lei Complementar nº 212, de 6 de dezembro de 2010; Lei Complementar nº 247, de 29 de maio de 2012; Lei Complementar nº 260, de 26 de março de 2013; Lei Complementar nº 280, de 10 de junho de 2014; Lei Complementar nº 285, de 22 de agosto de 2014; Lei Complementar nº 291, de 26 de novembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

ANEXO I EMPREGO PÚBLICO

Nº de Empregos	Emprego Público	Carga Horária	Vencimento
111	Agente Comunitário de Saúde	40	R\$ 1.078,22
6	Agente de Combate às Endemias	40	R\$ 1.078,22

ANEXO II REQUISITO, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES - EMPREGO PÚBLICO

a) AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

REQUISITO:

- residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público próprio.
- haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.

HABILITAÇÃO MÍNIMA:

- Certificado/Diploma de conclusão de curso de ensino fundamental

ATRIBUIÇÕES:

- Compreende o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal.
- Realizar mapeamento de sua área adstrita;
- Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- Identificar os indivíduos e famílias expostas à situações de risco e identificar a área de risco;
- Monitorar as situações de risco com vistas à promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;
- Orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimentos médico e odontológico, quando necessário;
- Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na área prioritária da Atenção Básica;
- Realizar por meio de visita domiciliar periódica, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco;
- Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida;
- Traduzir para a USF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
- Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe.

b) AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

HABILITAÇÃO MÍNIMA:

- Certificado/Diploma de conclusão de curso de ensino fundamental
- Carteira de habilitação para motocicleta - Categoria AB

REQUISITOS:

- haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.

ATRIBUIÇÕES:

- Compreende o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças endêmica e infecto-contagiosas e promoção da saúde, mediante ações de vigilância de endemias e seus vetores, inclusive, se for o caso, fazendo uso de substâncias químicas, abrangendo atividades de execução de programas de saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal.
- realizar visitas, semanalmente, conforme itinerário pré-estabelecido, nos pontos estratégicos e de armadilhas, a fim de fiscalização e coleta de larvas para controle do aedes aegypti.
- visitar quinzenalmente Borracharias, Ferro Velho, Floriculturas, Materiais de Construção. Etc., ou seja: pontos estratégicos, para fiscalizar a presença de água parada e coletar amostras de larvas para análise.
- realizar visita semanal nas armadilhas instaladas em empresas de transporte, empresas de modo em geral, distribuidora de bebidas, etc., (loais com movimento de entrada e saída de pessoas do município), para trocar a água, lavar as armadilhas e coletar as larvas (quando presentes) e encaminhar para o setor de vigilância epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde do Município.
- colocar as larvas encontradas em tubitos e identificar com etiqueta de remessa contendo o número do agente e número do tubito.
- fechar boletins diários de visitas, separando por bairros, discriminando o local visitado, a presença de depósito de água parada, tubitos enviados para análise, etc., e realizar a contagem das irregularidades.
- Identificar locais necessários para instalação de novas armadilhas e instalá-las com a prévia permissão dos proprietários locais.
- identificar novos locais necessários para pontos estratégicos de visitas, mediante denúncias, informações gerais, determinação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).
- realizar levantamento de índices (LIA), através de visitas domiciliares, distribuídas por bairro/agentes, fiscalizando área interna e externa, verificando locais de favorecimento de proliferação de larvas do mosquito da dengue, relando orientações necessárias e coletando larvas quando necessário. Preencher boletim de visita, discriminando o local visitado, a presença de depósito de água parada, tubitos enviados para análise, etc. E realizar a contagem das irregularidades.
- entregar ficha de visita em cada local fiscalizado e anotar a data, hora, informações da residência/empresas, etc. (Em cada visita realizada anotar na ficha de informações).
- realizar a delimitação (300 metros) de foco positivo do mosquito da dengue e fiscalizar a área em 100% de abrangência para identificação do local de proliferação. Eliminar todos os depósitos de água. Em caso da não possibilidade de eliminação do depósito de água utilizar larvecida (na medida necessária), de 2 em 2 meses durante um ano.
- realizar PVE - Visitas especiais em locais onde residem pessoas com sintomas e diagnóstico da dengue, fiscalizando no raio de 100 metros a presença do Aedes Aegypti. E, a partir de denúncias em locais com possíveis depósitos de água parada.
- realizar informações sobre doenças transmissíveis e outras.

LEI 5.663

LEI Nº 5.663, de 01 de dezembro de 2015.

"CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE À REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGÊNCIAS E ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Esta Lei consolida a legislação municipal relativa às atividades de agências e estabelecimentos bancários estabelecidos no território do município de Rio do Sul.
	Parágrafo único. Encontram-se consolidados na presente lei os seguintes dispositivos legais:
	I - Lei nº 3.598, de 4 de abril de 2001;
	II - Lei nº 4.128, de 27 de outubro de 2004;
	III - Lei nº 4.232, de 15 de agosto de 2005;
	IV - Lei nº 5.022, de 10 de setembro de 2010;
	V - Lei nº 5.078, de 09 de novembro de 2010.

CAPÍTULO I DOS ASSENTOS DE ESPERA

Art. 2º-	É obrigatória a instalação de cadeiras para acomodação de clientes nas agências e postos bancários estabelecidos no município de Rio do Sul.
	Parágrafo único. As cadeiras serão instaladas em quantidade necessária para que todos os clientes possam aguardar sentados o atendimento bancário nos caixas.
Art. 3º-	O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento bancário ao pagamento de multa, no valor de 650 UFM's – Unidades Fiscais Municipais –, a ser aplicada em dobro em caso de reincidência.

CAPÍTULO II DO TEMPO PARA ATENDIMENTO

Art. 4º-	Ficam as agências bancárias estabelecidas no território do município de Rio do Sul, obrigadas a colocarem à disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de caixa, a fim de que os serviços sejam prestados no tempo razoável.
	§1º Nos termos do caput deste artigo, é considerado tempo razoável para atendimento:
	I - até 20 minutos em dias normais;
	II - até 30 minutos em véspera ou após feriados prolongados, nos dias de pagamentos de servidores públicos e recolhimento de tributos.
	§2º Os bancos ou suas entidades representativas informarão ao PROCON, órgão encarregado de fazer cumprir esta lei, os dias mencionados no inciso II do §1º deste artigo.
Art. 5º-	Para comprovação do tempo de espera pelo usuário, o mesmo receberá bilhete da senha de atendimento, onde deverá constar impresso o horário de recebimento da senha e o horário que se efetivar o atendimento ao cliente.
	§1º Os estabelecimentos bancários não cobrarão qualquer importância pelo fornecimento obrigatório das senhas de atendimento.
	§2º Deverá o estabelecimento bancário fixar em local visível os tópicos principais desta Lei, como:
	I - número da Lei;
	II - tempo de permanência na fila;
	III - órgão fiscalizador com o respectivo número telefônico para denúncias.
Art. 6º-	O não cumprimento dos termos elencados no art. 4º caracterizará infração administrativa passível de multa.

Art. 7º-	Os procedimentos administrativos de que trata esta Lei, serão aplicados quando da denúncia comprovada pelo usuário da agência bancária ou de entidade da sociedade civil legalmente constituída, ao PROCON municipal.
	§1º Para a comprovação da denúncia, necessário se fará a apresentação do bilhete de senha com o registro dos horários de recebimento e atendimento.
	§2º As instituições bancárias, nos caso em que for extrapolado o tempo de atendimento de que trata os incisos I e II, § 1º, do art. 4º, deverão devolver ao consumidor o respectivo bilhete de senha.
Art. 8º-	Serão igualmente consideradas infrações administrativas nos termos desta Lei:
	I - a omissão de informações e a cobrança indevida de taxas, sem notificação antecipada do cliente, nos termos da Resolução nº 2.303, de 25 de julho de 1996, e outras normas do Banco Central do Brasil, que disciplina a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas;
	II - a não fixação em lugar visível e com letras legíveis da tabela de produtos e serviços praticados pelo Banco;
	III - a não disposição ao usuário idoso, portador de deficiência e à gestante, do serviço de caixa exclusivo, nos termos da legislação federal vigente;
	IV - o não fornecimento das demais informações determinadas pela Resolução nº 2.303, de 25 de julho de 1996 – SISBACEN – Sistema Central de Informações do Banco Central do Brasil.
Art. 9º-	A fiscalização e aplicação das sanções administrativas, bem como a notificação, autuação e o recebimento das reclamações dos consumidores ficará sob a responsabilidade do PROCON do município de Rio do Sul.
Art. 10-	Fica autorizada à Coordenação Executiva do Procon de Rio do Sul, no que se refere à relação de consumo, a regulamentar as disposições da presente Lei, atendendo ao caso específico mediante Portaria.
Art. 11-	Às infrações previstas na presente Lei serão aplicadas sanções administrativas previstas no art. 56 e no art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor –, e na alínea "a", inciso IX, art. 12 do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, consideradas práticas infrativas e, ainda, com referência as práticas e cláusulas abusivas praticadas pelo fornecedor de produto ou serviço.

CAPÍTULO III DO ATENDIMENTO PREFERENCIAL DE GESTANTES, PESSOAS COM CRIANÇAS DE COLO, IDOSOS E DEFICIENTES

Art. 12-	As agências bancárias darão tratamento diferenciado a gestantes, pessoas com crianças de colo, idosos e pessoas portadoras de deficiência.
	§ 1º A preferência e a prioridade estabelecidas no caput deste artigo compreendem a não sujeição a filas comuns, além de outras medidas que tornem ágil e fácil o atendimento à prestação do serviço.
	§ 2º O direito assegurado pelo presente capítulo aplica-se, indiretamente, a clientes ou não de serviços de agência bancária.
Art. 13-	O atendimento especial, prescrito no artigo anterior, compreenderá:
	I - prioridade às pessoas ali especificadas;
	II - garantia de fácil e rápido acesso às agências;
	III - manutenção de funcionários devidamente informados quanto aos procedimentos a serem adotados nessas ocasiões.
Art. 14-	Os locais destinados ao atendimento das pessoas relacionadas no art. 12 deverão estar devidamente sinalizados com placas contendo os seguintes dizeres:

	"MULHERES GESTANTES, MÃES COM CRIANÇAS DE COLO, IDOSOS E PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA TEM ATENDIMENTO PREFERENCIAL, LEI MUNICIPAL."
Art. 15-	As placas referidas no art. 14 desta Lei deverão apresentar as seguintes características:
	I - estar situada em locais visíveis;
	II - ser confeccionada de forma a possibilitar fácil leitura;
	III - conter letras e números com no mínimo 3 (três) centímetros de altura.
Art. 16-	O não cumprimento do disposto neste capítulo acarretará na notificação do infrator para regularizar sua situação no prazo de 30 dias.
	§1º No caso de descumprimento do previsto no caput deste artigo, o infrator ficará sujeito à multa equivalente a 10 (dez) Unidades de Valor Fiscal do Município de Rio do Sul (UFM).
	§2º Serão considerados reincidentes os estabelecimentos que, já tendo recebido multa definida no §1º deste artigo, venham, a qualquer tempo, infringir as disposições deste capítulo.
	§3º Nas hipóteses de reincidência, será lavrada multa equivalente a 20 UFM's.
Art. 17-	A fiscalização e a supervisão do cumprimento das disposições desta Lei ficarão a cargo da Secretaria de Fazenda do Município.

CAPÍTULO IV DA DISPONIBILIZAÇÃO DE BANHEIROS PÚBLICOS

Art. 18-	É obrigatória a disponibilização de banheiros para utilização pública, separados por sexo e com dependências próprias às pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, nas agências bancárias instaladas no município de Rio do Sul.
	Parágrafo único. A instalação ou adequação dos banheiros deverá seguir os padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
Art. 19-	A utilização dos banheiros públicos de que trata este capítulo será gratuita, vedado qualquer tipo de restrição à mesma.
Art. 20-	A não observância do disposto neste capítulo implicará nas seguintes sanções:
	I - advertência;
	II - multa no valor de 300 UFM's por dia; e
	III - suspensão da autorização de funcionamento até que sejam tomadas as providências determinadas por esta Lei.
	Parágrafo único. A forma de fiscalização e de aplicação das sanções deste capítulo serão discriminadas em Decreto do Executivo Municipal.

CAPÍTULO V DA DISPONIBILIZAÇÃO DE GUARDA-VOLUMES

Art. 21-	Ficam os estabelecimentos bancários de Rio do Sul, dotados de porta com detector de metais, obrigados a manter unidades de guarda-volumes à disposição de seus usuários.
Art. 22-	O guarda-volumes deverá:
	I - estar posicionado junto ao local de acesso, anteriormente às portas de detectores de metais;
	II - ter chaves individuais que possam ficar com o usuário, enquanto permanecer dentro do estabelecimento;
	III - ter chaves individuais que possam ficar com o usuário, enquanto permanecer dentro do estabelecimento;
	IV - corresponder ao número compatível com o fluxo de pessoas previsto para o estabelecimento em questão.
Art. 23-	Fica vedada a cobrança de qualquer tarifa, taxa ou similares para a prestação do presente serviço.

	Parágrafo único. A vedação de que trata o caput do presente artigo não se configura no caso dos estabelecimentos bancários efetuarem cobrança temporária para o uso do guarda-volumes, devendo ser devolvido o respectivo valor, em sua totalidade, após o uso.
--	---

Art. 24-	O descumprimento ao disposto na presente lei ensejará multa diária no valor de 500 UFM's, até a solução da desconformidade.
----------	---

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25-	As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 26-	O Executivo regulamentará esta lei e ficará responsável pela sua fiscalização.
Art. 27-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 28-	Ficam formalmente revogadas, por consolidação, sem perda da sua validade normativa, as seguintes normas: Lei nº 4.128, de 27 de outubro de 2004; Lei nº 4.232, de 15 de agosto de 2005; Lei nº 5.022, de 10 de setembro de 2010; e Lei nº 5.078, de 09 de novembro de 2010.

GABINETE DO PREFEITO
01 de dezembro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.671

LEI Nº 5.671, de 01 de dezembro de 2015.

"PRORROGA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE SOCIO-EDUCATIVA E CRIA CARGO DENOMINADO MONITOR ESCOLAR, COM A FINALIDADE DE CONTRIBUIR PARA O MONITORAMENTO ESCOLAR E AUXILIAR AS ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS, BEM COMO DAR CUMPRIMENTO DA HORA-ATIVIDADE".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica prorrogado o Programa de Qualidade Socioeducativa, instituído pela Lei nº 5.550, de 18 de dezembro de 2014, com a finalidade de contribuir para o monitoramento escolar e auxiliar as atividades socioeducativas, bem como dar cumprimento da hora-atividade.
	Parágrafo único. O programa será orientado e fiscalizado pela Secretaria Municipal de Educação, que disponibilizará professores para o acompanhamento das atividades do cargo denominado Monitor Escolar.
Art. 2º-	Fica criado o cargo de Monitor Escolar, de caráter temporário, com fulcro no inciso IV, do art. 2º da Lei Municipal nº 3.796, de 26 de junho de 2002, com a finalidade de atender o Programa de Educação de Qualidade Socioeducativa.
	§1º O cargo de Monitor Escolar visa auxiliar os professores no desempenho de suas atividades, tendo como enfoque principal o atendimento de crianças e adolescentes em atividades socioeducativas, prestando assistência às suas necessidades diárias, além de contribuir para aplicação gradativa da hora-atividade conforme Decreto Regulamentador.
	§2º O processo de contratação do cargo de Monitor Escolar, atenderá o disposto na Lei Municipal nº 3.796, de 26 de junho de 2002.
	§3º A descrição sumária do cargo, bem como as principais atribuições, carga horária e requisitos estão previstos no Anexo I desta Lei.

	§4º Fica determinado vencimento mensal para o cargo de Monitor Escolar no importe total de R\$ 1.071,83 (mil e setenta e um reais e oitenta e três centavos), referente à carga horária de 40 horas semanais.
	§5º O valor da remuneração, será revisto na mesma data e pelo mesmo índice fixado para a remuneração dos servidores públicos municipais de Rio do Sul e enquadrados no nível "C" da tabela salarial.
	§6º O monitor escolar deverá estar sempre acompanhado por um professor em sala.
Art. 3º-	Consta no Anexo II da presente Lei o impacto financeiro para criação de 70 (setenta) vagas para o cargo de Monitor Escolar, enquadrado no nível "C" da tabela salarial dos servidores do município.
Art. 4º-	Para a posse no cargo de Monitor Escolar o candidato deverá ser aprovado em prova escrita classificatória e eliminatória e possuir certificação em curso de formação inicial fornecida pelo Município.
Art. 5º-	Os recursos para o cumprimento da presente Lei correrão à conta de dotação específica consignada no orçamento municipal vigente.
Art. 6º-	O programa de que trata esta Lei se encerrará em 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado mediante lei específica.
Art. 7º-	O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que for necessário em até 30 (trinta) dias.
Art. 8º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI COMPLEMENTAR Nº 309

LEI COMPLEMENTAR Nº 309, de 01 de dezembro de 2015.

"CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL RELATIVA AO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei Complementar consolida a legislação municipal referente ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, dos Poderes Executivo e Legislativo, da Administração Direta e Indireta.

§1º Encontram-se consolidados nesta Lei Complementar os seguintes dispositivos legais:

- I - Lei Complementar nº 101, de 30 de abril de 2003;
- II - Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010;
- III - Lei Complementar nº 217, de 14 de dezembro de 2010;
- IV - Lei Complementar nº 237, de 21 de dezembro de 2011;
- V - Lei Complementar nº 248, de 20 de julho de 2012;
- VI - Lei Complementar nº 254, de 6 de novembro de 2012;
- VII - Lei Complementar nº 272, de 20 de dezembro de 2013;
- VIII - Lei Complementar nº 273, de 20 de dezembro de 2013;
- IX - Lei Complementar nº 274, de 20 de dezembro de 2013;
- X - Lei Complementar nº 289, de 3 de novembro de 2014.

§2º O Regime Jurídico do Município de Rio do Sul é o Estatutário.

§3º Poderá ser adotado o regime da CLT para funções definidas, mediante lei específica, observada a legislação federal.

Art. 2º Para efeito desta lei designa-se:

I - Servidor Público: a pessoa legalmente investida em cargo público;

II - Cargo Público: o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, criado por lei, em número certo, com denominação própria e pago pelos cofres públicos para provimento em caráter efetivo ou em comissão;

III - Quadro de Pessoal: o conjunto de cargos de provimento efetivo e cargos em comissão;

IV - Cargo de Provimento Efetivo: o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades com denominação própria de acordo com a área de atuação e formação profissional;

V - Cargo em Comissão: aquele declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - Carreira: a perspectiva de crescimento profissional;

VII - Grupo Ocupacional: o conjunto de cargos reunidos com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de complexidade e responsabilidade.

Art. 3º É vedada a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em Lei.

TÍTULO II

DO PROVIMENTO, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

Seção I

Disposições gerais

Art. 4º São requisitos para o ingresso nos quadros de pessoal:

I - a nacionalidade Brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de 18 anos;

VI - aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo;

VII - a aprovação em concurso público, quando se tratar de nomeação para cargo efetivo;

VIII - declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

VIX - apresentação de exames médicos solicitados no respectivo edital.

Parágrafo único. Lei específica pode estabelecer outros requisitos para o ingresso de pessoal no quadro permanente dos Poderes Executivo e Legislativo, em face da natureza das atribuições do cargo.

Art. 5º O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 6º São formas de provimento de cargo público:

I - a nomeação;

II - o aproveitamento;

III - a reintegração;

IV - a recondução;

V - a reversão;

VI - a readaptação.

Parágrafo único. A investidura do servidor em cargo em comissão far-se-á mediante designação pela autoridade competente.

Seção II

Do concurso

Art. 7º Concurso público é o processo de seleção aberto ao público em geral, atendidos os requisitos de inscrição estabelecidos na lei e no edital respectivo.

§1º O concurso público será de provas teóricas, provas práticas, provas físicas e/ou títulos.

§2º O concurso público poderá incluir programa de treinamento como etapa integrante do processo seletivo.

§3º Não se abrirá novo concurso público para provimento de cargo que ainda exista candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Art. 8º O concurso público terá validade de até 2 anos, fixado no edital, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Parágrafo único. Se o edital for omissivo, o prazo de validade será de 2 anos, vedada a sua prorrogação.

Art. 9º O concurso público credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, obedecida a ordem de classificação.

Art. 10. O edital de concurso público, do qual se dará ampla divulgação, conterá os seguintes requisitos mínimos:

I - prazo para inscrição não inferior a 15 (quinze) dias, contados de sua publicação oficial;

II - requisitos para a inscrição e condições para o provimento do cargo;

III - tipo e conteúdo das provas e, se for o caso, a categoria dos títulos;

IV - forma de julgamento das provas e, se for o caso, dos títulos;

V - critérios de aprovação e classificação;

VI - valor da taxa de inscrição, quando indispensável ao seu custeio;

VII - número de vagas, cadastro reserva de vagas e a denominação dos cargos;

VIII - percentual de vagas para deficiente físico (art. 37 VIII CF);

IX - o prazo para recurso, em todas as fases do certame;

X - valor dos vencimentos.

§1º As alterações no edital mencionado no caput implicam na reabertura do prazo de inscrição quando houver alteração de documentos exigidos na inscrição ou quando houver alteração do conteúdo programático das provas.

§2º O prazo para inscrição no concurso, se ainda não encerrado, pode ser prorrogado uma vez por igual período.

§3º O edital do concurso e o respectivo regulamento serão homologados pela autoridade do órgão que o promover.

§4º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para os quais serão reservadas até 20% das vagas de cada cargo oferecidas no concurso.

§5º Os editais de concurso público dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo Municipal deverão prever isenção da taxa de inscrição para o candidato que, nos termos do edital, comprovar renda igual ou inferior a um salário mínimo ou idade igual ou superior a 60 anos.

Art. 11. Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive realizar o julgamento de quaisquer recursos, a autoridade

competente designará Comissão Especial composta de:

I - Presidente: representado pela autoridade competente, ou por quem este designar;

II - um servidor representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul;

III - três servidores efetivos estáveis.

Parágrafo único. A critério da autoridade competente, o concurso público poderá ser organizado, executado e julgado por empresa especializada na área, cabendo neste caso à Comissão Especial supervisionar todas as etapas do concurso público.

Art. 12. O concurso será homologado pela autoridade competente do órgão que o promover, que publicará o seu resultado.

Seção III

Da nomeação, da posse e do exercício

Art. 13. Nomeação é o ato através do qual a autoridade confere a alguém determinado cargo efetivo de nível inicial de carreira ou cargo em comissão, satisfeitas as exigências legais.

Art. 14. Posse é a aceitação expressa do cargo identificado no ato de nomeação ao cargo efetivo de nível inicial de carreira, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º O prazo para a posse é de 30 dias, contados:

I - da data de publicação do ato de nomeação;

II - do término da licença ou afastamento, tratando-se de servidor municipal sujeito ao regime jurídico único, licenciado ou legalmente afastado.

§2º Se a posse não ocorrer no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

§3º A requerimento do servidor, o prazo para a posse poderá, a critério da Administração, ser prorrogado por mais 15 dias.

Art. 15. Posse em cargo efetivo depende da apresentação dos seguintes documentos:

I - prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, constante de atestado médico oficial.

II - declaração de bens que constituem seu patrimônio.

III - declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

IV - comprovação da habilitação correspondente ao cargo em que irá ocupar previsto no edital de concurso público.

V - outros documentos necessários, exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos, ao ingresso no serviço público municipal.

§1º São competentes para dar posse:

I - o Prefeito Municipal aos servidores do Poder Executivo;

II - o Presidente da Câmara aos servidores do Poder Legislativo;

III - o Superintendente aos servidores das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município;

IV - o Diretor Presidente das autarquias.

§2º A nomeação em cargo de provimento em Comissão implica na apresentação dos documentos previstos nos incisos II, III, IV e V do caput do presente artigo.

Art. 16. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§1º O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados nos assentamentos funcionais do servidor.

§2º É de 15 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§3º O servidor será exonerado do cargo se não entrar em exercício no prazo previsto do parágrafo anterior.

Art. 17. Para ingresso no quadro de pessoal, para cargo de provimento efetivo ou em comissão, faz-se necessária a realização de exame médico admissional.

Parágrafo único. Nos casos de exoneração, dispensa ou demissão do servidor público municipal, será obrigatoriamente submetido a exame demissional, antes de seu desligamento do quadro de pessoal.

Seção IV Da lotação

Art. 18. Lotação é o local onde o servidor exerce as atribuições e responsabilidades do cargo público. A administração, discricionariamente, poderá direcioná-lo para qualquer local de trabalho, desde que, obviamente, a função a ser exercida seja compatível com as atribuições do cargo.

Seção V Do estágio probatório

Subseção I Do estágio probatório e da finalidade

Art. 19. O servidor público municipal submetido ao prévio concurso público, devidamente aprovado e nomeado para cargo de provimento efetivo, fica sujeito ao cumprimento de estágio probatório por um período de 3 anos para a aquisição da estabilidade.

§1º A finalidade do estágio probatório é tecer uma análise do servidor investido em cargo público efetivo, no que tange ao domínio sobre as atribuições do cargo, pontualidade, assiduidade, iniciativa, flexibilidade, produtividade e qualidade no trabalho, disciplina, ética pública, cuidados com materiais, equipamentos e ambiente, relacionamento interpessoal, capacidade física e mental para o exercício do cargo, de forma a considerá-lo apto ou inapto, capaz ou incapaz para a permanência no respectivo cargo.

§2º O servidor público municipal estável que for aprovado em outro concurso e nomeado em novo cargo fica sujeito a novo estágio probatório.

§3º No que tange à capacidade física e mental, o servidor deverá realizar dois exames médicos, um no ato da admissão e outro 30 dias antes do término do estágio probatório.

§4º Na hipótese de acumulação legal de cargos públicos prevista constitucionalmente, o estágio probatório será cumprido independentemente, em relação a cada um dos cargos nomeados.

§5º Durante o período de estágio probatório, não são computados como de efetivo exercício os dias em que o servidor afastar-se do trabalho, nas seguintes hipóteses:

- I - licença sem remuneração para atividade política, a partir do dia de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo até a véspera do registro da respectiva candidatura;
- II - licença maternidade;
- III - licença paternidade;
- IV - licença para fins de adoção;
- V - afastamento para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, e doação de sangue;
- VI - licença após o registro da candidatura a cargo eletivo, pelo prazo previsto em lei eleitoral;
- VII - exercício de mandato político ou eletivo em confederação, federação, associação de classe, sindicato representativo da classe, que importe afastamento das funções do cargo;
- VIII - prestação de serviços considerados obrigatórios por lei, tais como: júri e prestação de serviço militar;

IX - período da nomeação em cargo comissionado, ou no período em que o servidor substituir servidor em cargo comissionado, se a designação não prever acumulação de atribuições com as do cargo de provimento efetivo.

X - afastamento do cargo decorrente de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente enquanto perdurar a prisão;

XI - licença para casamento.

§6º Sempre que o servidor for convocado para participar de programas de treinamento e capacitação, cujo conteúdo seja relativo às atividades específicas do cargo para o qual foi nomeado, o afastamento deve ser considerado como de efetivo exercício para efeito de cumprimento do período de estágio probatório.

§7º É vedado ao servidor público municipal, durante o período de estágio probatório:

- I - ser readaptado, excetuando os casos de acidente de trabalho;
- II - requerer licença para tratar de assuntos particulares;
- III - ser cedido, com ou sem ônus, para quaisquer órgãos estranhos àqueles da estrutura organizacional do Poder Legislativo ou do Poder Executivo Municipal e das Fundações Públicas Municipais;
- IV - requerer licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro(a);
- V - afastar-se do cargo em virtude de condenação por sentença criminal definitiva.

§8º Ao iniciar suas atividades o servidor será informado detalhadamente dos critérios utilizados para sua avaliação de desempenho no período do estágio probatório.

§9º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no art. 29 desta Lei Complementar.

Subseção II Do instrumento e dos prazos da avaliação de desempenho para servidores em estágio probatório

Art. 20. Os requisitos previstos no §1º do art. 19 desta Lei Complementar serão utilizados para análise da Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório, e serão aferidos através do preenchimento em instrumento próprio, denominado Formulário de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório, cujo modelo deverá fazer parte integrante de Decreto Regulamentador.

§1º O preenchimento do formulário identificado no caput do artigo implicará obrigatoriamente no enquadramento dos seguintes itens:

I - Indicadores:

- a) Bom;
- b) Regular;
- c) Fraco.

II - Pesos:

- a) 10 pontos;
- b) 7 pontos;
- c) 1 ponto.

III - Tabela de Pontuação - Resultado Final

- a) Apto - Atender aos requisitos (de 95 a 100 pontos);
- b) Atende parcialmente aos requisitos (de 85 a 94 pontos);
- c) Não atende aos requisitos (abaixo de 85 pontos).

§2º O cálculo do resultado final da Avaliação de Desempenho dos servidores em estágio probatório será obtido através do somatório dos seguintes resultados:

- a) número de "bom" multiplicado por 10 (dez);
- b) número de "regular" multiplicado por 7 (sete);
- c) número de "fraco" multiplicado por 1 (um).

§3º A Comissão, ao final de cada período de avaliação, emitirá o respectivo conceito sobre o qual o servidor deverá obrigatoriamente ser cientificado.

§4º Quando o servidor for enquadrado por duas vezes de forma alternada ou consecutiva na letra "b" da Tabela de Pontuação prevista no inciso III do §1º do art. 20 da Lei Complementar mencionada no caput deste artigo, deverá o formulário de avaliação, bem como os demais documentos previstos no §6º do art. 24 da mesma Lei, ser encaminhado para o Comitê Técnico de Estágio Probatório.

§5º Quando o servidor for enquadrado na letra "c" da Tabela de Pontuação prevista no inciso III do §1º do art. 20 da Lei Complementar mencionada no caput deste artigo, deverá o formulário de avaliação, bem como os demais documentos previstos no §6º do art. 24 desta Lei Complementar, ser encaminhado para o Comitê Técnico de Estágio Probatório.

Art. 21. Durante o período de estágio probatório, o servidor será submetido a cada 6 meses à Avaliação de Desempenho, por uma Comissão designada para tal finalidade.

§1º Quando houver movimentação do servidor para outro local de trabalho, que envolva mudança da comissão de avaliação, o servidor será avaliado em formulário de "Avaliação Especial de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório - Avaliação Subsidiária", com o objetivo de acompanhar o desempenho do servidor em cada local onde estiver desenvolvendo as suas atividades.

§2º Somente será realizada a avaliação subsidiária, antes da movimentação, quando o tempo de trabalho do servidor for igual ou superior a 30 dias de efetivo exercício.

§3º Sempre que houver Avaliação Subsidiária, o resultado final da Avaliação Especial de Desempenho no respectivo período será a média ponderada de todas as avaliações realizadas naquele interesse.

§4º Os servidores aprovados em concurso em cargo que a lei municipal exija a realização de curso de formação profissional estarão sujeitos, no período da realização do curso, a regime excepcional de avaliação do estágio probatório que observará como critério único a aprovação em todas as disciplinas ofertadas.

§5º A data de conclusão da última Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório antecederá obrigatoriamente em 30 dias àquela prevista para aquisição da estabilidade do servidor.

§6º Havendo no período previsto no §5º deste artigo Processo Administrativo ou tendo sido o processo de Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório encaminhado para o Comitê Técnico por não atender ou atender parcialmente os requisitos da avaliação, o Estágio ficará suspenso até o parecer conclusivo da respectiva comissão.

§7º Do parecer conclusivo de que trata o § 6º, poderá resultar na aquisição da estabilidade ou exoneração do servidor avaliado.

§8º A qualquer tempo, a Comissão deve proceder à conclusão da Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório, ainda que verificada a ocorrência de uma das seguintes situações: I - infração disciplinar, caracterizada pela transgressão de quaisquer dos deveres e proibições do servidor especificados nesta Lei, assegurando a ampla defesa e o contraditório; II - restrição física e mental, temporária ou permanente, declarada ou reconhecida perícia médica municipal, que impossibilite o desempenho de suas atividades no cargo de ingresso.

Subseção III

Da comissão de avaliação de desempenho em estágio probatório e

das competências

Art. 22. As Comissões de Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório, com mandato de 3 anos, tem o objetivo de responsabilizarem-se pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho de servidor integrante do quadro permanente do Município, devendo obrigatoriamente se manifestarem nos prazos e na forma estabelecidos em lei e em regulamento específico.

§1º Para fins de operacionalização da Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório, são as Comissões implantadas em cada Unidade Administrativa, por Departamento e por Divisão, se houver.

§2º As comissões serão compostas por 3 servidores:

I - um Diretor ou Chefe imediato do servidor avaliado;

II - dois servidores efetivos e estáveis, de mesmo nível de escolaridade ou superior ao cargo do servidor avaliado, lotados na mesma Unidade Administrativa, Departamento ou Divisão do avaliado, indicados entre si, bem como os seus respectivos suplentes.

§3º Ocorrendo insuficiência de servidores estáveis para compor a Comissão de Avaliação na Unidade Administrativa, Departamento ou Divisão do qual o servidor avaliado pertence, a comissão deverá ser assim composta:

I - no caso de servidores que possuam até o 2º Grau Completo, por outros servidores estáveis com o mesmo nível de escolaridade ou outro superior;

II - no caso de servidores em que o curso de graduação é inerente ao cargo, por outro servidor com a mesma graduação do avaliado, desde que vinculado à mesma Unidade Administrativa, Departamento ou Divisão.

§4º Nos casos dos profissionais do magistério, que possuam duas ou mais lotações, será criada uma comissão de avaliação em cada unidade escolar que o servidor estiver lotado. O resultado final do período será a média ponderada entre as avaliações realizadas pelas comissões.

§5º É de competência das Comissões avaliar os servidores que estão em estágio probatório, que exercem atividade em seu órgão de lotação, preenchendo o Formulário de Avaliação de Desempenho e emitir conceito nos termos do inciso III do §1º do Art. 20 desta Lei Complementar, no prazo máximo de 12 dias corridos, contados da data de recebimento do respectivo formulário.

§6º O formulário mencionado no parágrafo anterior deve obrigatoriamente conter a assinatura de todos os integrantes da comissão, bem como do servidor avaliado com vistas a atestar a ciência do resultado final da avaliação.

§7º Verificando-se a recusa do servidor avaliado em atestar a ciência do resultado final, esta será suprida pela assinatura de duas testemunhas, que o farão na presença do servidor.

§8º As situações previstas no §5º do presente artigo que conduzam à indicação de exoneração de servidor devem obrigatoriamente estar fundamentadas em relatório circunstanciado com assinatura de todos os integrantes da Comissão.

§9º Além da atribuição elencada nos parágrafos acima, compete às Comissões dar conhecimento aos servidores sobre o Sistema de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, quanto a suas responsabilidades, bem como sobre a necessidade do preenchimento do documento denominado "Auto Avaliação de Estágio Probatório", cujo prazo e modelo serão previstos em regulamento próprio.

§10º Compete ainda às Comissões de Avaliação respeitar as normas e prazos previstos nesta lei, sendo que o não cumprimento

poderá implicar em medidas disciplinares previstas em lei.

Subseção IV

Do comitê técnico e da competência

Art. 23. O Comitê Técnico de Estágio Probatório possui os seguintes objetivos:

- I - homologar todos os processos de Avaliação de Estágio Probatório;
- II - emitir relatório conclusivo sobre a permanência ou não do servidor no cargo em que o servidor está sendo avaliado;
- III - deflagrar e conduzir o processo administrativo, sempre que houver indicação de exoneração do servidor durante o período de estágio probatório.

Parágrafo único. Concluído o processo administrativo que indica a exoneração do servidor, este deverá ser encaminhado à autoridade competente, para a decisão final.

Art. 24. O Comitê Técnico de Estágio Probatório será composto por 3 servidores efetivos e estáveis, e respectivos suplentes, possuidores de formação preferencialmente em nível superior, para cumprir mandato de 1 ano, podendo ser reconduzidos, fazendo jus os referidos componentes, individualmente, quando no exercício da função, a uma gratificação mensal.

§1º O Comitê Técnico será composto por:

- I - um servidor indicado pela autoridade competente, preferencialmente com graduação em Direito;
- II - um servidor indicado pela autoridade competente, com exercício na área de Recursos Humanos;
- III - um servidor da diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, indicado pelo seu Presidente.

§2º Para assessorar o Comitê Técnico de Estágio Probatório, quando for o caso, a autoridade responsável pelo departamento jurídico de cada ente indicará um advogado integrante da estrutura administrativa, ficando vedado o pagamento de qualquer gratificação quando a indicação recair sobre profissional que esteja nomeado em cargo comissionado ou, se tratando de servidor de carreira, que já esteja designado para atuar em outras comissões de atividades especiais.

§3º Uma vez instaurado o processo administrativo com indicação de exoneração, deve ser assegurado ao servidor o direito do contraditório e da ampla defesa, observando-se no rito processual as normas técnicas de processo administrativo disciplinar.

§4º O Comitê Técnico de Estágio Probatório terá o prazo de 30 dias para a emissão do relatório conclusivo do processo administrativo, podendo ser prorrogado por igual período, observados, quando da última avaliação, o disposto nos §§ 5º, 6º e 7º do art. 21 desta Lei Complementar.

§5º Concluído o processo administrativo e não havendo elementos legais que indiquem a exoneração do servidor, o Comitê Técnico de Estágio Probatório deverá sugerir providências a serem tomadas pela área de Recursos Humanos para acompanhamento do mesmo.

§6º O processo de exoneração deve conter:

- I - todas as avaliações anteriores;
- II - cópia da ficha funcional do servidor;
- III - relatório circunstanciado assinado por todos os membros da Comissão de Avaliação, constando os fundamentos que conduzem à indicação pela exoneração.

Art. 25. Compete à área de Recursos Humanos dos Poderes Executivo e Legislativo definir diretrizes, coordenar, acompanhar, monitorar e atualizar o sistema de avaliação de desempenho para os

servidores em Estágio Probatório.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Legislativo Municipal estabelecer instrumentos próprios para avaliação de seus servidores em Estágio Probatório, desde que observadas as regras dispostas nos arts. 19 e 20, bem como a periodicidade das avaliações estabelecidas no art. 21, caput, da presente Lei Complementar.

Seção VI

Da estabilidade

Art. 26. O servidor habilitado em concurso público, nomeado e empossado em cargo de provimento efetivo, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 anos de efetivo exercício, se aprovado no estágio probatório.

Parágrafo único. A portaria que determina a aprovação ou não no estágio probatório deverá ser publicada um dia antes da conclusão do estágio.

Art. 27. O servidor público estável só perderá o cargo:

- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa e contraditório;
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei Complementar, assegurada ampla defesa.

Seção VII

Da reintegração

Art. 28. Reintegração é a reinvestidura do servidor no quadro a que pertencia, com ressarcimento dos prejuízos, quando invalidada sua demissão ou exoneração por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§1º A reintegração dar-se-á no cargo anteriormente ocupado ou resultante de sua transformação.

§2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimento compatível com o cargo anteriormente ocupado, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço prestado ao município, não sendo estável o ocupante da vaga será exonerado.

§3º Se o cargo tiver sido extinto, o servidor será colocado em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, se não for possível o seu aproveitamento imediato.

Seção VIII

Da recondução

Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de:

- I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo dos quadros do município;
- II - em caso de reintegração do servidor que anteriormente ocupava o cargo.

Parágrafo único. Na recondução observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 28 desta Lei Complementar.

Seção IX

Da reversão

Art. 30. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

- I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria;
- II - no interesse da Administração, desde que o servidor:
 - a) tenha solicitado a reversão;
 - b) sua aposentadoria tenha sido voluntária;

- c) era estável quando na atividade;
- d) aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;
- e) haja cargo vago.

§1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§2º Após a reversão, o tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para a concessão da aposentadoria.

§3º No caso do inciso I, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§4º O servidor que retornar à atividade por interesse da Administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza individual que percebia anteriormente à aposentadoria.

§5º O servidor de que trata o inciso II deste artigo somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos 5 anos no cargo.

§6º Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 anos de idade.

Seção X Da reabilitação ocupacional

Art. 31. A Reabilitação Ocupacional compreende o conjunto de medidas que visa ao aproveitamento compulsório do servidor, portador de inaptidão e/ou restrições de saúde em atividade laborativa compatível com as mesmas.

§1º Será reabilitado o servidor que apresentar modificações em seu estado de saúde física e/ou mental, comprovadas por perícia médica, que inviabilizem a realização de atividades consideradas essenciais ao cargo efetivo.

§2º A perícia médica municipal e perícia médica previdenciária ficam responsáveis pela avaliação dos procedimentos de reabilitação a serem adotados.

§3º A perícia médica previdenciária avaliará e encaminhará ao órgão competente laudo circunstanciado sobre o potencial laborativo do servidor.

§4º Compete à área de Recursos Humanos, de cada poder, com base no laudo circunstanciado, promover o processo de Reabilitação Ocupacional, indicando a função, o cargo ou o local de trabalho, bem como o acompanhamento e o monitoramento do servidor.

§5º O servidor que estiver em processo de Reabilitação Ocupacional poderá ser convocado, sempre que necessário, para avaliação pela Inspeção Médica Previdenciária.

§6º A Reabilitação Ocupacional obriga o servidor a adequar-se a todas as medidas definidas por perícia médica.

Art. 32. O processo de Reabilitação Ocupacional é composto dos seguintes procedimentos:

- I - readequação;
- II - readaptação.

Subseção I Da readequação

Art. 33. A Readequação é o procedimento que autoriza a restrição

de algumas atribuições e atividades inerentes ao cargo ocupado, em decorrência de agravos de saúde apresentados pelo servidor, verificado em perícia médica previdenciária, desde que mantido o núcleo básico do cargo.

§1º A Readequação não determina alteração definitiva das atividades e implica na manutenção do servidor no cargo efetivo de ingresso.

§2º Compete à perícia médica previdenciária definir o lapso temporal da readequação, podendo ter caráter definitivo.

Subseção II Da readaptação

Art. 34. Readaptação consiste na mudança de cargo decorrente da inaptidão definitiva do servidor para o cargo originário, visando ao aproveitamento de sua capacidade laborativa residual.

Parágrafo único. Será readaptado o servidor que apresentar modificações em seu estado de saúde física e/ou mental, comprovadas por laudo circunstanciado emitido pela perícia médica previdenciária, que inviabilizem a realização de atividades consideradas essenciais ao cargo original.

Art. 35. A mudança de cargo dar-se-á uma única vez, para cargo de igual ou inferior escolaridade, respeitadas as restrições de saúde apontadas, bem como os seguintes critérios:

- I - habilitação ou escolaridade e conhecimentos específicos previstos para o novo cargo, na parte especial ou permanente, conforme o caso;
- II - manutenção de carga horária do cargo de origem do servidor, exceto quando o novo cargo estiver sujeito à jornada legal reduzida;
- III - manutenção do servidor no Quadro Geral em que investido.

Art. 36. O servidor readaptado será enquadrado no novo cargo, no padrão e referência de valor equivalente ou imediatamente superior ao percebido no cargo de origem, utilizando-se como critério a compatibilidade de tabelas salariais, observando o princípio de irredutibilidade de vencimento.

§1º Na hipótese de impossibilidade de efetivação do critério previsto no caput deste artigo, fica autorizado o pagamento, através de complementação de vencimento, da diferença nominal necessária a produzir a equivalência com o vencimento do cargo de origem, sobre a qual incidirão todas as vantagens e descontos legais.

§2º A complementação de vencimento a que alude o §1º deste artigo integrará o cálculo de proventos quando da aposentadoria do servidor, e sofrerá incidência de todas as vantagens e descontos legais, como se vencimento fosse.

Art. 37. A readaptação será procedida mediante mudança do cargo ocupado pelo servidor para outro cargo de carreira em que será reabilitado, transpondo-se a respectiva vaga no quadro geral de vagas previsto em lei, através de decreto.

CAPÍTULO II DA VACÂNCIA

Seção I Das formas de vacância

Art. 38. São formas de vacância de cargo público:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - readaptação;
- IV - posse em outro cargo inacumulável;
- V - aposentadoria;
- VI - recondução;
- VII - falecimento.

Seção II

Da exoneração

Art. 39. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

§1º A exoneração do cargo efetivo de ofício dar-se-á:

I - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estipulado;

II - quando não satisfeitas às condições do estágio probatório;

III - quando for necessário adequar os dispêndios com pessoal, de acordo com a Legislação Federal vigente e desde que antes tenham sido tomadas as seguintes medidas prévias:

a) redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão;

b) exoneração dos servidores não estáveis;

§2º O servidor que perder o cargo por decorrência do contido no inciso III do §1º deste artigo fará jus a uma indenização correspondente a 1 mês de remuneração por ano de serviço.

§3º O cargo objeto da redução prevista no inciso III do §1º deste artigo deverá ser extinto, vedada a criação de cargo ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo mínimo de 4 anos.

§4º A exoneração de cargo comissionado dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

Seção III

Da demissão

Art. 40. A demissão consiste na perda do cargo pelo servidor estável, em razão de:

I - sentença judicial transitada em julgado;

II - penalidade de caráter disciplinar, aplicável mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada a ampla defesa e o contraditório;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei Complementar, assegurada ampla defesa.

CAPÍTULO III

DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO

Seção I

Da remoção

Art. 41. Remoção é o deslocamento do servidor do quadro permanente de cada Poder para preenchimento de vaga no âmbito do mesmo quadro em outra unidade administrativa ou educacional, podendo ser:

I - a pedido;

II - de ofício;

III - por permuta;

IV - por concurso.

§1º A Remoção a pedido dar-se-á por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionada à comprovação por serviço de perícia médica oficial e existência de vaga.

§2º A Remoção de ofício dar-se-á pelo interesse público e dependerá de prévia justificativa da autoridade competente.

§3º A Remoção por permuta se processa por consenso de ambos os interessados, observada a conveniência administrativa. Os interessados devem ter a mesma categoria funcional, o mesmo regime de trabalho e a mesma habilitação profissional.

§4º A Remoção por concurso interno será promovida por interesse da administração, mediante a existência e necessidade de

ocupação de vaga, na hipótese de que o número de interessados seja superior ao número de vagas, obedecendo aos critérios previstos em edital próprio, onde conste:

I - número de vagas;

II - cargos;

III - local de trabalho;

IV - critérios de avaliação e habilitação.

§5º - Serão considerados os seguintes critérios para avaliação:

I - aperfeiçoamento profissional na área pretendida;

II - pontuação na última avaliação de desempenho;

III - maior tempo de exercício no cargo;

IV - não ter sofrido penalidade disciplinar;

V - pontualidade e assiduidade.

§6º Os critérios de pontuação e desempate para os itens do parágrafo anterior estarão previstos no edital de remoção, respeitando a ordem dos incisos do §5º deste artigo.

§7º O servidor deverá aguardar a remoção no seu local de trabalho original até a substituição por novo servidor designado.

§8º A hipótese de remoção prevista no §4º deste artigo será anual, no mês de novembro e deverá obrigatoriamente preceder a concurso público quando houver.

Seção II

Da redistribuição

Art. 42. A redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, para quadro de pessoal de outro órgão ou unidade administrativa do mesmo poder, cujos planos de cargos e vencimentos sejam idênticos, objetivando o ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou unidade administrativa, observado sempre o interesse da Administração Pública.

§1º A redistribuição é ato estritamente impessoal, embora acompanhe o servidor ocupante.

§2º No caso de extinção de órgão ou unidade administrativa, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, serão colocados em disponibilidade, com remuneração proporcional ao seu tempo de serviço, considerando-se para o cálculo: 1/35 da respectiva remuneração mensal se homem, e 1/30 se mulher, até seu aproveitamento em outro órgão ou unidade.

CAPÍTULO IV

DA DISPONIBILIDADE, DO APROVEITAMENTO E DA SUBSTITUIÇÃO

Seção I

Da disponibilidade

Art. 43. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço prestado ao Município, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo. Caso o servidor não tenha, ainda, adquirido estabilidade, será ele exonerado ex-offício.

Art. 44. O retorno à atividade do servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento em cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. O aproveitamento será tornado sem efeito, sendo cassada a disponibilidade, se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por Inspeção Médica Previdenciária.

Seção II

Do aproveitamento

Art. 45. Aproveitamento é o retorno a cargo público do servidor colocado em disponibilidade, observadas as seguintes normas:

I - ocorrendo vaga no quadro de pessoal, o aproveitamento terá precedência sobre as demais formas de provimento;

II - havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, em caso de empate, o mais velho;

III - o aproveitamento far-se-á a pedido ou de ofício, respeitada a habilitação profissional;

IV - é vedado o aproveitamento em cargo de remuneração superior à do cargo anteriormente ocupado;

V - no caso de aproveitamento de ofício, em cargo de remuneração inferior à do anteriormente ocupado, o servidor não sofrerá prejuízos em sua remuneração;

VI - o aproveitamento dependerá da prova de capacidade física/mental, mediante inspeção médica oficial;

VII - comprovada pela inspeção médica oficial a incapacidade definitiva do servidor convocado para o aproveitamento, será ele encaminhado ao sistema previdenciário para aposentadoria;

VIII - será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor convocado não entrar em exercício no prazo de 30 dias contados da data da convocação, salvo caso de doença comprovada de inspeção médica oficial.

Parágrafo único. O servidor poderá ser aproveitado em outras funções quando não mais existirem condições para a prática das funções atinentes ao seu cargo, em virtude de cessação ou paralisação das atividades relativas ao seu cargo.

Seção III

Da substituição

Art. 46. Os servidores ocupantes de cargos em comissão, nos seus afastamentos ou impedimentos regulares, poderão ter substitutos designados pela autoridade competente.

Parágrafo único. A substituição será feita por servidor designado através de ato da autoridade competente, percebendo durante o período de substituição a remuneração correspondente ao cargo em que se faça a substituição, ressalvado o caso de opção, proibida a acumulação de remuneração.

Art. 47. Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de cargo de direção, chefia ou assessoramento, poderá ser nomeado para exercer cumulativamente as atribuições de outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e neste caso só perceberá a remuneração correspondente a um cargo, cabendo ao servidor a opção. Parágrafo único. A reassunção ou vacância do cargo faz cessar, de pronto, os efeitos da substituição.

TÍTULO III

DA DURAÇÃO DO TRABALHO

CAPÍTULO I

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 48. Ao servidor público é assegurada a duração de trabalho não superior a 8 horas diárias ou 40 horas semanais, com intervalo para descanso igual ou superior a 60 minutos durante a jornada de trabalho.

§ 1º Em caso de necessidade, presente o interesse público, a jornada de trabalho poderá exceder a 8 horas diárias, excesso que não poderá ultrapassar a 2 horas, contando o excesso como hora extra.

§2º No caso de turno diário ininterrupto, a jornada de trabalho é de

6 horas diárias, deverá haver um intervalo de 15 minutos.

§3º Em regime excepcional de turno único de 6 horas diárias, a hora-extra somente será devida após a 8ª hora trabalhada, desde que previamente e expressamente autorizado pelo titular maior da unidade que o servidor estiver vinculado.

§4º Entre cada jornada de trabalho deverá haver um período de descanso mínimo de 11 horas consecutivas.

§5º A todos os servidores públicos é assegurado o direito ao descanso semanal remunerado.

§6º Excetuam-se da jornada de trabalho prevista no caput, os servidores nomeados nos cargos de Cirurgião Dentista, Consultor Jurídico, Digitador, Fonoaudiólogo, Instrutor de Trabalhos Manuais, Médico e Telefonista, aos quais é assegurado a 20, 30 ou 36 horas semanais de trabalho, e remuneração correspondente conforme disposto na Lei que trata o Plano de Carreira dos Servidores Público Municipal.

§7º Para os servidores da área do Magistério a jornada de trabalho será estabelecida no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

§8º Poderão ser estabelecidos horários especiais para determinados serviços, ou para categorias específicas de servidores, de modo a atender as características próprias da prestação de serviços ou à natureza das atividades, tendo princípio o interesse público e sua excepcional necessidade, respeitando-se os limites da jornada diária e semanal, de acordo com o disposto no caput e no §§ 2º, 6º e 7º deste artigo.

§9º O ocupante de cargo em comissão e os agentes políticos submetem-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração, excluindo o adicional pela prestação do serviço extraordinário.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO E DO QUADRO DE HORÁRIO

Seção I

Do controle da jornada

Art. 49. Os servidores do quadro permanente submeter-se-ão a controle de ponto, que poderá ser manual, mecânico, eletrônico e biométrico, onde serão registrados os horários de entrada e saída, bem como o intervalo, se houver.

§1º O registro de ponto poderá ser dispensado, caso as condições da prestação de serviços do servidor impossibilitem tal procedimento, mediante requerimento do servidor, com despacho formalizado pelo dirigente da unidade administrativa, o qual será encaminhado à área de Recursos Humanos para análise e decisão devidamente fundamentada.

§2º Outras situações que podem ensejar dispensa de ponto deverão ser regulamentadas através de ato próprio de cada Poder.

Art. 50. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 5 minutos, observado o limite máximo de 10 minutos diários.

Art. 51. O servidor é obrigado a comunicar à sua chefia imediata, no próprio dia que, por doença ou força maior, não puder comparecer ao serviço, salvo em situações em que estiver impossibilitado, desde que seja devidamente comprovado.

Parágrafo único. As faltas ao serviço por motivo de doença deverão

ser justificadas mediante atestado ou declaração médica, para fins disciplinares e de pagamentos, e encaminhados à Perícia Médica Municipal, respeitado o prazo máximo e a forma estabelecido no Capítulo que trata da Licença para Tratamento de Saúde.

Seção II Do quadro de horários

Art. 52. O quadro de horário do Poder Executivo e Legislativo, Administração direta e indireta, será normatizado mediante ato próprio de cada Poder.

Parágrafo único. Quando o horário único não for uniforme para todos os setores, deverá haver quadro demonstrativo informando as especificidades.

TÍTULO IV DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 53. Vencimento é a retribuição pecuniária paga ao servidor pelo exercício do cargo público com valor fixado em lei.

Parágrafo único. Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis, ressalvadas as hipóteses do art. 23 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 54. Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, acrescido de vantagens financeiras permanentes ou temporárias, previstas em lei.

§1º Nenhum servidor ativo ou inativo poderá perceber mensalmente dos cofres públicos municipais, a título de remuneração, importância maior àquela fixada como subsídio para o Prefeito Municipal.

§2º É assegurado aos servidores públicos municipais a revisão geral anual, com data no mês de janeiro e tendo como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§3º Para os servidores da área do Magistério Público Municipal que são regidos por Plano de Carreira e Vencimentos estabelecidos em lei específica, observar-se-á na data fixada para a revisão geral anual a remuneração prevista na Lei do FUNDEB para os profissionais da educação, e havendo percentual inferior ao assegurado aos demais servidores a título de revisão geral anual, fica-lhes assegurado o recebimento da diferença na mesma data.

§4º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 da Constituição Federal com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§5º De acordo com o previsto no art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/98, a vedação prevista no parágrafo anterior deste artigo não se aplica aos servidores, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo da Constituição Federal.

§6º Os Secretários Municipais e outros Agentes Políticos definidos por Lei serão remunerados através de subsídios, a ser pago em parcela única, vedados quaisquer acréscimos.

§7º As vantagens serão especificadas individualmente nas folhas de pagamento, sendo todas consideradas de caráter pessoal, não gerando reflexos ou isonomia a terceiros.

§8º Serão majoradas as vantagens vinculadas ao vencimento sempre que houver reajustes salariais, nos mesmos percentuais.

Art. 55. Precederá o vencimento do cargo efetivo do servidor, quando no exercício de cargo em comissão.

Art. 56. Quando um servidor efetivo for nomeado para desempenhar as atribuições do cargo em comissão, este poderá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pela remuneração do cargo de provimento efetivo que ocupa, acrescido do percentual de 20% do valor do cargo em comissão que irá ocupar.

§1º A diferença remuneratória prevista no caput será devida durante o período da nomeação para desempenhar as atribuições do cargo, destacado em seu comprovante salarial, sem prejuízo das demais vantagens, e não será incorporado ao vencimento do servidor.

§2º Sobre as opções de remuneração prevista no caput, o valor da pensão ou benefício de aposentadoria será proporcional ao período exercido junto ao quadro comissionado do Município e do cargo público efetivo ou estável, observada a regra do § 3º deste artigo.

§3º Na hipótese do §2º deste artigo, e desde que tenha havido contribuição ao Regime Próprio de Previdência, obter-se-á uma média geral que corresponda ao período contributivo entre a condição de servidor efetivo e ocupante de cargo comissionado.

Art. 57. Quando o detentor de cargo definido como Agente Político for servidor efetivo, deverá afastar-se do seu cargo de origem, com prejuízo da remuneração e dos vencimentos, e receberá subsídio a ser pago em parcela única, podendo, contudo optar pela remuneração do cargo efetivo que ocupa.

Parágrafo único. Ao servidor efetivo eleito como Vereador, aplica-se o disposto no inciso III do art. 38 da Constituição Federal.

Art. 58. Durante o período descrito no art. 57 desta Lei Complementar, os descontos previdenciários devidos ao regime próprio de previdência municipal serão calculados com base na remuneração anterior à nomeação em cargo de Secretário Municipal, como se no exercício estivesse.

Art. 59. O servidor perderá:

I - a remuneração do dia que faltar ao serviço, salvo eventual justificativa aceita pela chefia imediata, até o limite de uma falta por mês, encaminhada para o Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 48 horas;

II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos e saídas antecipadas, superiores a 10 minutos, salvo eventual justificativa aceita pela chefia imediata, encaminhada para o Departamento de Recursos Humanos no prazo de 48 horas;

III - a remuneração do cargo efetivo se nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação permitida;

IV - a remuneração quando no exercício de mandato eletivo, ressalvado o de vereador, havendo compatibilidade de horário;

V - a remuneração quando afastado por motivo de prisão em flagrante, preventiva ou condenação judicial por sentença definitiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.

Parágrafo único. Durante o afastamento mencionado do inciso V deste artigo, fica assegurado à família do servidor efetivo na ativa, auxílio reclusão, na forma prevista no art. 274, ressalvado o disposto no inciso V, §7º do art. 19 da presente Lei Complementar.

Art. 60. Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver desconto em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração, e com reposição dos custos, quando for oneroso.

Art. 61. As consignações em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, aposentados e dos pensionistas serão efetuadas nas condições estabelecidas em Lei específica.

Parágrafo único. A consignação em folha de pagamento será autorizada em parcelas cujo valor não exceda a 30% da remuneração ou provento.

Art. 62. As indenizações e reposições ao erário serão previamente comunicadas e devidamente autorizadas pelo servidor para posterior descontos em parcelas mensais em valores atualizados pelo mesmo índice utilizado para a revisão anual dos Servidores Públicos Municipal.

§1º A indenização será feita em parcelas cujo valor não exceda a 20% da remuneração ou provento.

§2º A reposição será feita em parcelas cujo valor não exceda a 25% da remuneração ou provento.

§3º Quando constatado o pagamento indevido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita em uma única parcela.

§4º Para efeito deste artigo considera-se:

I - reposição: a devolução de valores indevidamente pagos ao servidor;

II - indenização: o pagamento de quantia referente a danos causado pelo servidor com dolo ou culpa.

Art. 63. O servidor em débito com o erário que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada terá o prazo de 60 dias, contados a partir do respectivo ato, para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação ou a negativa de autorização do débito, no prazo previsto, implicará sua inscrição em dívida ativa.

CAPITULO II DAS VANTAGENS

Art. 64. Juntamente com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - Indenizações:

a) Indenização de diárias e adiantamentos;

b) Indenização de transportes.

II - Auxílios pecuniários:

a) Auxílio-escolar;

b) Auxílio-alimentação;

c) Auxílio-transporte.

III - Gratificações:

a) Gratificação natalina;

b) Gratificação especial;

c) Gratificação de instrução de programas de capacitação e aperfeiçoamento profissional;

d) Gratificação para participação no comitê de avaliação de desempenho para servidor em estágio probatório;

e) Gratificação de atividade em comissão de processo administrativo de Sindicância e Disciplinar;

f) Gratificação para participação em Atividade de Pregoeiro;

g) Gratificação para participação em Atividade na Comissão Permanente de Licitação;

h) Gratificação do oficial de Justiça ad-hoc;

i) Gratificação da Jari;

j) Gratificação para participação no conselho municipal de

contribuintes;

k) Gratificação por produtividade dos fiscais.

IV - Adicionais:

a) Adicional por tempo de serviço;

b) Adicional de férias;

c) Adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas;

d) Adicional pela prestação de serviço extraordinário;

e) Adicional pelo trabalho noturno.

Seção I

Das indenizações

Art. 65. Constituem indenizações ao servidor:

I - Indenização de diárias e adiantamentos;

II - Indenização de transporte.

Subseção I

Das diárias e das indenizações

Art. 66. O servidor que se afastar temporariamente da sede de suas funções, para cumprimento de atividades com finalidade pública, fará jus ao recebimento de diárias visando o pagamento de despesas com alimentação e hospedagem, desde que tenham sido previamente autorizadas pelo responsável do órgão correspondente, cujas condições para sua concessão serão estabelecidas em Lei específica.

§1º As despesas com passagens aéreas ou terrestres, quando não for adotado regime de adiantamento, serão suportadas diretamente pelos cofres públicos.

§2º Os servidores, quando em missões de que tratam esta Lei, deverão obrigatoriamente emitir relatório circunstanciado da viagem.

Art. 67. Em substituição ao regime de diárias, poderá ser adotado o regime de adiantamento, sempre que convir aos interesses da administração, em razão das despesas com alimentação, pernoite, ligações telefônicas e locomoção urbana, mediante apresentação dos respectivos comprovantes, até o limite fixado em ato do chefe de cada poder.

Art. 68. O servidor tem direito ao recebimento do numerário antes de iniciado o deslocamento conforme arbitramento feito pelo responsável do órgão, promovendo-se à tomada de contas, para restituição ou pagamento de eventuais diferenças, até 5 dias após o retorno.

§1º Se o deslocamento não se realizar, por qualquer motivo, o numerário correspondente ao adiantamento será restituído impreterivelmente em até 2 dias úteis.

§2º As solicitações de diárias e adiantamentos deverão ser encaminhadas ao setor competente com a antecedência de 2 dias úteis.

Art. 69. As despesas do servidor convocado para participar de cursos de treinamento serão suportadas pelo Município, podendo ser adotado o regime de diárias ou adiantamento, quando a alimentação e a hospedagem não forem proporcionadas diretamente pelo organizador do evento ou poder público.

Subseção II

Da indenização de transporte

Art. 70. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que utilizar veículo particular para execução de atividades externas, por força das atribuições próprias do cargo, que visem ao exclusivo atendimento dos serviços e do interesse público, fazendo jus nesta situação a uma indenização de combustível na ordem de 20% do valor do menor preço pago pelo Município do litro da gasolina, por quilometro rodado.

§1º A utilização de veículo automotor próprio dependerá de prévia autorização do responsável do órgão correspondente, aos quais competem o controle e fiscalização da indenização prevista no caput deste artigo.

§2º Para o recebimento da indenização de combustível prevista no caput deste artigo o servidor ou o agente público deve observar previamente as seguintes condições:

- I - comprovar a sua propriedade relativa ao veículo e efetuar o respectivo cadastramento no órgão competente do Município;
- II - emitir declaração que isenta o Município de responsabilidade civil e administrativa, em qualquer hipótese, pelos encargos decorrentes da propriedade, desgaste, multas e danos causados ao veículo ou a terceiros.

§3º A indenização do combustível será concedida mediante a comprovação da quilometragem percorrida, a partir do ponto de partida a ser fixado pela Administração, com base no relato do percurso e dos serviços efetivados, vinculados ao interesse público.

§4º Nos casos de viagem a serviço, a indenização prevista no caput será feita em conformidade com a quilometragem percorrida, utilizando-se como parâmetro o mapa do Estado de Santa Catarina editado pelo DEINFRA ou DNIT.

§5º A indenização será creditada diretamente na folha pagamento do servidor, através de documento próprio e devidamente autorizada pelo responsável do órgão e assinada pelo servidor a ser indenizado.

Seção II Dos auxílios pecuniários

Art. 71. Serão concedidos ao servidor público os seguintes auxílios pecuniários:

- I - Auxílio escolar;
- II - Auxílio alimentação;
- III - Auxílio transporte.

Subseção I Do auxílio escolar

Art. 72. O servidor público estável no exercício do cargo, terá direito a auxílio escolar, na forma de bolsa de estudo, correspondente a uma única oportunidade, para frequentar curso a nível de terceiro grau, pós graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, desde que não possua outra graduação nesta modalidade.

§1º O Auxílio Escolar, objetivando a participação em curso de nível de terceiro grau, somente será concedido para cursos compatíveis com as atividades desenvolvidas pelo serviço público municipal.

§2º O Auxílio Escolar, objetivando a participação em cursos de pós graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, somente será concedido se afim com as atribuições do cargo de provimento efetivo do servidor e o Trabalho de Conclusão de Curso, com vistas à obtenção do título, deverá ter como tema uma das vertentes relacionadas com as atividades desenvolvidas no serviço público municipal.

Art. 73. O auxílio escolar será disponibilizado nas proporções estabelecidas para cada modalidade de curso a seguir identificadas, e mediante prévia dotação orçamentária consignada nos orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo.

§1º Servidores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo:

- I - para cursos de graduação, serão disponibilizadas 50 (cinquenta) bolsas auxílio escolar;
- II - para cursos de pós graduação em nível de especialização, serão disponibilizadas 20 (vinte) bolsas auxílio escolar;

III - para cursos de pós graduação em nível de Mestrado, serão disponibilizadas 7 (sete) bolsas auxílio escolar;

IV - para cursos de pós graduação em nível de Doutorado, serão disponibilizadas 3 (três) bolsas auxílio escolar.

§2º Servidores do Poder Legislativo:

I - para cursos de graduação, serão disponibilizadas 3 (três) bolsas auxílio escolar;

II - para cursos de pós graduação em nível de especialização, serão disponibilizadas duas bolsas auxílio escolar;

III - para cursos de pós graduação em nível de Mestrado, serão disponibilizadas uma bolsa auxílio escolar;

IV - para cursos de pós graduação em nível de Doutorado, será disponibilizada uma bolsa auxílio escolar.

§3º A forma de custeio será parcial, com periodicidade mensal, e corresponderá ao percentual de 40% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, não podendo ultrapassar o limite de 50% do valor da mensalidade e da taxa de matrícula cobradas pelo estabelecimento de ensino.

§4º Compete exclusivamente ao servidor beneficiário deste Auxílio o pagamento da mensalidade diretamente à Instituição de Ensino, e requerer o reembolso nos termos do §3º deste artigo, responsabilizando-se, inclusive pelo pagamento de taxas adicionais cobradas em virtude de atraso na liquidação de parcelas ou outros débitos.

Art. 74. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudo será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a:

- I - 60 meses, para cursos de Graduação;
- II - 24 meses, para cursos de pós graduação em nível de Especialização;
- III - 24 meses, para cursos de pós graduação em nível de Mestrado;
- IV - 48 meses, para cursos de pós graduação em nível de Doutorado.

Art. 75. O auxílio escolar será concedido ao servidor durante o prazo estabelecido no art. 74 desta Lei Complementar, cessando imediatamente os benefícios do presente auxílio, quando:

- I - por desleixo, ficar em dependência de alguma disciplina
- II - abandonar o curso;
- III - não comprovar a frequência mínima de 75% da carga horária, por módulo ou disciplina cursada.
- IV - for reprovado em disciplina ou módulo.

§1º Pelos fatos descritos nos incisos I e IV, o servidor perderá o benefício caso implicar em prorrogação do prazo de conclusão de curso.

§2º Em caso de desistência voluntária, o servidor deverá restituir aos cofres públicos o montante do benefício recebido, corrigidos pelo mesmo índice previsto no §2º do art. 54 desta Lei Complementar.

§3º O servidor que mudar de Instituição de Ensino antes de concluso o curso para o qual se habilitou na concessão do auxílio escolar somente fará jus à continuidade do benefício caso a grade curricular e o prazo de duração sejam compatíveis com o primeiro curso.

Art. 76. O auxílio escolar poderá ser concedido aos servidores que estiverem matriculados em instituições de ensino situadas no Município ou fora dele.

Art. 77. O auxílio escolar somente será concedido ao servidor que atender os seguintes requisitos:

- I - não esteja cumprindo estágio probatório;
- II - não tenha gozado de licença sem vencimento ou ficado à disposição de órgãos não pertencentes ao Município, nos últimos 3 anos;
- III - não tenha sofrido aplicação de pena disciplinar.

Art. 78. O curso pretendido deverá atender os seguintes requisitos:
I –ser compatível com os interesses e objetivos do Poder e órgão de sua lotação;

II –ser autorizado ou reconhecido pelo órgão federal ou estadual de educação que tiver competência, nos termos da legislação.

Art. 79. As solicitações de auxílio escolar devem ser entregues na área de Recursos Humanos, devendo ser instruídas em formulário próprio da seguinte forma:

I - solicitação do servidor/aluno;

II - descrição do curso pleiteado e, quando se tratar de cursos de pós graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, demonstrar sua relação direta com a área afim da carreira do solicitante;

III - local;

IV - valor;

V - prazo de duração;

VI - justificativa do responsável pelo órgão sobre os trabalhos que serão desenvolvidos pelo solicitante após a conclusão do curso, nos casos de pós graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado;

VII - documento oficial da Instituição de Ensino comprovando a matrícula e a grade curricular do curso que o servidor irá frequentar.

Parágrafo único. Compete a cada Poder elaborar os controles, baixar os atos complementares e firmar o Termo de Compromisso para o fiel cumprimento do presente auxílio escolar.

Art. 80. Serão adotados, na seguinte ordem, como critérios para liberação do Auxílio Escolar:

I - maior tempo em exercício no cargo;

II - data de solicitação;

III - necessidade do conhecimento para o desenvolvimento das atividades do servidor.

Art. 81. O servidor que deixar de apresentar o comprovante de pagamento da mensalidade, até 30 dias após o vencimento definido pela instituição de ensino, perderá o direito do Auxílio Escolar daquele mês.

Parágrafo único. Perderá o Auxílio Escolar em caráter definitivo o servidor que deixar de apresentar por 3 meses consecutivos o comprovante das respectivas mensalidades relativas ao curso em que foi beneficiado.

Art. 82. O servidor contemplado com a ajuda financeira de que trata a presente Lei Complementar deverá permanecer em efetivo exercício em cargo integrante do quadro permanente de pessoal, vinculado ao Município, por, no mínimo, período idêntico ao do recebimento do auxílio escolar.

Parágrafo único. Caso o servidor venha a solicitar ou ser exonerado do cargo, ou aposentar-se (exceto aposentadoria por invalidez), antes de cumprido o período de permanência previsto, deverá ressarcir ao erário o valor do montante reembolsado pelo Poder Público de que trata esta subseção.

Subseção II

Do auxílio alimentação

Art. 83. O auxílio alimentação será concedido a todos os servidores ativos da Administração Pública Direta e Indireta e Poder Legislativo Municipal e destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, sendo pago diretamente, na proporção dos dias trabalhados, salvo na hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.

§1º O auxílio alimentação a ser concedido será devido a todos os servidores nomeados para uma jornada igual ou superior a 36 horas, independentemente da carga horária exercida, e aos demais proporcionalmente a carga horária, desde que exerça uma jornada de trabalho diária de 8 horas.

§2º Na hipótese de acumulação de cargos, para a concessão deste benefício será considerada a soma das jornadas de trabalho.

§3º É vedado o fornecimento de qualquer tipo de alimentação aos servidores, exceto o previsto no art. 89 desta Lei Complementar.

Art. 84. O auxílio alimentação será concedido em pecúnia.

Parágrafo único. O crédito ocorrerá em folha de pagamento e sua discriminação constará no comprovante salarial do servidor.

Art. 85. O valor unitário do auxílio alimentação corresponderá a 1,3% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, por dia útil efetivamente trabalhado.

Art. 86. O auxílio alimentação não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o regime de previdência do servidor público;

III - caracterizado como salário utilidade ou prestação salarial in natura;

IV - acumulável com outros de espécie semelhante, tais como cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

Art. 87. O desconto do auxílio alimentação, por dia não trabalhado, será deduzido do total de dias do respectivo mês.

Parágrafo único. Considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede do município.

Art. 88. O auxílio-alimentação será custeado com recursos dos órgãos a que pertence o servidor, os quais deverão incluir na proposta orçamentária anual os recursos necessários à manutenção do auxílio.

Art. 89. Os órgãos cujas atividades fim e localização geográfica justifiquem, poderão contratar empresa para fornecimento de refeições prontas a seus servidores em substituição ao auxílio-alimentação em pecúnia.

Subseção III

Do auxílio vale transporte

Art. 90. O valor do vale transporte será concedido aos servidores ativos da administração pública municipal, para destinação efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice versa, a ser utilizada no sistema de transporte coletivo urbano do Município de Rio do Sul.

Parágrafo único. Aos servidores públicos residentes fora dos limites territoriais do município de Rio do Sul, será garantido o auxílio referido no caput deste artigo, limitado ao valor do custo estimado até a divisa territorial, não podendo ser superior ao máximo concedido àquele que residir no Município.

Art. 91. A administração pública municipal participará dos gastos de deslocamento de servidores, com a ajuda de custo equivalente a parcela que exceder a 6% do vencimento base do beneficiário.

Art. 92. Para exercer o direito de receber o vale-transporte o servidor informará ao Município, por escrito:

I - o seu endereço residencial;

II - o meio de transporte utilizado para o seu deslocamento residência-trabalho e vice versa;

§1º A informação de que trata este artigo será atualizada semestralmente ou sempre que ocorrer alteração das circunstâncias mencionadas nos incisos I e II, sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência.

§2º O beneficiário firmará compromisso de utilizar o vale-transporte exclusivamente para o seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§3º A declaração falsa ou o uso indevido do vale transporte constituem falta grave e interrupção do fornecimento.

Art. 93. O vale transporte será custeado:

I - pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6% de seu salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens;

II - pelo Município, no que exceder à parcela referida no item anterior.

Art. 94. O vale-transporte, no que se refere à contribuição do Município, está condicionado às seguintes prerrogativas:

I - não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos;

II - não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS);

III - não é considerado para efeito de pagamento de 13º salário ou gratificação natalina;

IV - não constitui rendimento tributável do beneficiário.

Seção III

Das gratificações

Art. 95. Aos servidores serão concedidas as seguintes gratificações:

I - Gratificação Natalina;

II - Gratificação pelo exercício de cargo em comissão;

III - Gratificação de Instrução de Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional;

IV - Gratificação para participação no Comitê de Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório;

V - Gratificação para participação em Comissão de Processo Administrativo de Sindicância;

VI - Gratificação para participação em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

VII - Gratificação para participação em Atividade de Pregoeiro;

VIII - Gratificação para participação em Atividade na Comissão Permanente de Licitação;

IX - Gratificação do Oficial de Justiça ad-hoc;

X - Gratificação para participação no Conselho Municipal de Contribuintes;

XI - Gratificação por Produtividade dos Fiscais;

XII - Gratificação para membros da Jari;

XIII - Gratificação para participação em Comissão de Política e Remuneração de Pessoal;

XIV - Gratificação para participação em Comitê Permanente de Progressão na Carreira;

XV - Gratificação para participação em Comissão de Processo Seletivo de Pessoal;

XVI - Gratificação para participação em Comissão de Avaliação de bens móveis e imóveis;

XVII - Gratificação para participação em Comissão de Demolição.

XVIII - Gratificação para participação na Junta Médica Oficial do município.

§1º A gratificação dos membros da JARI Municipal será definida em lei específica.

§2º É vedado o pagamento de gratificação por atividade especial,

quando a designação de membro ou de Presidente recair em Agente Público nomeado no cargo de Secretário Municipal e nesta qualidade receber subsídio mensal.

§3º Quando o pagamento das gratificações elencadas nos incisos I a XVII do presente artigo for mensal e caso seja nomeado membro suplente para substituir o respectivo titular, a gratificação será devida na seguinte proporção:

I - substituição igual ou superior a 16 dias, valor da gratificação igual ao do respectivo titular;

II - substituição de 10 dias até 15 dias, 50% do valor da gratificação mensal do respectivo titular;

III - substituição de 1 até 9 dias, 25% do valor da gratificação mensal do respectivo titular;

Subseção I

Da gratificação natalina

Art. 96. A gratificação natalina corresponde a um doze avos da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano, salvo as situações em que houver remuneração variável durante o exercício, quando então dever-se-á efetuar a média do período.

§1º A fração igual ou superior a quinze dias será paga como mês integral.

§2º A gratificação natalina será paga até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano.

§3º A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer outra vantagem financeira.

§4º O servidor exonerado perceberá a gratificação natalina proporcional aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.

§5º A critério da administração municipal a gratificação natalina poderá ser antecipada em 50% no mês de julho de cada ano, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício.

§6º Sobre a gratificação prevista no caput incidirá contribuição previdenciária, ressalvada a hipótese do art. 58 desta Lei Complementar.

§7º Excetua-se a gratificação natalina das demais vedações de acumulação de gratificações previstas no § 2º, do art. 100, § 2º, do art. 100, § 2º, do art. 101, § 2º, do art. 102, § 2º, do art. 103, § 2º, do art. 104, § 2º, do art. 105, § 2º, do art. 107, § 2º, do art. 108, § 2º, do art. 109, § 2º, do art. 110, § 2º, do art. 111 e § 2º, do art. 112, todas da presente Lei Complementar.

Subseção II

Da gratificação pelo exercício de cargo em comissão

Art. 97. Será concedida gratificação especial de 20 % (vinte por cento) do valor do cargo em comissão, ao servidor efetivo que, quando nomeado para exercer as atribuições do respectivo cargo comissionado, optar pelo vencimento do cargo de provimento efetivo que ocupa, nos termos do art. 56 da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Legislativo conceder a seus servidores Função Gratificada-FG, conforme disposição contida em Plano de Carreira próprio.

Subseção III

Da gratificação de instrução de programas de capacitação e aperfeiçoamento profissional

Art. 98. O servidor que ministrar cursos inseridos no Programa de

Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional para servidores públicos municipais de Rio do Sul será concedida gratificação, correspondente a 1% do valor de seu padrão de vencimento, por hora de trabalho realizada.

Subseção IV

Da gratificação para comitê de avaliação de desempenho para servidor em estágio probatório

Art. 99. O servidor efetivo e estável designado para integrar o Comitê de Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório, será concedida gratificação mensal equivalente a 30% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, quando no exercício da função.

§1º A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação, com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção V

Da gratificação para comissão permanente de sindicância

Art. 100. Ao servidor efetivo e estável designado para integrar a Comissão Permanente de Sindicância, nos termos do art. 194, desta Lei Complementar, será concedida gratificação mensal equivalente a 30% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, quando no exercício da função.

§1º A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação, com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção VI

Da gratificação para comissão de processo administrativo disciplinar

Art. 101. Ao servidor efetivo e estável designado para integrar como membro Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será concedida gratificação equivalente a 30% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§1º A gratificação será devida por processo disciplinar concluso e será paga após a entrega do relatório final à autoridade competente que determinou sua instauração, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação com outra paga a qualquer título.

Subseção VII

Da gratificação para atividade de pregoeiro

Art. 102. Ao servidor designado para realizar atividade de pregoeiro e respectivos membros da Equipe de Apoio será concedida gratificação nos seguintes valores:

I - Pregoeiro: 100% do valor de referência do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais;

II - Membros da Equipe de Apoio: 50% do valor de referência do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais;

III - Suplente de Pregoeiro, quando designado para substituir o respectivo titular fará jus a gratificação na seguinte proporção:

a) substituição igual ou superior a 16 dias, gratificação igual ao do respectivo titular;

b) substituição de 10 até 15 dias, 50% do valor da gratificação mensal do respectivo titular;

c) substituição de 1 até 9 dias, 25% do valor da gratificação mensal do respectivo titular;

§1º A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção VIII

Da gratificação para comissão permanente de licitação

Art. 103. Ao servidor designado para integrar Comissão Permanente de Licitação na qualidade de titular será concedida gratificação equivalente a 100% do valor de referência do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§1º Ao servidor nomeado como Suplente da Comissão Permanente de Licitação, quando designado para substituir o respectivo Titular, fará jus a gratificação na proporção estabelecida no Art. 102, inciso III, da presente Lei Complementar.

§2º A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§3º É vedada a acumulação desta gratificação com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção IX

Da gratificação para oficial de justiça ad-hoc

Art. 104. Ao servidor nomeado pelo Poder Judiciário, mediante indicação do Poder Executivo Municipal, para realizar atividade de Oficial de Justiça Ad-hoc será concedida uma gratificação mensal equivalente a 85% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§1º A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção X

Da gratificação por participação no conselho municipal de contribuintes

Art. 105. Ao servidor efetivo, representante do Poder Executivo Municipal, designado para participar do Conselho Municipal de Contribuintes será concedida gratificação nos termos da norma contida no Código Tributário Municipal.

§1º A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação, com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção XI**Da gratificação de produtividade dos fiscais**

Art. 106. Farão jus à Gratificação de Produtividade os ocupantes do cargo de fiscal de tributos e demais servidores da Secretaria Municipal da Fazenda, os ocupantes do cargo de fiscal de obras, de posturas e de serviços públicos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente.

§1º A gratificação referida no caput deste artigo somente será devida àqueles servidores quando no efetivo exercício de suas funções, quando designados para realizar serviços em regime especial ou que estiverem desempenhando as funções de Chefia de sua respectiva Divisão.

§ 2º O pagamento da gratificação ao servidor que estiver no desempenho da função de chefia será efetuado pela média aritmética da gratificação dos demais fiscais de sua Divisão, no mês respectivo.

Art. 107. A gratificação de produtividade de que trata essa Subseção não excederá a 100% do salário base do servidor, vedada sua incorporação à remuneração para fins de aposentadoria.

Parágrafo único. Para o cálculo do 13º salário e das férias, será feita a média das gratificações recebidas nos últimos doze meses.

Art. 108. Para apuração da Gratificação de Produtividade serão atribuídos pontos a cada procedimento e/ou atividade desenvolvidos, individualizadamente, pelo fiscal de tributos, obras, posturas e serviços públicos, conforme tabelas constantes de Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 109. A produção mínima correspondente ao desempenho regular das atribuições do cargo, equivalente ao vencimento básico dos fiscais de tributos é de 800 pontos e dos fiscais de obras, posturas e serviços públicos é de 1000 pontos, computando-se a partir deste limite a produtividade a ser gratificada.

Art. 110. Os fiscais de tributos, obras, posturas e de serviços públicos deverão apresentar relatório mensal de suas atividades ao Chefe de Divisão de Fiscalização da respectiva unidade, que deverá dar conhecimento ao Secretário da Pasta, até o segundo dia útil do mês subsequente ao da competência, sob pena da perda da gratificação correspondente.

§1º Os procedimentos fiscais julgados improcedentes e que tenham sido considerados para o cálculo da produção fiscal serão decrescidos, no limite da respectiva pontuação, quando da apuração da produtividade dos meses imediatamente subsequentes.

§2º Informações inverídicas ou improcedentes, incluídas intencionalmente no relatório pelo fiscal, caracteriza falta grave, na forma estabelecida nessa Lei Complementar, ensejando a devolução imediata aos cofres municipais dos valores recebidos em decorrência das falsas informações.

Art. 111. Compete ao Chefe de Divisão de Fiscalização da respectiva unidade a verificação da produção fiscal mensal de cada fiscal, mediante relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas a ser apresentado para o Secretário da Pasta, com a atribuição da correspondente pontuação individual, segundo os critérios estabelecidos nessa Subseção, e na forma definida em regulamento próprio.

Parágrafo único. A produtividade que exceder ao limite estabelecido no art. 107 desta Lei Complementar será considerada para a apuração da produção fiscal do mês seguinte, limitando-se a 30% do excedente.

Art. 112. O controle de frequência dos servidores ocupantes do

cargo de Fiscal de Tributos Municipais será feito com dispensa do ponto.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere o caput deste artigo não farão jus ao pagamento por serviços extraordinários.

Art. 113. O cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização de Tributos Municipais somente poderá ser ocupado por Fiscal de Tributos Municipais que esteja no efetivo exercício de suas funções e com no mínimo 3 anos de investidura no cargo efetivo.

Art. 114. Aos Fiscais de Tributos Municipais será concedido auxílio transporte, em percentual de 25% sobre o vencimento básico da categoria.

Parágrafo único. O auxílio a que se refere o caput deste artigo destina-se a fazer frente às despesas de locomoção inerentes ao desempenho de suas atribuições, em todo o território do Município, na forma estabelecida em regulamento próprio.

Art. 115. O Fiscal de Tributos Municipais, quando designado para realizar serviços em regime especial, conforme item 4 (quatro) da tabela I constante do Anexo Único dessa Lei Complementar, perceberá gratificação de produtividade pela média dos últimos seis meses, proporcional aos dias nesta situação.

Art. 116. O Fiscal de Obras, Posturas ou Serviços Públicos, quando designado para realizar serviços em regime especial, perceberá gratificação de produtividade pela média aritmética da produção dos demais fiscais de sua unidade, no respectivo mês.

Subseção XII**Da gratificação por participação na comissão de política e remuneração de pessoal**

Art. 117. Ao servidor designado para integrar como membro a Comissão de Política e Remuneração de Pessoal será concedida gratificação mensal equivalente a 80% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§1º A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção XIII**Da gratificação por participação no comitê de progressão na carreira**

Art. 118. Ao servidor designado para integrar como membro o Comitê de Progressão na Carreira será concedida gratificação mensal equivalente a 30% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§1º A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção XIV**Da gratificação por participação na comissão de processo seletivo de pessoal e de concurso público**

Art. 119. Ao servidor designado para integrar como membro a

Comissão de Processo Seletivo de Pessoal e de Concurso Público será concedida gratificação equivalente a 30% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§1º A gratificação prevista no caput será devida por processo seletivo concluso e será paga após a publicação do Decreto de homologação do resultado final do certame, não será incorporada ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção XV

Da gratificação por participação na comissão de avaliação de bens móveis e imóveis

Art. 120. Ao servidor designado para integrar como membro a Comissão de Avaliação de bens móveis e imóveis será concedida gratificação mensal equivalente a 30% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§1º A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção XVI

Da gratificação por participação na comissão de demolição

Art. 121. Ao servidor designado para integrar como membro a Comissão de Demolição será concedida gratificação mensal equivalente a 80% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§1º A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção XVII

Da gratificação por participação na junta médica oficial do município

Art. 122. Ao servidor designado para integrar como membro a Junta Médica Oficial do município de Rio do Sul será concedida gratificação por perícia equivalente a 20% do valor do piso mínimo dos servidores públicos municipais.

§1º A gratificação prevista no caput será devida por processo de perícia e será paga após encaminhamento do Relatório Final ao setor competente, e não será incorporada ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§2º É vedada a acumulação desta gratificação com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades decorrentes de férias ou licenças.

Seção IV

Dos adicionais

Art. 123. Aos servidores serão concedidos os seguintes adicionais:

I - Adicional por tempo de serviço;

II - Adicional de férias;

III - Adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres

ou perigosas;

IV - Adicional pela prestação de serviço extraordinário;

V - Adicional pelo trabalho noturno.

Subseção I

Do adicional por tempo de serviço

Art. 124. O Adicional por Tempo de Servir-se-á na razão de 1% por ano de efetivo serviço público no município incidente sobre o vencimento base do servidor integrante do quadro permanente da administração municipal.

§1º O servidor fará jus ao adicional mencionado no caput deste artigo a cada 12 meses de efetivo serviço;

§2º É limitado em 35% o Adicional por Tempo de Serviço de que trata o caput deste artigo.

§3º Não será admitida, a título de adicional de tempo de serviço, qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, ou seja, sem contribuição.

Subseção II

Do adicional de férias

Art. 125. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião de férias, adicional de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

Subseção III

Do adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas

Art. 126. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores municipais a agentes nocivos à sua saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição.

Art. 127. O quadro das atividades e operações insalubres e normas e critérios de caracterização da insalubridade, limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes serão fixados na Lei Federal. Parágrafo único. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pela legislação, assegura a percepção do adicional respectivamente de 40%, 20% e 10% do valor do salário mínimo nacional, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo, respectivamente.

Art. 128. São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos, eletricidade, em condições de risco acentuado e outras previstas em legislação federal.

Parágrafo único. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor um adicional de 30% sobre o seu vencimento base.

Art. 129. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, de acordo com o laudo técnico das condições de ambiente de trabalho, deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.

Parágrafo único. O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessará com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão, mediante atos da administração, inclusive com o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Art. 130. É proibido à servidora gestante ou lactante o trabalho em atividade ou operações consideradas insalubres ou perigosas.

Art. 131. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios-X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere o caput devem ser submetidos a exames médicos periódicos, pagos pelo Município ou realizados pela sua Junta Médica Oficial.

Art. 132. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo a legislação federal, far-se-ão através de laudo específico realizado por profissional especializado.

Art. 133. Sobre os adicionais de insalubridade e de periculosidade previstos não incidirá contribuição previdenciária, da mesma forma que não se incorporará aos proventos de aposentadoria e pensão.

Subseção IV

Do adicional pela prestação de serviço extraordinário

Art. 134. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho.

§1º No caso de trabalho em dia consagrado de repouso e em feriado, o adicional será de 100% sobre a hora normal.

§2º Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporais.

§3º O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina, das férias, da licença para tratamento de saúde, da licença prêmio por desempenho e da aposentadoria, quando for o caso.

§4º Para efeito de Aposentadoria e da Licença para Tratamento de Saúde, a integração de que trata o § 3º deste artigo, será calculada pela média do valor corrigido dos serviços extraordinários prestados nos últimos 6 anos.

Art. 135. Os servidores efetivos poderão ter jornada de trabalho especial de prorrogação e/ou compensação de horas de trabalho, desde que observado o máximo de 10 horas diárias e o limite de horas mensais, respeitado o descanso semanal e o limite máximo de 2 horas extras por dia.

Parágrafo único. As horas trabalhadas em regime de compensação não serão consideradas como extraordinárias.

Art. 136. A administração de cada Poder poderá ter servidores realizando tarefas em regime de sobreaviso, para executarem serviços imprevistos, emergenciais ou essenciais à coletividade.

§1º Regime de sobreaviso é aquele em que o servidor fica na sua residência aguardando ser chamado para prestar serviço em seu local de trabalho.

§2º As horas do regime de sobreaviso serão remuneradas à razão de 1/3 (um terço) do vencimento base do servidor.

§3º As horas efetivamente trabalhadas no regime de sobreaviso serão remuneradas pelo vencimento normal com os devidos acréscimos legais.

§4º Os servidores ocupantes de cargos públicos de provimento em comissão são sujeitos ao regime de dedicação integral e, portanto, não terão direito à remuneração pelo regime de sobreaviso.

§5º Obriga-se o servidor que se encontra em regime de sobreaviso, quando convocado, a atender o chamado imediatamente, sob pena de responder pela omissão de seu mister, sem prejuízo das sanções disciplinares previstas em Lei.

§6º Os cargos públicos de provimento efetivo sujeitos ao regime de

sobreaviso deverão estar expressamente previstos em ato próprio de cada Poder, cuja escala deverá ser no máximo, de 24 horas, previamente aprovada pelo responsável do órgão de lotação do servidor.

Subseção VI

Do adicional pelo trabalho noturno

Art. 137. O trabalho prestado no período entre 22h00min e 05h00min do dia seguinte terá o valor-hora acrescido de 20% sobre a hora normal de serviço, na forma de adicional de trabalho noturno.

§1º A hora de trabalho noturno será computada como de 52:30 (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

§2º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplicam-se às horas de trabalho noturno o disposto nestes parágrafos.

CAPÍTULO III

DO PRÊMIO ESPECIAL

Art. 138. Ao servidor efetivo que ingressar no serviço público a partir da vigência desta Lei Complementar, ao completar 25 anos no Município de Rio do Sul (Poder Executivo - Administração direta e indireta e do Poder Legislativo), será conferido prêmio especial que consistirá de uma importância em dinheiro equivalente ao valor do vencimento base do cargo de provimento efetivo que ocupa.

Parágrafo único. O servidor público efetivo ou aquele estabilizado por força do Art. 19 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - CF/1988) em exercício na data da publicação desta Lei Complementar, que completar 25 (vinte e cinco) anos no município de Rio do Sul (Poder Executivo - Administração direta e indireta e do Poder Legislativo), será conferido prêmio especial que consistirá de uma importância em dinheiro equivalente ao dobro do valor da remuneração do cargo de provimento efetivo que ocupa percebida na data de sua concessão.

CAPÍTULO IV

DAS FÉRIAS

Art. 139. O servidor fará jus, anualmente, ao gozo de 30 dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 meses de exercício, exceto para o magistério, cujas férias devem ser gozadas no período de recesso escolar, bem como para o cargo de Assessor Parlamentar do Poder Legislativo, cujas férias serão gozadas preferencialmente durante o recesso parlamentar.

§2º Após cada período de 12 meses de trabalho, o servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 dias corridos, quando houver tido de 06 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 dias corridos, quando houver tido de 24 a 32 faltas;

§3º O servidor não fará jus às férias quando no período aquisitivo:

I - tiver mais de 32 faltas não justificadas;

II - permanecer em licença para tratamento de saúde e nos casos de acidente de trabalho, por período superior a 180 dias, intercalados ou não, reiniciando-se novo período aquisitivo na data em que o servidor retornar ao trabalho, valendo a presente regra para os servidores que se encontram afastados;

§4º Durante o recesso escolar, os servidores do Magistério poderão ser convocados pelo órgão competente para participar de cursos

ou atividades relacionadas ao magistério, respeitando o período de férias.

§5º Sempre que as férias forem concedidas após estar acumuladas dois períodos aquisitivos, é devido o pagamento em dobro da respectiva remuneração.

§6º A concessão das férias será comunicada por escrito ao servidor, através do órgão competente do Município, com a antecedência mínima de 15 dias, excetuando-se do cumprimento do prazo, as situações acordadas mutuamente.

§7º As férias deverão ser programadas até o 11º mês do período concessivo, do contrário será concedida automaticamente pela área de Recursos Humanos no último mês do respectivo período.

§8º Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 dias corridos.

§9º Os membros de uma família, que trabalham no mesmo órgão, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

§10. É vedado descontar das férias as faltas do servidor ocorridas no período aquisitivo.

Art. 140. É facultado à Administração converter um terço das férias em abono pecuniário.

Parágrafo único. No cálculo do abono do pecuniário será considerado o valor do adicional de férias previsto no art. 125.

Art. 141. O servidor que opera direta, exclusiva e permanentemente com Raios-X e substâncias radioativas gozará, obrigatoriamente, 20 dias consecutivos de férias por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Parágrafo único. É vedado ao servidor referido neste artigo converter um terço de suas férias em abono pecuniário.

Art. 142. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Art. 143. Aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que passarem para a inatividade e aos ocupantes de cargos em comissão, no momento da exoneração de ofício ou a pedido, será devida a indenização correspondente ao período de férias, cujo direito tenha sido adquirido e não tenha sido exercido em época própria.

Parágrafo único. Aos servidores mencionados no caput deste artigo, após 12 meses de serviço, será devido o direito à indenização relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 dias, desde que a cessação do vínculo com o Município não seja decorrente de processo disciplinar que tenha ensejado penalidade de demissão.

CAPÍTULO V DAS LICENÇAS

Art. 144. São modalidades de licença:

- I - para serviço militar;
- II - para atividade política;
- III - para desempenho de mandato eletivo;
- IV - para desempenho de atividades classistas;
- V - para tratar de assuntos particulares;
- VI - prêmio;
- VII - para acompanhar o cônjuge ou companheiro;
- VIII - por motivo de doença em pessoa da família;
- IX - licença especial para atendimento ao portador de necessidades especiais.

§1º São competentes para a concessão de licença a autoridade superior de cada Poder, admitida a delegação de competência.

§2º As licenças previstas não se aplicam ao servidor cujo vínculo com o Município decorrer apenas do exercício de cargo em comissão ou agente político.

§3º O servidor afastado ou licenciado do cargo, sem remuneração, poderá contar o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições previdenciárias, relativas à parte do segurado e a patronal.

Seção I

Da licença para o serviço militar

Art. 145. Ao servidor que for convocado para o serviço militar obrigatório será concedida licença sem remuneração, cuja duração será idêntica à do período em que estiver servindo às Forças Armadas.

§1º A licença será concedida à vista de documento oficial que prove a incorporação.

§2º Ao servidor desincorporado será concedido o prazo de 10 dias para que reassuma o exercício do cargo sem perdas de vencimento.

Seção II

Da licença para atividade política

Art. 146. O servidor efetivo terá direito à licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a desincompatibilização do cargo, determinada por lei ou sua escolha em convenção partidária, para concorrer a cargo eletivo e o dia do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.

Parágrafo único. A partir do registro da candidatura e até o quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo fará jus à licença com remuneração integral, como se em efetivo exercício estivesse.

Seção III

Da licença para desempenho de mandato eletivo

Art. 147. Ao servidor público municipal do Poder Executivo ou Poder Legislativo, da Administração Direta ou Indireta, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - quando investido no mandato de Chefe do Executivo, ou outro mandato eletivo federal ou estadual, será afastado de seu cargo, facultando-lhe optar pela remuneração de seu cargo ou pelo subsídio, quando investido no mandato de Chefe do Executivo;

II - se investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade deverá optar ou pela remuneração do cargo ou pelo subsídio do mandato de Vereador.

§1º Findo o mandato, o servidor público reassumirá o seu cargo.

§2º Sempre que houver necessidade do servidor público afastar-se para exercer o mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para progressão funcional.

§3º Para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Seção IV

Da licença para desempenho de mandato classista

Art. 148. É assegurado ao servidor efetivo o direito à licença para desempenho de mandato em sindicato representativo da categoria dos servidores municipais, com remuneração do cargo efetivo.

§1º A licença terá duração igual ao do mandato, podendo ser

prorrogada em caso de reeleição e por uma única vez.

§2º O servidor ocupante de cargo em comissão, efetivo ou não, deverá ser exonerado do cargo comissionado quando for empossado no mandato de que trata este artigo.

§3º Poderão ser licenciados 2 servidores, incluindo o presidente eleito, para cargos na referida entidade.

Seção V

Da licença para tratar de assuntos particulares

Art. 149. A critério da Administração, poderá ser concedida, ao servidor estável, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 anos consecutivos, sem remuneração.

§1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço, devendo neste caso, o mesmo assumir imediatamente o serviço.

§2º Em caso de interrupção, no interesse do serviço, a licença poderá ser renovada até a complementação do prazo anteriormente concedido.

§3º Não se concederá nova licença antes de decorridos 2 anos do término da anterior.

§4º Não se concederá licença a servidor nomeado, removido ou transferido, antes de completar 3 anos de efetivo exercício no cargo, ou que esteja respondendo a processo disciplinar.

§5º Finda a licença e o servidor não retornando, os dias não trabalhados serão considerados como falta ao serviço.

§6º O requerente aguardará em exercício a decisão sobre o pedido de licença, devendo o órgão competente manifestar-se no prazo de 30 dias.

§7º Ao servidor ocupante de cargo em comissão não se concederá, nessa qualidade, licença para tratar de interesses particulares.

Art. 150. O servidor que estiver em licença para tratar de assuntos particulares não poderá ser contratado pelo município sob forma alguma.

Parágrafo único. Não poderá haver a contratação de servidor, inclusive em caráter temporário, para suprir vaga decorrente da licença de que trata o art. 149 desta Lei Complementar.

Seção VI

Da licença prêmio

Art. 151. O servidor estável terá direito, como prêmio de assiduidade, à licença de 3 meses, em cada período de 5 anos de efetivo exercício ininterrupto em que não tenha mais do que 5 faltas injustificadas no período aquisitivo.

§1º Não se concederá licença prêmio de assiduidade ao servidor que, no período aquisitivo, for enquadrado nas situações enumeradas abaixo:

I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - afastar-se do cargo em virtude de:

a) licença para tratar de assuntos particulares;

b) condenação à pena privativa de liberdade, determinada por sentença definitiva;

III - não conseguir aprovação na Avaliação de Desempenho para a Progressão Funcional, excluindo-se, neste caso, o cumprimento no primeiro quinquênio.

§2º O período de licença será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais e não acarretará descontos no vencimento ou remuneração.

Art. 152. O requerimento de licença prêmio será instruído com a declaração do tempo de serviço.

§1º A licença deverá ser usufruída em período contínuo, ficando a critério do interessado a época da fruição.

§2º A licença prêmio, se assim optar o servidor público, e a critério de cada Poder, mediante requerimento, poderá ser convertida em pecúnia, de importância correspondente à metade ou à totalidade do período da licença.

§3º Para efeito do cálculo da conversão, será considerado o vencimento referente ao cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado o servidor público e incluir-se-ão todas as vantagens pessoais a ele referente.

§4º No caso de optar pela conversão em pecúnia referente à metade do período da licença, deverá o servidor gozar o restante, a partir do recebimento da parcela.

Art. 153. O servidor público deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

Parágrafo único. Dependerá de novo requerimento o gozo da licença quando, embora requerida, esta não for iniciada dentro de 30 dias, contados da data da publicação do ato oficial que a houver concedido.

Art. 154. O número de servidores em gozo simultâneo de licença prêmio por desempenho não poderá ser superior a 1/6 (um sexto) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 155. Nos casos de aposentadoria ou exoneração, e havendo licença prêmio não usufruída, obrigatoriamente deverá ser pago em pecúnia, no momento do ato de extinção do vínculo de trabalho com o Município, mediante requerimento do servidor.

Seção VII

Da licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro(a)

Art. 156. O servidor estável, cujo cônjuge ou companheiro for servidor federal, estadual e tiver sido mandado servir, ex-officio, em outro ponto do território nacional, ou no estrangeiro, terá direito à licença sem remuneração.

§1º A licença será concedida mediante pedido instruído por documento oficial que comprove a remoção e vigorará pelo período de até 2 anos.

§2º Decorrido o prazo e não tendo o servidor reassumido o exercício do cargo, será demitido por abandono do cargo, cuja apuração dar-se-á em regular processo administrativo.

Art. 157. É autorizado contratar servidor em caráter temporário para suprir a vaga decorrente da licença de que trata o art. 156 desta Lei Complementar.

Seção VIII

Da licença por motivo de doença em pessoa da família

Art. 158. Poderá ser concedida licença, ao servidor efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro(a), pais e filhos, do padrasto ou madrasta e enteados cujos nomes constem de seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica municipal e avaliação do serviço social municipal.

§1º A licença de que trata este artigo somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 15 dias, podendo ser prorrogada por mais 15

(quinze) dias, mediante parecer da perícia médica municipal e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até 12 meses.

§3º O pedido de concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, dentro do prazo de 30 do término da outra, será considerada como prorrogação.

§4º O servidor somente terá direito à licença remunerada na forma, prazo e condições estabelecidas no §2º, uma única vez ao ano.

§5º O servidor que necessitar licenciar-se com base na norma prevista neste artigo, deverá requerer e aguardar em serviço o parecer da autoridade competente.

§6º O pedido de licença mencionado no presente artigo obedecerá ao rito sumaríssimo e deverá ser apreciado pela autoridade competente num prazo máximo de até 72 horas.

§7º Sendo a doença descrita no caput deste artigo diagnosticada como neoplasia maligna (câncer) devidamente comprovado e referendado pelo Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM –, e havendo a estrita necessidade de acompanhamento do servidor constatado pelo serviço social do município, a licença de que trata o §2º deste artigo, poderá ser prorrogado por até 165 dias, sem prejuízo da remuneração, e persistindo a situação de assistência, por mais 12 meses, sem remuneração.

Art. 159. Poderá ser efetuada contratação de servidor em caráter temporário, nos termos da legislação municipal específica, para suprir a ausência do servidor licenciado com base no art. 158 da presente Lei Complementar, após expirado o prazo de que trata o §2º do art. 158, e desde que a perícia médica municipal ratifique a necessidade de afastamento do servidor por período de até 12 meses.

Seção IX

Da licença especial para atendimento ao portador de necessidades especiais

Art. 160. Ao Servidor ocupante de cargo efetivo é facultado gozar licença especial, com remuneração, para atender, em parte da sua jornada de trabalho, ao portador de necessidades especiais, pelo prazo de um ano, podendo ser renovada.

Parágrafo único. O afastamento previsto neste artigo é privativo de servidores que detenham a guarda do portador de necessidades especiais.

CAPÍTULO VI DA CESSÃO

Art. 161. O servidor estável poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

- I - para exercício de cargo em comissão;
- II - para o atendimento de convênios e/ou instrumento similares;
- III - nos demais casos previstos em leis específicas.

§1º Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração e da contribuição previdenciária relativa à parte patronal será do órgão ou entidade cessionária, e nas hipóteses dos incisos II e III, conforme dispuser a Lei ou Convênio relativo ao respectivo ato.

§2º O período em que o servidor estável estiver cedido não interrompe o tempo de contagem para a progressão na carreira, nem tampouco as vantagens decorrentes do exercício no cargo de origem.

§3º A cessão far-se-á mediante Portaria publicada no Diário Oficial do Município como ato de colaboração mútua em caráter de

excepcionalidade entre os órgãos ou entidades, para fim determinado, por prazo determinado e sem alteração da lotação no órgão de origem.

§4º Precede o ato de cedência do servidor a observância da similitude das atribuições do cargo de origem com aquelas a serem desempenhadas no órgão ou entidade solicitante, exceto no caso de exercício em cargo comissionado.

§5º É vedada a cessão de servidor que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar ou de sindicância.

§6º Nos casos de requisição, por ser ato irrecusável que implica a transferência do exercício do servidor, aplica-se as regras dispostas nos §§ 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo, mantido, nesta hipótese, o ônus da remuneração para o cedente.

Art. 162. É expressamente proibida a contratação de servidor em caráter temporário para suprir a cessão de que trata o art. 161 da presente Lei Complementar.

CAPÍTULO VII DAS CONCESSÕES

Seção I

Das disposições gerais

Art. 163. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

- I - por 1 dia para doação de sangue, a cada período de seis meses;
- II - por 2 dias úteis, pelo falecimento de avós, netos, tios e sobrinhos, madrasta, padrasto e sogros, contados da data do óbito, mediante apresentação do respectivo documento.
- III - até 5 dias úteis em virtude de seu casamento, contados a partir da data do pedido.
- IV - até 5 dias úteis pelo falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, irmãos, enteados e menores sob guarda ou tutela, contados da data do óbito, mediante apresentação do respectivo documento.
- V - por 2 dias em virtude da convocação da Justiça Eleitoral para trabalho nas eleições, mediante comprovação de participação firmada pelo órgão.

§1º A concessão prevista no item III deste artigo deverá ser concedida obrigatoriamente na semana do casamento.

§2º A concessão prevista no item V deste artigo refere-se ao trabalho executado por turno eleitoral e deverá ser usufruída no período máximo de 60 dias subsequentes à participação exercida.

Seção II

Das concessões para estudo

Art. 164. Poderá ser concedido horário especial, a critério de cada Poder, para frequentar cursos de graduação e pós-graduação em especialização, mestrado ou doutorado e desde que não prejudique o funcionamento do serviço público, o exercício efetivo do cargo e haja incompatibilidade total de horário, nos seguintes casos:

- I - ao servidor efetivo para cursar graduação ou pós graduação, em nível de especialização;
- II - ao servidor efetivo e estável para cursar pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

§1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração mensal do trabalho.

§2º Excepcionalmente, e mediante autorização expressa da chefia imediata, quando a compensação de horas efetivar-se através de

atividades ligadas a campanhas educativas, campanhas e serviços correlatos de saúde, campeonatos esportivos, participação em cursos de capacitação promovidos pela administração municipal, estas poderão ser realizadas e computadas trimestralmente.

§3º Compete à chefia imediata do servidor beneficiado com o regime especial de trabalho, definir o local de trabalho onde as atividades realizadas a título de compensação de horas irão se efetivar, observando-se neste caso que estas sejam realizadas no Município de Rio do Sul e compatíveis com as atribuições do cargo de carreira do servidor.

§4º O servidor designado para cumprir compensação de horas em local diferente de sua lotação não fará jus a qualquer auxílio financeiro destinado a cobrir custo adicional com transporte ou alimentação.

§5º Ao servidor em exercício de atividades em regime de compensação de horas, é vedado o pagamento do adicional de horas extras até o limite da jornada normal de trabalho.

§6º Nas férias escolares e nos dias em que não houver aula na Instituição de Ensino, o servidor beneficiado com horário especial deverá cumprir a carga horária integral do cargo efetivo do qual está vinculado ao Município.

§7º O controle das horas compensadas e aquelas a compensar serão feitas pela chefia imediata da repartição a qual o servidor está subordinado, devendo tal relatório de controle ser encaminhado mensalmente à área de Recursos Humanos, para os registros funcionais competentes.

§8º Verificado o interesse público e não havendo comprometimento das atividades normais da repartição, fica limitada a liberação simultânea de até 3 servidores da mesma unidade administrativa.

§9º A concessão prevista neste artigo somente poderá ser deferida mediante requerimento do interessado à área de Recursos Humanos, constando o nome do curso, horário das aulas, respectiva duração, despacho fundamentado da chefia imediata sobre o deferimento ou não do pedido e atendimento das seguintes condições: I - comprovação de matrícula em curso na área afim do cargo ocupado pelo servidor ou, quando não realizada, a demonstração do prazo em que esta findará; II - comprovação de que a Instituição de Ensino onde foi aprovado não possui o referido curso em horário noturno; III - apresentação de calendário escolar da Instituição de Ensino que pretende frequentar.

Art. 165. O total de horas compensadas não poderá ultrapassar a 10 (dez) horas semanais.

Art. 166. Perderá o benefício de compensação de horas o servidor que:

I - não apresentar comprovação mensal de frequência no curso;
II - não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

§1º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor fica obrigado a compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial.

§2º O não cumprimento da norma prevista no inciso II deste artigo é considerado como falta não justificada ao trabalho, devendo, neste caso, ser aplicado ao servidor infrator as penalidades administrativas previstas nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO VIII

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 167. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando-se o ano com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§1º Para efeito de aposentadoria computar-se-á integralmente:

I - o tempo de serviço federal, estadual ou municipal, inclusive autárquico e fundacional;
II - o período de serviço ativo nas forças armadas;
III - o tempo em que o servidor esteve em disponibilidade;
IV - o tempo de serviço em atividade privada vinculada ao Regime Geral de Previdência Social, desde que o servidor conte com cinco anos de efetivo exercício junto ao Município;
V - o período de exercício de mandato Federal, Estadual ou Municipal.

§2º O tempo de serviço não prestado ao Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, somente será computado à vista de certidão passada pelo órgão competente, ou após conclusão de processo administrativo instaurado para tanto.

§3º É vedada a soma de tempo de serviço simultaneamente prestado em cargos, empregos ou funções dos poderes e órgãos da Administração indireta, da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

§4º Não se contará, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo em que o servidor esteve afastado em virtude de cumprimento de pena judicial que não determine exoneração.

§5º Todo o tempo de serviço prestado ao Município será integralmente considerado para efeitos de aposentadoria.

§6º Para efeitos de licença prêmio somente será considerado o período em que o servidor entrou no exercício do cargo mediante regular concurso público.

§7º Para fazer jus ao direito consignado no §6º deste artigo, o período de exercício deverá ser contínuo, havendo rompimento do vínculo com a municipalidade, o prazo somente será considerado a partir do reinício do exercício no novo cargo.

Art. 168. São considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - desempenho de mandato eletivo Municipal, Estadual ou Federal;
II - convocação para o Serviço Militar;
III - júri e outros serviços obrigatórios por Lei;
IV - missão ou curso fora do Município, quando autorizado, ou representação do Município na qualidade de atleta ou técnico, em competições desportivas oficiais, mediante comprovação de participação expedida pelo órgão competente;
V - férias;
VI - processo disciplinar que não resulte penalidade;
VII - licença:
a) à gestante, à adotante e paternidade;
b) para tratamento da própria saúde ou para acompanhamento de doença em pessoa da família durante o período em que houver contribuição previdenciária;
c) para atividades políticas, no caso do parágrafo único do art. 146 desta Lei Complementar;
d) para desempenho de mandato classista;
e) por motivo de acidente de serviço ou de doença profissional;
f) licença prêmio;
VIII - outros afastamentos previstos nesta lei em que houver contribuição previdenciária.

§1º O servidor que pretender afastar-se do exercício do cargo decorrente de representação para participar de competições esportivas oficiais, na qualidade de atleta ou técnico, deverá requerer a chefia imediata, com antecedência mínima de 15 dias da respectiva

liberação.

§2º Após análise, compete à Chefia imediata deferir ou indeferir do pedido, observado em qualquer caso o interesse público e o não prejuízo do serviço público, bem como a confirmação pela Fundação Municipal de Desporto da data do respectivo evento.

§3º O requerimento com o competente despacho da Chefia deverá ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município, para as anotações na ficha funcional do servidor.

CAPÍTULO IX DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 169. Em defesa de direito ou de interesse legítimo é assegurado ao servidor requerer, pedir reconsideração e recorrer na esfera administrativa, mediante petição, e observadas as seguintes normas:

I - deverá ser dirigida à autoridade competente para decidir e encaminhando por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o peticionante, o qual decidirá no prazo de 30 dias, ressalvada a necessidade de diligência ou parecer especializado, caso em que o prazo será de 60 dias;

II - só cabe pedido de reconsideração à autoridade que emitiu decisão a respeito, não podendo ser dirigido à mesma autoridade por mais de uma vez;

III - cabe recurso para a autoridade imediatamente superior à que expediu o ato que decidiu em primeira instância, e sucessivamente em escala ascendente, as demais autoridades;

IV - os requerimentos, recursos ou pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo;

V - o direito de requerer prescreve:

a) em 5 anos, quanto aos atos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade ou que afetem o interesse patrimonial em créditos resultantes da relação de trabalho;

b) em 1 ano nos demais casos.

VI - o prazo para recorrer ou pedir reconsideração é de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação ou data em que o servidor for cientificado pessoalmente;

VII - o pedido de reconsideração e o recurso interrompem o prazo de prescrição.

Parágrafo único. Para o exercício do direito de petição é assegurada vista do processo ou do documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído, bem como cópia das peças que tenha interesse à sua defesa.

TÍTULO V DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DOS DEVERES

Art. 170. São deveres do servidor público:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentos;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza sem preferência pessoal:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas;

b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) as requisições para defesa da Fazenda Pública;

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material que lhe for confiado e pela conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre os assuntos da repartição que não

devem ser divulgados;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas, preservar a imagem, decoro, eficiência e credibilidade;

XII - participar das comissões para as quais for nomeado;

XIII - observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas, bem como, o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem confiados;

XIV - utilizar crachá de identificação e uniforme quando disponibilizado pelo órgão competente, conforme norma regulamentadora;

XV - frequentar cursos, quando indicados pela administração, para aperfeiçoamento, capacitação ou especialização;

XVI - submeter-se a avaliação médica e/ou avaliações complementares que for determinada pela autoridade competente;

XVII - providenciar para que esteja sempre em dia no seu assentamento individual, seu endereço residencial e sua declaração de família;

XVIII - representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XVIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa e contraditório.

CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 171. Ao servidor público é proibido:

I - faltar ao serviço injustificadamente, ou ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

II - retirar, modificar, ou substituir, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objetos da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestações de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do poder público, mediante manifestação escrita ou oral;

VII - cometer a pessoal estranho à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

VIII - coagir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação à associação profissional ou sindical, ou político-partidário;

IX - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, na administração pública direta e indireta;

X - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI - participar de gerência ou administração de empresa privada e de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista, ou comanditário;

XII - exercer comércio, e nesta qualidade transacionar com o Município;

XIII - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau civil, e de cônjuge ou de companheiro;

XIV - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XV - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XVI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVII - proceder de forma desidiosa;

XVIII - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
XIX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
XX - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho;
XXI - recusar-se a submeter-se à inspeção médica;
XXII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
XXIII - requerer e utilizar indevidamente o vale transporte;
XXIV - prevalecer-se da condição de superior hierárquico ou ascendência, inerente ao exercício de cargo ou função, para constranger colega de trabalho com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual;
XXV - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
XXVI - apresentar-se ao serviço sob o efeito de drogas ilícitas ou embriaguez, ou utilizar-se delas durante o expediente.

§1º Considera-se agravante da penalidade a embriaguez do servidor que coloque em risco a vida ou a integridade de outrem.

§2º É lícito ao servidor criticar atos do poder público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

CAPÍTULO III DA ACUMULAÇÃO

Art. 172. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- I - a de dois cargos de professor;
- II - a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- III - a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§1º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§2º É vedada a acumulação do cargo na área de Radiologia, ainda que permitida a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, levando em conta o risco da atividade.

§3º A compatibilidade de horário será reconhecida quando houver possibilidade de exercício dos dois cargos, em horários diversos, sem prejuízo do número regulamentar das horas de trabalho determinadas para cada um, incluindo-se nessa situação os profissionais da área do magistério, os quais devem cumprir as horas atividades de conformidade com as normas próprias do magistério público municipal.

§4º A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público.

§5º O servidor público aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade não poderá ocupar nenhum cargo público municipal de provimento efetivo.

Art. 173. Verificada em processo administrativo acumulação proibida e provada boa-fé, o servidor público optará por um dos cargos e, se não o fizer dentro de 15 dias, será exonerado de qualquer deles, a critério da administração.

Parágrafo único. Provado que o servidor público agiu de má-fé, este permanecerá ocupando o cargo que exercia há mais tempo e restituirá o que tiver recebido indevidamente.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 174. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 175. A responsabilidade civil decorre do ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, de que resulte prejuízo ao erário ou a terceiros.

§1º tratando-se de danos ao patrimônio municipal, o ressarcimento poderá ocorrer mediante desconto em folha, total ou em parcelas, a requerimento ou de ofício.

§2º tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§3º a obrigação de reparar o dano, prevista nos parágrafos anteriores deste artigo, estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor de herança recebida, decorrente do ilícito.

Art. 176. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nesta qualidade.

Art. 177. A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 178. As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 179. A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 180. É isento de pena o servidor que, por doença mental, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 181. São penalidades disciplinares:

- I - a advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - destituição do cargo em comissão;
- V - cassação da aposentadoria ou da disponibilidade;
- VI - multa alternativa à pena de suspensão.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 182. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias atenuantes ou agravantes e os antecedentes funcionais.

§1º São circunstâncias agravantes da pena:

- I - a premeditação;
 - II - a reincidência;
 - III - o conluio;
 - IV - a continuação;
 - V - o cometimento do ilícito:
- a) mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte o processo disciplinar;
 - b) com abuso de autoridade;
 - c) durante o cumprimento da pena.

§2º São circunstâncias atenuantes da pena:

I - haver sido mínima a cooperação do servidor no cometimento da infração;

II - ter o agente:

- a) procurado, espontaneamente e com eficiência, logo após o cometimento da infração, evitar-lhe ou minorar-lhe os efeitos;
- b) cometido a infração sob coação de superior hierárquico a que não podia resistir, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto de terceiro;
- c) confessado espontaneamente a autoria da infração ignorada, ou imputada a outrem.

Art. 183. A competência para a aplicação de penalidades disciplinares é do Chefe do Poder a que estiver vinculado o servidor.

Parágrafo único. Após a ciência pelo servidor, da decisão disciplinar, deverá ser publicada a portaria que determinou a aplicação de penalidade.

Seção I

Da advertência

Art. 184. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante nos incisos abaixo elencados, desde que não justifique imposição de penalidade mais grave:

- I - inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna;
- II - faltar ao serviço injustificadamente ou ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- III - retirar, modificar, ou substituir sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objetos da repartição;
- IV - recusar fé a documentos públicos;
- V - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- VI - promover manifestações de apreço ou desapeço no recinto da repartição;
- VII - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do poder público, mediante manifestação escrita ou oral;
- VIII - cometer a pessoal estranho à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
- IX - coagir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação à associação profissional ou sindical, ou político-partidário;
- X - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho;
- XIII - recusar-se a submeter-se à inspeção médica;
- XIV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
- XV - requerer e utilizar indevidamente o vale transporte;
- XVI - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- XVII - apresentar-se ao serviço sob o efeito de drogas ilícitas ou embriaguez, ou utilizar-se delas durante o expediente.

§1º A penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de 3 anos de exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§2º O cancelamento do registro da advertência não gerará nenhum direito para fins de concessão ou revisão de vantagens.

§3º A penalidade de advertência será aplicada ao servidor que ausentar-se injustificadamente do serviço por 5 dias, intercaladamente, durante o período de 12 meses.

§4º A penalidade de advertência será aplicada aos servidores

designados para Comissão de Processo Administrativo de Sindicância ou Disciplinar que não cumprirem os prazos estabelecidos por esta Lei Complementar.

Seção II

Da suspensão

Art. 185. A suspensão, que não poderá exceder a 90 dias, implicará a perda de todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo no período da suspensão, e será aplicada quando:

- I - na violação das proibições consignadas nesta lei;
- II - nos casos de reincidência em infração já punida com advertência;
- III - quando a infração for intencional ou se revestir de gravidade;
- IV - como gradação de penalidade, tendo em vista circunstância atenuante;
- V - que atestar falsamente a prestação de serviço, bem como proferir, permitir, ou receber a retribuição correspondente a trabalho não realizado;
- VI - que se recusar, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário;
- VII - responsável pelo retardamento em processo sumário;
- VIII - que deixar de atender notificação para prestar depoimento em processo disciplinar.

§1º A suspensão não será aplicada enquanto o servidor estiver afastado por motivo de gozo de férias regulamentares ou em licença por qualquer dos motivos previstos nesta Lei Complementar.

§2º Quando houver conveniência na continuidade para o serviço público, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

§3º A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso de 5 anos de exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§4º O cancelamento do registro da suspensão não gerará nenhum direito para fins de concessão ou revisão de vantagens.

Seção III

Da demissão e da destituição

Art. 186. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime praticado por servidor público contra a administração em geral, na forma dos artigos 312 a 327 do Código Penal;
- II - abandono de cargo;
- III - inassiduidade habitual;
- IV - improbidade administrativa;
- V - incontinência pública e conduta escandalosa;
- VI - insubordinação grave em serviço;
- VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII - aplicação irregular de dinheiro público;
- IX - revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
- X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- XI - corrupção;
- XII - acumulação proibida de cargos, empregos, ou funções públicas;
- XIII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- XIV - participar de gerência ou administração de empresa privada e de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista, ou comanditário;
- XV - exercer comércio e, nesta qualidade, transacionar com o Município;
- XVI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou

assistenciais de parentes até o segundo grau civil, e de cônjuge ou de companheiro;

XVII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XVIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, sem licença da autoridade competente;

XIX - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XX - proceder de forma desidiosa;

XXI - prevalecer-se da condição de superior hierárquico ou ascendência, inerente ao exercício de cargo ou função, para constranger colega de trabalho com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual;

XXII - apresentar-se ao serviço sob o efeito de drogas ilícitas ou embriaguez, ou utilizar-se delas durante o expediente;

XXIII - não utilização de equipamentos de proteção individual fornecidos pelo Município.

§1º Configura abandono de cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 dias consecutivos.

§2º Configura inassiduidade habitual, que enseja pena de demissão, a ausência injustificada do servidor ao serviço, por 30 dias, intercaladamente, durante o período de 12 meses.

§3º Aplica-se o disposto nos incisos XXII e XXIII deste artigo, quando ocorrer continuidade, depois de aplicadas as penalidades da advertência e suspensão.

§4º A demissão será aplicada, também, ao servidor que, condenado por decisão judicial transitada em julgado, incorrer na perda da sua função pública na forma de lei penal.

Art. 187. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 39, § 4º desta Lei Complementar será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 188. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 186 desta Lei Complementar, implica na indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 189. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 186, incisos XIII e XVI desta Lei Complementar, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 5 anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 186, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 190. Será cassada a aposentadoria e a disponibilidade do servidor que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

CAPÍTULO VI

DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DISCIPLINAR

Art. 191. O direito de a Administração Municipal promover ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 anos, quanto à suspensão;

III - em 180 dias, quanto à advertência.

§1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato imputável ao servidor se tornou conhecido.

§2º Os prazos de prescrição previstos em lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§3º A abertura de sindicância ou a instrução de processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 192. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

TÍTULO VI

DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 193. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que tenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§1º Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal ou quando constatada a prescrição, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§2º Sendo conhecida a autoria da infração apontada, poderá ser dispensada a realização de sindicância, iniciando os procedimentos para instalação do Processo Administrativo Disciplinar competente.

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

Seção I

Da comissão permanente de sindicância

Art. 194. A Comissão Permanente de Sindicância será composta por 3 servidores efetivos e estáveis e respectivos suplentes, indicados pela autoridade competente, possuidores de formação em nível de terceiro grau, preferencialmente na área de direito, para cumprir mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos, fazendo jus os referidos componentes, individualmente, quando no exercício da função, a gratificação mensal.

§1º A Comissão de Sindicância, composta por 3 servidores, deverá indicar entre os membros o seu presidente.

§2º Para assessorar a Comissão Permanente de Sindicância, quando for o caso, o Procurador Geral do Município indicará um advogado integrante da estrutura administrativa da Procuradoria Jurídica do Município para tal mister, ficando vedado o pagamento de qualquer gratificação quando a indicação recair sobre profissional que esteja nomeado em cargo comissionado ou, se tratando de servidor de carreira, já esteja designado para atuar em outras comissões de atividades especiais.

§3º A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente.

§4º Quando um dos membros indicados for parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, deverá ser substituído por um dos suplentes.

§5º A ausência justificada de um dos membros da Comissão na audiência não comprometerá a sua realização.

Art. 195. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do

fato ou exigido pelo interesse da administração.
Parágrafo único. Não haverá sigilo para o acusado ou seu defensor.

Art. 196. Os servidores indicados para Comissão Permanente de Sindicância farão jus à gratificação conforme estabelece o art. 100 desta Lei Complementar.

Seção II

Da comissão de processo administrativo disciplinar

Art. 197. O processo administrativo disciplinar será conduzido por uma comissão composta de 3 servidores efetivos e estáveis, preferencialmente possuidores de formação em nível de terceiro grau, designados pela autoridade competente.

§1º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta por 3 servidores deverá indicar entre os membros o seu presidente.

§2º A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente.

§3º A ausência justificada de um dos membros da Comissão na audiência não comprometerá a sua realização.

§4º Não poderá participar da Comissão parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 198. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. Não haverá sigilo para o acusado ou seu defensor.

Art. 199. Os servidores indicados para Comissão de Processo Administrativo Disciplinar farão jus à gratificação conforme estabelece o art. 101 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO III DA SINDICÂNCIA

Art. 200. A Sindicância Administrativa é meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público.

§1º A Sindicância será instaurada através de Portaria, determinada pela autoridade competente de cada Poder, a qual mencionará apenas os dispositivos legais em tese violados, e o nome do servidor, quando houver.

§2º Acompanhará a Portaria obrigatoriamente o anexo, o qual consistirá no relatório descritivo dos fatos a serem apurados, indicando as possíveis irregularidades e os elementos necessários à elucidação dos fatos, que servirão para assegurar a ampla defesa e o contraditório do servidor.

§3º A portaria será publicada sem o anexo como forma de preservar a imagem do sindicado, quando conhecida a sua identidade.

§4º A Sindicância dispensa a defesa do sindicado e a publicação do seu procedimento, quando se tratar de simples expediente de verificação de irregularidade.

§5º O prazo para conclusão da sindicância não excederá a 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

§6º Instaurada a Sindicância, quando houver conhecimento do nome do servidor envolvido, dar-se-á ciência, abrindo-se vistas aos autos e citando-o para apresentar defesa no prazo de 10 dias, oportunidade em que deverá apresentar seu rol de testemunhas, até 3 para cada fato, podendo requerer outras provas.

§7º Esgotado o prazo exigido no parágrafo anterior, a Comissão

designará audiência de instrução, intimando o servidor e as testemunhas.

§8º Da sindicância instaurada pela autoridade poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Art. 201. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias, de demissão, de disponibilidade ou demissão de cargos em comissão, será obrigatória a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

CAPÍTULO IV DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 202. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influenciar na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 dias, sem prejuízo de sua remuneração.

§1º Instaurado o Processo Disciplinar, o servidor público designado para presidi-lo poderá propor ao Chefe do Executivo, Presidente da Câmara ou dirigentes de órgãos da Administração Direta e Indireta, que seja sustada a suspensão preventiva ou prorrogada por mais 60 dias.

§2º Findo o prazo constante nocauput e sua prorrogação, quando for o caso, cessará o afastamento preventivo, ainda que não concluído o processo.

Art. 203. O servidor público terá direito:

I - à diferença de vencimento ou remuneração e à contagem de tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado preso ou suspenso, quando o processo não houver resultado punição ou se esta limitar às penas de advertência, suspensão ou multa;

II - à diferença de vencimento ou remuneração e à contagem do período de afastamento e de todas as vantagens do cargo, desde que reconhecida a sua inocência.

CAPÍTULO V DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 204. O Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação imediata com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

§1º O Processo Administrativo Disciplinar será instaurado através de Portaria, determinada pelo Secretário da Administração, a qual mencionará apenas os dispositivos legais em tese violados, a punição prevista e o nome do servidor acusado.

§2º Acompanhará a Portaria obrigatoriamente o anexo, o qual consistirá no relatório descritivo dos fatos a serem apurados, indicando as possíveis irregularidades e os elementos necessários à elucidação dos fatos, que servirão para assegurar a ampla defesa e o contraditório do servidor.

§3º A portaria será publicada sem o anexo como forma de preservar a imagem do servidor.

§4º O processo disciplinar inicia-se com a publicação do ato que constituiu a comissão.

Art. 205. O processo disciplinar se desenvolverá nas seguintes

fases:

I - instauração, com a publicação do ato que a determinou;

II - citação

III - instrução;

IV - defesa;

V - relatório;

VI - julgamento.

Art. 206. O presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, após nomear o secretário, determinará a autuação da Portaria e das demais peças existentes e instalará os trabalhos, designando dia, hora e local para as reuniões e ordenará a citação do acusado para, no prazo de 10 dias, apresentar defesa inicial e indicar provas e rol de testemunhas, até o máximo de 5.

Art. 207. Os termos serão lavrados pelo secretário da comissão e terão forma processual e resumida.

§1º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o secretário da comissão rubricar e numerar todas as folhas.

§2º As reuniões da comissão serão registradas em atas.

§3º Todos os atos, documentos e termos do processo serão extraídos em duas vias ou produzidos em cópias, formando autos suplementares, admitindo-se em meio eletrônico.

Art. 208. Aplica-se subsidiariamente ao processo disciplinar o Código de Processo Penal.

Seção I Da citação

Art. 209. A citação do acusado será feita pessoalmente ou por edital.

Art. 210. A citação pessoal será feita, preferencialmente, pelo secretário da comissão, apresentando ao destinatário o instrumento correspondente em duas vias, o qual conterá a cópia da Portaria e respectivo Anexo, o local de reuniões da comissão, com a assinatura do presidente, e o prazo para a defesa.

Parágrafo único. Recusando-se o acusado a receber a citação, deverá o fato ser certificado à vista de duas testemunhas.

Art. 211. Quando o acusado encontrar-se em lugar incerto ou não sabido ou quando houver fundada suspeita de ocultação para frustrar a diligência, a citação será feita por edital.

Parágrafo único. O edital será publicado, por uma vez, no Diário Oficial dos Municípios e em jornal de grande circulação da localidade do último domicílio conhecido, onde houver.

Art. 212. O comparecimento voluntário do acusado perante a Comissão supre a citação.

Seção II Da instrução

Art. 213. A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização de meios e recursos admitidos em direito.

Art. 214. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa.

Parágrafo único. Na hipótese do relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 215. Na fase da instrução a comissão promoverá a tomada

de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§1º A designação dos peritos recairá em servidores com capacidade técnica especializada, e, na falta deles, em pessoas estranhas ao serviço público municipal, assegurada ao acusado a faculdade de formular quesitos.

§2º O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Art. 216. A defesa do acusado será promovida por advogado por ele constituído ou por defensor público ou dativo, podendo este arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§1º Caso o defensor do acusado, regularmente intimado, não compareça ao ato, sem justificativa prévia, o presidente da comissão designará defensor, ainda que somente para o ato.

§2º Nenhum ato da instrução poderá ser praticado sem a prévia intimação do acusado ou de seu defensor.

Art. 217. Em qualquer fase dos procedimentos disciplinares, até a apresentação da defesa final, poderão ser juntados documentos.

Art. 218. As testemunhas serão intimadas através de ato expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente delas, ser anexada aos autos.

§1º Se a testemunha for servidor, a intimação poderá ser feita mediante requisição ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcados para a audiência.

§2º Os mandados serão expedidos com, pelo menos, 2 dias úteis de antecedência à data da inquirição, se servidor, e 5 dias, se particular.

§3º Se as testemunhas arroladas pela defesa não forem encontradas e o acusado, intimado para tanto, não fizer a substituição dentro do prazo de 3 dias úteis, prosseguir-se-á nos demais termos do processo.

Art. 219. O servidor que estiver em gozo de férias ou licença prêmio poderá ser intimado para prestar depoimento ou declarações, sendo-lhe assegurada a compensação do respectivo dia.

Art. 220. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§1º As testemunhas serão inquiridas separadamente, devendo o presidente da Comissão adverti-las das penas cominadas em caso de falso testemunho.

§2º Antes de depor, a testemunha será qualificada e prestará compromisso legal.

§3º Não se deferirá o compromisso legal de que trata o §2º deste artigo:

I - aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 anos;

II - em caso de amizade íntima ou inimidade capital ou parentesco com o acusado ou denunciante, em linha reta ou colateral até o terceiro grau.

Art. 221. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo nas hipóteses prevista em lei.

Art. 222. Antes de iniciado o depoimento, o advogado poderá contraditar a testemunha ou arguir circunstâncias ou defeitos que a tornem suspeita de parcialidade ou indigna de fé.

Parágrafo único. O presidente da Comissão fará consignar em ata a contradita ou arguição e a resposta da testemunha, mas só excluirá a testemunha ou não lhe deferirá compromisso nos casos previstos no §3º do art. 220.

Art. 223. O depoimento da testemunha será reduzido a termo, assinado por ela e pelos presentes ao ato.

Parágrafo único. Na hipótese da testemunha não souber ou puder assinar o termo, o presidente, depois de ler o documento em voz alta, pedirá a um terceiro que o faça por ela.

Art. 224. Se o presidente verificar que a presença do indiciado, pela sua atitude, poderá influir no ânimo da testemunha, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará retirá-lo, prosseguindo na inquirição com a presença do seu defensor.

Art. 225. Concluída a inquirição de testemunhas, a Comissão promoverá a intimação do acusado para o seu interrogatório.

§1º No caso de mais de um acusado, cada um será ouvido separadamente, podendo ser promovida acareação, sempre que divergirem em suas declarações.

§2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como a inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquiri-las por intermédio do presidente da comissão.

Art. 226. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a Comissão, de ofício ou a pedido da defesa, proporá à autoridade competente que ele seja submetido à avaliação pela junta médica oficial, com a participação de pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de insanidade mental será processado em autos apartados e apensos ao processo principal, ficando este sobrestado até a apresentação do laudo, sem prejuízo da realização de diligências imprescindíveis.

Art. 227. O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o local onde será encontrado.

Art. 228. Compete à comissão tomar conhecimento de novas imputações que surgirem contra o acusado durante o curso do processo, caso em que este poderá produzir novas provas objetivando sua defesa.

Art. 229. O prazo para conclusão da instrução não excederá 30 dias, contados da data de publicação do ato de instauração do processo, salvo motivo justificado.

Seção III Da defesa

Art. 230. Ultimada a instrução, intimar-se-á o acusado, através de seu defensor, para apresentar defesa final no prazo de 10 dias, assegurando-se vista do processo.

Parágrafo único. Havendo dois ou mais acusados, o prazo será comum de 20 dias.

Art. 231. Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§1º A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um defensor dativo.

Seção IV Do relatório

Art. 232. Apreciada a defesa final, a Comissão elaborará relatório

minucioso, no prazo de 15 dias, no qual:

I - resumirá as peças principais dos autos;

II - mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

III - concluirá pela inocência ou responsabilidade do servidor;

IV - indicará o dispositivo legal transgredido.

§1º A comissão apreciará, separadamente, as irregularidades que forem imputadas a cada acusado.

§2º A comissão deverá sugerir providências para evitar reprodução de fatos semelhantes aos que originaram o processo e quaisquer outras que lhe pareçam de interesse público.

Art. 233. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a instauração, para julgamento.

Art. 234. É causa de nulidade do processo disciplinar:

I - incompetência da autoridade que o instaurou;

II - suspeição e impedimento dos membros da comissão;

III - a falta dos seguintes termos ou atos:

a) citação, intimação ou notificação, na forma desta Lei Complementar;

b) prazos para a defesa;

c) recusa injustificada de promover a realização de perícias ou quaisquer outras diligências imprescindíveis à apuração da verdade.

IV - inobservância de formalidade essencial a termos ou atos processuais.

Parágrafo único. Nenhuma nulidade será declarada se não resultar prejuízo para a defesa, por irregularidade que não comprometa a apuração da verdade e em favor de quem lhe tenha dado causa.

Seção V Do julgamento

Art. 235. No prazo de 15 dias, contado do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§1º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§2º Havendo mais de um acusado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição de pena mais grave.

Art. 236. A autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 237. Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo, devendo outro ser instaurado.

Art. 238. Extinta a punibilidade, a autoridade julgadora determinará o registro dos fatos nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 239. Quando a infração estiver capitulada como crime, os autos suplementares do processo disciplinar serão remetidos ao Ministério Público.

Art. 240. O servidor que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a sua conclusão e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

§1º Ocorrida a exoneração, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

§2º Das decisões caberá recurso na forma do inciso III do art. 169

desta Lei Complementar.

Seção VI

Da revisão do processo

Art. 241. O processo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas, suscetíveis a justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§2º No caso da incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo seu curador.

Art. 242. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 243. A alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão.

Art. 244. O pedido de revisão será dirigido ao Chefe de Poder ou aos Dirigentes superiores das Autarquias e Fundações que, se autorizá-la, o encaminhará ao dirigente do órgão de onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo único. Recebida a petição, o dirigente do órgão providenciará a constituição de comissão revisora, seguindo o mesmo procedimento da constituição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 245. Os autos da revisão serão apensados aos do processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 246. A comissão revisora terá até 60 dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 247. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora as normas relativas ao processo administrativo disciplinar.

Art. 248. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de até 15 dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 249. Julgada procedente a revisão, inocentado o servidor, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os seus direitos, exceto em relação à destituição de cargo de provimento em comissão que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da penalidade.

TÍTULO VII

DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 250. O plano de seguridade social visa dar cobertura aos riscos a que está sujeito o servidor e sua família, e compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Executivo e do Poder Legislativo, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e à assistência social e que atendam às seguintes finalidades:

I - garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão;
II - proteção à maternidade, à adoção e à paternidade;
III - assistência à saúde.

Art. 251. Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

I - quanto ao servidor:

- a) aposentadoria;
- b) auxílio natalidade;
- c) salário família;
- d) licença para tratamento de saúde;
- e) licença à gestante, à adotante e à paternidade;
- f) licença especial à gestante;
- g) licença por acidente em serviço;
- h) assistência à saúde;
- i) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias.

II - quanto ao dependente:

- a) pensão;
- b) auxílio-funeral;
- c) auxílio reclusão;
- d) assistência à saúde.

Art. 252. O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má fé, implicará na devolução ao Erário do total auferido, sem prejuízo da ação disciplinar e penal cabível.

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS

Seção I

Da aposentadoria

Art. 253. O servidor efetivo será aposentado de acordo com o que dispuser a Lei do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul.

§1º Os servidores não integrantes do Fundo Municipal de Previdência serão aposentados de acordo com o que dispuser a Lei própria do Regime Geral de Previdência.

§2º Os servidores regidos pelo Regime desta Lei, atualmente em gozo de aposentadoria e os respectivos dependentes, na condição de pensionistas, continuarão a ter seus benefícios nos termos do ato que concedeu a aposentadoria ou pensão.

§3º Quando for o caso, integrarão no cálculo das aposentadorias, através de média dos últimos 72 meses, o valor das horas extras pagas ao servidor.

Seção II

Do auxílio natalidade

Art. 254. O auxílio natalidade será devido à servidora por ocasião do nascimento de filho ou adoção e corresponderá ao valor do piso mínimo dos servidores públicos municipais.

§1º Tratando-se de parto múltiplo, serão devidos tantos auxílios-natalidade quantos os filhos nascidos.

§2º Quando o pai e mãe forem servidores, o benefício será pago uma única vez e para a mãe.

§3º O auxílio-natalidade deverá ser requerido no prazo de 90 dias que se seguirem à data de nascimento ou adoção, devendo ser instruído com a certidão de nascimento do menor.

§4º Não sendo a parturiente servidora pública, o auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro na condição de servidor.

§5º Na hipótese da servidora falecer durante o parto, os herdeiros habilitados junto à previdência receberão o auxílio-natalidade.

§6º O auxílio-natalidade será pago, ainda, em caso de natimorto.

Seção III

Do salário família

Art. 255. O salário família é devido ao servidor ativo e inativo, por dependente econômico, cuja remuneração seja igual ou inferior ao limite estabelecido no art. 13 da Emenda Constitucional nº 20/98 e portarias editadas pelo Ministério da Previdência Social.

Art. 256. Será devido o salário-família, mensalmente, ao servidor ativo e inativo que receba remuneração igual ou inferior ao estipulado para este benefício pelo Regime Geral de Previdência, na proporção do número de filhos de até 14 anos ou inválidos.

§1º Quando pai e mãe forem servidores públicos municipais ambos terão direito ao salário-família.

§2º O pedido deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória, até 6 anos de idade, e de comprovação semestral de frequência à escola do filho ou equiparado, a partir dos 7 anos de idade;
- b) invalidez do filho ou equiparado maior de 14 anos de idade deve ser verificada em exame médico-pericial a cargo do município.

Seção IV

Da licença para tratamento de saúde

Art. 257. A licença para tratamento de saúde poderá ser concedida ao servidor, impossibilitado de exercer suas atividades profissionais por motivo de doença, através de requerimento mediante atestado médico, encaminhado à perícia médica municipal, devendo necessariamente observar o seguinte procedimento:

- I - atestado médico ou declarações de comparecimento para avaliação e/ou tratamento de saúde de até 2 dias emitido por médico assistente, para registro na ficha funcional;
- II - atestado médico com prazo igual a 3 dias até o limite de 15 dias, deverá obrigatoriamente ser submetido à perícia médica municipal.
- III - atestado médico com prazo superior a 15 dias emitido por médico assistente do servidor, deverá obrigatoriamente submeter-se à perícia médica previdenciária.

§1º Compete ao servidor apresentar pessoalmente à perícia médica municipal, no prazo máximo de até 48 horas, contados a partir da data de expedição do respectivo atestado médico ou declaração de comparecimento para avaliação e/ou tratamento de saúde emitido por médico assistente do servidor, podendo, entretanto, em casos excepcionais de impedimento, transferir tal delegação a terceiros, responsabilizando-se pelo repasse das informações e procedimentos solicitados pela perícia.

§2º Os atestados médicos ou declarações de comparecimento para avaliação e/ou tratamento de saúde entregues em local diverso e/ou fora do prazo previsto no §1º deste artigo serão rejeitados e nestes casos as faltas serão consideradas como ausência ao serviço.

§3º As declarações de comparecimento para avaliação e/ou tratamento de saúde, com prazo fixado em horas, deverão ser entregues diretamente à chefia imediata e após encaminhadas à perícia médica municipal.

§4º O não comparecimento à perícia médica agendada implicará em ausência ao serviço.

Art. 258. O Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM –, de caráter preventivo, tem o objetivo de promover o rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde, sendo responsável pelas seguintes atividades:

- I - realizar perícia médica, emitindo laudo circunstanciado, nos casos de posse de servidor em cargo público e servidores admitidos em caráter temporário; durante o período de estágio probatório nos prazos previstos no presente Estatuto; e de exoneração ou demissão;
- II - referendar licença de servidor, decorrente de doença em pessoa da família;
- III - referendar licença maternidade e licença especial à gestante;
- IV - expedir laudo de licença para tratamento de saúde do servidor quando os atestados médicos, expedidos por médico assistente, forem iguais ou superiores a 3 dias até o limite de 15 dias.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo previsto no inciso IV deste artigo e havendo necessidade comprovada de maior afastamento, o servidor será encaminhado para perícia médica do órgão previdenciário do município.

Art. 259. O prazo de licença para tratamento de saúde será fixado por perícia médica do município ou previdenciária, devendo o servidor reassumir o trabalho findo o prazo, sob pena de se considerar como falta os dias de ausência.

Art. 260. No curso da licença para tratamento de saúde o servidor poderá ser reexaminado a requerimento ou ex-officio, ficando obrigado a reassumir imediatamente seu cargo se for considerado apto para o trabalho, sob pena de se considerar como falta os dias de ausência.

Art. 261. A licença para tratamento de saúde será concedida pelo prazo indicado no laudo ou atestado e findo o prazo, e se for necessário, haverá nova perícia que manifestar-se-á pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria, se julgado definitivamente inválido para o serviço público e não puder ser readaptado.

Art. 262. No curso da licença o servidor abster-se-á de exercer qualquer atividade, remunerada ou não, incompatível com seu estado de saúde, sob pena de cassação imediata da licença com perda total da remuneração correspondente ao período já gozado, ressarcimento à Administração Pública Municipal dos valores recebidos durante o respectivo afastamento, bem como a submissão a processo administrativo disciplinar.

Seção V

Da licença à gestante, adotante e paternidade

Art. 263. Será concedida licença à servidora gestante, por 120 dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§1º A licença à servidora gestante poderá ter início a partir do 1º dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§3º No caso de natimorto, decorridos 30 dias do evento, a servidora será submetida a exame médico pela perícia médica municipal, e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§4º No caso de aborto, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 dias de repouso remunerado.

§5º A licença não será interrompida se, durante a licença de que trata o caput deste artigo, o filho nascido vier a falecer.

Art. 264. Para amamentar o próprio filho, até a idade de 6 meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelado em dois períodos de 30 minutos.

Art. 265. À servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido o benefício, sem prejuízo de sua remuneração, pelos seguintes períodos:

- I - 120 dias para criança até 1 ano de idade;
- II - 60 dias para criança de 1 a 4 anos de idade;
- III - 30 dias para criança de 4 a 12 anos de idade;

Art. 266. A licença paternidade será de 5 dias úteis a contar do nascimento, da guarda judicial ou da adoção do filho, mediante comprovação.

Seção VI

Da licença especial à gestante

Art. 267. Será concedida licença especial à servidora gestante, pelo período de 60 dias consecutivos, desde que requeira a prorrogação da licença-maternidade, no período da licença à gestante.

§1º A licença especial de que trata o caput terá início no dia seguinte ao término da licença à gestante de 120 dias.

§2º A licença especial será paga integralmente pelo órgão a qual a servidora é vinculada.

Art. 268. A servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada, e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de quaisquer das situações previstas no caput, a beneficiária perderá o direito à prorrogação.

Seção VII

Da licença por acidente em serviço

Art. 269. Será licenciado com remuneração integral o servidor acidentado em serviço.

Art. 270. Configura-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que tenha nexo de causalidade, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

- I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;
- II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 271. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado, não oferecido pelo Sistema Único de Saúde – SUS –, poderá ser tratado em instituição privada à conta do serviço público.

Parágrafo único. O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexisterem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 272. O atestado médico deverá ser apresentado no prazo máximo de até 3 dias à perícia médica municipal.

Parágrafo único. A comprovação do acidente de serviço será obrigatoriamente realizada pela perícia médica municipal, e posteriormente encaminhada à perícia médica previdenciária nos casos em que a licença for superior a 15 dias.

Seção VIII

Da pensão

Art. 273. Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito, observando-se neste

caso as normas contidas na Lei que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul.

Seção IX

Do auxílio reclusão

Art. 274. À família do servidor efetivo na ativa, é devido auxílio reclusão, nos seguintes valores:

- I - dois terços da remuneração, quando afastados por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;
- II - metade da remuneração, se funcionário estável, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, à pena que não determine a perda do cargo, observado o disposto no inciso V do §7º do art. 19 desta Lei Complementar.

§1º Nos casos previstos no inciso I deste artigo, o servidor terá direito à integralização da remuneração, desde que absolvido.

§2º O pagamento do auxílio reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for colocado em regime de prisão aberta, em condicional ou em liberdade.

Seção X

Do auxílio funeral

Art. 275. O auxílio funeral será devido à família do servidor falecido na atividade ou do aposentado, correspondente a 3 vezes o valor do piso mínimo dos servidores públicos municipais.

§1º No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio de que trata este artigo será pago somente em razão de um cargo.

§2º O auxílio funeral será pago em parcela única, no prazo de até 3 dias a partir do requerimento, por procedimento sumaríssimo, aos herdeiros habilitados junto ao Regime Próprio de Previdência, não existindo herdeiros necessários, na forma da ordem da vocação hereditária, mediante comprovação de pagamento dos custos funerários.

§3º Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado observado o caput deste artigo.

§4º Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão a conta de recursos oficiais.

CAPÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 276. A assistência à saúde do servidor compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS –, ou ainda poderão ser asseguradas mediante contratos ou convênios firmados com outras instituições, cuja adesão do servidor será facultativa, nos termos da legislação específica.

§1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, os Poderes Legislativo e Executivo são autorizados a celebrar contratos ou convênios exclusivamente para a prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares.

§2º A parte de contribuição do servidor às entidades oficiais de assistência à saúde será compatível com os planos oferecidos e disponíveis, observada a manifestação de interesse do servidor.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 277. O Dia do Servidor Público será comemorado no dia 28 de outubro.

Art. 278. Os prazos fixados nesta Lei Complementar serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 279. São isentos de taxas, emolumentos ou custas, os requerimentos, certidões e outros papéis que, na esfera administrativa, interessem ao servidor municipal, ativo ou inativo, nesta qualidade.

Art. 280. Consideram-se servidores estáveis para fins desta lei, aqueles admitidos na administração direta, autárquica e fundacional sem concurso público no período compreendido entre 6 de outubro de 1983 a 5 de outubro de 1988, na forma do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 281. Poderão ser instituídos, mediante Lei específica, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I - prêmios pela apresentação de ideias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;

II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.

Art. 282. São submetidos ao regime jurídico da presente Lei Complementar, na qualidade de servidores públicos, todos os servidores do Município, e das Fundações por ele instituídas e mantidas.

Art. 283. A divulgação de dados cadastrais ou da vida funcional dos servidores públicos municipal é proibida e implica em crime de Violação do Sigilo Funcional, disciplinado no art. 325 do Código Penal.

Art. 284. Os servidores que possuam bolsa auxílio escolar deverão adequar-se ao que determina o Título IV, Capítulo II, Seção II, Subseção I desta Lei, naquilo que couber.

Art. 285. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios, em cada exercício.

Art. 286. A vedação da acumulação das Gratificações pagas a qualquer título previstas nas Subseções IV, V, VI, VII, VIII, IX e X da Seção III do Capítulo II, do Título IV, da presente Lei Complementar, não se aplica ao Poder Legislativo.

Art. 287. O Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições desta Lei Complementar, no que couber.

Art. 288. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 289. Ficam formalmente revogadas, por consolidação, sem perda da sua validade normativa, as seguintes normas: Lei Complementar nº 77, de 12 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 80, de 5 de abril de 2002; Lei Complementar nº 82, de 30 de abril de 2002; Lei Complementar nº 101, de 30 de abril de 2003; Lei nº 4.180, de 25 de maio de 2005; Lei Complementar nº 138, de 4 de outubro de 2005; Lei Complementar nº 143, de 12 de dezembro de 2005; Lei Complementar nº 165, de 27 de fevereiro de 2007; Lei Complementar nº 176, de 18 de março de 2008; Lei

Complementar nº 177, de 18 de março de 2008; Lei Complementar nº 180, de 4 de abril de 2008; Lei Complementar nº 193, de 8 de abril de 2009; Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010; Lei Complementar nº 217, de 14 de dezembro de 2010; Lei Complementar nº 237, de 21 de dezembro de 2011; Lei Complementar nº 248, de 20 de julho de 2012; Lei Complementar nº 254, de 6 de novembro de 2012; Lei Complementar nº 272, de 20 de dezembro de 2013; Lei Complementar nº 273, de 20 de dezembro de 2013; Lei Complementar nº 274, de 20 de dezembro de 2013; Lei Complementar nº 289, de 3 de novembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO

01 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

ANEXO ÚNICO

TABELA DE PRODUTIVIDADE I

FISCAIS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

1. IMPOSTOS

1.1 - Escrita Fiscal por exercício	48,00
1.2 - Fiscalização escrita contábil por exercício	6,00
1.3 - Fiscalização em autônomos por exercício	20,00
1.4 - Fiscalização em empresas enquadradas no regime de Estimativa fiscal por exercício.	16,00
1.5 - Arbitramento de empresas por estimativa fiscal	16,00
2. TAXAS	
2.1 - TVCNM por visto ou por vistoria em estabelecimento	8,00
2.2 - Outras taxas por visto ou por vistoria em estabelecimento (Alvará, Enquadramento, Baixa, Alteração)	8,00
2.3 - Avisos emitidos (por aviso)	6,00
3. OUTROS	
3.1 - a cada 100 UFM recolhida por ação fiscal	8,00
3.2 - a cada 100 UFM parcelada por ação fiscal	5,00
3.3 - a cada 100 UFM notificadas ou autuadas	3,00
3.4 - Expedição de Notificação de Débito	8,00
3.5 - Expedição de Auto de Infração	8,00
3.6 - Expedição de Intimação Fiscal	8,00
3.7 - Expedição de Termo de Visita Fiscal	8,00
3.8 - Expedição de Termo de Início de Fiscalização	10,00
3.9 - Expedição de Termo de Encerramento de Fiscalização.	10,00
3.10- Expedição de Termo de Baixa	10,00
3.11- Expedição de Termo de Incineração	6,00
3.12- Informação ou despacho em processo	10,00
3.13- Informação e Instrução em contencioso fiscal	80,00
3.14- Verificação por bloco de nota fiscal s/const. de infração	4,00
3.15- Verificação por bloco de nota fiscal c/const. de infração	8,00
3.16- Análise de processo de habite-se	25,00
3.17- Entrega de ARO (Aviso de Regularização de Obra)	10,00
4. REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO	
4.1 - Plantões Fiscais	
4.2 - Serviço relacionado ao movimento econômico	
4.3 - Serviços especiais designados pelo secretário de finanças	

TABELA DE PRODUTIVIDADE II

FISCAIS DE OBRAS, POSTURA E DE SERVIÇOS PÚBLICOS

	Fiscais de Obras	Pontos
1	Vistorias para Habite-se	
1.1	Vistorias para Habite-se em moradia econômica (por unidade)	8
1.2	Vistorias para Habite-se (por m²) - construções inferiores à 100,00 m²	0,5

1.3	Vistorias para Habite-se (por m²) - construções superiores à 100,00 m²	0,5
2	Outras Vistorias (por m²)	0,3
3	Vistorias Mensais em Obras em andamento (por unidade)	10
4	Informações em Processos (por unidade)	3
5	Auto de Embargo	
5.1	Auto de Embargo resolvido sem Auto de Infração	
5.1.1	Auto de Embargo resolvido sem Auto de Infração até 100,00 m² (por unidade)	30
5.1.2	Auto de Embargo resolvido sem Auto de Infração acima 100,00 m² (por unidade)	50
5.2	Auto de Embargo resolvido com Auto de Infração	
5.2.1	Auto de Embargo resolvido com Auto de Infração até 100,00m² (por unidade)	16
5.2.2	Auto de Embargo resolvido com Auto de Infração acima 100,00 m² (por unidade)	30
6	Notificação Preliminar	
6.1	Notificação Preliminar resolvido sem Auto de Infração	
6.1.1	Notificação Preliminar resolvido sem Auto de Infração até 100,00 m² (por unidade)	32
6.1.2	Notificação Preliminar resolvido sem Auto de Infração acima de 100,00 m² (por unidade)	36
6.2	Notificação Preliminar resolvido com Auto de Infração	
6.2.1	Notificação Preliminar resolvido com Auto de Infração até 100,00 m² (por unidade)	16
6.2.2	Notificação Preliminar resolvido com Auto de Infração acima de 100,00 m²(por unidade)	24

	Fiscais de Posturas	Pontos
1	Notificação Preliminar	
1.1	Notificação Preliminar resolvido sem Auto de Infração	30
1.2	Notificação Preliminar resolvido com Auto de Infração	16
2	Notificação Preliminar para limpeza de terrenos baldios	32
3	Notificação Preliminar para retificação de passeios	32
4	Notificação Preliminar para irregularidades de publicidades	25
5	Vistorias de Alvará de Funcionamento	7
6	Termo de Verificação das Posturas e Normas Urbanísticas	12
7	Termo de Apreensão de mercadorias de ambulantes sem licença	120
8	Fiscalização de excessos de ruídos	
8.1	Fiscalização de excessos de ruídos sem notificação	48
8.2	Fiscalização de excessos de ruídos com notificação	50
9	Fiscalização de Táxis (inclusive moto taxi)	30
10	Vistorias para liberação de consulta azul	15
11	Informações em Processos	5

	Fiscais de Serviços Públicos	Pontos
1	Fiscalização em Obras de Pavimentação	
1.1	Fiscalização em Obras de Pavimentação com lajotas sextavadas ou paralelepípedos (por m²)	0,8
1.2	Fiscalização em Obras de Pavimentação Asfáltica (por m²)	1
2	Fiscalização em Obras de Drenagem Pluvial (por metros lineares)	1,3
3	Fiscalização em Obras de Recuperação de Pavimentação (por m²)	0,5
4	Fiscalização em Obras de Construções Cíveis	
4.1	Fiscalização em Obras de Construções Cíveis - Tipo 1	4
4.2	Fiscalização em Obras de Construções Cíveis - Tipo 2	2
4.3	Fiscalização em Obras de Construções Cíveis - Tipo 3	20
4.4	Fiscalização em Obras de Construções Cíveis - Tipo 4	2,5
5	Fiscalização nas Obras de Infraestrutura de Loteamentos	5
6	Informações em Processos	5

LEI COMPLEMENTAR Nº 310

LEI COMPLEMENTAR Nº 310, de 01 de dezembro de 2015.

"CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art.1º Esta Lei Complementar consolida a legislação municipal relativa a estrutura administrativa do município de Rio do Sul.

Parágrafo único. Encontram-se consolidados na presente Lei Complementar, no que se refere a estrutura administrativa, os seguintes dispositivos legais:

I - Lei Complementar nº 100, de 24 de abril de 2003;

II - Lei Complementar nº 102, de 22 de julho de 2003;

III - Lei Complementar nº 132, de 28 de junho de 2005;

IV - Lei Complementar nº 138, de 4 de outubro de 2005;

V - Lei Complementar nº 150, de 28 de abril de 2006;

VI - Lei Complementar nº 160, de 20 de outubro de 2006.

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 2º A presente Lei trata da organização e das atribuições gerais das unidades administrativas do Poder Executivo do Município de Rio do Sul e é inerente aos exercícios dos cargos de Direção, Assessoramento e Chefia, em cada um dos níveis e na amplitude determinada pelas limitações hierárquicas das atividades em serviço de direção, planejamento, orientação e coordenação.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, conceitua-se como:

I - DIREÇÃO: o efetivo comando das ações do órgão, tomando as ações pertinentes e sua posição hierárquica e acionando todos os mecanismos, métodos e sistemas necessários a plena realização dos fins a que se destina a Prefeitura com o máximo de produtividade;

II - PLANEJAMENTO: a preparação dos planos de trabalho a serem desenvolvidos pelos órgãos da Prefeitura definindo com precisão a tarefa a realizar, determinando o tempo necessário a sua execução, discriminando os recursos de pessoal, o material necessário, avaliando seus resultados e o seu custo;

III - ORIENTAÇÃO: a atividade de supervisionar a execução de tarefas, a observação dos eventuais erros e o aconselhamento de medidas necessárias a sua correção e ao aperfeiçoamento do trabalho;

IV - COORDENAÇÃO: o acompanhamento de trabalhos providenciando para que as várias etapas se completem harmonicamente, promovendo a atenuação dos problemas materiais, funcionais e de relações humanas, suscetíveis de prejudicar a sua realização, conforme a programação pré-estabelecida, harmonizando atividades e pessoas, com vistas a assegurar o funcionamento regular do órgão;

V - CONTROLE: a constante verificação do desenvolvimento das atividades, o exame periódico e sistemático das etapas em execução e da correspondência entre o programado, o efetivamente realizado e, quando for o caso, a revisão final dos trabalhos prontos, devendo exercer-se mediante o exame de relatórios, a realização de inspeções nos órgãos e em reuniões;

VI - INFORMAÇÃO: a preparação de relatórios periódicos das atividades dos órgãos, relatórios verbais aos superiores e o esclarecimento aos subordinados e ao público, no estrito limite de suas atribuições, dos informes convenientes e autorizados sobre os programas e trabalhos em realização a solução dadas aos problemas das partes;

VII - ESPÍRITO DE EQUIPE E DISCIPLINA DO PESSOAL: o entrosamento, a cooperação, a obediência as normas e o estabelecimento de um clima funcional sadio entre o pessoal, através de técnicas de relações humanas e observância da legislação pertinente.

Art. 4º A competência regimental para o exercício de determinadas atribuições, implica na efetiva responsabilidade pela sua execução, sob pena de destituição do cargo de Direção, Chefia ou Assessoramento.

Art. 5º A autoridade competente não poderá escusar-se de decidir, protelando, por qualquer forma, o seu pronunciamento ou encaminhamento do caso a consideração superior ou de outra autoridade.

Art. 6º Poderá o Prefeito delegar competência a qualquer momento ao Vice-Prefeito ou aos titulares dos órgãos que integram a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. É indelegável a competência decisória do Prefeito, sem prejuízo de outros atos normativos que indicarem:

I - autorização da despesa de homologação de licitações, salvo para os casos expressamente previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

II - contratação de servidores;

III - nomeação, exoneração e reajuste de vencimentos a servidores municipais;

IV - concessão para exploração de serviços públicos ou de utilidade pública;

V - permissão de serviço público ou de utilidade pública a título precário.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA

Art. 7º A Prefeitura Municipal de Rio do Sul, visando a sua organização administrativa, compõe-se dos seguintes órgãos na forma do anexo I desta Lei Complementar:

I - Órgãos de Assessoramento Superior:

a) Gabinete do Prefeito;

b) Gabinete do Vice-Prefeito;

c) Procuradoria Geral do Município;

II - Unidades Administrativas de Atividades – Meio:

a) Secretaria Municipal de Administração;

b) Secretaria Municipal da Fazenda;

III - Unidades Administrativas de Atividades – Fim:

a) Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente;

b) Secretaria Municipal de Educação;

c) Secretaria Municipal de Saúde;

d) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

e) Secretaria Municipal de Agricultura;

f) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo;

g) Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação;

IV - Órgãos Autônomos:

a) Fundação Cultural de Rio do Sul;

b) Fundação Municipal de Desportos;

V - Órgãos Colegiados de Aconselhamento:

a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) Conselho Municipal de Trânsito;

c) Conselho Municipal de Saúde;

d) Conselho Municipal de Educação;

e) Conselho Municipal de Cultura;

f) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

g) Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA

h) Conselho Municipal de Proteção e Orientação ao Consumidor;

i) Conselho Tutelar de Rio do Sul;

j) Conselho Municipal de Entorpecente - COMEN;

k) Conselho Municipal do Trabalho e Emprego;

l) Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;

m) Comissão Permanente de Licitações;

n) Comissão Municipal do Desenvolvimento Econômico;

o) Conselho Consultivo do Plano Diretor;

p) Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS;

q) Conselho Municipal de Turismo - CONTUR;

r) Conselho Direto do FUNREBOM;

s) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;

t) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR;

u) Conselho Municipal de Contribuintes;

v) Outros conselhos municipais instituídos por Lei;

VI - Órgãos de colaboração com outras esferas de governo:

a) Junta de Serviço Militar;

b) Unidade de Representação do INCRA.

§1º Subordinam-se ao Prefeito por autoridade integral os órgãos mencionados nos incisos I, II e III.

§2º O Prefeito, mediante Decreto, disporá sobre a vinculação dos órgãos mencionados no inciso IV, para efeito de supervisão governamental.

§3º Os órgãos mencionados no inciso V, relacionam-se com o Prefeito e são regidos por leis próprias.

§4º Quando vago o cargo de Vice-Prefeito, ficam suas responsabilidades transferidas para o Prefeito Municipal.

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS DE ACONSELHAMENTO

Art. 8º Os órgãos de aconselhamento constantes nesta estrutura administrativa, têm por incumbência, dentro dos respectivos setores, auxiliar o Executivo Municipal, manter relações com entidades, participar de eventos promovidos por outros Municípios e Estados (promoções, encontros, feiras e exposições), propor alternativas que visem o desenvolvimento do município como um todo.

Parágrafo único. Os Conselhos Municipais são órgãos de consulta do Prefeito Municipal, formados por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil devidamente organizada, cujas atividades não implicarão em ônus para a Fazenda Municipal, salvo determinações expressas em Lei.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Seção I

Do Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 9º Compete ao Gabinete do Prefeito, sob a titularidade da Chefia de Gabinete:

I - promover a integração das diversas Unidades Administrativas do Poder Executivo;

II - coordenar a representação político-social do Prefeito;

III - assistir o Chefe do Executivo nas suas relações com os Municípios;

IV - agendar os compromissos do Prefeito;

V - representar o Prefeito em solenidades e perante outros órgãos oficiais;

VI - preparar o expediente do Gabinete;

VII - responsabilizar-se pelo cerimonial e pelas relações públicas do Executivo;

VIII - promover o acompanhamento dos atos expedidos pelo Poder Legislativo;

IX - elaborar Plano de Ação e Coordenação de Defesa Civil;

X - desenvolver outras atividades de natureza administrativa determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;

XI - executar os serviços de manutenção de serviços de iluminação pública;

XII - manter programas de Auditoria Interna Permanente;

XIII - elaborar diretrizes para o Procon;

XIV - executar programas e parcerias de integração com a comunidade;

XV - acompanhar o processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA, Lei das Diretrizes Orçamentárias- LDO, e Lei Orçamentária

Anual - LOA;

XVI - coletar informações junto aos diversos órgãos que integram a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal, com vistas a subsidiar o Prefeito na definição das políticas de ações governamentais;

XVII - atender a comunidade em geral e promover o registro das suas reivindicações bem como o encaminhamento das soluções para cada caso.

Art. 10. Unidades Administrativas diretamente subordinadas ao Gabinete do Prefeito, na forma do Anexo II desta Lei Complementar:

- I - Assessoria Especial de Defesa do Cidadão;
- a) Divisão de Trânsito;
- b) Divisão de Defesa Civil – COMPDEC;
- c) Guarda Municipal;
- II - Divisão de Comunicação Social;
- a) Seção de Relações Públicas e de Cerimonial;
- b) Seção de Mídia, Publicidade e Propaganda;
- c) Seção de Imprensa e Jornalismo;

III - Divisão de Expediente;

a) Seção dos Motoristas;

IV - Divisão do PROCON;

V - Divisão de Orçamento e Gestão;

VI - Divisão de Integração Comunitária;

VII - Divisão do Gabinete do Povo;

VIII - Departamento de Controle Interno.

Parágrafo único. A Assessoria Especial de Defesa do Cidadão, referida no inciso I, tem por objetivo propor políticas públicas destinadas a proteção, conservação do patrimônio, dos bens, dos serviços, ordenamento, fiscalização do trânsito e a defesa civil.

Art. 11. Ao Gabinete do Vice-Prefeito compete:

- I - coordenar a representação política e social do Vice-Prefeito e assisti-lo nas suas relações com os munícipes, entidades de classe e com os órgãos da administração municipal;
- II - executar a administração geral do Gabinete do Vice;
- III - prestar assistência pessoal ao Vice;
- IV - preparar e encaminhar o expediente do Gabinete do Vice;
- V - assessorar o Vice-Prefeito nas tarefas administrativas que lhe forem delegadas pelo Prefeito.

Art. 12. A Chefia de Gabinete é unidade administrativa diretamente subordinada ao Gabinete do Vice-Prefeito, na forma do Anexo III desta Lei:

Seção II

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 13. Órgão vinculado diretamente ao Prefeito Municipal, cuja competência é representar o município judicial e extrajudicialmente como advocacia geral, cabendo-lhe também:

- I - exercer atividades de consultoria e assessoramento ao Poder Executivo e ainda;
- II - privativamente responsabilizar-se pela execução da dívida ativa de natureza tributária e não tributária;
- III - proceder ao credenciamento de escritórios de advocacia para funcionarem em cada ação ou medida judicial, após aprovação pelo Chefe do Poder Executivo;
- IV - exercer outras competências que lhe for conferida por Lei.

Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Município tem por chefe o Procurador Geral do Município, nomeado pelo Prefeito, observando-se no perfil, reconhecido saber jurídico, reputação ilibada e preferencialmente com experiência em diversas áreas de administração municipal.

Art. 14. As Unidades administrativas subordinadas ao Procurador Geral do Município, na forma do Anexo IV desta Lei é composta por:

I - Consultorias:

- a) Fazendária;
- b) Administrativa;

c) Contencioso em geral;

II - Divisão Burocrático Administrativo.

CAPÍTULO III

UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADES - MEIO

Seção I

Secretaria Municipal de Administração

Art. 15. Compete a Secretaria Municipal de Administração:

- I - executar as atividades relativas ao recrutamento e seleção, ao treinamento, ao regime jurídico, aos controles funcionais e as atividades de pessoal em geral;
- II - padronizar, adquirir, guardar e distribuir o material;
- III - tomba, registrar, inventariar, proteger e concentrar bens móveis, imóveis e semoventes;
- IV - administrar e controlar a frota de veículos do Poder Executivo;
- V - administrar o recebimento, distribuição, controle do andamento e arquivamento definitivo dos papéis do Executivo;
- VI - assessorar os demais órgãos sobre assuntos de administração geral;
- VII - promover licitações da forma estabelecida na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VIII - prestar assessoria aos órgãos da municipalidade quanto as técnicas de planejamento, controle, organização e métodos de informatização;
- IX - elaborar programa de integração do sistema de gestão, ou acompanhar a operacionalização quando eventualmente tais serviços forem contratados por terceiros.

Art. 16. As Unidades Administrativas, subordinadas ao Secretário Municipal de Administração, na forma prevista no Anexo V desta Lei, compreendem:

- I - Divisão de Patrimônio:
- a) Seção de bens móveis e imóveis.
- II - Divisão de Recursos Humanos:
- a) Seção de Rotinas Trabalhistas;
- b) Seção de Desenvolvimento;
- III - Divisão de Suprimentos:
- a) Seção de Materiais;
- IV - Divisão Previdenciária:
- a) Serviço de Inspeção Médica Municipal;
- V - Divisão de Licitações e Compras:
- a) Seção de Licitações e Compras;
- VI - Divisão de Informática:
- a) Seção de Desenvolvimento em Informática;
- b) Seção de Integração do Sistema de Gestão.

Parágrafo único. As atividades administrativas para implantação e controle do Serviço de Inspeção Médica Municipal, ficarão afetas à Divisão de Recursos Humanos do Município.

Seção II

Secretaria Municipal da Fazenda

Art. 17. Compete a Secretaria Municipal da Fazenda:

- I - executar a política financeira e fiscal do Município;
- II - fiscalizar e arrecadar os tributos municipais;
- III - cuidar da guarda e a movimentação de numerários e demais valores municipais;
- IV - realizar a escrituração contábil;
- V - realizar o processo de elaboração orçamentária, fiscalizar as normas de programação financeira e acompanhar a execução do orçamento;
- VI - informar permanentemente o gabinete do prefeito sobre matérias financeiras e econômicas de interesse do Município;
- VII - promover a inscrição de créditos tributários e não tributários em dívida ativa, mantendo atualizado o cadastro destes contribuintes;
- VIII - expedir Alvará de Localização e outros documentos de licença;

IX - manter estreito intercâmbio de informações com as demais Secretarias Municipais;
X - desenvolver outras atividades relacionadas com a fiscalização e a tributação;
XI - autorizar a redução, o parcelamento e a aplicação de penalidades em relação a créditos inscritos em dívida ativa;
XII - emitir parecer conclusivo a nível de primeira instância, em processos administrativos que versarem sobre matéria tributária;
XIII - expedir certidão negativa ou positiva de débitos fiscais;
XIV - baixar atos normativos de competência da Secretaria da Fazenda;
XV - contabilizar e controlar os convênios realizados pelo Município, bem como efetuar as respectivas prestações de contas;
XVI - realizar outros atos ou atividades considerados necessários ao exercício de sua competência;
XVII - manter atualizado o cadastro de logradouros municipais;
XVIII - manter atualizado o cadastro multifinalitário do município.

Art. 18. As Unidades Administrativas, subordinadas ao Secretário Municipal da Fazenda, na forma prevista no Anexo VI desta Lei, compreendem:

- I - Divisão de Fiscalização Tributária;
- II - Divisão Contábil:
 - a) Seção de Contabilidade;
 - b) Seção de Orçamento;
 - c) Seção de Empenho;
- III - Divisão de Tesouraria;
- IV - Divisão de Arrecadação:
 - a) Seção de Receita;
 - b) Seção de Dívida Ativa;
- V - Seção de Protocolo;
- VI - Divisão de Cadastro Multifinalitário:
 - a) Seção de Cadastro Mobiliário;
 - b) Seção de Cadastro Imobiliário.

CAPÍTULO IV

UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADES - FIM

Seção I

Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

Art. 19. Compete a Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

- I - realizar estudos e pesquisas para o planejamento das atividades do governo municipal;
- II - planejar, organizar, coordenar e controlar de acordo com o Plano Diretor, as atividades de Planejamento, Urbanismo, Meio Ambiente e Trânsito;
- III - implantar a política de coleta seletiva de lixo;
- IV - elaborar e manter atualizado o sistema estatístico;
- V - fiscalizar e acompanhar a aplicação e execução das normas para obras públicas, fazendo as interdições necessárias quando descumprida a lei;
- VI - analisar e aprovar os projetos de construção civil, atendidas as exigências estabelecidas em lei e regulamentos;
- VII - conceder viabilidade para construções em geral, expedindo Alvará de Construção e Habite-se;
- VIII - fiscalizar e acompanhar a aplicação e execução das normas para obras particulares e Posturas fazendo as interdições, quando descumprida a lei;
- IX - fiscalizar o cumprimento das normas referentes as Edificações, ao Zoneamento, Uso do Solo, Posturas, Loteamentos e Desmembramentos Municipais;
- X - executar a política de trânsito nas vias urbanas municipais, zelando pelo funcionamento e manutenção dos equipamentos de sinalização;
- XI - elaborar em harmonia com os planos Nacional e Estadual o Plano Rodoviário Municipal;
- XII - administrar o cemitério público;
- XIII - inspecionar as obras em andamento de execução direta ou

contratar com terceiros;

XIV - coordenar e dar encaminhamento a projetos especiais.

Art. 20. As Unidades Administrativas, subordinadas ao Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, na forma prevista no Anexo VII desta lei, compreendem:

- I - Assessor do Plano Diretor;
- II - Secretário Adjunto;
- III - Divisão de Urbanismo;
- a) Seção de Projetos e Pavimentação;
- IV - Divisão de Trânsito;
- V - Divisão de Projetos;
- VI - Divisão de Meio Ambiente;
- a) Seção da Estação de Resíduos Sólidos
- VII - Divisão de Fiscalização;

Seção II

Secretaria Municipal de Educação

Art. 21. Compete a Secretaria Municipal de Educação:

- I - planejar e executar a política municipal de Educação, em consonância com as diretrizes do Conselho Municipal de Educação e com as diretrizes e bases da Educação Nacional e ainda;
- II - coordenar os trabalhos relativos ao ensino público municipal;
- III - organizar e estabelecer normas administrativas das Unidades escolares de ensino;
- IV - promover a expansão e a melhoria do ensino público municipal, com a implantação de escola modelo, com período integral e de múltiplo uso - escola aberta com currículo complementar e diversificado;
- V - providenciar a chamada anual da população em idade escolar para matrícula nas escolas municipais;
- VI - assegurar a satisfação das necessidades educacionais da comunidade;
- VII - planejar, operacionalizar e manter a política de atendimento dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, em consonância com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.

Art. 22. As Unidades administrativas subordinadas ao Secretário Municipal de Educação, na forma do Anexo VIII desta lei é composta por:

- I - Secretário Adjunto;
- II - Divisão Pedagógica de Ensino:
 - a) Seção de Ensino Fundamental - séries iniciais;
 - b) Seção de Educação Infantil - 0 a 3 anos;
 - c) Seção de Educação de Jovens e Adultos;
 - d) Seção de Levantamento e Acompanhamento de Dados Estatísticos;
 - e) Seção de Ensino Fundamental - séries finais;
 - f) Seção de Educação Infantil - 4 a 6 anos;
 - g) Seção de Programas Extracurricular;
 - h) Seção de apoio Técnico Pedagógico;
 - i) Seção de Educação Especial;
- III - Divisão Administrativa:
 - a) Seção de Transportes;
 - b) Seção de Orçamento e Controle Interno;
 - c) Seção de Merenda;
 - d) Seção de Administração e Serviços Gerais;
 - e) Seção de Manutenção;
 - f) Seção de Convênios e Conselhos;
 - g) Seção de Construções;
- IV - Divisão da Escola Modelo:
 - a) Seção de Programa Curricular da Escola Modelo;
 - b) Seção de Programa Extracurricular da Escola Modelo;
 - c) Seção de Parcerias da Escola Modelo.

Seção III

Secretaria Municipal de Saúde

Art. 23. Compete a Secretaria Municipal de Saúde:

I - planejar e formular as políticas municipais de saúde, em consonância com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde e das Conferências municipais de Saúde;

II - organizar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações dos serviços e dos diferentes recursos de saúde, sejam eles de prestação direta ou indireta, públicos ou privados;

III - a gestão e execução dos serviços públicos de saúde, com vistas a universalidade, à equidade e à integralidade do atendimento à saúde;

IV - articulação das esferas Municipal, Estadual e Federal de gestão do Sistema Único de Saúde;

V - a gestão do Fundo Municipal de Saúde;

VI - providenciar o encaminhamento de pessoas doentes a outros centros de saúde, fora do município, quando os recursos médicos locais forem insuficientes;

VII - normatizar critérios para aquisição, estocagem e distribuição dos medicamentos e insumos essenciais para o funcionamento do Sistema Municipal de Saúde;

VIII - administrar e acompanhar a execução dos convênios e contratos;

IX - executar a política de saneamento básico do município;

X - executar todas as ações de vigilância sanitária, inclusive em colaboração com os órgãos das esferas Estadual e Federal.

Art. 24. As Unidades administrativas subordinadas ao Secretário Municipal de Saúde, na forma do Anexo IX desta lei é composta por:

- I - Secretário Adjunto;
- II - Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria:
 - a) Seção de Controle, Avaliação e Processamento;
 - b) Seção de Auditoria;
- III - Divisão Administrativa e Financeira:
 - a) Seção de Administração Financeira;
 - b) Seção de Controle de Pessoal;
 - c) Seção de Processamento de Dados;
 - d) Seção de Patrimônio e Contabilidade;
- IV - Divisão de Atenção à Saúde:
 - a) Seção de Enfermagem;
 - b) Seção de Atenção Básica e Unidade de Saúde;
 - c) Seção de Programa de Assistência de Saúde;
 - d) Seção de Laboratório;
- V - Divisão de Vigilância Sanitária:
 - a) Seção de Vigilância Sanitária;
 - b) Seção de Vigilância Epidemiológica;
- VI - Divisão de Medicina:
 - a) Seção de Medicina;
- VII - Divisão de Odontologia:
 - a) Seção de Odontologia;
- VIII - Divisão de Controle e Distribuição de Medicamentos:
 - a) Seção de Controle e Distribuição de Medicamentos.

Seção IV

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Art. 25. Compete a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

- I - programar, planejar, controlar, fiscalizar e executar as obras municipais;
- II - construir e conservar as estradas municipais;
- III - construir as vias e logradouros públicos;
- IV - executar as atividades relativas a limpeza urbana;
- V - executar os serviços de manutenção de parques, praças, jardins, pontes pênséis e pontilhões públicos;
- VI - promover as aberturas e conservação das redes de esgoto e águas pluviais;
- VII - informar ao Gabinete do Prefeito sobre o desenvolvimento das obras públicas.

Art. 26. As Unidades Administrativas subordinadas ao Secretário Municipal de Obras, na forma do Anexo X desta lei é composta por:

I - Divisão de Apoio Administrativo e Manutenção de Frota:

- a) Seção de Serviços Administrativos;
 - b) Seção de Oficina, Lubrificação e Lavação;
- II - Divisão de Obras de Melhorias Viárias:
- a) Seção de Pavimentação;
 - b) Seção de Saneamento Básico;
 - c) Seção de Frotas e Vias não Pavimentadas;
- III - Divisão de Serviços Urbanos:
- a) Seção de Limpeza Pública e Urbanismo;
 - b) Seção de Manutenção do Saneamento Básico;
- IV - Assessoria Especial de Pavimentação e Obras.

Seção V

Secretaria Municipal de Agricultura

Art. 27. Compete a Secretaria Municipal de Agricultura:

- I - planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da Patrulha Mecanizada, da Assistência técnica e de Programas Especiais dos setores de Agricultura e Pecuária;
- II - promover a manutenção do equipamento da Patrulha Mecanizada;
- III - prestar assistência técnica aos agricultores;
- IV - organizar a feira livre, fazendo agrupamento dos feirantes por classes similares de mercadorias, tomando as medidas necessárias a padronização das barracas e dos locais;
- V - promover e ampliar os serviços de extensão do Município integrando-se com as Secretarias Municipais de Educação e Saúde.

Art. 28. As Unidades Administrativas subordinadas ao Secretário Municipal de Agricultura, na forma prevista no Anexo XI desta lei, compreendem:

- I - Seção Administrativa;
- II - Divisão de Agricultura:
 - a) Seção de Controle e Fiscalização;
 - b) Seção da Patrulha Mecanizada;
- III - Divisão de Pecuária:
 - a) Seção de Inspeção Municipal.

Seção VI

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Art. 29. Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo:

- I - coordenar a elaboração e implantação do Plano Municipal de desenvolvimento Econômico;
- II - desenvolver programas e projetos voltados à geração de trabalho e renda;
- III - desenvolver ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável e solidário;
- IV - promover a organização do setor informal da economia do Município;
- V - promover, sistematizar e disponibilizar informações socioeconômicas do Município, principalmente questões de emprego, qualidade de vida, qualidade de mão-de-obra, infraestrutura, logística e incentivos;
- VI - desenvolver programas de qualificação e requalificação profissional;
- VII - planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de turismo e eventos;
- VIII - promover e estimular a instalação de novas organizações industriais, comerciais e de serviços, bem como incentivar e apoiar as micro e pequenas empresas;
- IX - captar recursos e participar de eventos em nível Municipal, Estadual, Nacional e Internacional;
- X - promover e estimular a exportação e importação das empresas.

Art. 30. As unidades administrativas subordinadas ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, na forma do Anexo XII desta Lei é composta por:

- I - Divisão de Desenvolvimento Econômico Nacional;
 - a) Seção de Desenvolvimento Econômico Nacional;
- II- Divisão de Turismo;
 - a) Seção de Turismo.
- III - Divisão de Desenvolvimento Econômico Internacional;
 - a) Seção de Desenvolvimento Econômico Internacional.

Seção VII

Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação

Art. 31. A Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, tem como finalidade implementar políticas públicas visando a diminuição de déficit habitacional para pessoas de baixa renda, e a instituição de programas, ações ou serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, voltados para a família, compreendendo o Idoso, a Mulher, a Criança e Adolescente e Pessoas Portadoras de Deficiência - PPD.

Parágrafo único. A função social da Secretaria é possibilitar e garantir o acesso aos usuários da Assistência Social em situação de vulnerabilidade social aos Programas, Projetos, Serviços, visando assegurar os mínimos sociais.

Art. 32. Compete a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

- I - planejar em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente a política municipal de habitação e saneamento para famílias de baixa renda;
- II - promover levantamento e respectivo cadastramento de pessoas com baixa renda sediadas no município de Rio do Sul, visando a sua inclusão em projetos habitacionais próprios;
- III - buscar parcerias com a União, Estados, Município e Instituições Financeiras Oficiais com vistas a celebração de convênios para execução de programas habitacionais;
- IV - corroborar com o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários da população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza precariedade e ou/ ausência de renda, propiciando a sua inclusão nos serviços públicos próprios;
- V - prever serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme indicadores sociais apresentados pela rede municipal, Clubes de Serviços, Secretarias Municipais, Secretarias de Estado, ONG's, Entidades Assistenciais, etc.;
- VI - monitorar ações assistenciais destinadas às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal, por decorrência de abandono, maus tratos físicos e ou/ psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, etc.;
- VII- estabelecer ação conjunta com o Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Entorpecentes, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, visando a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da Assistência Social;
- VIII - propor e ou/ elaborar convênios de cooperação técnico-financeiro com a União, Estado, Organismos Nacionais e Internacionais, que atuam na área habitacional e ou/ da Assistência Social, bem como implementar ações que visem o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda;
- IX - propor mecanismos de inclusão social do idoso, da mulher, do deficiente físico, da criança e do adolescente que estejam vivendo em comprovada situação de carência, encaminhando-os aos programas, serviços e ou atividades relativas as políticas municipais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outros que visem o desenvolvimento físico, mental, moral e social destes grupos de pessoas enquadrados em tal situação.
- X - gerir o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 33. As Unidades Administrativas subordinadas ao Secretário Municipal de Assistência Social e de Habitação, estão assim representadas na forma do Anexo XIII:

I - Divisão de Habitação:

- a) Seção de Habitação;
- b) Seção de Convênios e Programas Habitacionais;

II - Divisão de Assistência Social:

- a) Seção de Proteção Social Básica;
- b) Seção de Proteção Social Especial;

III - Seção Administrativa, subordinada ao Secretário Municipal de Assistência Social e de Habitação.

TÍTULO III

Das Atribuições Comuns

Seção I

Dos dirigentes de órgãos subordinados diretamente ao Prefeito

Art. 34. Além das atribuições específicas mencionadas nesta Lei, compete ainda aos Secretários, Assessores, Procurador Geral e dirigentes de órgãos subordinados diretamente ao Prefeito:

- I - orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos dos órgãos que lhe são subordinados, exercendo a direção geral;
- II - despachar pessoalmente com o Prefeito, nos dias e horas determinados, todo o expediente das repartições que dirige;
- III - participar de reuniões, quando convocado;
- IV - apresentar ao Prefeito, na época própria, o programa anual dos trabalhos e o relatório das atividades a cargo das Unidades sob sua direção;
- V - proferir despachos interlocutórios em processos e papéis cuja decisão caiba ao Prefeito e em processos decisórios de sua competência;
- VI - referendar os Decretos atinentes ao órgão que dirige;
- VII - elaborar instruções de acordo com as orientações do Prefeito, para a boa execução dos atos normativos baixados pelo Governo Municipal;
- VIII- baixar Portarias, Instruções e Ordens de Serviço, para a boa execução dos trabalhos sob sua direção;
- IX - assessorar o Prefeito em assuntos referentes aos órgãos sob sua direção;
- X - abonar as faltas ou atrasos dos servidores sob sua subordinação, desde que sejam devidamente justificadas;
- XI - aplicar penas disciplinares aos servidores que lhe são subordinados, conforme normas disciplinares definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- XII - movimentar de acordo com as conveniências do serviço, o pessoal lotado nos órgãos sob sua direção;
- XIII - preencher, quando for o caso, boletins que permitam a apuração do mérito dos servidores sob suas ordens, para efeito de promoção, conforme dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e os regulamentos próprios;
- XIV - determinar a realização de sindicâncias para a apuração de faltas e irregularidades;
- XV - promover o treinamento de seus subordinados, através da elaboração e execução de programas de treinamento no âmbito da própria repartição, utilizando-se métodos de rodízios, treinamento em serviço, reuniões para estudo e discussão de problemas relacionados com os trabalhos, bem como promover leitura e divulgação de informações pertinentes;
- XVI- propor a Divisão de Recursos Humanos, a organização de cursos de treinamento, para atender as necessidades, cooperando na execução;
- XVII- promover reuniões com seus subordinados imediatos, para tratar de assuntos de interesse do órgão que dirige, visando o aperfeiçoamento dos serviços;
- XVIII- fazer e informar convenientemente e nos prazos estabelecidos, os processos e papéis que forem dirigidos ao órgão que administra;
- XIX - manter rigoroso controle das despesas dos órgãos sob sua responsabilidade;

XX - prorrogar ou antecipar, pelo tempo que julgar necessário, o expediente do órgão que dirige e autorizar a realização de serviços extraordinários;

XXI - solicitar a Secretaria Municipal de Administração a admissão de pessoal, quando for o caso;

XXII- zelar pela fiel observância e execução das normas previstas nesta lei e das instruções para execução dos serviços;

XXIII- resolver os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução desta lei;

XXIV- a realização de despesas nos limites previstos na proposta orçamentária e obedecendo o plano de dispêndio mensal estabelecido pelo órgão competente.

Parágrafo único. Além das atribuições acima enunciadas, compete ainda aos titulares dos órgãos que integram a Estrutura Administrativa do Poder Executivo, encaminhar na época própria a Secretaria Municipal da Fazenda, a proposta orçamentária do órgão que dirige, bem como, dados e informações estatísticas relativas às suas atividades, mantendo-se permanentemente articulado com a mesma.

Seção II

Dos diretores de departamento e chefes de divisão

Art. 35. Além das suas atribuições específicas mencionadas no Manual de Ocupações, compete ainda aos Diretores de Departamento e aos Chefes de Divisão:

I - promover por todos os meios ao seu alcance, o aperfeiçoamento dos serviços sob sua direção;

II - realizar reuniões com seus subordinados imediatos, para tratar de assuntos de interesse do órgão que dirige;

III - promover o treinamento de seus subordinados, através de elaboração e execução de programas de treinamento no âmbito da própria repartição, utilizando-se de métodos de rodízio, treinamento em serviço, reuniões para estudo e discussão dos problemas relacionados com os trabalhos;

IV - cooperar com a Divisão de Recursos Humanos na elaboração e execução dos Programas Gerais de treinamento dos servidores do Poder Executivo Municipal;

V - proferir despachos interlocutórios em processos e papéis, cuja decisão caiba ao Prefeito e despachos decisórios em processos de sua competência;

VI - despachar diretamente com o chefe imediato;

VII - apresentar ao Chefe imediato, na época própria, o programa de trabalho do órgão sob sua direção, apresentar dados para a elaboração da proposta orçamentária e trimestralmente emitir relatório das atividades do órgão sob sua jurisdição, sugerindo medidas para a melhoria dos serviços;

VIII - participar de reuniões das Chefias, quando convocado;

IX - manter a disciplina do pessoal;

X - aplicar penas de advertência ou repreensão aos servidores que lhe forem subordinados e propor ao superior hierárquico a aplicação naquelas que excederem a sua competência;

XI - distribuir o serviço ao pessoal, examinando o andamento diário dos trabalhos, providenciando a sua rápida efetivação e promovendo a unificação das normas de execução dos mesmos, em colaboração direta com os seus superiores imediatos;

XII - preencher os boletins que permitam a apuração de mérito dos servidores sob suas ordens, para efeito de promoção, quando for o caso;

XIII - organizar na periodicidade determinada, a escala de férias para o ano seguinte e remeter a Divisão de Recursos Humanos;

XIV- propor em nível de direção imediatamente superior, a realização de sindicâncias, para apuração de faltas ou irregularidades;

XV - fazer cumprir rigorosamente o horário de trabalho do pessoal a seu cargo, bem como, as disposições regulamentares e as instruções para a execução dos serviços;

XVI- visar os pedidos de compras e as requisições de material de expediente, quando for o caso;

XVII- atender as pessoas ou determinar o atendimento durante o

expediente, dos que os procurarem para tratar de assuntos relacionados às suas atividades profissionais.

Seção III

Dos demais servidores

Art. 36. Aos servidores cujas atribuições não estão especificadas nesta lei, cumpre observar as prescrições legais e regulamentares, especialmente aquelas expressas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, bem como executar com eficiência, zelo e presteza as tarefas que lhe forem cometidas, e ainda, cumprir as ordens, determinações e instruções superiores, formulando sugestões com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38. Ficam revogadas, por consolidação, sem perda da sua validade normativa, as seguintes normas: Lei Ordinária nº 830, de 28 de agosto de 1970; Lei Ordinária nº 1.022, de 14 de maio de 1974; Lei Ordinária nº 1.782, de 1º de dezembro de 1983; Lei nº 2.460, de 17 de setembro de 1991; Lei nº 2.502, de 18 de dezembro de 1991; Lei nº 2.931, de 20 de outubro de 1994; Lei nº 3.588, de 29 de janeiro de 2001; Lei nº 3.671, de 24 de outubro de 2001; Lei Complementar nº 100, de 24 de abril de 2003; Lei Complementar nº 132, de 28 de junho de 2005; Lei Complementar nº 150, de 28 de abril de 2006.

GABINETE DO PREFEITO

30 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0954/RH

PORTARIA Nº. 0954/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Administração, a partir de 07/12/2015, a servidora ZILDA DO AMARANTE LEANDRO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais, nível "A", lotada no CE Roberto Machado, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de dezembro de 2015.

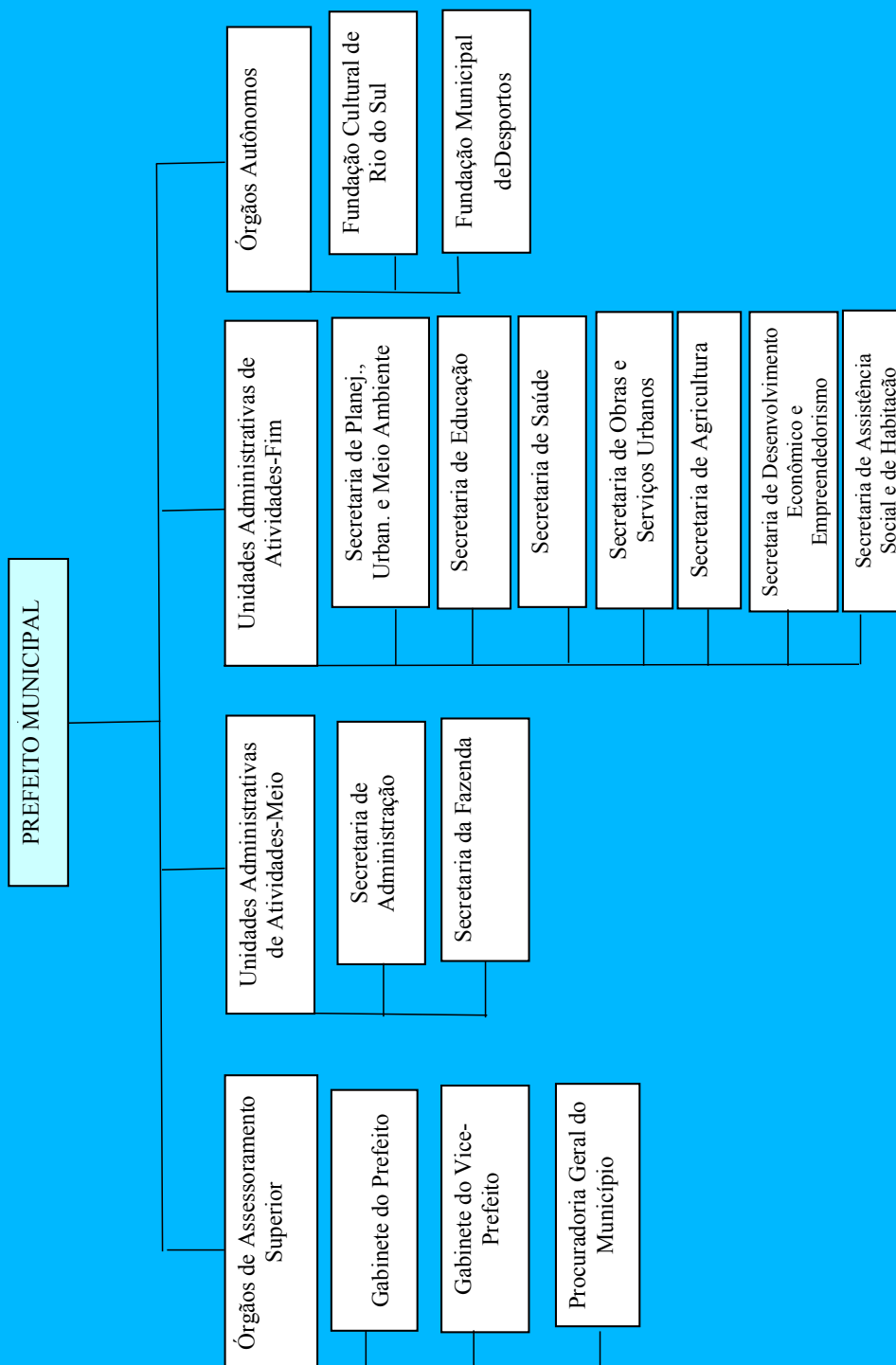
GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

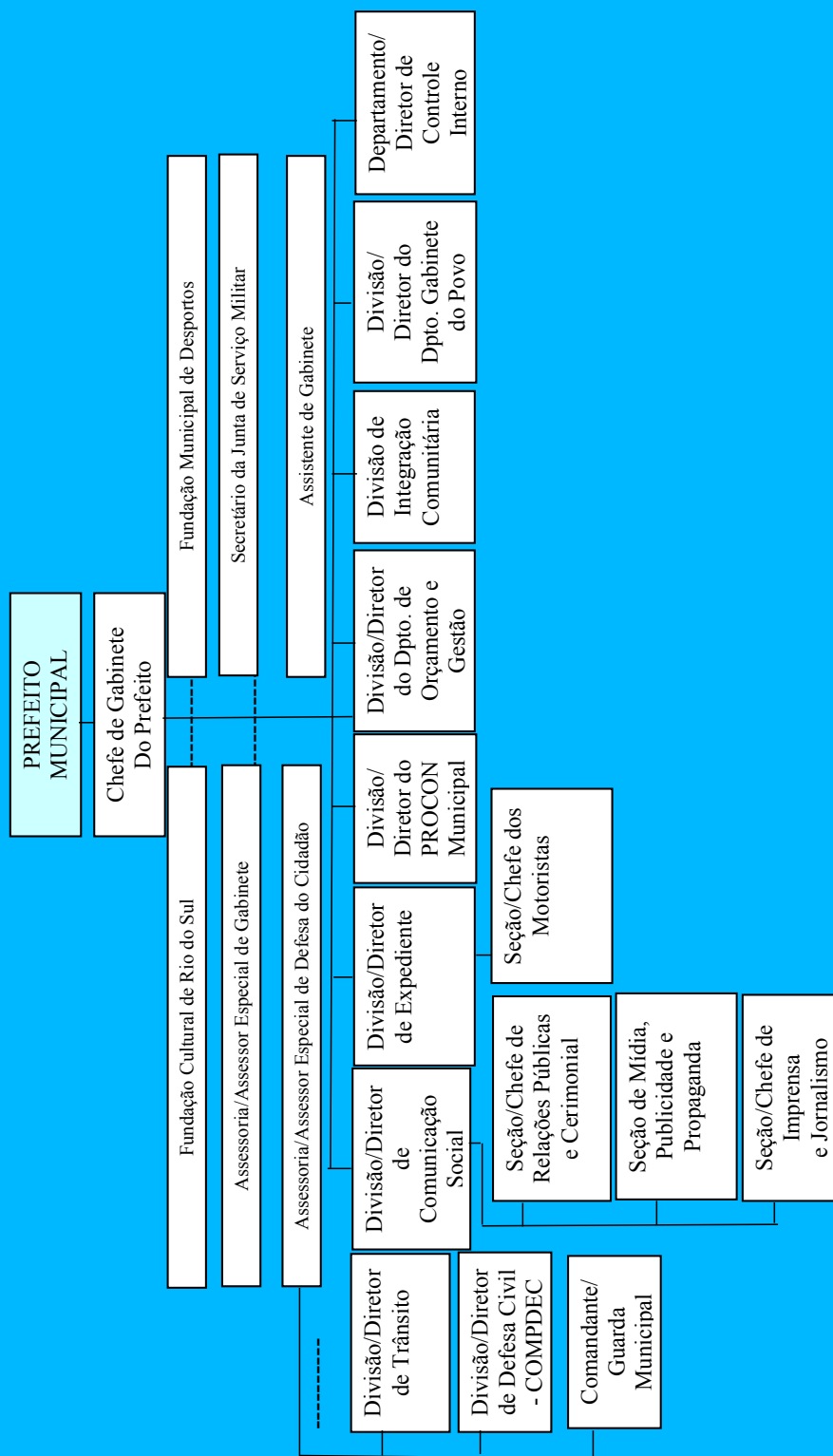
Csvf

LEI COMPLEMENTAR Nº 310 - ANEXO

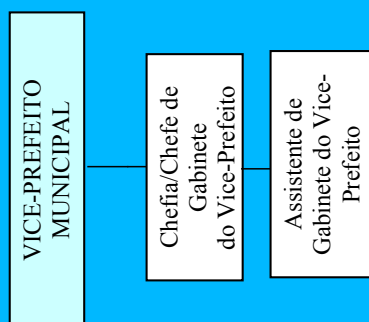
Anexo I
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO GERAL DO MUNICÍPIO



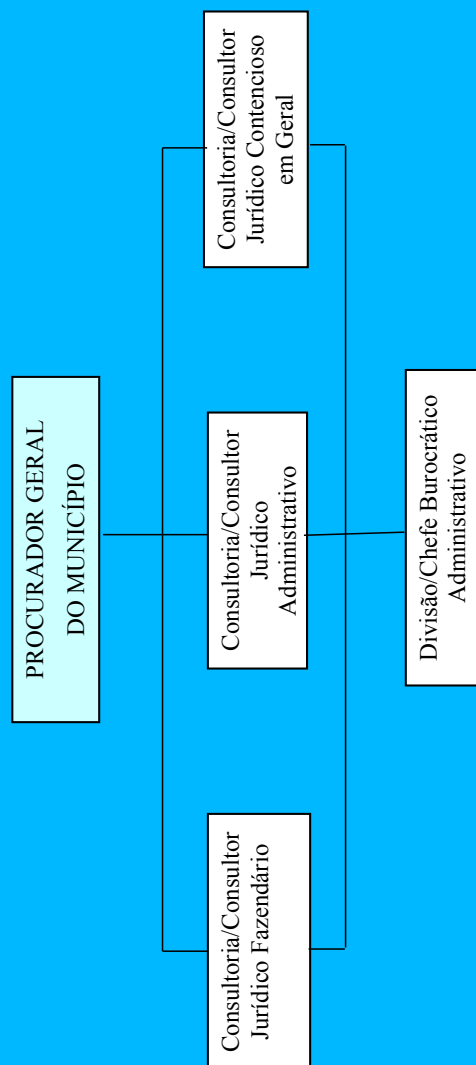
Anexo II
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DO GABINETE DO PREFEITO



Anexo III
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO



Anexo IV
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



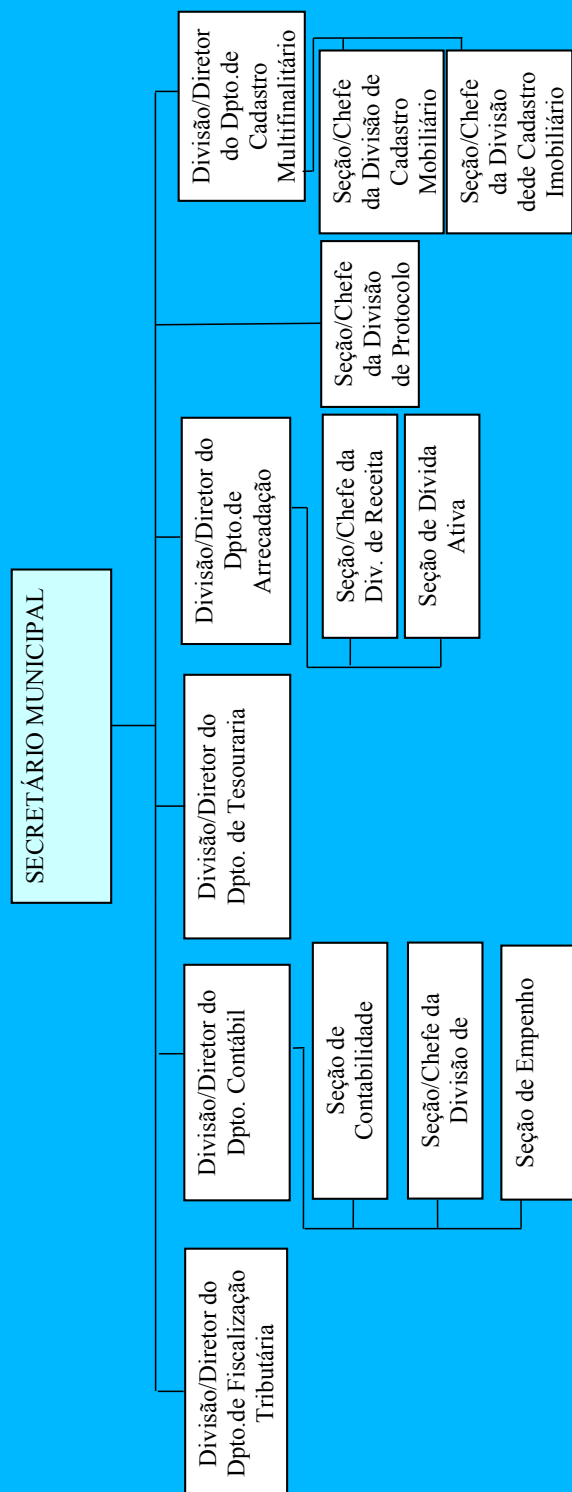

```

graph TD
    SM[SECRETÁRIO MUNICIPAL] --> DPT_Patrimônio[Divisão/Diretor o Dpto. de Patrimônio]
    SM --> DPT_Humanos[Divisão/Diretor do Dpto. de Recursos Humanos]
    SM --> DPT_Suprimentos[Divisão de Suprimentos]
    SM --> DPT_Providenciário[Divisão/Diretor do Dpto. Previdenciário]
    SM --> DPT_Licitações[Divisão de Licitações e Compras]
    SM --> DPT_Informática[Divisão de Informática]
    
    DPT_Patrimônio --> SPT_Bens[Sessão/Chefe da Div. de Bens Móveis e Imóveis]
    
    DPT_Humanos --> SPT_Rotinas[Sessão/Chefe da Div. de Rotinas Trabalhistas]
    DPT_Humanos --> SPT_Desenvolvimento[Sessão/Chefe da Div. de Desenvolvimento]
    
    DPT_Suprimentos --> SPT_Materiais[Sessão de Materiais]
    
    DPT_Providenciário --> SPT_Licitações[Sessão de Licitações e Compras]
    
    DPT_Informática --> SPT_Desenvolvimento_Informatica[Sessão de Desenvolvimento em Informática]
    DPT_Informática --> SPT_Integracao[Sessão/Chefe de Div. de Integração do Sistema de Gestão]
  
```

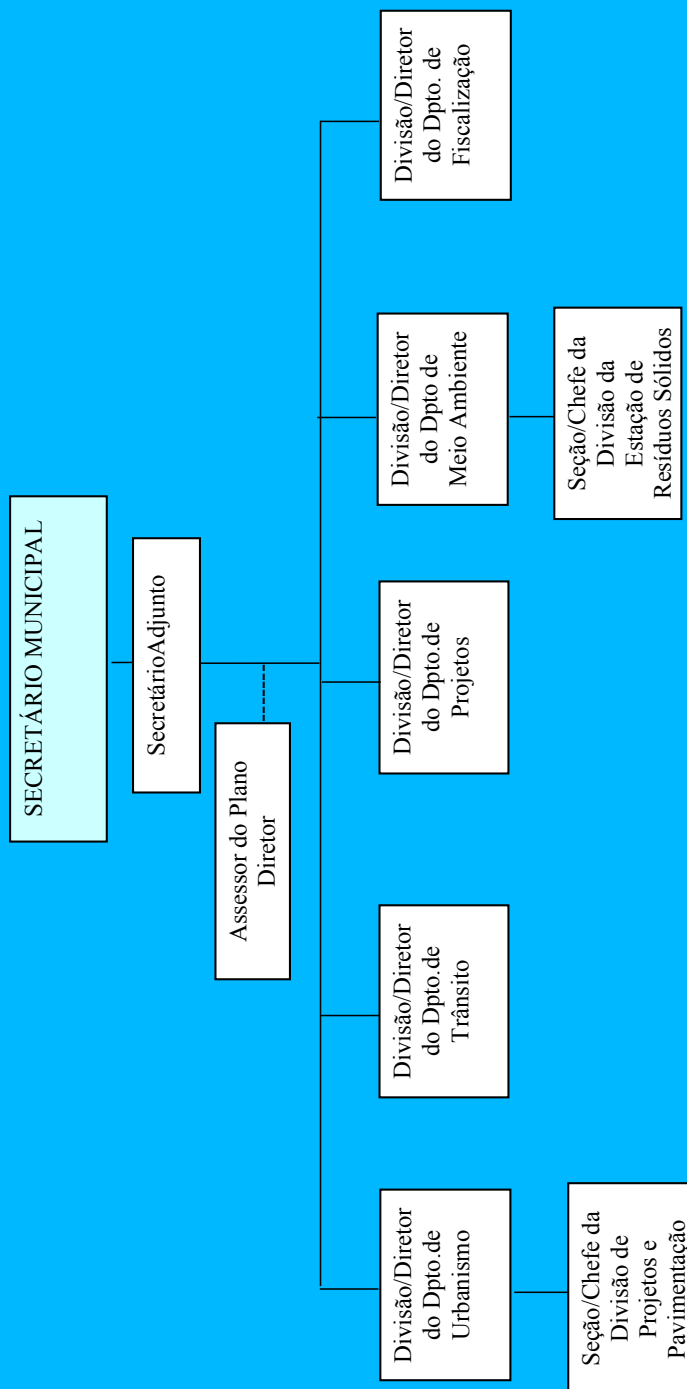
O organograma da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, 2017, apresenta a seguinte estrutura hierárquica:

- SECRETÁRIO MUNICIPAL**
 - Divisão/Diretor o Dpto. de Patrimônio**
 - Sessão/Chefe da Div. de Bens Móveis e Imóveis
 - Divisão/Diretor do Dpto. de Recursos Humanos**
 - Sessão/Chefe da Div. de Rotinas Trabalhistas
 - Sessão/Chefe da Div. de Desenvolvimento
 - Divisão de Suprimentos**
 - Sessão de Materiais
 - Divisão/Diretor do Dpto. Previdenciário**
 - Sessão de Licitações e Compras
 - Divisão de Licitações e Compras**
 - Divisão de Informática**
 - Sessão de Desenvolvimento em Informática
 - Sessão/Chefe de Div. de Integração do Sistema de Gestão

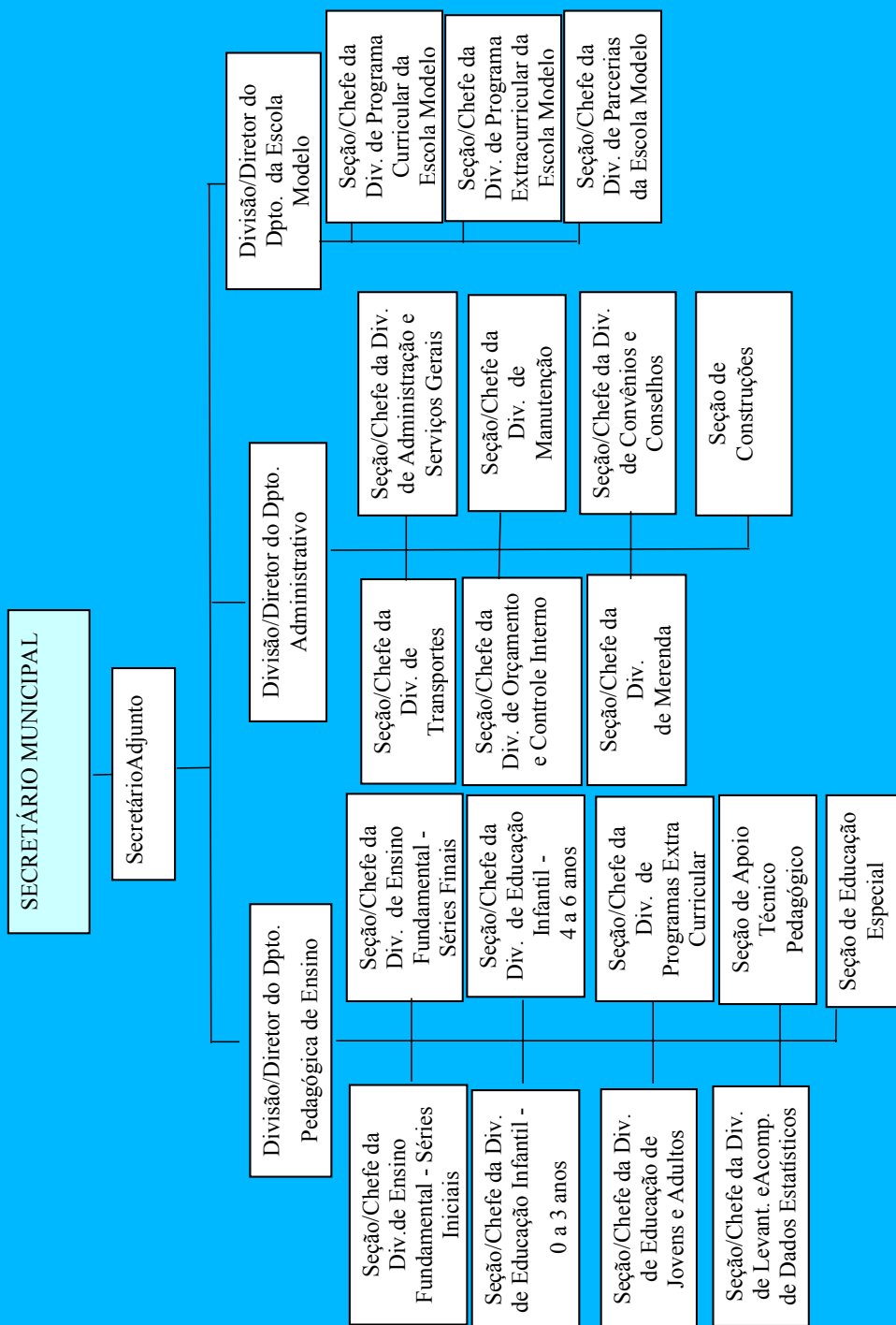
Anexo VI
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



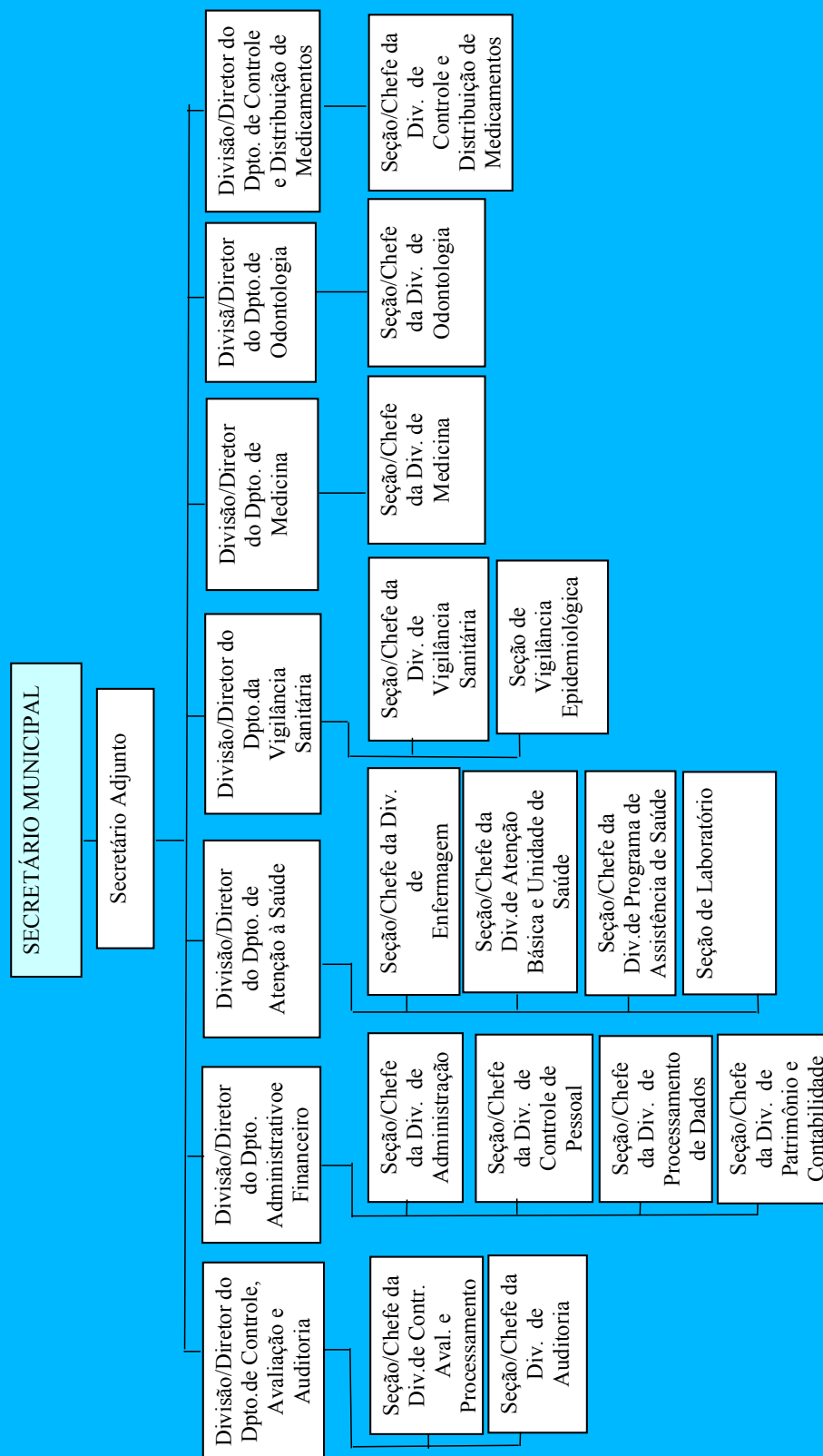
Anexo VII
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE



Anexo VIII
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

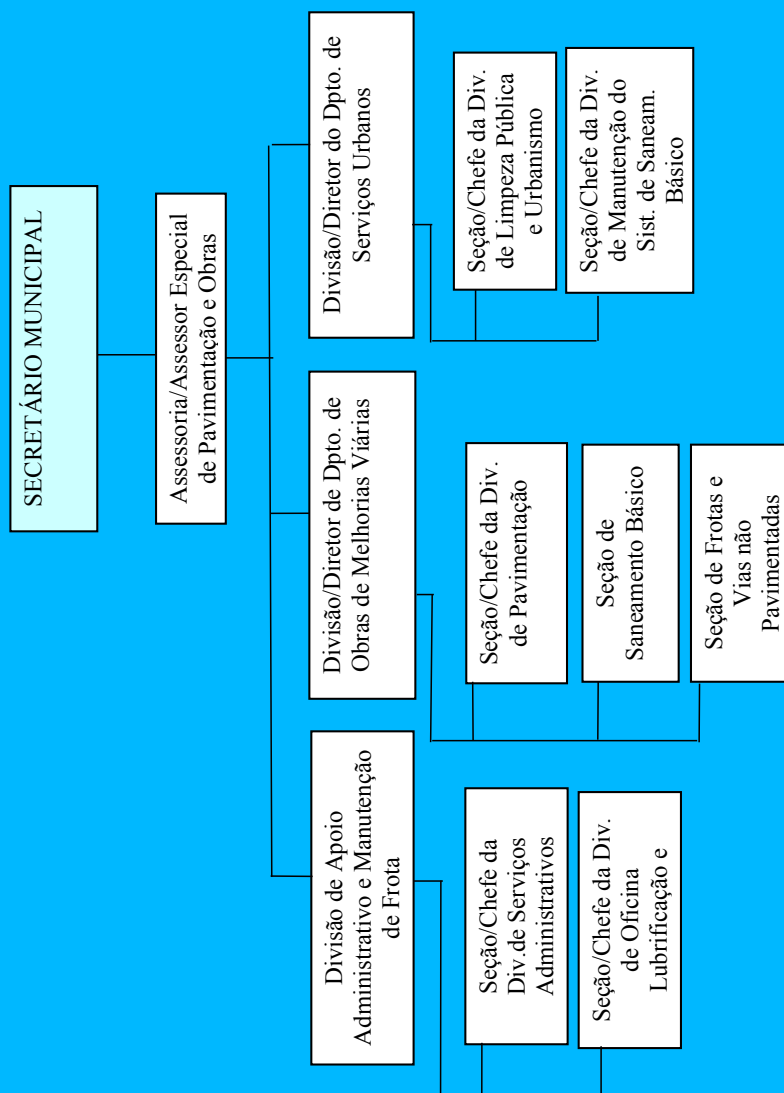


Anexo IX
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



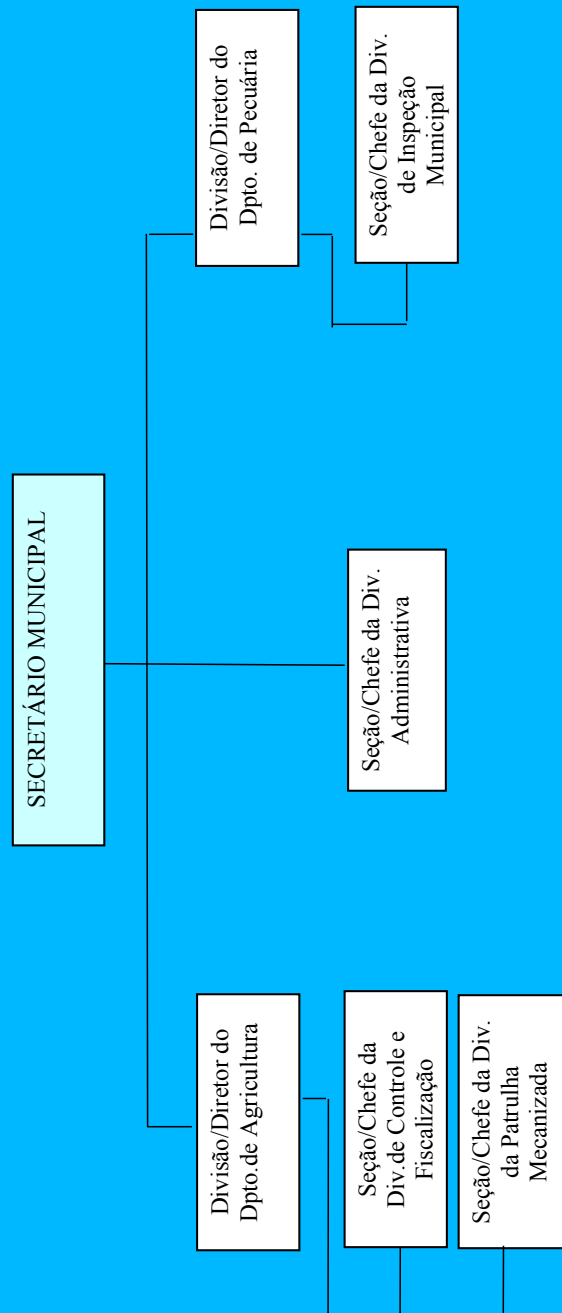
Anexo X

ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS



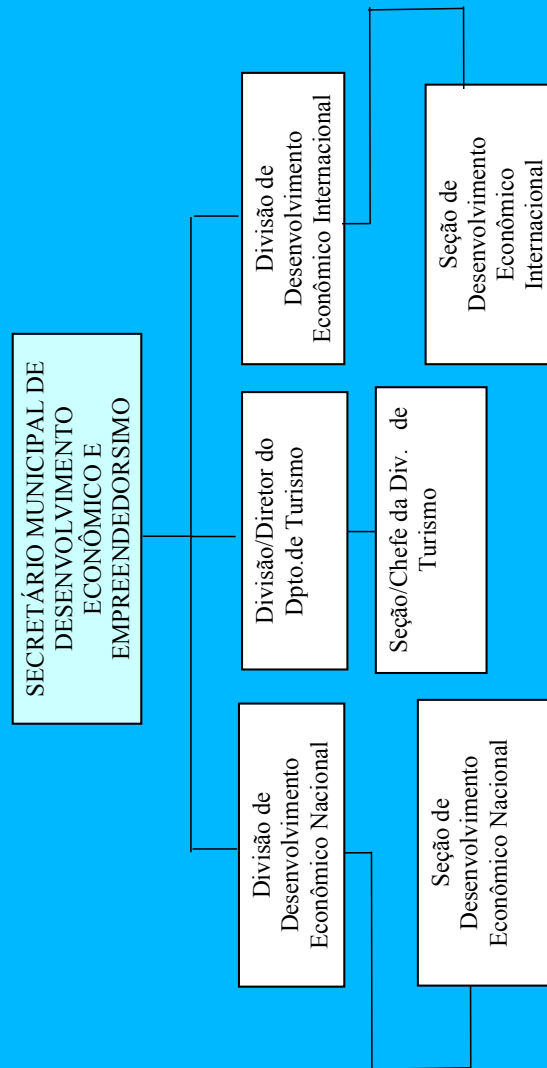
Anexo XI

ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



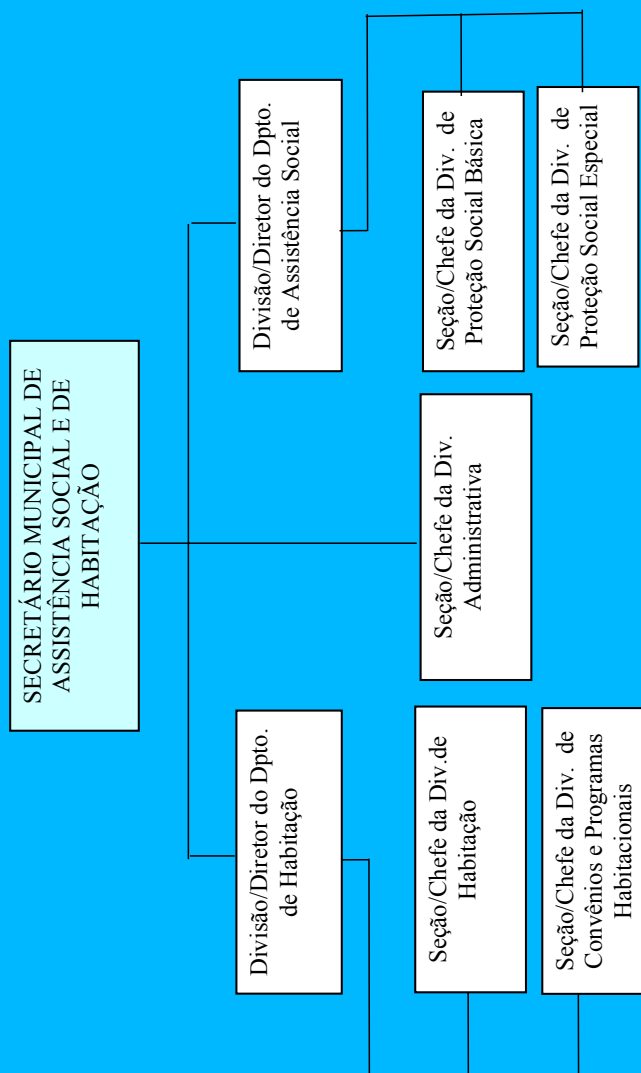
Anexo XII

ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO



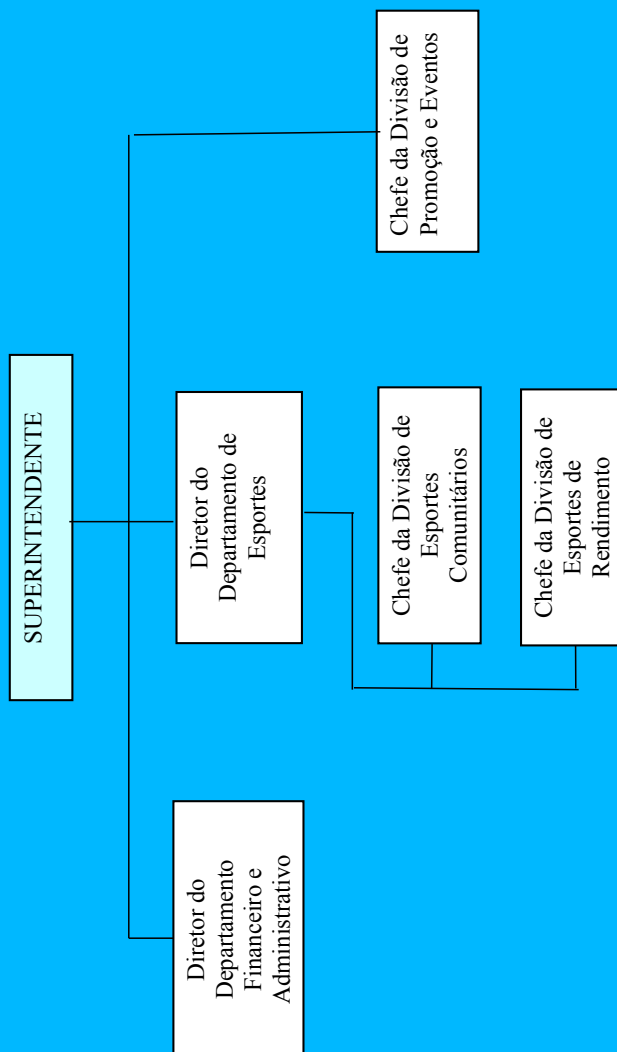
Anexo XIII

ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO



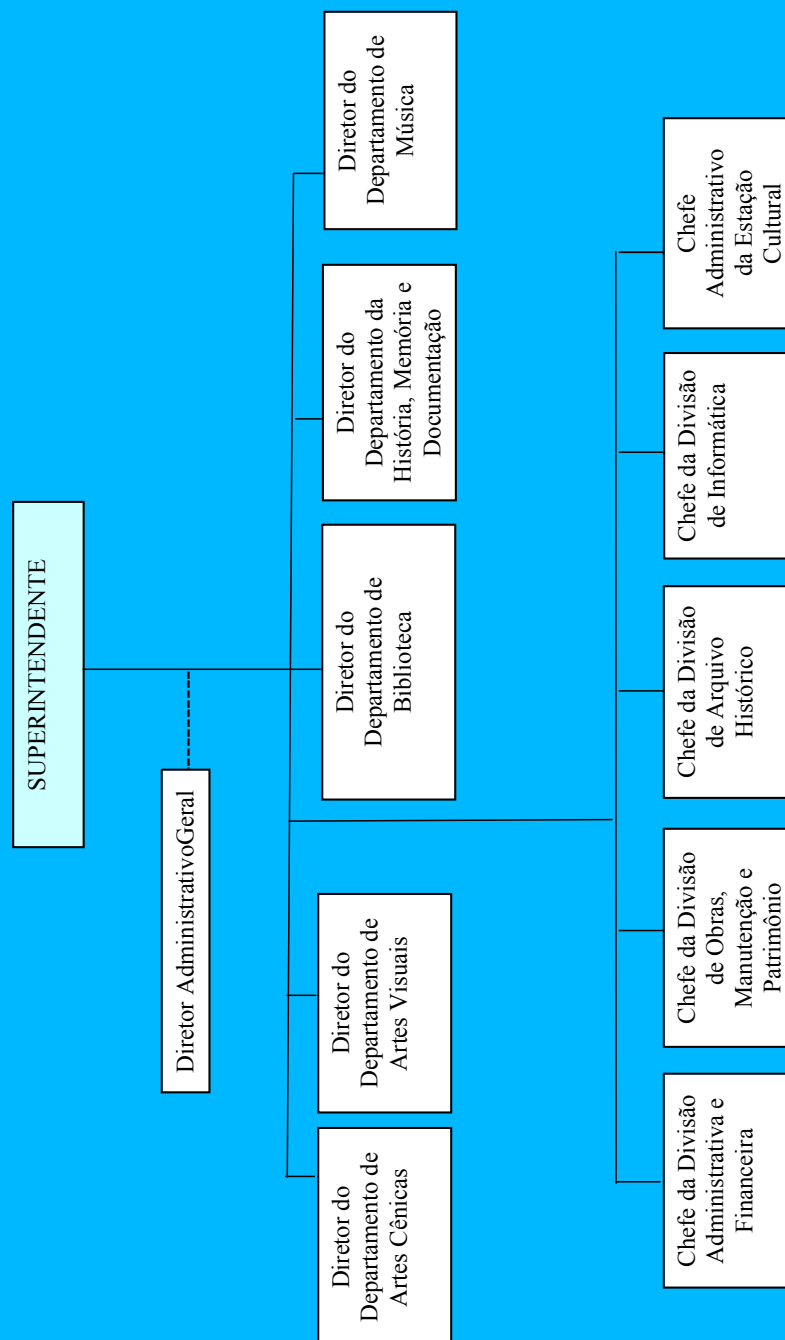
Anexo XIV

ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS



Anexo XV

ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL



LEI 5.661 - ANEXO**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Riscos Fiscais
Anexo de Riscos Fiscais e Providências
Ano LDO: 2016

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Outros passivos contingentes (especificar)	R\$ 10.010.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingencia	R\$ 10.010.000,00
SUBTOTAL	R\$ 10.010.000,00	SUBTOTAL	R\$ 10.010.000,00
TOTAL	R\$ 10.010.000,00	TOTAL	R\$ 10.010.000,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Data Emissão: 01/12/2015 Hora Emissão: 11:47

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Anexo de Metas Fiscais
 Metas Anuais
 Entidade: Consolidado
 Ano LDO: 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º) R\$ 1,00

Especificação	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB * 100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB * 100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB * 100)
Receita Total	311.311.695,95	311.311.695,95	126,2266 %	314.542.913,38	314.542.913,38	127,5367 %	319.261.057,14	319.261.057,14	129,4498 %
Receitas Primárias (I)	289.484.495,95	289.484.495,95	117,3764 %	292.398.455,38	292.398.455,38	118,5579 %	296.784.432,25	296.784.432,25	120,3363 %
Despesa Total	311.311.695,95	311.311.695,95	126,2266 %	340.264.156,54	340.264.156,54	137,9658 %	373.610.043,86	373.610.043,86	151,4865 %
Despesas Primárias (II)	309.356.695,95	309.356.695,95	125,4339 %	338.117.566,54	338.117.566,54	137,0955 %	371.253.088,04	371.253.088,04	150,5308 %
Resultado Primário (III) = (I-II)	(19.872.200,00)	(19.872.200,00)	-8,0575 %	(45.719.111,16)	(45.719.111,16)	-18,5376 %	(74.468.655,79)	(74.468.655,79)	-30,1946 %
Resultado Nominal	2.232.075,09	2.232.075,09	0,9050 %	4.664.631,32	4.664.631,32	1,8914 %	2.000.000,00	2.000.000,00	0,8109 %
Dívida Pública Consolidada	(5.525.136,52)	(5.525.136,52)	-2,2403 %	(3.360.599,90)	(3.360.599,90)	-1,3626 %	(1.360.599,90)	(1.360.599,90)	-0,5517 %
Dívida Consolidada Líquida	(20.275.545,15)	(20.275.545,15)	-8,2211 %	(15.610.913,83)	(15.610.913,83)	-6,3297 %	(13.610.913,83)	(13.610.913,83)	-5,5188 %
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %	0,00	0,00	0,0000 %
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM									
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL									
Data Emissão: 17/set/2015									
Nota Explicativa: PIB do Estado até setembro de 2015 utilizado como referência.									

GARBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
 Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Anexo de Metas Fiscais
 Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
 Entidade: Consolidado
 Ano LDO: 2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas Em 2014 (a)	% PIB (a / PIB x 100)	Metas Realizadas Em 2014 (b)	% PIB (b / PIB x 100)	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	%(c/a) x 100
Receita Total	243.880.538,83	115,6069 %	213.943.351,82	101,4157 %	(29.937.187,01)	(12,28)
Receitas Primárias (I)	228.909.120,61	108,5100 %	195.048.760,07	92,4591 %	(33.860.360,54)	(14,79)
Despesa Total	244.898.146,83	116,0893 %	196.451.693,80	93,1242 %	(48.446.453,03)	(19,78)
Despesas Primárias (II)	239.140.384,64	113,3599 %	191.842.684,90	90,9394 %	(47.297.699,74)	(19,78)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(10.231.264,03)	-4,8499 %	3.206.075,17	1,5198 %	13.437.339,20	(131,34)
Resultado Nominal	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,0000 %	(9.165.851,31)	-4,3449 %	(9.165.851,31)	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,0000 %	(26.608.463,33)	-12,6132 %	(26.608.463,33)	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM **Unidade Responsável:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Data Emissão:** 16/set/2015 **Hora de Emissão:** 09h e 46m**Nota Explicativa:**

 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito de Rio do Sul

 RUBIA CRISTINA MOHR
 Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
Entidade: Consolidado
Ano LDO: 2016

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES - R\$										R\$ 1,00	
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	%
Receita Total	186.515.157,81	243.880.538,83	30,76	302.550.000,00	24,06	311.311.695,95	2,90	314.542.913,38	1,04	319.261.057,14	1,50	1,50
Receitas Primárias (I)	167.171.357,81	228.909.120,61	36,93	284.443.475,00	24,26	289.484.495,95	1,77	292.398.455,38	1,01	296.784.432,25	1,50	1,50
Despesa Total	186.515.157,81	244.898.146,83	31,30	302.550.000,00	23,54	311.311.695,95	2,90	340.264.156,54	9,30	373.610.043,86	9,80	9,80
Despesas Primárias (II)	181.746.407,81	239.140.384,64	31,58	297.155.750,00	24,26	309.356.695,95	4,11	338.117.566,54	9,30	371.253.088,04	9,80	9,80
Resultado Primário (III) = (I-II)	(14.575.050,00)	(10.231.264,03)	(29,80)	(12.712.275,00)	24,25	(19.872.200,00)	56,32	(45.719.111,16)	130,07	(74.468.655,79)	62,88	62,88
Resultado Nominal	0,00	(5.656.594,52)	100,00	4.896.789,51	(186,57)	(767.924,91)	(115,68)	1.664.631,32	(316,77)	0,00	(100,00)	(100,00)
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.525.136,52)	100,00	(9.360.599,90)	9,80	(9.360.599,90)	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(11.490.508,92)	(17.147.103,44)	49,23	(12.250.313,93)	(28,56)	(23.275.545,15)	90,00	(21.610.913,83)	(7,15)	(21.610.913,83)	0,00	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES - R\$										R\$ 1,00	
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	%
Receita Total	186.515.157,81	243.880.538,83	30,76	302.550.000,00	24,06	311.311.695,95	2,90	314.542.913,38	1,04	319.261.057,14	1,50	1,50
Receitas Primárias (I)	167.171.357,81	228.909.120,61	36,93	284.443.475,00	24,26	289.484.495,95	1,77	292.398.455,38	1,01	296.784.432,25	1,50	1,50
Despesa Total	186.515.157,81	244.898.146,83	31,30	302.550.000,00	23,54	311.311.695,95	2,90	340.264.156,54	9,30	373.610.043,86	9,80	9,80
Despesas Primárias (II)	181.746.407,81	239.140.384,64	31,58	297.155.750,00	24,26	309.356.695,95	4,11	338.117.566,54	9,30	371.253.088,04	9,80	9,80
Resultado Primário (III) = (I-II)	(14.575.050,00)	(10.231.264,03)	(29,80)	(12.712.275,00)	24,25	(19.872.200,00)	56,32	(45.719.111,16)	130,07	(74.468.655,79)	62,88	62,88
Resultado Nominal	0,00	(5.656.594,52)	100,00	4.896.789,51	(186,57)	(767.924,91)	(115,68)	1.664.631,32	(316,77)	0,00	(100,00)	(100,00)
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.525.136,52)	100,00	(9.360.599,90)	9,80	(9.360.599,90)	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(11.490.508,92)	(17.147.103,44)	49,23	(12.250.313,93)	(28,56)	(23.275.545,15)	90,00	(21.610.913,83)	(7,15)	(21.610.913,83)	0,00	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM **Unidade Responsável:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Data Emissão: 16/set/2015 **Hora de emissão:** 09:50

Nota Explicativa:

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Evolução do Patrimônio Líquido
Entidade(s): Consolidado
Ano LDO: 2016

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	121.411.431,75	100,00 %	79.691.295,16	100,00 %	88.405.866,58	100,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
TOTAL	121.411.431,75	100,00 %	79.691.295,16	100,00 %	88.405.866,58	100,00 %

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	17.204.388,34	100,00 %	16.177.139,95	100,00 %	(2.211.031,06)	100,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
TOTAL	17.204.388,34	100,00 %	16.177.139,95	100,00 %	(2.211.031,06)	100,00 %

FONTE:	Sistema Atende.Net - IPM	Unidade Responsável	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Data Emissão:	17/set/2015	Hora de emissão:	09:31

Nota Explicativa: Patrimônio Líquido apurado até setembro de 2015 e projeção pela variação 2014/2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Anexo de Metas Fiscais
 Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos
 Entidade: Consolidado
 Ano LDO: 2016

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

Valores R\$

Receitas Realizadas	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	155.300,00	62.650,00	303.070,00
Alienação de Bens Móveis	155.300,00	62.650,00	303.070,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	155.300,00	62.650,00	303.070,00

Despesas Executadas	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO ALIENAÇÃO DE BENS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Saldo Financeiro	(g) = ((Ia-IId) + h)	(h) = ((Ib-Ile) + i)	(i) = (Ic-IIf)
	521.020,00	365.720,00	303.070,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL Data Emissão: 16/set/2015 Hora de emissão: 09:54			
Nota Explicativa:			

 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito de Rio do Sul

 RUBIA CRISTINA MOHR
 Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Anexo de Metas Fiscais
 Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2016

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" Exercício Anterior) + (c)
2015	9.617.098,17	4.074.437,30	5.542.660,87	101.705.483,86
2016	9.135.733,66	4.046.419,44	5.089.314,22	106.794.798,08
2017	8.545.975,53	4.383.227,00	4.162.748,53	110.957.546,61
2018	7.653.492,49	4.560.504,48	3.092.988,01	114.050.534,62
2019	7.208.661,10	4.609.629,39	2.599.031,71	116.649.566,33
2020	6.659.229,59	4.998.672,59	1.660.557,00	118.310.123,33
2021	6.175.000,60	5.249.356,31	925.644,29	119.235.767,62
2022	5.647.281,13	5.661.103,82	(13.822,69)	119.221.944,93
2023	5.156.934,88	6.005.964,80	(849.029,92)	118.372.915,01
2024	4.683.744,67	6.337.159,87	(1.653.415,20)	116.719.499,81
2025	4.230.203,07	6.640.664,76	(2.410.461,69)	114.309.038,12
2026	3.804.220,76	6.891.907,31	(3.087.686,55)	111.221.351,57
2027	3.372.195,07	7.191.324,20	(3.819.129,13)	107.402.222,44
2028	3.055.397,77	7.205.035,22	(4.149.637,45)	103.252.584,99
2029	2.763.852,16	7.181.996,19	(4.418.144,03)	98.834.440,96
2030	2.493.745,83	7.132.120,14	(4.638.374,31)	94.196.066,65
2031	2.206.630,41	7.157.824,45	(4.951.194,04)	89.244.872,61
2032	1.956.435,16	7.107.791,64	(5.151.356,48)	84.093.516,13
2033	1.743.170,23	6.981.258,35	(5.238.088,12)	78.855.428,01
2034	1.500.057,19	6.967.610,79	(5.467.553,60)	73.387.874,41
2035	1.325.795,62	6.795.817,68	(5.470.022,06)	67.917.852,35
2036	1.160.121,33	6.628.996,00	(5.468.874,67)	62.448.977,68
2037	1.016.414,68	6.428.639,28	(5.412.224,60)	57.036.753,08
2038	886.834,95	6.218.313,06	(5.331.478,11)	51.705.274,97
2039	790.822,65	5.942.988,16	(5.152.165,51)	46.553.109,46
2040	707.914,84	5.659.624,57	(4.951.709,73)	41.601.399,73
2041	640.077,78	5.360.145,13	(4.720.067,35)	36.881.332,38
2042	559.782,03	5.120.559,41	(4.560.777,38)	32.320.555,00
2043	501.765,96	4.845.696,18	(4.343.930,22)	27.976.624,78
2044	459.093,31	4.552.377,87	(4.093.284,56)	23.883.340,22
2045	411.265,09	4.296.683,06	(3.885.417,97)	19.997.922,25
2046	88.889,25	4.014.813,62	(3.925.924,37)	16.071.997,88
2047	66.648,56	3.734.141,90	(3.667.493,34)	12.404.504,54
2048	42.982,88	3.478.941,46	(3.435.958,58)	8.968.545,96
2049	33.081,56	3.203.643,82	(3.170.562,26)	5.797.983,70
2050	25.532,10	2.942.542,17	(2.917.010,07)	2.880.973,63
2051	16.693,01	2.707.231,04	(2.690.538,03)	190.435,60
2052	9.488,73	2.483.058,43	(2.473.569,70)	(2.283.134,10)
2053	6.936,08	2.262.946,21	(2.256.010,13)	(4.539.144,23)
2054	3.118,56	2.060.907,75	(2.057.789,19)	(6.596.933,42)
2055	1.208,43	1.869.613,29	(1.868.404,86)	(8.465.338,28)
2056	0,00	1.694.686,47	(1.694.686,47)	(10.160.024,75)
2057	0,00	1.527.451,44	(1.527.451,44)	(11.687.476,19)
2058	0,00	1.375.016,46	(1.375.016,46)	(13.062.492,65)
2059	0,00	1.232.770,00	(1.232.770,00)	(14.295.262,65)
2060	0,00	1.103.603,38	(1.103.603,38)	(15.398.866,03)
2061	0,00	985.663,18	(985.663,18)	(16.384.529,21)
2062	0,00	878.374,37	(878.374,37)	(17.262.903,58)
2063	0,00	772.547,63	(772.547,63)	(18.035.451,21)
2064	0,00	682.033,03	(682.033,03)	(18.717.484,24)
2065	0,00	601.335,99	(601.335,99)	(19.318.820,23)
2066	0,00	519.253,45	(519.253,45)	(19.838.073,68)
2067	0,00	450.786,42	(450.786,42)	(20.288.860,10)
2068	0,00	391.442,82	(391.442,82)	(20.680.302,92)
2069	0,00	333.436,90	(333.436,90)	(21.013.739,82)
2070	0,00	287.890,00	(287.890,00)	(21.301.629,82)
2071	0,00	241.308,24	(241.308,24)	(21.542.938,06)
2072	0,00	201.851,44	(201.851,44)	(21.744.789,50)
2073	0,00	171.719,12	(171.719,12)	(21.916.508,62)
2074	0,00	144.479,02	(144.479,02)	(22.060.987,64)
2075	0,00	120.976,63	(120.976,63)	(22.181.964,27)
2076	0,00	98.159,86	(98.159,86)	(22.280.124,13)
2077	0,00	79.717,03	(79.717,03)	(22.359.841,16)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2016

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" Exercício Anterior) + (c)
2078	0,00	63.535,36	(63.535,36)	(22.423.376,52)
2079	0,00	49.594,77	(49.594,77)	(22.472.971,29)
2080	0,00	38.352,70	(38.352,70)	(22.511.323,99)
2081	0,00	29.184,25	(29.184,25)	(22.540.508,24)
2082	0,00	22.806,09	(22.806,09)	(22.563.314,33)
2083	0,00	16.146,31	(16.146,31)	(22.579.460,64)
2084	0,00	12.352,06	(12.352,06)	(22.591.812,70)
2085	0,00	9.430,17	(9.430,17)	(22.601.242,87)
2086	0,00	6.512,03	(6.512,03)	(22.607.754,90)
2087	0,00	5.561,11	(5.561,11)	(22.613.316,01)
2088	0,00	4.573,61	(4.573,61)	(22.617.889,62)
2089	0,00	0,00	0,00	(22.617.889,62)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Data Emissão:** 16/set/2015 **Hora de emissão:** 13h e 24m**Notas:**

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
Ano LDO: 2016

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
IPTU	Remissão	Remissão	18.103,69	19.000,00	19.000,00	Economia nas despesas correntes absorvida por todas as secretarias Fundos e Fundações anualmente.
IPTU	Outros Benefícios	Isenção para aposentados e baixa renda advindos da Assistência Social.	2.872.784,92	2.900.000,00	2.900.000,00	Economia nas despesas correntes absorvida por todas as secretarias Fundos e Fundações anualmente.
Total			2.890.888,61	2.919.000,00	2.919.000,00	
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL						
Data Emissão: 17/09/2015 Hora Emissão: 17/09/2015 09:15						
Nota Explicativa: Valores fornecido pela arrecadação com base no exercício de 2015 até a data de 16/09/2015.						

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
Ano LDO: 2016

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2016
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-)Transferências Constitucionais	0,00
(-)Transferências ao FUNDEF	0,00
SALDO DO AUMENTO PERMANENTE (I)	0,00
REDUÇÃO PERMANENTE DE DESPESA (II)	0,00
MARGEM BRUTA (III=I+II)	0,00
SALDO UTIL. DA MARGEM BRUTA (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas por PPP	0,00
MARGEM LIQ. EXPANSÃO DE DOCC (III-IV)	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM **Unidade Responsável:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Data Emissão:** 16/09/2015 **Hora Emissão:** 10:17**Nota Explicativa:**

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Anexo de Metas Fiscais
 Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos
 Servidores
 Ano LDO: 2016

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	16.772.246,16	10.421.736,85	24.620.658,38
RECEITAS CORRENTES	16.772.246,16	10.421.736,85	19.591.902,78
Receita de Contrib. dos Segurados	2.967.393,56	4.072.635,67	4.116.083,88
Pessoal Civil	2.967.393,56	4.072.635,67	4.116.083,88
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	572.354,39	317.139,50
Receita Patrimonial	13.565.468,76	5.776.746,79	15.158.679,40
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	239.383,84	0,00	0,00
Compensação Prev. RGPS para RPPS	239.383,84	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Dir. e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	(5.028.755,60)
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.900.736,75	7.516.330,86	8.296.513,24
RECEITAS CORRENTES	6.900.736,75	7.516.330,86	8.296.513,24
Receita de Contribuições	6.900.736,75	7.516.330,86	8.296.513,24
Patronal	5.929.354,74	6.060.455,29	7.205.153,07
Pessoal Civil	5.929.354,74	6.060.455,29	7.205.153,07
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	971.382,01	1.455.875,57	1.091.360,17
Regime de Déb. e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV. (III) = (I+II)	23.672.982,91	17.938.067,71	32.917.171,62

DESPESAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	5.222.372,33	6.190.678,85	6.402.946,11
ADMINISTRAÇÃO	5.222.372,33	6.190.678,85	6.402.946,11
Despesas Correntes	5.222.372,33	6.190.678,85	6.402.946,11
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. RGPS para RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS PREV. (VI) = (IV+V)	5.222.372,33	6.190.678,85	6.402.946,11

RESULTADO PREV. (VII) = (III-VI)	18.450.610,58	11.747.388,86	26.514.225,51
---	----------------------	----------------------	----------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos Cobertura Insuf. Finan.	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos Cobertura Déficit Finan.	0,00	0,00	0,00
Recursos Cobertura Déficit Atuar.	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos
Servidores
Ano LDO: 2016

FONTE: Sistema

Data Emissão: 16/set/2015

Nota Explicativa:

Unidade Responsável:

Hora de emissão: 09:57

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo de Metas Fiscais
Montante da Dívida
Ano LDO: 2016

		Valores - R\$					
		2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)							
Dívida Mobiliária		43.103.665.524,88	35.789.330.618,08	36.617.463.069,18	36.612.632.108,18	36.613.342.108,18	36.613.856.108,18
Dívida Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Poster. a 05.05.2000		(3.747.669,28)	(3.186.668,00)	5.785.961,00	955.000,00	1.665.000,00	2.179.000,00
Op. Crédito inferiores a 12 meses		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)							
Ativo Disponível		43.107.413.194,16	35.792.517.286,08	36.611.677.108,18	36.611.677.108,18	36.611.677.108,18	36.611.677.108,18
Haveres Financeiros		11.642.429,74	17.307.627,68	14.750.408,63	14.750.408,63	14.750.408,63	14.750.408,63
(-) Restos a Pagar Processados		11.445.720,83	17.227.365,56	13.500.361,28	13.500.361,28	13.500.361,28	13.500.361,28
DIV. CONSOL. LÍQUIDA (DCL) (I)-(II)		120.748,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		(75.960,41)	(80.262,12)	(1.250.047,35)	(1.250.047,35)	(1.250.047,35)	(1.250.047,35)
DIV. CONSOL. LÍQUIDA (DCL) (I)-(II)		43.092.023.095,14	35.772.022.990,40	36.602.712.660,55	36.597.881.699,55	36.598.591.699,55	36.599.105.699,55

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM **Unidade Responsável:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Data Emissão: 16/09/2015 **Hora Emissão:** 09:37

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo de Metas Fiscais
Principais Despesas
Entidade: Consolidado
Ano LDO: 2016

Pessoal e encargos sociais

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2013	73.125.788,60	0,00
2014	75.079.663,78	2,67
2015	85.277.005,93	13,58
2016	96.723.981,96	13,42
2017	106.642.132,19	10,25
2018	117.093.061,14	9,80

Juros e encargos da dívida

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2013	424.500,00	0,00
2014	813.801,07	91,71
2015	645.000,00	-20,74
2016	1.000.000,00	55,04
2017	1.098.000,00	9,80
2018	1.205.604,00	9,80

Outras despesas correntes

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2013	79.868.071,11	0,00
2014	97.282.166,76	21,80
2015	127.780.465,01	31,35
2016	144.910.770,85	13,41
2017	158.295.992,79	9,24
2018	173.809.000,07	9,80

Investimentos

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2013	23.863.148,10	0,00
2014	60.830.658,80	154,91
2015	73.667.279,06	21,10
2016	57.701.943,14	-21,67
2017	62.177.481,56	7,76
2018	68.270.874,75	9,80

Inversões financeiras

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2013	25.000,00	0,00
2014	50.000,00	100,00
2015	31.000,00	-38,00
2016	10.000,00	-67,74
2017	10.980,00	9,80
2018	12.056,04	9,80

Amortização da dívida

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2013	4.344.250,00	0,00
2014	4.943.961,12	13,80
2015	4.749.250,00	-3,94
2016	955.000,00	-79,89
2017	1.048.590,00	9,80
2018	1.151.351,82	9,80

Reserva do RPPS

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2013	0,00	0,00
2014	0,00	0,00
2015	0,00	0,00
2016	0,00	0,00
2017	0,00	0,00
2018	0,00	0,00

Reserva de contingência

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2013	4.864.400,00	0,00
2014	5.897.895,30	21,25
2015	10.400.000,00	76,33
2016	10.010.000,00	-3,75
2017	10.990.980,00	9,80
2018	12.068.096,04	9,80

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Data Emissão: 16/09/2015 Hora Emissão: 09:39

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Metodologia e Memória de Cálculo

Anexo de Metas Fiscais

Principais Despesas

Entidade: Consolidado

Ano LDO: 2016

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo de Metas Fiscais
Principais Fontes de Receita
Entidade: Consolidado
Ano LDO: 2016

Receita Tributária

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	29.892.310,00	0,00
2014	37.760.745,95	26,32
2015	40.319.876,24	6,78
2016	47.646.900,00	18,17
2017	48.361.603,50	1,50
2018	49.087.027,56	1,50

Cota-Parte FPM

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	23.000.000,00	0,00
2014	22.870.000,00	-0,57
2015	26.780.922,29	17,10
2016	25.000.000,00	-6,65
2017	0,00	-100,00
2018	0,00	0,00

Transferências de Recurso do SUS - FMS

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	33.601.697,87	0,00
2014	43.434.228,00	29,26
2015	65.582.300,00	50,99
2016	86.229.300,00	31,48
2017	0,00	-100,00
2018	0,00	0,00

Cota-Parte do ICMS

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	28.000.000,00	0,00
2014	30.000.000,00	7,14
2015	35.060.300,00	16,87
2016	33.000.000,00	-5,88
2017	0,00	-100,00
2018	0,00	0,00

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	4.837.170,00	0,00
2014	7.451.244,31	54,04
2015	6.371.808,47	-14,49
2016	5.518.300,00	-13,40
2017	5.601.074,50	1,50
2018	5.685.090,64	1,50

Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	20.778.300,00	0,00
2014	44.541.761,00	114,37
2015	67.352.942,20	51,21
2016	44.875.149,62	-33,37
2017	44.381.026,86	-1,10
2018	45.046.742,27	1,50

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM **Unidade Responsável:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Data Emissão: 16/09/2015 **Hora Emissão:** 09:39

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo de Metas Fiscais
Resultado Nominal
Ano LDO: 2016

Especificação		Valores - R\$					
		2013	2014	2015	2016	2017	2018
		(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		7.658.173,46	5.251.878,81	3.762.369,61	(5.525.136,52)	(3.360.599,90)	(1.360.599,90)
DEDUÇÕES (II)		13.780.092,44	17.797.224,95	18.335.798,73	14.750.408,63	12.250.313,93	12.250.313,93
Ativo Disponível		18.081.509,70	20.008.929,37	20.277.946,38	13.500.361,28	13.500.361,28	13.500.361,28
Haveres Financeiros		80.661,99	(153.571,72)	(33.323,52)	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados		4.382.079,25	2.058.132,70	1.908.824,13	(1.250.047,35)	1.250.047,35	1.250.047,35
DIV. CONSOL. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)		(6.121.918,98)	(12.545.346,14)	(14.573.429,12)	(20.275.545,15)	(15.610.913,83)	(13.610.913,83)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)		(6.121.918,98)	(12.545.346,14)	(14.573.429,12)	(20.275.545,15)	(15.610.913,83)	(13.610.913,83)
RESULTADO NOMINAL		(b-a)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
		0,00	(6.423.427,16)	(2.028.082,98)	2.232.075,09	4.564.631,32	2.000.000,00
FONTE: Sistema		Atende.Net - IPM					
Data Emissão:		16/09/2015					
		Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL					
		Hora Emissão: 10:03					

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo de Metas Fiscais
Resultado Primário
Ano LDO: 2016

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	165.736.857,81	199.338.777,83	235.197.057,80	266.436.546,33	270.161.886,52	274.214.314,87
Receita Tributária	29.892.310,00	37.760.745,95	40.319.876,24	47.646.900,00	48.361.603,50	49.087.027,56
Receita de Contribuição	10.710.400,00	13.965.381,11	15.501.000,00	21.372.500,00	21.693.087,50	22.018.483,82
Receita Patrimonial	6.999.800,00	6.421.418,22	9.426.825,00	9.132.024,00	9.289.004,36	9.408.039,45
Aplicações Financeiras (II)	6.873.800,00	6.291.418,22	9.305.525,00	9.007.200,00	9.142.308,00	9.279.442,64
Outras Receitas Patrimoniais	126.000,00	130.000,00	121.300,00	124.824,00	126.696,36	128.596,81
Transferências Correntes	125.021.697,81	145.977.379,72	177.530.672,55	195.261.822,33	197.513.541,66	200.476.244,78
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	4.867.170,00	7.477.652,83	6.393.208,47	6.258.300,00	6.352.174,50	6.447.457,14
(-) Dedução da Receita Corrente	11.754.520,00	12.263.800,00	13.974.524,46	13.235.000,00	13.022.937,88	13.222.937,88
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I-II)	158.863.057,81	193.047.359,61	225.891.532,80	257.429.346,33	261.019.578,52	264.934.872,23
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	20.778.300,00	44.541.761,00	67.352.942,20	44.875.149,62	44.381.026,86	45.046.742,27
Operações de Crédito (V)	12.450.000,00	8.005.000,00	8.200.000,00	12.800.000,00	12.992.000,00	13.186.880,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	20.000,00	675.000,00	601.000,00	20.000,00	10.150,00	10.302,25
Transferência de Capital	8.308.300,00	35.861.761,00	58.551.942,20	32.055.149,62	31.378.876,86	31.849.560,02
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII)=(IV-V-VI-VII)	8.308.300,00	35.861.761,00	58.551.942,20	32.055.149,62	31.378.876,86	31.849.560,02
RECEITAS PRIMÁRIAS (XI)=(III+VIII)	167.171.357,81	228.909.120,61	284.443.475,00	289.484.495,95	292.398.455,38	296.784.432,25
DESPESAS CORRENTES (X)	153.418.359,71	173.175.631,61	213.702.470,94	242.634.752,81	266.036.124,98	292.107.665,21
Pessoal e Encargos Sociais	73.125.788,60	75.079.663,78	85.277.005,93	96.723.981,96	106.642.132,19	117.093.061,14
Juros e Encargos da Dívida (XI)	424.500,00	813.801,07	645.000,00	1.000.000,00	1.205.604,00	1.205.604,00
Outras Despesas Correntes	79.868.071,11	97.282.166,76	127.780.465,01	144.910.770,85	158.295.992,79	173.809.000,07
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	152.993.859,71	172.361.830,54	213.057.470,94	241.634.752,81	264.938.124,98	290.902.061,21
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	28.232.398,10	65.824.619,92	78.447.529,06	58.666.943,14	63.237.051,56	69.434.282,61
Investimentos	23.863.148,10	60.830.658,80	73.667.279,06	57.701.943,14	62.177.481,56	68.270.874,75
Inversões Financeiras	25.000,00	50.000,00	31.000,00	10.000,00	10.980,00	12.056,04
Amortização da Dívida (XIV)	4.344.250,00	4.943.961,12	4.749.250,00	955.000,00	1.048.590,00	1.151.351,82
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	23.888.148,10	60.880.658,80	73.698.279,06	57.711.943,14	62.188.461,56	68.282.930,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	4.864.400,00	5.897.895,30	10.400.000,00	10.010.000,00	10.990.980,00	12.068.096,04
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII+XV+XVI)	181.746.407,81	239.140.384,64	297.155.750,00	309.356.695,95	338.117.566,54	371.253.088,04
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII)=(X-VII)	(14.575.050,00)	(10.231.264,03)	(12.712.275,00)	(19.872.200,00)	(45.719.111,16)	(74.468.655,79)
FONTE: Sistema	Atende.Net - IPM	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL				
Data Emissão:	16/09/2015	Unidade Responsável:	09.42			
		Hora Emissão:				

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Metodologia e Memória de Cálculo

Anexo de Metas Fiscais

Total das Despesas

Entidade: Consolidado

Ano LDO: 2016

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	Previsão - R\$		
	2016	2017	2018
Despesas correntes (I)	242.634.752,81	266.036.124,98	292.107.665,21
Pessoal e encargos sociais	96.723.981,96	106.642.132,19	117.093.061,14
Juros e encargos da dívida	1.000.000,00	1.098.000,00	1.205.604,00
Outras despesas correntes	144.910.770,85	158.295.992,79	173.809.000,07
Despesas de capital (II)	58.666.943,14	63.237.051,56	69.434.282,61
Investimentos	57.701.943,14	62.177.481,56	68.270.874,75
Inversões financeiras	10.000,00	10.980,00	12.056,04
Amortização da dívida	955.000,00	1.048.590,00	1.151.351,82
Reserva de Contingência (III)	10.010.000,00	10.990.980,00	12.068.096,04
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00
Reserva de contingência	10.010.000,00	10.990.980,00	12.068.096,04
Total (IV) = (I + II + III)	311.311.695,95	340.264.156,54	373.610.043,86
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL Data Emissão: 16/09/2015 Hora Emissão: 09:43			

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo de Metas Fiscais
Total das Receitas
Entidade: Consolidado
Ano LDO: 2016

Especificação	Previsão - R\$		
	2016	2017	2018
Receita orçamentária	324.546.695,95	327.570.438,38	332.483.995,02
Receitas correntes	267.148.546,33	270.478.566,52	274.535.745,07
Receita tributária	47.646.900,00	48.361.603,50	49.087.027,56
Impostos	37.300.000,00	37.859.500,00	38.427.392,50
Taxas	6.346.900,00	6.442.103,50	6.538.735,06
Contribuições de melhoria	4.000.000,00	4.060.000,00	4.120.900,00
Receita de contribuições	9.569.500,00	9.713.042,50	9.858.738,14
Contribuições sociais	5.934.500,00	6.023.517,50	6.113.870,26
Contribuição de intervenção no domínio econômico - cide	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	3.635.000,00	3.689.525,00	3.744.867,88
Receita patrimonial	9.132.024,00	9.269.004,36	9.408.039,45
Receitas imobiliárias	124.824,00	126.696,36	128.596,81
Receitas de valores mobiliários	9.007.200,00	9.142.308,00	9.279.442,64
Receita de concessões e permissões	0,00	0,00	0,00
Compensações financeiras	0,00	0,00	0,00
Rec Direito Explor Bens Públicos Áreas Domínio Púb	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00
Outras receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	20.000,00	20.300,00	20.604,50
Receita da produção vegetal	0,00	0,00	0,00
Receita da produção animal e derivados	0,00	0,00	0,00
Outras receitas agropecuárias	20.000,00	20.300,00	20.604,50
Receita industrial	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00
Outras receitas industriais	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes	195.261.822,33	197.513.541,66	200.476.244,78
Transferências intergovernamentais	195.201.822,33	197.452.641,66	200.414.431,28
Transferências de instituições privadas	30.000,00	30.450,00	30.906,75
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00
Transferências de pessoas	30.000,00	30.450,00	30.906,75
Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00
Transferências para o combate a fome	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	5.518.300,00	5.601.074,50	5.685.090,64
Multas e juros de mora	2.119.900,00	2.151.698,50	2.183.973,98
Indenizações e restituições	103.000,00	104.545,00	106.113,19
Receita da dívida ativa	2.100.000,00	2.131.500,00	2.163.472,50
Receitas decorrentes de aportes para amortização de déficit	0,00	0,00	0,00
Receitas diversas	1.195.400,00	1.213.331,00	1.231.530,97
Receitas de capital	44.875.149,62	44.381.026,86	45.046.742,27
Operações de crédito	12.800.000,00	12.992.000,00	13.186.880,00
Operações de crédito internas	12.800.000,00	12.992.000,00	13.186.880,00
Operações de crédito externas	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	20.000,00	10.150,00	10.302,25
Alienação de bens móveis	10.000,00	0,00	0,00
Alienação de bens imóveis	10.000,00	10.150,00	10.302,25
Amortizações de empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	32.055.149,62	31.378.876,86	31.849.560,02
Transferências intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	0,00
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00
Transferências de pessoas	0,00	0,00	0,00
Transferências de outras instituições	0,00	0,00	0,00
Transferências de convênios	32.055.149,62	31.378.876,86	31.849.560,02
Transferências para o combate a fome	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
Integralização do capital social	0,00	0,00	0,00
Resultado do Banco Central do Brasil	0,00	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades do tesouro nacional	0,00	0,00	0,00
Receita de dívida proveniente de amortizações de emp	0,00	0,00	0,00
Rec Dív Ativa da Alien. de Est. de Café - Funcafé	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Títulos do T.nacion Resgatado	0,00	0,00	0,00
Outras receitas	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo de Metas Fiscais
Total das Receitas
Entidade: Consolidado
Ano LDO: 2016

Especificação	Previsão - R\$		
	2016	2017	2018
Receitas correntes intra-orçamentárias	12.523.000,00	12.710.845,00	12.901.507,68
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	11.803.000,00	11.980.045,00	12.159.745,68
Contribuições sociais - intra-orçamentárias	11.803.000,00	11.980.045,00	12.159.745,68
Contribuições econômicas	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Receitas imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de valores mobiliários	0,00	0,00	0,00
Receita de concessões e permissões	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00	0,00	0,00
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	720.000,00	730.800,00	741.762,00
Multas juros de mora	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Rec. decorrentes aportes periódicos p/ amortização déficit at	720.000,00	730.800,00	741.762,00
Receitas diversas	0,00	0,00	0,00
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras receitas capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00
(r) Deduções da receita	(13.235.000,00)	(13.027.525,00)	(13.222.937,88)
Total	311.311.695,95	314.542.913,38	319.261.057,14
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL Data Emissão: 16/09/2015 Hora Emissão: 09:43:54			

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR
Contador

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**CARTA CONVITE Nº 36/2015 – FMS**

CARTA CONVITE Nº 36/2015 – FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de ponto e acesso eletrônico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Às 13:00 horas do dia 14/12/2015

SESSÃO DE ABERTURA: Às 13:00 horas do dia 14/12/2015, na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, rua Tuiuti, 154, centro, Divisão de Suprimentos – Setor de Compras, ou pelo telefone (47) 3531-1437.

Rio do Sul (SC), 07 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 120/2015

DECRETO Nº 120/2015 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 8.900,00 (Oito Mil e Novecentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Projeto/Atividade: 2019 – MANUT. DAS ATIV. LEGISLATIVAS
Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 8.900,00
Fonte: 1100.00000
RED: 2

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Projeto/Atividade: 2019 – MANUT. DAS ATIV. LEGISLATIVAS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 6.400,00
Fonte: 1100.00000
RED: 4

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Projeto/Atividade: 2019 – MANUT. DAS ATIV. LEGISLATIVAS
Modalidade de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 5

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 25 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 121/2015

DECRETO Nº 121/2015 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Projeto/Atividade: 2030 – MANUT. DA ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL
Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 22.000,00
Fonte: 1138.00000
RED: 17

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Projeto/Atividade: 2030 – MANUT. DA ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 22.000,00
Fonte: 1138.00000
RED: 24

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 25 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 122/2015

DECRETO Nº 122/2015 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e Sete Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2038 – MANUT. DAS ATIV. EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 19.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 52

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 8.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 33

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2038 – MANUT. DAS ATIV. EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 19.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 56

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 8.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 38

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 25 de Novembro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 123/2015

Decreto n. 123/2015, de 01 de dezembro de 2015.
DECLARA A DESNECESSIDADE DE CARGOS PÚBLICOS DO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 28 e seguintes da Lei Municipal nº 570/91, DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado a desnecessidade junto ao Quadro de Pessoal constante do Anexo II, da Lei Complementar 016/2010, o cargo de Viveirista Florestal, Código CPE 02, de Nível Fundamental, Vencimento 1,35 VRV.

Art. 2º. Os servidores públicos ocupantes dos referidos cargos serão imediatamente aproveitados para cargos de igual vencimento, nível de escolaridade, carga horária e atribuições compatíveis com o cargo anteriormente ocupado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 01 de dezembro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 124/2015

DECRETO Nº 124, DE 01 de DEZEMBRO de 2015.
Homologa Resolução nº 009/2015, do Conselho Municipal de Saúde.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 009/2015, de 10 de novembro de 2015, do Conselho Municipal de Saúde, que dispõe sobre "Aprovação do relatório quadrimestral de gestão – período de maio a agosto de 2015".

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 01 de dezembro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 009/2015 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal Nº 8.080/90:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso - SC, denominamos RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DE GESTÃO – PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2015.

- Considerando os trabalhos de análise da referida documentação por parte dos Conselheiros Municipais de Saúde e esclarecimentos fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso.

- Considerando a Ata nº 10/2015 de 10/11/2015, a qual aprova por unanimidade os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Denomina-se RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DE GESTÃO – PERÍODO MAIO A AGOSTO DE 2015;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Aprovar o RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DE GESTÃO – PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2015.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 10 de Novembro de 2015.
Éderson Antonio Barboza
PRESIDENTE DO CMS

DECRETO MUNICIPAL N. 125/2015

DECRETO Nº 125/2015 - DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2044 – MANUT. DA SEC. AGRICULTURA E MEIO AMB.
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 81

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
 Projeto/Atividade: 2044 – MANUT. DA SEC. AGRICULTURA E MEIO AMB.
 Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 10.000,00
 Fonte: 1100.00000
 RED: 79

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
 Salto Veloso - SC, 01 de Dezembro de 2015.
 CLAUDEMIR CESCA
 Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 126/2015

DECRETO Nº 126/2015 - DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.
 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
 Projeto/Atividade: 2046 – MANUT. DA SEC. TRANSP. E URBANISMO
 Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 5.000,00
 Fonte: 1100.00000
 RED: 116

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Projeto/Atividade: 2046 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
 Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 30.000,00
 Fonte: 1102.00000
 RED: 11

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
 Projeto/Atividade: 2046 – MANUT. DA SEC. TRANSP. E URBANISMO
 Modalidade de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 5.000,00
 Fonte: 1100.00000
 RED: 119

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Projeto/Atividade: 2046 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
 Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 30.000,00
 Fonte: 1102.00000
 RED: 8

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
 Salto Veloso - SC, 01 de Dezembro de 2015.
 CLAUDEMIR CESCA
 Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N.127/2015

DECRETO N.º 127/2015, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.
 Fixa valor de atos do Corpo de Bombeiros Militar.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 104 da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC, Decreta:

Art. 1º. Fixa valor de taxa de atos do Corpo de Bombeiros Militar, de acordo com atualização publicada em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Boletim n. 19.971, p. 12 e 13:

TABELA DE PREÇOS	
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR EM R\$
Projetos novos de edificações residenciais, mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial, garagens, depósitos de inflamáveis, depósitos de explosivos/munições e especiais por m² de área construída.	0,55
Vistorias para fins de liberação de "habite-se" em edificações residenciais, mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial, garagens, depósitos de inflamáveis, depósitos de explosivos/munições e especiais.	0,55
Alteração de projetos de edificações residenciais, mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial, garagens, depósitos de inflamáveis, depósitos de explosivos/munições e especiais por m² de área construída.	0,21
Vistoria para fins de funcionamento e manutenção de sistemas preventivos em edificações residenciais, mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial, garagens, depósitos de inflamáveis, depósitos de explosivos/munições.	0,32

Art. 2º. Taxas ainda não instituídas no âmbito municipal, quando instituídas, estão autorizadas a seguir a tabela de atualização fornecida pelo Estado, sem necessidade de novo decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 01 de dezembro de 2015.
 CLAUDEMIR CESCA
 Prefeito Municipal

LEI Nº 1.557, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEI Nº 1.557, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER PERMUTA DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições, amparado pelo artigo 30, caput e inciso I, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permutar imóvel de propriedade do Município de Salto Veloso por imóvel de propriedade do Sr. Quinto Patel, inscrito no CPF

134.879.579-49, tratando-se dos seguintes terrenos:

I - Imóvel de propriedade do Município de Salto Veloso, definido como Área "B" em memorial descritivo, compreende uma área de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), a ser desmembrada de uma área maior de 28.232,16 m² (vinte e oito mil, duzentos e trinta e dois metros e dezesseis decímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob o nº 5971, avaliado em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais);

II - Imóvel de propriedade do Sr. Quinto Patel, definido como Área "A" em memorial descritivo, compreende uma área de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), a ser desmembrada de uma área maior de 69.182,38 m² (sessenta e nove mil, cento e oitenta e dois metros, trinta e oito decímetros quadrados), avaliado em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Art. 2º. A permuta de que trata esta Lei, se processará de igual por igual, com base na avaliação dos imóveis, sendo que não caberá ao Município o pagamento de qualquer diferença ou ônus, em virtude do interesse de ambas as partes na referida permuta.

Art. 3º. Autorizada a permuta, fica o Município autorizado a pagar todos os custos de desmembramento, bem como anistiar os impostos relativos aos ITBI, devidos pelo contribuinte em razão da permuta a ser efetivada.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 04 dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1556, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEI Nº 1556, de 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

"Dispõe sobre a revisão do PPA 2015/2017, Lei 1523/2014, do Município de Salto Veloso para o exercício/2016 e dá outras providências"

Claudemir Cesca – Prefeito Municipal de Salto Veloso– Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes municipais que a câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam revisadas todas as estimativas das receitas e despesas que compõem o Plano Plurianual e passaram a ser representadas nessa lei, através dos anexos das receitas e despesas, com adequação de metas e valores para o exercício de 2016, com estruturação de acordo com as fontes e seus detalhamentos da destinação de recursos, e estabelecerá as diretrizes para o exercício de 2016, conforme ações especificadas em cada programa.

Art. 2º - Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos;

Art. 3º - Foram atualizados os valores para o exercício de 2016, de maneira a adequar as fontes de recursos, programas, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente;

Art. 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de dezembro de 2015.
Claudemir Cesca
Prefeito Municipal de Salto Veloso

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 118/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	118/2015
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	CRISTIANO BAGGIO 05469393925
Objeto	Contratação de show artístico com a BANDA KATHEDRAL, com duração de 3:30h (três horas e trinta minutos) a realizar-se no dia 13 de dezembro de 2015, durante o evento/festividades em comemoração ao "Natal Luz", tendo como local o Centro de Eventos Vânia Vanzin Casanova, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.796/2015 de 02 de outubro de 2015.
Vigência	13 de dezembro de 2015.
Valor	R\$ 3.000,00 (três mil reais).
Processo	37/2015
Inexigibilidade	01/2015
Santiago do Sul-SC, 26 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 119/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	119/2015
Contrato Principal	63/2015
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	FERRARIA PEDROTTI LTDA - ME
Objeto	Fica acrescido as quantidades dos serviços de solda e mão de obra, para manutenção de veículos e equipamentos rodoviários e agrícolas do Município.
Vigência	01 de dezembro à 31 de dezembro de 2015.
Valor	R\$ 3.937,50 (três mil novecentos e trinta e sete0 reais e cinquenta centavos)
Processo	56/2015
Pregão	46/2015
Santiago do Sul-SC, 01 de dezembro de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

EDITAL 122/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 143/2015.	
Edital: PREGÃO Nº. 122/2015.	
Objeto: Prestação de serviço de transporte de silagem, para prestar suporte a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na prestação de serviços aos agricultores do Município, no período de 21 de dezembro de 2015 à 30 de junho de 2016.	
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17 de dezembro de 2015.	

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17 de dezembro de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 03 de dezembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 123/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 144/2015.	
Edital: PREGÃO Nº. 123/2015.	
Objeto: Prestação de serviço de hora máquina para prestar suporte a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, na manutenção das Estradas Vicinais do Município, no corte e carregamento de cascalho, limpeza e construções de açudes para os municípios.	
Entrega dos Envelopes: 10:30 horas do dia 17 de dezembro de 2015.	
Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 17 de dezembro de 2015.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .	
SANTIAGO DO SUL, 03 de dezembro de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

INEXIGIBILIDADE 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
Processo Administrativo Nº 142/2015	
Edital: INEXIGIBILIDADE Nº 2/2015 - IL	
Objeto:	Contratação de show artístico com duração de 3:30h (três horas e trinta minutos) para o dia 13 de dezembro de 2015 durante as festividades do Natal Luz, tendo como local o Centro de Eventos Vânia Vanzin Casanova, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.796/2015 de 02 de outubro de 2015.
Fornecedor:	CRISTIANO BAGGIO 05469393925
R RUA VISTA ALEGRE, 418, CASA , CENTRO, Xaxim/SC.	
Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais).	
SANTIAGO DO SUL, 30 de novembro de 2015.	
Volmir Antonio Sotille	
Prefeito Municipal	

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 255/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA Nº 255/2015

A Secretaria de Assistência Social torna pública a homologação do EDITAL DE DISPENSA Nº 255/2015, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE PROJETO MULTIMÍDIA PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O PROJETO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, APROVADO PELA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MEDIANTE A PROPOSTA Nº 37602/2014 E CONVENIO Nº 802.633/2014., para a empresa: TEGNET SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, VENCEDORA DO ITEM 01 NO TOTAL R\$ 2.010,00.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2015.
RITA MARIA DUMS
Secretária de Assistência Social

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 236/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 236/2015
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria de Administração torna pública a homologação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 236/2015, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO ZERO KM, TIPO CAMINHÃO CAÇAMBA E 01(UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA ANO 2015. DESCRIÇÃO NO ANEXO I. CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 816412/2015MDA/CAIXA, para a empresa: KONRAD COMERCIO DE CAMINHOS LTDA, DO ITEM 01 NO TOTAL DE R\$ 238.000,00.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 265/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 265/2015
Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 21 de dezembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE AREIA GROSSA, AREIA MÉDIA, PO DE BRITA, BRITA GRADUADA, BRITA Nº 01, MATERIAL DE PEDRA DETONADA E BRITADA, ARENITO DETONADO, BRITADO E LAVADO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2015.
CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira Municipal

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1159/2015

DECRETO Nº 1159, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 013, de 01 de dezembro de 2015, do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante do presente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO n.º. 13/2015

São Bento do Sul, 01 de Dezembro de 2015.

Dispõe sobre a Aprovação ad referendum da alteração do Plano e Programação Anual de Saúde 2016.

O Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária realizada em 30 de Novembro de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 e pela Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar ad referendum a alteração do Plano e Programação Anual de Saúde 2016.

Diretriz: Promover o Fortalecimento da Atenção Básica
Inclusão dos itens abaixo:

Ação 20: "Promover atendimento centralizado de urgência/emergência em odontologia (pronto atendimento das 18 às 20:00h)"

Diretriz: Incentivar a readequação das ações de Alta e Média Complexidade ambulatorial, hospitalar e estratégicas

Ação 6: "Alterar o Protocolo de Análogos de Insulina:

1. Excluir Determir e inserir Degludeca;
2. Excluir pré mistura (70/30) e incluir (75/25)
3. Priorizar pacientes com DM tipo I, especialmente menores de 18 anos
4. Incluir no protocolo, distribuição de fitas e glicosímetros

Diretriz: Estimular as ações no âmbito da Vigilância em Saúde
 Ação 11: "Realizar a aquisição de 16 câmaras frias + nobreak"
 Ação 12: "Implantar o Programa Academia de Saúde no bairro Cruzeiro e solicitar o custeio e contratar profissional"

Diretriz: Articular e efetivar as ações de Gestão do SUS
 Ação 10: "Criar a vaga de educador físico para a Secretaria Municipal de Saúde, a fim de contratá-lo para a Academia de Saúde - Cruzeiro"

DEODATO RAUL HRUSCHKA
 Presidente
 Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

DECRETO Nº 1160/2015

DECRETO Nº 1160, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-
 GENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
 Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
 Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:
 Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNIICPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
 Unidade: 01 – Serviços Administrativos
 Atividade: 2.063 – Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos
 (13) 3.3.90.37.00.00.00 200 - Locação de Mão-de-Obra
 R\$ 9.000,00

Unidade: 02 – Abastecimento de Água
 Projeto: 1.002 – Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Abastecimento de Água
 (24) 4.4.90.52.00.00.00 200 - Equip. e Material Permanente
 R\$ 100.000,00

Unidade: 05 – Sistema de Resíduos Sólidos
 Atividade: 2.069 – Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos
 (89) 4.4.90.51.00.00.00 200 - Obras e Instalações ... R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNIICPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
 Unidade: 01 – Serviços Administrativos
 Atividade: 2.063 – Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos
 (17) 3.3.90.93.00.00.00 200 - Indenizações e Restituições
 R\$ 9.000,00

Unidade: 02 – Abastecimento de Água
 Projeto: 1.002 – Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Abastecimento de Água
 (23) 4.4.90.51.00.00.00 200 - Obras e Instalações ... R\$ 100.000,00
 Unidade: 05 – Sistema de Resíduos Sólidos
 Atividade: 2.069 – Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

(90) 4.4.90.52.00.00.00 200 - Equip. Material Permanente
 R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.
 FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1161/2015

DECRETO Nº 1161, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-
 GENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
 Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
 Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 32.400,00 (trinta e dois e quatrocentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(507) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R\$ 21.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 – Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB
 (341) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
 R\$ 4.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.039 – Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente
 (140) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
 R\$ 400,00

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071 – FNAS – Gestão – IGD do SUAS

(484) 3.3.90.14.00.00.00 152 - Diárias - Civil R\$ 1.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.003 – Departamento de Meio Ambiente - DEMAM
 (452) 3.1.91.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(523) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R\$ 21.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 – Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

(340) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.039 – Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(142) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Financ. a PF R\$ 400,00

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071 – FNAS – Gestão – IGD do SUAS

(485) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.003 – Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(459) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outras Serv. Terc. - PJ R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento Adalimumabe de ordem judicial para paciente conforme Autos nº 0301017-53.2015.8.24.0058 em anexo.

Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda.

Valor Total: R\$ 8.300,00

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 255/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 255/2015

OBJETO: Aquisição de Projetor Multimídia para a Secretaria de Assistência Social, de acordo com o Projeto do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Proposta Nº 37602/2014 sdh/pr), conforme Art. 24, inciso V da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: TEGNET SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

Valor: R\$ 2.010,00

SÃO BENTO DO SUL, 24 de novembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 256/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 256/2015

OBJETO: Dispensa Emergencial para Permissionária de serviço público municipal funerário, FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA - ME CNPJ 80.105.679/0001-12, conforme Lei 817/2003, pelo período de 177 dias a contar de 25/11/2015.

CONTRATADO: FSB Serviços Póstumos Ltda - ME

VIGÊNCIA: 177 (cento e setenta e sete dias) a contar de 25/11/2015.

São Bento do Sul, 25 de novembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio

Cassio Luiz Zschoerper – Secretário de Planejamento e Urbanismo

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 108/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 108/2015 - FMS

OBJETO: Fornecimento de Insulinas Lispro e Humalog para pacientes de Ordem Judicial e Análogos para o Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Eli Lilly do Brasil Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 50.288,94.

SÃO BENTO DO SUL, 01 de dezembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – Diretor de Suprimentos e Patrimônio

DEODATO RAUL HRUSCHKA – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2015 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento Adalimumabe de Ordem Judicial para paciente conforme Autos nº 0301017-53.2015.8.24.0058 em anexo.

II – Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento dos medicamentos se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição dos medicamentos, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravamento de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (...) O paciente demonstrou nos autos nº 0301017-53.2015.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição do medicamento. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”. Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 8.300,00) do medicamento a ser adquirido dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 255/2015**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de Projetor Multimídia .

II – Contratado: TEGNET SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida compra se funda no inciso V do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Devido a realização de dois processos licitatórios (Pregão Nº 337/2014 e Nº 195/2015), onde nenhuma empresa mostrou-se interessada para o fornecimento, ficando os mesmos prejudicados na licitação.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada, TEGNET SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, foi a única que demonstrou interesse para fornecimento dos quadros com o preço contido no plano de trabalho.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado para o objeto é compatível com o mercado e de acordo com o estipulado no plano de trabalho, R\$ 2.010,00 a unidade.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS

Secretária Municipal de Assistência Social

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 256/2015**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Dispensa Emergencial para Permissão de serviço público municipal funerário, F S B SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA - ME CNPJ 80.105.679/0001-12, conforme Lei 817/2003, pelo período de 177 dias, a contar de 25/11/2015.

II – Contratado: F S B SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA - ME

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A Dispensa de Licitação se exige devido a esta Administração Municipal instaurou o edital de Concorrência Pública nº 288/2014, para permissão de serviços funerários pelo prazo de 10 (dez) anos. O referido certame foi instaurado em razão do término da vigência do Contrato de Permissão nº. 183/2003, firmado com a empresa F S B SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA - ME, sucedido pelo contrato emergencial 395/2013 e 183/2014.

Contudo, o referido processo licitatório encontrava-se com tramitação provisoriamente suspensa por decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança n.º 0302014-70.2014.8.24.0058, em trâmite na 1ª Vara Cível do Fórum desta Comarca de São Bento do Sul/SC.

Em 18 de dezembro de 2014 o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Fórum desta Comarca de São Bento do Sul/SC, proferiu sentença de total procedência dos pedidos, sentença esta que foi objeto de embargos aclaratórios, que foram julgados procedentes em 02 de março de 2015, onde foram considerados ilegais os seguintes pontos do edital:

ii) Ausência de Demonstração de Capacidade Técnica para Desempenho do Serviço; (...)

No presente caso, nota-se que a administração municipal optou por dispensar a exigência da capacidade técnica na fase de habilitação para requer tal demonstração apenas na fase da proposta técnica,

o que não é possível segundo a Lei das Licitações. É que, por força legal, na modalidade licitatória erigida no edital, a exigência de documento que comprove a capacitação técnica deve ocorrer na fase de habilitação. (...) Destarte, havendo regra legal sobre a matéria, o momento para habilitação e comprovação da capacidade técnica do licitante está fora da zona de discricionariedade da Administração Pública, inserto, assim, naquele referente aos atos vinculados. Nesta ponto, portanto, razão assiste ao impetrante.

(...)

iiii) Ausência de Prévio Ato Justificador, Objeto, Área e Prazo de Outorga. (...) Dessarte, não se trata de mero ato formal, mas sim de elemento importante para corporificar os princípios constitucionais da eficiência e da publicidade da Administração Pública. Logo, é de ser reconhecida a nulidade do certame também por falta do ato justificador previsto no artigo 5.º da Lei n.º 8.987/95.

Os outros dois pontos apontados como ilegais foram considerados legais pelo MM Juiz Prolator da sentença.

Concluiu-se, assim, que tanto o prosseguimento motivado por recurso de apelação, quanto o seguimento natural destes mandados de segurança através de envio ex officio ao E. TJSC para revisão, somente contribuiriam para a paralisação do certame e para a manutenção do status quo atual — caracterizado pela precariedade das contratações —, mantendo indefinição que certamente não interessava à administração pública municipal, aos usuários dos serviços públicos, à sociedade como um todo e à Justiça.

Neste sentido foi anulado o processo licitatório nº 288/2014, e imediatamente instaurado o processo licitatório nº 99/2015, estando este na fase preparatória, onde foi publicado o ato justificador, que questionado por empresa do ramo, foi mantido, carecendo no momento da publicação do edital da licitação.

Assim sendo, faz-se necessária a contratação emergencial dos serviços até que estes sejam regularmente outorgados por meio do processo licitatório, por tratar-se de situação que envolve saúde pública e acesso da população a serviços públicos essenciais. Não é preciso maiores divagações para demonstrar a impossibilidade de paralisação dos referidos serviços, até a conclusão do processo licitatório que se encontra em franco andamento, sem que ocorram prejuízos à saúde pública, tratando-se de inumação de cadáveres. A solicitação de contratação das empresas que atualmente prestam o serviço em nosso município dá-se em razão: 1) da urgência acima explicitada; 2) da disponibilização imediata de capelas mortuárias de propriedade das mesmas (o que não seria possível em relação a novas empresas com sede fora município); 3) da impessoalidade e isonomia dispensada às empresas que atualmente atuam no cemitério público municipal. Em outras palavras: diante da situação emergencial e provisória instalada, a ser resolvida em breve pela concorrência pública já instaurada, tudo permanece como está, sem preferência ou exclusividade a somente uma das empresas que atuam no setor. É a única solução eficaz no momento.

Finalmente, em relação à justificativa do valor prevista no Art. 26 da Lei de Licitações, devemos dizer que o presente caso guarda características específicas dos contratos de permissão regidos pela Lei Federal n. 8.987/1995, razão pela qual a administração municipal não arca com o pagamento de preço pelos serviços prestados pelos permissionários, que são pagos diretamente pelos contratantes dos serviços. Contudo, para que não haja prejuízo aos usuários/contratantes, a tabela de preços praticadas atualmente permanecerá em vigor até a outorga de novas permissões.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretário de Planejamento e Urbanismo

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 108/2015 FMS**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Fornecimento de Insulinas Lispro e Humalog para pacientes de ordem judicial e análogos para o Fundo Municipal de Saúde.

II - Contratado: Eli Lilly do Brasil Ltda.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento das insulinas e humalog mix se funda no caput e no Inciso I do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: A empresa contratada para o fornecimento das insulinas lispro e humalog é fornecedora exclusiva, conforme declaração de exclusividade apresentada pela mesma e anexada ao processo de Inexigibilidade de Licitação conforme inciso I do artigo 25. A inviabilidade de competição prevista no caput do mesmo artigo 25 se dá tanto pela exclusividade da empresa na comercialização das insulinas, bem como por se tratar de medicamentos de ordem judicial e análogos.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Eli Lilly do Brasil Ltda foi a vencedora e é quem de tem a exclusividade para a comercialização dos mesmos, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado total para o período de 12 meses é de R\$ 50.288,94 (Cinquenta mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos) é compatível com os praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

LEI Nº 3612/2015

LEI Nº 3612, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DENOMINA EDILSON DE LIZ E SOUZA ACESSO DE ÁREA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de EDILSON DE LIZ E SOUZA Servidão de Passagem do Município, com extensão de 56,4 metros e largura de 6 metros, lateral da Avenida Gustavo Eichendorf, bairro Boehmerwald, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3613/2015

LEI Nº 3613, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DENOMINA ALEXANDRE LIEBL ACESSO DE ÁREA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de ALEXANDRE LIEBL, Servidão de Passagem do Município, com extensão de 338,00 metros e largura de 10 metros, lateral da Estrada Carlos Schroeder, bairro Alpino, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10559/2015

PORTARIA Nº 10559, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Decisão proferida pelo Secretário Municipal de Administração no Processo Administrativo nº 4189/2015 e

Considerando o memorando interno nº 524/2015/RH,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora inativa ROSEMERI HANNEMANN DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, licença prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014, conforme Processo nº 4189/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10560/2015

PORTARIA Nº 10560, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

Consolida Portaria nº 5898/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5898 de 23 de junho de 2014, que concedeu aposentadoria à RITA INÊS ALEXI SCHÖEFFEL, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-14/00514492, através da Decisão GAC/HJN - 1620/2015, de 16 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10561/2015

PORTARIA Nº 10561, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

Consolida Portaria nº 1616/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 1616 de 01 de abril de 2013, que concedeu aposentadoria à ISOLDE SCHTIGLER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-13/00285769, através da Decisão COE/CMG - 809/2015, de 23 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10562/2015

PORTARIA Nº 10562, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede Retorno às Atividades

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora FLORINDA IVETE ROSA ROHRBACHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, retorno às atividades, conforme art. 94, § 2º, da Lei Municipal nº 228/2001.

Art. 2º O retorno às atividades a que se refere o artigo 1º dar-se-á em 01 de dezembro de 2015.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 8662, de 01 de abril de 2015.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10565/2015

PORTARIA Nº 10565, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor EDUARDO ANTUNES BRANCO, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, na Secretaria Municipal de Administração, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Celta, placas MCS 6907,
- Ford/Fiesta, placas MIC 6058.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10566/2015

PORTARIA Nº 10566, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

Conclusão de Estágio Probatório

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal GILIARD BRAGA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, conforme Processo nº 3347/2014.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 01/02/2012 a 29/07/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESULTADO DE JULGAMENTO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 255/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

DISPENSA Nº 255/2015

A Secretaria de Assistência Social torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE DISPENSA Nº 255/2015, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE PROJETO MULTIMÍDIA PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O PROJETO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, APROVADO PELA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MEDIANTE A PROPOSTA Nº 37602/2014 E CONVENIO Nº 802.633/2014., o qual a Comissão, após analisar detalhadamente a proposta, julgou vencedora no item 01 a empresa: TEGNET SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2015.

RITA MARIA DUMS

Secretária de Assistência Social

RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO Nº 236/2015

ATO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
ATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 236/2015
RESULTADO DE JULGAMENTO

A Secretaria de Administração torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 236/2015, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO ZERO KM, TIPO CAMINHÃO CAÇAMBA E 01(UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA ANO 2015. DESCRIÇÃO NO ANEXO I. CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 816412/2015MDA/CAIXA. o qual a comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: KONRAD COMERCIO DE CAMINHOS LTDA.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA Nº 026/2015, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 026/2015, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 21/2015.

ROBSON RODRIGUES DA SILVA, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar a servidora MARLA HUEBL KAISER, matrícula nº 31.222, como fiscal do CONTRATO nº 21/2015 com CHRISTINE ANDREA GUIZ FABIAN DE ARAÚJO. O objeto do presente contrato consiste no PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COREÓGRAFO PARA MINISTRAR OFICINA COM CARGA HORÁRIADA DE 40 HORAS, ESPECÍFICA DE COREOGRAFIAS FOLCLÓRICAS POLONESAS, REFERENTE CONVÊNIO 789346/2013 FIRMADO COM O IPHAN, com vigência de 36 dias a partir de 26 de novembro de 2015, conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 20/2015 de 20 de novembro de 2015.

São Bento do Sul, 04 de Dezembro de 2015.
ROBSON RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

RETIFICAÇÃO PORTARIA IPRESBS Nº 411/2015**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria IPRESBS Nº 411/2015, de 27 de Novembro de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 02 de dezembro de 2015.

Onde se lê:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 28/11/2015 a 11/03/2015 (...)

Leia-se:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 28/11/2015 a 11/03/2016 (...)

São Bento do Sul, 04/12/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção - Ltda

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 127/2015

OBJETO: Aditivo de valor a ser executado em regime de empreitada global a reforma da estrutura da Escola da Linha Palmeiras, com área de 156,52m²

VALOR ADITIVADO: 1.391,82

VALOR TOTAL: R\$ 20.998,46

VIGÊNCIA: 03.12.2015 até 15.12.2015

São João do Oeste – 03 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E SUPRESSÃO/ADIÇÃO DE VALOR AO CONTRATO Nº 67/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E SUPRESSÃO/ADIÇÃO DE VALOR AO CONTRATO Nº 67/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção - Ltda

Processo Licitatório nº 120/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo e Supressão/ Adição de valor ao contrato de construção de banheiro com 9,30 m² e piso para colocação de aparelhos de ginástica com área de 84 m² a ser edificada na rua da matriz em linha Cristo Rei."

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 628,73

VALOR ADITIVADO: R\$ 2.253,86

VALOR TOTAL: 38.347,11

VIGÊNCIA: 04.12.2015 até 31.01.2016

São João do Oeste – 04 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

PP 15/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015- EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES(MEI, ME E EPP).

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria Municipal da Saúde de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 21 de dezembro de 2015 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, no e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 07 de dezembro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 76/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2015 – COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 076/2015, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção elétrica, hidráulica, conserto de motores e serviços de pedreiro/ pintor para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 17 de dezembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 17 de dezembro de 2015 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 07 de dezembro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 77/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2015 – COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 077/2015, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito a seguir:

OBJETO: contratação de serviços de hora técnica mecânica, para a manutenção dos veículos e máquinas pesadas das diversas Secretarias do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 18 de dezembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 18 de dezembro de 2015 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 07 de dezembro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 78/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2015 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 078/2015, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para fazer impressão de calendários com os eventos do ano de 2016 do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00 horas do dia 18 de dezembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 10:00 horas do dia 18 de dezembro de 2015 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 07 de dezembro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 79/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 079/2015, conforme descrito a seguir:

OBJETO: locação de sistemas de gestão pública municipal nas áreas de Contabilidade Pública, compras e licitações, folha de pagamento, tributação, atendimento ao contribuinte via internet, planejamento e faturamento de água e esgoto.

Tipo: menor preço global.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 18 de dezembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 18 de dezembro de 2015 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 07 de dezembro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 096 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO N.º 096 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

“Nomeia Membros do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC de São João do Sul – SC e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V, artigo 55 da Lei Orgânica do Município c/c art. 40 da Lei Municipal n.º 1.752, de 10 de junho de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para fazer parte do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC de São João do Sul – SC, os membros abaixo relacionados:

I- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Susânia Scariot Bendo Cechinel

Suplente: Vanessa Scandolaro Magnus

II- Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente:

Titular: Diego de Melo Herr

Suplente: Paulo Sergio Pereira Sala

III- Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Marli da Rosa Cardoso Xavier

Suplente: Marilda dos Santos Bauer

IV- Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Janete de Oliveira Farias

Suplente: Giseli Alves Pereira

V- Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca:

Titular: Jailson Bortolin da Rosa

Suplente: Michel Scandolaro Bianchini

VI- Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços:

Titular: Edevaldo Sala Scheffer

Suplente: João Paulo Pinto

VII- Representantes da área de Artes Visuais e Cênicas do município:

Marlon Selva e Lilian Maria Espíndola

VIII- Representantes da área de Artesanato e Cultura Popular do município:

Elizabete Carlos Salvador e Jonas Souza Pereira

IX- Representantes da área de Música do município:

Tatiana dos Santos Faustino e Luiz Antônio da Silva Martins

X- Representantes da área de Literatura e Dança do município:

Domingos Tyburski e Silene Bendo de Lima

XI- Representantes da área de História e Patrimônio Histórico do município:

Marcos Antônio Cechinel e Elizeu da Rosa Cardoso

XII- Representantes da área do Comércio e Associações do município:

Oziel Luiz Bitencourt e Antônio Andriago da Silva Winck

Art. 2º - O exercício da função de Conselheiro será gratuito, constituindo-se de serviço público relevante.

Art. 3º - Fica consignado que o mandato dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC de São João do Sul – SC, será pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 091 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 091 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento

vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1766, de 25 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), com as seguintes classificações:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas
..... R\$ 13.000,00

TOTAL
..... R\$ 13.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.1027 – Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física de Saúde – Unidades Básicas de Saúde e Academias

4.4.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

10.301.0127.1028 – Aquisição de Veículos para Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

TOTAL
..... R\$ 13.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 25 de novembro de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 092 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 092 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1767, de 25 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com as seguintes classificações:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.1030 – Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

TOTAL
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00
12.365.0128.2032 – Manutenção do Ensino Infantil
3.3.90.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

TOTAL
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 25 de novembro de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO N.º 095 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO N.º 095 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE POMPEU INÁCIO LUMMERTZ PEREIRA, EVANDRO LUMMERTZ PEREIRA E RAFAEL LUMMERTZ PEREIRA OU A QUEM DE DIREITO FOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Art. 10, da Lei Orgânica do Município; o disposto no Art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal de 1988; o disposto nos Arts. 2º, 5º, alínea “m”, e 6º, do Decreto-Lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, uma gleba de terra constituída por 1.800,00m² (um mil e oitocentos metros quadrados), medindo 300 metros de comprimento por 6m de largura, referente o acesso e 1.225,00m² (um mil e duzentos e vinte e cinco metros quadrados) medindo 35 metros de comprimento por 35m de largura, referente o terreno com coordenadas E-618082 e N-6767763, de propriedade de Pompeu Francisco Lummertz Pereira, Evandro Lummertz Pereira e Rafael Lummertz Pereira, ou a quem de direito for, situado no lugar Querência, antes conhecido como Costa do Banhado Grande Costa do Banhado do Piritu, distrito de Vila Conceição, no Município de São João do Sul - SC, integrante de uma área maior de 150.000,00m² (cento e cinquenta mil metros quadrados), transcrita no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do/SC sob a matrícula de n.º 10.809, Livro 02, de Registro Geral, fls. 01, em nome de Eloi Inácio Pereira.

Art. 2º - A gleba de terra ora declarada de utilidade pública destina-se à perfuração de poço para captação de água, do Sistema de Abastecimento de Água da CASAN, Município de São João do Sul, podendo em função do caráter de urgência da desapropriação, ser requerido judicialmente a imissão provisória da posse do bem, mediante depósito prévio do valor de que trata o Decreto-Lei n.º 3.365/41.

Art. 3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, em razão dos serviços que presta no abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São João do Sul, autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste Decreto, correndo às suas expensas, todas as despesas decorrentes das medidas necessárias a serem tomadas para a aquisição da área.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica fazendo parte integrante deste Decreto, a Planta de Situação e Localização do imóvel.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 090 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 090 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1765, de 25 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 626.900,00 (seiscentos e vinte e seis mil e novecentos reais), com as seguintes classificações:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 283.000,00

12.361.0128.2036 – Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 59.000,00

12.365.0128.2032 – Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 279.500,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0126.2019 – Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 200,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 800,00

08.244.0126.2015 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.400,00

TOTAL

..... R\$ 626.900,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0201 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0122.2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito e Assessorias

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 98.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0123.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 38.500,00

28.846.0000.0064 – Inativos e Pensionistas

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.0123.2005 – Manutenção da Secretaria de Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 66.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

28.843.0000.0061 – Serviços da Dívida Interna

4.6.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.1038 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0128.2031 – Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

12.363.0128.2033 – Manutenção e Auxílio ao Ensino Profissional

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 11.500,00

12.364.0128.2034 – Manutenção e Auxílio ao Ensino Superior

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

12.365.0128.1037 – Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 47.796,00

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.1055 – Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários para Secretaria Municipal de Obras e Serviços

4.4.71.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

26.782.0135.1056 – Pavimentação e Infraestrutura para Ruas e Rodovias Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 46.063,64

26.782.0135.2051 – Manutenção da Rede Viária Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 78.577,06

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.161,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

17.512.0135.2058 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.606.0133.1047 – Aquisição de Veículos e Patrulhas Agrícolas Mecanizadas

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 9.334,70

20.606.0133.2046 – Assistência ao Produtor Rural, Pecuáristas e Pescadores

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 33.967,60

4.4.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins

Lucrativos R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

22.661.0134.2049 – Manutenção e Incentivo ao Setor de Indústria e Comércio

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL

.....

..... R\$ 626.900,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 25 de novembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do
mês de novembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO Nº 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº 14/2015

Modalidade – Pregão Presencial nº 001/2015

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL E ESF'S MUNICIPAIS. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 07h 45 min do dia 21/12/2015, com abertura dos envelopes prevista para as 08h do dia 21/12/2015. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07h às 13h, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 04 de Dezembro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Secretária Municipal de Saúde

São José

PREFEITURA

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2015

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

AUTOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2015

RECORRENTE: AMBGeo ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA ME

AMBGeo ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.275.433/0001-03 interpôs, tempestivamente, Recurso Administrativo em face do resultado de desclassificação de proposta, exarado pela Comissão Permanente de Licitações ao final da Análise e Resultado de Julgamento das Propostas de Preços para a licitação em epígrafe.

Inconformada com a decisão da Comissão Permanente de Licitações que desclassificou a proposta apresentada em virtude de ausência de BDI, a recorrente argumenta a inviabilidade de desclassificação em virtude de erro formal. Apresenta jurisprudência. Pede reanálise da classificação.

É o Relatório.

Passamos a analisar as razões da empresa para que, posteriormente, não haja nenhum embargo ao andamento do processo.

1. DA AUSÊNCIA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI NA PROPOSTA APRESENTADA.:

Em sua peça recursal, a recorrente traz à discussão o argumento de que a Comissão de Licitações teria negligenciado o Princípio da escolha da proposta mais vantajosa para a administração, conforme demonstra a citação a seguir:

"Em que pese o edital em seu 12.5, solicitar a apresentação da planilha do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas), de forma analítica, tem-se que tal exigência não deve fundamentar a desclassificação da proposta mais vantajosa apresentada para a administração pública"

Em primeiro lugar, imperioso afirmar que o "Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório", não é absoluto, ou seja, ele não se sobrepõe ao princípio maior do procedimento, que é a ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO."

Nesse sentido, é necessário fazer alguns apontamentos acerca das alegações da recorrente. Primeiramente, toda e qualquer exigência editalícia é apta a fundamentar a inabilitação ou desclassificação das licitantes que o descumprem. Não se trata de mera vontade da administração, pois todo e qualquer órgão licitador está adstrito aos preceitos da Lei nº 8.666/1993, sendo ela taxativa no que se refere à vinculação ao instrumento convocatório no art. 41, caput. Ainda sobre o trecho citado, não há que se considerar violações a princípios, tendo em vista que não há hierarquia entre os diversos princípios existentes no ordenamento jurídico brasileiro.

Continuamente, a empresa traz, como embasamento, julgados da Suprema Corte e Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Entretanto, embora veneráveis os julgados apresentados, não servem para reforma da decisão de desclassificação da proposta. Isso por que, além de serem considerados já antigos, eles apenas se limitam a tratar com genericidade sobre erros formais, ou seja, não tratam com profundidade do assunto em tela.

Todavia, para que não haja abandono com a jurisprudência, trazemos o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina: AGRADO DE INSTRUMENTO - LICITAÇÃO TIPO MENOR PREÇO

GLOBAL REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE JOINVILLE - DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA QUE APRESENTOU MENOR PREÇO POR NÃO APRESENTAR PLANILHA INDICANDO A COMPOSIÇÃO DO bdi (Bonificações e Despesas Indiretas OU "Budget Difference Income") - EXIGÊNCIA EXPRESSAMENTE PREVISTA NO ATO CONVOCATÓRIO - INOBSERVÂNCIA - EXCESSO DE FORMALISMO INEXISTENTE - AGRAVO PROVIDO.

O edital da licitação faz lei entre as partes e, por isso, tanto a Administração Pública quanto os licitantes a ele estão diretamente vinculados. Se o ato convocatório exige que os licitantes apresentem suas propostas com uma planilha indicando a composição dos Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), é evidente que o licitante que não cumprir esta exigência terá sua proposta desclassificada, sem que isso implique excesso de formalismo. (sublinhamos)

Em síntese, é entendimento desta Comissão que ausência de BDI incorre em plena violação ao instrumento convocatório sendo, indubitavelmente, passível de desclassificação. Os argumentos trazidos pela recorrente não servem para a reforma da decisão, pois são deveras genéricos, não tendo força reformatória.

Por fim, a CPL resolve NÃO ACATAR o recurso interposto pela empresa AMBGeo ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA ME, mantendo-se a classificação anteriormente publicada. O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), sendo homologado em seguida.

São José, 04 de dezembro de 2015.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL

Rejane Magali S. Medeiros	Kety Silva Trieveiler
Membro da CPL	Membro da CPL
Ramon de Souza C. Martins	
Membro da CPL	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA**

CONVOCAÇÃO PARA A REAPRESENTAÇÃO DA 2ª SESSÃO DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SÃO JOSÉ/SC.

ORVINO COELHO DE ÁVILA, Prefeito Municipal de São José em exercício, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 62 da Lei Orgânica Municipal – Lei nº 2.132/1990;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, II, combinado com o art. 40, §4º, ambos da Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, bem como o disposto na Resolução nº 25 do Conselho das Cidades;

CONVOCA toda a sociedade para participar da REAPRESENTAÇÃO DA 2ª SESSÃO DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SÃO JOSÉ, que será realizada na seguinte data, horário e local:

Data: 16 de dezembro de 2015.

Horário: início às 19h30min.

Local: Centro de Atenção a Terceira Idade – CATI (Salão Principal), localizado na Avenida Acioni Souza Filho (Beira-Mar de São José), s/n - neste Município.

Objetivo desta Audiência Pública: reapresentação da Versão Preliminar do Plano Diretor de São José, das regras da consulta pública e abertura do período da consulta pública.

São José, 02 de dezembro de 2015.

Andrey Vicente da Luz	Orvino Coelho de Ávila
Secretário de Serviços Públicos	Prefeito em Exercício

*repblicado por incorreção

PORTARIA Nº 1.448/2015/SME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.448/2015/SME

Dispõe sobre o recesso escolar e as férias coletivas no mês de janeiro de 2016, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, CONSIDERANDO a concessão de férias aos servidores integrantes do quadro de carreira do magistério da rede municipal de ensino; CONSIDERANDO a concessão de férias dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro da administração direta municipal com atuação nas unidades de ensino municipais de São José; CONSIDERANDO a observância da garantia dos dias de recesso escolar no ano letivo e as férias regulamentares;

Resolve:

Art. 1º - Fica estabelecido o período de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2016, para o gozo de 30 (trinta) dias de férias coletivas, aos servidores do quadro do magistério municipal com atuação nas Unidades de Ensino, Casa do Educador, Centro de Referência, Conselho Municipal de Educação e Manutenção da Secretaria de Educação.

Art. 2º - Fica determinado o recesso escolar nos períodos de:

I – 24 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2016;

II – 03 a 09 de fevereiro de 2016 e;

III – 23 a 31 de julho de 2016.

Parágrafo único - Não será concedido recesso escolar para os funcionários terceirizados e os agentes de serviços gerais com admissão a partir de 21 de setembro de 2015, que executam os serviços de limpeza nas escolas, devendo, entretanto, seguir as orientações encaminhadas pelo Setor de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação.

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.448/2015/SME

Art. 3º - Fica estabelecido às unidades de ensino a responsabilidade de divulgação e publicidade à comunidade escolar quanto aos períodos e horários de atendimento ao público.

Art. 4º - As unidades escolares deverão afixar, em local de fácil visibilidade, na entrada da escola, o início e horário de atendimento ao público, bem como o calendário escolar de 2016, para acompanhamento de seu cumprimento por toda a comunidade escolar.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de dezembro de 2015.

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

São José - SC

PORTARIA Nº 77/2015

PORTARIA Nº 77/2015.

DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ENFERMEIRO NO AMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, Considerando a Lei nº 7.498/96, que dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional da Enfermagem; Considerando a Política Nacional de Atenção Integral à da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; Considerando o Programa Nacional de Suplementação de Ferro do Ministério da Saúde; Considerando a Resolução do COFEN nº 195/97, que dispõe sobre a solicitação de exames de rotina e complementares por Enfermeiros; Considerando a Portaria nº 1.625/07, que altera as atribuições dos profissionais das Equipes de Saúde da Família – ESF, dispostos na Política Nacional de Atenção Básica;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam autorizados os enfermeiros da Rede Municipal de Saúde a solicitar exames referentes ao Programa Saúde da Mulher conforme Protocolo Municipal da Assistência à Saúde da Mulher.

Art. 2º - Os exames a serem solicitados são:

I - Referente ao Pré-natal: BHCG; hemograma; grupo sanguíneo e fator RH (se RH negativo solicitar RH do pai da criança); Coombs indireto; glicemia de jejum; teste de tolerância oral à glicose 75g, duas dosagens; parcial de urina e urocultura; protoparasitológico de fezes (PPF); TSH; VDRL; FTA-ABS; HIV; sorologias para toxoplasmose (IgM e IgG); rubéola (IgM e IgG); HbsAg; AntiHbs; HCV; ultra-som obstétrico (transvaginal/pélvico); exame de secreção vaginal; cultura para streptococo beta hemolítico vaginal;

II - Exames de rotina: BHCG;

III - Esterilização Cirúrgica (laqueadura): BHCG; hemograma; glicemia de jejum; coagulograma; uréia; creatinina; parcial de urina; grupo sanguíneo e fator RH; ECG e RX de tórax.

Art. 3º - As solicitações dos exames servirão para as Clínicas e Laboratórios conveniados ao SUS pelo Município.

Art. 4º - Autorizar os enfermeiros da Rede Municipal de Saúde a prescrever o medicamento Ácido Fólico e Sulfato Ferroso nas seguintes situações:

I - Ácido Fólico: mulheres na pré-concepção e gestantes;

II - Sulfato Ferroso: gestantes e mulheres no pós-parto e pós-abortamento.

Art. 5º - Autorizar os enfermeiros da Rede Municipal de Saúde a prescrever anticoncepcional hormonal oral ou injetável conforme os "Critérios de Elegibilidade da OMS – Categoria 1".

Art. 6º - Autorizar os enfermeiros da Rede Municipal de Saúde a prescrever medicamentos nos casos de corrimentos vaginais conseqüentes de candidíase, tricomoniase e vaginoses.

Art. 7º - Cabe ao profissional prescrever mediante comprovação de exame revelando o agente etiológico.

Art. 8º- Ficam autorizados os enfermeiros da Rede Municipal de Saúde a solicitar o exame de Mamografia Bilateral de Rastreamento para mulheres assintomáticas (sem sinais e sintomas de câncer de mama) acima de 40 anos e para mulheres acima de 35 anos, sem sinais e sintomas de câncer, mas com histórico familiar de câncer de mama.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 09 de novembro de 2015.

Suzana Senna Bousfield
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 78 /2015

PORTARIA Nº 78 /2015

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS NA ATENÇÃO BÁSICA PARA A DETECÇÃO DE HIV E SÍFILIS, ASSIM COMO TESTES RÁPIDOS PARA OUTROS AGRAVOS, NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRÉ-NATAL PARA GESTANTES E SUAS PARCERIAS SEXUAIS.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/1990, no parágrafo único do art. 66, inciso II e:

Considerando o Plano Operacional para redução da Transmissão Vertical do HIV e da Sífilis no Brasil;

Considerando a Portaria nº 648/06/GM/MS, que estabelece a Política Nacional de Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 1654/11/GM/MS, que estabelece o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica -PMAQ-AB;

Considerando a Portaria nº 151/09/SVS/MS, que determina o fluxo mínimo para definição do diagnóstico laboratorial da infecção pelo HIV e o uso de testes rápidos em situações especiais;

Considerando a Portaria nº 3.242/11/GM/MS, que determina o fluxo laboratorial da sífilis e utilização de testes rápidos em situações especiais;

Considerando a Portaria 1459/11/GM/MS, que institui no âmbito do SUS a Rede Cegonha;

Considerando a sífilis uma patologia milenar que apresenta métodos de diagnósticos simples e tratamento eficaz;

Considerando que o diagnóstico oportuno da infecção pelo HIV e detecção de sífilis durante a gestação é fundamental para a redução da transmissão vertical;

Considerando as situações especiais que justificam a utilização de testes rápidos para sífilis e HIV;

Considerando a Nota Técnica com os profissionais respaldados para execução do TR;

Considerando a necessidade de se criar alternativas para melhorar a qualidade e ampliar o acesso ao diagnóstico de HIV e detecção da sífilis, em atendimento aos princípios da equidade e da integralidade da assistência, bem como da universalidade de acesso aos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS,

RESOLVE:

Art. 1º - Compete às equipes de Atenção Básica realizar testes rápidos para o diagnóstico de HIV e detecção da sífilis, assim como testes rápidos para outros agravos, no âmbito da atenção ao pré-natal para as gestantes e seus parceiros sexuais.

Art. 2º - Os testes rápidos para HIV e sífilis deverão ser realizados por profissionais da saúde de nível superior, devidamente capacitados para realização da metodologia, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais/ SVS/ MS.

Art. 3º - A realização de testes rápidos para HIV e/ou sífilis deverá ser oferecido para os parceiros sexuais das gestantes com

resultado reagente.

Art. 4º - O manejo da Sífilis e do HIV deverão seguir as recomendações do "Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis", do Ministério da Saúde e "Recomendações para Profilaxia da Transmissão Vertical do HIV e Terapia Antirretroviral em Gestantes", do Ministério da Saúde ou outros documentos que venham substituí-los.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 09 de novembro de 2015.

Suzana Senna Bousfield
Secretária Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL 154/2015 – PROCESSO Nº 490/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 154/2015 – Processo nº 490/2015 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECCÃO DE DOCUMENTOS DE COBRANÇA (CARNÊS) DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), PARA A SECRETARIA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/ SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 17/12/2015 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 17/12/2015 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2015 - Processo nº 391/2015. Fornecedores: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. e COSTA ESMERALDA DISTRIBUIDORA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CAFÉ, LEITE E AÇÚCAR PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES PERTENCENTES À PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 111.815,80 – cento e onze mil, oitocentos e quinze reais e oitenta centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2015 – Processo nº 352/2015: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, NAS CENTRAIS DE GASES DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, E NA REQUALIFICAÇÃO DOS CILINDROS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, SAMU/SJ E NOVAS UNIDADES A SEREM INAUGURADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Motivo: FICA SUSPENSO SINE-DIE o processo em epígrafe, para correção de problemas técnicos.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.102/2015

RETIFICAÇÃO DO OBJETO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº102/2015
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 102/2015, Edital de Pregão Nº 102/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: registro de preço para contratação de horas de máquina para fins de realizar o serviço de silagem de grãos (milho e sorgo) a ser realizado aos agricultores do município, nos termos da lei municipal nº4.182/2013. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 14/12/2015. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 14/12/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº. 006/CMS/2015

RESOLUÇÃO Nº. 006/CMS/2015

“APROVA O DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – SIOPS, 5º BIMESTRE DE 2015”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 009/2015, realizada no dia 04 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a o demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde, orçamentos fiscal e da seguridade social – SIOPS, referente ao 5º bimestre de 2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 07 de dezembro de 2015.

FRANCYELY CASAGRANDA,
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 005 - ICSL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 005/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO E MONTAGEM DE ESTANDE, DESTINADOS AS ATIVIDADES NATALINAS DE 2015 ORGANIZADAS PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

CONTRATANTE: INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 08.806.043/0001-70

CONTRATADO: OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA-ME CNPJ Nº 08.448.072/0001-08

VALOR: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso V, da Lei n. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A contar da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2015.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2015, e correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

D – 02/2015 – 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.1000 – Manutenção das atividades do Instituto Cultural de São Lourenço.

D – 03/2015 – 17.01.13.392.4516.2.031.4.4.90.00.00.00.00.1000 – Manutenção das atividades do Instituto Cultural de São Lourenço.

São Lourenço do Oeste – SC, 03 de dezembro de 2015.

ALTAMIR LEMES DA ROSA

Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste

DECRETO Nº 5.260, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.260, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006 .3.1.9.0.00.00.00 .00.00.0.1.0000	14	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006 .3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000	15	Transf Inst P s F Lu	R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 04 de dezembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.261, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.261, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Altera o Decreto nº 5.154, de 20 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.660, de 08 de maio de 2007, com a alteração dada pela Lei nº 1.766, de 15 de outubro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea 'c', do inciso V, do art. 1º, do Decreto nº 5.154, de 20 de agosto de 2015, que "nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, e dá outras providências", alterado pelo Decreto nº 5.212, de 26 de outubro de 2015, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

.....

.....

V

.....

c) Carmen Maricler Câmara Corrêa - inscrita no CPF sob o nº 025.785.889-02 - titular;

.....

..... " (NR)

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 5.154, de 20 de agosto de 2015, alterado pelo Decreto nº 5.212, de 26 de outubro de 2015, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de dezembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1000, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1000, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Patrick Dozziatti Zamarchi, matrícula nº 600596320, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eliane Fatima Dozziatti Zamarchi, CPF nº 035.212.569-10.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1000, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726V0H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10207, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eliane Fatima Dozziatti Zamarchi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1001, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1001, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Tatiane Bergozza, matrícula nº 500410585, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Gnoatto Bergozza, CPF nº 029.082.219-00.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1001, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570W07R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10208, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Gnoatto Bergozza - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1002, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1002, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Ueliton Meyer, matrícula nº 300395809, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Atinho Vendelino Meyer, CPF nº 024.185.469-50.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1002, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570W08W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10209, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Atinho Vendelino Meyer - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1003, DE 12 DE JULHO DE 2012

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1003, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Uinderson Meyer, matrícula nº 300395914, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Atinho Vendelino Meyer, CPF nº 024.185.469-50.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1003, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VY0F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10210, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Atinho Vendelino Meyer - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1004, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1004, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Vanessa Tápparo, matrícula nº 503688185, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clarete Lúcia Frigo Tápparo, CPF nº 918.631.399-15.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1004, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XC0Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10211, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Clarete Lúcia Frigo Tápparo - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1005, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1005, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Veronilce Barbosa, matrícula nº 800513339, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ângelo Vieira Barbosa, CPF nº 943.458.569-49.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1005, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570W06M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10212, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ângelo Vieira Barbosa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 977, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 977, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Milena Evelyn Parizotto, matrícula nº 503688150, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Arlei D' Santi Parizotto, CPF nº 041.839.459-84.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 977, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726P98, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10204, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Arlei D' Santi Parizotto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 985, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 985, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Antonio Carlos Valentini, matrícula nº 500410712, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Remi Valentini, CPF nº 477.387.079-68.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 985, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570X53T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10192, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Remi Valentini - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 987, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 987, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Claudia Rissi, matrícula nº 405724233, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cleusa Cadori Rissi, CPF nº 056.130.509-96.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 987, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570W037, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10194, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Cleusa Cadori Rissi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 991, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 991, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Leandro Giroto Strada, matrícula nº 800513347, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Janinha Giroto, CPF nº 029.069.719-01.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 991, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572760L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10198, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Janinha Giroto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 993, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 993, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Luana Forcellini, matrícula nº 500410623, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Salete Menegus Forcellini, CPF nº 031.769.669-62.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 993, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726V3W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10200, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Salete Menegus Forcellini - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 994, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 995, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Luana Slaviero, matrícula nº 503688177, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Volmir Grando, CPF nº 656.863.309-72.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 995, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726J0H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10201, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ademir Antônio Slaviero - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 995, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 995, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Lucas Grando, matrícula nº 500410674, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Volmir Grando, CPF nº 021.504.869-54.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 995, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726R1A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10202, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Volmir Grando - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 996, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 996, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Mateus Ogliari, matrícula nº 500410666, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Vanderlei Ogliari, CPF nº 753.173.039-15.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 996, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726947, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10203, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Vanderlei Ogliari - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 998, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 998, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Moisés Rodrigues, matrícula nº 600596451, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Zenilda Rodrigues, CPF nº 789.356.959-04.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 998, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726T1G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10205, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Zenilda Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 999, DE 12 DE JULHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 999, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Natália Zanella Vian, matrícula nº 9902883830, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adelmo Vian, CPF nº 636.484.079-53.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 999, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572687J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10206, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 27/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Adelmo Vian - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 001, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KM1S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7484, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 003, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KN9Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7487, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 005, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KP11, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7531, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 006, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 006, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 006, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KJ1J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7524, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 009, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 009, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 009, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KS3K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7580, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 009, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 009, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 009, de 1º de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393GG3S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7415, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 010, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 010, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 010, de 1º de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KC92, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7425, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 015, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 015, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 015, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KD4G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7471, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 016, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 016, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 016, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393GG7C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7505, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 018, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 018, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 018, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KB9Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7557, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 018, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 018, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 018, de 20 de Setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393GK6J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7551, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 022, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 022, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 022, de 1º de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V19D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7855, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 025, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 025, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 025, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KD6Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7561, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 026, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 026, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 026, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KY9W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7591, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 029, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 029, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 029, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KN6K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7575, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 031, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 031, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 031, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393W70Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7594, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 035, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 035, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 035, de 1º de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393JX8H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7509, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 039, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 039, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 039, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393V23J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7592, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 040, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 040, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 040, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TV77, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7769, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 042, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 042, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 042, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TX7D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7728, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 044, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 044, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 044, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KW0H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7541, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 044, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 044, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 044, de 1º de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TS0Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7623, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 045, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 045, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 045, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TY6B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7777, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 049, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 049, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 049, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KR17, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7533, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 049, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 049, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 049, de 20 de Setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TZ7J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7640, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 051, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 051, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 051, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TS6T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7717, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 052, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 052, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 052, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TY9Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7730, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 053, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 053, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 053, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KV1J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7584, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 054, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 054, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 054, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V52Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7863, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 056, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 056, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 056, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394T80B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7701, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 057, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 057, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 057, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V85E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7871, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 058, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 058, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 058, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V81U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7870, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 061, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 061, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 061, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V15T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7854, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 125, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 125, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 125, de 07 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V643, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7866, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 136, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 136, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 136, de 1º de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Z2Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10537, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 141, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 141, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 141, de 1º de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TX9N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7636, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 435, DE 08 DE JULHO DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 435, DE 08 DE JULHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 435, de 08 de Julho de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KR5R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7534, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 442, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 442, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 044, de 21 de Agosto de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V02B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7816, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 443, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 443, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 443, de 21 de Agosto de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TC32, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7709, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20/11/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 71/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 71/2015.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 25, da Lei n. 8.666/93, relativo à Contratação de Serviços Musicais da empresa Ezequiel Luiz da Silva – ME (Grupo Canto Nativo), com um custo de R\$ 8.000,00 para o dia 05 de dezembro de 2015 em comemoração ao 24º aniversário do município. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 04 de dezembro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 70/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo “MENOR PREÇO”, menor preço por item para aquisição de material permanente e de consumo para Municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 17/12/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 04 de dezembro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 72/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo “MENOR PREÇO”, menor preço por item para aquisição de Combustíveis, para os veículos e máquinas da Municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 18/12/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 04 de Dezembro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 171/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2015

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa com serviços de mão de obra e fornecimento de materiais destinados para a obra de ampliação e reforma da Creche Tio Patinhas, da Rede Municipal de Ensino, conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 10h15min do dia 23 de dezembro de 2015.

Abertura: às 10h30min do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 04 de dezembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 100.2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 100/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO QUE VISA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 18/12/2015 às 11:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 10:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: camilli@pmspa.sc.gov.br e licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h. São Pedro de Alcântara, 04/12/2015. JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO 101.2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 101/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição estimada e parcelada de Gêneros Alimentícios, para merenda escolar a ser distribuída nas Escolas e Centros de Educação Infantil da rede Municipal de ensino de São Pedro de Alcântara/SC (anexo I), conforme especificações e quantitativos do ANEXO II, do Edital.

DATA DE ABERTURA: 18/12/2015 às 08:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 07:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: camilli@pmspa.sc.gov.br e licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h. São Pedro de Alcântara, 04/12/2015. JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº139 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº139 /2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 929/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 19.684,00 (Dezenove mil seiscentos e oitenta e quatro reais) por conta do excesso de Arrecadação de recursos de alienação de veículos na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.004.2.015 – Funcionamento e Manutenção

Do Ensino Fundamental R\$ 19.684,00

4.4.90.00.00.00.00.0092 – Aplicações Diretas R\$ 19.684,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 04 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 356/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 356/2015

Concede licença para tratamento de saúde a funcionária ROSEANE ROSELIA VERLICH, ocupante do cargo de Agente de Saúde - ESF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à funcionária ROSEANE ROSELIA VERLICH, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 21/11/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/11/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 357/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 357/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor GINO BONA, ocupante do cargo de Professor II Horista, lotado na Secretaria de Educação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor GINO BONA, pelo período de 07 (sete) dias, a contar da data de 24/11/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24/11/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 058/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 058/2015, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR CHARLES DA CUNHA OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor CHARLES DA CUNHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº2249 – Boa Parada – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 058/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 058/2015 até 03/06/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 07 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.507/2015 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.507/2015 de 2 de dezembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0051 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 270,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0051 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 270,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.508/2015 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.508/2015 de 2 de dezembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 8.582,84 (oito mil quinhentos e oitenta e dois reais e oitenta e

quatro centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 3.364,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.31.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Premiacoos Culturais,Artist. Cientif.Despor. e Out R\$ 1.100,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 2.368,84

05.03 - UNIDADE DE CULTURA

05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 1.750,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.100,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.368,84

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.510/2015, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 3.510/2015, de 04 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 16164/2015, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Danieli Lutes Pereira Kautzmann;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Danieli Lutes Pereira Kautzmann	Professor B	Professor C	B-2	C-2

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 04 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI COMPLEMENTAR Nº 174/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº174/2015

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº65/2008 QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 5º da Lei Complementar nº. 65/2008 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 5º São isentos de taxa:

[...]

XI - Os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço que se enquadrarem como Microempreendedor Individual (MEI), nos termos da Lei Complementar Federal 123/2006 e suas alterações.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI COMPLEMENTAR Nº 175/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº175/2015

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº01/1995 QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a alterar a tabela do anexo I, da Lei Complementar nº. 01/1995.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008, produzindo efeitos 90 dias após a sua publicação.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TABELAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº001/95.

TABELA I

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA NO LOCAL

(Situados em qualquer zona)

[...]

2 - CONCESSÃO DE LICENÇA PARA EDIFICAR

[...]

4 - Taxa de licença para aprovação e execução de urbanização em terrenos particulares, excetuadas as áreas destinadas a espaços verdes e edificações públicas.

[a) Desmembramento - por lote | 50% UFM |

[b) Aprovação de projeto - loteamento - por lote | 50% UFM |

[c) Análise de viabilidade de loteamento - por m² | 0,01% UFM |

| _____ | _____ |

[...]

LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº176/2015

DISPÕE SOBRE AS ISENÇÕES DE TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a conceder isenção da Taxa de Vigilância Sanitária à:

I - órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal;

II - associações, Fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo ou religioso que não remunerem seus dirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais, sem fins econômicos, declaradas de utilidade pública.

III – os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço que se enquadrarem como Microempreendedor Individual (MEI), nos termos da Lei Complementar Federal nº123/2006 e suas alterações.

Art. 2º A isenção da Taxa de Vigilância Sanitária, não dispensa a obrigatoriedade do Alvará de Licença Sanitária.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar 51/2007.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

LEI COMPLEMENTAR Nº 177/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº177/2015

DISPÕE SOBRE TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais no âmbito do Município de Schroeder para cada licenciamento ou autorização ambiental, para as atividades especificadas no Anexo Único desta lei, com a finalidade de cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais realizadas pelo órgão ambiental municipal, bem como a manutenção da estrutura física do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim.

Art. 2º A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo Município ou Consórcio Público através de atribuições delegadas, para análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades de acordo com a legislação ambiental vigente.

Art. 3º O Contribuinte da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

Art. 4º Os serviços e atividades sujeitos à Taxa de Prestação de Serviços Ambientais são os especificados no Anexo Único desta Lei.

Art. 5º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade e será indexado pela UFM (Unidade Fiscal Municipal), considerando-se o valor decretado no primeiro dia útil de cada exercício.

Art. 6º Nos casos de isenção, conforme disposto no Anexo Único, o requerente deverá anexar ao requerimento, documento que comprove a situação de enquadramento como isento, nos termos da legislação em vigor.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO ÚNICO

TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

1. NORMAS GERAIS PARA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DA TAXA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS:

1.1. A determinação do valor da taxa, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

1.2. Não poderá haver duplicação de componentes de custo para efeito de cobrança de um ou mais serviços, quando existirem fatores comuns na equação de preços.

1.3. A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

1.4. O valor máximo para efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe III item B, definidos nas Tabelas 02 e 03.

2. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a determinação dos valores a serem cobrados pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº. 6938, de 31 de agosto de 1981, a Lei Estadual nº. 14.675, de 13 de abril de 2009, as Resoluções do CONSEMA nº. 1 e 2/2006, 4/2008 e 14/2012 as atividades são enquadradas em três classes I, II e III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº. 01:

TABELA Nº. 01

ENQUADRAMENTOS DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR GERAL				
P	M	G		
PORTE	P	I	I	II
DO	M	I	II	III
EMPREENHIMENTO	G	II	III	III

2.1 O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2. O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G) em função de critérios estabelecidos nas Resoluções que definem por listagem as atividades passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização ambiental, tais como: as Resoluções CONSEMA nºs 01/06, 02/06, 04/08 e 14 /12, suas alterações e complementações, bem como, as demais Resoluções do CONAMA, CONSEMA ou COMDEMA que dispõe sobre licenciamento, cadastramento ou autorização ambiental.

2.3. O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

TABELA Nº. 02

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM UFM

	CLASSE					
LICENÇA	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	1,3	2,2	4,4	6,6	10,0	13,7
LAI	3,5	5,7	10,5	16,4	23,6	34,2

LAO	7,0	11,5	24,0	34,2	45,0	69,7
TOTAL	11,8	19,4	38,9	57,2	78,6	117,6

TABELA Nº. 03

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM UFM, PARA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS

LICENÇA	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	1,3	1,7	2,6	3,1	5,3	6,6
LAI	4	4,8	8,4	10,1	7,1	19,5
LAO	2,6	3,1	5,3	6,2	11,1	13,3
TOTAL	7,9	9,6	16,3	19,4	23,5	39,4

TABELA Nº. 04

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM UFM, PARA AS ATIVIDADES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIA E FLORESTAL, PARA PORTE ATÉ Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
0,8	2,3	2,6	5,7

TABELA Nº. 05

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM UFM, PARA AS ATIVIDADES DE BENEFICIAMENTO, FIAÇÃO E TECELAGEM DE FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 M2

Licenças P,M	LAP	LAI	LAO	TOTAL
	0,8	2,2	4,4	7,4

TABELA Nº. 06

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM UFM, PARA AS ATIVIDADES DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS, COM ESTAMPARIA E/OU TINTURA, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00M2; CONFECCÕES DE ROUPAS E ARTEFATOS DE TÊXTEIS DE CAMA, MESA, COPA E BANHO, COM TINGIMENTO ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00M2; E SERVIÇOS INDUSTRIAIS DELAVAÇÃO, TINGIMENTO, ALVEJAMENTO, ESTAMPARIA E/OU AMACIAMENTO, COMPORTE DE 200,00M2 A 500,00M2

Licenças P,M	LAP	LAI	LAO	TOTAL
	1,3	3,1	6,6	11,0

TABELA Nº. 07

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL EM UFM, PARA AS ATIVIDADES DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS DE CLASSE IIB, ATÉ O LIMITE DE AU = 1000,00 M2 E PARA CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM OU SEM TRATAMENTO ORGÂNICO ATÉ O LIMITE DE QT <= 30

Licenças P,M	LAP	LAI	LAO	TOTAL
	0,8	2,2	4,6	7,6

TABELA Nº. 08

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES DE SERRARIA E BENEFICIAMENTO PRIMÁRIO DA MADEIRA

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,5	Até 1.000,00m²
1,0	De 1.000,00m² a 5.000,00m²

2.4. As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada e de acordo com os planos de controle ambiental, o prazo ser dilatado ou reduzido com aumento ou diminuição proporcional nos valores a serem cobrados pela Administração Municipal.

2.5. A cobrança da Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

2.6. Nos casos de pedidos de renovação de Licenças, será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

2.7. Nas tabelas nºs 02, 03, 05, 06 e 07 acima, cada classe apresenta duas subdivisões (A e B), sendo que nestas, a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados dar-se-á conforme fórmula abaixo:

3.1 - Custo Total das Análises:

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (0,4 UFM/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (1,0 UFM/dia) + V x R (0,006 UFM/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo:

CA = (TT + VT + CE) x 0,10

Legenda:

CT = Custo Total

TT = Trabalho Técnico

VT = Vistoria Técnica

CE = Consultoria Externa

CA = Custo Administrativo

H = Número de Horas Trabalhadas

D = Número de Dias Trabalhados

R = Total de Km Rodados

T = Número de Técnicos

V = Número de Veículos

Cc = Custo de Consultoria por Hora

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

Valor em UFM	Descrição dos serviços
0,1	Corte isolado de até 05 árvores em zona Urbana
0,4	Corte isolado de 06 a 20 árvores em Zona Urbana
1,0 + (0,03 x AM)	Corte/Supressão de vegetação em Zona Urbana com área de corte de até 5,0 ha (hectares)
0,4	Corte de árvores em área Urbana ou Rural que acarretam risco a vida ou patrimônio
0,4	Para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades ou posses de comunidades tradicionais
0,4	Para corte eventual em Zona Rural – 20m³ ou 20 unidades
1,0	Para corte/supressão ou exploração de vegetação para fins agrossilvopastoris no limite de até 2,0 ha (hectares)
Isento	Para corte/supressão ou exploração de vegetação no caso de pequenos produtores rurais ou posses de populações tradicionais, limitado em até 2,0 ha (hectares) por ano.
Isento	Autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse familiar

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE MANEJO DE PALMITEIRO:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,0 + (0,05 x U)	Manejo do Palmiteiro

(U = Unidade)

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE CORTE DE VEGETAÇÃO - AUC, PARA FLORESTAS PLANTADAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC), COM RECOMPOSIÇÃO VEGETAL:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,0	AU (Área útil em hectare) para área de até 3,0 ha (hectare)
1,0 + 20 x AU	AU (Área útil em hectare) acima de 3,0 ha (hectare) até 10,0 ha (hectare)

7. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC) POR MEIO DE PLANTIO:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,0	Para intervenção em APP até o limite de 5.000m ²
1,0 + 0,03 + AM	Para intervenção em APP acima de 5.000m ²

AM = Área em m²

8. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC) POR MEIO DE ENROCAMENTO, MURO DE ARRIMO OU GABIÃO:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,3	Para intervenção até o limite de 50 metros lineares
1,3 + 5% da UFM	Para cada metro linear excedente a 50 metros lineares até o limite de 100 metros.

9. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS AÇÕES OU ATIVIDADES CONSIDERADAS DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL NÃO ENQUADRADA NOS ITENS ANTERIORES:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,3	Para pedidos de autorização das demais ações/atividades consideradas de baixo impacto ambiental.

10. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NOS CASOS EM QUE ESTIVER RELACIONADO A ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO NÃO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO, OU QUE DEPENDA DE CADASTRAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,3	Para pedidos de diagnóstico ambiental, relacionado à atividade a empreendimento não passível de licenciamento e outros.

11. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE, VISTORIA E ASSINATURA DOS PEDIDOS DE AVERBAÇÃO RESERVA LEGAL:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,4	Para propriedade com área de até 50,0 ha (hectare)
0,4 + 2,0 x ARL	Para propriedade com área acima de 50,0 ha (hectare)
Isento	Averbação da reserva legal para o pequeno produtor rural ou posse rural familiar, assim definidos no art. 3º, Inciso I, da Lei Federal nº. 11.428/2006, conforme art. 3º, Inciso V da Lei Federal nº. 12.651/2012

12. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE CONSULTA AMBIENTAL PARA TERRAPLANAGEM URBANA e RURAL

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,4	Para AM (área em m ²) menor que 1.000m ²
0,4 + 0,02% UFM/m ²	Para AM (área em m ²) maior que 1.000m ²
Isento	Terraplanagem Rural – quando for apresentado o requerimento assinado e carimbado pela secretaria municipal do desenvolvimento rural e Meio Ambiente, ou outra que a suceder, onde deverá constar o cadastro do Agricultor

13. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,4	Para pedidos de Certidões Diversas

14. CERTIDÕES PARA LICENÇA NA FATMA ou no IBAMA:
(Declaração Municipal necessária ao Licenciamento Ambiental Estadual ou Federal)

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,4	Declaração necessária ao Licenciamento Ambiental Estadual/Federal

15. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,6	Autorização Ambiental

15. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA para a Suinocultura:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,2	Autorização Ambiental para Suinocultura

Conforme consta na Resolução CONSEMA Nº. 01/06, entenda-se Porte Único = Autorização Ambiental – AuA

16. AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO E/OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE OUTROS ESTADOS:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,2	Por tonelada –Resíduos Classe I
0,1	Por tonelada –Resíduos Classe II

17. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,3	Parecer Técnico exceto EIA/RIMA

18. AGROTÓXICO:

Código	Descrição dos Serviços	Valor em UFM
18.1	Aplica-se à Tabela nº. 03 para o licenciamento ambiental de empresas com atividades abaixo relacionadas:	
18.1.1	Atividade de aplicação aérea de agrotóxico	-
18.1.2	Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos	-
18.2	Autorizações Ambientais:	
18.2.1	Aplicação nas lavouras de agrotóxicos por propriedade/ano	0,2
18.2.2	Aplicação de agrotóxico em ambientes urbanos	0,2
18.2.3	Aplicação de agrotóxico em ambiente de armazenagem em contêiner (expurgo)	0,1
18.2.4	Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos	0,2
18.2.5	Atividades referentes a comercialização de agrotóxicos	0,2

19. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

O Licenciamento Ambiental da atividade acima se enquadra na Tabela Nº. 02.

Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº. 04.

Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental pagarão apenas os custos referentes a LAO.

20. LISTAGEM DE VALORES PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DA SUINOCULTURA:

Código	Descrição dos Serviços	Valor em UFM
01.54.00	Granja de Suínos – Terminação	0,2 + 0,10 x NC
01.54.01	Unidade de produção de leitão – UPL	0,2 + 0,17 x NM
01.54.02	Granja de suínos – Creche	0,2 + 0,04 x NC
01.54.03	Granja de suínos – Ciclo completo	0,2 + 0,504 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para LAP, de 1,50 para LAI e de 1,25 para LAO.

21. LISTAGEM DE VALORES PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº. 03 E NO ITEM 5:

Código	Descrição dos Serviços	Valor em UFM
01.12.01	Culturas Permanentes, pomares e cultivos de palmáceas e musáceas	0,2 + 2,15 x AU
01.35.00	Florestamento e Reflorestamento de essências arbóreas	0,2 + 2,15 x AU
01.40.00	Projeto Agrícola Irrigado	0,2 + 2,15 x AU
01.51.00	Criação de Animais confinados de grande porte (bovinos, eqüinos, etc.)	0,2 + 0,16 x NC
01.52.00	Criação de animais confinados de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.)	0,2 + 0,17 x NC
01.70.00	Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura, cunicultura)	0,2 + 0,0008 x NC
01.70.01	Deposito de cama de aviário e/ou dejetos orgânicos	0,3 + 15 x AU
01.80.00	Incubatório de aves	0,3 + 35 x AU
03.31.00	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em açudes (Sistema I)	0,2 + 3,75 x AU
03.31.01	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em açudes (Sistema II)	0,2 + 35 x AU
03.31.02	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em açudes (Sistema III)	0,2 + 7 x AU

03.31.03	Unidades de Piscicultura em Monocultivo de Águas Frias (Sistema IV)	0,2 + 210 x AU
03.31.05	Unidades de Produção de Alevinos (Sistema VI)	0,2 + 7 x AU
03.32.00	Carcinicultura – Produção de camarão	0,2 + 7 x AU
03.33.00	Malacocultura – Produção de Moluscos	0,2 + 3,5 x AU
26.50.00	Abate de Animais em Abatedouros, Frigoríficos e Charqueados, com ou sem Industrialização de Produtos de Origem Animal.	0,2 + ,014 x NC/dia

Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia.

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para LAP, de 1,50 para LAI e de 1,25 para LAO.

Legenda:

AM = Área em m²
 ARL = Área de Reserva Legal em Hectares
 AU = Área Útil em Hectare
 AuA= Autorização Ambiental
 AuC= Autorização de Corte de Vegetação
 CONAMA = Conselho Nacional de Meio Ambiente
 CONSEMA = Conselho Estadual de Meio Ambiente
 COMDEMA = Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
 EIA/RIMA = Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
 LAI = Licença Ambiental de Instalação
 LAO = Licença Ambiental de Operação
 LAP = Licença Ambiental Prévia
 NC = Nº. de Cabeças
 NM = Nº. de Matrizes
 Pr= Preço Básico da Licença
 Q(I) = Vazão de Bombeamento (m³/h)
 QT = Quantidade de Resíduos (ton/dia)
 U = Unidade
 UFM = Unidade Fiscal Municipal

22. DEMAIS TAXAS DE USO PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

Código	Descrição dos Serviços	Valor em UFM
1	Taxa de Retificação de área	0,5
2	Taxa de Certidão de Uso do Solo	0,2
3	Taxa de Declaração Ambiental	1,0

Parágrafo único. A critério do Conselho Municipal do Meio Ambiente poderão ser estabelecidas, por resolução, outras formas de cobrança, como compensações, para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ou poluição ambiental.

LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº178/2015

CRIA A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PARA O MÉDICO DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a gratificação especial, a ser concedida ao servidor médico que for designado como Diretor Responsável Técnico no Município de Schroeder, no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, em conformidade com a Resolução CFM nº997/80.

§ 1º O servidor efetivo ou contratado temporário em caráter excepcional no exercício das funções de que trata o artigo 1º, perceberá a gratificação especial de que trata esta lei.

§ 2º Terá direito à gratificação somente o médico Diretor Técnico responsável.

Art. 2º A função gratificada de que trata esta lei será concedida ao servidor devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina e será exercida por profissional médico, devidamente inscrito no CRM-SC – Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade Técnica junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º A função gratificada será lançada em folha de pagamento, tópico específico, com a descrição “função gratificada de Diretor Responsável Técnico”.

Art. 4º A gratificação nunca será incorporada ao salário do servidor e estará sujeita às tributações legais.

Art. 5º No caso de não haver mais a necessidade, ou por algum motivo este for suspenso, o médico não fará jus a gratificação objeto desta lei.

Art. 6º O servidor no exercício da função gratificada de Diretor Responsável Técnico terá como atribuições, as descritas para o cargo de médico na legislação do Município de Schroeder e aquelas referentes à direção e responsabilidade técnica nos termos da Resolução nº 1.342/91 do Conselho Federal de Medicina.

Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições consignadas para a profissão de médico descrita na legislação do Município de Schroeder, são atribuições do servidor no exercício da função gratificada de Diretor Responsável Técnico:

I – zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor no Município;

II – Assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando o melhor desempenho dos demais profissionais de saúde em benefício da população usuária da rede municipal de saúde;

III – Assegurar o pleno e autônomo funcionamento do diretor técnico referente a Ética Médica;

IV – Executar e fazer executar a orientação dada pela Secretaria em matéria administrativa ao profissional;

V - Representar o Município em suas relações com as autoridades sanitárias, epidemiológicas e outras, quando exigirem a legislação em vigor;

VI – Manter perfeito relacionamento com os demais médicos da Secretaria;

VII – Supervisionar a execução das atividades de assistência médica em cada unidade que tenha profissional médico;

VIII – Assegurar pleno e autônomo funcionamento das Comissões de Ética Médica.

Art. 7º A gratificação de que trata esta Lei possui natureza indenizatória, de caráter excepcional e não integra a remuneração do servidor, e somente é devida mediante efetivo exercício da função, enquanto estiver em vigência a Resolução nº 1.342/91 do Conselho Federal de Medicina.

Art. 8º Para fazer jus ao recebimento da gratificação mensal, o médico Diretor Responsável Técnico deverá cumprir as obrigações definidas no parágrafo único do art. 6º desta lei, bem como ter assiduidade e pontualidade no cotidiano trabalho.

§ 1º Será considerado assíduo o profissional que não tiver nenhuma falta no mês de trabalho, com ou sem justificativa.

§ 2º Será considerado pontual, o profissional que chegar no horário previamente definido para sua jornada de trabalho, salvo situações emergenciais, conforme justificativa aceita pelo gestor municipal de saúde.

§ 3º A comprovação do cumprimento das obrigações constantes no parágrafo único do art. 6º desta Lei será verificada e monitorada pelo gestor municipal de saúde de forma contínua.

Art. 9º A gratificação especial ao médico Diretor Responsável Técnico não será:

I – incorporada ao vencimento, remuneração ou provento;

II – acumulável com outra função;

III – concedida a servidor no período de licença, afastamentos legais, férias regulamentares e no décimo terceiro salário;

IV – base para pagamento de férias e adicionais de 1/3 (um terço);

Art. 10. O médico substituto por meio de contrato temporário fará jus ao recebimento da gratificação especial, desde que cumpra as obrigações definidas no parágrafo único do art. 6º e art. 8º desta lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI COMPLEMENTAR Nº 179/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº179/2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2008, QUE ESTRUTURA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 10, VII, da Lei Complementar n.º 062/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Na execução das atribuições definidas no título anterior, os Órgãos integrantes da Administração Central contarão com a seguinte estrutura administrativa:

VII - Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental:

- a) Diretoria de Saneamento;
- b) Diretoria de Gestão Ambiental;
- c) Setor das "Águas de Schroeder;
- d) Setor Administrativo.”

Art. 2º Mantém-se inalterados os demais incisos do art. 10, da Lei Complementar n.º 062/2008.

Art. 3º O Anexo I e II da Lei Complementar n.º 062/2008 passa a ser o constante da presente Lei Complementar.

Art. 4º Ficam criados os cargos comissionados e funções gratificadas conforme Anexo II da presente Lei Complementar, que substitui aquele constante na Lei Complementar n.º 062/2008.

Art. 5º A descrição dos cargos de Diretor de Gestão Ambiental será feita pelo Executivo Municipal, mediante Decreto.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I - ORGANOGRAMA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI COMPLEMENTAR Nº179/2015

ANEXO II

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

A	R\$ 255,13	
FG-1	B	R\$ 510,25
	C	R\$ 765,39
A	R\$ 382,69	
FG-2	B	R\$ 765,38
	C	R\$ 1.148,06
	A	R\$ 510,24
FG-3	B	R\$ 1.020,49
	C	R\$ 1.530,74
	A	R\$ 722,05
FG-4	B	R\$ 1.444,09
C	R\$ 2.166,15	

	A	R\$ 934,05
FG-5	B	R\$ 1.868,01
C	R\$ 2.802,15	

NÍVEIS ESPECÍFICOS PARA OS COMISSIONADOS

NÍVEL	BASE (R\$)
1	R\$ 1.530,73
2	R\$ 1.913,41
3	R\$ 3.138,03
4	R\$ 3.610,26
5	R\$ 4.810,26

GABINETE DO PREFEITO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Procurador Municipal	01	5	FG-5
Controlador Municipal	01	3	FG-3
Chefe de Gabinete	01	2	FG-2
Secretário Executivo	01	2	FG-2
Agente de Controle Interno (Obrigatoriamente Servidor Efetivo)	01	-	FG-3
Diretor de Convênios	01	2	FG-2
Diretor do PROCON	01	2	FG-2
Secretário do PROCON	01	1	FG-1
Assessor Jurídico	02	4	FG-4
Diretor Municipal de Defesa Civil	01	2	FG-2
Secretário Executivo de Defesa Civil	01	1	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças	01	Lei Específica	
Diretor de Finanças	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento	01	02	FG-2
Diretor de Informática	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Humanos	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Materiais	01	02	FG-2
Diretor de Tributação	01	02	FG-2
Secretário de Gabinete	01	01	FG-1
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças	14	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	01	Lei Específica	
Coordenador Administrativo	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Esporte e Lazer	01	02	FG-2
Diretor de Unidade de Ensino	12	02	FG-2
Diretor de Cultura	01	02	FG-2
Orientador Escolar	06	02	FG-2
Supervisor Escolar	03	02	FG-2
Assessor de Cultura	04	01	FG-1
Assessor de Educação	08	01	FG-1
Assessor de Esporte e Lazer	04	01	FG-1
Secretário de Unidade de Ensino	06	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Saúde	01	Lei Específica	
Diretor de Saúde	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Coordenador da Atenção Básica	01	02	FG-2
Assessor de Saúde	10	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Cargo	Vagas	Nível	Função

Secretário de Assistência Social	01	Lei Específica	
Diretor de Assistência Social	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Coordenador de CRAS	01	01	FG-1
Coordenador de CREAS	01	01	FG-1
Assessor de Assistência Social	04	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Obras e Serviços Urbanos	01	Lei Específica	
Diretor de Obras e Serviços Urbanos	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento Urbano	01	02	FG-2
Assessor de Obras e Serviços Urbanos	08	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	01	Lei Específica	
Diretor de Agricultura	01	02	FG-2
Diretor de Indústria, Comércio e Turismo	01	02	FG-2
Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	05	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Águas, Saneamento e Gestão Ambiental	01	Lei Específica	
Diretor de Saneamento	01	02	FG-2
Diretor de Gestão Ambiental	01	02	FG-2
Assessor de Saneamento e Gestão Ambiental	03	01	FG-1

LEI Nº 2.149/2015

LEI Nº2.149/2015

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR A COBRANÇA DE INGRESSOS E PAGAMENTO DE PRÊMIOS NO 23º TORNEIO DE VERÃO ABERTO DE FUTSAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar a cobrança de ingressos para as semifinais e finais do 23º Torneio de Verão Aberto de Futsal, conceder premiação em dinheiro aos vencedores, bem como cobrar taxa de inscrição das equipes participantes. O evento será realizado no município de Schroeder, com início no dia 12 de fevereiro de 2016 e término em março de 2016.

I – Os valores dos ingressos a serem cobrados serão os seguintes:

- a) R\$ 5,00 (cinco reais) para a entrada aos jogos das semifinais;
- b) R\$ 5,00 (cinco reais) para a entrada aos jogos das finais.

Parágrafo único. Os ingressos poderão ser cobrados pela entrada no período de competição, e permitirão com que o torcedor assista a todos os jogos que ocorram naquele período de ingresso.

II – O Poder Público Municipal providenciará as formas de cobrança, de modo que, ao final, todo o valor arrecadado seja depositado nos cofres da Municipalidade, a título de “Receitas Diversas”.

III – Fica assegurada, nos termos da Lei Estadual nº12.570/03, a todos os jovens com idade até o limite máximo de dezoito anos, e/ou aos estudantes, independentemente da idade, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, oficialmente reconhecidos, de nível fundamental, médio e superior, e técnico profissionalizante, devidamente identificado, cinquenta por cento de abatimento sobre o preço efetivamente cobrado na entrada do evento.

Art. 2º Fica da mesma forma autorizado o Poder Público Municipal a oferecer premiação em dinheiro aos vencedores do 23º Torneio de Verão Aberto de Futsal, na seguinte ordem:

- a) R\$10.000,00 (dez mil reais) para a equipe classificada em 1º lugar;
- b) R\$6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) para a equipe classificada em 2º lugar;

c) R\$3.250,00 (três mil e duzentos e cinquenta reais) para a equipe classificada em 3º lugar;

d) R\$1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais) para a equipe classificada em 4º lugar.

Parágrafo único. Os recursos destinados à premiação serão oriundos da receita auferida por meio das inscrições das equipes, vendas dos ingressos dos jogos, patrocínios captados, bem como das dotações específicas do Setor de Esportes, caso não haja saldo suficiente naquela rubrica.

Art. 3º A taxa de inscrição das equipes para participação no respectivo torneio será de R\$600,00 (seiscentos reais), a serem recolhidos aos cofres da Municipalidade a título de "Receitas Diversas".

Art. 4º Fica autorizado o Poder Público Municipal a buscar apoio e patrocínio junto à sociedade civil para a consecução dos objetivos deste evento esportivo, podendo tal apoio ser objeto de divulgação durante o transcurso do evento e ainda serem utilizados para custear as premiações contempladas nesta Lei.

Art. 5º O Poder Público Municipal prestará contas dos eventos qualificados nesta Lei, diretamente à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 60 (sessenta dias) a contar do término do mesmo, incluindo nesta prestação todo o apoio recebido.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

LEI Nº 2.150/2015

LEI Nº2.150/2015

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR A COBRANÇA DE TAXA DE INSCRIÇÃO E CONCEDER PREMIAÇÃO NOS EVENTOS ESPORTIVOS DISCRIMINADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar a cobrança de taxa de inscrição e pagamento de premiação, nos eventos discriminados no Anexo I da presente Lei.

§ 1º O total gasto com a premiação poderá ser de até R\$21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais) divididos por evento na forma do Anexo I.

§ 2º O Poder Público Municipal providenciará as formas de cobrança, de modo que, ao final, todo o valor arrecadado seja depositado nos cofres da Municipalidade, a título de "Receitas Diversas".

§ 3º Os recursos destinados à premiação serão oriundos da receita auferida por meio da cobrança das taxas de inscrição, bem como das dotações específicas da Diretoria de Esporte e Lazer, caso não haja saldo suficiente naquela rubrica.

Art. 2º Os regulamentos dos torneios conterão disposições específicas sobre sua coordenação e seu desenvolvimento, mantidas as especificações determinadas nesta Lei.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Público Municipal a buscar apoio/patrocínio junto à sociedade civil para a consecução dos objetivos destes eventos esportivos, podendo tal apoio ser objeto de divulgação durante o transcurso dos eventos.

Art. 4º O Poder Público Municipal prestará contas dos eventos qualificados nesta Lei, diretamente à Câmara Municipal de Vereadores, no mês de dezembro do ano em exercício, incluindo nesta prestação todo o apoio recebido.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I

TABELA DE EVENTOS / ATIVIDADE

Realização/ Mês	Taxa de Inscrição	Evento / Atividade	Premiação Individual (R\$)	Premiação Total
Março a Maio	R\$ 150,00 por equipe	31º Campeonato Municipal de Bocha Previsão de 12 a 15 equipes p/ 2016	1º 1.200,00 2º 600,00 3º 400,00 4º 300,00	R\$ 2.500,00
Abril, Maio, Junho	R\$ 250,00 por equipe	30º Campeonato Municipal de Futebol de Campo Previsão de 06 a 08 equipes p/ 2016	1º 1.200,00 2º 700,00 3º 350,00 4º 250,00	R\$ 2.500,00
Abril Maio	R\$ 150,00 por equipe	25º Campeonato Municipal Sênior (Veterano) (Nascidos em 1981, 1980...) Previsão de 08 a 10 equipes para 2016	1º 600,00 2º 300,00 3º 200,00 4º 150,00	R\$ 1.250,00
Maio Junho	R\$ 100,00 por equipe	6º Campeonato Municipal de Bocha Feminina Previsão de 06 a 08 equipes para 2016	1º 400,00 2º 300,00 3º 200,00 4º 100,00	R\$ 1.000,00
Julho	R\$ 150,00 por equipe	9º Torneio Aberto de Voleibol Mace. e Fim. Previsão de 10 a 15 equipes para 2016	1º 400,00 2º 200,00 3º 150,00	R\$750,00 (mascu- lino) R\$750,00 (feminino) TOTAL PREMIAÇÃO R\$ 1.500,00
Julho Agosto	R\$ 100,00 por equipe	3º Torneio Municipal de Futsal Adulto Feminino Previsão de 06 a 08 equipes para 2016	1º 300,00 2º 200,00 3º 150,00 4º 100,00	R\$ 750,00
Julho Agosto	R\$ 150,00 por equipe	17º Campeonato Municipal Máster (Nascidos em 1971, 1970...) Previsão de 06 equipes para 2016	1º 400,00 2º 250,00 3º 200,00 4º 150,00	R\$1.000,00
Julho Agosto	R\$ 150,00 por equipe	31º Campeonato Municipal de Futsal Adulto Masculino Previsão de 16 a 20 equipes para 2016	1º 1.500,00 2º 750,00 3º 500,00 4º 250,00	R\$ 3.000,00
Setembro	R\$ 100,00 por equipe	4º Campeonato Municipal de Futebol Suíço Previsão de 25 equipes para 2016	1º 1.500,00 2º 750,00 3º 500,00 4º 250,00	R\$ 3.000,00
Setembro Outubro	R\$ 100,00 por equipe	10º Campeonato Municipal de Bocha para Casais Previsão de 10 equipes para 2016	1º 500,00 2º 300,00 3º 200,00 4º 100,00	R\$ 1.100,00
Outubro	R\$60,00 por equipe	1º Torneio de Voleibol de Areia Previsão de 16 a 20 equipes para 2016	1º Masc. 300,00 2º Masc. 100,00 1º Fim 300,00 2º Fim 100,00	R\$400,00 (mascu- lino) R\$400,00 (feminino) TOTAL PREMIAÇÃO R\$ 800,00
Outubro		1ª Corrida Rústica	Diversas Categorias	R\$ 3.000,00
Outubro Novembro	Não há cobran- ça de Taxa de Inscrição	7º Campeonato Municipal Supermáster (nascidos em 1966, 1965...)	Não há premiação em dinheiro	
Novembro	Não há cobran- ça de Taxa de Inscrição	3ª Bocha Livre	Não há premiação em dinheiro	
TOTAL				R\$ 21.400,00

1- É importante ressaltar que em todos os eventos acima citados inclui-se na premiação a entrega de troféus e medalhas as equipes, assim como troféus de artilheiro, goleiro menos vazado, participação dentre outras, conforme especificações de cada evento.

2- Os valores de premiação estão baseados na previsão do número de equipes inscritas e assim proporcionalmente aos valores arrecadados em cada evento, bem como o valor da taxa de inscrição varia de acordo com o número de atletas inscritos por equipe.

3- Eventos Escolares, Categorias de Base, Fesporte, Federações e demais entidades, também integram o Calendário de Eventos Esportivos do Município.

Calendário sujeito a alterações!

LEI Nº 2.151/2015

LEI Nº2.151/2015

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº. 2.130/2015 QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 4º da Lei nº. 2.130/2015, que Dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas, e dá Outras Providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º [...]

Parágrafo único. A escolha da representação das Entidades sem fins lucrativos se dará através de Fórum próprio.”

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Lei nº2.130/2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.153/2015

LEI Nº.2.153/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BRDE – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE EXTREMO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BRDE – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE EXTREMO SUL, com a garantia da União, até o valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), no âmbito do PROGRAMA BRDE/MUNICÍPIOS, destinados à Pavimentação de via, Pavimentação de via rural: estrada vicinal e via rural; observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo “pro solvendo”, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

LEI Nº 2.154/2015

LEI Nº2.154/2015

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL A CONCEDER GRATIFICAÇÃO NATALINA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder gratificação aos servidores efetivos e comissionados da Câmara de Vereadores de Schroeder, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a ser paga juntamente com o salário do mês de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas para execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 3 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.259/2015, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.259/2015, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do servidor, Sr. Romeu Deretti, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO 009/2015 – CMDCA

RESOLUÇÃO 009/2015 – CMDCA

Aprova inscrição do Programa de Apoio e Atendimento à Criança e ao Adolescente da Secretaria de Assistência Social.

O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente do Município de Schroeder -CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei 2.097 de 1º de abril de 2015, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a inscrição do Programa de Apoio e Atendimento à Criança e ao Adolescente - Secretaria de Assistência Social junto a este conselho, sob o nº 002/2015, conforme deliberação em ata nº 13 de 03 de dezembro de 2015;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 04 de dezembro de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO 010/2015 – CMDCA

RESOLUÇÃO 10/2015 – CMDCA

Aprova projeto Espaço Livre – Rodas Cantadas, Danças Circulares e Jogos Cooperativos a ser financiado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente do Município de Schroeder -CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei 2097 de 1º de abril de 2015, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar projeto Espaço Livre – Rodas Cantadas, Danças Circulares e Jogos Cooperativos a ser financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, conforme Edital 006/2015;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 04 de dezembro de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ATA TOMADA DE PREÇOS 18/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 18/2015 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 275/2015 Data do Processo: 12/11/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 228/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de piso do pátio coberto com área total 420m², na Escola Prof. Clarice Jacobi, localizada na Rua Alberto Winter, Bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que a representante da empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME, está credenciada para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME não apresentou "Atestado de responsabilidade técnica acompanhado da CAT Específica (Certidão de Acervo Técnico Específica emitido pelo CREA/CAU) ou apenas a RACT (Registro de Atestado de Aptidão ou Capacidade Técnica emitida pelo CREA/CAU) por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto licitado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa", sendo que apresentou somente a CAT não apresentando o Atestado Registrado no CAU, documento exigido no edital no item 8.1.18, sendo assim a empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, sendo assim a empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME está inabilitada. Diante do exposto será concedido o prazo de oito dias úteis, sendo até o dia 16 de dezembro de 2015, para apresentação de nova documentação de habilitação em novo envelope de habilitação lacrado, de acordo com o edital no item 12.10 "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993.", caso contrário a empresa será considerada inabilitada. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata a participante.

Schroeder, 4 de Dezembro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egídio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ADRIANA LAURA KUSKOWSKI WILPERT	- - Representante
---------------------------------	-------------------------

Serra Alta

PREFEITURA

4º ADITIVO AO CONTRATO - ECT

4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912291260 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA		
CNPJ: 80.622.319/0001-98	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: Prefeitura Municipal	Ramo de Atividade: 84.11-6-00: Administração Pública em geral	
Endereço: Rua Dom Pedro II, 830		
Cidade: Serra Alta	UF: SC	CEP: 89871-000
Telefone: (49) 3364 - 0092		FAX (49) 3364 0092
Endereço Eletrônico: compras@serraalta.sc.gov.br		
Nome do Responsável: Francisco Artur Both		
Cargo: Prefeito Municipal	RG: 6111000632	CPF: 353.597.570-00

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina		CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Diretor Regional: Paulo Oliveira de Andrade		
RG: 1.723.100-0 SSP/SC	CPF: 609.711.699-34	
Gerente da Macrorregião Comercial 4/VIENC: Carlos Henrique Richter		
RG: 1.919.622/PR	CPF: 392.695.319-53	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, o 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912291260, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, 01/01/2016 até 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.47 – Serviços de comunicação geral

Projeto/Atividade: 2.300 – Manutenção da Administração Geral

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Serra Alta/SC, 07 de Dezembro de 2015.

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Francisco Artur Both		Paulo Oliveira de Andrade
Prefeito Municipal		Diretor Regional
		Carlos Henrique Richter
		Gerente da Macrorregião Comercial 4/VIENC

TESTEMUNHAS:

Vanderli Rui de Gaspari		
Secr		
CPF: 418.827.760-20		

EXTRATO CONTRATUAL Nº 027/2015-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015-FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	027/2015-FMS
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	DENTAL OESTE EIRELI EPP.
Objeto	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 06 – CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA, Marca Kavo e o item nº 09 – COMPRESSOR ODONTOLÓGICO, Marca Cristófoli, referente a Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes destinados a equipar o ambiente da Unidade de Saúde Municipal, em especial o Consultório Odontológico, objetivando dispor de uma estrutura viável e funcional para os profissionais e pacientes poderem desfrutar bem de cada espaço. Além disso, alguns equipamentos são necessários para atendimentos emergenciais. Os dados dos itens supracitados deverão estar com observância nas descrições e características, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital em epígrafe; Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 011/2015 - FMS, juntamente com seus anexos e proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.

Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais).
Vigência....	07/12/2015 á 31/12/2015.
Dotação	Orçamento vigente: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA 10.01 – Fundo Municipal de Saúde 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 44.90.00 DR0035/DR 1464
SERRA ALTA/SC, 07 de Dezembro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 028/2015-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015-FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	028/2015-FMS
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	ODONTOMEDI – PROD. ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.
Objeto	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 02 – APARELHO DE RX ODONTOLÓGICO, Marca XDENT X70, o item nº 05 – JATO DE BICARBONATO, Marca Schuster Jetlax Uno e o item nº 11 – FOTOPOLIMERIZADOR, Marca Schuster Emitter G, referenda Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes destinados a equipar o ambiente da Unidade de Saúde Municipal, em especial o Consultório Odontológico, objetivando dispor de uma estrutura viável e funcional para os profissionais e pacientes poderem desfrutar bem de cada espaço. Além disso, alguns equipamentos são necessários para atendimentos emergenciais. Os dados dos itens supracitados deverão estar com observância nas descrições e características, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital em epígrafe; Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 011/2015 - FMS, juntamente com seus anexos e proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 7.349,00 (Sete mil, trezentos e quarenta e nove reais).
Vigência....	07/12/2015 á 31/12/2015.
Dotação	Orçamento vigente: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA 10.01 – Fundo Municipal de Saúde 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 44.90.00 DR0035/DR 1464
SERRA ALTA/SC, 07 de Dezembro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 029/2015-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015-FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	029/2015-FMS
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Contratada	LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.
Objeto	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 01 – DESTILADOR DE ÁGUA, Marca Cristófoli, o item nº 04 – AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA, Marca Cristófoli e o item nº 15 – CADEIRA DE RODAS HOSPITALAR PARA OBESO, Marca Ortobrás, referente a Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes destinados a equipar o ambiente da Unidade de Saúde Municipal, em especial o Consultório Odontológico, Farmácia, Sala de Espera e o Departamento Administrativo, objetivando dispor de uma estrutura viável e funcional para os profissionais e pacientes poderem desfrutar bem de cada espaço. Além disso, alguns equipamentos são necessários para atendimentos emergenciais. Os dados dos itens supracitados deverão estar com observância nas descrições e características, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital em epígrafe; Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 011/2015 - FMS, juntamente com seus anexos e proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 13.720,00 (Treze mil, setecentos e vinte reais).
Vigência....	07/12/2015 á 31/12/2015.
Dotação	Orçamento vigente: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA 10.01 – Fundo Municipal de Saúde 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 44.90.00 DR0035/DR 1464
SERRA ALTA/SC, 07 de Dezembro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 030/2015-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015-FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	030/2015-FMS
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI.
Objeto	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 03 – NEGATOSCÓPIO, Marca Biotron, o item nº 07 – MOCHO, Marca Victor Móveis, o item nº 08– ULTRASSOM ODONTOLÓGICO, Marca Ortus e o item nº 10- BOMBA A VÁCUO, Marca Deltramed, referente a Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes destinados a equipar o ambiente da Unidade de Saúde Municipal, em especial o Consultório Odontológico, objetivando dispor de uma estrutura viável e funcional para os profissionais e pacientes poderem desfrutar bem de cada espaço. Além disso, alguns equipamentos são necessários para atendimentos emergenciais. Os dados dos itens supracitados deverão estar com observância nas descrições e características, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital em epígrafe; Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 011/2015 - FMS, juntamente com seus anexos e proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 5.803,00 (Cinco mil, oitocentos e três reais).
Vigência....	07/12/2015 á 31/12/2015.
Dotação	Orçamento vigente: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA 10.01 – Fundo Municipal de Saúde 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 44.90.00 DR0035/DR 1464
SERRA ALTA/SC, 07 de Dezembro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 031/2015-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015-FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	031/2015-FMS
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME.
Objeto	<p>A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens: nº 13 – TELEVISOR 42”, Marca AOC, o item nº 21 – MESA PARA ESCRITÓRIO FORMATO EM “L”, Marca JP Móveis, o item nº 22– MESA PARA COMPUTADOR, Marca JP Móveis, item nº 25 e 26- MESA PARA IMPRESSORA, Marca JP Móveis, item nº 28 ROTEADOR LAN (WIRELESS), Marca TP-Link, item nº 32 ARMÁRIO 02 PORTAS, Marca JP Móveis e o item nº 34 – MICROCOMPUTADOR, Marca Centriunreferentea Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes destinados a equipar o ambiente da Unidade de Saúde Municipal, em especial o Consultório Odontológico, Farmácia, Sala de Espera e o Departamento Administrativo, objetivando dispor de uma estrutura viável e funcional para os profissionais e pacientes poderem desfrutar bem de cada espaço. Além disso, alguns equipamentos são necessários para atendimentos emergenciais. Os dados dos itens supracitados deverão estar com observância nas descrições e características, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital em epígrafe;</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 011/2015 - FMS, juntamente com seus anexos e proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.</p>
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 20.546,00 (Vinte mil, quinhentos e quarenta e seis reais).
Vigência....	07/12/2015 á 31/12/2015.
Dotação	Orçamento vigente: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA 10.01 – Fundo Municipal de Saúde 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 44.90.00 DR0035/DR 1464
SERRA ALTA/SC, 07 de Dezembro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 032/2015-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015-FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	032/2015-FMS
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto	<p>GESUL COMERCIAL LTDA.</p> <p>A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens: nº 12 – AR CONDICIONADO 24.000BTUS, Marca Komeco, o item nº 14 – BALDE A PEDAL/LIXEIRA EM AÇO COM NO MÍNIMO 15LTS, Marca UTILIZA, o item nº 16– BEBEDOURO/PURIFICADOR, Marca Libell, item nº 17- ESTANTE DE AÇO, Marca RCH, item nº 19ARQUIVO DE AÇO, Marca RCH, item nº 23 AQUECEDOR PORTÁTIL, Marca Cadence, oitem nº 24– AR CONDICIONADO 12.000BTUS, Marca Komeco, item nº 27– CADEIRA COM BASE GIRATÓRIA A GÁS, Marca Frisokar, item nº 29 – NOBREAK, Marca TsShara, item nº 30 e 31 – IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL E MONOCROMÁTICA LASER, Marca HP e o item nº 33 – ARMÁRIO VITRINE EM AÇO/FERRO PINTADO, Marca Dreyer, referente a Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes destinados a equipar o ambiente da Unidade de Saúde Municipal, em especial o Consultório Odontológico, Farmácia, Sala de Espera e o Departamento Administrativo, objetivando dispor de uma estrutura viável e funcional para os profissionais e pacientes poderem desfrutar bem de cada espaço. Além disso, alguns equipamentos são necessários para atendimentos emergenciais. Os dados dos itens supracitados deverão estar com observância nas descrições e características, conforme especificações constantes no Anexo D do Edital em epígrafe;</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 011/2015 - FMS, juntamente com seus anexos e proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.</p>
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos bens objetos licitados o valor total proposto de R\$ 18.283,00 (Dezoito mil, duzentos e oitenta e três reais).
Vigência....	07/12/2015 á 31/12/2015.
Dotação	<p>Orçamento vigente:</p> <p>10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA</p> <p>10.01 – Fundo Municipal de Saúde</p> <p>2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 44.90.00 DR0035/DR 1464</p>
SERRA ALTA/SC, 07 de Dezembro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

Sul Brasil

PREFEITURA

PORTARIA 047/2015

PORTARIA Nº 047, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal JANETE RAMOS HAMMERSCHMITT ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 19 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.01.2014 a 13.01.2015 a serem gozadas no período de 02.12.15 a 20.12.2015.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

02 de dezembro de 2015.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

PREGÃO 037/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO

PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E CANOS E CONEXÕES EM PVC PARA REDE DE ÁGUA

Processo Administrativo Nº.:063/2015	Pregão Presencial nº.:037/2015
--------------------------------------	--------------------------------

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Edital correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente.

1. DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina - CEP 89855-000, através de seu PREFEITO MUNICIPAL Sr. Eder Ivan Marmitt, e pelo PREGOEIRO, designado pelo Decreto nº 181/2015, comunicam os interessados que está realizando o Processo Administrativo nº.063/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 038/2015, do tipo "Menor preço por Item", de conformidade com a Lei nº.10.520 de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº.049/2006, e nos termos deste Edital, realizará Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para o fornecimento, de forma parcelada, de Sêmen Bovino ao município de Sul Brasil/SC, conforme objeto descrito no Anexo I.

Com vencimento para a entrega dos envelopes, contendo os documentos para habilitação e proposta no(a) no Centro Administrativo Municipal, para o vinte e dois do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze (22/12/2015), (terça-feira) às 08:30 horas e a abertura do invólucro da documentação de habilitação a realizar-se no dia vinte e dois do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze (22/12/2015), (terça-feira) às 09:00 horas, no Centro Administrativo Municipal, situado à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil/SC.

2. DO OBJETO

A presente licitação na modalidade Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E CANOS E CONEXÕES EM PVC PARA REDE DE ÁGUA para o município de Sul Brasil/SC.

OBSERVAÇÕES:

I - O objeto da licitação é a escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s) na contratação de empresa(s) para fornecimento de REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E CANOS E CONEXÕES EM PVC PARA REDE DE ÁGUA, ou seja, conforme itens especificados no Anexo I deste edital.

II - A entrega do Objeto ora licitado será de acordo com a necessidade de consumo do município, pelo prazo de 12 meses, contados a partir da assinatura da Ata, podendo ser prorrogado, por igual período, DESDE que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do vencimento da Ata, e de conformidade com o estabelecido nas Leis nº.8.666/93 e 8.883/94. E deverá ser entregue:

a) Na garagem da Prefeitura Municipal de Sul Brasil/SC, sem quaisquer ônus para o Município.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DE RECEBIMENTO:

RECEBIMENTO DAS CREDENCIAIS, PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:

Impreterivelmente às 08:30 horas do dia 22/12/2015

LOCAL: Sala do Departamento de Compras, no Centro Administrativo Municipal, situado à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil/SC.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

Processo Administrativo nº.063/2015.

Pregão Presencial nº.037/2015

E-mail: sulbrasil@sulbrasil.sc.gov.br

Fone: (49)33670030

Horário de expediente: das 07:30 às 11:30 hs e 13:30 às 17:30 hs. Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

I- Modelo de Proposta;

II- Aspectos gerais da licitação (Termo de Referência);

III- Relação dos documentos de habilitação;

IV- Modelo de Declaração "cumpre plenamente os requisitos de habilitação";

V- Modelo de Carta de Credenciamento;

VI- Modelo de Declaração de Conhecimento e aceite dos Termos do Edital;

VII- Modelo Declaração que não possui empregados menores;

VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

IX - Lista de Itens com o valor máximo admitido.

3. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

3.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital.

3.2 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no Preâmbulo deste Edital, cabendo ao Prefeito Municipal decidir sobre a impugnação até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.1 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no Edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Estarão impedidos de participar de quaisquer fases do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das seguintes situações a seguir:

I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto do parágrafo único do art. 97, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

II - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigentes de qualquer esfera governamental da Administração Municipal;

III - Empresa em consórcio.

5. DO CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1 O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo V), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto).

5.2 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por Servidor Público do MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

5.3 Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo, exceto o documento de identificação que será efetuado Xerox e devolvido ao portador.

5.4 A não apresentação dos documentos para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

5.5 Cada representante poderá representar um único licitante.

5.6 As microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos benefícios constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar fora dos envelopes Nº 01 e 02, no ato do credenciamento, Declaração que pretende gozar do benefícios, juntamente com Certidão da Junta Comercial comprovando a situação que é Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, autenticada em cartório.

5.7 Os envelopes contendo as propostas comerciais e os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues fechados (e indevassáveis) na data e horário previsto no preâmbulo deste Edital e, na seguinte forma:

5.7.1 ENVELOPE PROPOSTA:

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE

REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/20145

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E CANOS E CONEXÕES EM PVC PARA REDE DE ÁGUA

5.7.2 ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO:

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE

REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL Nº037/2015

ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E CANOS E CONEXÕES EM PVC PARA REDE DE ÁGUA

5.8 O envelope nº.1 (proposta) deverá conter todos os requisitos exigidos no item 09 deste Edital, enquanto que o envelope nº.2 (documentação) deverá conter a documentação exigida no Anexo III

5.9 No ato da entrega dos envelopes ao Pregoeiro, o licitante deverá entregar, também e separadamente, Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (art. 4º, inciso VII, Lei 10.520/2002), podendo utilizar-se do modelo constante do Anexo IV do presente Edital.

6. OBJETO DA LICITAÇÃO

6.1 A descrição detalhada do objeto e demais informações consta no Anexo II deste Edital.

7. DA CONDIÇÃO DO CERTAME PELO PREGOEIRO

7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

I - Credenciamento dos interessados;

II - Recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

III - A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos licitantes;

IV - A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou lance de menor preço;

V - Adjudicação da proposta de menor preço;

VI - A elaboração de Ata;

VII - A condução dos trabalhos da equipe de apoio;

VIII - Recebimento, exame e encaminhamento dos recursos, caso existam, ao Prefeito Municipal para decisão com prévio relatório;

IX - Encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

8. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

I - Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

II – Que forem superiores aos valores de mercado admitidos por item, bem como se mostrarem inexequíveis.

8.2 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.3 As propostas classificadas serão selecionadas para etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

I - Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores e observado o disposto no inciso II do item 8.1;

II - Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes. Neste caso, também, será observado o disposto no inciso II, do item 8.1.

8.4 Os valores máximos admitidos por item estão descritos no Anexo IX deste edital

9. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – SESSÃO PÚBLICA/LANCES

9.1 Após a fase de “Classificação das Propostas”, o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública”, da qual só poderão participar os licitantes que tiverem suas propostas classificadas na fase anterior.

9.1.1 Na fase da “Sessão Pública”, os representantes dos licitantes deverão estar presentes na sala de reuniões da sede do Município de Sul Brasil/SC, para a etapa de lances. A ausência do representante do licitante no horário previsto no preâmbulo deste Edital indicará que não há interesse deste na apresentação de lances.

9.1.2 Após as devidas orientações e recomendações, ao Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formularem lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.1.3 O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.1.4 A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances, mantendo-se o último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

9.1.5 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.

9.1.6 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.

9.2 No caso de não existirem lances verbais, serão considerados os valores obtidos na etapa de “Abertura das Propostas”, desde que verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, ainda, o Pregoeiro negociar diretamente com o licitante, visando obter reduções adicionais de preços.

10. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

10.1 Ao final da etapa de lances, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação do licitante vencedor.

10.2 Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do(a) participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o(a) participante para que seja obtido preço melhor.

10.2.1 O Pregoeiro, observando o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002

10.3 Constatando-se o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao (à) autor (a) da proposta ou lance de menor preço.

10.3.1 O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

11. DAS PROPOSTAS

11.1 São requisitos da proposta de preços:

I - Ser preenchida, preferencialmente, através do Anexo I do presente, sem emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade, por meio mecânico ou em papel com timbre do licitante;

II - Conter preço unitário e total para todos os itens, já inclusas as despesas com mão-de-obra para o abastecimento quando cabível,

seguros, impostos e todos os demais encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e outros tributos pertinentes;

III - Conter identificação do licitante;

IV - Vigência contratual: de acordo com as normas previstas no Anexo II do Edital;

V - Conter assinatura do representante da pessoa jurídica licitante;

VI - Validade da proposta: 60 dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.

11.2 A omissão da indicação na proposta dos incisos "IV" e "VI" do item anterior, implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

11.3 Em circunstâncias excepcionais, antes do término do período original de validade das propostas, a Pregoeiro poderá solicitar que os licitantes estendam o período de validade das propostas para um período específico adicional. Essa solicitação, bem como as respostas dos proponentes, será feitas por escrito via fax-símile ou e-mail. O proponente poderá recusar a solicitação, resultando na desistência da participação do processo licitatório, sem que a ele sejam imputadas penalidades por tal ato.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 A Administração designará o responsável pelo setor de compras ou os Secretários Municipais ou a quem eles designarem para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do fornecimento dos produtos, o qual se manifestará antes da realização do pagamento à respectiva beneficiária, sobre o desempenho da mesma, no cumprimento de suas obrigações.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 A Tesouraria efetuará o pagamento à empresa CONTRATADA da seguinte forma:

13.2 Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da licitante vencedora que desaprove a liquidação da despesa pela Gerência de Tesouraria, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias.

13.3 O preço a ser pago será o constante da proposta da licitante vencedora.

14. DO REAJUSTE

14.1 O preço cotado não será reajustado ou alterado.

15. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

15.1 O critério de julgamento será exclusivamente o de Menor Preço Unitário ofertado.

15.2 Para fins de julgamento, serão considerados preços com ATÉ 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS, após a virgula.

15.3 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

15.4 Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

15.5 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

15.6 Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

15.7 Constatado o atendimento pleno às exigências edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

15.8 Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarado vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

15.9 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

15.10 Verificada a condição de empate entre duas ou mais propostas finais, será assegurada preferência de contratação para os empresários, microempresas ou empresas de pequeno porte.

15.11 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelos empresários, microempresas ou empresas de pequeno

porte seja até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

15.12 Para efeito, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o empresário, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, dentro do prazo de 05 (cinco) minutos (sob pena de preclusão), proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação do empresário, microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocados as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese anterior, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo previsto na alínea anterior;

c) na hipótese da não-contratação nos termos previstos nas alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

d) o disposto neste item (15.8) somente se aplicará quando a melhor oferta final não tiver sido apresentada por empresário, microempresa ou empresa de pequeno porte;

16. DOS RECURSOS

16.1 Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado (a) legalmente ou não identificado (a) no processo para responder pelo (a) licitante.

16.2 A falta de manifestação imediata e motivada, no final de cada Sessão, importará na decadência do direito de recurso.

16.3 Após a manifestação imediata, o licitante terá prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando desde logo intimados os demais licitantes para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término de prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.4 A manifestação do recurso deverá ser, obrigatoriamente, registrada em ata, bem como conter a síntese das razões do recorrente.

16.5 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor recurso pelo (a) licitante.

16.6 Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

16.7 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17. DAS SANÇÕES

17.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

17.2 O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

17.2.1 Advertência;

17.2.2 Multa;

17.2.3 No caso do não cumprimento do prazo de entrega do objeto, será aplicável, à CONTRATADA, uma multa moratória de valor equivalente a 10% da contratação, sem prejuízo as demais penalizações atinentes ao descumprimento da avença;

17.2.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº.87 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, garantida a ampla defesa, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato limitado a 10% do valor contratual.

17.2.5 Multa de dez por cento (10%) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de cinco (05) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

17.3 Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até dois (02) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de, pelo prazo de cinco (05) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

17.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

17.5 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

18. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, ao Setor de Compras e Licitações notificará o PROPONENTE VENCEDOR para assinatura da Ata.

18.2 O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

18.3 A ata de registro de preços a ser firmada entre o Município e a empresa vencedora do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

18.4 É pressuposto de validade das contratações que os preços registrados sejam compatíveis com os praticados no mercado, razão pela qual poderão ser revisados pelo Município de Sul Brasil/SC.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 O Município poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anula-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

19.2 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.3 É facultado o Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.4 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação / inabilitação.

19.5 O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.6 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração Municipal, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7 As decisões referentes a este processo poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou ainda, mediante publicação no Quadro de Avisos do Município.

19.8 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Pregoeira, com observância na legislação regedora.

19.9 A participação do (a) proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

19.10 Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município de Sul Brasil, inclusive membros da Equipe de Apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

19.11 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Modelo/SC.

Sul Brasil - SC, ____ de _____ de 2015.

Prefeito Municipal

ANEXO I

Estado de Santa Catarina
Município de Sul Brasil
Departamento de Licitações
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO N.º.038/2015
PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
 Município de Sul Brasil
 Avenida Doutor José Leal Filho, 589
 Referente: Processo Administrativo nº.063/2015 – Pregão Presencial Para Registro de Preços N.º.037/2015

DADOS DA PROPONENTE

a) Razão Social :

b) Endereço:

c) Telefone:

d) CNPJ:

Assunto : PROPOSTA

Vimos pelo presente encaminhar nossa proposta de preços para o Pregão Presencial Nº 034, instaurada pelo Município de Sul Brasil/SC;

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDADE	UNITARIO	TOTAL
1	CIMENTO CP II (96-01-4236)	sc	100		
2	ARGAMASSA AC I (10-11-7007)	sc	50		
3	TIJOLO 6 FUROS 9X14X19 CM 1000 UNID (96-01-0507)	mil	20		
4	Telha de fibrocimento 2.44 X 1,10 X 6mm (10-11-7657)	un	50		
5	TELHA FIBROCIMENTO 2,13 X1,10 X 6MM (10-11-7699)	un	50		
6	Telha fibrocimento 2.44 x 4 mm (10-11-7664)	un	200		
7	Telha de fibrocimento 2.13 X 1,10 X 4mm (10-11-6764)	un	200		
8	AREIA MEDIA (10-11-6575)	m3	30		
9	AREIA FINA (10-11-6576)	m3	20		
10	BRITA PARA CONSTRUÇÃO (10-11-6589)	m3	50		
11	FERRO DE CONSTRUÇÃO 4,2 MM, BARRA 6 METROS (10-11-0508)	un	60		
12	FERRO DE CONSTRUÇÃO 6,0 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8087)	un	50		
13	FERRO DE CONSTRUÇÃO 8,0 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8088)	un	40		
14	FERRO DE CONSTRUÇÃO 10 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8089)	un	20		
15	ARAME QUEIMADO Nº 18 (10-11-8090)	un	10		
16	PREGO 2 CABEÇAS 17X27 (10-01-8091)	pt	10		
17	Prego 17 X 27 (10-01-5814)	kg	20		
18	Prego 18 X 30 (10-01-5813)	kg	20		
19	Prego 19 x 36 (10-01-5817)	kg	20		
20	prego telheiro 18x36 (10-01-5816)	kg	20		
21	PARAFUSO TELHEIRO (10-03-5894)	un	200		
22	CERAMICA API4 45X45 (96-01-8092)	un	50		
23	alvenarite 5 litros (10-11-0509)	un	15		
24	BLOCO DE CONCRETO 14 X 19 X 39 (10-11-8091)	un	3000		
25	Tábua de eucalipto ou pinus 20 cm x 3 m (10-11-7513)	m3	15		
26	CANO PBA DE 75 MM CL 20, COM BOLSA, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (10-10-0204)	un	250		
27	ANEL DE PBA DE 75 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6689)	un	280		
28	CURVA DE 90° PBA DE 75MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5224)	un	20		
29	LUVA DE CORRER PBA DE 75 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-7877)	un	20		
30	CANO PBA DE 60 MM CL 20, COM BOLSA, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-4254)	un	100		
31	ANEL DE PBA DE 60 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5252)	un	180		
32	CURVA DE 90° PBA DE 60 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6655)	un	20		
33	LUVA DE CORRER PBA DE 60 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2121)	un	20		

34	CANO SOLD. PVC 50 MM, BARRA DE 6M, PARA ÁGUA POTÁVEL . (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-1010)	un	100		
35	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 50 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-4236)	un	20		
36	LUVA DE CORRER PVC DE 50 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL. (10-10-7454)	un	20		
37	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 50 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2585)	un	20		
38	CANO SOLD. PVC 40 MM, BARRA DE 6M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-7417)	un	100		
39	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2451)	un	20		
40	LUVA DE CORRER PVC DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5487)	un	20		
41	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5847)	un	20		
42	CANO SOLD. PVC 32 MM, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-5442)	un	100		
43	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2882)	un	20		
44	LUVA DE CORRER PVC DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-3658)	un	20		
45	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6845)	un	20		
46	CANO SOLD. PVC 25 MM, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-5488)	un	700		
47	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-7468)	un	50		
48	LUVA DE CORRER PVC DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2310)	un	50		
49	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-9687)	un	100		
50	CANO SOLD. PVC 20 MM, BARRA DE 6 M. PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-6879)	un	500		
51	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 20 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2547)	un	50		
52	LUVA DE CORRER PVC DE 20 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-3663)	un	50		
53	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 20 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2588)	un	50		
54	REGISTRO ESFERA SOLD. 75MM (10-10-5874)	un	5		
55	REGISTRO ESFERA SOLD. 60 MM (10-10-2589)	un	5		
56	REGISTRO ESFERA SOLD. 50 MM (10-10-6665)	un	5		
57	REGISTRO ESFERA SOLD. 40 MM (10-10-4424)	un	5		
58	REGISTRO ESFERA SOLD. 32 MM (10-10-1013)	un	5		
59	REGISTRO ESFERA SOLD 25MM (10-10-9696)	un	15		
60	REGISTRO ESFERA SOLD. 20MM (10-10-8855)	un	15		
61	COLA P/ PVC C/ PINCEL 175 G (10-10-8566)	un	30		
62	Fio cobre rigido 10 mm azul rolo 100 metros (10-19-7600)	rl	3		
63	Fio cobre rigido 10 mm branco rolo 100 metros (10-19-8189)	rl	3		
64	Fio cobre rigido 10 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8190)	rl	3		

65	Fio cobre rígido 10 mm verde rolo 100 metros (10-19-8191)	rl	3		
66	Fio cobre rígido 6 mm azul rolo 100 metros (10-19-8192)	rl	5		
67	Fio cobre rígido 6 mm branco rolo 100 metros (10-19-8193)	rl	5		
68	Fio cobre rígido 6 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8194)	rl	5		
69	Fio cobre rígido 6 mm verde rolo 100 metros (10-19-8195)	rl	5		
70	Fio cobre rígido 4 mm azul rolo 100 metros (10-19-8196)	rl	10		
71	Fio cobre rígido 4 mm branco rolo 100 metros (10-19-8197)	rl	10		
72	Fio cobre rígido 4 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8198)	rl	10		
73	Fio cobre rígido 4 mm verde rolo 100 metros (10-19-8199)	rl	10		
TOTAL					

1 - Declaramos ainda que:

- 1 - Examinamos os documentos da Licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaborar a presente Proposta;
- 2 - Estamos cientes e concordamos com os termos da Minuta da Ata;
- 3 - Conhecemos o local e forma de entrega dos produtos e serão entregues nos termos definidos no Edital;
- 4 - Que o prazo de validade da Proposta é de 60 (sessenta) dias;
- 5 - Que nos preços estão contemplados todos os impostos, taxas, fretes, lucros e demais despesas;
- 6 - Que a entrega será conforme necessidade da Administração;
- 7 - Que as condições de pagamento são as constantes no Edital;

2 – Dados do responsável:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA:

Nome:

Profissão, estado civil e nacionalidade:

Identidade:

CPF:

Endereço completo:

LOCAL E DATA

NOME DO RESPONSÁVEL e ASSINATURA
CARGO

Carimbo CNPJ

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.2 Constitui Objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Sêmen Bovino e Materias, para o município pelo período de 12 (doze) meses ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme itens abaixo registrados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDDE	UNITARIO	TOTAL
1	CIMENTO CP II (96-01-4236)	sc	100		
2	ARGAMASSA AC I (10-11-7007)	sc	50		
3	TIJOLO 6 FUROS 9X14X19 CM 1000 UNID (96-01-0507)	mil	20		
4	Telha de fibrocimento 2.44 X 1,10 X 6mm (10-11-7657)	un	50		
5	TELHA FIBROCIMENTO 2,13 X1,10 X 6MM (10-11-7699)	un	50		
6	Telha fibrocimento 2.44 x 4 mm (10-11-7664)	un	200		
7	Telha de fibrocimento 2.13 X 1,10 X 4mm (10-11-6764)	un	200		
8	AREIA MEDIA (10-11-6575)	m3	30		
9	AREIA FINA (10-11-6576)	m3	20		
10	BRITA PARA CONSTRUÇÃO (10-11-6589)	m3	50		
11	FERRO DE CONSTRUÇÃO 4,2 MM, BARRA 6 METROS (10-11-0508)	un	60		
12	FERRO DE CONSTRUÇÃO 6,0 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8087)	un	50		

13	FERRO DE CONSTRUÇÃO 8,0 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8088)	un	40		
14	FERRO DE CONSTRUÇÃO 10 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8089)	un	20		
15	ARAME QUEIMADO Nº 18 (10-11-8090)	un	10		
16	PREGO 2 CABEÇAS 17X27 (10-01-8091)	pt	10		
17	Prego 17 X 27 (10-01-5814)	kg	20		
18	Prego 18 X 30 (10-01-5813)	kg	20		
19	Prego 19 x 36 (10-01-5817)	kg	20		
20	prego telheiro 18x36 (10-01-5816)	kg	20		
21	PARAFUSO TELHEIRO (10-03-5894)	un	200		
22	CERAMICA API4 45X45 (96-01-8092)	un	50		
23	alvenarite 5 litros (10-11-0509)	un	15		
24	BLOCO DE CONCRETO 14 X 19 X 39 (10-11-8091)	un	3000		
25	Tábua de eucalipto ou pinus 20 cm x 3 m (10-11-7513)	m3	15		
26	CANO PBA DE 75 MM CL 20, COM BOLSA, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (10-10-0204)	un	250		
27	ANEL DE PBA DE 75 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6689)	un	280		
28	CURVA DE 90° PBA DE 75MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5224)	un	20		
29	LUVA DE CORRER PBA DE 75 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-7877)	un	20		
30	CANO PBA DE 60 MM CL 20, COM BOLSA, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-4254)	un	100		
31	ANEL DE PBA DE 60 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5252)	un	180		
32	CURVA DE 90° PBA DE 60 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6655)	un	20		
33	LUVA DE CORRER PBA DE 60 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2121)	un	20		
34	CANO SOLD. PVC 50 MM, BARRA DE 6M, PARA ÁGUA POTÁVEL . (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-1010)	un	100		
35	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 50 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-4236)	un	20		
36	LUVA DE CORRER PVC DE 50 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL. (10-10-7454)	un	20		
37	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 50 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2585)	un	20		
38	CANO SOLD. PVC 40 MM, BARRA DE 6M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-7417)	un	100		
39	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2451)	un	20		
40	LUVA DE CORRER PVC DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5487)	un	20		
41	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5847)	un	20		
42	CANO SOLD. PVC 32 MM, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-5442)	un	100		
43	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2882)	un	20		
44	LUVA DE CORRER PVC DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-3658)	un	20		
45	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6845)	un	20		

46	CANO SOLD. PVC 25 MM, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-5488)	un	700		
47	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-7468)	un	50		
48	LUVA DE CORRER PVC DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2310)	un	50		
49	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-9687)	un	100		
50	CANO SOLD. PVC 20 MM, BARRA DE 6 M. PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-6879)	un	500		
51	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 20 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2547)	un	50		
52	LUVA DE CORRER PVC DE 20 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-3663)	un	50		
53	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 20 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2588)	un	50		
54	REGISTRO ESFERA SOLD. 75MM (10-10-5874)	un	5		
55	REGISTRO ESFERA SOLD. 60 MM (10-10-2589)	un	5		
56	REGISTRO ESFERA SOLD. 50 MM (10-10-6665)	un	5		
57	REGISTRO ESFERA SOLD. 40 MM (10-10-4424)	un	5		
58	REGISTRO ESFERA SOLD. 32 MM (10-10-1013)	un	5		
59	REGISTRO ESFERA SOLD 25MM (10-10-9696)	un	15		
60	REGISTRO ESFERA SOLD. 20MM (10-10-8855)	un	15		
61	COLA P/ PVC C/ PINCEL 175 G (10-10-8566)	un	30		
62	Fio cobre rigido 10 mm azul rolo 100 metros (10-19-7600)	rl	3		
63	Fio cobre rigido 10 mm branco rolo 100 metros (10-19-8189)	rl	3		
64	Fio cobre rigido 10 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8190)	rl	3		
65	Fio cobre rigido 10 mm verde rolo 100 metros (10-19-8191)	rl	3		
66	Fio cobre rigido 6 mm azul rolo 100 metros (10-19-8192)	rl	5		
67	Fio cobre rigido 6 mm branco rolo 100 metros (10-19-8193)	rl	5		
68	Fio cobre rigido 6 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8194)	rl	5		
69	Fio cobre rigido 6 mm verde rolo 100 metros (10-19-8195)	rl	5		
70	Fio cobre rigido 4 mm azul rolo 100 metros (10-19-8196)	rl	10		
71	Fio cobre rigido 4 mm branco rolo 100 metros (10-19-8197)	rl	10		
72	Fio cobre rigido 4 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8198)	rl	10		
73	Fio cobre rigido 4 mm verde rolo 100 metros (10-19-8199)	rl	10		
TOTAL					
VALOR POR EXTENSO:					

1.3 O fornecimento dos produtos elencados neste Anexo, serão de acordo com as necessidades do município de Sul Brasil/SC, com a devida autorização de servidor encarregado pela Administração.

1.4 Os produtos cotados deverão ser de primeira linha e de primeiro uso, devendo atender as Normas pertinentes ao objeto desta, sob pena de ser recusado o seu recebimento.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento financeiro de 2015 e 2016.

3. DOS LANCES

3.1 A critério do Pregoeiro e com a concordância de todas as licitantes presentes e credenciadas, através de seus representantes legais, poderá haver um intervalo mínimo entre um lance e outro, registrando-se tal procedência em Ata.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata, ou até que se esgote o valor total estimado, sendo o que ocorrer primeiro.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Responsabilizar-se pelo objeto ora licitado até sua entrega.

5.2 Entregar o objeto ora licitado somente depois de solicitados e somente depois de autorizados pelo Município de Sul Brasil/SC.

5.3 Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto da licitação, sempre que solicitado pelo Município de Sul Brasil/SC.

Prefeito Municipal

ANEXO III

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou por servidor designado do Município de Sul Brasil/SC.

2. O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do participante;
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);
Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "IV";
Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social com última alteração, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores, juntamente com a Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da Comarca ou sede da pessoa jurídica;
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/2011.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

AO

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E CANOS E CONEXÕES EM PVC PARA REDE DE ÁGUA

A _____ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, _____ na cidade de _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

_____, em _____ de _____ 2015.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E CANOS E CONEXÕES EM PVC PARA REDE DE ÁGUA

ABERTURA:

A _____ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, na cidade de _____, credencia como seu representante o Sr. _____ (nome e qualificação), CPF Nº _____ e CI Nº _____ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

_____, em ____ de _____ 2015.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITE DOS TERMOS DO EDITAL

_____, inscrito no CNPJ/MF sob o n. _____, declaro junto ao Município de Sul Brasil – Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 037/2015, referente ao processo licitatório nº 063/2015, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E CANOS E CONEXÕES EM PVC PARA REDE DE ÁGUA, que tenho pleno conhecimento das normas deste edital e concordo com o seu conteúdo, bem como, de que recebi todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

A presente declaração é a expressão da verdade, não podendo ser rasurada nem emendada sob pena de anulação. Nada mais.

, _____ de _____ de 2015.

Nome completo e assinatura do proponente

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS MENORES:

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Processo Licitatório nº 063/2015, sob a modalidade de Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 037/2015, instaurado por esse Município de Sul Brasil/SC. Por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possuem em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito (18) anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis (16) anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente em duas (02) vias de igual forma e teor.

Local e data.

Representante Legal.

ANEXO VIII

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº./2015

PROCESSO Nº 063/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses

Aos dias do mês de do ano de dois mil e treze, o Município de Sul Brasil/SC, inscrito no CNPJ sob nº.95.990.107/0001-30, com sede à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EDER IVAN MARMITT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 037/2015, onde teve a participação dos seguintes interessados:, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) das empresas: CNPJ e CNPJ CNPJ. de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E CANOS E CONEXÕES EM PVC PARA REDE DE ÁGUA, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDDE	UNITARIO	TOTAL
1	CIMENTO CP II (96-01-4236)	sc	100		
2	ARGAMASSA AC I (10-11-7007)	sc	50		
3	TIJOLO 6 FUROS 9X14X19 CM 1000 UNID (96-01-0507)	mil	20		
4	Telha de fibrocimento 2.44 X 1,10 X 6mm (10-11-7657)	un	50		
5	TELHA FIBROCIMENTO 2,13 X1,10 X 6MM (10-11-7699)	un	50		
6	Telha fibrocimento 2.44 x 4 mm (10-11-7664)	un	200		
7	Telha de fibrocimento 2.13 X 1,10 X 4mm (10-11-6764)	un	200		
8	AREIA MEDIA (10-11-6575)	m3	30		
9	AREIA FINA (10-11-6576)	m3	20		
10	BRITA PARA CONSTRUÇÃO (10-11-6589)	m3	50		
11	FERRO DE CONSTRUÇÃO 4,2 MM, BARRA 6 METROS (10-11-0508)	un	60		
12	FERRO DE CONSTRUÇÃO 6,0 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8087)	un	50		
13	FERRO DE CONSTRUÇÃO 8,0 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8088)	un	40		
14	FERRO DE CONSTRUÇÃO 10 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8089)	un	20		
15	ARAME QUEIMADO Nº 18 (10-11-8090)	un	10		
16	PREGO 2 CABEÇAS 17X27 (10-01-8091)	pt	10		
17	Prego 17 X 27 (10-01-5814)	kg	20		
18	Prego 18 X 30 (10-01-5813)	kg	20		
19	Prego 19 x 36 (10-01-5817)	kg	20		
20	prego telheiro 18x36 (10-01-5816)	kg	20		
21	PARAFUSO TELHEIRO (10-03-5894)	un	200		
22	CERAMICA API4 45X45 (96-01-8092)	un	50		
23	alvenarite 5 litros (10-11-0509)	un	15		
24	BLOCO DE CONCRETO 14 X 19 X 39 (10-11-8091)	un	3000		
25	Tábua de eucalipto ou pinus 20 cm x 3 m (10-11-7513)	m3	15		
26	CANO PBA DE 75 MM CL 20, COM BOLSA, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (10-10-0204)	un	250		
27	ANEL DE PBA DE 75 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6689)	un	280		
28	CURVA DE 90° PBA DE 75MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5224)	un	20		
29	LUVA DE CORRER PBA DE 75 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-7877)	un	20		
30	CANO PBA DE 60 MM CL 20, COM BOLSA, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-4254)	un	100		
31	ANEL DE PBA DE 60 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5252)	un	180		
32	CURVA DE 90° PBA DE 60 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6655)	un	20		
33	LUVA DE CORRER PBA DE 60 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2121)	un	20		
34	CANO SOLD. PVC 50 MM, BARRA DE 6M, PARA ÁGUA POTÁVEL . (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-1010)	un	100		
35	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 50 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-4236)	un	20		

36	LUVA DE CORRER PVC DE 50 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL. (10-10-7454)	un	20		
37	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 50 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2585)	un	20		
38	CANO SOLD. PVC 40 MM, BARRA DE 6M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-7417)	un	100		
39	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2451)	un	20		
40	LUVA DE CORRER PVC DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5487)	un	20		
41	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5847)	un	20		
42	CANO SOLD. PVC 32 MM, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-5442)	un	100		
43	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2882)	un	20		
44	LUVA DE CORRER PVC DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-3658)	un	20		
45	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6845)	un	20		
46	CANO SOLD. PVC 25 MM, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-5488)	un	700		
47	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-7468)	un	50		
48	LUVA DE CORRER PVC DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2310)	un	50		
49	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-9687)	un	100		
50	CANO SOLD. PVC 20 MM, BARRA DE 6 M. PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-6879)	un	500		
51	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 20 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2547)	un	50		
52	LUVA DE CORRER PVC DE 20 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-3663)	un	50		
53	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 20 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2588)	un	50		
54	REGISTRO ESFERA SOLD. 75MM (10-10-5874)	un	5		
55	REGISTRO ESFERA SOLD. 60 MM (10-10-2589)	un	5		
56	REGISTRO ESFERA SOLD. 50 MM (10-10-6665)	un	5		
57	REGISTRO ESFERA SOLD. 40 MM (10-10-4424)	un	5		
58	REGISTRO ESFERA SOLD. 32 MM (10-10-1013)	un	5		
59	REGISTRO ESFERA SOLD 25MM (10-10-9696)	un	15		
60	REGISTRO ESFERA SOLD. 20MM (10-10-8855)	un	15		
61	COLA P/ PVC C/ PINCEL 175 G (10-10-8566)	un	30		
62	Fio cobre rígido 10 mm azul rolo 100 metros (10-19-7600)	rl	3		
63	Fio cobre rígido 10 mm branco rolo 100 metros (10-19-8189)	rl	3		
64	Fio cobre rígido 10 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8190)	rl	3		
65	Fio cobre rígido 10 mm verde rolo 100 metros (10-19-8191)	rl	3		
66	Fio cobre rígido 6 mm azul rolo 100 metros (10-19-8192)	rl	5		
67	Fio cobre rígido 6 mm branco rolo 100 metros (10-19-8193)	rl	5		

68	Fio cobre rígido 6 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8194)	rl	5		
69	Fio cobre rígido 6 mm verde rolo 100 metros (10-19-8195)	rl	5		
70	Fio cobre rígido 4 mm azul rolo 100 metros (10-19-8196)	rl	10		
71	Fio cobre rígido 4 mm branco rolo 100 metros (10-19-8197)	rl	10		
72	Fio cobre rígido 4 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8198)	rl	10		
73	Fio cobre rígido 4 mm verde rolo 100 metros (10-19-8199)	rl	10		
TOTAL					
VALOR POR EXTENSO:					

1.1. Os preços, os fornecedores, as quantidades, e a classificação, registrado na presente Ata, encontram-se indicados no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDADE	UNITARIO	TOTAL
1	CIMENTO CP II (96-01-4236)	sc	100		
2	ARGAMASSA AC I (10-11-7007)	sc	50		
3	TIJOLO 6 FUROS 9X14X19 CM 1000 UNID (96-01-0507)	mil	20		
4	Telha de fibrocimento 2.44 X 1,10 X 6mm (10-11-7657)	un	50		
5	TELHA FIBROCIMENTO 2,13 X1,10 X 6MM (10-11-7699)	un	50		
6	Telha fibrocimento 2.44 x 4 mm (10-11-7664)	un	200		
7	Telha de fibrocimento 2.13 X 1,10 X 4mm (10-11-6764)	un	200		
8	AREIA MEDIA (10-11-6575)	m3	30		
9	AREIA FINA (10-11-6576)	m3	20		
10	BRITA PARA CONSTRUÇÃO (10-11-6589)	m3	50		
11	FERRO DE CONSTRUÇÃO 4,2 MM, BARRA 6 METROS (10-11-0508)	un	60		
12	FERRO DE CONSTRUÇÃO 6,0 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8087)	un	50		
13	FERRO DE CONSTRUÇÃO 8,0 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8088)	un	40		
14	FERRO DE CONSTRUÇÃO 10 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8089)	un	20		
15	ARAME QUEIMADO Nº 18 (10-11-8090)	un	10		
16	PREGO 2 CABEÇAS 17X27 (10-01-8091)	pt	10		
17	Prego 17 X 27 (10-01-5814)	kg	20		
18	Prego 18 X 30 (10-01-5813)	kg	20		
19	Prego 19 x 36 (10-01-5817)	kg	20		
20	prego telheiro 18x36 (10-01-5816)	kg	20		
21	PARAFUSO TELHEIRO (10-03-5894)	un	200		
22	CERAMICA API4 45X45 (96-01-8092)	un	50		
23	alvenarite 5 litros (10-11-0509)	un	15		
24	BLOCO DE CONCRETO 14 X 19 X 39 (10-11-8091)	un	3000		
25	Tábua de eucalipto ou pinus 20 cm x 3 m (10-11-7513)	m3	15		
26	CANO PBA DE 75 MM CL 20, COM BOLSA, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (10-10-0204)	un	250		
27	ANEL DE PBA DE 75 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6689)	un	280		
28	CURVA DE 90° PBA DE 75MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5224)	un	20		
29	LUVA DE CORRER PBA DE 75 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-7877)	un	20		
30	CANO PBA DE 60 MM CL 20, COM BOLSA, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-4254)	un	100		
31	ANEL DE PBA DE 60 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5252)	un	180		

32	CURVA DE 90° PBA DE 60 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6655)	un	20		
33	LUVA DE CORRER PBA DE 60 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2121)	un	20		
34	CANO SOLD. PVC 50 MM, BARRA DE 6M, PARA ÁGUA POTÁVEL . (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-1010)	un	100		
35	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 50 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-4236)	un	20		
36	LUVA DE CORRER PVC DE 50 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL. (10-10-7454)	un	20		
37	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 50 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2585)	un	20		
38	CANO SOLD. PVC 40 MM, BARRA DE 6M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-7417)	un	100		
39	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2451)	un	20		
40	LUVA DE CORRER PVC DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5487)	un	20		
41	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5847)	un	20		
42	CANO SOLD. PVC 32 MM, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-5442)	un	100		
43	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2882)	un	20		
44	LUVA DE CORRER PVC DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-3658)	un	20		
45	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6845)	un	20		
46	CANO SOLD. PVC 25 MM, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-5488)	un	700		
47	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-7468)	un	50		
48	LUVA DE CORRER PVC DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2310)	un	50		
49	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-9687)	un	100		
50	CANO SOLD. PVC 20 MM, BARRA DE 6 M. PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-6879)	un	500		
51	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 20 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2547)	un	50		
52	LUVA DE CORRER PVC DE 20 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-3663)	un	50		
53	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 20 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2588)	un	50		
54	REGISTRO ESFERA SOLD. 75MM (10-10-5874)	un	5		
55	REGISTRO ESFERA SOLD. 60 MM (10-10-2589)	un	5		
56	REGISTRO ESFERA SOLD. 50 MM (10-10-6665)	un	5		
57	REGISTRO ESFERA SOLD. 40 MM (10-10-4424)	un	5		
58	REGISTRO ESFERA SOLD. 32 MM (10-10-1013)	un	5		
59	REGISTRO ESFERA SOLD 25MM (10-10-9696)	un	15		
60	REGISTRO ESFERA SOLD. 20MM (10-10-8855)	un	15		
61	COLA P/ PVC C/ PINCEL 175 G (10-10-8566)	un	30		
62	Fio cobre rígido 10 mm azul rolo 100 metros (10-19-7600)	rl	3		

63	Fio cobre rígido 10 mm branco rolo 100 metros (10-19-8189)	rl	3		
64	Fio cobre rígido 10 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8190)	rl	3		
65	Fio cobre rígido 10 mm verde rolo 100 metros (10-19-8191)	rl	3		
66	Fio cobre rígido 6 mm azul rolo 100 metros (10-19-8192)	rl	5		
67	Fio cobre rígido 6 mm branco rolo 100 metros (10-19-8193)	rl	5		
68	Fio cobre rígido 6 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8194)	rl	5		
69	Fio cobre rígido 6 mm verde rolo 100 metros (10-19-8195)	rl	5		
70	Fio cobre rígido 4 mm azul rolo 100 metros (10-19-8196)	rl	10		
71	Fio cobre rígido 4 mm branco rolo 100 metros (10-19-8197)	rl	10		
72	Fio cobre rígido 4 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8198)	rl	10		
73	Fio cobre rígido 4 mm verde rolo 100 metros (10-19-8199)	rl	10		
TOTAL					
VALOR POR EXTENSO:					

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 meses, contados a partir da data da assinatura da presente ata.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração e Compras do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina.

3.2 O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, e as demais que seguem:

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto da mesma forma em que ocorre a revisão dos contratos.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

§ 3º Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

§ 4º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 5º Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.4. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1 Durante o prazo de validade da presente ata, o fornecedor e o Município de Sul Brasil/SC, a critério do Município de Sul Brasil, de acordo com necessidade de consumo, será intimada para entregar o combustível requerido através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2 Se o fornecedor recusar-se a entregar o produto requerido, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado na tesouraria do Município de Sul Brasil/SC, através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, até dias após entrega dos produtos objeto desta licitação, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável do Município de Sul Brasil/SC.

5.2. Os combustíveis somente serão entregues se houver necessidade dos mesmos, conforme solicitação do Município de Sul Brasil/SC.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1 Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2 Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 Fornecer os combustíveis de acordo com o objeto da Licitação.

7.2 Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3 Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº 037/2015

8. DAS PENALIDADES

8.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os combustíveis no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10.1 Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no site do município (www.sulbrasil.sc.gov.br).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integram a presente ata o Edital do Pregão nº 037/2015, e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Modelo – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

SUL BRASIL, ____ de _____ de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

ANEXO IX

LISTA DE ITENS COM O VALOR MÁXIMO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDAD	UNITARIO	TOTAL
1	CIMENTO CP II (96-01-4236)	sc	100	R\$ 31,50	R\$ 3.150,00
2	ARGAMASSA AC I (10-11-7007)	sc	50	R\$ 7,90	R\$ 395,00
3	TIJOLO 6 FUROS 9X14X19 CM 1000 UNID (96-01-0507)	mil	20	R\$ 560,00	R\$ 11.200,00
4	Telha de fibrocimento 2.44 X 1,10 X 6mm (10-11-7657)	un	50	R\$ 44,90	R\$ 2.245,00
5	TELHA FIBROCIMENTO 2,13 X1,10 X 6MM (10-11-7699)	un	50	R\$ 38,90	R\$ 1.945,00
6	Telha fibrocimento 2.44 x 4 mm (10-11-7664)	un	200	R\$ 10,90	R\$ 2.180,00
7	Telha de fibrocimento 2.13 X 1,10 X 4mm (10-11-6764)	un	200	R\$ 9,80	R\$ 1.960,00
8	AREIA MEDIA (10-11-6575)	m3	30	R\$ 110,00	R\$ 3.300,00
9	AREIA FINA (10-11-6576)	m3	20	R\$ 110,00	R\$ 2.200,00
10	BRITA PARA CONSTRUÇÃO (10-11-6589)	m3	50	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
11	FERRO DE CONSTRUÇÃO 4,2 MM, BARRA 6 METROS (10-11-0508)	un	60	R\$ 5,10	R\$ 306,00
12	FERRO DE CONSTRUÇÃO 6,0 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8087)	un	50	R\$ 11,90	R\$ 595,00
13	FERRO DE CONSTRUÇÃO 8,0 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8088)	un	40	R\$ 19,50	R\$ 780,00
14	FERRO DE CONSTRUÇÃO 10 MM, BARRA 6 METROS (10-11-8089)	un	20	R\$ 28,80	R\$ 576,00
15	ARAME QUEIMADO Nº 18 (10-11-8090)	un	10	R\$ 9,90	R\$ 99,00
16	PREGO 2 CABEÇAS 17X27 (10-01-8091)	pt	10	R\$ 11,50	R\$ 115,00
17	Prego 17 X 27 (10-01-5814)	kg	20	R\$ 8,10	R\$ 162,00
18	Prego 18 X 30 (10-01-5813)	kg	20	R\$ 8,00	R\$ 160,00
19	Prego 19 x 36 (10-01-5817)	kg	20	R\$ 8,00	R\$ 160,00
20	prego telheiro 18x36 (10-01-5816)	kg	20	R\$ 14,80	R\$ 296,00
21	PARAFUSO TELHEIRO (10-03-5894)	un	200	R\$ 0,50	R\$ 100,00
22	CERAMICA API4 45X45 (96-01-8092)	un	50	R\$ 15,00	R\$ 750,00
23	alvenarite 5 litros (10-11-0509)	un	15	R\$ 21,50	R\$ 322,50
24	BLOCO DE CONCRETO 14 X 19 X 39 (10-11-8091)	un	3000	R\$ 2,70	R\$ 8.100,00
25	Tábua de eucalipto ou pinus 20 cm x 3 m (10-11-7513)	m3	15	R\$ 420,00	R\$ 6.300,00
26	CANO PBA DE 75 MM CL 20, COM BOLSA, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (10-10-0204)	un	250	R\$ 136,00	R\$ 34.000,00
27	ANEL DE PBA DE 75 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6689)	un	280	R\$ 4,50	R\$ 1.260,00
28	CURVA DE 90° PBA DE 75MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5224)	un	20	R\$ 36,00	R\$ 720,00
29	LUVA DE CORRER PBA DE 75 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-7877)	un	20	R\$ 16,00	R\$ 320,00
30	CANO PBA DE 60 MM CL 20, COM BOLSA, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-4254)	un	100	R\$ 75,00	R\$ 7.500,00
31	ANEL DE PBA DE 60 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5252)	un	180	R\$ 3,50	R\$ 630,00

32	CURVA DE 90° PBA DE 60 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6655)	un	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
33	LUVA DE CORRER PBA DE 60 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2121)	un	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
34	CANO SOLD. PVC 50 MM, BARRA DE 6M, PARA ÁGUA POTÁVEL . (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-1010)	un	100	R\$ 41,00	R\$ 4.100,00
35	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 50 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-4236)	un	20	R\$ 6,00	R\$ 120,00
36	LUVA DE CORRER PVC DE 50 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL. (10-10-7454)	un	20	R\$ 2,40	R\$ 48,00
37	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 50 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2585)	un	20	R\$ 1,20	R\$ 24,00
38	CANO SOLD. PVC 40 MM, BARRA DE 6M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-7417)	un	100	R\$ 32,50	R\$ 3.250,00
39	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2451)	un	20	R\$ 5,90	R\$ 118,00
40	LUVA DE CORRER PVC DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5487)	un	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00
41	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 40 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-5847)	un	20	R\$ 2,50	R\$ 50,00
42	CANO SOLD. PVC 32 MM, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-5442)	un	100	R\$ 20,50	R\$ 2.050,00
43	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2882)	un	20	R\$ 3,00	R\$ 60,00
44	LUVA DE CORRER PVC DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-3658)	un	20	R\$ 11,40	R\$ 228,00
45	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 32 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-6845)	un	20	R\$ 1,20	R\$ 24,00
46	CANO SOLD. PVC 25 MM, BARRA DE 6 M, PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-5488)	un	700	R\$ 12,00	R\$ 8.400,00
47	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-7468)	un	50	R\$ 1,50	R\$ 75,00
48	LUVA DE CORRER PVC DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2310)	un	50	R\$ 0,50	R\$ 25,00
49	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 25 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-9687)	un	100	R\$ 0,50	R\$ 50,00
50	CANO SOLD. PVC 20 MM, BARRA DE 6 M. PARA ÁGUA POTÁVEL. (SEM MISTURA DE MATERIAL RECICLADO) (10-10-6879)	un	500	R\$ 9,00	R\$ 4.500,00
51	CURVA SOLD. PVC DE 90° DE 20 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2547)	un	50	R\$ 1,50	R\$ 75,00
52	LUVA DE CORRER PVC DE 20 MM. PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-3663)	un	50	R\$ 4,50	R\$ 225,00
53	JOELHO SOLD. PVC 90° DE 20 MM, PARA ÁGUA POTÁVEL (10-10-2588)	un	50	R\$ 0,50	R\$ 25,00
54	REGISTRO ESFERA SOLD. 75MM (10-10-5874)	un	5	R\$ 69,00	R\$ 345,00
55	REGISTRO ESFERA SOLD. 60 MM (10-10-2589)	un	5	R\$ 25,00	R\$ 125,00
56	REGISTRO ESFERA SOLD. 50 MM (10-10-6665)	un	5	R\$ 10,00	R\$ 50,00
57	REGISTRO ESFERA SOLD. 40 MM (10-10-4424)	un	5	R\$ 14,40	R\$ 72,00
58	REGISTRO ESFERA SOLD. 32 MM (10-10-1013)	un	5	R\$ 8,00	R\$ 40,00
59	REGISTRO ESFERA SOLD 25MM (10-10-9696)	un	15	R\$ 5,00	R\$ 75,00
60	REGISTRO ESFERA SOLD. 20MM (10-10-8855)	un	15	R\$ 6,90	R\$ 103,50
61	COLA P/ PVC C/ PINCEL 175 G (10-10-8566)	un	30	R\$ 14,20	R\$ 426,00
62	Fio cobre rígido 10 mm azul rolo 100 metros (10-19-7600)	rl	3	R\$ 400,00	R\$ 1.200,00

63	Fio cobre rigido 10 mm branco rolo 100 metros (10-19-8189)	rl	3	R\$ 360,00	R\$ 1.080,00
64	Fio cobre rigido 10 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8190)	rl	3	R\$ 360,00	R\$ 1.080,00
65	Fio cobre rigido 10 mm verde rolo 100 metros (10-19-8191)	rl	3	R\$ 430,00	R\$ 1.290,00
66	Fio cobre rigido 6 mm azul rolo 100 metros (10-19-8192)	rl	5	R\$ 240,00	R\$ 1.200,00
67	Fio cobre rigido 6 mm branco rolo 100 metros (10-19-8193)	rl	5	R\$ 240,00	R\$ 1.200,00
68	Fio cobre rigido 6 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8194)	rl	5	R\$ 240,00	R\$ 1.200,00
69	Fio cobre rigido 6 mm verde rolo 100 metros (10-19-8195)	rl	5	R\$ 240,00	R\$ 1.200,00
70	Fio cobre rigido 4 mm azul rolo 100 metros (10-19-8196)	rl	10	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00
71	Fio cobre rigido 4 mm branco rolo 100 metros (10-19-8197)	rl	10	R\$ 168,00	R\$ 1.680,00
72	Fio cobre rigido 4 mm vermelho rolo 100 metros (10-19-8198)	rl	10	R\$ 160,00	R\$ 1.600,00
73	Fio cobre rigido 4 mm verde rolo 100 metros (10-19-8199)	rl	10	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00
TOTAL					R\$ 135.900,00
VALOR POR EXTENSO:					

PARECER JURÍDICO

Este edital, minuta de contrato e anexos se encontra examinado e aprovado por esta Procuradoria Jurídica.

Em ____/____/2015.

EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA
OAB/SC 18532

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 217/2015

PORTARIA Nº. 217/2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. CLAIR JOSÉ BACKES, Motorista, Matrícula nº. 399/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2014, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 07 de Dezembro a 05 de Janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de dezembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

TERMO ADITIVO CONTRATO 068-2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 049/2014

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para supressão de valores referente o contrato nº. 068/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para execução do projeto de pavimentação asfáltica sobre calçamento existente.

TIGRINHOS/SC, em 04 de Dezembro de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 13/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 13/2015 - Pregão Presencial - menor preço por item.

Objeto: Aquisição parcelada de material odontológico para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2016.

Data de entrega dos envelopes: até as 13h30min do dia 17/12/2015

Data de abertura dos envelopes: a partir das 13h30min do dia 17/12/2015.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133. Jucevania Netto

Gestora do FMS

AVISO DA LICITAÇÃO 14/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 14/2015 - Pregão Presencial - menor preço por item.

Objeto: Aquisição parcelada de material médico hospitalar para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2016.

Data de entrega dos envelopes: até as 16h do dia 17/12/2015

Data de abertura dos envelopes: a partir das 16h do dia 17/12/2015.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133. Jucevania Netto

Gestora do FMS

AVISO DA LICITAÇÃO 36/2015 PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 36/2015 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, Peti, manutenção das atividades CRÁS e das atividades da Melhor Idade, manutenção da Administração Municipal e do Fundo Municipal de Saúde - FMS, para o ano de 2016.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h do dia 17 de dezembro de 2015.

Data e hora da abertura dos envelopes: A partir das 08h do dia 17 de dezembro de 2015.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133. Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

ATA DA DISPENSA Nº 33 2015 - FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2015 - FCT

Às sete horas e trinta minutos, do quarto dia, do mês de dezembro de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 e alterações posteriores, e Portaria nº 1554/2015, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 33/2015 – FCT.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa de fls. 0034/0056 (abaixo relacionados) apresentados pela empresa BELLOS EVENTOS LTDA EPP:

Orçamento detalhado/originais da proposta de preços e demais documentos que comprovem/justifiquem os preços do fornecedor	Lei 8.666/93 Art. 38, IV e art. 26, III
Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica - CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Ato Constitutivo (5ª Alteração Contratual)	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos Municipais do Município de Timbó e Município sede da empresa	Art. 29, III – Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Declaração com os dados bancários e que a proposta de preços é compatível com os valores de mercado	
Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz; Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental; Que o ato constitutivo é vigente; Que não é impedido de transacionar com a Administração Pública; Que conhece e aceita todas as condições do edital.	Lei n.º 8.666/1993, inciso V do artigo 27, acrescido pela Lei n.º 9.584/1999
Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina-JUCESC	

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

PRISCILA MACEDO

Membro

AVISO NOVA ETAPA DE LANCES PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2015 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE NOVA ETAPA DE LANCES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2015 - SAMAE

OBJETO: contratação de serviços de hora-máquina (retroescavadeira) com operador, destinados ao atendimento das demandas nas manutenções de redes de abastecimento de água.

O SAMAE leva ao conhecimento dos interessados que devido ao cancelamento da Ata de Registro de Preço de fls.143/149, ante a ausência injustificada de sua assinatura pela empresa JP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, ficam convocadas as demais participantes do referido processo licitatório a participar de nova etapa de lances que acontecerá no dia 16/12/2015 as 08hs horas no auditório da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC.

Timbó, 04 de dezembro de 2015

JEAN M. R. VARGAS

Pregoeiro Oficial

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 120 2015 PMT - OMBRELONES, CADEIRAS E MESAS PLÁSTICAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 120/2015 - PMT

OBJETO: aquisição de ombrelones, cadeiras plásticas e mesas plásticas destinadas à utilização/manutenção da área externa do Pavilhão de Eventos Henry Paul. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 18 de dezembro de 2015. ABERTURA: dia 18 de dezembro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 04/12/2015

MÁRCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 121 2015 PMT - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 121/2015 - PMT

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância (não armada) e segurança patrimonial para atuar nas dependências públicas do município de Timbó e na Sede do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h30min do dia 18 de dezembro de 2015. ABERTURA: dia 18 de dezembro de 2015 as 10h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 04/12/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 17 2015 FMS - AQUISIÇÃO DE FILMES DIGITAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 17/2015 - FMS

OBJETO: aquisição de filmes digitais para utilização no equipamento gerador de imagem digital marca/modelo a GFA/ DRYSTAR 5503 instalado no Centro de Imagens da Policlínica de Referência. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h30min do dia 18 de dezembro de 2015. ABERTURA: dia 18 de dezembro de 2015 as 09h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 04/12/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 49/2015**
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 49/2015 - Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2015, da Administração Direta e Indireta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.
Relator: Vereador John Adriano Schwartz

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que Autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito especial em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2015, da Administração Direta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 25 de novembro corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 1.º de dezembro em sessão ordinária. No dia 04 de dezembro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação de até R\$ 96.759,42 (noventa e seis mil setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos) nas dotações orçamentárias do Fundo Municipal da Saúde (ações manutenção da gestão do SUS). A conta de tal anulação, será aberto crédito especial no mesmo valor nas dotações do Fundo referido (ação parceria de hospital de pequeno porte). As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Jorge Augusto Krüger
Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2015.
Jorge Augusto Kruger
Presidente

John Adriano Schwartz
Relator

Rubens Borchardt
Membro

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2015

EXTRATO DE CONTRATO 77/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: BANDA FOGO DE CHÃO

OBJETO: Apresentação artística com BANDA FOGO DE CHÃO, representada neste ato pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA OGUE CARVALHO - ACEOC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.445.166/0001-47, com sede na Rua Lauro Muller nº 46, sala 04, Centro, no município de Curitiba - SC. Show de duração aproximada de 03h00 (três) horas, no dia 29 de Novembro de 2015, a partir das 17h00 min. Local de realização: Avenida Afonso Dresch, no município de Treze Tílias por ocasião do Bairro Fest Centro.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste contrato, será empregada a dotação orçamentária: 03.01.2003.33.90.00.00.00.00.00.

VALOR: O preço total ajustado para o cumprimento do contrato é de R\$ 7.000,00 (Sete mil Reais).

VIGÊNCIA: O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 10 dias.

DATA ASSINATURA: 23/11/2015

TREZE TÍLIAS, 23 de Novembro de 2015.

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108-2014

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO 108/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: ENGEPLAN TERRAPLANAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em medicina e Segurança no Trabalho, visando à elaboração dos programas de saúde do trabalho, exigidos pela legislação trabalhista vigente: PPRA – (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) conforme norma regulamentadora NR9 da secretaria de segurança e saúde do trabalho do ministério do trabalho; PCMSO – (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), conforme norma regulamentadora NR7 da secretaria de segurança e saúde do trabalho do ministério do trabalho; LTCAT (Laudo Técnico das Condições do ambiente de Trabalho); PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário); ASO - Exames Atestado de Saúde Ocupacional (admissionais, demissionais, periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho); Audiometria conforme avaliação e solicitação Médica. Conforme termo de referência, anexo VI deste edital.

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência para mais 12 meses, a contar da data de assinatura.

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 23/10/2015.

TREZE TÍLIAS, 23 de Outubro de 2015.

PORTARIA 113/2015

PORTARIA Nº 113/15 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Marilei Alves	29/01/2015 a 28/01/2016	02/12/2015 a 31/12/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

1897/2015

LEI 1897 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA À VENDA DE BENS MÓVEIS E IMOVEIS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER, a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a vender através de licitação, na modalidade de leilão, os seguintes bens descritos abaixo:

I – Bens imóveis para fins de demolição:

- a) Prédio em alvenaria com 49,50 m², coberto com telhas de barro – sala para festa da Escola do Km 5 – Patrimônio nº 50047 - Valor R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- b) Prédio em alvenaria com 74,40 m², coberto com telhas de barro – Escola Isolada Km 5 – Patrimônio nº 50046 - Valor R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- c) Prédio em alvenaria com 205,20 m², coberto com telhas de barro – Escola Isolada Municipal Palhocinha – Patrimônio nº 50043 - R\$ 400,00 (quatrocentos reais);
- d) Prédio em alvenaria com 119,55 m², coberto com telhas de barro – Escola Isolada Ribeirão Kindel – Patrimônio nº 50040 - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);
- e) Prédio em alvenaria com 141,90 m², coberto com telhas de barro – Escola Isolada Pouso da Caixa – Patrimônio nº 50018 - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);
- f) Prédio em alvenaria com 84,48 m², coberto com telhas de barro – Escola Isolada Valada Prada – Patrimônio nº 50014 - R\$ 200,00 (duzentos reais).

II – Bens móveis:

- a) Motoniveladora HWB 140 S – Patrimônio nº 2841 - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- b) Automóvel VW/Parati 1.6 flex, placa MEH9049, chassi 9BWDB05W86T020829, ano 2005, modelo 2006, cor prata, renavam 869667700 – Patrimônio nº 3481 - R\$ 9.000,00 (nove mil reais);
- c) Automóvel VW/Saveiro, gasolina, 2P/82cv, placa LWY9332, chassi 9BWZZ30ZSPOO5722, ano 1995, modelo 1995, renavam 631091556 – Patrimônio nº 2566 - R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- d) Automóvel Fiat/Doblo jaedi 1.8 flex, amb.cargo, placa MGC6812, chassi 9BD22315562009420, ano 2006, modelo 2006, cor branco, renavam 879759992 – Patrimônio nº 2861 - R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- e) Motocicleta Honda/CG 125, cargo KS, placa MFR9725, chassi 9C2JC41309ROO1432, ano 2009, modelo 2009, cor branco, renavam 147982790 – Patrimônio nº 3482 - R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

III – Bens imóveis:

- a) Terreno de 1.749,24 m², matriculado sob nº 7.432, localizado em Pouso da Caixa, onde esta localizada a Escola Municipal Pouso da Caixa. – Patrimônio nº 50099 - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- b) Terreno de 862,50 m², folhas 265 do livro 3/A sob nº 3.627, em 10 de dezembro de 1975, localizado em Ribeirão Prada, denominado Tifa Prada, destinado a Escola Básica Tifa Prada. – Patrimônio nº 50097 - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- c) Terreno de 1.038,05 m², matriculado sob nº 4.507, localizado Escola Isolada KM 5. – Patrimônio nº 50080 - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo único. Os vencedores do processo de licitação, na modalidade de leilão, referente os imóveis do inciso I, terão 180 (cento e oitenta) dias, para retirada dos materiais e entulhos da demolição.

Art. 2º. A Prefeitura Municipal de Trombudo Central rejeitará as propostas que não atingirem o preço mínimo, estabelecido nas alíneas dos incisos anteriores.

Art. 3º. Eventuais encargos e tributos decorrentes do procedimento licitatório correrão por conta do adquirente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de novembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

1899/2015

LEI 1899 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA O ART. 5º E PARÁGRAFO 1º E CRIA PARÁGRAFO 3º, NA LEI MUNICIPAL Nº 1.618/2009, QUE ESTABELECE NORMAS PARA ADMIS-SÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas....

FAÇO SABER a todos habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar em caráter temporário, por prazo determinado, atendendo necessidade de excepcional interesse público, professores, para atuarem a Rede Municipal de Ensino de Trombudo Central.

Art. 2º São de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do Magistério Público Municipal, as contratações para substituição de professores que atuarão na Educação Básica:

- a) por afastamentos legais de professor efetivo;
- b) para substituição de professores efetivos em férias;
- c) para a execução de projetos Educacionais específicos e no Programa Jornada Ampliada;
- d) por vacância nos casos de demissão, exoneração, licença de concessão obrigatória, afastamento para ocupar cargo em comissão e funções gratificadas, falecimento, aposentadoria, e não preenchimento por concurso público;
- e) em decorrência de superveniente desdobramento de turma, ampliação de atendimento e/ou convênios;
- f) execução de serviço profissional especializado que não exija criação de cargo.

§ 1º A contratação só ocorrerá por período igual ou superior a 15 (quinze) dias.

§ 2º As contratações a que se refere este artigo, serão para lotação exclusiva na Secretaria Municipal de Educação, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da administração pública, respeitando o número de vagas existentes.

§ 3º O número de vagas é o estabelecido na tabela de cargos constante no anexo I da presente Lei.

Art. 3º São condições para admissão em caráter temporário:

- I. Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas legais;
- II. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- III. possuir habilitação profissional para o exercício da função;
- IV. estar quite com a justiça eleitoral;
- V. estar quite com o serviço militar;
- VI. apresentar atestado de prévia aprovação de aptidão física e mental
- VII. não apresentar deficiência incompatível com o exercício das funções atinentes a função a que concorre;
- VIII. não haver sofrido, no exercício de atividade, penalidades graves e/ou demissão atos incompatíveis com o serviço público;
- IX. não ser aposentado por invalidez;
- X. não ter antecedentes criminais;
- XI. apresentar declaração dos cargos que exerce;

§ 1º A comprovação de habilitação de professor far-se-á com a apresentação de certificado/histórico escolar de magistério em ensino médio ou de diploma/histórico escolar de graduação em nível superior, expedidos por Órgãos competentes.

§ 2º. Na hipótese de não haver candidato que preencha a condição prevista no inciso III deste artigo, admitir-se-á, excepcionalmente, pessoal não-habilitado.

Art. 4º As admissões de servidores temporários, nos termos desta Lei, serão precedidas de processo seletivo publico de títulos ou de provas e títulos, de acordo com edital sujeito a ampla divulgação e com publicidade dos resultados.

Parágrafo Único Fica o Secretário Municipal de Educação autorizado a expedir as instruções para a realização do processo seletivo publico para admissão de servidores em caráter temporário no magistério publico municipal e as normas complementares necessárias para a plena execução da presente Lei.

Art. 5º As contratações serão feitas por período de tempo estritamente necessário para a consecução das tarefas, podendo ser firmados pelo prazo de até 12 (doze) meses.

§ 1º O contrato de trabalho de professor em caráter temporário poderá ser prorrogado pelo mesmo período do prazo inicial da prorrogação.

§ 2º Tornar-se-á ineficaz o ato de admissão, quando o servidor temporário não assumir suas funções no primeiro dia útil imediato a sua contratação.

§ 3º A presente alteração aplica-se aos contratos atualmente em vigor, podendo os contratos ser prorrogados na forma do Parágrafo primeiro, do Artigo 5º, em sua nova redação.

Art. 6º O vencimento dos servidores admitidos no regime desta Lei será proporcional a carga horária trabalhada e terá como referência os níveis e habilitações da carreira inicial do magistério público municipal e corresponderá:

- I. Formação em Nível médio (outro) - 70% do nível 1-A;
- II. Formação em Nível médio Magistério - 100% do nível 1-A;
- III. Frequência a nível superior a partir da 4ª fase na área de atuação - 70% do nível 2-A;
- IV. Formação em nível superior na área - 100% do nível 2-A.
- V. Formação em nível técnico ou médio com exigência de registro profissional em órgãos oficiais – 100% do nível 1-A, para atender programas e projetos transitórios de jornada ampliada.

Art. 7º A carga horária do Professor admitido em caráter temporário será:

- I. Para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental, 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais;
- II. Para atuar na Educação Infantil em regime integral, 30 (trinta) horas semanais;
- III. Para atuar na Educação Infantil em regime parcial, 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas;
- IV. Para atuar em disciplinas da base comum ou da parte diversificada do currículo dos anos finais do ensino fundamental, 5 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco), 30 (trinta), 35 (trinta e cinco) e 40 (quarenta) horas semanais;
- V. Para atuar em projetos pedagogos, esportivos, artísticos e culturais no Programa Jornada Ampliada, 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco), 30 (trinta), 35 (trinta e cinco) e 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 8º O servidor contratado nos termos desta Lei não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato.

Parágrafo Único: A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato de trabalho, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 9º É assegurado aos servidores contratados nos termos desta Lei o direito à licença remunerada por motivo de saúde.

Parágrafo Único: O servidor em licença remunerada não poderá exercer qualquer atividade remunerada, sob pena de cancelamento do benefício, com perda da remuneração até que retorne ao serviço;

Art. 10º O contrato firmado nos termos desta lei extinguir-se-á:

- I A pedido do contratado;
- II no término do contrato;
- III. quando a vaga for ocupada por servidor efetivo do magistério, em decorrência de concurso público, de ingresso, remoção e de alteração de carga horária;
- IV. no retomo do titular, nos casos previstos em lei;
- V. quando as atividades do professor substituto não forem mais necessárias à Secretaria Municipal de Educação;
- VI. Quando constatado, através do processo de avaliação de desempenho instituído pela Secretaria Municipal de Educação, que o professor não atende os requisitos da função;
- VII. Por dispensa, antes do prazo contratual, por ato da Administração, mediante comprovado término do excepcional interesse público que originou a contratação;
- VIII. Quanto contar com mais de 3 (três) faltas injustificadas;
- IX. Nos demais casos previstos em lei.

Parágrafo Único: A extinção do contrato no caso do inciso I deste artigo será comunicada por escrito com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 11º Os servidores contratados sob o regime desta Lei:

- I. Terão seus contratos pelo regime de Direito Administrativo Especial, aplicando-se, no que couber, o disposto nos artigos 4º, art. 52 incisos I, X e XIV, Art. 66 incisos I e II, art. 67, art. 68 e art. 102 a 110 da Lei Complementar nº 816/90 de 31 de outubro de 1990.
- II. Serão segurados pelo Regime Geral de Previdência Social, observada a legislação previdenciária federal;

Art. 12º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento do Município.

Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária de Administração e Finanças (Interina)

ANEXO ÚNICO

ANEXO I
Art.2º § 3º Lei nº 1618 de 01 de Dezembro de 2009.

CARGO	NÚMERO DE CARGOS	CARGA HORÁRIA
Professor	40	Entre 05 (cinco) a 40 (quarenta) horas semanais

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1736/2015

Decreto nº 1.736/2015, de 04 de Dezembro de 2015.

Homologação do Resultado Final (Após os recursos) referente ao Edital de Processo Seletivo nº. 02/2015 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) do Processo Seletivo nº 02/2015 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
3	118779	Fernando Rempel	26/01/1989	4,95	1,20	0,30	1,00	7,45	1º
1	116172	Juliana De Maman	23/03/1992	4,40	1,20	0,60	0,65	6,85	2º
8	115865	Sinara Bieger	18/08/1992	3,85	1,50	0,30	1,00	6,65	3º
9	116175	Tatiane Spaniol Walker	04/06/1988	4,40	0,90	0,30	1,00	6,60	4º
7	116448	Aclidio Pecos Valduga	17/07/1987	4,40	0,30	0,00	0,96	5,66	5º
2	124136	Kerli Cristina Welchen	01/05/1990	3,85	0,90	0,00	0,90	5,65	6º
6	115917	Maise Mariga	10/04/1989	3,85	0,90	0,00	0,75	5,50	7º
4	118787	Vanderlei Bortoluzzi	15/10/1981	1,10	0,60	0,60	1,00	2,30	Desc.

INSTRUTOR DE DANÇA COREOGRÁFICA | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
11	127432	Claudia Paulina Schneider Azevedo	27/08/1986	3,85	1,50	0,60	0,00	5,95	1º

INSTRUTOR DE PATINAGEM | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
12	116173	Juliana De Maman	23/03/1992	2,75	1,50	0,60	0,15	5,00	1º

PROFESSOR DE ALEMÃO - NÃO HABILITADO | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
13	130925	Diully Sara Schroer Lazarotto	15/07/1994	4,95	1,20	0,00	0,00	6,15	1º
14	128285	Carolina Thomas	08/02/1994	2,20	0,60	0,00	0,00	2,80	Desc.

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
17	117222	Clarice Giordano	21/11/1978	3,85	1,20	0,30	1,00	6,35	1º
16	127433	Claudia P. Schneider Azevedo	27/08/1986	3,85	1,20	0,60	0,00	5,65	2º
15	128286	Carolina Thomas	08/02/1994	2,75	0,60	0,00	0,50	3,85	3º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
20	123753	Stefano Becker Kothe	23/02/1996	3,85	0,90	0,00	0,00	4,75	1º
19	127386	Anderson Luis Deters	25/05/1995	3,30	0,90	0,30	0,00	4,50	2º
18	126704	Denise Schmitz	08/01/1990	0,55	0,90	0,30	0,00	1,75	Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
34	121779	Marlize Regines Moras	16/05/1988	6,60	1,50	0,30	0,96	9,36	1º
30	116521	Leila Carla Rauch	05/03/1991	6,05	1,50	0,30	0,94	8,79	2º
31	120709	Leoni Scheren Mombach	06/09/1981	6,05	1,20	0,60	0,75	8,60	3º
61	126224	Denise Scherer Buche	18/11/1974	6,05	1,50	0,00	1,00	8,55	4º
51	117152	Cristiane Welchen	15/03/1982	6,05	1,20	0,30	1,00	8,55	5º
32	118871	Tania Berenice Schwengber	24/06/1992	6,60	0,90	0,00	0,91	8,41	6º
27	128976	Andreia De Andrade Moraz	06/06/1987	5,50	1,50	0,30	1,00	8,30	7º
28	116321	Thaise Marcia Gotz	13/12/1994	5,50	1,50	0,60	0,55	8,15	8º
36	118789	Elizane Favero Burin	02/12/1987	6,05	1,20	0,00	0,75	8,00	9º
46	125536	Daniele Schneider	20/08/1987	5,50	1,20	0,30	0,83	7,83	10º
24	124101	Ivania Ott	16/02/1985	5,50	0,90	0,60	0,75	7,75	11º
38	115132	Daiana Hochscheidt	21/05/1993	5,50	0,90	0,60	0,75	7,75	12º
45	127785	Carin Wehrmann Watthier	25/12/1970	6,05	0,90	0,00	0,75	7,70	13º
54	124083	Lisete Frey Steffen	19/04/1970	5,50	1,20	0,00	1,00	7,70	14º
49	127810	Sirlei Marafon	18/02/1989	5,50	1,20	0,00	1,00	7,70	15º
57	115911	Marizete Fatima Basso Trevizan	22/04/1975	5,50	0,90	0,30	1,00	7,70	16º
23	117790	Marilei Christ Lehnhoff	02/01/1985	5,50	1,20	0,30	0,68	7,68	17º
40	129743	Elizandra Girardi Dotti	27/03/1985	5,50	0,90	0,30	0,90	7,60	18º
26	118204	Camila Luiza Schmidt	25/12/1994	5,50	1,50	0,00	0,55	7,55	19º
56	127232	Marieli Leticia Eich	10/01/1995	4,95	1,20	0,60	0,75	7,50	20º
59	115454	Marciane Rohden Toillier	07/11/1985	4,95	1,20	0,30	1,00	7,45	21º
52	129140	Andressa Sartori	30/08/1991	4,95	1,20	0,30	1,00	7,45	22º
29	124401	Laine Lorenski	09/09/1990	5,50	0,90	0,00	1,00	7,40	23º
41	125143	Naiana Constante De Oliveira	29/12/1987	5,50	0,90	0,00	0,81	7,21	24º
60	124900	Camila Sueli Manfe	28/09/1994	5,50	0,90	0,30	0,40	7,10	25º
37	116498	Alice De Almeida Santana	02/05/1992	5,50	0,90	0,30	0,36	7,06	26º
42	116568	Luciane Schlickmann	25/04/1994	4,95	1,20	0,30	0,50	6,95	27º
44	118833	Cleusa Kaufmann	28/09/1975	4,40	1,20	0,30	1,00	6,90	28º
35	127630	Daniela Geremia	24/09/1985	4,40	1,20	0,30	0,99	6,89	29º
62	116552	Michele Gassen	14/05/1992	4,95	1,20	0,00	0,56	6,71	30º
43	116589	Daiana Lucia Villa	06/04/1984	4,40	0,90	0,30	0,97	6,57	31º
55	121360	Aline Theobald Klunck	19/03/1990	4,95	1,20	0,30	0,00	6,45	32º
48	116369	Cleunice Bourscheid	14/08/1989	4,40	1,20	0,00	0,75	6,35	33º
53	119066	Jocilene Juliana Nievinski Pasini	13/09/1983	3,85	0,90	0,30	0,90	5,95	34º
33	119895	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	3,85	1,20	0,30	0,60	5,95	35º
39	128168	Marciele Luize Kessler	22/04/1993	4,40	1,50	0,00	0,00	5,90	36º
50	116887	Justina Vivian	23/03/1979	3,30	1,20	0,30	1,00	5,80	37º
47	128682	Suelyn Caroline Reis	11/08/1992	4,95	0,30	0,30	0,00	5,55	38º
22	118596	Rose Mere Sulzbacher Matte	07/01/1971	3,30	0,90	0,30	1,00	5,50	39º
25	115191	Ariane Luiza Fellini Constante	07/10/1990	3,30	0,60	0,60	0,50	5,00	40º
58	116749	Juliane Schemmer	01/09/1988	3,30	0,60	0,00	0,60	4,50	41º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
66	120174	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	5,50	1,20	0,00	0,50	7,20	1º
77	125477	Marilei Furtuoso Bolsoni	20/02/1976	5,50	0,90	0,30	0,40	7,10	2º
72	115353	Juciele Scherer	14/03/1991	5,50	1,20	0,30	0,00	7,00	3º

78	116416	Josenara Tais Heck	23/07/1995	4,40	1,20	0,60	0,50	6,70	4º
74	116160	Juliane Giordani	13/08/1990	5,50	0,60	0,30	0,00	6,40	5º
63	121813	Sirleni Dill Bazzo	25/09/1984	4,40	1,20	0,30	0,50	6,40	6º
76	130905	Marciele Schaefer	23/04/1993	4,40	1,20	0,00	0,50	6,10	7º
71	115058	Francieli Bottega Schneider	19/03/1993	4,95	0,90	0,00	0,00	5,85	8º
65	127955	Debora Alana Flach	25/11/1996	3,30	1,50	0,30	0,50	5,60	9º
73	119332	Diane Ott Lauschner	12/07/1990	3,30	0,90	0,30	0,50	5,00	10º
64	125164	Fernanda Luiza Schoenberger	25/02/1994	3,30	0,90	0,00	0,40	4,60	11º
79	130474	Marli Terezinha Putrick	07/09/1969	3,30	1,20	0,00	0,00	4,50	12º
70	128812	Marisa Kautzmann	21/12/1992	3,30	0,90	0,00	0,00	4,20	13º
75	114476	Dayane Bieger	19/07/1994	2,75	0,90	0,00	0,00	3,65	14º

PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
81	130926	Diully Sara Schroer Lazarotto	15/07/1994	4,40	1,20	0,00	0,00	5,60	1º
82	125537	Silvana Nyland Stuelp	30/03/1990	2,75	1,20	0,60	0,03	4,58	2º

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - HABILITADO | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
98	128916	Denise Scherer Buche	18/11/1974	6,05	1,20	0,60	1,00	8,85	1º
95	121780	Marlize Regines Moras	16/05/1988	5,50	1,50	0,60	0,96	8,56	2º
88	116423	Maria Elisabete Sigolin	07/05/1979	6,05	0,90	0,60	1,00	8,55	3º
102	128977	Andreia De Andrade Moraz	06/06/1987	5,50	1,20	0,60	1,00	8,30	4º
87	127693	Dalvana Franzon	22/05/1988	5,50	1,20	0,60	1,00	8,30	5º
94	119897	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	6,05	1,20	0,30	0,60	8,15	6º
101	118205	Camila Luiza Schmidt	25/12/1994	5,50	1,50	0,60	0,55	8,15	7º
106	120710	Leoni Scheren Mombach	06/09/1981	5,50	1,20	0,60	0,75	8,05	8º
90	124365	Fernanda Paparella Viapiana	30/04/1979	5,50	1,50	0,00	1,00	8,00	9º
92	118323	Tatiane Weiss Justen	07/12/1982	6,05	0,90	0,30	0,57	7,82	10º
109	118790	Elizane Favero Burin	02/12/1987	5,50	1,50	0,00	0,75	7,75	11º
105	116522	Leila Carla Rauch	05/03/1991	4,95	1,50	0,30	0,94	7,69	12º
111	115133	Daiana Hochscheidt	21/05/1993	4,95	1,20	0,60	0,75	7,50	13º
89	116186	Alessandra Kerber	27/07/1990	4,95	0,90	0,60	1,00	7,45	14º
97	127631	Daniela Geremia	24/09/1985	4,95	1,20	0,30	0,99	7,44	15º
86	127379	Liane Jacinta Finger Heck	17/10/1973	4,95	1,20	0,60	0,60	7,35	16º
107	115455	Marciane Rohden Toillier	07/11/1985	4,95	1,20	0,00	1,00	7,15	17º
116	116639	Daiana Lucia Villa	06/04/1984	4,95	1,20	0,00	0,97	7,12	18º
110	116499	Alice De Almeida Santana	02/05/1992	5,50	0,90	0,30	0,36	7,06	19º
91	119450	Cirlene Royer Ceolin	18/09/1982	5,50	0,60	0,30	0,60	7,00	20º
113	129744	Elizandra Girardi Dotti	27/03/1985	4,40	1,20	0,30	0,90	6,80	21º
93	118872	Tania Berenice Schwengber	24/06/1992	4,95	0,90	0,00	0,91	6,76	22º
103	116322	Thaise Marcia Gotz	13/12/1994	4,40	1,20	0,60	0,55	6,75	23º
100	115192	Ariane Luiza Fellini Constante	07/10/1990	4,95	0,60	0,60	0,50	6,65	24º
104	124402	Laine Lorenski	09/09/1990	4,40	1,20	0,00	1,00	6,60	25º
108	129734	Camila Sueli Manfe	28/09/1994	4,95	0,90	0,30	0,40	6,55	26º
99	116553	Michele Gassen	14/05/1992	4,40	1,20	0,00	0,56	6,16	27º
96	116400	Marilene Oswald	11/05/1971	3,85	0,90	0,30	1,00	6,05	28º
83	120656	Marilene De Fatima Dalagustinho	03/04/1966	4,40	1,20	0,30	0,00	5,90	29º
115	116569	Luciane Schlickmann	25/04/1994	3,85	1,20	0,30	0,50	5,85	30º

112	128169	Marciele Luize Kessler	22/04/1993	3,85	1,50	0,30	0,00	5,65	31º
84	128615	Luana Heberle	19/08/1984	4,40	0,90	0,00	0,28	5,58	32º
114	125144	Naiana Constante De Oliveira	29/12/1987	3,85	0,90	0,00	0,81	5,56	33º
85	127636	Neide Kreisig	30/08/1980	3,85	0,90	0,30	0,00	5,05	34º

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
118	127154	Vania Ines Wegner	18/12/1993	5,50	0,90	0,30	0,00	6,70	1º
121	127963	Debora Alana Flach	25/11/1996	4,40	1,50	0,30	0,50	6,70	2º
122	120175	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	4,40	1,20	0,60	0,50	6,70	3º
119	121814	Sirleni Dill Bazzo	25/09/1984	4,40	1,20	0,00	0,50	6,10	4º
120	125165	Fernanda Luiza Schoenberger	25/02/1994	4,40	0,90	0,30	0,40	6,00	5º
117	121321	Flaviani Claudia Carboni	27/03/1995	2,75	0,90	0,30	0,50	4,45	6º

SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA - HABILITADO | Modalidade A

Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
]	124102	Ivania Ott	16/02/1985	6,05	0,90	0,30	0,75	8,00	1º
126	125484	Leidiana Katia Konflanz	20/11/1986	4,95	1,20	0,60	0,96	7,71	2º
127	119451	Cirlene Royer Ceolin	18/09/1982	5,50	0,90	0,30	0,60	7,30	3º
128	118597	Rose Mere Sulzbacher Matte	07/01/1971	4,95	0,90	0,30	1,00	7,15	4º
129	117791	Marilei Christ Lehnhoff	02/01/1985	3,85	1,20	0,60	0,68	6,33	5º
130	118324	Tatiane Weiss Justen	07/12/1982	4,40	0,90	0,30	0,57	6,17	6º

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o item "7", do Edital de Processo Seletivo nº 02/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 04 de Dezembro de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO 133.2015

A Comissão Permanente de Licitação – CPL, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado como PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2015, referente ao Processo administrativo 133/2015, tem por objeto a aquisição de materiais para show pirotécnico (fogos de artifício) para "show da virada" a realizar-se no dia 31/dezembro/2015, tendo como local a praça pública municipal. Ressalta-se que a data de abertura do dia 04/12/2015 as 14H, não houve nenhum interessado, motivo pelo qual esse Pregão foi declarada Deserto e depois de revisto será lançada em data posterior.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 136/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 136/2015

Edital de Pregão Presencial nº 106/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição materiais para show pirotécnico (fogos de artifício) para "show da virada" a realizar-se no dia 31/dezembro/2015.

Entrega das propostas até as 8h30min do dia 18/12/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 04 de dezembro de 2015

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 137/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 137/2015

Edital de Pregão Presencial nº 107/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega imediata que tem por objeto a contratação de serviços de impressão gráfica para a confecção de carimbos destinados para secretarias desta municipalidade, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 10h15min do dia 18 de dezembro de 2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 04 de dezembro de 2015

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO 02/2015 CONCURSO 01/2015

2ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015.

O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, Sr. ENOI SCHERER, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 025/2010 e respectivas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015, sofreu alteração, conforme abaixo especificado:

ONDE SE LÊ:

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação da Classificação/Resultado Final	04.12.2015	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.tunapolis.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC.

LEIA-SE:

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação da Classificação/Resultado Final	07.12.2015	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.tunapolis.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC.

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Tunápolis - SC, 04 de dezembro de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta retificação foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

União do Oeste

PREFEITURA

5 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 08/2013

Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 08/2013, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, sito a Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa FRANCKIELE TRANSPORTES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.244.011/0001-10, com sede na Avenida Tiradentes S/N, centro, União do Oeste - SC, representada neste ato, por sua Representante Legal FRANCKIELE COLPANI, portadora da Cédula de Identidade nº 5.117.032-9 e inscrita no CPF sob o nº 069.503.849-47, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através dos Termos Aditivos N.ºs 01, 02, 03 e 04 para 31 de dezembro de 2016, para continuidade dos serviços de transporte escolar na linha abaixo especificada:

Linha Parafuzinho e Alto Santa Terezinha

Saída: as 6:20h Comunidade do Parafuzinho, Renato Moterle, Tereza Garshal, Abrigo do Valentim Ostroski, retorna Silvestre Stefanski, Vicari, Henrique Bergamaski, Agostinetto, salão do Parafuzinho, Gobbi, salão do Alto Santa Terezinha, abrigo do Zanardi, ERM. Ângelo Soletti, CEI Pingo de Gente, EEB São Luiz, Retorno: 11:00h, Saída do CEI Pingo de Gente, EEB São Luiz, ERM Ângelo Soletti, Abrigo do Zanardi, Alto Santa Terezinha, Luis Siqueira, Parafuzinho, Agusttinetto, Bergamaski, Vicari, Stefanski, Tereza, Sergio Suotoniski, retorna Tereza Garsal, Renato Moterle, entra no Bonetti sobe no Luiz Siqueira, Alto S. Terezinha, Jacir Marquezan, ERM. Ângelo Soletti, CEI. Pingo de Gente, EEB. São Luiz, Retorno: 17:10 horas, CEI Pingo De Gente, EEB. São Luiz, ERM. Angelo Soletti, Jacir Marquezan. Alto S. Terezinha, Luiz Siqueira, Renato Moterle, Bonetti, Tereza Garsal, Sergio Suotoninski, retorna Casemiro Kiviatkoski, Vicari Bergamaski, Agostinetto, Parafuzinho. Turno Matutino e Vespertino. Percurso percorrido diariamente aproximadamente 86,700 Km, sendo total da km estimada para 200 dias letivos. Cláusula Segunda. As despesas decorrente do fornecimento do objeto deste aditivo correrão à conta da Dotação do orçamento do Município do exercício de 2016, com as seguintes classificações:

Órgão - 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade - 2.058 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

CÓD. RED.: 32, 33, 34, 35 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 08/2013, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 02 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

FRANCKIELE COLPANI

FRANCKIELE TRANSPORTES LTDA - ME

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

5 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 09/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 09/2013

Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 09/2013, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, sito a Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa J.I DA COSTA TRANSPORTES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.560.306/0001-56, com sede à Vila Ilha Vermelha s/n, União do Oeste - SC, representada neste ato, pelo seu Representante Legal, IDALINA PESENATTO PERTUSATTI, portadora da Cédula de Identidade nº 2.432.952 e inscrita no CPF sob o nº 864.540.999-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através dos Termos Aditivos N.ºs 01, 02, 03 e 04 para 31 de dezembro de 2016, para continuidade dos serviços de transporte escolar na linha abaixo especificada:

Linha Barra da Europa e Ilha Vermelha.

Saída: às 6:15h saída da Barrada Europa vai até o Capelli, retorna, Gentil Gonçalves Soares, Encruzilhada da Ilha Vermelha, Abrigo do Kroods, Parafuzinho, Waschievski, Alto São Luiz, Cecatto, Entra no Benetti, Retorna Cecatto, ERM Ângelo Soletti, CEI Pingo de Gente, EEB. São Luiz,

Retorno: às 11:10h CEI Pingo de Gente, EEB São Luiz, ERM Angelo Soletti, Cecatto, Encruzilhada do Benetti, Retorna Cecatto, Alto São Luiz, Waschievski, Parafuzinho, Abrigo do Dornelles, Abrigo do Groods, Passa Ilha Vermelha, Vai até o Capelli, Retorna pra Barra da Europa, Ilha Vermelha, vai até Claudécir Shimidt, retorna Parafuzinho, Alto São Luiz, ERM Ângelo Soletti, CEI Pingo de Gente, EEB. São Luiz.

Retorna: às 17:10Hs. CEI Pingo de Gente, EEB. São Luiz, ERM Ângelo Soletti, Alto São Luiz, Waschievski, Parafuzinho, Abrigo do Dornelles, Abrigo do Groods, Ilha Vermelha até Claudécir Shimidt, retorna, Barra da Europa.

Turno Matutino e Vespertino. Percurso percorrido diariamente aproximadamente 94,400 KM, sendo total da km estimada para 200 dias letivos. Cláusula Segunda. As despesas decorrente do

fornecimento do objeto deste aditivo correrão à conta da Dotação do orçamento do Município do exercício de 2016, com as seguintes classificações:

Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade - 2.058 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

CÓD. RED.: 32, 33, 34, 35 – APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 09/2013, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 02 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

IDALINA PESENATTO PERTUSATTI

J.I DA COSTA TRANSPORTES LTDA - ME

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: Marília Miorelli Nome: José Tessaro
CPF: 057.672.509-95 CPF: 460.292.909-59

5 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 10/2013

Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 10/2013, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, sito a Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa JNP TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.534.453/0001-51, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral s/n, centro, União do Oeste/SC, representada neste ato, pelo seu Representante Legal, JOACIR LUIZ LASTA, portador da Cédula de Identidade n.º 12R/2.160.422 e inscrita no CPF sob o n.º 580.099.739-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através dos Termos Aditivos N.ºs 01, 02, 03 e 04, para 31 de dezembro de 2016, para continuidade dos serviços de transporte escolar nas linhas abaixo especificadas:

Linha Adolfo Konder E Linha Bonita

Saída: às 6:20h do Matiello, entra na granja do Cassaro, retorna Linha Bonita, abrigo do Balén, Amauri Martello, retorna até o Peccinin, vai até o Pilatti, Neri Brustulin, até EEB. São Luiz, CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, retorna Pingo de Gente.

Retorno: às 11:10h CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, EEB. São Luiz, Neri Brustulin, Pilatti, Peccinin, abrigo do Balén, Amauri Martello, Salão de Linha Bonita, Roman, Cassaro, Matiello.

Retorna: Matiello, retorna Linha Bonita, sobe no Roman, Salão, vai até o Souza, encruilhada do Tope da Serra, Isaura Correia, abrigo do Balén, Amauri Martello, Peccinin, vai até o Ivanir Ugolini, Neri Brustulin, até EEB. São Luiz, CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, retorna Pingo de Gente.

Retorno: às 17:10 CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, EEB. São Luiz, Neri Brustulin, Ivanir Ugolini, Peccinin, abrigo do Balén, Amauri Martello, encruilhada do Tope da Serra, Isaura Correia, Souza, Salão de Linha Bonita, Roman, Matiello.

Turno Matutino e Vespertino. Percurso percorrido diariamente aproximadamente 89,900 Km, sendo total da km estimada para 200 dias letivos.

Linha Adolfo Konder

Saída: às 6:20hs, Valdemir Daniel, residência do Néri Riboli, retorna Maximino Toniazzo, abrigo da Concórdia, Paulo Zatti, Lauri Da Rocha, Valdemir Daniel, João Freiberger, Zilto Zatti, até EEB. São Luiz, CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, retorna Pingo de Gente.

Retorno: às 11:10h CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, EEB. São Luiz, Zilto Zatti, João Freiberger, Neri Riboli, Maxemino Toniazzo, abrigo da Concórdia, Paulo Zatti, Lauri Da Rocha, Valdemir Daniel, João Freiberger, Zilto Zatti, vai até a residência de Ivan Ugolini, EEB. São Luiz, CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, retorna Pingo de Gente.

Retorno: às 17:10h CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, EEB. São Luiz, Ivan Ugolini, Zilto Zatti, João Freiberger, Maxemino Toniazzo, abrigo da Concórdia, Paulo Zatti, Lauri Da Rocha, Valdemir Daniel.

Turno Matutino e Vespertino. Percurso percorrido diariamente aproximadamente 72,00 Km, sendo total da km estimada para 200 dias letivos.

Cláusula Segunda. As despesas decorrente do fornecimento do objeto deste aditivo correrão à conta da Dotação do orçamento do Município do exercício de 2016, com as seguintes classificações:

Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade - 2.058 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

CÓD. RED.: 32, 33, 34, 35 – APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 10/2013, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 02 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JOACIR LUIZ LASTA

JNP TRANSPORTES LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: Marília Miorelli Nome: José Tessaro
CPF: 057.672.509-95 CPF: 460.292.909-59

6 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 11/2013

Sexto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 11/2013, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, sito a Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa TRANSPORTES TUNA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.539.089/0001-12, com sede na Rua Anchieta n.º 630, centro, União do Oeste/SC, representada neste ato, pelo seu Representante Legal, LEANDRO RODRIGUES, portador da Cédula de Identidade nº 4.291.448 e inscrito no CPF sob o nº 044.696.599-59, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através dos Termos Aditivos N.ºs 01,02, 03, 04 e 05 para 31 de dezembro de 2016, para continuidade dos serviços de transporte escolar na linha abaixo especificada:

LINHA SANTO ANTONIO DO MEIO

Saida as 6;15 hs Marcio Pasa, Darci Cassaro, Roberto Cassaro, Vila, José Rebonatto, Severino Biazzi, vila, Valdir Esmaniotto, Orlando Jardini, retorna, Nereu Matté, Cavalek, Francisco Rauber, Bianchi, Mauro Luzzi. EEB. São Luiz, CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, retorna Pingo de Gente.

Retorno: 11:10 CEI: Pingo de Gente,ERM. Angelo Soletti EEB São Luiz. Mauro Luzzi, Bianchi, Francisco Rauber, Cavalek, Nereu matté, Valdir Esmaniotto, Orlando Jardini, retorna, Auto Posto Enderle, Vai até Marcio Pasa, Darci Cassaro, Roberto Cassaro, José Rebonatto, Severino Biazzi, segue até Nereu Matté, Francisco Rauber, Bianchi, Mauro Luzzi. EEB. São Luiz, CEI Pingo de Gente, ERM Ângelo Soletti, retorna Pingo de Gente.

Retorno: 17:10 CEI: Pingo de Gente,ERM. Angelo Soletti EEB São Luiz. Mauro Luzzi, Bianchi, Francisco Rauber, Nereu matté, Valdir Esmaniotto, Orlando Jardini, retorna, Enderle, José Rebonatto, Severino Biazzi, Enderle, Roberto Cassaro, Zanetti, Marcio Pasa. Turno Matutino e Vespertino. Percurso percorrido diariamente 94,900 KM.

Cláusula Segunda. As despesas decorrente do fornecimento do objeto deste aditivo correrão à conta da Dotação do orçamento do Município do exercício de 2016, com as seguintes classificações:

Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade - 2.058 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

CÓD. RED.: 32, 33, 34, 35 – APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 11/2013, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 02 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

LEANDRO RODRIGUES

TRANSPORTES TUNA LTDA - ME

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

DECRETO N. 2973/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO Nº. 2.973/2015, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			
		O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei nº. 1016/2014;			

DECRETA;

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2015 no valor de R\$ 103.916,40 (cento e três mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta centavos), oriundos do possível excesso de arrecadação em fonte específica, destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO

FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral

Projeto Atividade: 2.019 – Manutenção das Atividades do Gabinete

171 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.189 17.159,67

Órgão: 03 - SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral

Projeto Atividade: 2.020 – Manutenção das Atividades Administrativas

172 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.189 11.208,85

Unidade Orçamentária: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 123 Administração Financeira

Projeto Atividade: 2.021 – Manutenção das Atividades Financeiras

173 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.189 5.446,21

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 361 Ensino Fundamental

Projeto Atividade: 2.035 – Manutenção do Ensino Fundamental

174 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.189 30.488,67

Unidade Orçamentária: 05.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

FUNÇÃO: 27 Desporto e Lazer - SUBFUNÇÃO: 812 Desporto Comunitário

Projeto Atividade: 2.046 – Manutenção das Atividades Esportivas

175 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.189 3.435,01

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 Assistência Social - SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária

Projeto Atividade: 2.023 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

176 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.189 10.226,84

Projeto Atividade: 2.053 – Manutenção do Piso Variável de Proteção Social Básica

62 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0135.000035 10.455,83

Órgão: 07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FUNÇÃO: 20 Agricultura - SUBFUNÇÃO: 606 Extensão Rural

Projeto Atividade: 2.043 – Manutenção das Atividades da Agricultura

177 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.189 4.365,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

FUNÇÃO: 26 Transportes - SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário

Projeto Atividade: 2.045 – Manutenção do Departamento de Transportes e Obras

178 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.189 2.199,46

Unidade Orçamentária: 08.02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

FUNÇÃO: 15 Urbanismo - SUBFUNÇÃO: 452 Serviços Urbanos

Projeto Atividade: 2.041 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos

179 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.189						8.930,86
Saldo Total a Suplementar						103.916,40
Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação em fonte de recurso específica descritas a seguir:						
ORIGEM DOS RECURSOS						
Fonte Recurso: 00.01.0189 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas						93.460,57
Origem: Leilão de Bens Móveis do Município						
Fonte Recurso: 00.01.0135 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Piso Básico Variável (SCFV)						10.455,83
Origem: União						
Total de Recursos Suplementados						103.916,40
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.						
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.						
EVERALDO LUIS CASONATTO						
Prefeito Municipal						

DECRETO N. 2975/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.975, De 02 de dezembro de 2015.

Decreta Ponto Facultativo Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73., Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que dia 25 de dezembro de 2015 é comemorado o Natal;

Considerando que dia 01 de janeiro de 2016 é comemorado o dia da Confraternização Universal;

Considerando a necessidade de conter despesas para o fechamento do exercício financeiro;

DECRETA:

Art.1º Fica decretado Ponto Facultativo Municipal nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de União do Oeste, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 01/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do Contrato: 01/2014/FMS
Data de assinatura: 04/12/2015
Processo de Licitação: 34/2013/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: LUCIANA DAMIAN
CNPJ/CPF: 728.448.339-34
Objeto: locação de terreno para funcionamento de estacionamento e garagem.
Vigência prorrogada até 31/12/2016.
Valor Global: R\$ 9.032,40

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 143/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do Contrato: 143/2015/FMS
Data de assinatura: 04/12/2015
Processo de Licitação: 05/2015/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 02.792.912/0001-79
Objeto: prestação de serviço de empresa especializada em gestão de saúde.
Vigência prorrogada até 31/12/2016.
Valor Global: R\$ 10.434,84

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 102/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do Contrato: 102/2013/FMS
Data de assinatura: 04/12/2015
Processo de Licitação: 07/2013/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: COLIX SOLUÇÕES PARA RESÍDUOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.869.279/0001-68
Objeto: serviço de coleta e transporte de resíduos de saúde das Unidades de Saúde de Urussanga/SC
Vigência prorrogada até 31/12/2016.
Valor Global: R\$ 17.400,00

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 175/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do Contrato: 172/2013/FMS
Data de assinatura: 04/12/2015
Processo de Licitação: 19/2013/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: IVETE TERESINHA PREVIDI CROZETTA
CNPJ/CPF: 117.909.460-34
Objeto: locação de imóvel para funcionamento da Unidade Básica de Saúde, em Urussanga/SC.
Vigência prorrogada até 31/12/2016.
Valor Global: R\$ 2.924,72

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 128/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do Contrato: 128/2014/FMS
Data de assinatura: 04/12/2015
Processo de Licitação: 25/2014/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: STELLA MARIS DE AGOSTIN TALAMINI
CNPJ/CPF: 415.520.409-68
Objeto: locação de imóvel para funcionamento da vigilância sanitária.
Vigência prorrogada até 31/12/2016.
Valor Global: R\$ 20.080,08

CÂMARA MUNICIPAL**ATO Nº 26, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015.**

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Daniela Piacentini Visintim, no uso de suas atribuições e em consonância aos arts. 24 e 25, da Lei Orgânica, c/c os arts. 49, 50, 93, inciso II, e 147, inciso III, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 26, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, OFICIALIZADA POR MEIO DO ATO Nº 3, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015.

Art. 1º Altera a composição das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Urussanga, oficializada por meio do Ato nº 3, de 2 de fevereiro de 2015, conforme abaixo:

CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
Reuniões às segundas-feiras, às 17h

Presidente: Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB
Vice-Presidente: Vereador Odivaldo Bonetti/PP
Secretária: Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB
Suplente: Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon/PP

FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO
Reuniões às segundas-feiras, às 16h30min

Presidente: Vereador Omero De Bona/PP
Vice-Presidente: Vereador Jucemar Sangaletti/PMDB
Secretário: Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon/PP
Suplente: Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB

OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Reuniões às segundas-feiras, às 17h

Presidente: Vereador Marcos Roberto Silveira/PT
Vice-Presidente: Rozemar Sebastião/PSD
Secretário: Vereador Jucemar Sangaletti/PMDB
Suplente: Vereador Odivaldo Bonetti/PP

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 4 de dezembro de 2015.
Vereadora Daniela Piacentini Visintim
Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira
Vice-Presidente

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
1ª Secretária

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
1ª Secretária

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015

Extrato de EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 17 de dezembro de 2015 às 09h20min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de óleo diesel S10 e gasolina comum para o Exercício 2016, através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 53/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 04 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2015

Extratos de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 54/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 17 de dezembro de 2015 às 10 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa para locação de horas de um caminhão munck em perfeitas condições de uso, acoplado com cesto aéreo, com fornecimento de combustível e com operador/motorista, para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2016, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 54/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 04 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 55/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 17 de dezembro de 2015 às 14h15min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC, para o Exercício 2016, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 55/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 04 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, realizará no dia 17 de dezembro de 2015, às 08h30min, Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo Menor Preço Por Item e tem por objeto a aquisição parcelada de leite em pó utilizado em dietas alimentares para combater as carências nutricionais de pessoas de baixa renda do Município com solicitação de médico ou nutricionista, para o Exercício 2016, através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 52/2015 – Fundo Municipal de Saúde.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 04 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS REFERENTE AOS CONTRATOS Nº 001/2013, Nº 40/2014 E Nº 105/2014.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS referente aos contratos nº 001/2013, nº 40/2014 e nº 105/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEXTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 001/2013 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 001/2013.

Vargeão SC, 02 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 40/2014 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 40/2014.

Vargeão SC, 02 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: KADOBIT INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 105/2014 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 105/2014.

Vargeão SC, 02 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015

A Comissão Permanente de Licitações torna pública a data de 09 de Dezembro de 2015 às 16:00 horas para a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CONCLUSÃO DA AMPLIAÇÃO E REFORMA NO C.E.ME.I. (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) DIONÍSIO ROBASKEVICZ E REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DO C.E.ME.I. (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) GIOVANA LOCATELLI DE ACORDO COM MEMORIAIS E PROJETOS ANEXOS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Videira, 04 de Dezembro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECRETO Nº 12.580/15

DECRETO Nº 12.580/15, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.302/15, de 03 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação
02 – Departamento de Ensino Fundamental
2.035 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 600.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 700.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação
03 – Departamento de Ensino Infantil
2.039 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 700.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 700.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.581/15

DECRETO Nº 12.581/15, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.303/15, de 03 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 446.742,52 (Quatrocentos e quarenta e seis mil setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	366.742,52
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	30.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	15.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	15.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	446.742,52

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.025 – Aquisição de Veículos	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	5.935,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	115.807,52
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	200.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	

2.066 – Vigilância Sanitária	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	35.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.067 – Programa DST/AIDS	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	446.742,52

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.582/15

DECRETO Nº 12.582/15, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.304/15, de 03 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 1.022 – Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064.9 – Aplicações Diretas	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas	230.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	300.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015 e da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.063 – Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.9 – Aplicações Diretas	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas	79.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas	115.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	264.000,00
--------------------------	------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.583/15

DECRETO Nº 12.583/15, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 59.210,52 (cinquenta e nove mil, duzentos e dez reais e cinquenta e dois centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2.054 – Manutenção do Departamento de Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0026 Aplicações Diretas 59.210,52

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 59.210,52

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.584/15

DECRETO Nº 12.584/15, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.305/15, de 03 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.050 – Manutenção da Iluminação Pública	
3.3.72.00.00.00.00.00.01.0014 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	55.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	55.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.589/15

DECRETO Nº 12.589/15, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	15.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	15.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	

2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	15.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de Dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de Dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI Nº 3.302/15

LEI Nº 3.302/15, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação
 02 – Departamento de Ensino Fundamental
 2.035 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 600.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 700.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação
 03 – Departamento de Ensino Infantil
 2.039 – Manutenção do FUNDEB – Ensino Infantil
 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 700.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 700.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI Nº 3.303/15

LEI Nº 3.303/15, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 446.742,52 (Quatrocentos e quarenta e seis mil setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	366.742,52
3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	30.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	15.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	15.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	446.742,52

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.025 – Aquisição de Veículos	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	5.935,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	115.807,52
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	200.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	35.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.067 – Programa DST/AIDS	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	20.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	446.742,52
--------------------------	------------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI Nº 3.304/15

LEI Nº 3.304/15, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 1.022 – Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.9 – Aplicações Diretas	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas	230.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	300.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015 e da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.063 – Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.9 – Aplicações Diretas	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas	79.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas	115.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	264.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

LEI Nº 3.305/15

LEI Nº 3.305/15, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.050 – Manutenção da Iluminação Pública	
3.3.72.00.00.00.00.00.01.0014 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	55.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	55.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0870/15

PORTARIA nº 0870/15

Revoga a Portaria nº 0820/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no que consta no Processo Administrativo nº 20.753/2015;

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 0820/15, que Concede Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor JAIR CELSO CHEROBIN, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, a partir de 1º de janeiro de 2016 até 1º de abril de 2016, referente ao quinquênio de 03 de junho de 2003 até 02 de junho de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0871/15

PORTARIA nº 0871/15

Revoga a Portaria nº 0821/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no que consta no Processo Administrativo nº 20.753/2015;

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 0821/15, que Concede Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor JAIR CELSO CHEROBIN, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, a partir de 02 de abril de 2016 até 02 de julho de 2016, referente ao quinquênio de 03 de junho de 2008 até 02 de junho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0873/15

PORTARIA nº 0873/15

Autoriza o Uso do Parque do Rio do Peixe

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 19649/2015;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do estacionamento do Parque do Rio do Peixe pela Escola de Educação Infantil Comecinho de Vida e Gennius – Ensino Fundamental, no dia 12 de dezembro de 2015, no período da tarde, a fim de realizar a Festiva Natalina, como também manter aberto o estabelecimento comercial durante o evento.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;

d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;

e. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

f. Responsabilizar-se pelo uso e conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas, dos bens pertencentes ao patrimônio público;

g. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015-PMV

Ofício nº

Videira, 1º de dezembro de 2015.

Ref. Licitação – Pregão Presencial nº 72/2015-PMV

NOTIFICAÇÃO

Prezados Senhores,

Tendo em vista a Autorização de Fornecimento nº 3071/2015, referente ao processo licitatório em epígrafe, recebida pela empresa FAMOVESC Indústria e Comércio de Móveis Ltda. – ME em 29/09/2015, e, ainda, considerando-se o disposto no item 5.2 da Ata de Registro de Preços nº 92/2015, segundo o qual “Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras do Município”, vimos por meio desta NOTIFICAR Vossas Senhorias para que forneçam os produtos no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento desta, sob pena de serem aplicadas as sanções legais cabíveis.

Solicitamos ato seguinte ao recebimento, seja enviado retorno com data e assinatura pelo responsável da empresa.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

LUCELIA FEDRIGO
Pregoeira

Recebido em
____/____/2015.

Assinatura e carimbo (nome legível)

DESTINATÁRIO:
FAMOVESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – ME
Rua Bento Aguido Vieira, s/nº, Bela Vista I
CEP: 88.010-130 – São José/SC
Fone: (48) 3247-3999
E-mail: cicero.vc@hotmail.com.br

TERMO ADITIVO Nº 135/2015

Termo Aditivo nº 135/2015

Contrato/Ata nº: CTnº 255/2014

Processo: TP nº 17/2014- PMV

Contratado: ADEMIR LUIZ BOGONI - EPP.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 108 (cento e oito) dias, com efeitos a partir de 24/12/2015 até 10/04/2016, para finalização e entrega da obra, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Planejamento e autorização do Sr. Prefeito Municipal.

Data: 04/12/2015

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 004/2015 FMS

Processo de Licitação 004/2015 FMS

Modalidade: Pregão 003/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME PROGRAMA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROPOSTA 11347.201000/1140-01, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 17 de dezembro 2015 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 07 de outubro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228/2015

PORTARIANº. 228/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROBERTA SCHMITT

Cargo: TURISMÓLOGA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 07/12/2015 a 05/01/2016, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 07 de dezembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 241/2015

DECRETO Nº AJG 241/2015

REMANEJA PONTO DE TAXI E VAGA, REVOGA ARTIGO 1º E PARÁGRAFO ÚNICO DO DECRETO Nº AJG 136/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal bem como pela Lei e Regulamentos que tratam da exploração do serviço de transportes de passageiros na modalidade Táxi;

Considerando que o Conselho Municipal de Trânsito deliberou pelo retorno das atividades do Ponto de Táxi n. 01, ao ponto inicial e antigo localizado na Rua Dr. José de Miranda Ramos em frente a Farmácia Drogacentro;

Considerando que no artigo 37 da Lei Complementar Municipal nº 2916/06, determina a distância em linha reta de no mínimo 200 metros de cada ponto de táxi;

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado o Ponto de Taxi Nº 01, localizado na Rua Dr. José de Miranda Ramos, nº 103, em frente à farmácia, para a Rua Dr. José de Miranda Ramos, próximo a farmácia Drogacentro, e automaticamente transferida a Permissão concedida aos taxistas: Carmo Pires da Rosa e Luiz Antônio Trucullo, através dos respectivos Termos de Permissão firmados pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. O ponto remanejado terá a capacidade de atender a permanência fixa de 02 (dois) veículos.

Art. 3º. Fica determinado ao Departamento Municipal de Trânsito para que efetue a demarcação das vagas e demais procedimentos previstos na legislação Municipal pertinente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Fica revogado o artigo 1º e parágrafo único do Decreto nº LJV 136/2012, de 21.08.2012.

Xanxerê/SC, 04 de dezembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 242/2015

DECRETO Nº AJG 242/2015

REMANEJA PONTO DE TAXI E VAGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal bem como pela Lei e Regulamentos que tratam da exploração do serviço de transportes de passageiros na modalidade Táxi;

Considerando que o Conselho Municipal de Trânsito deliberou pelo remanejamento do Ponto de Táxi n.15, localizado na Rua Visconde de Cairú (em frente ao CAIC) Bairro Vista Alegre;

Considerando que a solicitação possui declaração de concordância

do Presidente do SINCAVIR – Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Xanxerê sobre o remanejamento;

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado o Ponto de Taxi Nº 15, localizado na Rua Visconde de Cairú (em frente ao CAIC), Bairro Vista Alegre, para a Rua Doralina Schuster, em frente a nova Unidade de Saúde, Bairro Vista Alegre.

Art. 2º. O ponto remanejado terá a capacidade de atender a permanência fixa de 01 (um) veículos.

Art. 3º. Fica determinado ao Departamento Municipal de Trânsito para que efetue a demarcação das vagas e demais procedimentos previstos na legislação Municipal pertinente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de dezembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 275/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 275/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VIRAM e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 20 (vinte) dias a partir de 04.12.2015 a 23.12.2015 a Servidora Pública Municipal, a Sra. GELCIRA PICCOLLI, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 2.429.754-2 e CPF nº 736.400.699-00 nomeada conforme Decreto nº JB 463/94 no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA, com quarenta (40) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 04472/2015 datado de 04.12.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

24.07.2006 a 08.06.2009: 18 (dezoito) dias.

08.06.2009 a 07.06.2012: 02 (dois) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir desta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Dezembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 102/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE XAXIM – SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 203/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 102/2015

LICITAÇÃO COM TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS NA LC 123/2006 e 147/2014.

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de material de limpeza para uso nas unidades de saúde do Município de Xaxim. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h: 30min do dia 17 de dezembro de 2015, procedendo à abertura às 14h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 04 de dezembro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Associações

AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 07/2015 – ASSEMBLEIA GERAL DA AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 07/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DA AMERIOS PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

Art. 1º - O Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Dilair Menin, Prefeito de Caibi, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da 164ª Assembleia Geral Ordinária que se realizará no próximo dia 10 de dezembro, quinta-feira, com início às 17h30min, no Lar dos Idosos, sito Rua Salgado Filho, 765 (perto da APAE), em Caibi/SC, para tratar dos seguintes assuntos:

I- 17h30min - Abertura da Assembleia e Leitura da Ata da Assembleia anterior;

II- 17h40min - Apresentação Cultural;

III- 18h - Relatório das Atividades da AMERIOS, CIS/AMERIOS e CIGAMERIOS referente o exercício de 2015;

IV- 18h30min - Prestação de contas referente o mês de novembro de 2015;

V- 18h35min - Eleição da nova Diretoria Executiva da AMERIOS e do CIS/AMERIOS para o exercício de 2016, sendo que assume automaticamente a partir de 01/01/2016;

VI- 18h50min- Assuntos diversos;

VII- 18h55min - Palavra livre;

VIII- 19h- Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha- SC, 10 de novembro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Caibi

EGEM

EDITAL Nº 029.2015 - CONVOCAÇÃO_AGE 2015_EGEM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2015 – Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, Senhor EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto nos arts. 9, 10, 11 "a", 12, 13, 15 "b", 19 "d" do Estatuto Social, CONVOCA:

Os senhores prefeitos, membros do Conselho de Administração, os Senhores Prefeitos, membros do Conselho Fiscal e os Senhores Prefeitos, presidentes das Associações de Municípios de Santa Catarina ou seus legítimos representantes para a Assembleia Geral Extraordinária da EGEM, com a seguinte ordem do dia:

- Abertura da Assembleia Geral Extraordinária;

- Alteração do endereço da sede administrativa da Instituição;

- Contratação de financiamento bancário.

- Encerramento da Assembleia Geral Extraordinária.

Data: 15 de dezembro de 2015

Horário: 13h30

Local: Centro Executivo Imperatriz

Rua General Liberato Bittencourt, 1885 – Auditório sala 1201 - 12º andar

Bairro Estreito, Florianópolis/SC

Florianópolis, 07 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito de Penha

Presidente da EGEM

Consórcios

ARIS

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA ARIS 03/2015

Florianópolis, 02 de novembro de 2015

CONVITE

A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS convida a todos os moradores e demais interessados para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA, que estará sendo realizada no dia 17 de dezembro de 2015, às 18 horas, no Portal Naval Turístico, - Centro - São Francisco do Sul, sito a Rua Babitonga, Nº 62. Cep: 89240-000, com a seguinte programação.

18h00 – Apresentação dos Estudos da Revisão Ordinária das Tarifas dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Concessionária Águas de São Francisco do Sul LTDA que embasam as decisões da ARIS.

Desde já agradecemos a presença.

Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 026/2015

DELIBERAÇÃO N. 26/2015

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água prestados pelo SAMAE do município de Meleiro.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício n. 012/2015, de 09 de novembro de 2015, no qual o SAMAE do município de Meleiro, requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água; e considerando o PARECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, apresentado em anexo ao procedimento administrativo n. 186/2015 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 15,48%, compreendido no período de janeiro/2014 a outubro/2015, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 186/2015;
2. Fica também autorizado ao SAMAE do município de Meleiro, reajustar os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pelo SAMAE de Meleiro aos usuários;
4. O SAMAE do município de Meleiro deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água e esgoto, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2015.
ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 027/2015

DELIBERAÇÃO N.27/2015

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pelo SAMAE do município de Governador Celso Ramos.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício SAMAE n. 140/2015, de 31 de agosto de 2015, no qual o SAMAE do município de Governador Celso Ramos, requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e considerando o PARECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, apresentado em anexo ao procedimento administrativo n. 147/2015 vem:

1. Fica concedido somente o reajuste tarifário em até 11,54% sem a inclusão de novas categorias tarifárias, com base no parecer técnico da Diretoria de Regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 147/2015;
2. Fica também autorizado ao SAMAE do município de Governador Celso Ramos, reajustar os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pelo SAMAE de Governador Celso Ramos aos usuários;
4. O SAMAE do município de Governador Celso Ramos deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água e esgoto, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2015.
ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

REGULAMENTO AUDIÊNCIA PÚBLICA ARIS 03/2015

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ARIS 03/2015

TEMA: APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DA REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DAS TARIFAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO LTDA

Data: 17/12/2015

Hora: 18h00

Local: Portal Naval Turístico – Rua Babitonga, Nº62 – Centro – São Francisco do Sul – SC, sito à rua 17 de dezembro de 2015, com início previsto às 18h.

JUSTIFICATIVAS E ESCLARECIMENTOS

A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS, promoverá a Audiência Pública ARIS 03/2015, para apresentação dos estudos da revisão ordinária das tarifas da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da concessionária Águas de Itapema, que embasam as

decisões da ARIS, com o fim de dar publicidade e transparência às ações reguladoras da ARIS.

Convidamos, assim, todos os moradores da cidade já que a matéria e seus efeitos envolvem toda a sociedade local e por fim, com o intuito de dar transparência e segurança jurídica ao processo, dá-se publicidade ao presente regulamento que disciplinará as regras e procedimentos regentes da Audiência Pública, nos termos aqui explicitados.

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Audiência será promovida pela AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS, responsável pela organização e direção dos trabalhos.

Art. 2º A Audiência realizar-se-á com a finalidade de dar publicidade, legitimidade e transparência às ações reguladoras da ARIS.

Art. 3º A Audiência Pública ocorrerá no dia 17 de dezembro de 2015, às 18h00, Portal Naval Turístico – Rua Babitonga, Nº62 – Centro – São Francisco do Sul – SC, sito à Rua 17 de dezembro de 2015, com início previsto às 18h

Art. 4º A Audiência será realizada com exposição oral, na forma disciplinada neste regulamento, sendo as perguntas na forma escrita e entregues até o final da apresentação técnica.

Art. 5º Serão convidados a participar da Audiência Pública a sociedade civil, órgãos públicos, entidades representativas da sociedade e de setores interessados na matéria objeto da Audiência, bem como todo e qualquer cidadão que se interesse pelo tema.

Art. 6º Será designado, pelo Diretor Geral da ARIS, o presidente da Audiência para a condução dos trabalhos, bem como o secretário para que o auxilie nos trabalhos, nos termos definidos neste regulamento.

§ 1º São prerrogativas do presidente da Audiência:

- I - Realizar uma apresentação de objetivos e regras de funcionamento da Audiência, ordenando o curso dos debates;
- III - Conceder a palavra, a qualquer momento, a servidores ou expositores convidados que possam auxiliar no debate ou esclarecer temas técnicos;
- IV - Modificar a ordem das exposições, por razões de melhor organização;
- V - Exigir, em qualquer etapa do procedimento, a unificação das exposições das partes com interesses em comum e, em caso de divergências entre elas, decidir a respeito do responsável pela exposição;
- VI - Decidir sobre a pertinência das intervenções escritas e orais com o objeto em debate e a aceitação ou não de participantes não inscritos, nos termos deste regulamento, em atenção à boa ordem do procedimento e respeitando o direito de livre manifestação das pessoas;
- VII - Organizar os pedidos de réplica e tréplica;
- VIII - Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da Audiência, bem como de sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;
- IX - Ampliar, excepcionalmente, o tempo das exposições, quando o considere necessário ou útil;
- X - Autorizar a transmissão radiofônica e/ou televisiva da Audiência;
- XI - Declarar o fim da Audiência Pública.

§ 2º São deveres do Presidente:

- I - Garantir a palavra a todos os participantes inscritos, assim como aos expositores técnicos convidados;
- II - Manter sua imparcialidade, abstendo-se de emitir juízo de valor sobre a opinião ou propostas apresentadas pelos participantes.

TÍTULO II DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

CAPÍTULO I DA INSCRIÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Art. 7º A presença na Audiência Pública será aberta a todos os interessados.

Art. 8º Os interessados em formular questionamentos e propostas para serem discutidas na Audiência Pública deverão encaminhá-las por escrito a mesa diretora dos trabalhos após as apresentações técnicas.

Art. 9º Para participação nos debates durante a Audiência, por meio do uso da palavra ou manifestação por escrito, os interessados necessariamente deverão fazer sua inscrição, mediante formulário próprio à disposição no local.

§ 1º A ordem de inscrição determinará a ordem de participação dos inscritos

§ 2º O secretário de mesa será o responsável pelo controle das inscrições

§ 3º Só será permitida a inscrição de um representante por pessoa jurídica, salvo se houver reduzido número de inscritos, de maneira a permitir nova rodada de debates.

§ 4º. Na hipótese de haver, no local, pessoas, físicas ou jurídicas, não inscritas, mas interessadas em fazer uso da palavra, caberá exclusivamente ao presidente da mesa permitir ou não sua manifestação.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO

Art. 10. A Audiência terá seus trabalhos iniciados com a composição da mesa.

Parágrafo único. Serão integrantes da mesa o Prefeito Municipal ou seu representante legal, o Presidente da Câmara de Vereadores ou seu representante, o Diretor Geral da ARIS, o Diretor Presidente da Águas de São Francisco Ltda ou seu representante e outros participantes que a presidência da mesa considerar.

Art. 11. Após a composição da mesa, será iniciado o procedimento com a abertura formal da Audiência, com breve explicação das normas que a regerão e das demais informações necessárias e úteis para a condução dos trabalhos.

§ 1º Após a exposição do presidente, será dada a palavra aos demais componentes da mesa, com tempo máximo de manifestação de 05 (cinco) minutos, podendo ser ampliado pelo presidente para melhor exposição do assunto, quando necessário.

§ 2º Após, será dada palavra ao técnico da ARIS que fará a exposição do tema objeto da Audiência em um tempo não superior a 50 minutos.

§ 3º Encerrada a apresentação, será dada a palavra aos participantes previamente inscritos, seguindo a ordem de inscrição, com tempo máximo para cada participante de 02 (dois) minutos, podendo ser ampliado pelo presidente, quando necessário ao esclarecimento do assunto.

§ 4º O presidente facultará a palavra aos membros da mesa ou técnicos convidados para responder aos questionamentos.

§ 5º Concluídas as exposições e manifestações, o presidente dará por concluída a Audiência.

§ 6º Ao final dos trabalhos, a ata será subscrita pelo secretário de mesa, sendo o presidente responsável pela sua divulgação e

publicidade, tornando-a disponível no site da ARIS e da Água de Itapema em até 05 dias após a realização da Audiência.

CAPÍTULO III DA PUBLICIDADE

Art. 12. É facultado aos organizadores da Audiência convidar especialistas, pesquisadores, técnicos, associações ou entidades civis com notória atuação nas áreas afetas ao tema da Audiência para comparecerem na qualidade de convidados.

Art. 13. A Audiência terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização.

Parágrafo único. Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro, desde que autorizadas pelo presidente, em razão das limitações do espaço físico onde se realizará o evento.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas no evento ou em decorrência deste terão a finalidade de informar a atuação da Administração Pública, contribuindo para observância dos princípios da transparência, isonomia e eficiência, assegurando a participação popular, na forma da lei, na condução do interesse público.

REGULAMENTO AUDIÊNCIA PÚBLICA ARIS 04/2015

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ARIS 04/2015

TEMA: APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DA REVISÃO ORDINÁRIA DAS TARIFAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Data: 18/12/2015

Hora: 18h00

Local: Plenarinho da Prefeitura Municipal de Itapema

JUSTIFICATIVAS E ESCLARECIMENTOS

A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS, promoverá a Audiência Pública ARIS 04/2015, para apresentação dos estudos da revisão ordinária das tarifas da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da concessionária Águas de Itapema, que embasam as decisões da ARIS, com o fim de dar publicidade e transparência às ações reguladoras da ARIS.

Convidamos, assim, todos os moradores da cidade já que a matéria e seus efeitos envolvem toda a sociedade local e por fim, com o intuito de dar transparência e segurança jurídica ao processo, dá-se publicidade ao presente regulamento que disciplinará as regras e procedimentos regentes da Audiência Pública, nos termos aqui explicitados.

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Audiência será promovida pela AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS, responsável pela organização e direção dos trabalhos.

Art. 2º A Audiência realizar-se-á com a finalidade de dar publicidade,

legitimidade e transparência às ações reguladoras da ARIS.

Art. 3º A Audiência Pública ocorrerá no dia 18 de dezembro de 2015, às 18h00, no Plenarinho da Prefeitura Municipal de Itapema, localizada na Av. Nereu Ramos, nº 134, Centro - Itapema, SC.

Art. 4º A Audiência será realizada com exposição oral, na forma disciplinada neste regulamento, sendo as perguntas na forma escrita e entregues até o final da apresentação técnica.

Art. 5º Serão convidados a participar da Audiência Pública a sociedade civil, órgãos públicos, entidades representativas da sociedade e de setores interessados na matéria objeto da Audiência, bem como todo e qualquer cidadão que se interesse pelo tema.

Art. 6º Será designado, pelo Diretor Geral da ARIS, o presidente da Audiência para a condução dos trabalhos, bem como o secretário para que o auxilie nos trabalhos, nos termos definidos neste regulamento.

§ 1º São prerrogativas do presidente da Audiência:

I - Realizar uma apresentação de objetivos e regras de funcionamento da Audiência, ordenando o curso dos debates;

III - Conceder a palavra, a qualquer momento, a servidores ou expositores convidados que possam auxiliar no debate ou esclarecer temas técnicos;

IV - Modificar a ordem das exposições, por razões de melhor organização;

V - Exigir, em qualquer etapa do procedimento, a unificação das exposições das partes com interesses em comum e, em caso de divergências entre elas, decidir a respeito do responsável pela exposição;

VI - Decidir sobre a pertinência das intervenções escritas e orais com o objeto em debate e a aceitação ou não de participantes não inscritos, nos termos deste regulamento, em atenção à boa ordem do procedimento e respeitando o direito de livre manifestação das pessoas;

VII - Organizar os pedidos de réplica e tréplica;

VIII - Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da Audiência, bem como de sua reabertura ou continuação, quando o reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

IX - Ampliar, excepcionalmente, o tempo das exposições, quando o considere necessário ou útil;

X - Autorizar a transmissão radiofônica e/ou televisiva da Audiência;

XI - Declarar o fim da Audiência Pública.

§ 2º São deveres do Presidente:

I - Garantir a palavra a todos os participantes inscritos, assim como aos expositores técnicos convidados;

II - Manter sua imparcialidade, abstendo-se de emitir juízo de valor sobre a opinião ou propostas apresentadas pelos participantes.

TÍTULO II DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

CAPÍTULO I DA INSCRIÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Art. 7º A presença na Audiência Pública será aberta a todos os interessados.

Art. 8º Os interessados em formular questionamentos e propostas para serem discutidas na Audiência Pública deverão encaminhá-las por escrito a mesa diretora dos trabalhos após as apresentações técnicas.

Art. 9º Para participação nos debates durante a Audiência, por meio do uso da palavra ou manifestação por escrito, os interessados necessariamente deverão fazer sua inscrição, mediante formulário próprio à disposição no local.

§ 1º A ordem de inscrição determinará a ordem de participação dos inscritos

§ 2º O secretário de mesa será o responsável pelo controle das inscrições

§ 3º Só será permitida a inscrição de um representante por pessoa jurídica, salvo se houver reduzido número de inscritos, de maneira a permitir nova rodada de debates.

§ 4º. Na hipótese de haver, no local, pessoas, físicas ou jurídicas, não inscritas, mas interessadas em fazer uso da palavra, caberá exclusivamente ao presidente da mesa permitir ou não sua manifestação.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO

Art. 10. A Audiência terá seus trabalhos iniciados com a composição da mesa.

Parágrafo único. Serão integrantes da mesa o Prefeito Municipal ou seu representante legal, o Presidente da Câmara de Vereadores ou seu representante, o Diretor Geral da ARIS, o Diretor Presidente da Águas de Itapema ou seu representante e outros participantes que a presidência da mesa considerar.

Art. 11. Após a composição da mesa, será iniciado o procedimento com a abertura formal da Audiência, com breve explicação das normas que a regerão e das demais informações necessárias e úteis para a condução dos trabalhos.

§ 1º Após a exposição do presidente, será dada a palavra aos demais componentes da mesa, com tempo máximo de manifestação de 05 (cinco) minutos, podendo ser ampliado pelo presidente para melhor exposição do assunto, quando necessário.

§ 2º Após, será dada palavra ao técnico da ARIS que fará a exposição do tema objeto da Audiência em um tempo não superior a

50 minutos.

§ 3º Encerrada a apresentação, será dada a palavra aos participantes previamente inscritos, seguindo a ordem de inscrição, com tempo máximo para cada participante de 02 (dois) minutos, podendo ser ampliado pelo presidente, quando necessário ao esclarecimento do assunto.

§ 4º O presidente facultará a palavra aos membros da mesa ou técnicos convidados para responder aos questionamentos.

§ 5º Concluídas as exposições e manifestações, o presidente dará por concluída a Audiência.

§ 6º Ao final dos trabalhos, a ata será subscrita pelo secretário de mesa, sendo o presidente responsável pela sua divulgação e publicidade, tornando-a disponível no site da ARIS e da Água de Itapema em até 05 dias após a realização da Audiência.

CAPÍTULO III DA PUBLICIDADE

Art. 12. É facultado aos organizadores da Audiência convidar especialistas, pesquisadores, técnicos, associações ou entidades civis com notória atuação nas áreas afetas ao tema da Audiência para comparecerem na qualidade de convidados.

Art. 13. A Audiência terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização.

Parágrafo único. Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro, desde que autorizadas pelo presidente, em razão das limitações do espaço físico onde se realizará o evento.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas no evento ou em decorrência deste terão a finalidade de informar a atuação da Administração Pública, contribuindo para observância dos princípios da transparência, isonomia e eficiência, assegurando a participação popular, na forma da lei, na condução do interesse público.

CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 21/2015

Ato de Dispensa nº 21/2015

Processo de Licitação nº 27/2015

Objeto: Serviço de locação de 2 (duas) impressoras a laser, incluindo o fornecimento dos equipamentos, serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto papel, com as seguintes características:

- 1 (uma) impressora multifuncional (cópia/scanner/impressão) – 3.000 cópias/mês;
- 1 (uma) impressora colorida – 500 cópias/mês.

Contratado: MH TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA - EPP

CNPJ: 12.977.176/0001-87

VALOR MENSAL: 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

VALOR GLOBAL: 5.280,00 (cinco mil e duzentos e oitenta reais).

Florianópolis, 03 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**ENDPA0155_2015 GLOBAL CENTER_04122015****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Processo Administrativo nº 0155/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE, associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, NOTIFICA a empresa GLOBAL CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Brasil, nº 1975, Sala 216, Centro na cidade de Juiz de Fora-MG, CEP: 36.060-010, inscrita no CNPJ sob o nº 17.364.839/0001-01, a tomar ciência a cerca da DECISÃO do Processo Administrativo nº 0155/2015 (anexo).

Poderá ser interposto recurso no prazo previsto no artigo 109, inciso I, alíneas "e" e "f" da Lei 8666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitido, no entanto, aquelas encaminhadas pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo

Anexo

Processo Administrativo:	0155/2015
Interessado:	Global Center Comércio e Distribuição Ltda ME
Assunto:	Inexecução da Autorização de Fornecimento nº 6216/2015
Data:	18/11/2015

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se da aplicação de sanções à empresa GLOBAL CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Brasil, nº 1975, Sala 216, Centro na cidade de Juiz de Fora-MG, CEP: 36.060-010, inscrita no CNPJ sob o nº 17.364.839/0001-01, por Inexecução da Autorização de Fornecimento nº 6216/2015, decorrentes do PAL nº 0013/2015, Pregão Eletrônico nº 0010A/2015, Registro de Preços nº 0011/2015, da Ata de Registro de Preço nº 2794/2015, do Município de Videira.

A empresa devidamente notificada em 20/11/2015 (Notificação publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina Edição nº 1874, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br e foi enviada por correio eletrônico na mesma data) para que no prazo máximo de 5 (cinco) consecutivos da publicação, cumprisse com a execução total da Autorização de Fornecimento nº 6216/2015.

Foi também cientificada que a não entrega/fornecimento e ou apresentação da defesa nos prazos fixados ou, caso não fosse elidida a falta, será aplicada a empresa as sanções previstas nas Cláusulas Sexta e Sétima da Ata de Registro de Preços.

Ocorre que até a presente data não houve nenhuma manifestação de defesa e continua a inexecução da Autorização de Fornecimento nº 6216/2015.

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade.

A Lei 8.666/93, prevê expressamente:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Está previsto na Cláusula Sexta da Ata de Registro de Preços:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- Advertência;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Está previsto na Cláusula Sétima da Ata de Registro de Preços:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, Decido pela aplicação das seguintes sanções:

a) Multa no valor de R\$ 1.277,70 (um mil duzentos e setenta e sete reais e setenta centavos), relativo a 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação que é de R\$ 8.518,00 (oito mil quinhentos e dezoito reais);

b) Rescisão do contrato/autorização de fornecimento nº 6216/2015.

c) Advertência pela inexecução total da autorização de fornecimento nº 6216/2015, ficando a empresa GLOBAL CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME cientificada que ocorrendo reincidência será aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de Recurso previsto no artigo 109, inciso I, alíneas "e" e "f" da Lei 8666/93.

Publique-se.

Fraiburgo(SC), 04 de dezembro de 2015.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0011/2015 - CARTUCHOS DE TONER E CORRELATOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0011/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Fraiburgo, Pinheiro Preto, Lebon Régis, Monte Carlo, Salto Veloso, Tangará e o Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4501;

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4502;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4503;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4504;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4505;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4506;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4507;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4508;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4509;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4510;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4511;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4512;

IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-15CIMCATARINA4513.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 19.11.2015 à 31.12.2015. PAL nº: 0014/2015. Pregão Eletrônico nº: 0011. Registro de Preços nº: 0012.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2015 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Curitibanos, Tangará e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4514;

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4515;

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4516.

Regidas pelas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 20.11.2015 à 31.01.2016. PAL nº: 0023/2015. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0020.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003_2015 MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0003/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de móveis e equipamentos para escritório e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Irani, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4517;

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4518;

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4519;

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4520;

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4521;

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4522;

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4523;

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4524;

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4525;

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4526;

DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4527;

FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4528;

FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4529;

FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4530;
FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4531;
FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4532;
FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4533;
FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4534;
FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4535;
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4536;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4537;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4538;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4539;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4540;

SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4541;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4542;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4543;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4544;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4545;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4546.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 24.11.2015 à 30.04.2016. PAL nº: 0026/2015. Pregão Presencial nº: 0003. Registro de Preços nº: 0023.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMMVI

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015 E Nº 004/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2015 e nº 004/2015

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI - CNPJ nº 03.269.695/0001-08.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2015. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de fitas/tiras reagentes para teste de determinação de glicemia, lancetas descartáveis para punção digital e seringas, com entregas parceladas nos municípios consorciados, durante o prazo de doze meses, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS das 08:00h do dia 07/12/2015 até 08:00h do dia 17/12/2015, ABERTURA DAS PROPOSTAS/INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA às 08:05h do dia 17/12/2015 e INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES às 08:30h do mesmo dia (horário de Brasília – DF).

PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2015. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de medicamentos, com entregas parceladas nos municípios consorciados, durante o prazo de doze meses, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS das 08:00h do dia 07/12/2015 até 08:00h do dia 17/12/2015, ABERTURA DAS PROPOSTAS/INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA às 10:00h do dia 17/12/2015 e INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES às 11:00h do mesmo dia (horário de Brasília - DF).

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, na sede do CISAMVI, por meio da internet, no site <https://www.cidadecompras.com.br> (Acesso identificado) no dia 17/12/2015, podendo estender-se para os dias seguintes, atendendo-se necessidade técnica-operacional. Os Editais encontram-se disponíveis em www.ammvi.org.br. Informações complementares serão prestadas na sede do CISAMVI, Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, bairro da Velha, em Blumenau/SC, ou fone (47) 3331-5818 das 09:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis de segunda a sexta-feira.

Blumenau (SC), 04/12/2015. Pedro Celso Zuchi - Presidente do CISAMVI

CPIMMOC**EDITAL CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA 02 DE DEZEMBRO 2015**

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO

MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA 02/2015

O Sr. Vitor João Faccin, Prefeito do município de Ouro e Presidente da CPIMMOC – Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, no uso de suas atribuições conferidas pelo Capítulo VII, inciso 1º do Estatuto da entidade.

CONVOCA:

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios consorciados à CPIMMOC para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se conforme segue:

DATA: 10 de dezembro de 2015

HORA: 9:00 horas

LOCAL: Auditório da AMMOC

Rua Roberto Trompowski, 68 – Centro – Joaçaba - SC

ORDEM DO DIA:

- Aprovação do Quadro de Cargos e Salários CPIMMOC
- Eleição do Consórcio.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente do CPIMMOC

CIGAMERIOS**RESOLUÇÃO Nº 19/2015 - NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O CIGAMERIOS**

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 019/2015 - CIGAMERIOS

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas complementações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Permanente de Licitações do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, para executar as atribuições nos Processos Licitatórios da modalidade, Concorrência, Tomada de Preço, Convite e formalização de compras.

Art. 2º São atribuições da Comissão: - Coordenar a operacionalização das compras e dos Processos Licitatórios nos termos dos Editais específicos; - Elaborar os Convites, Editais e Atas de Licitação com base nos critérios que estabelece a Lei 8.666/93, Lei nº 11.107/05, Decreto 6.017/07, Protocolo de Intenções do CIGAMERIOS E CIS/AMERIOS e demais legislação vigente, para aquisição de produtos, bens e serviços para o Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios, Consórcio Intermunicipal da Saúde CIS/AMERIOS, Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS e realização de compras coletivas para os municípios consorciados.

Art. 3º Ficam designados Para exercerem as respectivas funções:

PRESIDENTE:

Valquiria Astrigi - Coordenadora Técnico-administrativo do CIGAMERIOS.

MEMBROS:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	NOME
Município de Bom Jesus do Oeste	Marília Ceccon Maggi
Município de Caibi	Sidnei Bellé
Município de Cunha Porã	Alexandre Lencina Fagundes
Município de Cunhataí	Darli M. H. Breunig
Município de Flor do Sertão	Maristela Valler
Município de Iraceminha	Claudir da Rosa
Município de Maravilha	Jonas Dall'Agnol
Município de Modelo	Márcia Teresinha Jacoby
Município de Palmitos	Tânia de Fátima Hennen
Município de Riqueza	Raquel de Moura
Município de Romelândia	Ili Alves
Município de Saltinho	Hélio Oldiges
Santa Terezinha do Progresso	Sidiane Baruffi Dalla Corte
Município de São Miguel da Boa Vista	Iléia Fátima Iaroszkeski de Souza
Município de Saudades	José Ricardo Ternus
Município de Tigrinhos	Janir José Bach

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha – SC, em 04 de dezembro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Caibi/SC

RESOLUÇÃO Nº 20/2015 - NOMEIA COMISSÃO DE REGISTRO CADASTRAL CRC DO CIGAMERIOS

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 020/2015 - CIGAMERIOS

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE REGISTROS CADASTRAIS DO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas complementações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Permanente de Registros Cadastrais do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, para executar os Registros Cadastrais do CIGAMERIOS.

Art. 2º São atribuições da Comissão: - Coordenar a operacionalização dos Registros Cadastrais e manutenção dos arquivos atualizados de empresas interessadas em fornecer produtos e/ou serviços através de compras diretas, cotação de preços, bem como participar dos Processos Licitatórios nos termos dos Editais específicos, destinados para o Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios, Consórcio Intermunicipal da Saúde CIS/AMERIOS, Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS e realização de compras coletivas para os municípios consorciados com base nos critérios que estabelece a Lei 8.666/93, Lei nº 11.107/05, Decreto 6.017/07, Protocolo de Intenções do CIGAMERIOS, CIS/AMERIOS e demais legislação vigente,

Art. 3º Ficam designados Para exercerem as respectivas funções:

PRESIDENTE:

Valquiria Astrigi - Coordenadora Técnico-administrativo do CIGAMERIOS.

MEMBROS:

Rafael Basso – Servidor da AMERIOS;

Glauber Sartori Gandolfi - Servidor da AMERIOS.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha – SC, em 04 de dezembro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Caibi/SC

CIS/AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 07/2015 – ASSEMBLEIA GERAL DO CIS/AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 07/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS - CIS/AMERIOS JUNTAMENTE COM A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMERIOS.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS e da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Dilair Menin, Prefeito de Caibi, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participar da Assembleia Geral Ordinária do CIS/AMERIOS que se realizará no próximo dia 10 de dezembro, quinta-feira, com início às 19h, no Lar dos Idosos, sito Rua Salgado Filho, 765 (perto da APAE), em Caibi/SC, para tratar dos seguintes assuntos:

I- 19h - Abertura da Assembleia;

II- 19h20min- Prestação de Contas referente o mês de novembro de 2015;

III- 19h30min - Apresentação da Diretoria já eleita na 164ª Assembleia Geral Ordinária da AMERIOS para o exercício de 2016, sendo que assume automaticamente a partir de 01/01/2016;

IV- 20h - Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha- SC, 10 de novembro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIS/AMERIOS e da AMERIOS

Prefeito de Caibi

CIASS

BALANCETE 2 BIM DE 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Abril

SC
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO							
1	756	3074	35.306-0 - SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	25.000,00	4.677,77	0,00	29.677,77
Total da Entidade:				25.000,00	4.677,77	0,00	29.677,77
Totais:				25.000,00	4.677,77	0,00	29.677,77

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
---	----------------------------------	--

SC

Mês de Abril de 2015

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Declaração de regularidade do saldo de caixa - Anexo TC 04

Declaramos que assistimos o levantamento do saldo do caixa do mês de Abril do corrente exercício, bem como a conferência da espécie representativa do mesmo e que apuramos a situação abaixo assinalada:

☒ A - Ausência de qualquer irregularidade

☐ B - Irregularidades apuradas

- ☐ Falta de numerário
- ☐ Cheques que deviam ter sido apresentados ao banco
- ☐ Cheques já apresentados, devolvidos pelo banco
- ☐ Outros

Em face às restrições apuradas foram tomadas as seguintes providências

- ☐ O Tesoureiro foi notificado a recolher o valor de ,00 no prazo de horas
- ☐ Determinada a conversão dos cheques no dia imediato
- ☐ Determinada a instauração de inquérito administrativo
- ☐ Determinada a cobrança executiva

Declaramos mais que assistimos o levantamento do saldo de caixa do dia do mês de Abril o qual importava em ,00
() e que a espécie representativa do mesmo compunha-se:

Dinheiro.....	,00
Cheques emitidos no dia.....	,00
Cheques anteriores ao dia e não apresentados ao banco.....	,00
Cheques em insuficiência de fundos.....	,00
Vales.....	,00
Documentos fiscais quitados.....	,00
Falta.....	,00
TOTAL.....	

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: 2º Bimestre

Página 1 de 1

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	
01	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	1.270,00	582.730,00
01.01.0	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	1.270,00	582.730,00
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL							
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente							
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN							
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN LIMITROFES		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	1.270,00	582.730,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		264.000,00	0,00	0,00	264.000,00	0,00	264.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	1.270,00	238.730,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica						650,00	
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis						650,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica						620,00	
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares						620,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
Total por Entidade :			584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	1.270,00	582.730,00
Total Geral :			584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	1.270,00	582.730,00

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsavel pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Março até Abril

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	0,00	0,00	29.677,77	29.677,77	29.677,77
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	0,00	0,00	29.677,77	29.677,77	29.677,77
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	1.270,00	1.270,00	1.270,00
ESTER SCARABELOT DELLA VECCHIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BETHA SISTEMAS LTDA	0,00	0,00	650,00	650,00	650,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	620,00	620,00	620,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	0,00	1.270,00	1.270,00	1.270,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	650,00	650,00	650,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOCAÇÕES	0,00	0,00	620,00	620,00	620,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	29.677,77	29.677,77	29.677,77
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	29.677,77	29.677,77	29.677,77
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENT	0,00	0,00	1.168.000,00	1.168.000,00	1.168.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00	0,00	584.000,00	584.000,00	584.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITO INICIAL	0,00	0,00	584.000,00	584.000,00	584.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00	55.877,77	55.877,77	0,00
	0,00	0,00	1.223.877,77	1.223.877,77	1.168.000,00
RECEITA A REALIZAR	0,00	0,00	29.677,77	29.677,77	0,00
	0,00	0,00	584.000,00	584.000,00	554.322,23
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Transferências a Consórcios Públicos - Mo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	4.677,77	4.677,77	4.677,77
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	0,00	24.930,00	24.930,00	0,00
	0,00	0,00	584.000,00	584.000,00	559.070,00
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	0,00	1.270,00	1.270,00	0,00
	0,00	0,00	24.930,00	24.930,00	23.660,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	1.270,00	1.270,00	1.270,00
CONTROLES DEVEDORES	0,00	0,00	35.257,77	35.257,77	35.257,77
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURS	0,00	0,00	29.677,77	29.677,77	29.677,77
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PI	0,00	0,00	5.580,00	5.580,00	5.580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Março até Abril

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente				Razão	
		Até período anterior		Do período		Acumulado	
		Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
CONTROLES CREDITORES	0,00	0,00		26.200,00		26.200,00	0,00
	0,00	0,00		61.457,77		61.457,77	35.257,77
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RE	0,00	0,00		24.930,00		24.930,00	0,00
	0,00	0,00		29.677,77		29.677,77	4.747,77
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	0,00		1.270,00		1.270,00	0,00
	0,00	0,00		24.930,00		24.930,00	23.660,00
COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
	0,00	0,00		1.270,00		1.270,00	1.270,00
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR (CONSÓR	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
	0,00	0,00		5.580,00		5.580,00	5.580,00
Totais	0,00	0,00		1.316.283,31		1.316.283,31	1.234.205,54
	0,00	0,00		1.316.283,31		1.316.283,31	1.234.205,54

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Abril

Página: 1

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Paga

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	29.677,77		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.677,77		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.000,00		
		SALDOS ATUAIS	
		BANCO C/ MOVIMENTO	29.677,77
			29.677,77
TOTAL	29.677,77	TOTAL	29.677,77

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2015

2º Bimestre

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Espécie	Recebido	
	No Bimestre	Até o Bimestre
Receitas Orçamentárias		
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00 RECEITAS	Recurso	29.677,77
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		29.677,77
4.1.7.0.0.0.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		29.677,77
4.1.7.2.0.0.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		4.677,77
4.1.7.2.3.0.0.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		4.677,77
4.1.7.2.3.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos		4.677,77
4.1.7.2.3.37.06.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos - Morro Grand	0001	4.677,77
4.1.9.0.0.0.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		25.000,00
4.1.9.9.0.0.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS		25.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	0001	25.000,00
Receita Extra Orçamentária		
	Recurso	0,00
Total Geral :		29.677,77

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
---	----------------------------------	--

BALANCETE 3 BIM DE 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Junho

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO							
1	756	3074	35.306-0 - SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	55.812,22	68.633,34	1.240,00	123.205,56
Total da Entidade:				55.812,22	68.633,34	1.240,00	123.205,56
Totais:				55.812,22	68.633,34	1.240,00	123.205,56

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

SC

Mês de Junho de 2015

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Declaração de regularidade do saldo de caixa - Anexo TC 04

Declaramos que assistimos o levantamento do saldo do caixa do mês de Junho do corrente exercício, bem como a conferência da espécie representativa do mesmo e que apuramos a situação abaixo assinalada:

☒ A - Ausência de qualquer irregularidade

☐ B - Irregularidades apuradas

- ☐ Falta de numerário
- ☐ Cheques que deviam ter sido apresentados ao banco
- ☐ Cheques já apresentados, devolvidos pelo banco
- ☐ Outros

Em face às restrições apuradas foram tomadas as seguintes providências

- ☐ O Tesoureiro foi notificado a recolher o valor de ,00 no prazo de horas
- ☐ Determinada a conversão dos cheques no dia imediato
- ☐ Determinada a instauração de inquérito administrativo
- ☐ Determinada a cobrança executiva

Declaramos mais que assistimos o levantamento do saldo de caixa do dia do mês de Junho o qual importava em ,00
() e que a espécie representativa do mesmo compunha-se:

Dinheiro.....	,00
Cheques emitidos no dia.....	,00
Cheques anteriores ao dia e não apresentados ao banco.....	,00
Cheques em insuficiência de fundos.....	,00
Vales.....	,00
Documentos fiscais quitados.....	,00
Falta.....	,00
TOTAL.....	

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: 3º Bimestre
Página 1 de 1

SC
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	Até o Bimestre
01	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	54.182,80	55.452,80
01.01.0	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	54.182,80	55.452,80
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	54.182,80	55.452,80
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	54.182,80	55.452,80
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	54.182,80	55.452,80
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN LIMITROFES		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	54.182,80	55.452,80
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	264.000,00	0,00	0,00	264.000,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	23.252,70	24.522,70
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0001					11.459,81	11.459,81
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0001					295,00	295,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0001					1.235,22	1.235,22
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	0001					1.675,66	1.675,66
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0001					1.047,80	1.047,80
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0001					111,00	111,00
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	0001					592,00	592,00
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	0001					1.768,73	1.768,73
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	0001					1.226,30	1.226,30
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0001					2.665,00	2.665,00
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	0001					119,00	119,00
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0001					59,70	59,70
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0001					664,40	664,40
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços - Pessoa Física	0001					3.510,00	4.160,00
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0001					2.600,00	3.250,00
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001					910,00	910,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					8.282,89	8.902,89
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0001					1.240,00	1.860,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0001					42,89	42,89
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0001					7.000,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	30.930,10	30.930,10
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0001					30.930,10	30.930,10
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Audio, Video e Foto	0001					580,00	580,00
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0001					6.377,20	6.377,20
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0001					6.650,00	6.650,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0001					16.904,90	16.904,90
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	0001					418,00	418,00

Total por Entidade :

Total Geral :

Turvo, 04/12/2015

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Juir Antonio Rovaris
Contador

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Maio até Junho

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	0,00	29.677,77	135.807,89	165.485,66	154.135,66
	0,00	0,00	11.350,00	11.350,00	0,00
SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	0,00	29.677,77	104.877,79	134.555,56	123.205,56
	0,00	0,00	11.350,00	11.350,00	0,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	0,00	0,00	30.350,10	30.350,10	30.350,10
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRAFIA	0,00	0,00	580,00	580,00	580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	11.517,30	11.517,30	0,00
	0,00	1.270,00	54.350,10	55.620,10	44.102,80
ESTER SCARABELOT DELLA VECCHIA	0,00	0,00	3.250,00	3.250,00	0,00
	0,00	650,00	2.600,00	3.250,00	0,00
BETHA SISTEMAS LTDA	0,00	0,00	1.240,00	1.240,00	0,00
	0,00	620,00	1.240,00	1.860,00	620,00
JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00	0,00
	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00	0,00
FINE COMERCIAL DE INFORMATICA LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	111,00	111,00	111,00
VANILTO CASAGRANDE ZILLI	0,00	0,00	7,80	7,80	0,00
	0,00	0,00	260,00	260,00	252,20
CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	42,89	42,89	42,89
MARIA DAS GRAÇAS DELLA VECCHIA BO	0,00	0,00	19,50	19,50	0,00
	0,00	0,00	650,00	650,00	630,50
SANTINA GONÇALVES DOS SANTOS BC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	170,00	170,00	170,00
COMERCIAL W VIEIRA LTDA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	125,00	125,00	125,00
CITRUS BAESSO LTDA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	128,10	128,10	128,10
LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	1.047,80	1.047,80	1.047,80
CATARINA BAZAR LTDA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	1.675,66	1.675,66	1.675,66
SERRALHERIA NEOTTI LTDA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00
GOLD COMPUTADORES LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	9.528,00	9.528,00	9.528,00
SILVA REDES DE PROTEÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	1.585,00	1.585,00	1.585,00
MARIA STELA BRISTOT BRINA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	3.674,25	3.674,25	3.674,25
AMPLA COMERCIAL LTDA EPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	23.265,10	23.265,10	23.265,10
ISS RETENÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	167,30	167,30	167,30

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Maio até Junho

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	1.270,00	23.252,70	24.522,70	24.522,70
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO:	0,00	0,00	295,00	295,00	295,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	1.235,22	1.235,22	1.235,22
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	0,00	0,00	1.675,66	1.675,66	1.675,66
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	0,00	1.047,80	1.047,80	1.047,80
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	0,00	111,00	111,00	111,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	0,00	0,00	592,00	592,00	592,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00	0,00	1.768,73	1.768,73	1.768,73
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	0,00	0,00	1.226,30	1.226,30	1.226,30
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL P/MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTA	0,00	0,00	2.665,00	2.665,00	2.665,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	119,00	119,00	119,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMO	0,00	0,00	59,70	59,70	59,70
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	0,00	664,40	664,40	664,40
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	650,00	2.600,00	3.250,00	3.250,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESS	0,00	0,00	910,00	910,00	910,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA E	0,00	0,00	42,89	42,89	42,89
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOCAÇÕES	0,00	620,00	1.240,00	1.860,00	1.860,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO E TREINAMENTO	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	29.677,77	104.877,79	134.555,56	134.555,56
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	29.677,77	104.877,79	134.555,56	134.555,56
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENT	0,00	1.168.000,00	0,00	1.168.000,00	1.168.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	584.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITO INICIAL	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	584.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Maio até Junho

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	55.877,77	220.085,30	275.963,07	0,00
	0,00	1.223.877,77	220.085,30	1.443.963,07	1.168.000,00
RECEITA A REALIZAR	0,00	29.677,77	104.877,79	134.555,56	0,00
	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	449.444,44
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	25.000,00
Transferências a Consórcios Públicos - Tur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	39.844,48	39.844,48	39.844,48
Transferências a Consórcios Públicos - Jac	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	34.066,66	34.066,66	34.066,66
Transferências a Consórcios Públicos - Ern	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	6.644,44	6.644,44	6.644,44
Transferências a Consórcios Públicos - Me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	22.644,44	22.644,44	22.644,44
Transferências a Consórcios Públicos - Mo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	4.677,77	1.677,77	6.355,54	6.355,54
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	24.930,00	49.507,41	74.437,41	0,00
	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	509.562,59
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	1.270,00	54.182,80	55.452,80	0,00
	0,00	24.930,00	49.507,41	74.437,41	18.984,61
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAF	0,00	0,00	11.517,30	11.517,30	0,00
	0,00	1.270,00	54.182,80	55.452,80	43.935,50
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	11.517,30	11.517,30	11.517,30
CONTROLES DEVEDORES	0,00	35.257,77	104.877,79	140.135,56	140.135,56
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSI	0,00	29.677,77	104.877,79	134.555,56	134.555,56
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PI	0,00	5.580,00	0,00	5.580,00	5.580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES CREDORES	0,00	26.200,00	115.207,51	141.407,51	0,00
	0,00	61.457,77	220.085,30	281.543,07	140.135,56
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RE	0,00	24.930,00	49.507,41	74.437,41	0,00
	0,00	29.677,77	104.877,79	134.555,56	60.118,15
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	1.270,00	54.182,80	55.452,80	0,00
	0,00	24.930,00	49.507,41	74.437,41	18.984,61
COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	0,00	11.517,30	11.517,30	0,00
	0,00	1.270,00	54.182,80	55.452,80	43.935,50
COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RET	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	167,30	167,30	167,30
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	11.350,00	11.350,00	11.350,00

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Maio até Junho

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente				Razão	
		Até período anterior		Do período	Acumulado	Saldos restantes	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR (CONSÓR							
	0,00		0,00		0,00		0,00
	0,00		5.580,00		0,00	5.580,00	5.580,00
Totais	0,00	1.316.283,31	610.748,49		1.927.031,80		1.486.793,92
	0,00	1.316.283,31	610.748,49		1.927.031,80		1.486.793,92

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsavel pelo Controle Interno

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Junho

Página: 1

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Paga

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	134.555,56	ORÇAMENTÁRIAS	11.517,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	109.555,56	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.517,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.517,30
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	167,30		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	167,30		
		SALDOS ATUAIS	123.205,56
		BANCO C/ MOVIMENTO	123.205,56
TOTAL	134.722,86	TOTAL	134.722,86

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsavel pelo Controle Interno

3º Bimestre

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Espécie	Recebido	
	No Bimestre	Até o Bimestre
Receitas Orçamentárias		
	Recurso	
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS	104.877,79	134.555,56
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS CORRENTES	104.877,79	134.555,56
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	104.877,79	109.555,56
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	104.877,79	109.555,56
4.1.7.2.3.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	104.877,79	109.555,56
4.1.7.2.3.37.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos	104.877,79	109.555,56
4.1.7.2.3.37.01.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Turvo	39.844,48	39.844,48
4.1.7.2.3.37.02.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Jacinto Mac	34.066,66	34.066,66
4.1.7.2.3.37.03.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Ermo	6.644,44	6.644,44
4.1.7.2.3.37.05.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Meleiro	22.644,44	22.644,44
4.1.7.2.3.37.06.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Morro Grand	1.677,77	6.355,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	25.000,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	25.000,00
Outras Receitas	0,00	25.000,00
Receita Extra Orçamentária		
	Recurso	
	0,00	0,00
Total Geral :		
	104.877,79	134.555,56

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

BALANCETE 4 BIM DE 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Agosto

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO							
1	756	3074	35.306-0 - SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	189.125,76	49.633,33	79.914,14	158.844,95
Total da Entidade:				189.125,76	49.633,33	79.914,14	158.844,95
Totais:				189.125,76	49.633,33	79.914,14	158.844,95

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

SC

Mês de Agosto de 2015

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Declaração de regularidade do saldo de caixa - Anexo TC 04

Declaramos que assistimos o levantamento do saldo do caixa do mês de Agosto do corrente exercício, bem como a conferência da espécie representativa do mesmo e que apuramos a situação abaixo assinalada:

☒ A - Ausência de qualquer irregularidade

☐ B - Irregularidades apuradas

- ☐ Falta de numerário
- ☐ Cheques que deviam ter sido apresentados ao banco
- ☐ Cheques já apresentados, devolvidos pelo banco
- ☐ Outros

Em face às restrições apuradas foram tomadas as seguintes providências

- ☐ O Tesoureiro foi notificado a recolher o valor de ,00 no prazo de horas
- ☐ Determinada a conversão dos cheques no dia imediato
- ☐ Determinada a instauração de inquérito administrativo
- ☐ Determinada a cobrança executiva

Declaramos mais que assistimos o levantamento do saldo de caixa do dia do mês de Agosto o qual importava em ,00
() e que a espécie representativa do mesmo compunha-se:

Dinheiro.....	,00
Cheques emitidos no dia.....	,00
Cheques anteriores ao dia e não apresentados ao banco.....	,00
Cheques em insuficiência de fundos.....	,00
Vales.....	,00
Documentos fiscais quitados.....	,00
Falta.....	,00
TOTAL.....	

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: 4º Bimestre
Página 1 de 2

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Liquidada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	Até o Bimestre	
01	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	141.334,71	442.665,29
01.01.0	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	141.334,71	442.665,29
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL								
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	141.334,71	442.665,29
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	141.334,71	442.665,29
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN LIMITROFES								
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001							
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0001							
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0001							
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0001							
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0001							
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0001							
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001							
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0001							
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0001							
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0001							
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	0001							
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0001							
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0001							
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	0001							
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	0001							
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiênização	0001							
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0001							
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0001							
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0001							
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Audio, Video e Foto	0001							
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	0001							
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudás de Plantas e Insumos	0001							
3.3.90.30.36.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0001							
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001							
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0001							
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001							
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001							
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0001							
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0001							
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0001							
3.3.90.39.45.00.00.00	Serviços de Gás	0001							
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0001							
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0001							
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Audio, Video e Foto	0001							
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0001							
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001							
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001							
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0001							
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Audio, Video e Foto	0001							
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0001							
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0001							
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0001							
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	0001							
4.4.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0001							

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: 4º Bimestre

Página 2 de 2

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	
01	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	442.665,29
01.01.0	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	442.665,29
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	442.665,29
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	442.665,29
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	442.665,29
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN LIMITROFES		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	442.665,29
4.4.90.92.61.00.00.00	Aquisição de Imóveis	0001					269,00	
Total por Entidade :			584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	442.665,29
Total Geral :			584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	85.881,91	442.665,29

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Julho até Agosto

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	0,00	165.485,66	149.311,49	314.797,15	198.731,05
	0,00	11.350,00	104.716,10	116.066,10	0,00
SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	0,00	134.555,56	140.355,49	274.911,05	158.844,95
	0,00	11.350,00	104.716,10	116.066,10	0,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	0,00	30.350,10	8.956,00	39.306,10	39.306,10
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRAFIA	0,00	580,00	0,00	580,00	580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	11.517,30	107.300,64	118.817,94	0,00
	0,00	55.620,10	88.466,45	144.086,55	25.268,61
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	29.033,84	29.033,84	0,00
	0,00	0,00	29.033,84	29.033,84	0,00
INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	6.597,00	6.597,00	6.597,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.509,30	2.509,30	2.509,30
ESTER SCARABELOT DELLA VECCHIA	0,00	3.250,00	2.600,00	5.850,00	0,00
	0,00	3.250,00	3.900,00	7.150,00	1.300,00
BETHA SISTEMAS LTDA	0,00	1.240,00	620,00	1.860,00	0,00
	0,00	1.860,00	1.240,00	3.100,00	1.240,00
JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00
	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00
FINE COMERCIAL DE INFORMATICA LTD	0,00	0,00	111,00	111,00	0,00
	0,00	111,00	0,00	111,00	0,00
VANILTO CASAGRANDE ZILLI	0,00	7,80	252,20	260,00	0,00
	0,00	260,00	0,00	260,00	0,00
CALDIERARO E SILVA SAÚDE E SEGURANÇA	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00
	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00
CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO	0,00	0,00	265,05	265,05	0,00
	0,00	42,89	222,16	265,05	0,00
MARIA DAS GRAÇAS DELLA VECCHIA BO	0,00	19,50	630,50	650,00	0,00
	0,00	650,00	0,00	650,00	0,00
SANTINA GONÇALVES DOS SANTOS BC	0,00	0,00	170,00	170,00	0,00
	0,00	170,00	0,00	170,00	0,00
COMERCIAL W VIEIRA LTDA ME	0,00	0,00	125,00	125,00	0,00
	0,00	125,00	0,00	125,00	0,00
CITRUS BAESSO LTDA ME	0,00	0,00	128,10	128,10	0,00
	0,00	128,10	0,00	128,10	0,00
LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA/	0,00	0,00	1.781,90	1.781,90	0,00
	0,00	1.047,80	734,10	1.781,90	0,00
CATARINA BAZAR LTDA ME	0,00	0,00	1.675,66	1.675,66	0,00
	0,00	1.675,66	1.185,83	2.861,49	1.185,83
SERRALHERIA NEOTTI LTDA ME	0,00	0,00	1.080,00	1.080,00	0,00
	0,00	1.080,00	0,00	1.080,00	0,00
GOLD COMPUTADORES LTDA	0,00	0,00	10.791,00	10.791,00	0,00
	0,00	9.528,00	1.263,00	10.791,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Julho até Agosto

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
SILVA REDES DE PROTEÇÃO	0,00	0,00	1.585,00	1.585,00	0,00
	0,00	1.585,00	0,00	1.585,00	0,00
MARIA STELA BRISTOT BRINA ME	0,00	0,00	6.225,21	6.225,21	0,00
	0,00	3.674,25	4.588,13	8.262,38	2.037,17
AMPLA COMERCIAL LTDA EPP	0,00	0,00	31.070,70	31.070,70	0,00
	0,00	23.265,10	7.805,60	31.070,70	0,00
ERLINDO BOM ME	0,00	0,00	423,29	423,29	0,00
	0,00	0,00	423,29	423,29	0,00
CONSTRUTUR MATERIAIS DE CONSTR	0,00	0,00	6,00	6,00	0,00
	0,00	0,00	6,00	6,00	0,00
CASSIO FARIAS ME	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00
	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00
MAAMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE E	0,00	0,00	752,35	752,35	0,00
	0,00	0,00	752,35	752,35	0,00
WILLIAN CIDADE CASTELLER	0,00	0,00	550,00	550,00	0,00
	0,00	0,00	550,00	550,00	0,00
SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA D	0,00	0,00	421,40	421,40	0,00
	0,00	0,00	421,40	421,40	0,00
BZ COMERCIO DO VESTUARIO LTDA ME	0,00	0,00	137,00	137,00	0,00
	0,00	0,00	137,00	137,00	0,00
TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EP	0,00	0,00	4.646,41	4.646,41	0,00
	0,00	0,00	4.646,41	4.646,41	0,00
CASAGRANDE M. C. EIRELLI EPP	0,00	0,00	579,43	579,43	0,00
	0,00	0,00	579,43	579,43	0,00
DARLETE CANDEO ME	0,00	0,00	863,40	863,40	0,00
	0,00	0,00	863,40	863,40	0,00
MINATTO PADARIA, CONFEITARIA E LAN	0,00	0,00	198,30	198,30	0,00
	0,00	0,00	198,30	198,30	0,00
BABA ARTES E FIOS LTDA ME	0,00	0,00	402,74	402,74	0,00
	0,00	0,00	402,74	402,74	0,00
GUSTAVO ZACCARON MARCON ME	0,00	0,00	8.144,00	8.144,00	0,00
	0,00	0,00	8.144,00	8.144,00	0,00
OI S.A	0,00	0,00	360,07	360,07	0,00
	0,00	0,00	360,07	360,07	0,00
COPER CALÇADOS E PAPELARIA LTDA	0,00	0,00	99,00	99,00	0,00
	0,00	0,00	203,00	203,00	104,00
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	6.107,66	6.107,66	6.107,66
BERNARDETE CANDEO ME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	1.371,60	1.371,60	1.371,60
NADIR PAROL CANDEO E CIA LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	236,30	236,30	236,30
ISS RETENÇÕES	0,00	0,00	172,09	172,09	0,00
	0,00	167,30	10,58	177,88	5,79

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Julho até Agosto

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
I.N.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.524,18	2.524,18	2.524,18
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	49,78	49,78	49,78
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	24.522,70	76.925,91	101.448,61	101.448,61
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	29.033,84	29.033,84	29.033,84
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	6.597,00	6.597,00	6.597,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00	2.509,30	2.509,30	2.509,30
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO:	0,00	295,00	0,00	295,00	295,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	0,00	1.235,22	3.265,67	4.500,89	4.500,89
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	0,00	1.675,66	0,00	1.675,66	1.675,66
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	1.047,80	332,92	1.380,72	1.380,72
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	111,00	0,00	111,00	111,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	0,00	592,00	3.623,59	4.215,59	4.215,59
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00	1.768,73	1.122,53	2.891,26	2.891,26
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	0,00	1.226,30	960,60	2.186,90	2.186,90
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	0,00	0,00	924,75	924,75	924,75
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL P/MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTA	0,00	2.665,00	1.135,24	3.800,24	3.800,24
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	0,00	5.126,44	5.126,44	5.126,44
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	0,00	0,00	5.017,00	5.017,00	5.017,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	0,00	119,00	0,00	119,00	119,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMO	0,00	59,70	0,00	59,70	59,70
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	664,40	713,74	1.378,14	1.378,14
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	3.250,00	3.900,00	7.150,00	7.150,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESS	0,00	910,00	1.000,00	1.910,00	1.910,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Julho até Agosto

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	0,00	0,00	2.792,00	2.792,00	2.792,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA E	0,00	42,89	342,16	385,05	385,05
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOCAÇÕES	0,00	1.860,00	1.240,00	3.100,00	3.100,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO E TREINAMENTO	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	421,40	421,40	421,40
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE ÁUDIO VÍDEO E FOTO	0,00	0,00	100,00	100,00	100,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	0,00	6.767,73	6.767,73	6.767,73
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	134.555,56	140.355,49	274.911,05	274.911,05
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	134.555,56	140.355,49	274.911,05	274.911,05
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENT	0,00	1.168.000,00	0,00	1.168.000,00	1.168.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	584.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITO INICIAL	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	584.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	275.963,07	414.425,63	690.388,70	0,00
	0,00	1.443.963,07	414.425,63	1.858.388,70	1.168.000,00
RECEITA A REALIZAR	0,00	134.555,56	140.355,49	274.911,05	0,00
	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	309.088,95
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	25.000,00
Transferências a Consórcios Públicos - Tur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	39.844,48	39.844,48	79.688,96	79.688,96
Transferências a Consórcios Públicos - Jac	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	34.066,66	34.066,66	68.133,32	68.133,32
Transferências a Consórcios Públicos - Ern	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	6.644,44	6.644,44	13.288,88	13.288,88
Transferências a Consórcios Públicos - Tir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	34.444,44	34.444,44	34.444,44
Transferências a Consórcios Públicos - Me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	22.644,44	11.322,22	33.966,66	33.966,66
Transferências a Consórcios Públicos - Mo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	6.355,54	14.033,25	20.388,79	20.388,79
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	74.437,41	81.059,68	155.497,09	0,00
	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	428.502,91
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	55.452,80	85.881,91	141.334,71	0,00
	0,00	74.437,41	81.059,68	155.497,09	14.162,38

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Julho até Agosto

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAF	0,00	11.517,30	107.128,55	118.645,85	0,00
	0,00	55.452,80	85.881,91	141.334,71	22.688,86
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	11.517,30	107.128,55	118.645,85	118.645,85
CONTROLES DEVEDORES	0,00	140.135,56	140.355,49	280.491,05	280.491,05
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00	134.555,56	140.355,49	274.911,05	274.911,05
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PLANEJADAS	0,00	5.580,00	0,00	5.580,00	5.580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES CREDORES	0,00	141.407,51	274.242,23	415.649,74	0,00
	0,00	281.543,07	414.597,72	696.140,79	280.491,05
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00	74.437,41	81.059,68	155.497,09	0,00
	0,00	134.555,56	140.355,49	274.911,05	119.413,96
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00	55.452,80	85.881,91	141.334,71	0,00
	0,00	74.437,41	81.059,68	155.497,09	14.162,38
COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	11.517,30	107.128,55	118.645,85	0,00
	0,00	55.452,80	85.881,91	141.334,71	22.688,86
COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RENTES	0,00	0,00	172,09	172,09	0,00
	0,00	167,30	2.584,54	2.751,84	2.579,75
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	11.350,00	104.716,10	116.066,10	116.066,10
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR (CONSÓRCIOS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	5.580,00	0,00	5.580,00	5.580,00
Totais	0,00	1.927.031,80	1.162.561,39	3.089.593,19	1.748.670,71
	0,00	1.927.031,80	1.162.561,39	3.089.593,19	1.748.670,71

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Agosto

Página: 1

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Paga

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	274.911,05	ORÇAMENTÁRIAS	118.645,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	249.911,05	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	118.645,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.033,84
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.725,91
		INVESTIMENTOS	39.886,10
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.751,84	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	172,09
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.751,84	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	172,09
		SALDOS ATUAIS	158.844,95
		BANCO C/ MOVIMENTO	158.844,95
TOTAL	277.662,89	TOTAL	277.662,89

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

4º Bimestre

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Espécie	Recebido	
	No Bimestre	Até o Bimestre
Receitas Orçamentárias	Recurso	
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS	140.355,49	274.911,05
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS CORRENTES	140.355,49	274.911,05
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	140.355,49	249.911,05
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	140.355,49	249.911,05
4.1.7.2.3.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	140.355,49	249.911,05
4.1.7.2.3.37.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos	140.355,49	249.911,05
4.1.7.2.3.37.01.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Turvo	39.844,48	79.688,96
4.1.7.2.3.37.02.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Jacinto Mac	34.066,66	68.133,32
4.1.7.2.3.37.03.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Ermo	6.644,44	13.288,88
4.1.7.2.3.37.04.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Timbe do Su	34.444,44	34.444,44
4.1.7.2.3.37.05.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Meleiro	11.322,22	33.966,66
4.1.7.2.3.37.06.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Morro Grand	14.033,25	20.388,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	25.000,00
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS DIVERSAS	0,00	25.000,00
4.1.9.0.0.99.0.0.0.0.0.0.0.0 Outras Receitas	0,00	25.000,00
Receita Extra Orçamentária	Recurso	
	0,00	0,00
Total Geral :	140.355,49	274.911,05

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

BALANCETE 5 BIM DE 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Outubro

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO							
1	756	3074	35.306-0 - SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	165.043,76	15.999,99	31.318,93	149.724,82
Total da Entidade:				165.043,76	15.999,99	31.318,93	149.724,82
Totais:				165.043,76	15.999,99	31.318,93	149.724,82

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

SC

Mês de Outubro de 2015

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Declaração de regularidade do saldo de caixa - Anexo TC 04

Declaramos que assistimos o levantamento do saldo do caixa do mês de Outubro do corrente exercício, bem como a conferência da espécie representativa do mesmo e que apuramos a situação abaixo assinalada:

☒ A - Ausência de qualquer irregularidade

☐ B - Irregularidades apuradas

- ☐ Falta de numerário
- ☐ Cheques que deviam ter sido apresentados ao banco
- ☐ Cheques já apresentados, devolvidos pelo banco
- ☐ Outros

Em face às restrições apuradas foram tomadas as seguintes providências

- ☐ O Tesoureiro foi notificado a recolher o valor de ,00 no prazo de horas
- ☐ Determinada a conversão dos cheques no dia imediato
- ☐ Determinada a instauração de inquérito administrativo
- ☐ Determinada a cobrança executiva

Declaramos mais que assistimos o levantamento do saldo de caixa do dia do mês de Outubro o qual importava em ,00
() e que a espécie representativa do mesmo compunha-se:

Dinheiro.....	,00
Cheques emitidos no dia.....	,00
Cheques anteriores ao dia e não apresentados ao banco.....	,00
Cheques em insuficiência de fundos.....	,00
Vales.....	,00
Documentos fiscais quitados.....	,00
Falta.....	,00
TOTAL.....	

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: 5º Bimestre
Página 1 de 2

SC
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	Até o Bimestre
01	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
01.01.0	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN LIMITROFES		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	264.000,00	0,00	0,00	264.000,00	40.693,71	78.833,85
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	0001					165,16	165,16
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	0001					30.896,72	59.930,56
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0001					30.896,72	59.930,56
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0001					9.631,83	18.738,13
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0001					2.583,34	5.092,64
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0001					7.048,49	13.645,49
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0001					25.916,47	89.226,94
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	15.427,01	49.109,30
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0001					210,00	505,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0001					3.309,56	7.810,45
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0001					630,00	2.305,66
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	0001					539,47	1.920,19
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0001					918,00	1.029,00
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0001					271,00	4.486,59
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	0001					220,42	3.111,68
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Cozinha	0001					1.461,23	3.648,13
3.3.90.30.23.00.00.00	Material de Limpeza e Aviamentos	0001					1.760,70	2.685,45
3.3.90.30.24.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0001					3.884,97	7.685,21
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0001					5,34	5,34
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0001					0,00	5.126,44
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0001					0,00	5.017,00
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Audio, Video e Foto	0001					0,00	119,00
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	0001					0,00	59,70
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0001					0,00	2.216,32
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0001					3.300,00	3.594,46
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001					1.300,00	8.450,00
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0001					2.000,00	3.910,00
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001					7.191,46	27.757,64
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					1.240,00	4.340,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0001					225,50	3.017,50
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0001					271,52	996,42
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv. Confec. Manut e Inst de Sinal Visual Afins	0001					731,37	120,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0001					0,00	7.000,00
3.3.90.39.45.00.00.00	Serviços de Gás	0001					0,00	1.235,30
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0001					875,23	100,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0001					0,00	573,40
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Audio, Video e Foto	0001					152,00	3.695,84
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0001					5.264,00	45.150,10
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					5.264,00	44.881,10
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	580,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0001					0,00	8.998,20
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Audio, Video e Foto	0001					0,00	8.276,00
4.4.90.52.34.00.00.00	Maquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos	0001					1.626,00	3.638,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0001					0,00	418,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0001					0,00	269,00
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	0001					0,00	
4.4.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0001					0,00	

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: 5º Bimestre

Página 2 de 2

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	Até o Bimestre
01	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
01.01.0	CIASS DE TURVO		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CIASS DE TURVO E MUN LIMITROFES		584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
4.4.90.92.61.00.00.00	Aquisição de Imóveis	0001					0,00	269,00
Total por Entidade :			584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89
Total Geral :			584.000,00	0,00	0,00	584.000,00	71.876,18	213.210,89

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Setembro até Outubro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	0,00	314.797,15	81.475,11	396.272,26	194.874,92
	0,00	116.066,10	85.331,24	201.397,34	0,00
SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	0,00	274.911,05	76.211,11	351.122,16	149.724,82
	0,00	116.066,10	85.331,24	201.397,34	0,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	0,00	39.306,10	5.264,00	44.570,10	44.570,10
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRAFIA	0,00	580,00	0,00	580,00	580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	118.817,94	88.131,37	206.949,31	0,00
	0,00	144.086,55	74.676,31	218.762,86	11.813,55
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	29.033,84	31.061,88	60.095,72	0,00
	0,00	29.033,84	31.061,88	60.095,72	0,00
INSS	0,00	0,00	10.108,59	10.108,59	0,00
	0,00	6.597,00	7.048,49	13.645,49	3.536,90
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	2.509,30	2.509,30	0,00
	0,00	2.509,30	2.583,34	5.092,64	2.583,34
ESTER SCARABELOT DELLA VECCHIA	0,00	5.850,00	2.600,00	8.450,00	0,00
	0,00	7.150,00	1.300,00	8.450,00	0,00
BETHA SISTEMAS LTDA	0,00	1.860,00	2.480,00	4.340,00	0,00
	0,00	3.100,00	1.240,00	4.340,00	0,00
JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00
	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00
FINE COMERCIAL DE INFORMÁTICA LTDA	0,00	111,00	0,00	111,00	0,00
	0,00	111,00	0,00	111,00	0,00
VANILTO CASAGRANDE ZILLI	0,00	260,00	0,00	260,00	0,00
	0,00	260,00	0,00	260,00	0,00
CALDIERARO E SILVA SAÚDE E SEGURANÇA	0,00	300,00	100,00	400,00	0,00
	0,00	300,00	100,00	400,00	0,00
CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO	0,00	265,05	731,37	996,42	0,00
	0,00	265,05	731,37	996,42	0,00
MARIA DAS GRAÇAS DELLA VECCHIA BO	0,00	650,00	0,00	650,00	0,00
	0,00	650,00	0,00	650,00	0,00
SANTINA GONÇALVES DOS SANTOS BC	0,00	170,00	0,00	170,00	0,00
	0,00	170,00	0,00	170,00	0,00
COMERCIAL W VIEIRA LTDA ME	0,00	125,00	0,00	125,00	0,00
	0,00	125,00	0,00	125,00	0,00
CITRUS BAESSO LTDA ME	0,00	128,10	0,00	128,10	0,00
	0,00	128,10	0,00	128,10	0,00
LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA	0,00	1.781,90	0,00	1.781,90	0,00
	0,00	1.781,90	280,00	2.061,90	280,00
CATARINA BAZAR LTDA ME	0,00	1.675,66	1.634,29	3.309,95	0,00
	0,00	2.861,49	448,46	3.309,95	0,00
SERRALHERIA NEOTTI LTDA ME	0,00	1.080,00	0,00	1.080,00	0,00
	0,00	1.080,00	0,00	1.080,00	0,00
GOLD COMPUTADORES LTDA	0,00	10.791,00	5.428,00	16.219,00	0,00
	0,00	10.791,00	5.428,00	16.219,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Setembro até Outubro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
SILVA REDES DE PROTEÇÃO	0,00	1.585,00	450,00	2.035,00	0,00
	0,00	1.585,00	450,00	2.035,00	0,00
MARIA STELA BRISTOT BRINA ME	0,00	6.225,21	4.122,24	10.347,45	0,00
	0,00	8.262,38	2.731,27	10.993,65	646,20
AMPLA COMERCIAL LTDA EPP	0,00	31.070,70	1.309,00	32.379,70	0,00
	0,00	31.070,70	1.309,00	32.379,70	0,00
ERLINDO BOM ME	0,00	423,29	0,00	423,29	0,00
	0,00	423,29	0,00	423,29	0,00
CONSTRUTUR MATERIAIS DE CONSTR	0,00	6,00	0,00	6,00	0,00
	0,00	6,00	0,00	6,00	0,00
CASSIO FARIAS ME	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00
	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00
MAMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE E	0,00	752,35	0,00	752,35	0,00
	0,00	752,35	0,00	752,35	0,00
WILLIAN CIDADE CASTELLER	0,00	550,00	0,00	550,00	0,00
	0,00	550,00	0,00	550,00	0,00
SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA D	0,00	421,40	152,00	573,40	0,00
	0,00	421,40	152,00	573,40	0,00
BZ COMERCIO DO VESTUARIO LTDA ME	0,00	137,00	0,00	137,00	0,00
	0,00	137,00	0,00	137,00	0,00
TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EP	0,00	4.646,41	33,34	4.679,75	0,00
	0,00	4.646,41	33,34	4.679,75	0,00
CASAGRANDE M. C. EIRELLI EPP	0,00	579,43	353,17	932,60	0,00
	0,00	579,43	624,69	1.204,12	271,52
DARLETE CANDEO ME	0,00	863,40	827,70	1.691,10	0,00
	0,00	863,40	827,70	1.691,10	0,00
MINATTO PADARIA, CONFEITARIA E LAN	0,00	198,30	206,60	404,90	0,00
	0,00	198,30	206,60	404,90	0,00
BABA ARTES E FIOS LTDA ME	0,00	402,74	0,00	402,74	0,00
	0,00	402,74	0,00	402,74	0,00
GUSTAVO ZACCARON MARCON ME	0,00	8.144,00	0,00	8.144,00	0,00
	0,00	8.144,00	0,00	8.144,00	0,00
OI S.A	0,00	360,07	875,23	1.235,30	0,00
	0,00	360,07	875,23	1.235,30	0,00
COPER CALÇADOS E PAPELARIA LTDA	0,00	99,00	0,00	99,00	0,00
	0,00	203,00	548,20	751,20	652,20
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	0,00
	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO	0,00	0,00	9.703,50	9.703,50	0,00
	0,00	6.107,66	3.595,84	9.703,50	0,00
BERNARDETE CANDEO ME	0,00	0,00	1.904,64	1.904,64	0,00
	0,00	1.371,60	533,04	1.904,64	0,00
NADIR PAROL CANDEO E CIA LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	236,30	0,00	236,30	236,30
GRAFICA EDITORA TURVENSE LTDA EP	0,00	0,00	83,00	83,00	0,00
	0,00	0,00	83,00	83,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Setembro até Outubro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
IDEAL COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	0,00	0,00	985,00	985,00	0,00
	0,00	0,00	985,00	985,00	0,00
ALVINA MACHADO MEI	0,00	0,00	197,50	197,50	0,00
	0,00	0,00	197,50	197,50	0,00
MANTOVANI E CIA LTDA ME	0,00	0,00	2.727,47	2.727,47	0,00
	0,00	0,00	2.727,47	2.727,47	0,00
MATERIA PRIMA IND. COM. LTDA	0,00	0,00	1.581,00	1.581,00	0,00
	0,00	0,00	1.581,00	1.581,00	0,00
LAURINDO MOVEIS LTDA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	1.563,76	1.563,76	1.563,76
CELITO CARLESSI CIA LTDA EPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	630,00	630,00	630,00
ISS RETENÇÕES	0,00	172,09	5,79	177,88	0,00
	0,00	177,88	0,00	177,88	0,00
I.N.S.S.	0,00	0,00	3.886,09	3.886,09	0,00
	0,00	2.524,18	2.750,35	5.274,53	1.388,44
IRRF	0,00	0,00	74,67	74,67	0,00
	0,00	49,78	49,78	99,56	24,89
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	101.448,61	66.612,18	168.060,79	168.060,79
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	29.033,84	30.896,72	59.930,56	59.930,56
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS CONTRATAÇÕES POR TEMPO DE	0,00	0,00	165,16	165,16	165,16
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	6.597,00	7.048,49	13.645,49	13.645,49
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FGTS	0,00	2.509,30	2.583,34	5.092,64	5.092,64
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO	0,00	295,00	210,00	505,00	505,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	0,00	4.500,89	3.309,56	7.810,45	7.810,45
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	0,00	1.675,66	630,00	2.305,66	2.305,66
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	1.380,72	539,47	1.920,19	1.920,19
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	111,00	918,00	1.029,00	1.029,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	0,00	4.215,59	271,00	4.486,59	4.486,59
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00	2.891,26	220,42	3.111,68	3.111,68
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	0,00	2.186,90	1.461,23	3.648,13	3.648,13
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	0,00	924,75	1.760,70	2.685,45	2.685,45
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Setembro até Outubro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
MATERIAL P/MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTA	0,00	3.800,24	3.884,97	7.685,21	7.685,21
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	0,00	0,00	5,34	5,34	5,34
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	5.126,44	0,00	5.126,44	5.126,44
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	0,00	5.017,00	0,00	5.017,00	5.017,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	0,00	119,00	0,00	119,00	119,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMO	0,00	59,70	0,00	59,70	59,70
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	1.378,14	2.216,32	3.594,46	3.594,46
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	7.150,00	1.300,00	8.450,00	8.450,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESS	0,00	1.910,00	2.000,00	3.910,00	3.910,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	0,00	2.792,00	497,02	3.289,02	3.289,02
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA E	0,00	385,05	731,37	1.116,42	1.116,42
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOCAÇÕES	0,00	3.100,00	1.240,00	4.340,00	4.340,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO E TREINAMENTO	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00	421,40	152,00	573,40	573,40
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE ÁUDIO VÍDEO E FOTO	0,00	100,00	0,00	100,00	100,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	6.767,73	4.571,07	11.338,80	11.338,80
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	274.911,05	76.211,11	351.122,16	351.122,16
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	274.911,05	76.211,11	351.122,16	351.122,16
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENT	0,00	1.168.000,00	0,00	1.168.000,00	1.168.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	584.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITO INICIAL	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	584.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	690.388,70	301.581,69	991.970,39	0,00
	0,00	1.858.388,70	301.581,69	2.159.970,39	1.168.000,00
RECEITA A REALIZAR	0,00	274.911,05	76.211,11	351.122,16	0,00
	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	232.877,84

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Setembro até Outubro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	25.000,00
Transferências a Consórcios Públicos - Tur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	79.688,96	19.922,24	99.611,20	99.611,20
Transferências a Consórcios Públicos - Jac	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	68.133,32	17.033,33	85.166,65	85.166,65
Transferências a Consórcios Públicos - Ern	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	13.288,88	3.322,22	16.611,10	16.611,10
Transferências a Consórcios Públicos - Tirr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	34.444,44	8.611,11	43.055,55	43.055,55
Transferências a Consórcios Públicos - Me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	33.966,66	22.644,44	56.611,10	56.611,10
Transferências a Consórcios Públicos - Mo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	20.388,79	4.677,77	25.066,56	25.066,56
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	155.497,09	69.329,58	224.826,67	0,00
	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00	359.173,33
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	141.334,71	71.876,18	213.210,89	0,00
	0,00	155.497,09	69.329,58	224.826,67	11.615,78
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAF	0,00	118.645,85	84.164,82	202.810,67	0,00
	0,00	141.334,71	71.876,18	213.210,89	10.400,22
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	118.645,85	84.164,82	202.810,67	202.810,67
CONTROLES DEVEDORES	0,00	280.491,05	76.211,11	356.702,16	356.702,16
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00	274.911,05	76.211,11	351.122,16	351.122,16
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	5.580,00	0,00	5.580,00	5.580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES CREDORES	0,00	415.649,74	229.337,13	644.986,87	0,00
	0,00	696.140,79	305.548,24	1.001.689,03	356.702,16
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00	155.497,09	69.329,58	224.826,67	0,00
	0,00	274.911,05	76.211,11	351.122,16	126.295,49
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00	141.334,71	71.876,18	213.210,89	0,00
	0,00	155.497,09	69.329,58	224.826,67	11.615,78
COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	118.645,85	84.164,82	202.810,67	0,00
	0,00	141.334,71	71.876,18	213.210,89	10.400,22
COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RECURSOS	0,00	172,09	3.966,55	4.138,64	0,00
	0,00	2.751,84	2.800,13	5.551,97	1.413,33
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	116.066,10	85.331,24	201.397,34	201.397,34

Betha Sistemas

Exercício de 2015

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Setembro até Outubro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente				Razão	
		Até período anterior		Do período	Acumulado	Saldos restantes	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR (CONSÓR	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00		5.580,00	0,00	5.580,00		5.580,00
Totais	0,00		3.089.593,19	843.348,59	3.932.941,78		1.887.637,87
	0,00		3.089.593,19	843.348,59	3.932.941,78		1.887.637,87

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Outubro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	351.122,16	ORÇAMENTÁRIAS	202.810,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	326.122,16	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	202.810,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.713,61
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.946,96
		INVESTIMENTOS	45.150,10
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.551,97	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.138,64
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.551,97	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.138,64
		SALDOS ATUAIS	149.724,82
		BANCO C/ MOVIMENTO	149.724,82
TOTAL	356.674,13	TOTAL	356.674,13

Turvo, 04/12/2015

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

5º Bimestre

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Espécie	Recebido	
	No Bimestre	Até o Bimestre
Receitas Orçamentárias	Recurso	
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS		351.122,16
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS CORRENTES		351.122,16
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		326.122,16
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		326.122,16
4.1.7.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		326.122,16
4.1.7.2.3.37.0.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos		326.122,16
4.1.7.2.3.37.01.0.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Turvo	0001	99.611,20
4.1.7.2.3.37.02.0.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Jacinto Mac	0001	85.166,65
4.1.7.2.3.37.03.0.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Ermo	0001	16.611,10
4.1.7.2.3.37.04.0.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Timbe do Su	0001	43.055,55
4.1.7.2.3.37.05.0.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Meleiro	0001	56.611,10
4.1.7.2.3.37.06.0.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos - Morro Grand	0001	25.066,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00
RECEITAS DIVERSAS		0,00
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 Outras Receitas	0001	25.000,00

Recurso	0,00	0,00
---------	------	------

Total Geral : 76.211,11 351.122,16

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno